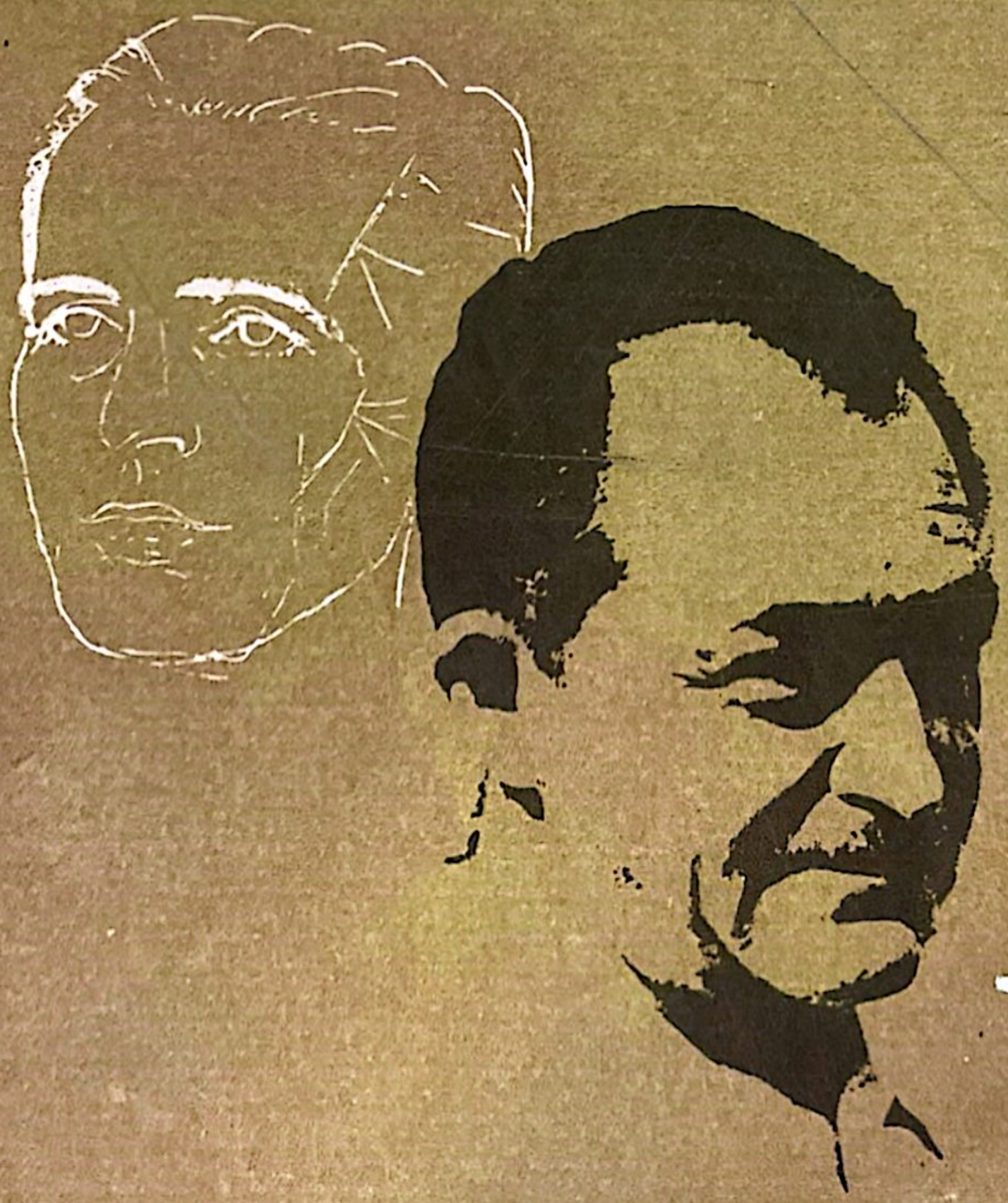
O CASO EU CONTO COMO O CASO FOI

DA COLUNA PRESTES À QUEDA DE ARRAES

PAULO CAVALCANTI

MEMÓRIAS



EDITORA ALFA-OMEGA

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

Cavalcanti, Paulo, 1915-

C367e O caso eu conto, como o caso foi : da Coluna Prestes à queda de Arraes : memórias / Paulo Cavalcanti. — São Paulo : Alfa-Omega, 1978.

(Biblioteca Alfa-Omega de cultura universal ; ser.1. : Esta América ; v.6)

1. Brasil — Política e governo — Século 20 2. Brasil — Região Nordeste — Política e governo 3. Cavalcanti, Paulo, 1915- 4. Fascismo — Brasil 5. Partido Comunista Brasileiro I. Título.

CDD-923.281
-320.533
-320.98106
-320.9812
-329.981

78-1242

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Políticos : Biografia 923.281
2. Integralismo : Ciência política 320.533
3. Nordeste : Brasil : História política 320.9812
4. Partido Comunista Brasileiro 329.981
5. Século 20 : Brasil : História política 320.98106

O caso eu conto,
como o caso foi

BIBLIOTECA ALFA-OMEGA DE CULTURA UNIVERSAL

Série 1.ª — volume 6

Coleção
ESTA AMÉRICA

Direção
FERNANDO MANGARIELO
(editor)

CONSELHO ORIENTADOR

Luiz Pinto Ferreira
Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa
Geraldina Porto Witter
Nagib Lima Feres
Duglas Teixeira Monteiro (†)
Paulo Sérgio Pinheiro
João Manoel C. de Mello
Maria de Lourdes Janotti
Geraldo Galvão Ferraz

PAULO CAVALCANTI

O caso eu conto, como o caso foi

(DA COLUNA PRESTES À QUEDA DE ARRAES)

(MEMÓRIAS)

EDITORA ALFA-OMEGA
São Paulo
1978

Planejamento gráfico e produção
Mineo Takatama

Capa
Moema Cavalcanti

Revisão
Claudete Aparecida Gilioli

Direitos reservados
EDITORA ALFA-OMEGA LTDA.
05413 — Rua Lisboa, 502 — Tel. 853-4489
01000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

ÍNDICE

Sobre o autor XI

Introdução 15

Capítulo I

Meu pai. Influências da infância. O cinema mudo. Da escola primária à faculdade. Primeiras manifestações políticas 19

Capítulo II

Agitação dos anos 20. "Os 12 da Rua Velha" — uma revolta esquecida. A passagem da Coluna Prestes por Pernambuco. Cleto Campelo e seu martirológio 43

Capítulo III

A Aliança Liberal em Pernambuco, João Pessoa, a missa de 7.º dia e a Revolução de outubro. A "mazorca" de Pedro Calado. A "guerra separatista" de São Paulo. Um anúncio de morte divertido. *Mata-mata marinheiro* em pleno século XX 73

Capítulo IV

Cara a cara com as tragédias humanas. A amarga experiência do integralismo. Alcedo Coutinho, influência positiva na minha vida. Os Morais Coutinho de Nazaré da Mata. Os 1.º de Maio na década de 30 105

Capítulo V

Agitações sociais e políticas na fase posterior à revolta de São Paulo. Cristiano Cordeiro, "lenda no Nordeste". Os comunistas comparecem às urnas. Carlos de Lima, governo promissor. A "Campanha Pró-Destróier" e outras arapucas 121

Capítulo VI

Novembro de 1935 em Pernambuco. A tomada do QG da 7.ª Região Militar por Gregório Bezerra. Uma revolução "decretada".

Carta de Gilberto Osório de Andrade sobre a lenda da morte de oficiais que dormiam. Clima de terror. Assassinato de José Lourenço Bezerra e a "turma de choque" da Polícia Civil. O *habeas-corpus* providencial do "Estado Novo" 139

Capítulo VII

O "Estado Novo" e meus tempos de faculdade. Primeira prisão política. A batalha de Stalingrado. O declínio da ditadura de Vargas. A morte de Demócrito de Souza Filho. Promotor público no sertão. História de um anti-herói 177

Capítulo VIII

Atuação em Goiana como promotor. Face a face com os latifundiários. Eleições federais, estaduais e municipais. Primeiras atividades como deputado, primeiras vitórias parlamentares. O incêndio do 15.º Regimento de Infantaria, em João Pessoa. Outras histórias de Gregório Bezerra 207

Capítulo IX

"O Petróleo é Nosso" e outras campanhas. A que se deve a instalação da SUDENE. Os percalços de um mandato de deputado popular 229

Capítulo X

Pelópidas Silveira, líder popular. Comício de Prestes no Recife. Agamenon *versus* Cleofas. Osório Borba *versus* Etelvino Lins. Greve geral contra Cordeiro de Farias. Usineiros e comunistas na mesma frente de luta. "Quando o povo *decide* cair na *frevança*" 251

Capítulo XI

Arraes, prefeito do Recife. O Movimento de Cultura Popular. Rompimento da "Frente do Recife" com Cid Sampaio. O IBAD e a campanha de Arraes para o governo do Estado. "João Três Quedas" 279

Capítulo XII

Miguel Arraes, o povo no governo. Entre dois sectarismos. A burguesia acuada. Hesitações da classe média. Um mandato honrado até o fim. Pelópidas Silveira, novamente prefeito do Recife 305

Capítulo XIII

O golpe de 1964 em Pernambuco. Deposição de Arraes e Pelópidas. Meses de prisão em quartéis federais. O "ginete" da Companhia de Guarda. Novo e bárbaro espancamento de Gregório Bezerra. As lábias de um "fogueteiro". Como se tira proveito da honestidade 337

Capítulo XIV

Prisões a três-por-dois. Do réu a advogado de presos políticos. O julgamento de Gregório Bezerra. Torturas e mortes em Pernambuco. Última prisão? Onde se lembra um poema turco 373

SOBRE O AUTOR

Paulo Cavalcanti nasceu em Olinda, Pernambuco. Cursou a Faculdade de Direito de Pernambuco, nos tempos do Estado Novo. Sua primeira experiência política foi o Integralismo — que se apresentava, na época, como um movimento "nacionalista e anticapitalista, pregando a reforma agrária e conquistando a adesão de muitos jovens que, embevecidos e inexperientes, a ele se filiaram".

A seguir, durante a ditadura de Vargas, começou a fazer política estudantil, ligando-se aos grupos de esquerda. Depois de formado, foi nomeado promotor público e, em 1947, foi eleito deputado estadual, apoiado pelos partidos Comunista e Socialista. Reelegeu-se em 1950 e, em 1954, teve o seu registro eleitoral impugnado, pois o TRE atendeu a uma reclamação dos integralistas de que ele, Cavalcanti, era "comunista confesso".

Fez parte do governo municipal de Pelópidas Silveira, no Recife, como secretário de Assuntos Jurídicos, secretário de Finanças e secretário de Administração, sucessivamente. É um dos fundadores da "Frente do Recife", tomou parte nas campanhas populares do "Petróleo é nosso", da Liga de Emancipação Nacional, do Movimento da Paz, das lutas contra o Acordo Militar Brasil-USA.

Fez parte, também, do secretariado do governo municipal de Miguel Arraes, no Recife, e foi diretor do Porto do Recife, quando Arraes tornou-se governador do Estado.

A partir de 1964 foi preso onze vezes, a última em 1976, declarando-se, sempre, "marxista convicto, embora modesto". Depois do movimento militar de março de 1964 foi processado várias vezes, sendo sempre absolvido por unanimidade.

Foi jornalista profissional, tendo sido diretor da Associação de Imprensa de Pernambuco. Fundador da Associação do Ministério Público de Pernambuco e da União Brasileira de Escritores, foi também presidente das duas entidades. Atualmente é advogado, em

Pernambuco, dedicando-se à defesa dos presos políticos de seu Estado.

Como escritor, tem dois livros da maior importância: Eça de Queiroz, agitador no Brasil (*Cia. Editora Nacional, São Paulo, e Editora Livros do Brasil, Lisboa)* e Os equívocos de Caio Prado Júnior, *também traduzido para o espanhol. Pelo livro sobre Eça de Queiroz recebeu o prêmio José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras, na categoria de ensaio e erudição, o prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, de São Paulo, em 1960, e os prêmios Joaquim Nabuco e Oton Bezerra de Melo, da Academia Pernambucana de Letras. Paulo Cavalcanti é, também, autor de várias monografias sobre direito municipal e constitucional.*

À memória de

Hiram de Lima Pereira
Luiz Inácio Maranhão Filho
Jaime Amorim de Miranda
e David Capistrano da Costa,

"mortos sem sepultura".

INTRODUÇÃO

Até pouco tempo, vigorava o preconceito, na historiografia, de que somente se deveria escrever sobre fatos de passado relativamente remoto, quando as paixões humanas já estivessem arrefecidas, a fim de que o historiador pudesse realizar, num suposto plano de isenção, o julgamento dos homens e das coisas.

Hoje, o sentido da história é diferente, partindo-se do princípio de que ninguém se omite nos embates da vida — que geram os fatos históricos —, cada um se posicionando segundo suas tendências de classe e suas idiossincrasias. E os piores deformadores das crônicas humanas são exatamente os que se dizem abstêmios de ação política, aqueles que procuram dissimular, em anunciadas posições de eqüidistância, o ranço de seus sentimentos mais íntimos.

Sob certo aspecto, a história do nosso povo ou foi escrita pelos colonizadores e seus discípulos — de ontem e de hoje — ou pelos que, adstritos a uma visão social de classe, unilateral, subestimaram a participação das grandes massas populares ou de seus líderes na condução dos movimentos cívicos.

Salo Baron, professor da Universidade de Colúmbia, lembra que há vivo no mundo um novo conceito de heroísmo, não carlyleano, dizemos nós, que dá ao processo histórico uma certa feição guerrilheira, revelando o fortalecimento das lutas populares, até então anônimas, valorizando ações que o caráter elitista da historiografia oficial denigre ou simplesmente ignora.

Na classificação dos estudos históricos, quanto à atitude que se assume diante dos fatos sociais, pode-se dizer que o relato de 50 anos de reminiscências, contidos neste livro, o inclui entre as obras da chamada "história combatente", participante, engajada, com a honesta e confessada paixão pelo heroísmo do povo, homens e fatos pintados com suas cores próprias, quando não em sua rude crueldade.

Dizia Benedetto Croce que não há história neutra. O que a macula de vícios e tendenciosidade é o enfoque parcial, limitado, partidário, tornando-a, mais do que um compêndio de rígida veracidade, um panfleto de apologia condenável.

Assim como se tem contado a vida dos estadistas, dos governantes, dos monarcas, dos príncipes, das personalidades de prestígio e fortuna, numa sociedade de classe em que só os detentores de bens materiais merecem exaltação, assim também há que se contar a história do povo, de suas lutas, de seus ingentes sacrifícios, de suas vitórias e de seus momentâneos fracassos, revivendo figuras que as crônicas oficiosas esqueceram ou até insultaram, no propósito de ressaltar o papel das elites, dentro de um cenário espetaculoso de frases de efeito e gestos encomendados.

Nunca me dei conta de que, repassando fatos de minha vida, ao longo de meio século, pudesse estar reconstituindo uma fase da história social do meu tempo. Somente me conscientizei dessa realidade agora, ao concluir este trabalho, de páginas vividas e padecidas individualmente, mas sempre com intenções de impessoalidade.

No curso desses 50 anos, da passagem da Coluna Prestes pelos sertões nordestinos, em 1926, eu, menino, extasiado diante de tantos exemplos de bravura, até o ano de 1976, data de minha undécima prisão por motivos políticos — a derradeira? —, intercalo as agitações de cada época, as "revoluções tenentistas" dos anos 20 e 30, a campanha da Aliança Liberal, a morte de João Pessoa, os movimentos grevistas e operários, a chamada "intentona" de 1935, o "Estado Novo", a queda da ditadura de Vargas, o assassinato de Demócrito de Souza Filho, a ascensão das esquerdas em Pernambuco, a "Frente do Recife" e suas origens, a vida de Gregório Bezerra, as jornadas do "Petróleo é Nosso", os tempos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, o golpe militar de 1964, a tortura e morte de presos políticos, em Pernambuco — numa gama sucessiva de acontecimentos da maior atualidade, expondo-os sem interpretá-los, o que seria motivo, não de um livro de memória, mas de um ensaio sociológico.

No respaldo do que vi e testemunhei, valho-me, a cada passo, da literatura de cordel, na ingênua autenticidade de seus relatos, ajustando o meu depoimento à forma pela qual os fatos chegaram até o povo, na pureza das versões inconsúteis.

Em estilo simples, narrativo, sem preocupações literárias ou floreios de linguagem, aqui não se fará "história lacrimosa", mas o retrato entusiástico, embora aferrado à realidade, das lutas e dos combates do povo, numa quadra das mais interessantes da vida de Pernambuco.

"Se o povo — ensina o mestre José Honório Rodrigues — não deve padecer e sofrer sua história, a historiografia não pode também ser dócil e serviçal aos poderosos do momento, disfarçando sua omissão com a falsa neutralidade."

Quando recomponho, nos primeiros capítulos, minha infância e adolescência, tento fixar o drama de uma família de classe média nos idos da década de 20, seus hábitos, seus costumes, dentro da paisagem social e cultural que a envolvia e influenciava — meu pai, funcionário público, exaurindo-se física e psiquicamente para prover, a duras penas, o sustento de uma prole de onze filhos, em condições adversas. Essas influências, por certo, terão demarcado meu posicionamento político, o obsessivo amor à causa dos injustiçados e perseguidos da vida.

Os fatos, as figuras e as coisas do meu tempo — eu os vi assim.

No cabeçalho de certos periódicos do século passado, os deliciosos pasquins que fizeram época nos anais do jornalismo pernambucano, quando se queria sintetizar o caráter objetivo e veraz da imprensa de combate, reproduziam-se os seguintes versos, recolhidos do folclore nordestino:

"O caso eu conto, como o caso foi:
O ladrão é ladrão, o boi é boi".

Assim faço eu — nas páginas deste livro.

Recife, agosto de 1978.

Paulo Cavalcanti

Observação: As citações de literatura de cordel, contidas no texto deste livro, são de autoria de João Martins de Ataíde, Heleno Francisco Torres, José Soares, José Bernardo da Silva, Delarme Monteiro Silva, José Vilanova Primo, Francisco de Paula, João José da Silva, Gildo Sinésio Pontes, Antônio Xavier de Morais, Severino Carlos, Severino Sertanejo, José Salgueiro ou de inúmeros folhetinistas anônimos — da coleção dos etnólogos Liedo Maranhão e Moacir Souto Maior.

CAPÍTULO I

MEU PAI.
INFLUÊNCIAS DA INFÂNCIA.
O CINEMA MUDO.
DA ESCOLA PRIMÁRIA À FACULDADE
PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES POLICIAIS.

No desempenho do meu primeiro mandato de deputado estadual, entre 1947 e 1950, quando a Polícia Civil de Pernambuco cometia violências contra o povo, eu, denunciando-as da tribuna da Assembléia Legislativa, costumava atribuí-las à responsabilidade do Secretário de Segurança Pública, citando o nome do seu titular por inteiro: João Inácio Ribeiro Roma, ao invés de João Roma, como era conhecido. É que ambos, deputado e policial, descendíamos do mesmo tronco dos Ribeiro Roma, da família do lendário Padre Roma, herói da Revolução Pernambucana de 1817 e pai do não menos famoso General José Inácio de Abreu e Lima, o "general das massas", ideólogo da Revolução Praieira de 1848 e companheiro de Simon Bolívar, nas guerras de libertação do jugo espanhol.

Eu, por mim, tinha como tetravó materna Antônia de Abreu e Lima, irmã do general, e João Roma provinha, na mesma linha de parentesco, de um irmão do lutador bolivariano.

Chamando-o por seu nome de batismo, vingava-me do chefe de polícia de Barbosa Lima Sobrinho, fazendo crer que ele não mantinha, por suas truculências, as gloriosas tradições dos Ribeiro Roma e dos Abreu e Lima.

Toda vez, porém, que me encontrava em alguma solenidade com João Roma, aliás João Inácio Ribeiro Roma, lá se apressava ele em vir ao meu encontro, abrindo os longos braços, com um sorriso de ironia nas faces rosadas:

— Primo querido, como vão essas lutas?

De meus parentes mais próximos, aquele que fizera nome na vida política de Pernambuco fora Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo, meu tio-avô, nascido em Goiana, formado pela Faculdade de Direito do Recife, tendo sido sucessivamente Promotor Público de Limoeiro, Conselheiro Municipal e Prefeito de sua terra, deputado estadual em duas legislaturas, de 1895 a 1897 e de 1898 a 1900, ocupando a Vice-Presidência da Assembléia no primeiro

período e a própria Presidência no último, e exercendo também por duas vezes o mandato de deputado federal, na República. Foi também Diretor do Tesouro, Chefe de Polícia, Secretário Geral do Estado, no governo de Sigismundo Antônio Gonçalves, e líder "rosista" em vasta zona do interior de Pernambuco, na condição de correligionário e amigo do Conselheiro Rosa e Silva, velho oligarca que dominou a política do Estado por longos anos, tendo sido Vice-Presidente da República no governo Campos Sales.

Foi ainda Elpídio de Figueiredo professor de Lógica no Ginásio Pernambucano e, como jornalista, redator-chefe do *Diário de Pernambuco,* contando-se que, no governo anti-rosista do General Dantas Barreto, em 1912, cercada pela polícia a redação do seu jornal, Elpídio, lá dentro, sem poder sair, manteve acesa a chama da oposição, escrevendo editoriais audaciosos e vibrantes, enquanto sua esposa, Dona Maroquinhas, rompendo o cerco policial, lhe ia levar, três vezes por dia, refeições e notícias, encorajando-o na resistência.

Como Diretor do Tesouro do Estado, elaborou, juntamente com seu amigo João Santos, um regulamento fazendário que se tornou célebre por sua eficiência e precisão, vigendo até os anos de 1938, 1939.

No município pernambucano de Goiana, terra de afamados pássaros canoros, os "dantistas" o apelidavam, por debique, de "Curió sem rabo", em alusão à sua eloqüência de orador e polemista.

Amigo de Joaquim Nabuco, freqüentou com o grande abolicionista as rodas literárias do Rio. No livro *Machado de Assis, esse desconhecido,* R. Magalhães Júnior junta ao texto uma fotografia em que aparecem, nos jardins do Clube dos Diários, Machado, Rodrigo Otávio, Domício da Gama, José Américo dos Santos, Pereira Passos, Nabuco e Elpídio de Figueiredo, este não identificado pelo autor.

Meu pai, João d'Albuquerque Uchoa Cavalcanti, que fazia questão de assinar, orgulhoso, o "d'Albuquerque" com apóstrofo, seqüela de uma linguagem aristocrática decadente, era um grande admirador do "Dr. Elpídio", louvando-o sempre por suas qualidades de homem público.

Se, da parte de minha mãe Olga, eu descendia, espuriamente, do Padre Roma, do lado do meu pai, eu me originava dos clãs dos Cavalcanti, dos Uchoa Cavalcanti, dos Albuquerque Cavalcanti, senhores de engenho, das bandas de Escada, município situado na zona canavieira de Pernambuco.

O fato concreto é que, com tão afetadas tradições de civismo e fortuna, vaidade de alguns parentes, meus pais eram pobres. Daquelas gloríolas, restava a mim e a minha esposa — minha prima, aliás — como relíquia, menos do que como patrimônio, um secular tamborete de madeira, de amarelo vinhático, com quatro pés, re-

tacado, onde, assentada, uma preta velha, de nome Brásida, escrava de minha avó "Dindinha", vendia tapioca na Praça Conde d'Eu, hoje Maciel Pinheiro, no Recife.

Meu pai iniciou sua vida como funcionário público aos dezoito anos de idade, nas Capatazias da Alfândega de Pernambuco, em 1890, para depois ser nomeado ajudante de porteiro da Recebedoria do Tesouro, aí ficando até a aposentadoria com quase quarenta anos de serviço, sem férias ou licenças.

Na condição de funcionário da Fazenda, foi designado para exercer as funções de Administrador da Mesa de Rendas do município de Timbaúba, daí passando para Jatobá de Tacaratu, com jurisdição em Granito, Exu, Leopoldina, Floresta do Navio, Boa Vista e Cabrobó, cidades do alto sertão pernambucano.

Em Floresta do Navio, houve um fato digno de registro na vida de meu pai. Delmiro Gouveia, o grande pioneiro do processo de industrialização do Nordeste e quem, pela primeira vez, aproveitou os recursos energéticos do Rio São Francisco, negociava, nesse tempo, com peles de cabra e carneiro, exportando-as para os Estados Unidos. Um dia, um indivíduo, que não quis se identificar, denunciou a meu pai que o "Coronel" Delmiro passaria com um contrabando de peles por uma certa estrada próxima à cidade, fornecendo inclusive o horário e outros pormenores do ato ilegal. Conversando a respeito com um velho funcionário da Mesa de Rendas, ouviu meu pai a advertência de que, pela história contada, o "coronel" passaria com o contrabando por outra estrada, também perto da sede do município. O informante — dizia o experimentado servidor da Coletoria Estadual — nada mais era do que um "capanga" de Delmiro, com a tarefa de despistar a fiscalização da Mesa de Rendas. Dito e feito. Meu pai, requisitando uma escolta do destacamento policial, postou-se na outra estrada e ali, na hora aprazada, apreendeu um grande contrabando de peles de cabra, instaurando o competente inquérito administrativo contra o todo-poderoso "Coronel" Delmiro Gouveia, que seria mais tarde assassinado por agentes da Machine Cottons, truste inglês de linha de coser, como forma de afastar do mercado as linhas nacionais da Fábrica de Pedra, de Delmiro.

O ato de meu pai, em defesa dos interesses do Estado, custou-lhe a demissão sumária, visto que, para caiporismo seu, os adeptos do General Dantas Barreto assumiram, nesse momento, o controle da situação política de Pernambuco, derrubando a "oligarquia" de Rosa e Silva. Meu pai era "marreta", nome que os "dantistas" jogavam às faces dos correligionários do Conselheiro, enquanto o "Coronel" Delmiro era ardoroso adversário de Rosa e Silva, chegando a dar-lhe umas bengaladas na Rua do Ouvidor, no Rio, quando o Conselheiro era Vice-Presidente da República.

Em suas incriminações contra os autores intelectuais de sua injusta demissão, meu pai incluía Baltasar Pereira e Gonçalves Maia, da ala de Dantas Barreto.

Arrefecidas as refregas entre o general e o conselheiro, meu pai foi reintegrado em 1922, sem ter direito ao recebimento dos vencimentos atrasados. O ato foi do próprio Executivo.

Ao longo dos lugares por onde andou, meu pai foi plantando filhos — Timbaúba, Floresta do Navio, Jatobá de Tacaratu, Recife —, chegando a ver nascerem treze, dos quais onze sobreviveram. Aos filhos, deu nomes comuns: Pedro, Paulo, João, Luiz, Júlio, Maria do Carmo, Maria José, Maria Anunciada, Iracy, Maria Auxiliadora, Nair, Teresa, destoando o de Yvete, raro entre os nordestinos.

Em 1904, outro fato a anotar na sua vida. Exercia ele as funções de Administrador da Mesa de Rendas de Jatobá de Tacaratu. Era Juiz de Direito da comarca o Dr. Sérgio Nunes de Magalhães, pai de Agamenon Magalhães. Foi costume, em épocas de exames finais nas escolas públicas, formar-se uma banca examinadora integrada pelos "notáveis" da cidade, como dizia o meu velho amigo Hermilo Borba Filho, em seus romances. Meu pai era um deles, como Coletor do Estado. Impedido o Juiz, cujo filho era um dos examinados, meu pai presidiu à banca. E, entre dezenas de alunos do curso primário, o único a receber a nota de "distinção e louvor" foi Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães, de dez anos de idade. Ao proclamar os resultados dos exames, meu pai, colocando a mão nos ombros da criança, disse-lhe, não sem uma certa dose de profecia:

— Este menino ainda vai ser governador de Pernambuco!

Com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, Agamenon é nomeado Interventor Federal, encontrando meu pai a "marcar passo" na carreira de funcionário, como 3.º Escriturário, tal e qual o conhecera em Jatobá de Tacaratu. Já aí meu pai beirava a aposentadoria compulsória. Antes de atingi-la, contudo, Agamenon o promoveu a 2.º Escriturário, assinando, em seguida, o ato de sua aposentadoria. "A única recompensa que obtive, depois de servir ao Estado durante quase quarenta anos, sem nunca ter sido promovido, devo-a a Agamenon Magalhães", declarou numa entrevista à *Folha da Manhã,* edição vespertina, na época.

A função pública deixou-lhe dolorosas marcas, incuráveis, pelas quais todos nós pagamos, ele, minha mãe e os onze filhos. É que, acossado por vinditas e represálias, em face do seu caráter e do zelo pela coisa pública — reconhecidos por todos os seus colegas, alguns deles ainda vivos —, terminou por prejudicar-se na saúde. Tomado da idéia fixa de perseguição, encerrou os anos de vida amargurado, falando só, insone, madrugada adentro, acusando uns e outros por suas desditas de funcionário, apelando para o jogo

do bicho, para a loteria, para tudo quanto lhe parecesse um recurso, embora ilusório, de sustentação econômica, a fim de manter a família como ele sempre quis, bem alimentada e bem vestida. Nunca possuiu, sequer, casa própria, pagando os aluguéis com imensos sacrifícios, a duras penas, mas pontualmente.

A princípio, quando os vencimentos davam para o sustento da casa, orgulhava-se da prole, passeando nas festas de Natal e Ano Novo de bonde elétrico, os onze filhos ocupando, com ele e a mulher, dois ou três bancos do veículo. Ele ria de satisfação ante os comentários dos outros. E lá íamos nós, vestidinhos e bem calçados, para Tejipió, Várzea, Olinda, naqueles excelentes bondes da Tramways, a oito pontos de velocidade, linha afora, as rodas gemendo nos trilhos, na brisa do mar quando rumávamos até a Praça do Carmo, em Olinda, ou aos solavancos, nas curvas do caminho de Tejipió, o casario passando célere pelos olhos da gente, deixando para trás os bucólicos subúrbios da cidade — Largo da Paz, Afogados, Areias, Bongi, Jequiá.

No Recife, moramos em vários subúrbios, lembrando-me com mais particularidade da Boa Vista. Ali, perto do Hospital Pedro II, na Rua dos Prazeres, passei dos seis meses aos dezessete anos de idade.

Em modestas casas dessa rua, saindo de uma para alugar outra à medida que a família se tornava mais numerosa, vejo meu pai, cuidadoso, tesoura na mão, aparando o pavio dos candeeiros de querosene, limpando as chaminés da borra das chamas, soprando as palhas do alpiste nos cochos das gaiolas de passarinho, tratando dos assuntos da repartição, à noite, na grande mesa da sala de jantar, informando requerimentos, conferindo guias de imposto, etc.

As casas em que morávamos tinham, no máximo, três quartos, menino dormindo em corredores, em saletas, na sala de visita, arredando as cadeiras do lugar. Os lençóis de cama cumpriam dupla missão: à noite, nos agasalhavam, de dia nos enxugavam dos banhos do "chuvisco".

Minha mãe desdobrava-se em afazeres domésticos, amamentando criança de peito, tomando conta da cozinha quando não tinha empregada, orientando os filhos nas tarefas habituais, cerzindo meias, remendando toalhas, fazendo *crochet,* nas mil e uma ocupações dos duros labores cotidianos.

Guardo na memória um quadro das labutas diárias de minha mãe: sentada numa cadeira de junco, balançando no colo uma criança; na barriga, outra, esperando nascer; com uma perna, pedalando uma cadeira menor, onde se achava outro menino, cochilando; e um braço estendido fazendo ir e vir a rede em que mais outro adormecia.

No resto, o corre-corre de sempre, acordando-nos para a escola, o trabalho interminável de nos mandar à mercearia da esquina, do português "seu" Adriano, para comprar, na caderneta, um quilo de açúcar, dois de bacalhau de barrica, que era mais barato do que o de caixa, um litro de querosene, um carretel de linha 20, uma garrafa de vinagre, duas latas de leite condensado marca Moça, um pacote de maisena — e coisas que tais, no fiado, para pagar no fim do mês.

Nas doenças, lá vinham os remédios caseiros, as homeopatias, vendidas a domicílio por "Seu João dos Remédios": camomila para febre, noz-vômica para dores de estômago, fécula de batata para limpar o sangue, elixir paregórico para diarréia, elixir sanativo para estancar hemorragia, purgante de maná e sena não sei para quê, vermífugo Santa Maria para lombriga, xarope de mastruço para tosse e bronquite, chá de quebra-pedra para os rins, insônia tratada com suco de maracujá, erva-cidreira para isso, capim-santo para aquilo — "meizinhas" das mais variadas qualificações, lambedores, raízes, folhas de mato, benzeduras com galho de pinhão — o diabo a sete!

À tardinha, um de nós ia esperar o velho, que descia do bonde "Hospital Pedro II" com grandes embrulhos de café, bolacha, açúcar, manteiga, pão e, uma vez ou outra, um queijo do Reino, isto nos dias de festa.

O jantar era uma sopa, do que sobrara do almoço, uma xícara de café, grande, e meio pão de 200 réis com manteiga, reforçado com angu ou inhame da Costa, macaxeira ou lambu.

Nós realmente tínhamos uma "fome canina", como dizia minha mãe, alarmada com tantas bocas para tão poucos alimentos.

Um dia, comprara-se mel de engenho. E minha mãe o guardara num móvel da sala de jantar, chamado petisqueira, embaixo duas prateleiras com uma porta, em cima outras, guarnecidas por outra porta com tela de arame, quase sempre pintado de verde. O jantar dessas noites, quando havia mel de engenho ou de "furo", era mais suculento, misturando-se o melado com o inhame ou cará. Nesse dia, minha fome de cão era maior do que a do costume. Depois do jantar, todos na calçada para as rodas de conversa com os vizinhos e amigos, eu, furtivamente, engendrei uma maneira de aumentar a minha quota de mel. Valendo-me de um sifão de garrafa de soda, imprestável, enfiei o canudo de vidro por um buraco da tela de arame, alargando-o o necessário, e pus-me a sugar — por controle remoto — o melado que se achava lá dentro, numa terrina. A "fome canina", de menino sadio de nove a dez anos, levava-me a essas travessuras.

Em outras oportunidades, para aumentar o volume das refeições, juntávamos três ou quatro pratos de comida num só, abarrotado, e almoçávamos ao mesmo tempo, cada um procurando tirar mais ligeiro a sua porção. Quase sempre havia briga, no fim.

Só muitos anos depois me dei conta de um fato deveras curioso: disputávamos, ao almoço, o coração da galinha. Quem o pedisse em primeiro lugar, comia-o. Muitas vezes, a algazarra era tamanha que minha mãe sorteava a cobiçada peça da ave. Ainda hoje disputo com os meus netos o coração da galinha, por brincadeira. Mas isso já foi tragédia na minha vida. É que, sendo um só coração ao almoço, conclui-se que havia uma só galinha a ser comida por dez, doze ou treze pessoas à mesa. Não sei que milagres realizava minha mãe, coitada, para multiplicar tão pouca alimentação com tantos filhos.

Nas grandes festas do ano, Natal, Ano Novo, São João e São Pedro, comíamos melhor — canjica cozida num tacho de cobre; a mão-de-pilão com os filhos mais velhos, pisando o milho verde, as meninas raspando coco seco, mamãe provando a cada instante o "ponto" daquela mistura de açúcar, milho, coco, pedaços de casca de limão ou uma "boneca" de erva-doce para aromatizá-la. Como sabia desenhar mais ou menos, era escolhido para escrever nos pratos, já prontos, nas grandes travessas de mesa, os "Viva São João", os "Viva São Pedro", feitos de pó de canela. Além disso, havia o pé-de-moleque, a pamonha, o milho assado ou cozido, senão lá em casa, pelo menos na dos vizinhos, delícias das nossas vidas, nos gordos dias do ano.

Nesses folguedos de São João e São Pedro, a alegria era grande. Além da comida, os divertimentos. As fogueiras e os balões coloridos enfeitando as noites; as moças e os rapazes prevendo seu futuro nos livros de sorte, em versos; os casamentos em perspectiva, os namoros tornando-se mais íntimos — das mãozinhas dadas aos beijos furtivos. E as adivinhações, a faca enfiada no tronco da bananeira para mostrar, no dia seguinte, o nome do eleito ou da eleita no azinhavrado da lâmina; o pingo de vela no prato fundo cheio d'água, as postas de cera formando desenhos que eram interpretados ao sabor de cada um; o anel de noivado ou de casamento suspenso por uma linha de coser, entre os bordos do copo, indo e vindo, a moça solteira rezando a "Salve-rainha" até "nos mostrai"; os sonhos da véspera de São João e São Pedro antevisando o destino; as rodas de coco e emboladas em torno das fogueiras quase extintas, na cadência da dança de mãos dadas, o grupo enorme cantando o refrão matuto e batendo com os pés no ritmo do compasso:

"Coco dendê, trapiá,
Dá um jeitinho de embolá".

O Carnaval era mais barato, os banhos d'água nos incautos, o rosto besuntado de traços de carvão de cozinha, o "passo" gratuito e frevolento nas troças, blocos e clubes que incluíam a Rua dos Prazeres ou adjacências em seu itinerário: o "Cachorro do Homem do Miúdo", o "Lenhadores", as "Pás", o "Vassourinhas", o "Batutas da Boa Vista", com o maestro Agripino fantasiado de borboleta, à frente. Em casa, nas semanas que precediam o Carnaval, as irmãs, mocinhas já, atarefavam-se com a feitura de fantasias, papel crepom por todos os lados, dúzias de confeito para confeccionar os "getones" — tiras de papel colorido tendo na ogiva um bombom de fruta, em forma cônica. As famílias mais abastadas usavam dúzias de "getones" de cada vez, trocando mensagens de uma para outra, do chão para o sobrado, do Ford 24, de "bigode", para o Chevrolet de capota arriada, "getones" que, muitas vezes, não entravam em órbita, caindo ao solo, como espaçonaves desorientadas, os meninos disputando os confeitos, enrolados em serpentinas que atapetavam as ruas nos dias de Momo.

Uma vez ou outra, ganhávamos lança-perfumes Rigoleto, Pierrot ou Royal, que custavam menos do que Vlã ou Rodo, a gente economizando os jatos no rosto da namorada para ter com que brincar durante os três dias.

Quando os filhos chegaram a uma dezena, a situação financeira em casa começou a se apertar, muitos de nós em escolas pagas, outros preparando-se para a admissão ao curso secundário. Foi nesse período, a partir dele, que meu pai desequilibrou sua vida, em todos os sentidos. À hora de esperá-lo, à tardinha ao descer do bonde "Hospital Pedro II", ouvi-o várias vezes exclamar, com gestos nervosos:

— Hoje não trouxe nada! Não arrumei dinheiro.

E o jantar, que de si já era minguado, transformava-se numa sopa rala, café e um pouco de angu para todos, minha mãe se desdobrando em obter mais comida daquilo que sobrara do almoço. Foi a "fase do angu" da minha vida.

Num Natal, meu pai quebrou o velho hábito de vestir e calçar os filhos para os festejos do ano. Isso para ele era o fim, uma vergonha diante dos amigos e parentes. A alegria com que ele tirava as medidas do pé de cada um de nós, cortando cuidadosamente tiras de papel de jornal e, pondo-nos descalços em cima das aparas, verificando o tamanho de cada sapato a comprar, fazendo um risco com a ponta da tesoura entre os dedos e o calcanhar, no chão de tijolo cru da sala, essa alegria, em certas ocasiões, desapareceu.

Houve ano em que meu pai, ou não teve dinheiro para comprar sapatos novos, ou os adquiriu pela metade, um par servindo para dois filhos, um calçando o pé direito, outro o esquerdo — que não era nada de mais uma criança entrar no cinema Politeama ou passear de bonde elétrico com um pé no chão, talvez, quem sabe, moído por uma topada nas brincadeiras de rua...

Dentista, médico ou cabeleireiro — nós os tínhamos na razão dos conhecimentos de meu pai com amigos que se serviam dos seus préstimos para o desembaraço de papéis e documentos em repartições públicas — o pagamento de um imposto aqui, o requerimento de isenção acolá —, nada recebendo ele em decorrência do favor. Se um amigo era formado em odontologia, tínhamos então dentista de graça, depois do horário das consultas pagas. Se o outro amigo era cabeleireiro, havia fígaro à vista. Se médico, nada custava olhar para uma ferida e receitar pomada disso ou daquilo, ou realizar mesmo uma consulta a domicílio para tomar a febre com o termômetro no sovaco. Experiente, meu pai conhecia o bastante em legislação fiscal e fazendária para orientar os que o procuravam, velhos amigos, parentes ou vizinhos. Nunca o vi receber dinheiro de ninguém, do que se orgulhava constantemente.

Ah, Dr. Lyra, quanto lhe devo pelos dentes que ainda conservo!

Simpático e bonacheirão, não se zangava se chegássemos dois, três de uma vez, no seu consultório da Rua Velha, clientes gratuitos, "osso" — como se diz na gíria médica de hoje.

O cinema era o nosso habitual divertimento. Como funcionário da Fazenda, meu pai fora designado para fiscalizar a cobrança do imposto sobre diversões públicas, sendo lotado no Politeama, na Rua do Sebo, hoje Barão de São Borja. Por isso, entrávamos de graça em todas as sessões. O bilheteiro, "seu" Plácido, e o porteiro, "seu" Tibúrcio, eram nossos vizinhos na Rua dos Prazeres. Sinto o cheiro ainda hoje de umas folhas de colônia, da família das solanáceas, no portão de entrada em que se postava, sentado numa cadeira, o gordo e vigilante Tibúrcio, recebendo os ingressos do cinema.

Uma vez ou outra, "seu" Fonseca, dono do Politeama, advertia meu pai, com mil desculpas:

— Olha, Cavalcanti, quinta-feira é dia de filme de aluguel mais caro. Tenho de lotar o cinema para ter algum lucro.

E, com jeito, arrematava:

— Avise aos meninos para virem na sexta. É fita de Eddie Polo.

"Seu" Fonseca era dono ainda de outro cinema, O Espinheirense, onde inaugurou um novo sistema de som, na época do cinema falado, para concorrer com os "movietones": uma folha de zinco zunindo detrás da tela para imitar trovoadas e tiroteios, música de vitrola adequada às cenas — uma valsa triste na hora da despedida, uma marcha acelerada no momento do tropel dos bandidos, etc. Nos anúncios de jornal do Espinheirense, noticiava-se, sem cerimô-

nia, o novo método inventado por "seu" Fonseca: "o sistema tapiafone".

De segunda a domingo, lá estávamos nós, os meninos, sentados nos bancos das primeiras filas do Politeama, deixando as cadeiras para os assistentes que pagavam ingresso, a nos deliciar com as fitas de Harold Lloyd, Buster Keaton, Carlitos, Chico Bóia; assustando-nos com a fuzilaria, muda, dos filmes de Tom Mix, Hot Gibson, William Farnum; chorando com os melodramas de Theda Barra, Pola Negri, Greta Nissen; enamorando-nos de Norma Shearer, Clara Bow, Gloria Swanson, Alma Rubens, Bébe Daniels, Eleanor Boardman, Geraldine Farrar; enciumando-nos com os beijos longos e lascivos de John Gilbert, Rodolfo Valentino, Ramon Navarro, Rod La Rocque, Thomas Meigan, Ronald Colman, Reginaldo Denny; horrorizando-nos com as caracterizações de Lon Chaney; querendo imitar a "brabeza" de Wallace Berry e Douglas Fairbanks; extasiando-nos ante as interpretações dramáticas de John e Leonel Barrymore; quedando-nos de tristeza com as frustrações de Zazu Pits, feia e desengonçada. Quando chovia, o teto de zinco do Politeama "sonorizava" as projeções.

Dos astros de minha predileção, por critérios que, hoje, não posso aferir, destaco John Gilbert, Gloria Swanson, Norma Shearer, Joan Crawford, Eleanor Boardman, Bébe Daniels, Lon Chaney, Wallace Berry, Janet Gaynor, Greta Nissen e outros de que não guardo os nomes.

As minhas namoradinhas da tela eram Eleanor Boardman, Joan Crawford, Norma Shearer e Bébe Daniels. Na profundeza das fontes de minha vida, muitas vezes dormi sonhando com suas noturnas carícias, "aquém das curvas da mão", como no verso de Carlos Pena Filho...

Tantos e tantos anos passados, não posso dizer que valores de julgamento me levaram a gostar de fitas como *O corcunda de Notre-Dame, O fantasma da ópera, O prisioneiro do castelo de Zenda, Varieté, Sétimo céu, Lágrimas de homem, A fera do mar, Garoto, Babilônia, Não matarás, Sibéria, Se eu fora rei* — cujos enredos, no seu todo, fogem de minha imaginação, ficando apenas uma cena ou outra da película, alguns de seus figurantes ou, quem sabe, só o nome da fita. Talvez, revendo-as, não voltasse a sentir as emoções de outrora.

Entrado nos anos, já casado e com filhos da mesma idade com que eu assistira, na tela, àquelas fitas, eis que os jornais anunciam uma "reprise" de um filme de John Gilbert. Disse-lhes, falando às filhas mais velhas:

— Agora vocês vão conhecer o maior artista de cinema de todos os tempos. Não é como esses mambembes de hoje!

À noite, nessa expectativa, fomos ao Coliseu, cinema de arte, no bairro de Casa Amarela. Voltei decepcionado, minhas filhas gozando o meu desapontamento. O John Gilbert, que eu conhecera na adolescência, não passava em realidade de um canastrão de marca maior, com gestos estudados e rítmicos, como quem dança tango argentino em câmara lenta, ridiculamente maquilado, um bigodinho safado a adornar-lhe o rosto imóvel — contracenando, para desgraça sua, e minha, com a inigualável e fulgurante Greta Garbo, diante de quem muitos astros perderam a sua luz.

Nunca mais, pensei com meus botões, tornarei a ver "reprises", para me guardar das boas lembranças de antanho. Mas o filme *Casablanca,* de Michel Curtiz, com Ingrid Bergman, Humphrey Bogart, Rains, Paul Henreid, Conrad Veidt, Dooley Wilson e Peter Lore, fez-me revogar o juramento, voltando a assistir a ele tantas vezes ele reapareça na tela.

O cinema representou naquela fase de minha vida um mundo de maravilhas: tudo o que eu imaginava e não podia alcançar — a glória, a satisfação do espírito, o êxtase, o alumbramento, acentuados, pelo contraste, com o rudimentarismo de minha existência, em todos os sentidos.

O velho Politeama era a atração da classe média da Boa Vista. Ali, muitos namoricos se transformaram em casamento, muitas paixões se exacerbaram, muitos enlevos se deliram, nas voltas que o mundo dá.

Havia duas sessões por noite, uma às seis e outra às oito. No início de cada, forte campainha despertava a vizinhança, chamando os namorados, avisando aos "habituês".

Nos feriados nacionais, a pequena orquestra, um piano, uma flauta, um violino e um contrabaixo, preto e comprido como o seu próprio intérprete, entoava o hino nacional, todos se levantando na platéia.

Antes de começar o filme, os rapazes desfilavam na calçada, diante das moças, sapato "pé de anjo", camisa de seda-palha, paletó azul, de casemira, calça creme, de flanela, de boca estreita, tão estreita que se precisava, às vezes, usar meias de mulher, para que a calça entrasse de perna adentro, deslizando; o chamado elemento feminino na sua, saias de pregas, pelos joelhos, cintura baixa, fita larga passada na testa tentadora, cabelo "à la Garçonne", cortadinho pelo cangote, olhar lânguido, ensaiado de véspera no espelho. Eram os tempos do primeiro concurso de beleza no Rio, as moças do Recife imitando Zezé Leôni. *A Pilhéria,* revista de José Penante e Porto da Silveira, publicando as fotos das candidatas a "misses", flagrantes do "footing" da Rua Nova, os natalícios da grã-finagem da época, o desfile de modas da última tarde do Jockey Club, os

gritos de Carnaval do Palacete Azul, ou as gozações, em forma de linguajar caipira, do autor da seção "O que nós vê na Capitá":

"Apois veja, minha gente,
Que muié sem cabelera
Não tem que vê nau de mastro
Sem ostentá a bandera".

Tudo isso era o meu mundo, o mundo de minhas primeiras namoradas, muitas delas ignorando o meu amor. Uma, mocinha de uns treze anos, vinha com os pais, sentando-se duas filas atrás do meu banco de madeira, no Politeama. De quando em quando, eu me virava, como quem não quer, querendo, e arriscava um olho na sua simpatia, cabelos castanhos, feições meigas, graciosa, inteiramente alheia aos meus tímidos assanhamentos de rapazinho.

Fiz-lhe uns versos: um soneto ingênuo, falando em pirilampos, que "escreviam com centelhas o teu nome..."

Trinta e tantos anos depois, encontrei-a num Congresso de Escritores, trabalhando na Secretaria. Não casara. E, recordando os tempos do Politeama, repeti-lhe, sem outras intenções, as palavras de amor do soneto da adolescência, num repassar de saudade. Ela riu, um riso largo, vaidoso, mas, no canto da boca, um travo de melancolia.

Manuel Bandeira, em seu poema "Evocação do Recife", falando das ruas de sua infância, dizia temer que, hoje, elas se chamassem "Dr. Fulano de Tal". No caso da Rua dos Prazeres, nenhum de nós a conhecia pelo nome oficial de Rua Coronel Lamenha. Naqueles tempos, no Recife, as ruas tinham, em geral, duplicidade de denominação: o nome que lhes era dado pela Prefeitura e o pelo qual o povo vulgarmente as chamava. Tanto foi o clamor público pela confusão que se estabelecia, que o governo municipal teve de curvar-se aos seus reclamos, reabilitando, por lei, os suaves nomes dos velhos logradouros, mandando retirar as placas dos generais, coronéis e doutores, dos quais ninguém nunca ouvira falar.

Assim é que voltaram as ruas da União, das Flores, dos Sete Pecados, da Angustura, da Saudade, da Harmonia, das Águas Verdes, do Jasmim, das Crioulas, das Pernambucanas, do Futuro, da Alegria, da Amizade, do Amparo, de Hortas e tantas outras, românticas e sossegadas, no gosto do povo.

Ao que me consta, houve somente duas exceções: o Beco da Cagança, que continuou a chamar-se de Pedro de Albuquerque, e o Beco do Cu de Boi, que obviamente manteve o nome oficial de Joaquim Felipe.

Para desgosto de todos, porém, a cidade, com o tempo, tornou a encher-se de ruas e praças com novos nomes de generais, coronéis e doutores, no plantão fugaz das louvaminhas.

A Rua dos Prazeres era o meu campo de ação. Achava-a comprida, larga, de trechos de calçada alta, a maré espreitando as casas nas suas enchentes periódicas. Tornei a vê-la décadas depois — pequena, inexpressiva, suja, de casas arruinadas. — Mudaria a rua ou mudei eu?

Na minha infância e adolescência, era ali o reino do irredentismo, indomável, gostoso, acolhedor, a garotada jogando pião e empinando papagaio, os adultos falando de revoluções, as pretas velhas contando estórias de Trancoso, as "rodas" das meninas, alegres, cantarolantes. Teria, no máximo, umas oitenta casas, uma venda na esquina e uma fábrica de óleo de algodão na extremidade que dava para o braço do Rio Capibaribe. Todos os seus moradores se conheciam e visitavam, trocando brindes ao raiar do Ano Novo, indo de casa em casa, "boas festas" para cá, "muitas felicidades" para lá, as mesas enfeitadas e apetitosas.

Quando lá cheguei, trazido do Arruda, onde nasci, a rua era quieta e bucólica, parecendo um trecho de cidade do interior, somente o ruído do bonde elétrico, na esquina, quebrando a modorra do ambiente.

Pelo critério de idade, predominavam na rua as crianças, famílias de seis, oito e dez filhos, rua de funcionários públicos, alguns aposentados, de alfaiate, de empregados do comércio, de telegrafista, de leiloeiro, de mestre-de-obras, de oficiais reformados do Exército e da Polícia, uma das casas mais espaçosas, a do Capitão Paraíba, combatente da Guerra do Paraguai, com três janelas de frente, dois pavimentos. Lembro-me de sua espada, amarelecida pelo tempo, diante da qual nós nos boquiabríamos, imaginando que tivesse varado a barriga de algum inimigo, ou do próprio Solano Lopes. Da espada, de um belo lustre de cristal, de um espelho austríaco e de um piano alemão, na sala de visitas.

Todos os nomes de famílias nos eram íntimos, na rua, os Wanderley, os Cunha Oliveira, os Santiago, os Pereira da Costa, os Siqueira, os Neves, os Vasconcelos, os Griz, os Paraíba, os Pais Barreto, os Poggy, os inúmeros "da Silva" ou "dos Santos", além dos nomes judaicos. Aquilo era parte da Boa Vista, bairro predileto dos judeus nos anos 20 e 30, gueto de Saras, Raquéis, Salomões, Abraãos, Israéis, Bernardos e Elias, as mulheres, gordotas, algumas bem bonitas, pernas grossas, os homens, avermelhados, cheirando a cebola e alho, o rabino, ou "mata-galinha", andando às pressas nas ruas, com sua roupa preta, barba pelos peitos.

O Recife fazia também seus concursos de beleza, com Nininha Vareda, Conny Braz da Cunha, Cecy Cantinho, Iolanda Santos, Beatrizinha Lacerda em retratos nos jornais e revistas, na época do *jazz;* os *fox-trotes* dançados com ritmos acelerados; o corpo gingando, dolente, com os *blues* das canções negras americanas, que os discos

das vitrolas de corda tocavam nas noites mornas dos bailes improvisados; um poetinha de nome Vinicius de Moraes botando letra numa dessas músicas, *Loura ou morena?,* a provocar enlevos nas "melindrosas". Quando não o *charleston,* a nova dança, endiabrada, as pernas cruzando-se em verdadeiras acrobacias, já aí as calças largas, batendo uma na outra, alternadamente, o "sereno" das festas vibrando de admiração, janelas apinhadas de gente, pilhérias e gracejos provocando risadaria, rapaz sabido aproveitando o ruge-ruge para se esfregar na bunda da moça mais próxima, fazendo-se de esquecido, se não a "mão boba" procurando intimidades, vez por outra o palavrão, candente.

Os nomes dessas músicas, alguns eu os retive na memória: *Noite de junho, Noite de jazz, Gigolete, Indostão* ("paraíso das mulheres divinais"), *Rainha de Sabá* ("És tu, Rainha adorada"), de Murilo Pernambuco, *Ramona,* provocando desgraças, Estefânia de Macedo cantando "Era o meu lindo jangadeiro", Calheiros gritando fortes agudos em *Ave-Maria* ("caía a tarde tristonha e serena"), Luiz Ferreira, irmão de Nelson, compondo lindas valsas; boêmios noctívagos, ao violão, despertando suas Stelas, abrindo janelas, com o *Quero te dizer querida,* de Alfredo de Medeiros; Vicente Cunha deslumbrando o mulherio, entoando, com voz de tenor, *Mal-me-quer,* dos irmãos Valença; Waldemar de Oliveira e Samuel Campelo, com suas operetas no Teatro do Parque e no Santa Isabel; o "Grupo Gente Nossa" nascendo no amadorismo teatral.

No mundo mágico de minha meninice e adolescência, saudei a travessia do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. A proeza de "Jahu", chega hoje, chega amanhã. Os "parafusos" e "folhas-secas" de Rolando, no seu bimotor. Os primeiros vôos da Air France, com Mermoz e Jean Dabry. A aventura arriscada do aviador Pinto Martins e do português Sarmento de Beires. Acompanhei o heroísmo dos 18 de Copacabana. As "revoluções tenentistas" de 1922, 1924, 1926 e 1930. Chorei quando Sacco e Vanzetti foram eletrocutados inocentemente. Exultei com a marcha da Coluna Prestes. Brindei a vitória de Getúlio e Carlos de Lima Cavalcanti. Vi o sangue de João Pessoa na Confeitaria Glória, naquele 26 de julho de 1930, na Rua Nova. Escrevi os primeiros artigos de jornal. Fiz-me homem. Disputei namoradas e fui disputado por elas: Luiza, Zilinha, Ceci, Ofélia. Tive contactos sexuais, os primeiros, com empregadas domésticas. Joguei-me no chão, em brigas quase de macho, com Ernâni e Zé Maria, por causa de mulheres.

Foi ali, na Rua dos Prazeres, das brincadeiras de criança às aventuras de rapaz, dos primeiros copos de cerveja, das anedotas de putaria contadas pelos moleques da Ilha do Leite, foi ali que forjei

a minha personalidade e ganhei os melhores sentimentos de humanismo, amando o povo, em todas as categorias e em todas as cores.

Terminado o jantar, meus pais iam conversar com os vizinhos na calçada, cadeiras de junco (de balanço), cadeira de lona, ("espreguiçadeira") e outras, comuns, enchiam a roda. As mulheres, aos poucos, preferiam o interior das salas, falando do aumento do preço das coisas, da empregada que faltara ao trabalho, do menino que adoecera. Os homens, não, ficavam horas inteiras do lado de fora, "papo" animado, anedotas, risadaria, fumaça de cachimbo e cigarro impregnando o ambiente. E lá estavam os mais assíduos, Salatiel Costa, empregado do telégrafo inglês, versado em literatura, gordo, de gargalhada franca, meio sufocada, as bochechas balançando, sempre indulgente com a minha ignorância; Francisco Hermenegildo da Silva, ou "Chico Gordo", falando de assuntos de repartição pública; outro Francisco, que nós chamávamos de "Chico do Cachimbo", para diferenciar do outro Chico, lembrando histórias de mar; Armando Vasconcelos, bedel da Faculdade de Direito, aderindo a tudo quanto era revolução; Oscar Cooper, meio biruta da cabeça, mas inteligente, e uns tantos que apareciam uma noite e desapareciam na outra.

Essas conversas me foram muito úteis na compreensão da vida. No começo, eu as escutava fora da roda, sentado no chão, à beira da calçada. Aos poucos, já rapazinho, fui admitido ao grupo, mas sempre ouvindo. Falava-se tudo, das guerras de Napoleão, de revoluções, de ciência, de religião, do crime da semana, de governos e seus desmandos, de coisas do céu e da terra, a nível dos que freqüentavam as rodas.

Em casa, a situação se agravava, com o crescente desentendimento entre meus pais, até que houve o rompimento total, meu pai dormindo num quarto, minha mãe noutro.

Para meu pai, todos os perseguiam. Fixou-se nisso e pronto. Todos os perseguiam, Secretário da Fazenda, Diretor do Tesouro, Chefe de Seção, mesmo o Governador — todos. Doía-lhe n'alma o fato de trabalhar anos e anos para o Estado e não ser merecedor de uma promoção, ainda que fosse por antiguidade. E vinham as queixas do "dantismo", das perseguições dos amigos de Delmiro Gouveia, da ciumada de certos colegas de trabalho, do azar da família da mulher, concentrando em minha avó toda a sua ira acumulada.

Dera para falar sozinho, queixando-se da sorte. Horas inteiras levava a repetir situações do passado, reiterando sua honestidade, seu zelo pela coisa pública, sua fidelidade aos amigos. E apontava

minha avó materna como o centro dessa trama de caiporismo e perseguição. Quando a ela se referia, usava uma expressão de que os dicionários nunca me deram o significado, nem sabendo eu se existia no vernáculo: "getatória", como sinônimo de azarenta. Minha avó era a "getatória" — falando nisso o dia todo, entrando pelas noites. Quando minha avó ia à nossa casa, meu pai dizia, entre raivoso e divertido:

— Amanhã vai dar vaca no jogo do bicho!

E, às vezes, dava mesmo, ele próprio achando graça nos seus palpites. O mais curioso de tudo é que minha avó, ela mesma, chegou a ganhar alguns trocados, jogando vaca no dia seguinte ao em que nos visitava.

Quantas ocasiões o escutei, dentro da noite, a falar sozinho, do seu quarto, repetindo aquele refrão das perseguições e da maldição "daquela vaca"! Fazia pena. Acordado, eu não perdia uma palavra das objurgatórias, decorando nomes de seus inimigos ou dos seus amigos, sei lá: Dr. Sérgio, Dr. Sigismundo Gonçalves, Dr. Mercês, Dr. Elpídio, Dr. José de Gois, "seu" João Rosendo, Fernando Griz, General Dantas Barreto, "Coronel" Delmiro Gouveia, num repassar de figuras e fatos que me atordoavam os ouvidos e a mente.

Com a cabeça cansada sobre o travesseiro de lã de barriguda, eu seria capaz de repetir no outro dia toda a história daquelas perseguições, detalhe por detalhe.

Numa ocasião, surpreendi-o na sala de visitas, à noite, sem ninguém em casa, ajoelhado diante do quadro do Coração de Jesus, pedindo clemência e implorando justiça. Tinha vontade, nesses momentos, de abraçar-me com ele, de carpir suas dores, de beijá-lo nas mãos de veias puladas, grossos fios de cabelo cobrindo-lhes as sinuosidades. Guardo comigo o remorso de não ter rompido a minha timidez — para afagá-lo. Talvez ele mesmo não o quisesse. Afinal de contas, eu era um menino aos seus olhos.

Num pedaço de papel que deixou em sua gaveta, numa cômoda de cedro lá de casa, escreveu, poucos meses antes de morrer, depois de contar toda a sua vida funcional:

"Perante Deus todo-poderoso, pela felicidade de meus filhos, afirmo ser verdade tudo quanto disse linhas acima, esperando ainda merecer atenção e ser beneficiado por criaturas dignas e respeitadoras dos direitos que a todos assistem, sem distinção de posição social".

De uma feita, já moço feito, cheguei a segurar o seu braço e dirigir-lhe palavras de recriminação, no instante em que parecia querer agredir minha mãe, o que nunca aconteceu, felizmente. Na verdade, suas agressões eram verbais, sem descer, todavia, ao uso de palavrões. Nunca o ouvi pronunciar, em qualquer situação, uma

obscenidade. Ao imobilizá-lo para impedir o pior, meu pai, profundamente irritado, esbofeteou-me no rosto com as duas mãos, em movimentos alternados; eu, de pé, impassível — pelo canto dos olhos as lágrimas descendo. No outro dia, mandou-me entregar uma carteira de cigarro Sudaneza, com uma célula de 10 mil-réis dentro.

Alguns amigos mais velhos, do seu tempo, me achavam parecido com ele. Comparando velhas fotos, eu me divertia com a semelhança.

Era menino e fui levado por minha mãe para acompanhá-la ao comércio. Na Rua Nova, um homem de meia-idade, desconhecido, perguntou-lhe:

— Desculpe, minha senhora: mas este menino é filho de Cavalcanti, da Recebedoria?

Meu maior constrangimento era saber-me seu filho preferido, dentro daquele relacionamento formal, através de informações de outrem. Ainda assim, no fim de sua vida, mal nos falávamos, ele contraído, ensimesmado, sentado no seu quarto, resmungando; eu, tímido, sem ter força para romper o *impasse*. Aliás, nenhum de nós, seus filhos, nessa fase de sua vida, se comunicava com ele, a não ser para ligeiros cumprimentos convencionais, os "bons-dias" e as "boas-noites" de cada momento.

Antes de terminar sua vida, teve a satisfação de me ver eleito deputado, com nome nos jornais, fazendo discursos que ele acompanhava pelo *Diário Oficial,* comprazendo-se, decerto, com as minhas iniciativas em favor do funcionalismo público, através de requerimentos e projetos de lei. Isso devia tê-lo alegrado sobremodo. E eu apresentava essas proposições pensando nele, na sede de justiça que sua condição de velho servidor havia despertado em mim, perseguido, sem promoção, preterido pelos apaniguados da época.

Do escritório de um médico amigo da família, Artur Coutinho, vi meu pai, uma tarde, na Praça da Independência, na calçada do *Diário de Pernambuco,* poucos meses antes de morrer. Ereto, de roupa escura, gravata bem posta, chapéu-do-chile, imóvel, parecia despedir-se do mundo, olhando as pessoas que passavam como se já olhasse fantasmas. Do primeiro andar do consultório, eu o observava, de longe. Era um tipo austero, bem composto. Entre a praça e o lugar em que me achava — uma distância de pouca monta. Mas, entre nós, um abismo de desentendimento. Tive pena dele. Mais que isso: tive remorso, compaixão, amargura, arrependimento. Por um triz, não desci as escadas correndo para ir ao seu encontro, de surpresa. Abraçá-lo e beijá-lo como ele o merecia.

Só muito tarde me dei conta de que todo o drama de meu pai, lancinante, advinha do acúmulo de causas sociais. Sua doença não era orgânica, de si mesma. Vinha de fora, da sociedade, de uma

ordem estabelecida, que fustigava os homens no íntimo dos melhores sentimentos, levando-os, como a meu pai, àquela obcecante procura de uma fonte de justiça inatingível, que eles, desgraçadamente, não encontraram na vida. Por culpa de todos nós.

Ao chegar à escola primária, nem era sabendo de tudo da vida, um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e a alma mais velha do que o corpo, como o Carlinhos, em *Menino de engenho,* de José Lins do Rego, nem tampouco como Sérgio, em *O Ateneu,* de Raul Pompéia, cabelos compridos, cheirando a virgindade. Eu, não. Cheguei à escola de espírito leve, mas curtido de experiências, deixando para trás, nos mocambos da Ilha do Leite e dos Coelhos, nos mangues do Capibaribe, um bando de moleques, meus colegas de travessuras, que continuariam pela vida afora a catar caranguejos para comer, ajudando os pais nas árduas tarefas do cotidiano, uns se sucedendo aos outros — num ciclo de miséria e pobreza. — Onde está Biu, por exemplo, forte chutador de bola nas "peladas" de ponta de rua, guapo, moreno, falante? — Que é de Severino, exímio nadador nas águas da maré-grande, do outro lado do Hospital Pedro II? Perdi-os de vista. Se sobreviveram à lama da Ilha do Leite, não terão resistido, talvez ao peso dos anos, adultos precoces, aprendizes de velho nas duras lutas da existência.

Dessa escola de experiências, trago ainda as lições de maior riqueza de humanismo, no trato com os semelhantes. Aprendi mais com esses moleques, em certo sentido, do que com os livros insossos e monótonos, que infernaram meu curso primário, desenraizados da realidade.

Tenho uma vaga lembrança de minha primeira professora, uma velha senhora, jubilada, completando seus minguados proventos de aposentadoria com o que recebia de cada um de nós, no fim do mês — em troca de aulas de alfabetização. Daí segui para o Grupo Escolar Manuel Borba, na esquina da Rua do Sebo e Largo da Santa Cruz.

O de que me recordo, mesmo, são os anos passados na escola de Dona Alexandrina, eu e mais três irmãos, matriculados de graça num educandário disputado pela classe média da Boa Vista, pela tradição do colégio que o precedera, ao tempo do pai da professora, velho educador à antiga, sabedor de todas as matérias, austero e elegante no porte. Eu o conheci já em disponibilidade, dando lições avulsas, vivendo das honrarias de haver sido proprietário do mais conceituado estabelecimento de ensino do Recife.

No soneto, que eu sei de cor, sobre sua infância, Augusto dos Anjos pede perdão à sua ama Guilhermina pelo leite furtado às suas filhas. Sinto, como o poeta, que furtei dessa professora algumas de

suas energias, eu e meus irmãos, Júlio, curioso de tudo, fazendo perguntas sobre perguntas, Pedro e Luiz, gêmeos, iguais na idade mas desiguais nas travessuras — todos nós matriculados gratuitamente, dada a amizade do velho educador, pai de Dona Alexandrina, com minha família. Durante mais de cinco anos, cursamos sua escola, tomando-lhe lugares e assentos que poderiam ser oferecidos a crianças de famílias de melhores posses.

Não falarei das humilhações sofridas pela situação de desigualdade entre nós, alunos gratuitos, e os outros, mimados por sua condição social. Perdão é esquecimento. E se muito me magôo em relembrar, de mim para comigo, tantas picuinhas ou remoques jogados à face pelo ressaibo de sermos acolhidos na classe a contragosto da professora, não devo esquecer o sentimento de profunda gratidão pelo que aprendemos ali, saindo ano, entrando ano, um zero à esquerda na contabilidade das rendas mensais da escola.

As duas últimas séries do curso primário eu as fiz no Grupo Escolar Maurício de Nassau, no Cais José Mariano, perto da Ponte Velha. Dona Adelaide, entrada nos anos, meio feiosa, era uma professora eficiente, numa classe de alunos de bom nível intelectual. Foi com ela que aprendi português e história, sabendo das outras matérias o essencial para passar nos exames. O convívio com adolescentes da minha idade, interessados no estudo, enriqueceu-me a vida — Israel e Abraão Rissin, Eulâmpio, Jaciel, Abraão Kosminsky, Laura, Lurdes, Josélia, Regina, Carmelita, boa equipe de alunos, estimulados por Dona Adelaide e pela diretora do Grupo, Dona Berta. Os outros irmãos, no Maurício de Nassau, em classe diferente, elogiavam Dona Aurelina como excelente mestra. Nesse clima, preparei-me para os exames de admissão no Ginásio Pernambucano, o melhor educandário do Recife, sem dúvida. Fi-los com certa dificuldade, pois o ginásio tinha a fama, comprovada, de muito rigor no ensino, com um corpo docente da melhor categoria — Aníbal Fernandes, Osvaldo Machado, Dácio e Sílvio Rabelo, Ernesto Silva, Padre Cabral, Luiz Freire, Olívio Montenegro e outros.

Passei nos exames, mas meu pai não me pôde matricular em face de dificuldades financeiras, outros irmãos mais velhos cursando escolas pagas, com despesas enormes no orçamento doméstico. Ainda que se beneficiasse do abatimento por ser chefe de família com mais de seis filhos, não teve condições de inscrever-me no primeiro ano secundário do velho estabelecimento de ensino.

De 1929 a 1932, não freqüentei escolas, estudando em casa por mim mesmo, devorando livros emprestados. Arranjei umas prateleiras no quarto do quintal, onde dormia com o irmão mais velho, e fiz minha primeira estante de livros. Deles, ainda conservo alguns. Cada um tem sua história. Quando, renovando a arrumação de minha biblioteca, penso em desfazer-me de certos volumes, assalta-me

a lembrança desse ou daquele fato de minha vida, ligado a um livro qualquer. E os vou conservando a todos, como quem coleciona relíquias, alguns imprestáveis, outros roídos de traças. *As máscaras*, de Menotti del Picchia, que eu sabia de cor, verso por verso ("Loira como as espigas, como os raios do sol e as moedas antigas"...), já não tem mais capa, de tão usado.

Por essas alturas, morreu a Dra. Amélia Cavalcanti, médica parteira — a primeira pernambucana que se formou em medicina, na Bahia —, prima de meu pai e amiga íntima de minha mãe, de quem lhe "pegou" a maioria dos filhos. Pobre, sem clinicar no fim da vida, quase cega, seus funerais foram financiados por um grupo de parentes, meu pai entre eles. Dizia-se que o marido, incorrigível bebedor de cachaça, dissipara-lhe o patrimônio, infernando sua vida de anciã. Fora amiga de Tobias Barreto, que, como deputado, obtivera a aprovação de um projeto de lei autorizando o Governo a custear-lhe os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia, a mais próxima do Recife e de grande renome no Nordeste.

Desfeita a casa de Dra. Amélia, meu pai trouxe para mim uns livros. Nesse tempo eu lia tudo que me caísse às mãos. Mas gostava mais de romances de aventuras — Connan Doyle, Edgar Wallace. Quando faltavam livros desse gênero, eu usava os romances flor de laranja de minhas irmãs, os pífios livrecos de M. Delly, ou as revistas de cinema — *A Scena Muda, Cinearte, Para-Todos, Fox-Revista,* recortando-lhes retratos dos artistas para pregar em álbuns que ainda hoje conservo.

De repente, recebo de meu pai dois livros, que haviam pertencido à velha médica da família. Eram profundas clareiras que se abriam aos meus olhos, de enormes repercussões na minha formação intelectual e política. Eu os li e reli de um fôlego. Emprestei-os a amigos — até perdê-los de vez. Comentei-os, fiz anotações em suas margens — um verdadeiro desabamento sobre o meu espírito de adolescente. Tratava-se de *A ilusão americana,* de Eduardo Prado, numa primeira edição, e da *Sonata a Kreutzer,* de Tolstói.

A partir de sua leitura, minha vida, creio, começou a mudar, coincidindo com minha ida para trabalhar no sertão, na Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, quando da grande estiagem de 1932.

De volta do interior, matriculei-me no Ateneu Pernambucano, de Waldemar Valente, meu primo, e Pelópidas Galvão, seu cunhado. Trabalhava de dia nos serviços burocráticos do colégio, à noite freqüentando suas aulas, até que alcancei, em 1937, a Faculdade de Direito. Refizera o meu curso secundário no regime do Art. 100, que permitia a conclusão do curso médio, para maiores de dezoito anos, em dois períodos letivos.

Já aí me iniciava na literatura, escrevendo para um jornalzinho mimeografado, *A Faísca,* que publicávamos na Rua dos Prazeres toda semana. Da madrugada do sábado para a manhã do domingo, por baixo das portas, metíamos o exemplar de *A Faísca,* de que eram diretores Arnaldo Silva e José Mendes Puppe, com a colaboração de Amaury Padilha, Romeu Oliveira, Salatiel Costa, Francisco Hermenegildo da Silva, Stênio de Sá e outros. Era um jornal humorístico, de pilhérias leves, eu escrevendo "perfis" femininos e "pé-frios" masculinos — decantando a beleza das mocinhas da Rua dos Prazeres ou a feiúra de certos rapazes.

A Faísca, que tinha Queiroga como caricaturista, circulou mais de dois anos, ininterruptamente, sendo seus últimos números impressos em tipografia, já então com o concurso de Jurandir Medeiros.

Num certo domingo, ao lado de *A Faísca,* as famílias da Rua dos Prazeres receberam o primeiro exemplar de uma nova publicação, cujos editores ninguém sabia no momento: *O Pára-Raios,* com maior número de páginas e muito bem mimeografada. Depois, tudo se descobriu: era Romeu Oliveira e um grupo dissidente de *A Faísca,* replicando o nosso trabalho jornalístico.

No Ateneu Pernambucano, com Telga de Araújo, Armando Figueiredo, Juarez Tavares, Hulmo Passos, Alfredo Pessoa de Lima e Cícero Galvão — Cícero Abdolômino de Arrouxelas Galvão! —, fizemos a revista *O Ateneu,* onde escrevi os meus primeiros artigos de literatura.

Com as muletas do Art. 100, entrei na Faculdade de Direito do Recife, numa época politicamente agitada.

Eram os tempos de Agamenon, no "Estado Novo", a polícia política com olhos de lince, perscrutando a tudo e a todos, perseguindo políticos e estudantes, vendo comunismo em toda parte.

Com Permínio Asfora, Álfio Ponzi e Francisco Rodrigues de Miranda, para nós o "Chico Piranha" magro e inteligente como ele só, colaborei em diversas revistas literárias de estudantes — *Universidade, Resenha Literária, Presença,* além do boletim cultural da Casa do Estudante de Pernambuco, dirigido por Pinto Ferreira.

Paralelamente, começava a escrever para jornais e revistas literárias de vários Estados do país — *Dom Casmurro,* de Brício de Abreu e Álvaro Moreyra, *Esfera,* de Maria Jacinta e Sílvia de León Chalréo, *Seiva,* de João Falcão, *Roteiro e Rumos,* de Plácido e Silva e Galeão Coutinho — além de publicar nos jornais da terra artigos de crítica literária e comentários sobre livros nacionais.

Na faculdade, os estudos corriam mediocremente, todo mundo "filando" nas provas, às escâncaras, eu citando Gemba, japonês, dono de uma sorveteria no Recife, como "jurisconsulto nipônico", em

direito civil, numa prova do Professor Gondim Neto — tirando nota 8; João Bernardo de Albuquerque, o "Poeta Bernardo", tirando 10 numa prova de direito judiciário penal, com o Professor Genaro Guimarães, substituindo a dissertação jurídica por um belo poema sensual.

Bernardo, terno branco, impecável, colarinho largo e duro, gravata de nó caprichado, recurvada para a frente, um bendegó da vasta cabeleira caindo-lhe calculadamente sobre a testa morena, as pontas dos dedos longos e delicados a retirar do nariz, de quando em quando, num toque de elegância, o *pince-nez* petulante, vivia de uma "mesada" sempre em atraso, o velho pai, comerciante de algodão, em Antenor Navarro, na Paraíba, esforçando-se para manter o filho na faculdade. Quando a situação se apertava, Bernardo recorria aos colegas: "Tens cinco mil-réis desocupados aí?" Com isso, tomava suas coalhadas na Rua do Imperador, porque com mulheres não tinha despesas, trocando encontros amorosos e sexuais, no bairro do meretrício, por improvisadas poesias ou cartas de amor, enviadas pelas meretrizes a seus namorados de além-mar, embarcadiços ou marinheiros que aportavam ao Recife, de vez em quando.

Seu livro *Trinta e três poemas de tostão* fez sucesso no Recife:

"A poesia chegou
Chegou e dobrou a Travessa do Veras
Entrou no corredor escuro
Subiu a escadaria do 2.º andar do prédio 83
Se entendeu com 'Dona Antonha'
Discutiu preços e pagamentos de aluguéis
Falou em abatimento pra estudante pobre
Escolheu bancas e travesseiros
Amaciou colchões
Exigiu mais alguma coisa...
E alugou um quarto espaçoso com paredes frias
Feitas de caixões de querosene
A poesia está morando na pensão de 'Dona Antonha'.
Na janela que abro para o quintal
Na rede que me embala
Na cama vazia do meu quarto
Ante os meus olhos pidões de rapaz solteiro..."

No fim do mês, quando a "mesada" lhe faltava e os rogos e queixas de "Dona Antonha" aumentavam de intensidade, Bernardo declamava poesias à dona da pensão, ripostando com oportunas carícias os incômodos de uma locação em mora.

Cuido que, assim, terá concluído o curso de direito sem despesas de moradia.

Outro poema seu, daqueles tempos de venialidades, muitos dos velhos amigos de Bernardo sabemos de cor:

" — Dorme, Linaura!
Que os cílios dos meus olhos
estão aqui acesos e prontos para te velar.
E se as sentinelas malvadas das noites compridas
enchê-los de sonolências loucas,
eu acordarei meu sexo.
Mas tu não ficarás só,
Tu não ficarás só, Linaura!"

Gebes de Melo Medeiros, alagoano, era o *dandy* da turma. Como Bernardo, recebia ajuda financeira, mensal, da família de Maceió. Mais folgado do que os outros, gastava-a com roupas extravagantes: paletó marrom, calça verde, camisa azulada, meias de três cores, listradas, sapatos de sola dupla, gravata parafernálica — verdadeiro precursor do "tropicalismo" nos idos de 1939.

Fui com ele, um dia, ao seu alfaiate. À pergunta do profissional sobre como queria o estilo de roupa, Gebes redargüiu, espalhafatoso:

— Bote tudo quanto for de "frangagem": preguinhas, bolsinhos, aberturinhas, o diabo! Eu quero é escandalizar a sociedade!

Como era bem acolhido em todas as rodas, foi incumbido de organizar as festas de formatura, inclusive de redigir os convites. O resultado de seus esforços encheu de revolta os colegas mais velhos da turma. É que Gebes havia mandado imprimir no texto dos convites a letra de uma valsa, de autoria de Plácido de Souza, outro colega, com versos que "mataram de vergonha" alguns colegas:

"Quero ser doutor,
Para ter anel,
Pra ser Promotor
No interior
E me casar
Com a filha do 'coronel'!"

É que entre os formandos, havia homens idosos, com famílias crescidas, outros já avós, eu mesmo casado havia seis meses. No geral, a turma se valera do Art. 100 para recomeçar os estudos, chegando à faculdade além do verdor dos anos. Gebes quase apanha pelos versos da *Valsa da despedida*...

No dia da festa de nossa formatura, em dezembro de 1941, aviões japoneses, em levas sucessivas, atacaram a esquadra norte-americana em Pearl Harbour.

Saímos da faculdade com um diploma de bacharel debaixo do braço, pela porta da frente, enquanto o nazi-fascismo, alargando os horizontes da Segunda Grande Guerra Mundial, arrombava as do fundo.

CAPÍTULO II

AGITAÇÃO DOS ANOS 20. "OS 12 DA RUA VELHA" — UMA REVOLTA ESQUECIDA. A PASSAGEM DA COLUNA PRESTES POR PERNAMBUCO. CLETO CAMPELO E SEU MARTIROLÓGIO.

Quando menino, surpreendia-me o fato de dois irmãos, nossos vizinhos da Rua dos Prazeres, Melquíades e Elpídio Pais Barreto, conversarem amistosamente, o primeiro, capitão do Exército, o outro capitão da Força Pública do Estado de Pernambuco. É que se vivia, na época, a seqüência das lutas "tenentistas" de 1922, 1924 e 1926, revoltosos das Forças Armadas nacionais, de um lado, "meganhas" e "macacos", de outro — como eram chamados pelo povo os militares das polícias estaduais.

Mesmo sem compreender perfeitamente o que se passava, minhas simpatias se voltavam para os "tenentes", que apareciam aos meus olhos como defensores de uma nova ordem social. E uma nova ordem social representava nada mais, nada menos, do que mais comida ao jantar, promoção para meu pai na Recebedoria, lança-perfume Vlã listrada de cores no Carnaval, a satisfação de comer um abacate inteirinho, e não pela metade, como era hábito lá em casa, roupa nova nas festas de fim de ano, mais "peido-de-velha" e "busca-pé" no São João e São Pedro e brinquedos comprados em loja — não as aparas de folhas-de-flandres que a fábrica de óleo — a "fábrica do alemão" — jogava à beira da maré e com as quais nós fazíamos espadas e armaduras para imitar as séries de *Os três mosqueteiros,* que o Politeama levava toda quinta-feira.

Uma conversa aqui, outra acolá, e eu ia tomando conhecimento da situação nacional, pelas esquinas ou nos comentários dos vizinhos, entre si. E os nomes dos "heróis" de minha infância iam tomando corpo, eu os identificando nos clichês dos jornais: Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes, Luiz Carlos Prestes, Eduardo Gomes, Newton Prado, Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Aníbal Benévolo, Joaquim Távora, Cleto Campelo, Gwayer de Azevedo, João Cabanas (o da famigerada "Coluna da Morte"), Djalma Dutra — galeria de destemidos patriotas, que se

confundiam com os meus ídolos do cinema, uns e outros encantando-me com suas façanhas.

A carvão de pedra, desenhava suas figuras na beira das calçadas, Prestes com suas longas barbas, Juarez esguio, com ares de galã, Cleto Campelo de óculos de aro fino, Newton Prado de fuzil na mão nas areias de Copacabana.

Em 1924, fomos veranear na praia do Pina, perto do Recife, na Rua 15 de Novembro, 32, numa casa de taipa, das muitas que possuía naquela ilha o "Coronel" João Dantas, que a cedera de graça, em troca de escritas e balanços que meu pai fazia de seus vários negócios.

Nossa casa ficava perto do Cassino do Pina, um tosco *dancing* de madeira em cujo palco assisti ao primeiro espetáculo teatral da minha vida, *A Sogra,* encenado por Barreto Júnior e Amália de Oliveira, e, em cujo piso de cimento, amplo e espaçoso, ensaiei os primeiros passos de dança.

Lá conhecemos a família Canindé, do Ceará, cujo chefe, oficial do Exército, se encontrava preso no Rio, por haver tido participação na revolta de 1922.

À agitação militar correspondia a dos operários, com seus sindicatos, falando-se muito nos nomes de Cristiano Cordeiro, Caetano Machado e Joaquim Pimenta. Cristiano era colega de repartição de meu pai. E dele eu sabia coisas maravilhosas, de dignidade e firmeza de caráter. Era — soube-o depois — um dos nove fundadores do Partido Comunista do Brasil e seu primeiro líder em Pernambuco.

Meu pai contava que Cristiano, em dada ocasião, vendo seu nome de funcionário público incluído numa lista para promoção — doces tempos, em que comunistas notórios podiam ser funcionários do Governo! —, solicitou uma audiência ao Secretário da Fazenda e quando este pensava que o chefe do PC ia pedir por seu acesso na carreira do funcionalismo, numa lista de muitos, ouviu boquiaberto de Cristiano que, entre tantos colegas, seu nome era um dos menos indicados. Havia outros que mereciam a promoção, por sua experiência no trabalho, mais do que ele.

Com os dois 5 de Julho, de 1922 e 1924, o panorama político do país era de franca efervescência. Conspirava-se por todos os lados, em todos os escalões do Governo.

Lembro-me de que, nas vésperas de todo 1.º de Maio, as ruas da cidade, depois das seis da noite, passavam a ser patrulhadas pela cavalaria, grupos de dois ou três investigadores revistando as pessoas, as sedes dos sindicatos operários da Rua do Bom Jesus, do Cais do Apolo e da Rua do Brum, no bairro portuário do Recife, repletas de associados, bandeiras hasteadas, boataria de greves assustando as famílias.

Para abril de 1925, anunciava-se, em surdina, o "estouro" de uma revolução em Pernambuco. Governava o Estado o Dr. Sérgio Loreto.

A conspiração estava em marcha, tendo como sede a casa da Rua Velha n.º 169, na Boa Vista. Com o movimento — dizia-se — estavam comprometidos oficiais do Exército e da Polícia, além de jornalistas, médicos, advogados, líderes sindicais.

Armazenando caixotes de dinamite, os conspiradores, em primeiro lugar, imaginavam a tomada do Palácio do Governo. Planejava-se, para isso, obter que, num determinado dia, a escolta de segurança da sede do Governo estivesse sob o comando de um oficial comprometido com o movimento, daí partindo-se para o assalto a delegacias de polícia e quartéis.

Refugiados em Pernambuco, encontravam-se, em plena clandestinidade, Carlos Chevalier e Sampson de Nóbrega Sampaio, oficiais da guarnição do Rio, procurados por sua filiação aos "tenentes" da insurreição de 1924.

Outro oficial, que fizera agitação na Escola Militar de Resende, no 5 de Julho de 1922, Carlos Valente, se achava no Recife, contactando com os revoltosos da Rua Velha.

De Pernambuco mesmo, falava-se em Carlos Afonso, Cleto Campelo, Severino Gamboa Cardim, Cirne de Azevedo, médico da Força Pública, Braz Calmon Gomes, Edmar Lopes, Gastão da Silveira, capitão do Exército, o tenente farmacêutico do Hospital Militar Domingos Pessoa Guedes, os sargentos Oscar de Siqueira, Pedro de Holanda, amanuense do QG da 7.ª Região Militar, o coronel reformado da 2.ª Linha José dos Santos Araújo — todos do Exército ou da Força Pública —, além dos civis Sílvio Cravo, advogado, Joaquim de Oliveira, jornalista, Francisco Toscano de Brito, inquilino da casa n.º 169, da Rua Velha, sede do movimento, seu irmão Luiz Toscano de Brito, Cristiano Cordeiro, Osório Borba, jornalista, Indalício Cavalcanti, comerciante, Francisco Pontual, engenheiro, Osmundo Borba, irmão de Osório, Alfredo de Morais Coutinho, médico, Carlos Juvêncio Mariz, Baltazar da Câmara, Clóvis Coutinho, médico, funcionário público, Francisco Beiró Uchoa, Luiz de Gois, médico, Josias Carneiro Leão, Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti, Manuel de Souza Barros, Ascendino Neves, Oscar Veloso e Anfilóquio de Holanda Cavalcanti.

Esse Anfilóquio merece um perfil rápido. Filho de Tomás de Holanda Cavalcanti e de Maria do Carmo Cavalcanti, nasceu em Vila de São Braz, Alagoas, tendo recebido somente instrução primária. Como sargento da Marinha, no Rio, participou dos dois 5 de Julho, o de 1922 e o de 1924, em rebelião contra a situação dominante. Temperamento afeito à luta, integrou o grupo que o Almirante Protógenes Guimarães organizou para uma revolta na Ma-

rinha de Guerra, nos anos 20, frustrada aliás. Dizia-se no Recife que Anfilóquio fora o sargento da Marinha que entregara ao General Tertuliano Potiguara uma "encomenda postal", contendo dinamite, o que provocou ferimentos graves no oficial que combatera os "18 do Forte de Copacabana", fazendo-o perder um braço.

Vindo para o Nordeste, Anfilóquio participou da Revolução de 1930, sendo que aí como filiado ao Partido Comunista. Antes de vir para o Recife, estivera escondido no Engenho Pindoba, em Alagoas.

Em maio de 1938, quando da tentativa de golpe integralista ao Palácio Guanabara, no Rio, houve muitas prisões de adeptos de Plínio Salgado no Recife. O tenente do Exército Artur Guilherme Correia, antigo revolucionário de 1924 e 1926, no sùl do país, havia recebido tarefa dos comunistas para ingressar no setor militar dos integralistas, procurando sondar-lhes os passos na conspiração fascista já em preparo.

Sabendo, de ciência própria, da data da eclosão do movimento integralista, o Tenente Artur Guilherme procurou Lauro Góis, do clandestino PC pernambucano, para cientificá-lo do segredo. Faziam parte do Comitê Estadual do PC, nessa época, Antônio Bento Monteiro Tourinho, ex-militar do Exército, Hélio Amorim, conhecido por Coteto, e Anfilóquio Cavalcanti. Comandava a 7.ª Região Militar o General Cristovão Barcelos, que Anfilóquio conhecera na conspiração do Almirante Protógenes Guimarães.

Foi dada, então, a Anfilóquio a tarefa de ir ao QG da 7.ª Região, a fim de contar ao seu comandante a iminência do golpe integralista no Recife. Isto feito, o general não quis acreditar no que lhe dizia o velho companheiro de lutas. O General Barcelos, em primeiro lugar, antes de qualquer procedimento, queria saber a fonte da notícia trazida por Anfilóquio. Com a resistência de Anfilóquio em dizê-lo, o general conservou-o preso no QG até a noite, suspeitando de sua história. Diante, porém, de outros informes, que coincidiam com o do dirigente comunista, o comandante da Região mandou colocar as forças sob suas ordens em regime de prontidão, comunicando-se imediatamente com o Governo do Estado.

Na madrugada do levante integralista, nada puderam fazer os correligionários de Plínio Salgado no Recife, graças à ação de Anfilóquio de Holanda Cavalcanti.

No *putsch* de 11 de maio de 1938, os "camisas-verdes" de Pernambuco foram imobilizados pela polícia, antes de botar a cabeça de fora. Houve prisões e muitos saíram do Recife a tempo. Há versões de que, como no Rio, a Polícia Civil de Pernambuco estaria comprometida com o golpe integralista.

Em 1935, como funcionário da Administração do Porto do Recife, Anfilóquio tomou parte no movimento "aliancista". Seu

prestígio na orla marítima era enorme. Mas conseguiu salvar-se da repressão, não tendo sido sequer processado, como o foram os demais companheiros.

Em fins de 1938, a polícia de Pernambuco quis envolvê-lo como autor principal do homicídio de que fora vítima um comerciante português, no lugar Cruz do Patrão, no Recife. Preso, mas sem provas que o inculpassem, foi afinal deportado para o Rio pelo Delegado Edson Moury Fernandes.

De uma doença que contraiu nessa prisão, nunca mais se curou, vindo a falecer, logo chegado ao sul do país.

Os que o conheceram, enaltecem-lhe o caráter e a firmeza política.

A eclosão da revolta dos "12 da Rua Velha" estava prevista para 13 de abril, distribuídas as tarefas e as dinamites, quando não armas curtas e mosquetões. Naquele dia, estaria escalado para comandar a guarda do Palácio do Governo o Tenente Braz Calmon, escolhendo-se a dedo outro conspirador da Força Pública para o plantão da noite, na sede do Governo. Chefiava o movimento o advogado Sílvio Cravo, bastante conhecido no Recife.

Eis porém quando — destino das conspirações? — se infiltrou na conjura o tenente de polícia Luiz Gonzaga, espião do Coronel João Nunes, comandante da Força Pública e notório por suas refregas contra Lampião.

Antes do momento crucial, a casa da Rua Velha foi assaltada por uma força composta de mais de cinqüenta soldados, prendendo-se quase toda a direção do movimento e frustrando-se o seu planejado "estouro".

A essa altura, um Manifesto ao Povo já estava nas redações dos jornais, anunciando a vitória da sedição, assinado, não só pelos elementos de Pernambuco, como por nomes como Luiz Carlos Prestes, Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Assis Brasil, não se sabendo ao certo que se tratava de um chamariz, para atrair as simpatias da população, ou se essas pessoas estavam realmente comprometidas com o golpe civil-militar da Rua Velha.

Chevalier e Sampson Sampaio já haviam estabelecido ligação com outros conspiradores do Rio, Ceará, Paraíba e Alagoas, trocando mensagens cifradas.

Essa "revolução" natimorta passou às crônicas do Recife com o nome de "Os 12 da Rua Velha", à imagem dos "18 de Copacabana".

Do seu Manifesto ao Povo constava, como princípios a defender: "amparo e proteção à infância e à velhice, assistência hospitalar e doméstica, debelação dos males que dizimam as populações

rurais e urbanas, remoção das causas promotoras da carestia de vida, garantia de trabalho e da economia nacional, fomento e circulação das riquezas, independência da Justiça, organização da instrução pública, profissional e técnica, gratuita e obrigatória, liberdade de reunião, de pensamento, de voto e de crença, equilíbrio dos orçamentos governamentais e responsabilidade administrativa".

"Os 12 da Rua Velha" eram os seguintes, como chefes supremos da sedição: Sílvio Cravo, Francisco Toscano de Brito, Cristiano Cordeiro, Francisco Pontual, Indalício Cavalcanti, Severino de Siqueira Cavalcanti, Cirne de Azevedo, Carlos Afonso de Melo, Gamboa Cardim, Gastão da Silveira, Edmar Lopes e Pedro de Holanda. Seu historiador foi o jornalista Joaquim de Oliveira — autor do livro, hoje raro, *Os Doze da Rua Velha — Um capítulo das conspirações pernambucanas* —, que trabalhava na redação de *A Província,* diário recifense, sendo o tenente da polícia Luiz Gonzaga o seu "joaquim silvério dos reis".

Denunciados pelo Procurador-Geral da República em Pernambuco, Dr. Antônio Leitão Vieira de Melo, foram os implicados logo depois postos em liberdade, por *habeas-corpus* concedido pelo Juiz Federal no Estado, Dr. Cunha Melo, que os despronunciou, conforme as leis da época, por falta de provas suficientes.

Três meses depois, os mesmos elementos voltaram a conspirar, armazenando novamente bombas de dinamite e armas numa casa do subúrbio de Dois Irmãos, no Recife, cujas chaves se encontravam em poder de Josias Carneiro Leão, evadido da Correcional do Rio, com outros presos políticos.

Quando se achava parado defronte da Farmácia Pinho, em pleno centro da cidade, na Rua Nova, foi Josias preso, por mera suspeita de seu tipo físico, pelo Tenente Alencar, o mesmo que comandara a invasão da casa n.º 169 da Rua Velha.

Mais que depressa, os maquinadores da nova revolta trataram de arrombar a porta da casa de Dois Irmãos, dando outro destino aos depósitos de explosivos, à espera de novas oportunidades para novas "revoluções".

Outros eventos prendiam também minhas atenções naqueles anos. Quando não era uma quartelada ou o pouso no campo do Encanta Moça, no Pina, de um avião que atravessava o Atlântico, eram festas que se organizavam na Rua dos Prazeres, com gambiarras trespassando o comprido do logradouro, luzes verdes, vermelhas, azuis, charanga tocando num coreto, a gente passeando de um lado para outro — quando não era o Capibaribe enfurecido, com suas cheias medonhas, como a de 1924, que o povo crismou de "Desarma a Rede".

Do Recife dizia-se, como Heródoto do Egito, que era uma dádiva do rio. Mas a cheia de 1924 foi madrasta, levando de rojão os mocambos das zonas ribeirinhas, avançando por "caminhos nunca dantes navegados", invadindo os novos aterros da cidade, assustando a população.

A conquista, pela urbanização, de velhos terrenos alagadiços, tomados do Capibaribe e do Beberibe, estreitava as suas margens, forçando os rios ao transbordo de seu volume d'água, nas grandes enchentes do ano. O flagelo vinha desde os tempos de Maurício de Nassau, quando da ocupação de Pernambuco pelos holandeses, no século XVIII. As crônicas de então já registravam cheias incomuns.

No decorrer do tempo, a fúria do Capibaribe, principalmente, aumentava a cada período chuvoso. A fúria do rio ou dos homens. Bertolt Brecht protestou, certa vez, contra as agressões do homem aos rios, comprimindo seus caminhos naturais, violentando seu curso. Ninguém se lembra de condenar o homem por tamanhas demonstrações de brutalidade, mas quase todos reclamam dos rios a violência das enxurradas.

"Desarma a rede!", foi o grito de alarma que acordou o Recife na madrugada de 28 de abril. Chovia desde o dia 18, com pequenos intervalos. É tradição na capital de Pernambuco a ocorrência de grandes "pés-d'água" naquele mês: "Abril, chuvas mil", costuma-se repetir.

Fomos despertados no dia 28 ouvindo os búzios tocar, um cantochão monótono, distante, arrepiador — sinal dado pelos pescadores do Capibaribe quando da aproximação de cheias. O som abafado e grave emitido pelas conchas marinhas parecia um grito surdo de suicida, asfixiado na laringe. "É cheia das grandes", comentava "Chico do Cachimbo", com sua experiência de prático da barra. A gente se levantava assustado e corria às margens do Capibaribe para ver o seu volume, as águas já invadindo as primeiras casas da Rua dos Prazeres.

Fugindo à rotina, para nós aquilo não passava de uma festa, trágica, mas, de qualquer modo, divertida, pessoas retirando seus troços de casa, às pressas, homens tomando suas goladas de cachaça para agüentar o pior, mulheres carregando meninos de colo, puxando outros pela mão, trastes velhos desfilando pela rua — mesas de jantar, penicos, colchões de palha, panelas de barro, regador de clister —, tudo uma azáfama de tarefas de emergência, a rua em peso em burburinho, os moleques da Ilha do Leite aproveitando o ensejo para fazer demonstrações de acrobacia na torrente, mergulhando e gritando "galinha gorda, gorda é ela; vamos comer cabidela!" E lá vinha o Capibaribe, reforçado em seu volume, rolando numa pressa de quem tem sede de vingança, trazendo em seu bojo bananeiras,

"baronesas", toros de árvores adultas, boi morto, inchado, num arrastão incontido e avassalador.

As providências do Governo eram as de sempre: abrigar os flagelados nos grupos escolares, nos prédios ou casarões em ruínas e apelando à população para os movimentos de solidariedade. Muitos flagelados, quase todos, bendiziam os dias de enchentes, que lhes davam oportunidade de comer três vezes por dia, de receber roupas usadas e tomar vacina contra epidemias, sacos e mais sacos de feijão, farinha e "carne do Ceará" chegando aos postos de abrigo, como dádivas de "generosos" comerciantes, os quais, mal enxutas as ruas do lodaçal das cheias, já corriam a aumentar desmesuradamente o preço de seus produtos, descontando o novo e o velho, na contabilidade fria de sua algidez mercantil, fiéis ao provérbio de que "quem dá aos pobres, empresta a Deus".

Se não vinham as cheias, vinham os aviões Saint Romain perdendo-se no Atlântico, a cidade toda no campo do Encanta Moça, noite adentro, iluminando-se o precário local de pouso com holofotes de carros particulares, os trepidantes Ford 24, ou os Chevrolet de possantes faróis dianteiros. Ou então o Jahu, que vinha mas não vinha, sai hoje, sai amanhã, quebrou o motor, faltou gasolina, adoeceu o piloto, o Governo não deu licença, tá chovendo muito, mil desculpas fortuitas para embaraçar o *raid* que empolgou o Brasil de norte a sul.

No dia em que o Jahu desceu nas águas da entrada do porto, o Recife todo se levantou de entusiasmo patriótico. Eu saí às ruas com uma estampa da bandeira nacional entre a blusa e o paletó, costurados, como sempre, por duas moças-velhas, Dona Mariquinha e Dona Marroquinhas, irmãs e beatas, moradoras na Travessa do Jasmim, a primeira no ardor de sua categoria de "vitalina", já passada nos anos, ela mesma fazendo questão de tomar as medidas do meu corpo, o tamanho da cintura, a altura das calças curtas, enfiando a fita métrica na minha virilha, demorando, demorando, e me dizendo num sussurro de excitação: "Você está um rapazinho, hein?"

Hinos, cânticos em todos os ritmos, paródias e até emboladas se compunham em honra a Ribeiro de Barros, Newton Braga, João Negrão e Vasco Cinquini pela travessia Gênova—Santos.

Foram semanas de espera, boatos surgindo de todos os cantos, numa expectativa que punha os nervos à flor da pele:

"'Seu' Ribeiro, tenha pena
De quem só vive a esperar,
Pois aqui não se faz nada
Antes do Jahu chegar".

Os poetas de cordel, os folhetinistas, os cantadores de viola do Mercado de São José, as seções de humorismo da imprensa, tudo, tudo, a pilheriar com o Jahu: tá demorando que só o Jahu, dizia a namorada, quando o seu belo brumel não chegava na hora; sim, eu pago a conta que lhe devo, mas só quando o Jahu chegar...

Outro acontecimento digno de nota foi a passagem pelo Recife do ex-presidente Artur Bernardes, naqueles anos tumultuosos, as pontes guarnecidas de soldados de polícia, baionetas caladas às pampas pelas ruas, a cavalaria vigilante, a estudantada entoando os versos do tempo em que "seu" Mé tinha sido lançado candidato ao Catete:

"Ai, 'seu' Mé!
Aí, 'seu' Mé!
Lá no Palácio das Águias, olé!
Não hás de pôr o pé!"

Nessa época, os estudantes do Recife haviam adotado a moda de usar cartola. Conheciam-se os acadêmicos pela cartola. E a cartola, ou "bacurinha", era um fácil atrativo às violências policiais de Ramos de Freitas, o "Beiçola", Inspetor-Geral da Polícia, sob as ordens atrabiliárias de Eurico de Souza Leão, chefe de Polícia.

Waldemar de Oliveira que, no fim da vida, foi um adversário impenitente da chamada "música engajada", iniciou-a no Recife com uma marchinha de letra política:

"Sai, cartola!
Sai, chapéu!
Se não tens boa cachola
Tal chapéu
Só merece
Estudante que padece".

Entre os aviões que chegavam e as revoltas frustradas contra o Governo, lá vinham os dias do Graf Zeppelin, o balão que os alemães puseram a voar nos anos 20, bojudo, cortando de leve os espaços como um charutão, varando as nuvens do Nordeste, como quem entra na casa alheia sem pedir licença, modorrento, mas belo. De cara pro ar, ficávamos nós, horas inteiras, à espera de Zeppelin.

Lá vinha ele, fazendo curvas, preguiçoso, grande demais para uma cabine tão pequena, o consulado alemão em festa, oferecendo coquetel à imprensa, a casa dos alemães da Rua dos Prazeres iluminada, o retrato da aeronave nas primeiras páginas dos jornais, a ciência na boca de todo mundo, gases de nomes complicados nas conversas dos leigos, discussões sobre a superioridade de raça —

e o Graf Zeppelin singrando os céus, procurando o rumo de Jequiá para descer:

"WZ, KDKA, UZQP!
— Alô, Zeppelin!
— Alô, Zeppelin!
— Jequiá
— Usted me puede dar nuevas del Zeppelin?
— Dove il Zeppelin?
— Where is the Zeppelin?
— Passou agorinha em Fernando de Noronha
— Ia fumaçando!"

(Augusto Severo, acorda do teu sono, Bichão!)

— Alô, Zeppelin!
— Alô, Zeppelin!
— RÁDIO! RÁDIO! RÁDIO!
— WZ, QPQP, GQAA... Jequiá!
— Apontou!
— Parece uma baleia se movendo no mar!
— Parece um navio avoando nos ares!
— Credo, isso é invenção do Cão!
— Ô coisa bonita danada!
— Viva "seu" Zé Pelin!
— Vivôôô!
Deutschland Über Alles!
Chopp! Chopp! Chopp!
— Atracou!
...
Saudade:
"— Olá 'seu' Ferramenta
Você sobe ou se arrebenta!"

Era o poeta Ascenso Ferreira, corpo de gigante em alma de menino, bardo poderoso da paisagem social dos canaviais do Nordeste, alumbrado diante da belonave que invadia os mistérios do seu Recife, cujos becos e ruas mal-assombradas ele cantou em versos magníficos:

"Sozinho, de noite,
nas ruas desertas
do velho Recife
que atrás do arruado
moderno ficou...

criança de novo
eu sinto que sou:
— Larga de ser vagabundo, Ascenso!"

A década de 20 em Pernambuco, sobre que Souza Barros escreveu um delicioso depoimento, foi realmente de grandes agitações, num quadro geral de inconformismo. A classe operária agia e se organizava, promovendo greves de reivindicações, associando-se a setores profissionais da classe média para dar mais força às suas lutas. Vivia-se a influência das idéias anarquistas, que os imigrantes europeus, sobretudo espanhóis, italianos e portugueses, propagavam, trazendo para o país que os acolhia as agitações políticas do século. Difundiam-se as entidades dos trabalhadores — uniões beneficentes, associações de defesa disso ou daquilo, sociedades de amparo social — que culminaram nos primeiros congressos operários, com a palavra de ordem da sindicalização.

Cristiano Cordeiro dá o seu testemunho dessa época a Souza Barros, numa versão histórica das mais valiosas para se acompanhar a marcha das lutas sociais em Pernambuco. Segundo Cristiano, veio ao Recife, aí por volta de 1914, o operário pernambucano José Elias da Silva, residente no Rio, para dar início à campanha de sindicalização dos trabalhadores urbanos. A União dos Estivadores foi a primeira entidade a ganhar corpo, com o operário Eufrosino Carneiro à frente. Seguiram-se o Sindicato de Armazéns, Trapiches e Carga, chamado também de Sindicato da "Resistência", o de Carvoeiros, o da Construção Civil, o da "Vanguarda". Com a criação da Federação das Classes Trabalhadoras, vieram outros sindicatos, recém-formados, dos Tecelões, Metalúrgicos, Padeiros, Gráficos, Transportes Urbanos e Ferroviários. Cristiano foi quem redigiu a maior parte dos estatutos dessas instituições.

Em conseqüência do avanço dos trabalhadores, na tarefa de conscientização que os sindicatos efetuavam, houve, inevitavelmente, o primeiro confronto de classe em 1919, com a primeira greve geral na história do Nordeste, talvez, por sua extensão, do Brasil, os "transviários" liderando, como força principal, a causa obreira. "Transviários" chamavam-se porque eram empregados da Pernambuco Tramways and Power Company Limited, truste norte-americano que monopolizava os serviços públicos de transporte, luz, força e telefone no Recife. Por usarem farda de cor azul, passaram a ser chamados de "linha azul" do proletariado, com forte atuação sobretudo nos preparativos e deflagração do movimento de 1930.

Conta-me Cristiano Cordeiro que, formado o Comando da Greve, ficara combinado, em assembléia, que a liderança operária procuraria entender-se diretamente com Mr. Smith, superintendente

da Tramways. O "gringo", porém, resistiu a receber comissões de trabalhadores, argumentando que só o faria se viessem acompanhadas de advogado ou "pessoa responsável".

Penitencia-se, hoje, Cristiano de haver sugerido, naquela hora, o nome do Professor Joaquim Pimenta, cujas atividades, como líder operário, não tinham tido ainda começo. Foi justamente aí, nessa ocasião, que Pimenta, astucioso, viu abrirem-se as portas de sua atuação como defensor dos trabalhadores. Juntando-se à comissão, parlamentou com Mr. Smith e, mais pela força de pressão da greve que se alastrava por toda a cidade, parando tudo, inclusive a imprensa, com a adesão dos gráficos e jornalistas, os patrões aceitaram negociar um acordo, em grande parte favorável aos paredistas.

Marcada na Praça da Independência uma gigantesca concentração para ouvir, de viva voz, o relato dos entendimentos e os termos do acordo, a massa recebeu, como a um herói romano, em sua carruagem, o jovem Professor Joaquim Pimenta que, de pé, num automóvel de capota arriada acenava para a multidão, enquanto o povaréu entoava o estribilho: "Pimenta! Pimenta! Pimenta!" Cristiano, na sombra, já começava a imaginar a quanto iria aquele agitador de idéias sociais, precursor do "peleguismo", que José Lins do Rego retrata, em todos os meandros de sua atuação política, no romance *O moleque Ricardo*.

Com a vitória do socialismo na Rússia, em 1917, o movimento anarquista sofreu profundas alterações, que repercutiram no seio dos trabalhadores e dos intelectuais do mundo. No Brasil, anarco-sindicalistas como Cristiano Cordeiro e Astrogildo Pereira, amigos entre si, aliás, um no Recife outro no Rio, receberam o impacto das novas idéias de Lênin, sobre a construção do primeiro Estado proletário, com entusiasmo, retificando posições anteriores. Com isso, deram início à fundação, juntamente com outros companheiros, do Partido Comunista do Brasil, nascido do fragor das guerras imperialistas e de memoráveis lutas operárias em todos os países adiantados.

Em fins de março de 1922, formalizou-se, então, a fundação do PCB no Rio, cujos trabalhos de encerramento se realizaram em Niterói, num prédio de dois pavimentos, em que morava Astrogildo, na companhia de umas velhas tias. Razão por que — segundo informa Cristiano — houve o episódio muito pitoresco de se cantar o hino da Internacional Comunista em voz baixa, para não incomodar as titias. Ou então para não assustá-las.

Voltando para o Recife, Cristiano Cordeiro participa de movimentos sociais reivindicatórios, estimula a criação de sindicatos, forma quadros, alfabetiza o padeiro José Caetano Machado, que chegou a figurar entre os grandes líderes do proletariado pernambucano na década de 20, tendo inclusive participado de reuniões em países

da Europa, ombro a ombro com as grandes figuras do movimento operário mundial.

Detido dezenas de vezes, quando a polícia mandava prender "os suspeitos de sempre", Cristiano Cordeiro, homem de classe média, bacharel, foi sem a menor dúvida o mais autêntico dirigente de massa em seu Estado, "lenda em todo o Nordeste", como declara Raquel de Queiroz a John W. Foster Dulles Junior.

Hoje, recolhido à sua modesta velhice, reage à idéia de contar sua história, com o argumento, muito seu, de que Lênin, ao contrário de Trótsky, jamais escreveria um livro com este título: *Minha vida*.

Ainda assim, relembra os fatos de que foi testemunha, insistindo para que se não espalhem incidentes quase anedóticos por ele assistidos, ou de que foi parte, tão séria é a sua postura diante da História. Lá vai um, com a licença do bom Cristiano.

Encontrava-se no Recife um agente do PCB do Rio para a realização de tarefas especiais, de contacto. Solteiro, o militante comunista madrugou pelas pensões do chamado "baixo meretrício", contraindo moléstia venérea. Sem poder trabalhar, desprovido de recursos, metido numa casa, manda chamar Cristiano e conta sua desdita. Numa reunião política, Cristiano transmitiu o episódio, com todos os detalhes, rogando providência, inclusive financeira, para assistir o companheiro. Pondo em brios todos os seus pruridos "bolchevistas", um dos participantes da reunião admoestou Cristiano:

— Camarada Cristiano, desde quando a gonorréia faz parte do programa da Revolução?

A resposta veio mansa, mas sábia:

— A gonorréia, realmente, não faz parte, mas os blenorrágicos fazem.

Quando a Coluna Prestes incluiu o Nordeste em sua trajetória, em face do malogro dos levantes programados no Sul, tinham-se como possíveis algumas insurreições em suas principais cidades. O Recife era uma delas. João Alberto confirma em suas memórias que "era nossa intenção marchar sobre o Recife, cidade cujo povo havia demonstrado simpatia pela revolução desde 1922 e onde contávamos com um levante de tropa preparado pelo Tenente Cleto Campelo".

Contornando o território pernambucano pela costa oeste, os comandantes da Coluna esperavam estabelecer ligações com os conjurados do Recife, o que realmente se verificou na cidade de Floriano, perto de Teresina, em princípio de 1926. Prestes e João Alberto receberam os emissários de Cleto — o suboficial da Marinha

Waldemar de Paula Lima e o jovem revolucionário Josias Carneiro Leão, recém-fugido do Rio, por motivos de atuação política [1]. Ficou então acertado que, na hipótese de fracassar o movimento no Recife, deslocar-se-ia da capital rumo ao sertão uma coluna para juntar-se à de Prestes. O local combinado foi Triunfo, aquém das fronteiras da Paraíba. Data: entre 12 e 15 de fevereiro.

Dos Estados da Federação percorridos pela Coluna Pernambuco o foi por duas vezes. É que o levante do Recife, estimado como viável, oferecia excelentes condições políticas.

Nascido a 29 de dezembro de 1898, no bairro da Torre, no Recife, Cleto da Costa Campelo Filho estudou no Ginásio Pernambucano, tendo sido aluno laureado de sua turma, ao concluir o curso ginasial. Em seguida, como praça de pré, entrou na Escola Militar de Realengo. Incluído entre os que haviam alcançado as melhores notas, Cleto, ao receber as divisas de tenente, teve a prerrogativa de escolher o Estado onde devia servir, preferindo Pernambuco.

Seu nome aparece nas crônicas das lutas "tenentistas" sob uma aparência de românitco, quase quixotesco, levantando-se sozinho em armas e, acompanhado de uns poucos, tentando juntar-se à Coluna Prestes. Não é isso, apenas. Cleto tinha consciência dos problemas sociais de sua época, convivendo com intelectuais e líderes de esquerda no Recife. Cristiano Cordeiro informa que lhe emprestou vários livros sobre socialismo, em francês e espanhol. Os planos do seu levante contavam com o apoio de dezenas de civis, homens das mais variadas condições sociais e profissionais, inclusive dirigentes de sindicatos, sendo, segundo Souza Barros, "uma longa e porfiada conspiração para dar ao esforço heróico da marcha da Coluna Prestes o apoio e o domínio de um grande centro urbano como o Recife".

Na fase de preparação de seu movimento armado, Cleto achava-se em rigorosa clandestinidade [2]. É que, quando servia em Pernambuco, logo concluído o curso de cadete, tivera um incidente com um "capanga", de nome "Paraíba", dos poderosos Pessoa de Queiroz, sobrinhos de Epitácio Pessoa, num comício em que falava Joaquim Pimenta, à esquina da Rua do Imperador com a Praça da República, sendo em conseqüência mandado para a guarnição de Ipameri, em Goiás, como castigo.

Ao passar pelo Rio, foi entrevistado pelo *Correio da Manhã* sobre o momento político nacional, declarando-se abertamente contra o Governo. Nos estilos, consultado pelo Ministério da Guerra a respeito das declarações prestadas à imprensa, confirmou-as, item por item, sendo mandado preso à Fortaleza de Santa Cruz.

Em junho de 1922, surpreendido com um começo de incêndio nos depósitos do forte, onde se armazenavam os paióis de pólvora, o Tenente Cleto Campelo comandou a dominação das chamas, recebendo elogios do Exército, em boletim.

Na prisão, estreita relações de amizade com outros oficiais presos por motivos políticos, entre os quais Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Com a posse de Artur Bernardes na Presidência da República, o prestígio dos Pessoa de Queiroz ficou um tanto abalado. Cleto consegue, em fins de janeiro e começos de fevereiro, voltar a Pernambuco. Irrompe, então, o 5 de Julho de 1924, no Sul, e Cleto, oficial do 21.º Batalhão de Caçadores, teve de seguir para o Rio, a fim de dar combate aos rebeldes. Na primeira escaramuça, bandeia-se para o lado dos companheiros de Prestes, junto com outro oficial. Daí por diante, assume o risco da vida clandestina. Reúne-se com o comando supremo dos insurretos, logo se comprometendo a regressar a Pernambuco e preparar uma revolta em apoio aos companheiros do Sul.

Como "foguista" de um navio do Lloyd Brasileiro, desembarca em Maceió, vindo de trem para o Recife agora como "ajudante de maquinista". Na capital de Pernambuco, tem vida ilegal, articulando-se com oficiais refugiados e elementos civis, alguns do Partido Comunista, bem como, na Paraíba, com Aristóteles Dantas e Serôa da Mota.

À notícia da vinda para o Nordeste de Cleto Campelo, a casa de seus pais, em Areias, é varejada diversas ocasiões pela Polícia Civil. Uma dessas "batidas", realizada à noite, teve como protagonista um policial muito em voga nas crônicas da época, por suas truculências, o 2.º delegado da capital Apulcro de Assunção, irmão do vigário da Matriz da Boa Vista, Cônego Jerônimo de Assunção, figura eciana de padre, gordalhufo e lascivo.

Tudo estava preparado para a deflagração da revolta quando Anfilóquio Cavalcanti, um dos seus proeminentes conspiradores, dá com a língua nos dentes a seus familiares, acusando a existência, em sua própria casa de moradia, na Rua do Alecrim, n.º 105, de estoques de dinamites. Alarmado com a situação, um seu cunhado, o alfaiate José Pedro da Silva, comunica o fato a João Paulo Xavier de Freitas, sargento do Exército, residente na Rua Coronel Suassuna, 358.

Não tardou muito, e o Coronel Toscano de Brito, comandante da 7.ª Região Militar, precisamente no dia 8 de fevereiro, véspera da data marcada para o levante, realizou, através da polícia, uma

[1] *Em entrevista recente, publicada no jornal* O Estado de S. Paulo *em 2/7/78, Prestes se engana, ao aludir que foi procurado não por Josias, mas por Cristiano Cordeiro. É inexato.*

[2] *Outro engano de Prestes, na citada entrevista. Cleto não "servia na guarnição do Recife". Pelo contrário, encontrava-se no Recife ilegalmente, em plena atividade conspiratória, vindo às escondidas do Rio.*

vasta operação, apreendendo material bélico e recolhendo às delegacias todos os elementos suspeitos de comprometimento com a revolta. A "canoa" policial atingiu quase todos os conspiradores, exceto o próprio Cleto Campelo e o suboficial Waldemar de Paula Lima. Entre os acusados, contavam-se Josias Carneiro Leão, Cristiano Cordeiro, Anfilóquio Cavalcanti, Manuel de Souza Barros, Ismar Travassos, Osmundo Borba, Caetano Machado, João Luiz e Adolfo Celso Uchoa Cavalcanti, irmãos, Sílvio Cravo, o chefe dos "12 da Rua Velha", Sabino Cardoso da Silva, Luiz Leal de Barros, irmão de João Alberto, o jornalista Nelson Firmo, Torres Galindo, vulgo "Beleza", Juvêncio Mariz, mulheres como Filomena Cavalcanti, Elza Monteiro e Maria de Lurdes Correia, inúmeros operários recrutados pelo PC, além de oficiais da ativa e da reserva ou desertores, como o Capitão Manuel Narciso Castelo Branco, o Major Paulo Vale, elemento de ligação entre os revoltosos e alguns oficiais da 7.ª Região Militar, o Tenente Everardo, o Tenente Armando Bandeira de Morais, o Tenente Doutor Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, o Capitão Severino Gamboa Cardim, expulso da Força Pública, e outros e outros.

Cleto Campelo Filho aparecia como o cabeça do motim. O nome do General Isidoro Dias Lopes era aclamado como patrono da revolta.

Esses fatos coincidiam com a época do Carnaval, a ocorrer nos dias 14, 15 e 16, rumores circulando de que o Governo iria suspender os festejos, o que deixou a cidade mais sobressaltada. O jornal *A Noite,* de Nelson Firmo e Café Filho, dava cobertura aos "revolucionários", propagando suas idéias.

Com o malogro do levante, Cleto e Waldemar de Paula Lima, através das antigas ligações com o PC, organizaram uma coluna, no dia 18 de fevereiro, pela madrugada, partindo da casa onde funcionou o Grupo Escolar Barão de Bonito, em Tejipió, subúrbio da capital, comandando apenas onze homens. Com esse pequeno grupo, marchando a pé de Areias a Jaboatão, tomaram a cadeia pública, de assalto, prendendo os soldados do destacamento e se apossando das armas. Na estação ferroviária local, a Coluna apoderou-se de uma composição e partiu para a cidade seguinte, já agora com uns cem voluntários armados. Depois, no município de Moreno, realizou a mesma façanha: toma a cadeia, solta os presos, prende a soldadesca e requisita numerário da Coletoria Estadual, deixando recibo assinado para futura prestação de contas. De Moreno, passando por Tapera, foi de trem a Vitória de Santo Antão. Dominado e desarmado o destacamento, almoça a coluna no Hotel Fortunato, pagando Cleto as despesas, rigorosamente. Já aí dispunha de cento e vinte homens. No quilômetro 43 da estrada de ferro, retiraram os revoltosos, de uma pedreira, cargas de dinamite.

Depois de passar pelo lugarejo chamado Francisco Glicério, seguiu a coluna o rumo do município de Gravatá, cuja cadeia ficava num ponto elevado. Antes, parara rapidamente em Russinha, quebrando, como de costume, o aparelho telegráfico da estação da Great Western.

A trezentos metros de Gravatá, Cleto fez estancar o trem e desceu com metade da Coluna para atacar a cadeia pelo seu flanco esquerdo, enquanto o comboio andou mais algumas centenas de metros para fazer descer o resto da tropa, que atacou o foco de resistência do inimigo pelo flanco direito.

Em meio ao cerrado tiroteio, o destacamento fugiu pelos fundos da cadeia, à frente, correndo e saltando muros, o sargento comandante da tropa, que, dias depois, foi promovido ao posto de tenente "por ato de bravura".

Arrastando-se pelo chão, seguido de um companheiro, Cleto penetrou no edifício, logo jogando uma granada de mão no seu interior. Tomando conhecimento de que não havia mais nenhuma resistência, os presos deitados no chão a pedir clemência, Cleto voltou à porta principal da cadeia e, de pé, fez sinais com os braços para que cessasse a fuzilaria de seus companheiros. Nesse momento, uma bala o transfixou, atravessando-lhe o coração, um pulmão e fraturando o braço esquerdo. "Cambaleou, dobrou-se nos calcanhares e rolou junto à calçada, o sangue a brotar-lhe, sem vida", no relato do jornalista e historiador Luiz do Nascimento, testemunha de vista da cena. Bem perto de Cleto, um homem do povo, seu companheiro de assalto à cadeia de Gravatá, jazia também varado de balas. Chamava-se Ezequiel e era operário da Great Western.

Reorganizando a Coluna, sob as emoções da perda de seu chefe principal, Waldemar Lima, ajudado pelo Sargento Severino Cavalcanti, voltou ao trem e tocou para Bezerros. Nesse ínterim, chegou-lhe aos ouvidos a notícia de que descia em sua direção uma força policial bem municiada. Waldemar abandonou a composição ferroviária, desatrelou a máquina e fê-la correr linha abaixo, desgovernada. A Coluna estava reduzida a pouco mais de trinta pessoas. A essa altura, caminhando a pé, o Subtenente Waldemar, que seus companheiros chamavam de "capitão", passou pela Fazenda Olho D'água das Braúnas, ali almoçou com seus homens, conseguiu mais alguns rifles e chegou a Cumaru, levando seis cavalos consigo, depois de assinar um termo de responsabilidade. Em Cumaru, de novo almoçaram, requisitando mais dois cavalos de um fazendeiro. Uns montados, outros não, caminharam oito horas, pernoitando próximo ao município de Surubim. No lugarejo denominado Couro Dantas, souberam da aproximação de uma volante policial. Em vista disso, Waldemar resolveu mudar de rumo, deixando Vertentes

para ir em direção ao povoado Topadas, nos limites com Limoeiro. É, então, atacado de surpresa por um grupo bem municiado de "capangas" do "Coronel" Chico Heráclio, de Limoeiro. Dá-se o último ato da marcha heróica dessa pequena Coluna: Waldemar de Paula Lima é sangrado com vinte e cinco punhaladas, correndo também a versão de que, morto, sua cabeça foi decepada. Além do comandante, morreram o popular conhecido por "Limoeiro" e José Francisco de Barros. Como presa de guerra, os "capangas" apoderaram-se de todo o dinheiro da Coluna, que não era pouco.

Da organização do *complot* de Cleto Campelo e Waldemar Lima, participaram ativamente os comunistas de Pernambuco, na fase pequeno-burguesa das "revoluções" com dinamites, tendo perdido a vida em seus breves combates o militante do PC José Francisco de Barros.

No Recife, a polícia de Sérgio Loreto mandava prender o pai de Cleto Campelo, jogando-o na mesma cela onde já se encontravam Cristiano Cordeiro, Sílvio Cravo e o jornalista Nelson Firmo, na Casa de Detenção do Recife.

No dia seguinte ao da morte de Cleto — que os parentes admitem ter sido provocada por tiros disparados pelos próprios improvisados guerrilheiros, na azáfama da tomada da cadeia de Gravatá —, os jornais estampavam a sua fotografia, num caixão mortuário de terceira classe. Lembro-me perfeitamente dessa foto, tão impressionante era ela.

O pai de Cleto escutara rumores de morte de um oficial do Exército, nas conversas entre os guardas da Penitenciária. À uma hora da madrugada, um velho presidiário foi à sua cela e, pondo-lhe a mão no ombro, disse, medindo as palavras:

— "Seu" Campelo, conforme-se com a vontade de Deus. Seu filho foi morto pela polícia em Gravatá.

Esse velho detento, que se achava cumprindo a longa pena de trinta anos de prisão, era Antônio Silvino, o famoso bandoleiro do Nordeste.

O corpo de Cleto foi enterrado pela madrugada do dia em que chegou ao Recife, no cemitério de Santo Amaro. Sua madrasta, a esposa Maria Fausta e seu irmão Clóvis Campelo procuraram, em pura perda, saber se o corpo do tenente ainda se encontrava por sepultar, e, se enterrado, o lugar do seu sepultamento. A polícia negaceou, o que os fez se dirigirem ao cemitério. Procura daqui, procura dali, ouviram, então, um "psiu" de um homem que se escondia por trás de um mausoléu, tímido, gaguejando, pedindo por Deus que não falassem a ninguém, e que disse que ele mesmo servira de coveiro ao ato de inumação, apontando o local da sepultura rasa. E contou que os faróis do carro do genro do governador, o médico sanitarista Amaury de Medeiros, serviram para iluminar a fúnebre

cerimônia, o próprio Amaury a assistir tudo ao lado de Apulcro de Assunção e outros policiais.

Prestes, embrenhado nas caatingas do sertão nordestino, desconhecia o que se passava em Pernambuco, inquieto com a demora do combinado levante de Cleto. Os dias se passavam e a Coluna de Cleto Campelo não chegava a Triunfo. Ziguezagueando de um lugar para outro, despistando uma volante aqui, desbaratando outra acolá, a Coluna perdia, aos poucos, a esperança da desejada revolta programada para fevereiro.

Deslocando-se do Piauí para Pernambuco, Prestes empreendeu uma marcha de mais de mil e duzentos quilômetros a pé, usando cavalo somente quando não restasse um companheiro ferido ou doente.

Em terras da Paraíba, a Coluna caminhou trezentos e trinta quilômetros, procurando o destino de Triunfo, ponto de junção com a tropa do Recife. Essa travessia fulminante, estendendo-se até as margens do Rio São Francisco — num sulco luminoso que, partindo das serranias piauienses, atingiu as planuras baianas —, constituiu-se um dos rasgos mais destemidos dos soldados de Prestes, ao estilo da guerra de movimento.

Em Piancó, os destacamentos avançados da Coluna depararam-se com forte resistência local. O chefe político da cidade era o Padre Aristides Ferreira da Cruz, suspenso de ordens por se envolver demasiado em politicalha e não proceder corretamente em seus hábitos de sacerdote, sendo pai de quatro filhos de uma beata. Djalma Dutra e Cordeiro de Farias comandavam as tropas da Coluna, no avanço sobre Piancó. Cerca de quinhentos combatentes assediaram o centro da cidade, os soldados de polícia resistindo da cadeia pública e o Padre Aristides, de sua casa, rodeado de "capangas" e moradores locais, atirando.

No augue da fuzilaria, o coletor Manuel Cândido hasteou uma bandeira branca na frente de casa, o que pareceu aos homens da Coluna um aceno de rendição geral. Ao entrar de corpo aberto na praça principal, o tiroteio recomeçou de todos os lados, muitos guerrilheiros sendo abatidos sem resistência. As versões divergem: há os que dizem que, nesse momento, Padre Aristides foi morto por iludir a boa fé da Coluna, atraindo-a para uma verdadeira chacina; outro relato, no entanto, tenta esclarecer que, preso, o ex-vigário de Piancó foi fuzilado juntamente com doze de seus homens, jogados os corpos numa vala comum. Quando Djalma Dutra e Cordeiro de Farias tiveram ciência do fato, tudo já estava consumado. De nenhum deles partira a ordem da represália contra os prisioneiros pelo álibi da colocação da bandeira branca como chamariz para a morte.

Todavia, na campanha eleitoral, quando Cordeiro foi candidato a governador de Pernambuco, sucedendo Etelvino Lins, um grupo de oposicionistas divulgou um folhetim de literatura de cordel incriminando-o pela morte do Padre Aristides. Esses mesmos políticos, na Assembléia Legislativa, tentaram fazer aprovar um requerimento de pesar pela passagem de mais um aniversário do "assassinato" do Padre Aristides Cruz pelo General Cordeiro de Farias. Negando-me a assinar a proposição e sendo o meu apoiamento indispensável à aprovação da matéria, em face da divisão do plenário em dois grupos iguais, terminou-se por retirá-la de pauta. Embora combatendo a candidatura de Cordeiro, eu não me prestaria a semelhantes explorações de baixa politicalha.

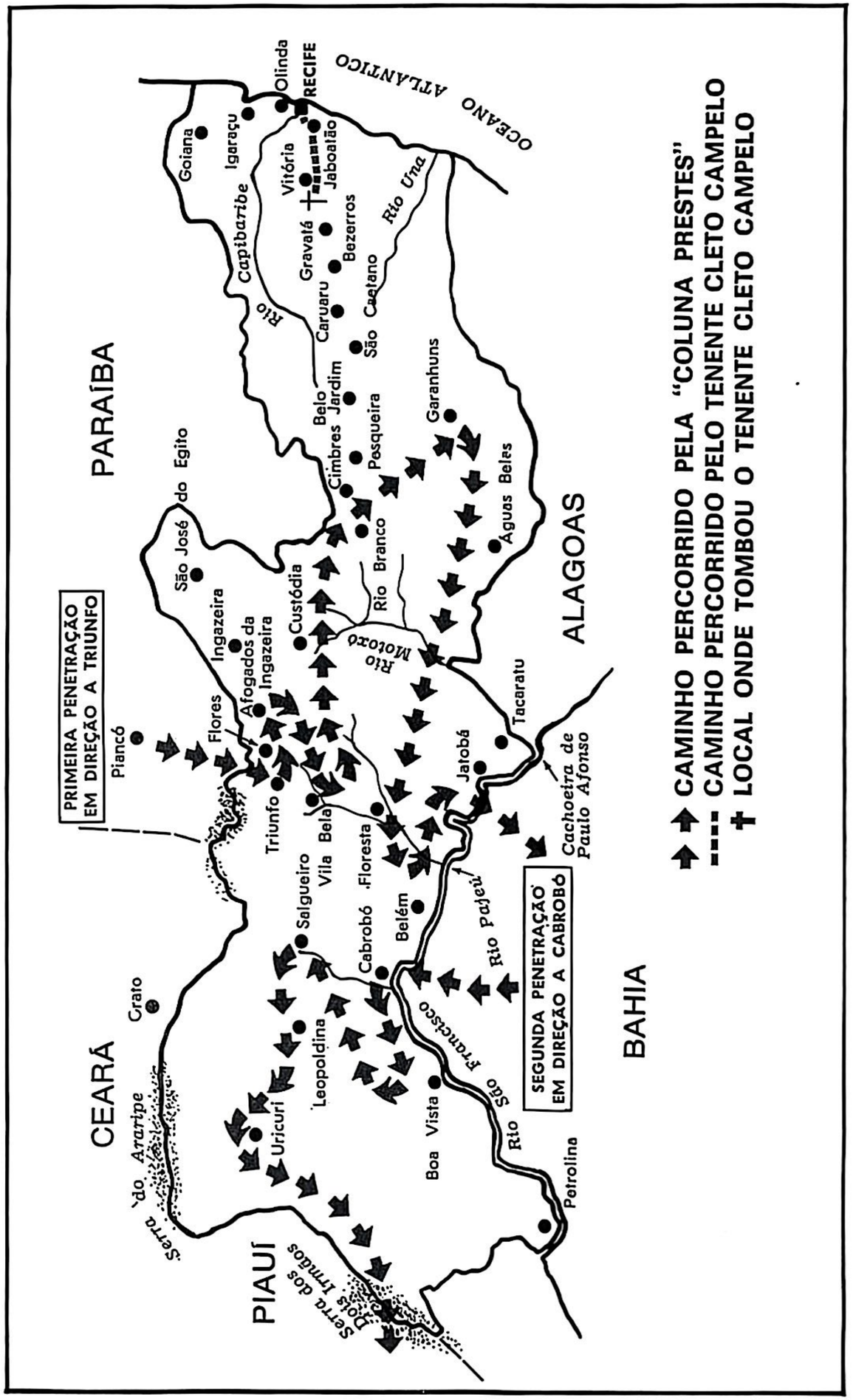
"Alerta, pernambucanos
Da praça e do cafundó
Que Cordeiro de Farias
Foi quem matou sem ter dó
O Padre Aristides Cruz
Da cidade de Piancó.

No açude sangrou o padre
Com seu ferro tirano
Fez ele beber o sangue
Com seu gênio desumano
Como quem não tenha vindo
Do ventre de um ser humano
Depois que ele fez o padre
Beber sangue em golpadas
Cortou os membros do padre
E com ações desgraçadas
Botou na boca do padre
As partes emasculadas."

A 11 de fevereiro, a Coluna, com Djalma e Cordeiro, penetrou no território de Pernambuco, pelo município de Triunfo. Da parte de Prestes, o compromisso com Cleto Campelo estava cumprido.

No primeiro dia de Carnaval, 14 de fevereiro, travar-se-ia o batismo de fogo entre a Coluna e as forças adversárias, no Estado de Pernambuco. Pouco estudada, a luta se deu em Umburana, situado na antiga estrada que ligava o distrito de Custódia, do município de Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, ao sítio dos Nunes, do município de Flores, talvez a zona mais árida do oeste do Estado.

Produto de mero encontro casual, segundo uns, pude averiguar, todavia, quando trabalhei como Promotor Público de Sertânia, de



1943 a 1945, que os fatos se passaram da maneira como se segue, conforme relato de pessoas ainda vivas, na época:

Sérgio Loreto, governador de Pernambuco, intranqüilo com as notícias contraditórias a respeito da movimentação da Coluna Prestes, segundo as quais seria o Recife o alvo do avanço que se empreendia pelo interior do Nordeste, despachou para o sertão um forte contingente da Força Pública, comandado pessoalmente por seu chefe, o célebre Coronel João Nunes, velho perseguidor dos bandos de Lampião, temidos, um e outro, por sua crueldade, quando se defrontavam. Ao povo do sertão, as tropelias de Lampião nivelavam-se aos excessos da polícia.

Dispondo de duzentos soldados regulares, João Nunes fez de Alagoa de Baixo o QG de sua tropa. Requisitou caminhões e víveres, adestrou seus homens e preparou seus planos de combate, comunicando-se pelo telégrafo com outras importantes cidades do sertão.

Por astúcia, o comando da Coluna interceptou todas as mensagens, que eram transmitidas através dos fios do telégrafo que se estendiam pela margem das estradas. E, assim, ficaram sabendo o dia exato em que a tropa de João Nunes deixaria Alagoa de Baixo em direção a Vila Bela, hoje Serra Talhada, berço natal de Virgulino Ferreira, o Lampião.

À passagem, pois, dos caminhões que conduziam os soldados de polícia pelo povoado de Umburana, na antiga estrada de rodagem, hoje abandonada por novos traçados, consumou-se a emboscada: o motorista do primeiro veículo estancou sua máquina para apanhar, no leito do caminho, um chapéu de feltro, novo, colocado de propósito pelos rebeldes. Das duas margens da estrada, de dentro da caatinga reverdecida pelas intensas chuvas do inverno daquele ano, partiu a fuzilaria, os soldados de João Nunes fazendo dos seus caminhões trincheiras improvisadas, muitos caindo mortos instantaneamente. O pânico foi completo. Durante mais de duas horas, ainda se ouvia o tiroteio, já agora as tropas dispersas, mato adentro, num combate quase corpo-a-corpo na caatinga, muitos fugindo sem destino certo. "O fogo foi o mais intenso que se deu em Pernambuco", diria depois, num relato da ocorrência, o *Correio-Jornal,* editado no Recife, na seção de correspondência do interior.

De acordo com o testemunho insuspeito do Major Optato Gueiros, da Força Pública de Pernambuco, "houve muitos mortos, feridos e perda total de carros, material bélico e equipamento". Fala-se no sertão que teriam morrido uns cinqüenta soldados de João Nunes, tantos e tantos que fora preciso enterrá-los ali mesmo, num descampado, perto da "rodagem". Como promotor público, conheci esse pequeno cemitério de Umburana, cruzes fincadas no solo seco da região, em pleno abandono.

De parte da Coluna, cujo destacamento era composto de trinta homens, saíram feridos o Major Manuel Alves Lira, o Tenente Agerson Dantas, o famoso "Capitão Preto", ou "Pretinho" que viria falecer, dias depois, em terras do município de Floresta, e alguns combatentes. O nome completo do "Capitão Pretinho", muito estimado por seus companheiros, era Heráclides Pinto. Lourenço Moreira Lima, o "bacharel feroz", cronista da Coluna Prestes, diz dele que "era mioço, cavalheiresco e devotado até a temeridade, deixando de sua passagem entre nós um traço luminoso de heroísmo".

A nota pitoresca do combate quem a deu foi o *chauffeur* do primeiro caminhão, o que caíra no ardil de parar a viatura para recolher na estrada o chapéu de feltro. Aos primeiros tiros, deu meia-volta no seu carro e, com incrível habilidade, serpenteou a estrada, empapada de chuvas, chegando em poucas horas a Alagoa de Baixo, onde, esbaforido, contou ao que assistira.

Dizem que o Coronel João Nunes, que vinha atrás da tropa, num carro de passeio, levou dois dias para fazer o mesmo percurso.

O nome do motorista não se sabe. Sabe-se o seu apelido: "Manuel Explosão"...

A partir desse combate, em que as tropas do Governo saíram desmoralizadas, o Coronel João Nunes — na versão do Major Optato Gueiros — não mais faria prisioneiros, mandando matar quantos lhe caíssem nas mãos. Isso ocorreu pelo menos em Flores. "Um soldado da Coluna, que se achava tuberculoso, foi fuzilado", conta Optato. E se atribui a João Nunes a exumação dos restos mortais do "Capitão Pretinho", em Floresta, para expô-los à sanha de urubus, por vingança pela derrota de Umburana.

João Alberto fala também sobre Umburana, em suas memórias, com o apresamento de caminhões que seriam, em seguida, utilizados no transporte de homens da Coluna. Mas os jornais do Recife, daqueles dias, dão a versão de que os veículos foram completamente incendiados pelos rebeldes.

Com problemas de toda ordem — fracasso do que havia sido planejado para o Recife, exaustão física de seus destacamentos, deserção de combatentes, perspectiva de encerrar a longa marcha, procurando asilo em um país vizinho —, a Coluna Prestes não tinha tréguas, fustigada daqui e dali pelos legalistas. Os contingentes do Governo estavam sendo reforçados por levas de jagunços enviados pelo Padre Cícero, de Juazeiro.

Embora remuniciados com as armas tomadas no combate de Umburana, os revolucionários sofriam o desgaste da longa duração da campanha, praticamente sem repercussão prática nos centros urbanos. De quando em quando, morria um guerrilheiro de maior capacidade de luta. No distrito de São Caetano, de Flores, foi o caso

do Tenente Alfredo Vieira de Brito, ferido em Piancó, no choque com os sertanejos do Padre Aristides.

Em Betânia, Siqueira Campos — cujo pai nascera exatamente naqueles rincões, onde ainda hoje habitam famílias ligadas à sua, os Siqueira, os Campos Góis — pôs a correr uma volante, em manobras dissuasivas. O grupo chefiado por Djalma Dutra e João Alberto, por essas paragens, teve um confronto de certa violência com uma força motorizada, no dia 18 de fevereiro, a dezoito quilômetros a oeste de Custódia, destruindo seis veículos e capturando munições. No mesmo dia 18, Siqueira Campos foi emboscado, com seus homens, no lugar chamado Mulungu, de Floresta, havendo baixas de lado a lado. À frente da força policial achava-se Muniz de Farias, que, em 1935, ficaria ao lado de Prestes na "intentona comunista", nome que a reação costuma usar ao referir-se ao movimento armado da Aliança Nacional Libertadora. Muniz, bravo oficial da Força Pública, usara o estratagema de enrolar no pescoço de seus soldados um lenço vermelho para ludibriar o inimigo, na emboscada, confundindo-os. E, com isso, teve êxito.

Ao rigor daquele inverno inusitado, as águas dos rios sertanejos, alargando suas margens, subiam a alturas imprevistas. A Coluna via-se em situação embaraçosa, sob o fogo de adversários que brotavam de todos os cantos — soldados de polícia, fanáticos do Padre Cícero, jagunços, "capangas" e pistoleiros dos "coronéis" do latifúndio. Dentro de atoleiros, no charco de terrenos desconhecidos, vadeando riachos, a Coluna atacou a Vila de Santa Maria, novamente em Triunfo, na ânsia de receber notícias de Cleto Campelo. Siqueira Campos, em Taboleiro Comprido, de Vila Bela, repeliu um assédio de jagunços provindos de Juazeiro.

Lampião aproveitou-se do momento em que as forças governamentais se empenhavam em várias frentes de luta, para invadir fazendas e saquear povoados, livre da sanha dos "macacos", como ele costumava chamar as forças policiais.

O bandoleiro do tipo de Virgulino representava um fenômeno de inconformismo social, na região sertaneja desprotegida e abandonada, extravasado de violências desnecessárias, porém, em suas linhas mais gerais, assemelhado às motivações da Coluna Invicta. Diante de um bandido como Lampião, audacioso em suas manifestações espetaculosas de "defensor dos humildes", a reação do sertanejo era, a princípio, cautelosa, com receio das represálias policiais, tão cruéis como as do cangaceiro — mas, no fim, de simpatia. Tanto quanto o fanatismo e o cangaço, as atividades do homens de Prestes despertavam ora solidariedade, ora resistência, às vezes até brutais, de contestação, por parte das populações do interior.

Na paisagem do Nordeste, o "coronelismo", fenômeno social gerado pelo latifúndio, antepõe-se aos anseios das massas, por melhoria de vida. Por isso, os Antônio Conselheiro, os Lampião e os Luiz Carlos Prestes aparecem aos sertanejos, nas fímbrias de um longínquo horizonte, como uma esperança de libertação. E quando tomba um desses heróis populares nas mãos da polícia, apaga-se diante do sertanejo uma centelha de aspiração coletiva, numa percepção não muito nítida de posicionamento político-social. O mito da invulnerabilidade que cerca a figura do bandoleiro abrangeu também a de Prestes, tornando a sua Coluna "invicta", quando nem sempre foi ela a detentora das láureas nos combates que enfrentou pelo Brasil afora.

Na história das lutas sociais brasileiras, a zona rural tem muito pouco a contar em matéria de heróis populares. Tão cedo um líder camponês se afirma na admiração de seus companheiros, tão cedo é liquidado pelos grandes proprietários de terra. Ao contrário, o líder urbano tem a seu favor uma precária mas presente imunidade social, no respaldo dos movimentos de solidariedade de sua e de outras classes. É claro que, nas fases de despotismo, essas lideranças se extinguem pela força das repressões policiais, mas conseguem chegar, por curta vida que seja, ao desempenho de um papel um tanto mais longo do que o vivido pelo líder da zona rural. Ainda em seu favor, há os meios de comunicação, a difundir os fatos e a fazer aflorar as ações de revanche, pelo menos na consciência dos homens livres.

Hobsbawn e Rui Facó observaram com profundidade esses fenômenos, colocando o bandido social na categoria de reformadores pré-políticos.

Ao tempo da passagem da Coluna Prestes pelo interior de Pernambuco, houve boatos de que os revolucionários rejeitaram a oferenda de Lampião de ombrear-se com eles em suas atividades. Mais uma lenda em torno dos insurretos, eles que chegaram a utilizar presos, retirados de cadeias públicas para reforço de seus destacamentos, sem indagar a origem de seus delitos. Só por ingênua inexperiência e pundonor injustificável, a Coluna poderia refugar a ajuda de quem quer quer fosse, naquelas circunstâncias. É claro que, como soldados de um movimento que se propunha reformar os costumes da época, os ex-presidiários incorporados às suas fileiras teriam de ter conduta compatível com os padrões pelos quais propugnavam.

No caso da Coluna, ao contrário do que se passava com o cangaço, havia uma conscientização mais ou menos aproximada dos problemas da realidade brasileira. Os cronistas e historiadores que a abordaram, sem exceção, falam sobre as reuniões dos "tenentes", nas horas de lazer, em que se discutiam política, religião, ciência, filosofia, cada qual apegando-se às suas teses, dentro do contexto de sua compreensão da vida e da sociedade. Esses homens iam,

aos poucos, aprendendo com o povo, com o que viam, com o que testemunhavam, à medida que o cotidiano se transformava num laboratório vívido de experiências sociais, para muitos deles absolutamente inéditas. De um arranco o seu tanto romântico de rebeldia, a Coluna, por fim, despertou nos seus componentes um estado mais realístico das questões nacionais, fazendo aflorar posições de classe ou de postura ideológica em quantos, no começo, se irmanaram sob vago ideal de regeneração dos costumes. Foi, desse modo, um grande despertar de consciências, uma oportunidade de tomada de posição política, que valeria para o futuro.

A tese muito difundida pelos escribas da reação de que Prestes não contou com a solidariedade das populações interioranas peca, tanto pelo exagero como pela má fé.

As opiniões daqueles que esposam ponto de vista contrário deixam-se macular pelo sectarismo. Em muitos casos, como registra Neil Macaulay, os componentes da Coluna foram recebidos com festas e até banquetes nas cidades por onde andaram. Eu próprio testemunhei, no sertão de Pernambuco, as versões em torno da figura legendária de Prestes — o fazendeiro que guardava o recibo das "requisições" de montaria e alimentos, assinado pelo Cavaleiro da Esperança, como relíquia, ou o que não mais deixaria ninguém fazer uso da cadeira em que Prestes se sentara um dia, ou os pratos e talheres usados em suas refeições.

Mas o reverso é incontestável. A Coluna enfrentou inimigos terríveis, ferozes adversários, entre a massa das populações — como Che Guevara, comprando em Vale Grande, na Bolívia, no câmbio negro, pelo triplo do preço, aos pequenos comerciantes e até ao próprio camponês, rações ou provimentos para suas tropas, conforme ele mesmo confessa, desolado, no último livro de memórias.

Em geral, a Coluna Prestes despertou esperanças mais sensíveis, por suas peculiaridades, no meio urbano. O "tenentismo" era um fenômeno pequeno-burguês.

Lourenço Moreira Lima conta que muita resistência a Coluna teve de enfrentar em face do alheamento das populações ou até de sua hostilidade. Era natural. Os "tenentes" não dispunham de aparelhos de propaganda. Sua melhor propaganda era a ação, justiçando um inimigo do povo, libertando da cadeia, às vezes, um inocente, deixando recibos das requisições de suprimento, prometendo pagar os prejuízos causados a terceiros pelos rigores do combate, portando-se diante do povo em atitudes que, só por si, os recomendariam à admiração pública, como soldados de um novo tipo. Mas isso era pouco e teve repercussão a longo prazo.

Em face da dureza da luta, "caçados, não combatidos", muitas vezes — como reconhece Moreira Lima — os comandantes da Grande Marcha tiveram que reagir da mesma maneira. Siqueira

Campos admitiu que, nessas ocasiões, "quando comecei a ser violentamente combatido por batalhões mercenários que se emboscavam a fim de assassinar meus rapazes, dei ordem geral e impessoal para que tipos daqueles não fossem mais trazidos à minha presença e que aqueles que os capturassem poderiam decidir sobre seus destinos", segundo Tabajara de Oliveira, que participou da Coluna.

Registre-se, como fato de suma importância, para reforçar o argumento de que, tênue embora, havia um clima geral de simpatia pela Coluna, a rejeição de Virgulino Ferreira em atender ao apelo de juntar-se aos que a combatiam, mesmo depois de haver recebido, para isso, a patente de "capitão" do Exército. Astuto e sensível às aspirações populares, o "Rei do Sertão" deixou o barco correr, sem identificar-se com as forças policiais, mas também sem associar-se às hostes dos guerrilheiros. Sua eqüidistância, nessas circunstâncias especiais de agitação social no seu "reinado", era sinônimo de passiva solidariedade, no mínimo.

Padre Cícero, não. Beato a seu modo, explorador e recipiendário da crendice popular, atrelou-se aos "coronéis" do sertão, quando lhe ditavam as conveniências políticas. Aos seus fanáticos, que sentavam praça nas hostes das forças do governo, "Padim Cirço" recomendava que, no combate à Coluna, não comessem frutas, nem tapioca, não fossem em ponta de rua, não procurassem mulheres", pois assim teriam o "corpo fechado", com os poderes de Nossa Senhora das Dores de Juazeiro, conforme noticiou o *Correio-Jornal* do Recife, edição de 13 de julho de 1926.

Na Fazenda São João, perto de Cipó, muitos desses fanáticos de "corpo fechado" foram mortos ou feridos pelos soldados de Prestes. A um deles, fizeram a pergunta sobre a causa de haver sido atingido pelas balas do adversário. "É claro!", respondeu. E explicou: "Quem não cumpre a regra de Padre Cícero, já sabe..."

A marcha, naquela guerra contínua de movimento, não cessava um dia. Como Prestes mesmo afirmava: "A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra do movimento. Para nós revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva (dir-se-ia hoje: de defensiva) é a que mais convém ao Governo, que tem fábricas de munição, fábrica de dinheiro e bastantes analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras".

Em Coripós, hoje Santa Maria da Boa Vista, Prestes realizou uma manobra audaciosa. Marchando em direção a Caraíbas, descreveu um arco de cento e dezoito quilômetros, atravessando matos, sob fortes aguaceiros, perfazendo etapas de léguas e léguas por dia, sem cansar, enquanto o inimigo se desorientava, perdido nos contrafortes da Serra Negra.

Sem perspectivas imediatas de apoio nos grandes centros urbanos do Nordeste, o comando supremo da Coluna resolveu atravessar o São Francisco, adentrando-se pelo interior da Bahia. Por esse tempo, uma grande força, comandada pelo Coronel João Nunes, incluindo soldados de infantaria, cavalaria, bombeiros e voluntários, além dos mercenários agregados por ordem dos latifundiários da região, marchava em direção diametralmente oposta. A crer na opinião de Optato Gueiros, uma fugia da outra, evitando choque de maiores conseqüências.

A travessia do Rio São Francisco processou-se nas vizinhanças de Jatobá de Tacaratu, no povoado de Saco. A ordem de operação foi assinada por Luiz Carlos Prestes, datando de 24 de fevereiro, às dezessete horas e cinqüenta minutos, estando previstas todas as minúcias da operação, não faltando, sequer, croquis da área, desenhados pelo próprio comandante.

Pressentindo os planos, as forças policiais que guarneciam o rio tomaram a iniciativa de transferir para as margens do território baiano todas as embarcações que se encontravam do lado de Pernambuco. Utilizando uma pequena canoa deixada por acaso numa restinga, o Sargento Álvaro Vig, tripulando-a, empreendeu repetidas viagens à outra margem, trazendo um por um os barcos grandes e menores, ali ancorados, valendo-se da escuridão da noite.

Ao amanhecer do dia 26, a Coluna pisava terras da Bahia, sem a menor baixa, após haver vagueado quinhentos e vinte e um quilômetros em solo pernambucano, nos vaivéns da guerra de movimento.

Mas, cinco meses depois, tornou a Coluna Prestes a Pernambuco, pelo mesmo Rio São Francisco, entre Cabrobó e Boa Vista, deixando na Bahia, mortos, mais de duzentos homens.

Os planos de levante nas capitais do Nordeste haviam fracassado. E o insucesso de Cleto Campelo e seus companheiros já era do seu conhecimento.

Falando ao engenheiro Vale Cabral, da Secretaria de Agricultura da Bahia, Prestes reiterava que os propósitos de sua luta eram profundamente "democráticos e patrióticos". A entrevista, publicada originariamente no *Diário de Notícias,* do Rio, foi reproduzida pelo *Correio-Jornal* do Recife, em julho de 1926.

Em resumo, o ideário da campanha, suas aspirações, suas metas políticas, objetivavam: o estabelecimento do voto secreto, direto e universal, abolindo o chamado "voto de cabresto", a descoberto; a revogação da "estranguladora Lei de Imprensa"; a reforma radical da Justiça, dotando-a de instrumentos adequados à justa distribuição, em termos de igualdade entre todos; a suspensão das reformas à Constituição, "outorgadas arbitrariamente pelo Executivo"; e uma legislação especial "que cerceasse a liberalidade dos governos quanto à aplicação dos dinheiros públicos", ao mesmo passo em que se responsabilizaria a autoridade por sua má aplicação, visando-se impedir que os governos desviassem tais recursos públicos, "a fim de satisfazerem a prodigalidade e desonestidade de seus gastos, em benefício de fortunas pessoais, de seu mandonismo e de seus acólitos, e para ruína do povo brasileiro".

Plataforma reformista, como se vê, sem tocar no problema da terra e na exploração estrangeira, geradores dos males subseqüentes. Em suma: a Coluna lutava contra a corrupção governamental, pelo estabelecimento de uma Constituição liberal. A rigor, não se tratava de uma revolução, mas de um remanejamento na vida política da Nação, com finalidades liberalizantes. Tomava-se conhecimento do "mandonismo", do "coronelismo", mas se olvidavam, por insciência, as causas desses fenômenos sociais.

Miguel Costa, por seu turno, reduzia o programa da Coluna, fundamentalmente, a dois pontos: revogação da Lei de Imprensa e adoção do voto livre, fora do âmbito do Estado de Sítio vigente, conforme disse a Batista Luzardo, em carta de 14 de setembro de 1925.

Na segunda vez em que cruzaram o Rio São Francisco, os guerrilheiros encararam graves obstáculos: as enchentes do rio, pelo rigor do inverno, e o fortalecimento desmesurado das tropas inimigas, já agora com o reforço de batalhões do Exército, o 21.º de Pernambuco e o 22.º da Paraíba, tal o pânico do Governo em face da interminável caminhada da Coluna.

Conta Optato Gueiros que ele próprio foi destacado para montar guarda às margens do São Francisco, do lado de Pernambuco, zelando pelo destino das embarcações, contanto que se não repetisse a façanha anterior do Sargento Álvaro Vig. A despeito disso, confessa Optato, "todas essas medidas resultaram inócuas". À noite, os rebeldes conseguiram adquirir uma canoa, ninguém sabe onde, e, com ela, refizeram, como quem escreve sobre papel carbono, a operação da primeira travessia. Outra versão diz que o apresamento de embarcações do lado oposto do rio foi feito por exímios nadadores integrados na Coluna. Na voz corrente de testemunhas, como Optato Gueiros, fez-se uso realmente de uma ou mais pequenas embarcações, disso se encarregando o destacamento comandado por João Alberto. Nos dias 2 e 3 de julho, novecentos revolucionários e quase todos os cavalos de que dispunha a Coluna alcançaram de novo Pernambuco, incólumes.

Os municípios de Belém, hoje Jatinã, Salgueiro e Leopoldina, hoje Parnamirim, foram assaltados. Em Belém, faleceu o Tenente Tertuliano de Souza, de ferimentos antigos. Em Leopoldina, Pres-

tes entrevistou-se com o Prefeito e o Juiz de Direito, garantindo-lhes que respeitaria a paz da população, se não houvesse resistência. Nos arredores de Belém, a Coluna dispersou uns pistoleiros do chefe político local Pedro da Luz. Em Bodocó houve confraternização do povo com os rebeldes. Na povoação Olho Dágua, do município de Araripina, o Soldado Zacarias, vulgo "Maneta", que praticara um homicídio enquanto soldado da Coluna, foi expulso do seio dos camaradas e entregue ao subdelegado de polícia para ser processado. Já em Murici, outro lugarejo de Belém, o Sargento Guilherme fora castigado por haver feito mal a uma moça.

Crescia, em dados instantes, o prestígio da Coluna. "É o povo quem nos abastece", enfatizou o General Miguel Costa.

A 11 de julho de 1926, o Capitão Luiz Carlos Prestes comandou a retirada geral, escalando a Serra de Dois Irmãos, no extremo oeste de Pernambuco. Sete dias, apenas, durara a *razzia* da "Coluna Invicta", na segunda jornada de suas lutas pelo Estado.

Num balanço imparcial e desapaixonado, a Grande Marcha, como perpectiva histórica, abriu enormes horizontes à conscientização dos problemas nacionais, forjando líderes e preparando homens para as lutas do futuro.

"Meu irmão, repete a história
do invicto Capitão,
que tem na alma a esperança
e o povo no coração."

CAPÍTULO III

A ALIANÇA LIBERAL EM PERNAMBUCO, JOÃO PESSOA, A MISSA DE SÉTIMO DIA E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO. A "MAZORCA" DE PEDRO CALADO. A "GUERRA SEPARATISTA" DE SÃO PAULO. UM ANÚNCIO DE MORTE DIVERTIDO. MATA-MATA MARINHEIRO EM PLENO SÉCULO XX.

Foi da Rua dos Prazeres que acompanhei o movimento político que culminou com a Revolução de 30 [1]. Quase menino, não perdia um *meeting* — no Largo da Paz, com Maurício de Lacerda, na Praça Alfredo Lisboa, zona portuária, com Batista Luzardo, no Teatro Santa Isabel, analisando a crise do café, com João Neves da Fontoura —, fosse onde fosse, lá estava eu, entusiasmado, gritando *slogans* e batendo palmas contra o "perrepismo", que simbolizava a situação dominante.

Conheci de vista personalidades importantes da Aliança Liberal — Osvaldo Aranha, Assis Brasil, Lindolfo Collor, João Pessoa, José Américo de Almeida, Antenor Navarro, sem falar nos líderes locais, grandes tribunos alguns, como Oscar Brandão, Lima Cavalcanti, João Barreto de Menezes, Osvaldo Machado, José de Sá, Agamenon Magalhães e outros.

Com interesse, lia o *Diário da Manhã* e o *Diário da Tarde,* dos irmãos Lima Cavalcanti, órgãos porta-vozes dos ideais da Aliança Liberal, com retratos diários de Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora, Siqueira Campos, Getúlio Vargas, Eduardo Gomes, João Alberto, em todos os tamanhos e posições, caricaturas de Andres Guevara, paraguaio, Enrique Figueroa, mexicano, Di Cavalcanti e Álvarus, brasileiros, Gato Felix, pernambucano do Recife, retratando com exagero os tipos políticos de mais evidência na República, acentuando em cada um a característica física: Júlio Prestes, "Bico de Lacre", por seu nariz, Estácio Coimbra, com seu bigode arrumado, Artur Bernardes, "seu" Mé, com um *pince-nez* pedante, Juarez em pose de artista de cinema, pernas cruzadas e mãos sobre os joelhos, Carlos de Lima, charmoso, de gravata e colete — a arte da carica-

[1] *Por sua influência em minha formação política e pela vulgarização nas crônicas do Nordeste, trato o movimento de 1930 como Revolução, compreendendo embora a impropriedade do conceito.*

tura engajando-se na luta política, num festival de gozação e quase sempre de ridículo, quem era feio ficando horrível, o simpático ganhando concurso de beleza.

Cada lance da política nacional, eu o revivia com intensidade, reproduzindo frases de efeito, discursos sonoros, a memória decorando tudo, fixando gestos, que eram repetidos adequadamente.

Meu ídolo maior, como o de minha geração, era Luiz Carlos Prestes, o "Cavaleiro da Esperança", todos os grupos partidários da Aliança Liberal querendo monopolizar o seu prestígio, gabando-se de tê-lo como chefe. Seus retratos, que não se prestavam a traços ridículos de caricatura, eu os pregava na parede da sala de jantar — dele e das outras figuras do momento.

Fui ao desembarque, no cais do Porto, da "Caravana Liberal", o povaréu agitando lenços, aclamando nomes.

No princípio do ano, em março, dia 1.º, fora o malogro das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, feitas a "bico de pena", a chapa Júlio Prestes—Vital Soares derrotando a de Getúlio Vargas—João Pessoa, num resultado que não convenceu a ninguém.

Após o pleito, desencadeia-se a aberta pregação revanchista, a revolta geral contra os processos políticos vigentes.

O povo queixava-se da crise econômica no país, os salários minguando com a carestia de vida.

"Em 27 foi ruim
Em 28 pior
Em 29 laçou
Em 30 arrochou o nó
É sempre pelo comum
Eu penso que em 31
Cabra chia no cipó."

No Nordeste, então, a crise era mais alarmante, todos se maldizendo das dificuldades financeiras.

"O Estado da Paraíba
Está no pau da desgraça
Até mesmo o arcebispo
Pega no pau da fumaça
Corre até uma notícia
Que o Chefe de Polícia
Nestes dias senta praça!

"Deu de Campina pra cima
É feia a situação

Não se pode viajar
Só se for de avião
Em terra que não se come
O povo passando fome
Mata até por um tostão."

Em julho, a 26, o assassinato de João Pessoa na Confeitaria Glória, em plena Rua Nova, centro mais movimentado do Recife, a notícia espalhando-se como rastilho de pólvora, o grito lancinante enchendo os ares: "Mataram João Pessoa! Mataram João Pessoa!"

Saí correndo da casa de Dona Belinha e cheguei à confeitaria, o sangue de João Pessoa quente, no chão, cadeiras e mesas em desalinho, o povo, aglomerado, comentando, eu vi, ele estava ali, então o outro entrou por aqui, nisso ouviu-se um tiro — cada qual alinhando a sua versão do crime, com riqueza de pormenores.

João Pessoa chegara ao Recife quase incógnito, para uma visita ao juiz federal Cunha Melo, seu amigo, enfermo num hospital. Daí visitou o *Diário da Manhã,* dos irmãos Lima Cavalcanti. À tarde, andou pela Rua da Imperatriz, onde se deixou fotografar no atelier de Louis Piereck, famoso retratista das rodas mundanas, que disse ao presidente da Paraíba haver sonhado com o seu assassinato, de véspera. Da Rua da Imperatriz foi ter à Rua Nova, indo tomar chá na Confeitaria Glória, ponto *chic* da cidade, na época, em companhia de Caio de Lima Cavalcanti, Agamenon Magalhães e José Firmo, irmão do jornalista Nelson Firmo, do periódico *A Noite,* muitas vezes em sua existência empastelado pela polícia por criticar o governo.

Em dado instante, um homem de boa estatura, forte, meio moreno, entrou no salão da Confeitaria Glória, no ruge-ruge de um fim de tarde movimentada, e, resoluto, sacou do revólver e atirou em João Pessoa repetidamente, ao mesmo tempo que dizia: "Eu sou João Dantas!"

O presidente da Paraíba talvez não tenha podido reconhecê-lo, no momento. João Dantas estava foragido no Recife, em virtude das lutas travadas no seu Estado entre grupos oligárquicos adversários: os Pessoa, de um lado, os Suassuna, os Gaudêncio, os Zé Pereira, os Dantas, de outro — faces da mesma moeda do "coronelismo", da violência e da impunidade, produtos das velhas estruturas semifeudais do Nordeste.

Quem noticiou a presença de João Pessoa no Recife, aliás de maneira inusitada, foi o *Jornal Pequeno*, que se opunha tenazmente à política do presidente da Paraíba. Circulando em segunda edição, o vespertino publicou uma foto do visitante na página principal, com ligeiro comentário sobre sua visita ao Recife. Chegou-se a dizer que o fato teria servido de alerta aos inimigos de João Pessoa, refugia-

dos em Pernambuco — para uma ação de vindita. Na verdade, João Dantas tomou conhecimento da presença do seu desafeto pelas páginas do *Jornal Pequeno,* numa viagem de bonde, em Olinda, em conseqüência do quê voltou à casa do seu cunhado Augusto Moreira Caldas e se armou, vindo com ele para o centro do Recife à cata de João Pessoa.

De procura em procura, terminou sabendo, pela aglomeração defronte da Confeitaria Glória, que João Pessoa ali estava. O resto é o que se sabe. A rápida agressão, a vítima caindo mortalmente ferida, vindo a falecer sobre o balcão da Drogaria Brasil, próxima à confeitaria. O trocadilho logo circulou pela cidade, naqueles tempos de agitação verbal: "João Pessoa morreu pela glória do Brasil". Ferido na Confeitaria Glória, morreu na Drogaria Brasil. Era a frase, ao sabor da época.

O *chauffeur* de João Pessoa, Antônio Pontes de Oliveira, ainda atingiu João Dantas na cabeça, com um tiro de revólver. Mas a bala de chumbo achatou-se no frontal, sem penetrá-lo. O disparo fora à queima-roupa. Vendo o governador batido pelo adversário, o motorista "voou" à Paraíba, chegando à capital mais depressa do que o telegrama anunciador da desgraça. Diz-se que fez o percurso numa hora, quando era comum a duração de duas ou três.

Morto nessas condições, João Pessoa foi entronado quase como um santo na admiração popular. O clima de inconformismo e de revolta ajudava esse endeusamento. Poucos se lembravam de que, na condição de ministro do Tribunal Militar, no Rio, João Pessoa votara sistematicamente contra os *habeas-corpus* impetrados pelos "tenentes" de 1922 e 1924, colocando-se ao lado das forças mais retrógradas, nuns tempos de perseguição a ideais renovadores. E ninguém levava em conta que João Dantas teria suas razões pessoais para, não digo justificar, pelo menos explicar a causa de seu gesto supremo. O jornal oficial do governo da Paraíba, *A União*, publicara cartas íntimas, amorosas, de João Dantas, apreendidas no seu escritório de advocacia, pela polícia, a essa altura chefiada por José Américo de Almeida. Essas cartas eram dirigidas a uma certa dama da cidade. Ademais, João Dantas era solteiro, sendo-lhe natural um romance dessa natureza. Além de publicar a correspondência, lembro-me de que *A União* noticiara, certo dia, que cartas "mais íntimas" ainda se encontravam na redação, ao dispor de quem as quisesse ler. Algumas delas foram estampadas na porta do jornal, no placar de notícias de última hora.

Propriedades rurais da família Dantas foram saqueadas pela força policial da Paraíba, a pretexto de combate ao cangaceirismo e banditismo rural. Um irmão de João Dantas, Joaquim, fora preso ilegalmente, por mera disputa política de grupos oligárquicos.

Antes de deixar a Paraíba, João Dantas ameaçou João Pessoa.

"Tendes filhos e com eles
Na certa ireis responder
Pelo que minha família
Vier agora a sofrer.
Por prejuízo causado
Responderá o Estado.
O aviso é pra valer."

A literatura popular registra os fatos com fidelidade.

"Matai, depredai, aproveitando
Vossos instintos maior satisfação
Ficai certo, contudo, nenhum Dantas
Se amedronta nem sente humilhação.
Diante — vou dizer — vosso capricho
Aproveitando eu o verso ainda espicho
Sem fazer, na verdade, acusação."

À desculpa de que João Pessoa teria sido contrário à divulgação das cartas íntimas de João Dantas pelo jornal oficial do Estado, questiona-se a inexistência de provas concretas nesse sentido. Em nenhum documento escrito deixou o presidente da Paraíba o seu protesto por tamanha ignomínia. E as cartas não foram divulgadas de uma só vez. Ainda por cima, o placar da redação passou dias e dias a ostentar as outras missivas "mais íntimas", impublicáveis — segundo se dizia.

Mas o fato é que, morto, João Pessoa passaria a ser o estopim da Revolução de outubro de 1930, ele que tantas vezes reprovara a idéia de se transformar a Aliança Liberal em "movimento subversivo", rechaçando a tese da tomada do poder pelas armas.

Das versões que circularam por ocasião de sua morte, inclui-se a de que o assassinato teria resultado de um complô em que estariam envolvidos vários políticos de sua terra, como João Suassuna, ex-governador da Paraíba, também assassinado, no Rio, logo depois do triunfo da Revolução de 30. Outra versão essa constante dos autos do processo, à base do depoimento de testemunhas de vista, é que Augusto Moreira Caldas teria atirado em João Pessoa pelas costas, ao mesmo instante em que João Dantas o fazia pela frente. Na verdade, entre os ferimentos recebidos pelo presidente da Paraíba, havia um provocado por uma bala que penetrou na região glútea direita, lesando e provocando a ruptura da artéria ilíaca, o que teria provocado a sua morte imediata. Assim, João Pessoa, em realidade, teria sido morto não por João Dantas, mas por Augusto Moreira Caldas.

À missa de sétimo dia, na Matriz da Boa Vista, comparecemos em massa, dispostos a enfrentar o pior. As ruas adjacentes, da Im-

peratriz, da Matriz, do Hospício, da Conceição, do Aragão, a Praça Maciel Pinheiro, o Beco do Veras tomados de soldados da polícia, milhares de pessoas se acotovelando dentro e fora do templo, num burburinho em que mal se podia ouvir a voz do padre, uma eça armada no centro da igreja.

Terminada a cerimônia, o povo apinhou-se defronte da Matriz. No primeiro andar da loja A Aída, na esquina da Rua da Imperatriz com a do Hospício, apareceu a figura do tribuno popular João Barreto de Menezes, da sacada do consultório do dentista Roderico Viana — João Barreto, o filho de Tobias, cabeleira revolta, fisionomia de leão raivoso. Sua voz rouca ecoando pelos quatro cantos — "Pernambucanos!" —, uma voz surda, monocórdica, a laringe afetada em conseqüência de um tiro que recebera na campanha de Dantas Barreto, em 1911. Para nós, porém, sua voz era familiar, agradável até, porque agitativa e vibrante, falando as coisas que a gente queria ouvir.

Proferidas as primeiras expressões, vimos uma pessoa aproximar-se do orador, no primeiro andar do prédio, falando-lhe ao ouvido. O povo prorrompeu em insultos: "Beiçola!" "Filho da puta!" "Deixa o homem falar, seu covarde!"

Era Ramos de Freitas, Inspetor-Geral da Polícia Civil, aquele que, vindo do Rio, dizia "estar com a mão calejada de tanto dar na cara de pernambucano", o terror dos marginais e dos agitadores políticos, tratando uns e outros no mesmo pé de igualdade. "Seu" Freitas, o "Beiçola", era o símbolo da reação dominante, sempre de bengala na mão, como o feitor com o seu azorrague.

A um sinal de João Barreto de Menezes, as duas mãos no ar, espalmadas, a multidão parou para ouvi-lo:

— O Sr. Ramos de Freitas está me pedindo para não continuar o *meeting*!

E, mais rouco do que de costume, porque zangado:

— Devo prosseguir ou devo parar aqui?

A resposta, já se viu, foi uma estrepitosa vaia ao policial, com palavrões de permeio. Foi quando apareceram outras pessoas em torno do orador, segurando-o pelos braços. O povo entendeu: João Barreto estava sendo forçado a descer do prédio. E todos fomos para o oitão da Aída, junto à Leiteria Vestal, para assistir à saída do tribuno, preso. A massa popular aumentava a cada instante, gritando e insultando a polícia. Com receio do avanço do povo, Ramos de Freitas sacou do revólver. O tumulto generalizou-se. Aí, ouviram-se tiros para o ar, os outros policiais protegendo o chefão. A cavalaria aproximou-se, célere, os soldados espaldeirando o povo. E a multidão espalhando-se em correrias.

Do outro lado da Matriz, na esquina entre a Rua do Hospício e a Praça Maciel Pinheiro, ficava o Hotel do Parque, cujas calçadas

eram feitas de pedras miúdas, irregulares, pretas e brancas, formando arabescos. De uma falha no assentamento das pedras, aproveitou-se a multidão para soltar as demais, arrancando na unha suas armas e jogando-as contra a cavalaria. Eu participei daquela "fuzilaria" de petardos, os cavalarianos defendendo-se de qualquer jeito, muitos correndo do povo, a exaltação aumentando.

Sob verdadeira chuva de pedras, a cavalaria dispersou, atrás de cada cavalo correndo grupos de populares, aos gritos de ameaça. De um balaio de verduras, tomado de um vendedor ambulante, armou-se o povo de novos "instrumentos" de agressão: jerimum, quiabo, maxixes, roliços tomates avermelhados — tudo arremessado nos policiais em fuga. Fui dos que atuaram no *front* da Rua do Aragão, bem perto da sede da Delegacia de Polícia do 2.º Distrito.

Em poucos minutos, o cerco em torno de nós se fez sentir, apavorante. Eram soldados e mais soldados da Força Pública, armados até os dentes, em posição de combate, a cavalaria, em brios, voltando para a recarga.

A nossa salvação foi a chegada de militares do 21.º BC, velhos adversários dos "meganhas" da Polícia Militar. Em oportunidades anteriores, na festa da padroeira do Carmo e na da Santa Cruz, soldados do 21.º e da polícia do Estado haviam entrado em conflito, com tiros e pessoas feridas. Estive presente a tais cenas, testemunhando-as. A indisposição entre ambos ganhava proporções.

Naquela missa de sétimo dia de João Pessoa, o 21.º BC salvou o povo de uma chacina. Com seu apoio, conseguimos furar o cerco policial, não sem antes vaiar ensurdecedoramente os "macacos" do Governo.

No dia seguinte, o *Diário da Manhã*, de Carlos de Lima, vinha totalmente censurado, alguns clichês da multidão em frente da Matriz, longos comentários sobre a missa, mas nada, absolutamente nada, sobre o fato maior, o grave incidente com a Força Pública. Nessa edição, o povo tomou conhecimento de um acróstico, no relato do noticiário da missa, que logo se espalhou pela cidade. Em meio a uma matéria da cerimônia religiosa, formava-se a seguinte expressão, com as iniciais de cada parágrafo: "A Polícia Fuzilou o Povo". E, no fim da notícia, a frase corrida, em negrito: "*O povo cumpriu seu dever!*"

Agora, a expectativa pela aproximação da missa de trigésimo dia, na mesma igreja. Os dias se passando, aproximando-se as horas, e os preparativos de combate sendo urdidos: uns, armando-se de foices, para conduzi-las sob o paletó; outros, de pequenos revólveres; outros ainda, como eu, fabricando bodoques ou baladeiras, com rolimãs de peças de automóvel para arremessá-las, sem falar nos mais engenhosos, aqueles que encontravam, ninguém sabe onde, ben-

galas com estiletes e punhais encastoados — num terrível arsenal bélico, de artesanato.

Mas, como as grandes batalhas da história do Brasil, a da missa de trigésimo dia de João Pessoa também não houve em território pátrio. Se a polícia compareceu, fê-lo sob discreta vigilância. Para nós, contudo, foi grande a frustração. A "derrubada" do Governo havia sido adiada...

O mito de João Pessoa ia num crescendo, retratos de todos os tamanhos, bandeirolas, bustos de gesso, estatutetas, hinos, canções, paródias, abotoaduras de punho de camisa com a efígie do presidente da Paraíba, o "nego apoio ao Governo Federal", com que João Pessoa respondera a uma consulta de Washington Luiz, Presidente da República, a respeito do problema sucessório, transformando-se em lema de luta, num refrão de resistência. Em duas palavras: era um novo Deus que surgia.

"Morreu por nós João Pessoa
A mais desejada luz
Nós classificamos ele
Como o segundo Jesus
Pra ser Cristo só faltou
O terem morto na cruz."

A marchinha do "Salvai, salvai, querido general", dos tempos de Dantas Barreto, adaptada às novas circunstâncias — "Salvai, salvai, querido Presidente!"; Osvaldo Santiago compondo a letra da música que todo o povo brasileiro entoou no época:

"João Pessoa, João Pessoa,
Bravo filho do sertão,
Toda a Pátria espera um dia
A tua ressurreição".

O eco da "Caravana Liberal", que trouxera ao Nordeste Batista Luzardo, Maurício de Lacerda, Neves de Fontoura, Simões Filho, produzindo resultados a longo prazo, frases retidas na memória, situações revividas em minúcias, Lacerda, num *meeting* da Praça das Cinco Pontas, alteando a voz acima do repicar da Matriz de São José, no ângelus: "Os sinos dessa igreja dobram em finados pela morte da Liberdade no Brasil!"; os "dós de peito" das orações inflamadas, as perorações retumbantes — um frenesi de patriotada incomum.

Quando se anunciou que o corpo de João Pessoa, no dia 27 de julho, iria ser transportado para a Paraíba num comboio da Great Western, os vagões abertos a que quisesse viajar, a Estação

Central transbordou de povo. Eu no meio, com os meus quinze anos, aboletado num carro da empresa ferroviária. Eu e um amigo de circunstância, Manoel Araújo, que seria depois o famoso Manezinho Araújo, o "Rei da Embolada", jovem também.

Enquanto esperávamos a partida do trem, Manezinho cantava "repentes", dedilhando numa caixa de fósforo, amoldando as letras às condições do momento.

Na última hora, veio a notícia de que João Pessoa seria enterrado no Rio, "de pé, como sempre viveu", como diriam os jornais de oposição, entusiasmados. Por ter sido baleado na Confeitaria Glória e levado à Drogaria Brasil, onde morreu, logo se disse que João Pessoa morrera "pela glória do Brasil". Vivia-se a época das frases de efeito.

A efervescência política atingia o seu cume, a Nação toda revoltada com assassinato brutal de João Pessoa. Para nós, entorpecidos pela progaganda, João Dantas era um "facínora" indigno de viver. A paixão política obnubilava as consciências.

Conspirava-se abertamente no Recife. Os pormenores do crime eram relembrados, ponto por ponto. Todos testemunhavam alguma coisa. Falava-se da frase ardente do Professor Arsênio Tavares, no necrotério público, junto do cadáver: "Vivo, não te venceriam!", ao que o Juiz Federal Cunha Melo teria acrescentado: "Mesmo morto, não te vencerão!" Ninguém se dava conta de que João Dantas fora atingido em sua dignidade pessoal, suas cartas de amor divulgadas na íntegra pelos jornais do próprio Governo, maldosamente.

Nesses preparativos revolucionários dos anos 30, de grande agitação "tenentista", a minha geração decorou, palavra por palavra, o "discurso dinamite", do Tenente Gwayer de Azevedo, do Rio, divulgado em plaquete de trinta e tantas páginas. Na capa, ao lado do retrato do oficial do Exército, "engenheiro civil e militar", os dizeres: "Discurso pronunciado no Clube Militar no dia 25 de julho de 1922 pelo então Primeiro-Tenente Gwayer de Azevedo".

O periódico *A Esquerda,* de Reinaldo Lins, jovem e irrequieto jornalista, a serviço da Revolução de 30, publicara o "discurso dinamite", em edições disputadas a muque.

A oração de Gwayer de Azevedo — que, aliás, nunca foi proferida[3] — era um arrasamento nos generais da situação, os "algozes" do tempo — Setembrino de Carvalho, Santa Cruz, Andrade Neves, Mena Barreto, Potiguara, Bertoldo Klinger, "covardes", "corruptos" "sanguinários" —, a linguagem assomando alturas incríveis de violência.

Depois se veio saber que o discurso fora inventado, nem o próprio Clube Militar se reunira naquele dia. O historiador Nelson Werneck Sodré deixou-se levar pelo engodo, equivocadamente, dando

ares de fato acontecido, ao "discurso dinamite" em sua *História militar do Brasil*. Gwayer de Azevedo, ele mesmo, desmentiria, em entrevista divulgada muitos anos depois, a autoria da oração.

A parte do discurso em que o tenente, já pela madrugada, vê os primeiros raios de sol penetrar nos salões do Clube, é um pastiche de uma crônica de Felício Terra, pseudônimo de Nuno Ferreira de Andrade, do livro *Contos e crônicas*. O plágio é irrefutável. Mais que plágio, cópia servil do livro, numa crônica sobre o sol, uma espécie de ode ao sol:

"Bom dia! Cofre adorável de vaticínios; urna santa em que os suspiros cristalizam; relicário dos nossos sonhos; abuso generoso e quente de nossas ambições; escrínio augusto dos segredos; túmulo das mágoas; caverna das desilusões. Bom dia!"

Nesse estilo altissonante e rebarbativo, estirava-se a oração atribuída ao tenente, copiando Felício Terra sem modificar uma vírgula. Todos nós a repetíamos, enlevados pela sansaborona prosa de efeito, recitando inclusive os terríveis epítetos que Gwayer teria usado em resposta aos apartes de seus superiores: "V. Exa. é um oficial energúmeno!" Ou: "Ladrão pode ser V. Exa., que mandou encher de palha quinze vagões que deviam levar roupas para os nossos soldados no Contestado!" Ou mais esta: "Se fundo de panela de barro quando sai do fogo é limpo, assim é o caráter de V. Exa.!"

O tal "discurso dinamite" não passou de um *bluff*, muito ao gosto da época, em que tudo se exagerava, o inimigo sendo mais cruel do que se apresentava, o aliado aparecendo sem defeitos, a intoxicação e o facciosismo cobrindo todos os espíritos.

Por esse tempo, o Governo andara queixando-se da desvalorização da moeda nacional, o mil-réis ameaçado com a introdução do cruzeiro, para corrigir distorções. Nas ruas, cantava-se a crise da moeda em ritmo de marchinha carnavalesca:

"Ai 'seu' doutor, ai 'seu' doutor,
Não chore, não, nem dê 'cavaco'!
Ai 'seu' doutor, ai 'seu' doutor, ,
Viver assim é um 'buraco'.

Depois do refrão, a crítica à situação reinante:

"O pobre povo brasileiro,
Não tem, não tem, não tem dinheiro.
O ouro vem do estrangeiro
E ninguém vê o tal cruzeiro!"

Os editoriais do *Diário da Manhã* candentes, redigidos pelo jornalista José de Sá, repercutiam na cidade. O verbo era a arma da

revolução, cada orador, cada conferencista, cada homem de imprensa burilando suas frases de efeito. Quando o povo exigiu, em passeata, a mudança do nome da Rua Nova, oficialmente chamada de Barão da Vitória, para Rua João Pessoa, pois ali tombara o Presidente da Paraíba, um estudante, parece que de Direito, em discurso diante da Prefeitura, trocadilhou: "Afinal de contas, quem é o Barão da Vitória senão João Pessoa? Quem é João Pessoa senão o Barão da Vitória de 1930?"

Mais do que os fuzis, as palavras removiam trincheiras, abalavam mais que terremotos, corriam mais depressa que o vento, iluminavam mais que os raios — para usar o estilo da época. Quem tivesse bom timbre de voz, boa retórica e pulmão saudável — era um ídolo, o conteúdo das idéias sacrificado em favor da retórica. Vivia-se a frase — nada mais. A frase, cortante, mordaz.

A despeito disso, a Revolução propriamente dita veio mesmo. Foi a 4 de outubro, pela madrugada, no Recife. No Rio Grande do Sul, a 3, de véspera. Quem primeiro deu a notícia aos irmãos Lima Cavalcanti foi o jornalista Luiz do Nascimento, então revisor de imprensa e, mais tarde, seu grande historiador.

Distribuídas as armas pelas casas dos civis, dentro dos planos já estabelecidos, teve início a operação de largada. Juarez Távora e Afonso de Albuquerque Lima, incógnitos no Recife, logo foram avisados do estouro da revolta no Sul. O alvo preferido, na hora primeira, foi a central telefônica, na Avenida João de Barros, logo depredada. O Tenente Mendes de Holanda, do 21.º BC, se sublevara, juntando-se aos milicianos do Tiro de Guerra 333, comandado pelos sargentos Heli Coutinho e Agápito Colares, que o povo chamava Agapito, com a tônica na penúltima sílaba. Os atiradores, geralmente estudantes secundários e auxiliares do comércio, jovens entre dezoito e vinte e um anos, haviam sido convocados para um "juramento à bandeira", somente sendo avisados dos preparativos da sedição na hora mesma em que ela se deu, os fuzis carregados de balas de verdade, e não de cartuchos de festim, como se costume. Dois jovens "atiradores", Jenner e Hélio de Souza, filhos do professor da Faculdade de Direito Mário de Souza, tombaram com um braço decepado pela metralha.

"De 3 pra 4 de outubro
Iniciou-se o levante.
O 333
Transformou-se num instante
De um simples tiro de guerra
Chegou a ser nesta terra
Um exército dominante."

Agildo Barata e Juraci Magalhães desciam da Paraíga, por Olinda, Agildo tomando de assalto, sozinho, a cadeia pública, núcleo da resistência governista. Mas quando chegaram ao Recife, a situação já estava definida em favor dos revoltosos.

Estácio Coimbra, Governador de Pernambuco, sentindo que a terra lhe fugia dos pés, com os núcleos de resistência caindo um por um, abandonou o palácio. O grosso da tropa do 21.º embarcava no *Itanagé,* surto no porto, para não aderir à revolta.

Na Soledade localizava-se o maior depósito de munição da 7.ª Região Militar. Muniz de Farias, coronel da Força Pública, comandou o assalto ao arsenal bélico, dispondo a princípio de poucos homens, entre os quais os sargentos José Pessoa, Agápito, Alcides e Heli, do Exército, e Alípio Pereira, José Oscar, Manuel Pais de Lira, da Força Pública, além dos alunos do 333. Com poucos tiros, caiu o grande depósito de armas da Região. Muniz, de metralhadora na mão, fez parar os bondes que saíam para os seus primeiros transcursos, da estação de João de Barros, levando operários às oficinas e fábricas, comerciários, madrugadores, em direção ao seu trabalho — exortando-os a que empunhassem armas pela Revolução. O movimento, de quartelada, passava a assumir, na prática, características de revolta popular. Os operários da Tramways, a famosa "linha azul" — porque vestiam fardamento de brim azul —, aderiram em cheio. Esse episódio passou às crônicas como "as barricadas da Soledade". A Revolução impunha-se pelo apego às frases.

Por esse tempo, o quartel do Derbi, centro das forças militares do Governo, despachava para a cidade os seus "carros blindados", adquiridos pouco antes da Revolução. Eram modestos transportes de tropas, sem a menor resistência à bala de fuzil. Quando esses "carros blindados" atravessaram a Rua Conde da Boa Vista, perto da Soledade, os homens recrutados por Muniz fizeram os seus primeiros disparos, varando-os de lado a lado. Houve mortes de soldados, muitos saindo feridos.

"Foi quando o liberal viu
O 'blindado' esmorecer
E da força do Governo
Ninguém queria morrer
Abandonaram a batalha
E com medo da metralha
Trataram de se esconder."

Então, grupos de populares, armados, se espraiaram pelo Recife, ora assaltando redutos do Governo, ora pilhando e incendiando residências dos "perrepistas", ora empastelando jornais do governo.

"Do sábado para o domingo
Foi uma descarga cerrada
Toda a força governista
Se achava desanimada
Aumentava a multidão
Participando a adesão
Daquela rapaziada."

Meu irmão João, mais velho do que eu, saíra e não voltara. Era aluno do Tiro de Guerra 333. Quando regressou, estava ferido por uma bala, em ricochete, no peito, sem gravidade porém. A Rua dos Prazeres recebeu-o como a um herói.

No último dia, o terceiro da Revolução, quase todos os redutos do governo estavam dominados. Estácio Coimbra abandonou, às pressas, o palácio num rebocador do porto, com destino ao interior, levando consigo alguns auxiliares mais íntimos. Seu porto inicial foi Tamandaré. O único ponto de resistência era a Casa de Detenção, com o "Coronel" Joaquim Cavalcanti à frente de seus guardas, combatendo. Lá dentro, desde julho, encontravam-se presos João Dantas e Augusto Moreira Caldas, acusado do assassinato de João Pessoa.

A versão da fuga de Estácio foi glosada em prosa e verso. A cidade se encheu de paródias de música popular, caricaturando o abandono do palácio às carreiras.

Quando eu soube que a Casa de Detenção resistia, saí de casa, esgueirando-me pelas ruas até atingir as imediações da penitenciária. No caminho, deparei com Gilberto Barbosa, armado, que me disse ir almoçar para, depois, recomeçar a batalha. Pedi-lhe o fuzil. Mal sabia eu manejá-lo. Ele mo entregou com bala na agulha, destravado. "Era só", dizia, "puxar o gatilho."

"A Casa de Detenção
Custou muito a se render
A gente que estava lá
Queria mesmo morrer
Porque enormes metralhas
Naquelas grandes muralhas
Eram de estremecer."

Fui ter ao Cais José Mariano, do lado de cá do Capibaribe, no pé da Rua Velha, onde se concentrava um grupo de populares, em posição de combate. Os tiros cruzavam de um lado para outro do rio. Quando me preparava para detonar pela primeira vez, em

direção ao presídio, fui desarmado por meu pai e alguns amigos seus. À força, fizeram-me voltar para casa.

Com a queda da Casa de Detenção, o Recife virou festa, dia e noite. João Dantas e Augusto Moreira Caldas foram encontrados mortos, as carótidas abertas, correndo a versão de suicídio. Uns, porém, acreditavam mais na morte violenta, apontando-se ora o Professor Luiz de Gois como autor do homicídio, ora um fanfarrão conhecido como Terto Campos, ora militares da Paraíba, que haviam chegado com Agildo e Juraci Magalhães.

Contou-me o jornalista Gumercindo Cabral de Vasconcelos que, estando recolhido durante os dias da Revolução à penitenciária, chegou a ver João Dantas e Augusto Moreira Caldas soltos, andando por fora das celas do segundo pavimento. E que, num dado momento, quando cessara a resistência, um certo Capitão Feitosa, da Força Pública da Paraíba, entrou armado na Casa de Detenção, acompanhado de um grupo de homens. Dirigindo-se ao oficial, Gumercindo, preso político, redator do jornal de Carlos de Lima, ouvira deste a explicação, maliciosa, de que "João Dantas será julgado pelas mulheres de lá", referindo-se à Paraíba.

A morte, por violência ou por suicídio, dos dois indigitados matadores de João Pessoa, era mais um elo nas comemorações que se sucediam nas ruas do Recife.

"João Dantas com seu amigo
Puderam bem conhecer
Que o perdão para seus crimes
Nunca podiam obter.
Ambos se suicidaram
Deste modo se livraram
Do mal que iam sofrer."

Eu e Joaquim, filho de Dona Belinha, ornamentamos a Rua dos Prazeres, pendurando bandeirolas vermelhas em cada casa e escrevendo no grande muro onde morava o Padre Venâncio — um velhinho muito querido da meninada, que nos distribuía imagens e medalhinhas de santos quando lhe beijávamos o rosário, pendurado do cós da surrada batina — as palavras "Viva a Revolução", com papel crepom, cortado em tiras.

O Carnaval de 1931 começou cedo, de véspera, em outubro de 30. Toda noite havia "corso", ou desfile de carros nas ruas da Imperatriz e Nova, a alegria contagiando a cidade, bandeiras, dísticos e laços de fita encarnados por todos os cantos.

Em outros Estados acredito, mas em Pernambuco a Revolução não foi uma simples quartelada. Pelo contrário, o povo participou de suas ações de rua. Cristiano Cordeiro, líder do PC, conspirou com Carlos de Lima, sendo indicado por este para ser redator-secretário do *Diário da Manhã*, o que durou pouco. A despeito disso, foi preso logo depois do movimento de outubro de 1930. Em novembro do mesmo ano, voltou a ser detido por suspeita de inspirar uma greve de padeiros.

A orientação geral do PC era a do manifesto de Prestes, segundo o qual "a revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal". "Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias — dizia Prestes, incompreendido, embora com o aval da História — nada resolvem, nem podem interessar de maneira alguma à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes".

A fato inconteste, todavia, é que a Revolução de outubro sensibilizou o povo brasileiro. O próprio PC não teve uma ação uniforme em todo o território nacional. Cristiano Cordeiro conta-me que, escrevendo para o Rio sobre se era válida a participação do Partido nos preparativos e deflagração do movimento, obteve a resposta, esquiva, de que o assunto era da competência da direção local, de Pernambuco. Diante dessa omissão, Cristiano optou por engajar-se na revolta. Como redator-secretário do *Diário da Manhã*, após a vitória de outubro, foi afastado por exigência dos usineiros junto a Lima Cavalcanti.

No "Palacete Azul", clube dos ricos de Pernambuco, das famílias aristocráticas da "nobiliarquia canavieira", dos "barões do açúcar", dos latifundiários e senhores de engenho, o Carnaval de 1931 transcorreu com incidentes, o "saudosismo" dominando, decerto, grande parte dos foliões. Quando o Maestro Nelson Ferreira, compositor de frevos, depois de esquentar os metais de sua orquestra, largou nos amplos salões do clube a sua última criação musical, os ânimos se exaltaram e houve protestos veementes da parte dos adeptos de Estácio Coimbra. É que a marcha-canção tinha a seguinte letra, no estribilho:

"A canoa virou, pois é!
'Seu' Estácio fugiu, pois é!
O beicinho do 'Beiçola', pois é!
Nunca mais ninguém viu..."

O incidente do General "Rapa-Coco" não pode ser deixado à margem. Ainda em outubro, no dia 19, a cidade se apavorou com o toque da sirene, aí por volta das sete da noite, da fábrica Renda Priori. É que ficara acertado, entre autoridades revolucionárias empossadas no Governo e o povo em geral, que, se houvesse perigo iminente, de chegada ao Recife de qualquer tropa inimiga, por mar ou por terra, a sirene da Renda Priori daria o alarme. E a boataria, diante do apito da sirene, naquela boca da noite, era de que o General Santa Cruz, conhecido por "Rapa-Coco", por ter o hábito de mandar raspar o cabelo de seus soldados, vinha comandando o navio de guerra *Rio Grande do Sul,* para um desembarque de inopino na capital pernambucana.

A cidade explodiu inusitadamente. Todo mundo corria sem rumo, as mulheres e as crianças recolhendo-se aos lares, os homens indo em busca de armas nos quartéis militares. A Faculdade de Direito tinha-se transformado em QG da Revolução. Fui um dos que acorreram para lá, encontrando o meu vizinho Armando Vasconcelos, bedel da faculdade, fardado de tenente, gritando ordens e determinando providências, entusiasmado.

Tudo, porém, fora um rebate falso.

Mas valei a pena, como manifestação de apoio popular à Revolução.

Antes de decorrido um ano do movimento de 30, reinava descontentamento nos setores da população do Recife. A classe operária, que lutara ao lado dos "tenentes" ou por eles se interessara, continuava com seus direitos postergados, o Governo prometendo apenas iniciar a construção de "vilas populares" como solução para os seus ingentes problemas. A polícia voltava a espaldeirar operários. A classe média, perplexa diante da volta dos hábitos da "República Velha", na distribuição de cargos públicos entre amigos e no expediente da proteção política para a conquista de favores pessoais. Os velhos conspiradores do Recife ressurgiram, então, para novas empreitadas.

Pedro Calado, advogado, participante do movimento de 4 de outubro, fiscal da Fazenda Nacional e ex-chefe de polícia interino de Carlos de Lima, articulava-se com outras personalidades para retificar o ideário de 30.

Em verdade, o primeiro período governamental de Carlos de Lima Cavalcanti fora medíocre e decepcionante. Ulisses José dos Santos, estivador do Porto do Recife, que, na missa de sétimo dia de João Pessoa, se arremessara sozinho contra um oficial da cavalaria, derrubando-o ao chão, sendo por isso deportado por Estácio Coimbra para a Ilha de Fernando de Noronha, voltava a ela, dessa vez como "desordeiro", pelo fato de andar falando mal das autoridades e bebericar nas tavernas suburbanas, desfrutando a sua condição de "herói popular".

Ao término do movimento de 4 de outubro, quando Ulisses regressou do presídio de Fernando de Noronha, num navio do Lloyd Nacional, o porto se encheu de gente para recebê-lo. Até flores lhe foram ofertadas, de mistura com discurso de saudações, sendo conduzido em carro aberto pelas ruas do Recife.

Agora, ao se requerer um *habeas-corpus* em favor do "combatente" da Matriz da Boa Vista, o governo de Carlos de Lima negava o fato principal — de que Ulisses se encontrasse preso em Fernando de Noronha —, o que não passava, aliás, de deslavada mentira da polícia. Mais tarde, apurou-se que Ulisses José dos Santos estava no rol dos degredados, com um nome falso, para despistar a ação do Judiciário. Era a volta, como se vê, dos velhos expedientes dos tempos de Ramos de Freitas. Nos jornais de Carlos de Lima, Ulisses aparecia como "arruaceiro" e "alcoólatra", esses mesmos jornais que haviam criado a auréola de herói para aquele que enfrentara a polícia de Estácio Coimbra na missa de João Pessoa.

Nos desvãos da Chefatura de Polícia, nos tempos de Estácio, existia, no térreo, um depósito de presos que, por suas condições de insalubridade, era apelidada de "geladeira" pelo povo. No governo de Lima Cavalcanti, suas instalações foram melhoradas, perdendo as características de calabouço. No entanto, não melhoraram os métodos de perseguição ao povo. Por isso, em alusão irônica aos propalados propósitos "regeneradores" do movimento de outubro, batizou-se o xadrez da Secretaria de Segurança Pública de "Brasil-Novo", denominação que perdurou por longo período de tempo, mesmo depois da deposição de Lima Cavalcanti, em 1937.

Hoje, o "Brasil-Novo" é conhecido simplesmente pelo nome de "buque", para mim de recente memória, aliás.

No fundo, Carlos de Lima foi um líder criado pelas circunstâncias, um usineiro de açúcar que, na crista da onda do irredentismo dos anos 20, soube compreender as tendências do povo, conduzindo-o para uma insurreição, a seu tanto popular, pelo menos em Pernambuco.

Os velhos problemas do Estado permaneciam intocáveis, o povo vibrando em função de consignas meramente liberalizantes — o voto secreto, a moralização dos costumes, o combate às velhas oligarquias, na forma e não no conteúdo —, tudo num clima geral de exaltação de epiderme.

Pedro Calado, como funcionário do fisco federal, assumira a direção dos trabalhos de revisão das escritas contábeis das usinas de açúcar, produtoras de álcool e aguardente. Quando começou a penetrar o âmago de sua contabilidade, descobrindo fraudes, as "classes

produtoras" espernearam, pondo a boca no mundo. A Sociedade de Agricultura, a Associação Comercial, o Centro dos Usineiros de Pernambuco, em assembléias rumorosas, profligaram a ação do zeloso funcionário do Governo, dizendo-se "perseguidas", como sempre fazem nessas ocasiões.

Paralelamente, tinha-se notícia de muitos tenentes que perdiam o Poder, sendo aos poucos exonerados das Interventorias nos Estados. Assim ocorreu em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Maranhão no Piauí e no Rio Grande do Norte. Getúlio golpeava os "tenentes" de 30, prestigiando os grupos conservadores.

Em Pernambuco, a situação não era diferente, só que Carlos de Lima, sobre ser líder popular, não se despira da sua condição de usineiro e latifundiário.

Nos quartéis, a oficialidade jovem, os "tenentes" comissionados — sargentos de carreira, engalanados de patentes superiores, de boca, sem ato do Governo —, assistia à descaracterização do ideário de 30, inquietos.

São Paulo conspirava em surdina, urdindo o movimento "constitucionalista" que outra coisa não seria senão a retomada do Poder pela velha classe dos cafeicultores e senhores de terra. Não se perdoava o Governo Federal pela afronta de haver nomeado Interventor no Estado a um simples tenente do Exército, João Alberto Lins de Barros, egresso da Coluna Prestes, pernambucano de nascimento — "baiano" por derradeiro. E todas as aleivosias foram assacadas contra João Alberto, de "ladrão" para baixo, quando em verdade se tratava de um oficial cheio de idealismo, na época, dotado de uma regular bagagem humanista.

O foco de inconformismo em Pernambuco era o sempre vigilante 21.º BC, que tinha sede junto ao QG da 7.ª Região Militar, na praça da Faculdade de Direito, onde sua banda de música realizava retretas semanais, atração da classe média na época.

Há versões fundadas de que o movimento que se preparava sob o comando de Pedro Calado tinha raízes em São Paulo, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul. Seria assim uma antecipação, frustrada, da "revolução constitucionalista" de 9 de julho de 1932, em São Paulo, sob o pretexto de retomada do programa da Aliança Liberal, conquanto trouxesse no bojo os intentos das velhas "raposas" políticas, que a sedição de outubro de 1930 apeara do Poder. Para outros, entretanto, Pedro Calado era apenas uma "espoleta" de militares despeitados como Carlos de Lima.

O fato é que, na madrugada de 29 de outubro de 1931, a cidade do Recife amanheceu sob intensa fuzilaria, ouvindo-se os disparos para os lados do QG da 7.ª Região. Em poucas horas, os revoltosos dominaram os bairros da Boa Vista e Santo Antônio, distribuindo armas com o povo.

Envolvidos com os "tenentes" comissionados, encontravam-se líderes de certa projeção social, como Sílvio Cravo, Severino Camboa Cardim, Epifânio Cavalcanti, Lourival da Mota Cabral, dirigente ferroviário, Anfilóquio Cavalcanti, ex-marinheiro, com prestígio entre os portuários, além de um punhado de oficiais do Exército e da Força Pública, transformada por Carlos de Lima em Brigada Militar.

O movimento armado teve começo no 21.º BC, com o domínio absoluto da guarnição. Seu comandante, Capitão Nereu Gilberto de Morais Guerra, foi morto nos primeiros instantes, dentro do quartel.

O General Sotero de Menezes, Comandante da Região Militar, ao que se boatava, comprometido com a revolta, estava no Rio. Dele, diz Pedro Calado que recebera uma carta falando num "movimento constitucionalista", cujo chefe maior seria o próprio Ministro da Guerra, General Leite de Castro, embora não se fizesse referência direta a esse nome.

Com o 21.º BC em pé de guerra, os amotinados assaltaram e dominaram o quartel da Soledade e a sede da Secretaria de Segurança Pública, cujo titular, ausente, era o Major Nelson de Melo, do Exército. Os postos policiais de Afogados, Pina, Largo da Paz, Torre, Encruzilhada e outros subúrbios do Recife foram imediatamente ocupados. Heli Coutinho, Agápito Colares, Otávio Leite, Sabino Silva, Aristóteles Evangelista, Gerôncio Quinteiro, José Pessoa e Alcides Cardoso, oficiais comissionados em 30, dividiam, entre si, as tarefas mais urgentes da insurreição.

Da Secretaria de Segurança Pública, transformada em QG dos amotinados, Pedro Calado enviou um *ultimatum* a Carlos de Lima, em Palácio, do outro lado do Capibaribe. O interventor respondeu que não se renderia, mas tratou de abandonar a sede do Governo, refugiando-se no vapor do Lloyd Brasileiro *Araçatuba,* surto no porto. A diferença entre Estácio Coimbra e Carlos de Lima Cavalcanti — vindita histórica! — é que o último utilizou um navio de maior calado em sua fuga.

Outros nomes compunham a relação dos insurretos, como Antenor Nunes Machado, José Correia, Muniz de Andrade e o capitão da ativa Brício Bentes.

No bairro dos Afogados, grande número de civis se juntou aos rebeldes. Ali, o movimento era dirigido pelo engenheiro Luiz Gonçalves da Rocha, pelo Sargento Oscar Rangel e pelo líder ferroviário Mota Cabral.

Quase à mesma hora, tomavam-se as delegacias de polícia das cidades de Olinda e Paulista, no cinturão do Recife. Na cidade, a fábrica de cigarros Souza Cruz e o depósito e oficinas de bonde da Pernambuco Tramways, em João Alfredo, perto da Avenida Caxangá, estavam sob o domínio dos homens de Pedro Calado.

No tiroteio da Soledade, morrera o tenente do Exército Manuel Guimarães de Souza. O quartel de bombeiros, sede da cavalaria também, não ofereceu resistência, alguns oficiais se entregando voluntariamente aos revoltosos.

Um dos maiores redutos de resistência do Governo, além do quartel do Dérbi, era o do 2.º Batalhão, em Cinco Pontas. A ausência injustificada, no momento, de Severino Camboa Cardim e Sílvio Cravo, responsáveis pelo comando do assalto, fê-los permanecer fiéis ao Governo.

Eram comandantes e subcomandantes da Brigada Militar de Pernambuco o Major Jurandir de Bizarria Mamede e o Tenente Afonso de Albuquerque Lima, conhecido por Afonsinho, combatente, ambos, da Revolução de 30.

Durante muitas horas, o Recife viveu um clima de guerra, em proporções maiores do que o havido em outubro do ano anterior, tanto pela intensidade contínua do fogo, como pelo número de mortos e feridos, que se elevaram a muitas dezenas, segundo versões não oficiais.

Na ausência do General Sotero, comandava a 7.ª Região o Coronel Manuel Arruda, sendo o Tenente Rossine Raposo o subcomandante. Este foi logo preso, na madrugada da revolta.

Do lado do Governo, ficou somente o 2.º Batalhão da Brigada, no Largo das Cinco Pontas, acompanhado do 3.º BC, também da Polícia Estadual, sediado no Pátio do Paraíso. O Corpo de Bombeiros, em João de Barros, e o quartel do Dérbi, QG da Brigada, mantinham-se imóveis. E a massa civil, que aderira à conspiração — "elementos de má catadura", como os classificaria, depois, o *Diário da Manhã,* jornal de Lima Cavalcanti —, andava solta pela cidade, aos grupos.

Dispondo de quase duas dezenas de oficiais do Exército, do 21.º BC, e de líderes populares, como Mota Cabral e outros, o movimento de 29 de outubro — a "mazorca de Pedro Calado", para citar, ainda, o mesmo jornal — por um triz não foi vitorioso, faltando-lhe um experimentado e enérgico chefe militar, que coordenasse as ações, com o aproveitamento das condições objetivas que o momento propiciava.

A rigor, o fracasso do movimento residia em sua própria estrutura e origens: era mais uma quartelada, de inspiração pequeno-burguesa, sem ideário que pudesse sensibilizar as massas populares, na "idade de ouro" das insurreições "tenentistas" da época. O próprio Pedro Calado reconhece isso ao escrever — no seu livro *A Revolução de 29 de Outubro de 1931 em Pernambuco* — que "se tratava da substituição de homens por homens", numa confissão de autocrítica.

Por tática, quem sabe se por deliberado propósito de despistamento, os rebeldes anunciavam que o "caso" era exclusivamente com o Governo de Carlos de Lima, apoiando-se, no mais, o Governo Federal e as posições de Getúlio.

O nome de Luiz Carlos Prestes, como em 30, foi invocado pelos revoltosos, como chamariz. Até um manifesto apócrifo apareceu no Recife "assinado" por Prestes e pelo General Sotero de Menezes. Em setembro de 1963, Prestes, em entrevista, negou que tivesse apoiado esse motim.

Em socorro às forças legalistas, desceram da Paraíba os soldados do 22.º BC, que, logo de partida, perto do Recife, retomaram Paulista e Olinda das mãos dos amotinados. À sua frente, vinham, como comandantes, os oficiais Alberto Mendonça, Mário Pinto de Barros, Adauto Esmeraldo, José Maurício da Costa, estes da Polícia Estadual, e o Tenente Ernesto Geisel, do Exército.

Por volta das dez horas do dia 30, o 21.º BC hasteava a bandeira branca, de rendição incondicional. Antigos revolucionários de 30 foram aprisionados, como Heli Coutinho e Agápito Colares, além de Pedro Calado, o líder civil da sedição.

Do interior, Lima Cavalcanti recebeu a adesão de diversos tiros de guerra, o 45, de Garanhuns, que vinha sob o comando do civil Mário Lira, o 114, de Caruaru, o 437, de Pesqueira, o 141, de Catende, o 126, de Paudalho.

O inspetor-geral dos tiros de guerra, capitão reformado Vilaronga Fontenelle, com um braço ortopédico, morava na Rua dos Prazeres, era nosso vizinho, e tivera desempenho importante no movimento de 1930. Na conjuração de Pedro Calado, pusera-se ao lado do Governo, articulando a descida das unidades dos "atiradores" do interior.

De Pesqueira, viera também o Padre Alfredo de Arruda Câmara, com numeroso grupo de voluntários; mas, ao chegar perto do centro do Recife, na Estrada dos Remédios, foi baleado no pulmão, num choque com os rebeldes.

Tolentino da Cunha Oliveira, filho de Dona Belinha, da Rua dos Prazeres, foi igualmente ferido por tiro de fuzil, na perna.

Sufocado o movimento, as páginas dos jornais encheram-se literalmente de nomes de mortos e feridos. Entre os primeiros figuravam no obituário o Tenente Fortunato Pessoa, da Brigada, Tenente Manuel Guimarães de Souza, do Exército, Cícero Jorge, da Brigada, José Cecílio Costa, da Brigada, Ameliano Marques de Oliveira, civil, um soldado-músico, do 21.º BC, um soldado do 2.º Batalhão de Brigada, Alfredo Ferreira Gomes de Lima, civil, e mais seis outros corpos de identidade desconhecida, além de Aluísio de França, civil, Filadelfo de tal, civil, Manuel Pedro Cabral, civil, Salviano Batista de Oliveira, civil, Benjamim Holanda Cavalcanti, cabo da

Brigada Militar, um soldado do 21.º BC, de nome ignorado, Luiz Pais de Lira, José Francisco Correia, Cecília Luiza, civis, Capitão Nereu Guerra, comandante do 21.º BC, Bessone Pereira da Costa, Osvaldo Falcão, militares, e uma moça, de identidade ignorada. O número de civis e soldados feridos ascendia a centenas, lotando as enfermarias dos hospitais da cidade.

Restabelecido o controle da situação pelo Governo, a represália contra amotinados constituiu-se um verdadeiro banho de sangue. A repressão policial não respeitava ninguém, alguns cadáveres aparecendo boiando nas águas do Beberibe e do Capibaribe, no centro do Recife.

Do xadrez do quartel das Cinco Pontas foi retirado o popular Manoel Moreira da Costa, conhecido por "Costeleta", empalhador de cadeira e tido como um dos que participaram da morte de um oficial do Exército, em combate. Levado para os fundos da estação ferroviária das Cinco Pontas, junto ao quartel, foi aí morto e degolado, pondo-se os seus restos mortais sobre os trilhos da Great Western, para simular atropelamento ou suicídio.

Emílio Romano, delegado de polícia, arrancou as unhas, a alicate, do operário José Ferreira. Esse fato revoltou a cidade inteira, tendo sido atribuído — anos depois — à responsabilidade de Etelvino Lins.

Carlos de Lima nomeou uma comissão de inquérito presidida por Djalma Tavares da Cunha Melo, depois Ministro do Tribunal de Recursos, no Rio, violento e atrabiliário ao tempo de sua passagem pela polícia de Pernambuco, inclusive como Diretor da Casa de Detenção. Da comissão participava o advogado Tomás Lobo, que logo depois dela se afastou, em face das violências praticadas no decurso das investigações.

Da sedição de Pedro Calado participou meu mano João, temperamento irrequieto, predisposto a todas as lutas populares, sem contudo inteirar-se de seu conteúdo ideológico. Na companhia de Hermes Maranhão e outros civis, tentou dominar a Casa de Detenção do Recife, sendo aí aprisionados por seu diretor, Rodolfo Aureliano, e o Major Sidrack de Oliveira, subdiretor, oficial da Brigada.

João ficou vários dias incomunicável, recolhido a cela batida, na penitenciária, meu pai tudo fazendo para libertá-lo. Sua condição de combatente de 30 poupou-o de certos vexames. Aliás, dizia-se que o Coronel Muniz de Farias, o verdadeiro artífice da resistência governista, por sua coragem pessoal e espírito de iniciativa, proclamava abertamente, durante as prisões, que só respeitaria os antigos companheiros da Revolução de outubro; "os outros entrariam no pau", segundo ele. E foi o que aconteceu.

Um dia, soubemos que João já podia receber roupas e alimentos de casa. Meu pai, ao remeter-lhe uns ternos, escreveu, com letra miúda, numa ourela do paletó: "Em boca fechada não entra mosca".

Meses depois, rebenta a "revolução constitucionalista" de São Paulo, naquele ciclo de movimentos armados dos anos 30.

Tanto na época da revolta de Pedro Calado, como durante a "guerra" paulista, eu me pus, anonimamente, ao lado de Carlos de Lima, defendendo suas posições. Fui um dos últimos a se desencantar com a Revolução de outubro. Não me passava pela cabeça que todas essas escaramuças provinham de interesses econômicos ou políticos contrariados, a causa do povo posta de lado, desdenhosamente. Eram lutas de grupos, de competição por lideranças regionais, a fim de assegurar privilégios de classe.

As advertências de Prestes, ao romper com a Aliança Liberal, tinham sido sábias: "Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificados todo o povo, por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam e aos quais os politiqueiros brasileiros entregam, de pés e mãos atados, toda a Nação".

Custei a convencer-me dessas verdades, muitos caminhos e atalhos a percorrer na vida, antes de encontrar os largos horizontes de uma mais lúcida conscientização acerca dos problemas nacionais.

O movimento "separatista" de São Paulo, como nós, do lado de cá, o denominávamos, envenenados pela propaganda do Governo Federal, não foi senão outra disputa de influências oligárquicas — no fundo, todos, "separatistas" e "constitucionalistas", acionados como marionetes pelos cordéis dos grandes monopólios ingleses e americanos em luta.

Ativados por essa propaganda, odiamos o povo paulista, os motorneiros da "locomotiva" de que éramos nós, pobres Estados do Nordeste, meros "vagões" sem carga.

Para combatê-los, numa luta inglória e despropositada, mobilizaram-se em Pernambuco os célebres "batalhões provisórios" — voluntários apresentando-se nos quartéis da Brigada Militar, em filas enormes, contra os "inimigos" da nossa integridade territorial. À sua vez, o povo paulista era também ludibriado, pensando que empunhava armas contra a ditadura de Vargas, quando, na verdade, defendia os interesses contrariados dos grandes cafeicultores e a causa, impatriótica, dos trustes estrangeiros. O país todo foi empulhado pelos dois grupos em choque, criando-se um clima de animosidade entre irmãos, uns desejando cortar a cabeça do outro, enquanto os

tentáculos da grande burguesia e dos imperialismos apertavam o cerco em torno da nossa economia.

O prestígio de Carlos de Lima permanecia de pé. Embora usineiro, sua figura era popular, cantada em prosa e em verso:

"Carlos de Lima
Com sua pena de ouro,
Sem auxílio do Tesouro
Fez a nossa salvação".

O culto a Juarez chegava aos extremos, magotes de crianças recém-nascidas recebendo o seu nome na pia batismal.

Quando o povo do Recife se movimentou para solicitar do Governo Federal, sob pressão, a promoção do Tenente Juarez Távora ao posto de general, realizou-se um *meeting* numa das praças da cidade, milhares de pessoas ovacionando seu nome. O reclamo popular foi atendido, em parte, pelo Governo. O *Jornal do Recife,* que não via com bons olhos os feitos da Revolução de 30, abriu colunas em manchete para anunciar, com ironia, a medida de Getúlio: "O General Juarez Távora foi Promovido a Major!"

Na Rua dos Prazeres, o alarido era enorme em torno da "guerra" de São Paulo. O médico Paulino Costa, filho de um comissário de polícia da situação decaída, Adolfo Costa, era o único "torcedor" dos "constitucionalistas". À noite, colocava seu aparelho receptor — um dos poucos da redondeza — no máximo de volume para transmitir os noticiários da Rádio Educadora Paulista, César Ladeira anunciando as vitórias dos paulistas nas trincheiras do conflito. A não ser Paulino, ninguém mais possuía rádio, exceto o químico Arnaldo Poggy de Figueiredo que ocupava toda a sala da frente da casa de seus pais com uma complicadíssima geringonça, alto-falantes de mesa por todos os recantos, antenas e válvulas às pencas, mas, como resultado, uma saraivada de ruídos ensurdecedores, entremeados de sons dissonantes, incomodando a vizinhança.

Morava na Rua Paul Henry, belga de nascimento, um tipo curioso, alto, magro, nariz adunco, vestido invariavelmente de branco, ensinando ora francês, ora história natural nos colégios, principalmente no Ginásio do Recife. Paul Henry havia tomado parte na conspirata da Revolução de 30, com suas experiências de combatente da Primeira Guerra Mundial, de cujos episódios nos contava histórias horripilantes, soldados cavando trincheiras em cemitérios públicos, cadáveres insepultos, uns podres, outros já reduzidos a esqueletos. E os combatentes, na insensibilidade da guerra, brincando com fêmures, tíbias e crânios!

Tranqüilo de si, o súdito belga, vice-cônsul do seu país no Recife, nivelava-se às conversas dos jovens, com o mesmo entusiasmo idealista, estimulando-nos.

Na "mazorca" de Pedro Calado — para usar a expressão dos jornais de Carlos de Lima — Paul Henry ficara ao lado do Governo. Era um dos que ainda acreditavam na Revolução de 30.

Os "batalhões provisórios" levaram para o Sul muita rapaziada de classe média da cidade — Alcedo e Nelson Coutinho, Agenor Lafaiete, Claudio Tavares, o poeta Austro Costa e centenas de jovens que iam, no ardor do "patriotismo", defender o Brasil dos "separatistas". Meu irmão foi um deles.

À partida de cada contingente, o Recife parava, milhares de pessoas enchendo as ruas, as moças chorando a separação do noivo ou namorado, os pais num misto de saudade e envaidecimento, oradores erguendo o seu verbo das sacadas dos consultórios da Rua Nova. Lembro-me do Dr. Guimarães, dentista, perorando: "Pernambucano! Ide cobertos de flores para voltardes cobertos de glória!" Era o delírio coletivo, bandas de música tocando dobrados marciais, os navios se afastando do cais do porto aos pouquinhos, lenços brancos e lágrimas misturando-se às emoções derradeiras.

De minha parte, tomei-me de ardor cívico. Procurei alistar-me num desses contingentes, apresentando-me no quartel do Dérbi, onde se recrutavam os voluntários. Passei na inspeção médica. Mas fomos barrados, eu e Joaquim Oliveira, quando da verificação dos nossos documentos — a certidão de idade negando as condições mínimas para o ingresso na História...

Nos três meses da "revolução constitucionalista" ou da "guerra separatista", como queiram, a boataria campeou no centro, os jornais mentindo a favor do Governo Federal e a Rádio Educadora Paulista difundindo notícias aterradoras, de dizimação completa de "exércitos inimigos". Cada um de nós tinha o seu mapa particular, pontilhado de alfinetes de cores vermelha e preta. Nas conferências da situação da "guerra", altercávamos. Tal cidade caiu, não, não caiu ainda, caiu outra. E assim por diante. Fulano morreu em combate, Sicrano foi ferido, Beltrano perdeu as pernas. Os jornais chegaram a noticiar o falecimento de vários rapazes da Boa Vista, Dinorá Pais Barreto, irmão do Padre Félix Barreto, amigo de Carlos de Lima, e Durval Carneiro Leão, filho do velho educador Pedro Augusto Carneiro Leão. Teriam morrido em combate, os heróis. As famílias enlutadas mandaram rezar missa. Dinorá e Durval findaram aparecendo. Houvera equívoco no noticiário. E quem estava de luto fechado, apareceu no dia seguinte vestindo roupas vermelhas, da cor da Revolução de 30!

Quem morreu mesmo na "guerra" paulista foi Bulhões Marques, o querido Bulhões do Sport Club do Recife, ídolo de multidões de

futebolistas. O *Diário da Manhã* registrou o triste acontecimento, em colunas de pesar, tarjadas de luto. Mas, numa dessas notícias, um erro de revisão fez o Recife "morrer" de rir, de ponta a ponta. A manchetinha de página interna saíra assim: "Culhões Marques morreu!"

Os boatos faziam-nos tremer de emoções. Dizia-se que certa senhora, cujo filho partira num "batalhão provisório", recebera dele uma carta, com o seguinte *post-scriptum*: "Mamãe: retire o selo do envelope e guarde-o como lembrança". Quando a destinatária descolou o selo, lá estava, escrita em letras minúsculas, a terrível notícia: "Mamãe, perdi as duas pernas!"

No final de contas, poucos morreram dos nossos conhecidos do Recife. Mas ninguém voltou sem glória, cada qual contando suas façanhas, o aprisionamento de inimigos, a tomada de trincheiras pela madrugada, a bala que raspou a cabeça, bem junto da orelha, a bomba que explodiu a dez metros, num quase-quase que deixava a gente de cabelo em pé, de arrepio.

O poeta Austro Costa, epigramista contumaz, muito conhecido das rodas literárias e boêmias da cidade, é quem tinha razão:

"Fui pra guerra de São Paulo,
Matei muito carrapato.
Não morri, que Deus é grande.
Findei cagando no mato!"

No dia 31 de março de 1931, o Recife brincou o seu "Segundo Carnaval" — a "Mi-carême" de que falavam, elegantemente, as crônicas sociais. Era sábado de Aleluia. O Carnaval do princípio do ano havia tido tanto sucesso que se pensou em reprisá-lo.

Estimulados pelo ardor "tenentista" das "barricadas da Soledade", jornais e clubes carnavalescos deliberaram repetir os folguedos de Momo no fim da Semana Santa daquele ano.

No desfile dos grandes cordões de rua não faltaram "As Pás", "Lenhadores", "Pão Duro", "Toureiros de Santo Antônio", "Prato Misterioso", além de "troças" de menor categoria.

Mal saído da "Mi-carême", o povo do Recife mergulhou durante dois dias em novas confusões de rua, num "quebra-quebra" de proporções tremendas contra empresas comerciais portuguesas.

A firma Teixeira Miranda & Cia., estabelecida com uma torrefação de café e uma fábrica de sacos de papel e macarrão na Rua Direita, adquirira, por compra, outras firmas menores do gênero, inclusive a torrefação de café Guanabara. Com isso, dispensara alguns empregados, notadamente no setor operário.

As leis sociais não davam, na prática, garantias aos trabalhadores, nesses casos de dispensa, os patrões escamoteando deveres de indenização por tempo de serviço e outros benefícios. A legislação trabalhista, advinda do movimento de outubro de 30, engatinhava. Por outro lado, a firma Teixeira Miranda, nos encargos de escritórios e de balcão, utilizava mais o elemento português, deixando aos brasileiros as tarefas mais pesadas, de fabricação e transporte dos produtos. Vivia-se a campanha da Lei dos 2/3, para assegurar ao trabalhador nacional direito à participação em firmas estrangeiras, naquela proporção.

Ao ser dispensado do serviço, um operário fora agredido com palavras ásperas por um dos sócios de Teixeira Miranda, não se sabe se o português José Frazão Teixeira ou seu compatriota João Ferreira de Miranda. O que transpirou, ao certo, da discussão é que o português havia dito que, de brasileiro em sua casa comercial, "só precisava mesmo dos burros para puxar carroças".

A frase, desprimorosa aos brios nacionais, correu de boca em boca, inflamando e reacendendo sentimentos nativistas acumulados através de séculos.

Na esteira dos movimentos libertários contra a dominação lusitana, desde a colonização, houve lutas sangrentas contra os reinos. Depois da Independência, o Brasil viveu por muitos anos sob o tacão econômico do seu antigo descobridor. Grande parte de nossa história constituiu-se do relato de revoltas e insubordinações ante esse estado de coisas, particularmente em Pernambuco, desde a Guerra dos Mascates às agitações de 1831, 1832 e a grande Revolução Praieira de 1848. A bandeira reivindicatória desses movimentos nativistas, a partir de certa época, foi a "nacionalização do comércio a retalho".

No século XVIII, quando da Guerra dos Mascates — Recife e Olinda se digladiando por causas de prevalência econômica dos lusos —, os danos materiais e as vítimas, de parte dos brasileiros, foram inalculáveis. Dos "cabeças" nativos do movimento, os que não morreram em combate foram transferidos, presos, para Portugal, onde padeceram ingentes torturas no presídio do Limoeiro, a cadeia civil de Lisboa. De lá, desse imundo degredo, um pernambucano — Leonardo Bezerra Cavalcanti —, depois de cumprir treze anos de prisão, foi posto em liberdade, sob o compromisso de que não voltaria mais a Pernambuco.

Escrevendo da Bahia a seus parentes no Recife, Leonardo, impávido e destemido, advertia:

"Não corteis um só *quiri* das matas; tratai de poupá-los para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos *marinheiros!*"

O *quiri* é uma planta do gênero das leguminosas, muito comum no Nordeste e de que se fazem cacetes ou bengalas para defesa pes-

soal. Muitos "brabos", por estes Brasis afora, entraram nas crônicas da polícia por usarem o *quiri* contra seus desafetos. E *marinheiro* era uma expressão depreciativa, dada aos portugueses pelos "naturais da terra", desde a colonização:

"*Marinheiro,* pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a ousadia
De casar com brasileira?"

Quando os ânimos se exacerbavam, com os "quebra-quebras" de casas portuguesas, nas várias revoltas antes e depois da Independência, o grito de guerra era o "mata-mata marinheiro".

Com tantos antecedentes históricos, o travo do antilusitanismo ainda perdurava em Pernambuco na década de 30, os grandes e afreguezados armazéns "a grosso e a varejo", as padarias e pastelarias, as grandes lojas de ferragens, as bodegas e casas de pastos, os depósitos de carne "do Ceará", de bacalhau, farinha e feijão mulatinho — em mãos de portugueses. Ainda não era o tempo das multinacionais, como agora, o povo as sentindo ao escovar os dentes, ao limpar a bunda, ao trocar uma lâmpada elétrica queimada, ao adquirir o automóvel, ao pintar a casa, ao tomar tranqüilizantes, ao vestir o terno de *nylon,* ao assinar suas promissórias ou suas cartas de amor com esferográficas, pagando *royalties* às matrizes estrangeiras.

Nos dias 8 e 9 de abril de 1931, um novo "mata-mata marinheiro" ecoou pelos céus do Recife — velho cenário de sangrentas lutas pela independência do jugo português, em séculos pretéritos.

Pela manhã do dia 8, populares começaram a se aglomerar defronte do estabelecimento comercial de Teixeira Miranda, na Rua Direita, fabricantes do café São Paulo. Os comentários giravam em torno das expressões usadas por um dos seus proprietários sobre os brasileiros em geral. Comentando as ocorrências, o *Diário de Pernambuco* do dia 9 dizia que "os fatos tiveram origem num exaltado sentimento de nativismo".

De boca em boca, o dito depreciativo do sócio de Teixeira Miranda & Cia., de que os nacionais só serviram para puxar as carroças de sua fábrica, incendiou paixões adormecidas pelo tempo. De súbito, numeroso grupo de populares invadiu as instalações da torrefação, depredando-as completamente. Aí o pânico se espraiou pelo bairro de Santo Antônio, onde se concentravam as maiores casas comerciais dos elementos lusos. Mesmo diante da polícia, que acorreu aos reclamos das vítimas, a multidão não se dispersou. "Nada conseguiram", dizia o *Diário*, "dada a excitação a que tinham chegado os atacantes."

Com a vinda de reforços policiais, o estabelecimento foi evacuado, mas os desatinos continuavam na rua. "Multidões enfurecidas", registrava o *Diário,* "excitadas pelo primeiro sucesso", entraram a munir-se de pedras de calçamento, atirando-as contra as casas de negócio dos portugueses. Houve disparos da polícia. O povo movimentou-se, então, para a Rua Duque de Caxias, assaltando o Armazém Caboclo, de Álvares de Carvalho, súdito de Portugal, como os outros. As grandes vitrines do armazém foram completamente destruídas por pedradas. A fábrica de café Guanabara, contígua, foi igualmente depredada.

Na Rua das Florentinas, um grupo atacou os armazéns da firma Franco Ferreira, sendo contido por policiais.

Nesse ínterim, tropas do Exército já começavam a chegar às ruas conflagradas, num esforço para ajudar à manutenção da ordem. "Como era natural", prosseguia o *Diário,* "toda a cidade encheu-se de pânico, o comércio fechando durante todo o dia."

Dos incidentes do dia 8, resultaram dois mortos: um operário, "calunga" de caminhão, de identidade desconhecida, e o auxiliar do comércio Severino Silva, casado, empregado do Armazém Avenida, de Manuel Araújo & Cia., na Avenida Marquês de Olinda.

Eu, participando da multidão enfurecida, vi o cadáver desse jovem estendido no chão, na Rua Duque de Caxias. Trajava roupa branca, como era costume na época. De sua cabeça saíam filetes de sangue, manchando a brancura do terno.

Pela tarde do mesmo dia, realizou-se o enterro de Severino Silva. Grande multidão o levou ao cemitério, com gritos de "Abaixo os portugueses!" e "Fora com os galegos!" Compareci ao cemitério de Santo Amaro e testemunhei a exaltação do povo.

Carlos de Lima, interventor federal, encontrava-se na sua usina de açúcar, em Barreiros. Com as notícias das ocorrências, veio às pressas num "carro de linha" especial da Great Western. Chegou ao Recife à tarde, quase na hora do enterro. Mandou custear as despesas com o sepultamento das duas vítimas, por conta do Estado.

À noite, a cidade manteve-se calma, numa paz de sepulcro, a população amedrontada, os boatos cruzando de lado a lado o Recife. E a revolta contra os "marinheiros" aumentando de intensidade, sobretudo com a notícia das duas mortes de brasileiros.

Os jornais do dia 9, pela manhã, comentaram fartamente os acontecimentos. O delegado de polícia do 1.º Distrito da Capital, Alcino de Souza, foi por Carlos de Lima encarregado de presidir ao inquérito para apurar as origens dos fatos.

As ruas cujas casas comerciais haviam sido no dia anterior danificadas pela massa popular ficaram repletas de curiosos. Todos queriam ver os estragos bastante vultosos. Foi chegando gente e, de novo, o grito de "mata-mata marinheiro" ou de "quebra-quebra"

ressoou pelos quatro cantos a despeito da presença maciça de soldados do Exército e da Brigada Militar. Novamente a firma Teixeira Miranda foi alvo da fúria popular, os militares quase impotentes para conter a avalancha humana.

No Pátio do Mercado, próximo, a massa se concentrou, entrando a depredar alguns compartimentos de portugueses. Bastava que alguém gritasse: "Ali tem casa de galego!", e o povo corria a apedrejá-la.

Na Rua da Penha, Pátio do Carmo, Rua da Praia, Rua do Rangel — novas casas comerciais foram invadidas desordenadamente, os policiais fugindo à ira popular. Na Rua da Praia, foram atingidos os estabelecimentos de Domingos Dias da Costa e o Café São João, também de português. Até na Estrada dos Remédios, distante do centro comercial da cidade, se danificaram algumas bodegas.

Com o fechamento do comércio e o reforços das tropas da Brigada Militar e do Exército nas ruas principais, a agitação diminuiu, grupos de populares dispersando-se aqui e ali, até que a normalidade voltou ao Recife.

Os jornais do dia 10 vinham com minuciosos relatos das ocorrências, ao lado de notas oficiais da Associação Comercial de Pernambuco e outras entidades de classe, de solidariedade aos comerciantes portugueses e de protesto contra "as desordens" e os "agitadores profissionais".

A firma Teixeira Miranda fazia divulgar um comunicado, de um quarto de página, em todos os órgãos da imprensa do Recife, relacionando nominalmente todos os seus empregados, com a respectiva nacionalidade, para tentar provar que o número de brasileiros, nos vários setores de suas empresas, era maior do que o de portugueses.

Quanto às causas do conflito, os diretores da firma juravam, "sob palavra de honra", que não haviam insultado os elementos nacionais.

Por seu lado, o governo do Estado, mudando o tom de sua atuação diante do incidente, passava a atacar "os desordeiros", ameaçando-os de prisão e transferência para o presídio da Ilha de Fernando de Noronha. Emendando a mão, Carlos de Lima punha-se ao lado dos comerciantes, rotulando as massas populares de terem sido responsáveis pelo conflito de véspera.

O grosso do comércio da capital pernambucana, sobretudo no setor de estivas e produtos alimentícios vindos de outras praças — bacalhau, arroz, farinha de trigo, charque, azeite de oliva, genericamente denominados de "secos e molhados" —, estava sob o controle dos portugueses, além das padarias e das torrefações de café. Os ingleses e alemães pontificavam nas firmas importadoras de máquinas, motores e produtos químicos. As lavandarias, nas mãos exí-

mias dos chineses. Os italianos, monopolizando as "cadeiras de engraxate", em grande número. Os judeus, as movelarias e o comércio de jóias, a prestações. Os "turcos" — árabes de todas as procedências —, a rede de "armarinhos" e lojas de artefatos domésticos, de linhas e agulhas, bem como o comércio ambulante de gravatas e lenços para homens.

À vista do povo, porém, os lusos apareciam como a comunidade mais forte, no comércio de gêneros alimentícios. O imperialismo português, que havia perdido para os ingleses o controle do comércio exterior, mantinha ainda o predomínio sobre o abastecimento dos grandes centros urbanos.

O tema da "nacionalização do comércio", instituído em *slogan* de manifestações nativistas, apaixonara o povo, com ressonância nas lutas político-partidárias.

Na década de 70 do século XIX — segundo cálculos do jornalista Romualdo Alves de Oliveira, que dirigiu no Recife um periódico com o curioso título de *O Comércio a Retalho* — havia na Província de Pernambuco mais de 10 mil casas comerciais de portugueses, sendo que, na capital, o número atingia a mais de 4 mil, para uma cidade de pouco além de 100 mil habitantes. Num dos editoriais de seu jornalzinho, Romualdo escreveu, a propósito, que "nenhum povo se pode constituir livre e independente, quando o comércio não é seu, quando os capitais produzidos em sua Nação vão levantar pedestais d'ouros em outro país".

Pressionado por esse acúmulo de lutas e reclamações, o Governo Provisório, levado ao Poder pelo movimento de outubro de 1930, baixou o Decreto-Lei n.º 19 482, de 12 de dezembro daquele ano, estabelecendo a proporção de 2/3 para nacionais e estrangeiros no comércio e na indústria — a conhecida Lei dos 2/3, como passou a ser chamada.

Como de costume, a lei ficara no papel por meses a fio, dependendo de regulamentação. Enquanto isso, perdurava o monopólio dos estrangeiros, sobretudo dos portugueses, no "comércio a grosso e a varejo", ou no "comércio a retalho".

Os sangrentos fatos de 8 e 9 de abril de 1931 vieram apressar, no país, a efetiva execução da Lei dos 2/3, cujo prazo de vigência havia sido prorrogado pelo Decreto-Lei 19 740, de 7 de março de 1931.

As dilações no cumprimento das normas legais é que exacerbaram os ânimos dos pernambucanos, numa cidade em que a maioria das grandes casas de comércio — de estiva, de panificação, de entreposto de gêneros alimentícios, de importadores de gêneros alimentícios — se concentrava, realmente, em mãos dos lusos.

A esses fatores, decerto, aliaram-se os sentimentos de frustração pelos rumos do movimento outubrista, com a situação do povo

inalterável, depois de uma campanha entusiástica pela deposição de governos impopulares.

De qualquer modo, foi assim que, em pleno século XX, Pernambuco reviveu um autêntico "mata-mata marinheiro", com todas as características dos de antanho, quando Leonardo Bezerra Cavalcanti mandava que se guardassem os *quiris,* tratando de "poupá-los para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos *marinheiros!*"

CAPÍTULO IV

CARA A CARA COM AS TRAGÉDIAS HUMANAS. A AMARGA EXPERIÊNCIA DO INTEGRALISMO. ALCEDO COUTINHO, INFLUÊNCIA POSITIVA NA MINHA VIDA. OS MORAIS COUTINHO DE NAZARÉ DA MATA. OS 1.º DE MAIO NA DÉCADA DE 30.

Ao tempo em que estive sem freqüentar escolas, por dificuldades financeiras de meu pai, fui levado por meu tio Otoniel, em 1932, para trabalhar na Inspetoria Federal das Obras contra as Secas, de cuja "residência de engenharia", na zona sertaneja de Salgueiro, era ele chefe. Dura experiência para mim, esse primeiro emprego na vida, como funcionário do Governo. Vi de perto a tragédia da seca nordestina, levas e levas de migrantes deixando suas glebas, seus tratos de terra, suas roças e criações, suas taperas, seus burregos e cabras, seus pequenos sítios, sua lavoura de subsistência, seus pertences, enfim, quase tudo dizimado pela estiagem, para virem trabalhar, como operários improvisados, em obras de emergência mandadas construir pelo Ministério de Viação — estradas de rodagens, barragens, açudes —, paliativos para que pudessem enfrentar o flagelo da falta de chuvas e a crise financeira, decorrente. Eram as tradicionais "frentes de trabalho", que os homens do sertão conheciam desde o Império, mitigadoras da fome coletiva, assistência de tipo paternalista que em nada resolvia as agruras dos sertanejos, as próprias "rodagens" em construção deixadas ao léu, no estado em que se encontrassem, ao primeiro pingo de chuva do inverno seguinte.

Nessas ocasiões, os latifundiários enriqueciam seu patrimônio, pagando vis salários à mão-de-obra abundante, adquirindo, por qualquer preço, pequenas propriedades de flagelados ou vendo construídos em seus feudos potentes açudes, cuja água armazenada passariam a vender aos habitantes da região. Bem que se diz que "a seca do pobre é o inverno do rico".

O quadro que encontrei em Salgueiro era simplesmente aterrador, a maior seca do Nordeste, depois da de 1877, gente morrendo literalmente de fome nas ruas, meninos e mulheres esqueléticos e maltrapilhos mendigando pelas portas, murchos de vida, escampos de esperanças, ameaças de invasão das cidades, planos de assalto ao

seu comércio, enterro todo dia, os sinos da Matriz de Salgueiro dobrando em finados de quando em quando, as redes funerárias passando em direção ao cemitério, já sem espaço para tantos cadáveres.

Trabalhei na construção de uma estrada entre Salgueiro e Leopoldina, hoje Parnamirim, fazendo serviços auxiliares de engenharia, em estudos de levantamento topográfico, utilizando um clinômetro de madeira para medir os ângulos de inclinação do terreno, em "picadas" abertas no dia anterior.

Os meses passados no sertão foram para mim de grande valia, como ensinamentos de vida. Jamais imaginara, nos meus dezessete anos, que a sociedade humana apresentasse tamanhas contradições. Fora para Salgueiro inclusive com a idéia de encontrar o sertão florido, no mínimo habitável, tomar banho em algum riacho, caçar em suas matas, ouvir o cântico de seus pássaros. A realidade, porém, era desgraçadamente oposta: a floresta não ia além de meras caatingas ressequidas, parecendo que nunca mais haveriam de reverdejar, os rios completamente secos, esquecidos de suas margens, um ou outro galo-de-campina insistindo em cantar, um canto triste, melancólico, a própria natureza enferma. Visão apocalítica de um drama secular, trabalhadores rurais exilados de seu *habitat,* traçando mistura de cimento, cal e areia, quando deviam estar semeando feijão e milho, mulheres envelhecidas aos vinte e cinco anos, os peitos batendo quase na cintura, na paisagem só o xique-xique e o aveloz dando suas totalidades de verde num mundo todo cinzento, de pastagens comburidas, o gado em pé sobre seus ossos, urrando de dor e fome — como uma página do Gênese mal escrita.

Antes de ir para Salgueiro, trabalhara no porto do Recife como conferente de carga e descarga do Lloyd Nacional, substituindo meu irmão, que se encontrava preso, por motivos políticos. Aí, enfrentara a dura faina da beira do cais, lápis à mão, anotando, madrugada adentro, as lingadas de fardos de algodão e sacos de açúcar que saíam do Recife para outras paragens. Um cochilo, na conferência exata do que entrava e do que saía do porto, equivalia à perda da diária. Outra grande experiência de vida, essa. Convivi com portuários e estivadores, ouvindo-lhes o "papo" descontraído, a gíria de beira de cais; conversei com taifeiros de bordo, encantado com histórias de aventuras em outros mares — acumulei um acervo proveitoso de conhecimentos.

Quase menino, fui companheiro de serviço de velhos e espertos conferentes, Pedro Gonçalves, conhecido por "Pedro Safado", por seu humor e suas anedotas picantes, Gilberto Barbosa, malemolente, gingando ao andar, sempre com um assobio nos lábios, meio

displicente das coisas. Elpídio Santos, ensimesmado, que se suicidaria logo depois.

Nos assuntos interditos do sexo, ia-me abeberando de lições diárias, a pornografia e a sacanagem das anedotas fazendo as vezes de curso de aperfeiçoamento.

Daí parti para Salgueiro, com meu tio. Juntei, sem o querer, a experiência do porto, dura mais alegre, com a amargura do flagelo da seca, amedrontador.

Ao regressar do sertão por causa de uma epidemia de febre tifóide, vim outro homem, em minha aparência de jovem; curtido pelo que assistira, refletindo sobre o que observara, meio descrente da religião, com os ouvidos cheios das preces e dos cânticos de "chamar chuva", entoados em vão pelos famintos e desassistidos da sorte.

Precisava fazer algo, engajar-me em alguma luta pela melhoria daquelas situações, contribuir, no que me fosse possível, para aliviar tantos males humanos.

Pelas próprias origens de minha formação, pelo que sofrera na infância, pelo que testemunhara em casa, meu pai vítima de injustiças sociais, todos nós padecendo por elas — ansiava por encontrar um caminho que possibilitasse o desaguamento de tantos ímpetos de inconformismo e rebeldia.

A essa altura, dizia-me ateu, blasonando minha incredulidade. Meus valores de percepção da vida sofriam um processo de alterações profundas, angustiantemente vividas. Mas foi uma luta desvencilhar-me das antigas superstições e crenças. Meus pais se diziam católicos, mas católicos à brasileira, um afirmando-se "agnóstico", mas rezando de noite aos pés da imagem do Coração de Jesus, nas horas de crise emocional, outra, minha mãe, misturando catolicismo com benzeduras de folha de pinhão, nos casos de "espinhela caída" ou "mau-olhado", danças de xangô com passes de espiritismo, num ecletismo admirável de credulidade.

Dos irmãos, eu era o único a rezar antes de dormir, afora as irmãs, é claro. E rezava muito, na proporção do que me parecia pecaminoso durante o dia. Pedia a Deus pelos outros, pela alma do amigo morto, pela criança atropelada, pelo suicida, pelo aleijado físico. Rogava a Deus a promoção de meu pai, tantas e tantas vezes suplicada em madrugadas insones, eu as ouvindo, atônito; por meu casamento com a namorada do dia; por meu futuro, pela felicidade de minha família, a essa altura sofrida e abalada em sua estrutura pelos descompassos de meu pai. Nas missas da igreja de Santa Cruz, eu ficava mais próximo do altar-mor, atento às frases em latim do sacerdote celebrante, embora sem entendê-las, mas ungido de piedade. Confessava e comungava toda Semana Santa, o padre me perguntando, lascivo e inquieto, as "coisas feias" que eu

fazia com as namoradas e, pelo que ouvia de mim, mandando-me rezar credos e padres-nossos às pencas.

De um momento para outro, operou-se um vazio nos meus sentimentos religiosos. Que tipo de influência, quais, quantas, de quem e em que circunstância se processaram — é impossível fixar. Essas influências a meu ver não podem ser detectadas, como quem fura cartões de computador — foi isso, foi aquilo —, com precisão cibernética. As causas dessa gama imensurável de transformações se fazem sentir sub-repticiamente, nos esconsos da consciência — à leitura de um livro, na discussão da esquina, ao barbear-se, na solidão do banheiro, numa mesa de café, no salão de conferência, ao manusear de um tratado, às caladas da noite indormida —, nessa variegada e multiforme especulação em torno dos problemas da vida.

Assim deve ter acontecido comigo.

Mas tive de travar uma batalha de todas as horas para o reconhecimento de minha incredulidade, afirmada de dia, desmentida de noite. Depois de discutir com os amigos sobre o meu ateísmo, atormenta-me a idéia de dormir sem fazer o sinal-da-cruz. Muitas vezes, ficava na beira da cama, resistindo à tentação de persignar-me, naquela luta que Engels denominou mui propriamente de laboratório contra o oratório. O choque entre a razão e a fé impedia-me de dormir. Terminava vencido, rezando, envergonhado de mim mesmo. Pela manhã do dia seguinte, um complexo de culpa assaltava-me, a razão posta em brios diante da fé que minguava.

Uma noite, quando a idéia de oração me passou pela cabeça, levantei-me, aproximei-me de uma imagem de santo que havia no quarto, reuni todas as forças e todo o impulso de quem sofria humilhações diárias e, rompendo com os meus ídolos sobrenaturais, quase numa cena de briga entre velhos e bons amigos, fiz um gesto de obscenidade — e deitei-me, sem rezar, até hoje.

Mas quando, já casado, meu filho Carlos, aliás de bons hábitos, chegou em casa dizendo que havia sido suspenso de aulas no colégio por ter chamado Deus de besta num incidente com um colega só para chateá-lo, eu o adverti, severo:

— Da próxima vez, além da suspensão, você levará uma surra — surra de materialista — para aprender a respeitar as idéias alheias!

E assim tenho procedido, incluindo-me, para honra e prazer meus, no rol de amigo de padres e leigos, materialistas, protestantes e católicos, espíritas e ateus, desses que negam Deus pelo outro lado da afirmação, como se fossem seus inimigos pessoais.

Em 1933, a Ação Integralista Brasileira andava em plena campanha de proselitismo. Isso coincidia com a minha fase de desen-

canto com a Revolução de 30 e o catolicismo. O integralismo acenava-me com idéias novas, de combate ao capitalismo, às oligarquias, aos processos políticos antiquados. "O capital ensaia a sua tirania na forma dos grandes trustes, dos monopólios, dos grupos financeiros", dizia um livro de propaganda da Ação Integralista Brasileira. "Nenhum país, mais do que o Brasil, precisa neste momento de fortes injeções de nacionalismo que constitui hoje em dia a suprema salvação de todos os povos!"

À imagem alienígena de *Papai Noel,* o integralismo contrapunha a do *Vovô Índio,* Plínio Salgado exclamando, depois de uma viagem ao interior do Brasil: "Bebi água do Rio São Francisco. Agora me sinto mais brasileiro!" Gustavo Barroso percorrendo o Nordeste, em conferência sob o título genérico de "Brasil, Colônia de Rothschild", depois enfeixadas em livro com o nome de *Brasil, colônia de banqueiros.* Miguel Reale, Loureiro Júnior, Almeida Sales e Eurípedes Cardoso de Meneses, vibrantes, reclamando "uma melhor distribuição da riqueza pública entre oprimidos e opressores". Ou revelando que "no mundo havia uma força poderosa, a qual não pertence a Nação alguma e está acima das Nações: o supercapitalismo financeiro".

O cerco em torno de mim se apertava, alguns amigos me chamando para as fileiras do "sigma", outros esculhambando o integralismo, mas sem argumentos que me sensibilizassem.

Procurei aconselhar-me com Salatiel Costa, meu vizinho da Rua dos Prazeres. Num dar de ombros, Salatiel respondeu que eu fizesse o que minha consciência exigia. Também não argumentou.

Eis quando apareceu no Recife, vindo do Ceará, um padre moço e loquaz, empolgando os auditórios. Polemista e argumentador nato, entusiasmava a quem o ouvia. Falava uma linguagem simples, com exemplos a nível de qualquer um. Seu nome: Hélder Câmara.

Já decidido a ingressar na AIB, expus minhas dúvidas aos amigos Cleodon Fonseca e José Gois de Andrade, levando-me eles à presença de um estudante de engenharia, José Queiroz de Andrade, a quem manifestei minhas aparentes contradições com o integralismo, sobretudo quanto ao problema da reforma agrária e ao lema "Deus, Pátria e Família", considerando-me eu um descrente. Quanto à reforma agrária, José Queiroz redargüiu que o integralismo a advogava abertamente. E a respeito de minhas descrenças, embromou dizendo que, no fundo, eu era um cristão, preocupado com a sorte alheia. Não havia, pois, ajuntou, nenhuma incompatibilidade com as idéias de Plínio Salgado.

Tudo ensaiado, filiei-me à AIB, em cerimônia simples. A sede dos "camisas-verdes", nesse tempo, era na Rua Barão de São Borja, nome pomposo para uma artéria que o povo apelidava de Rua do Sebo. Morando nas proximidades, comecei a freqüentá-la toda noi-

te, depois da primeira sessão do Politeama. Numa dessas idas à sede, encontrei um grupo reunido, à frente um estudante muito conhecido, filho de um professor da Faculdade de Medicina do Recife. Vendo-me, falou-me que iria pernoitar na sede realizando trabalhos extras. Nesse caso, perguntava-me se lhe podia emprestar uns cobres para refeições pela madrugada. Não hesitei. Dei-lhe quase todo o dinheiro que conduzia no bolso, o correspondente ao pagamento do consumo de luz da nossa casa, na Avenida Manuel Borba.

Cada um de nós que se empregava assumia uma tarefa doméstica, para aliviar o peso que recaía sobre o velho. Eu, por exemplo, fiquei com a obrigação de pagar a conta da luz elétrica. Nesse tempo a cobrança do consumo de energia era feito a domicílio. Com a promessa, a pés juntos, de que me pagaria o dinheiro no dia seguinte, emprestei-o todo ao companheiro, ficando, apenas, com uns trocados para o transporte.

Passou-se o tempo. O companheiro fazia-se de esquecido, transferindo o ressarcimento da dívida para outra ocasião. E assim se esgotou o prazo de pagamento da conta da luz. Resultado: a companhia de eletricidade, a Pernambuco Tramways, mandou seus homens cortar a ligação externa, toda a rua assistindo à humilhante provação: os operários subindo numa escada, de alicate à mão, torcendo as pontas dos fios, em sinal de calote. Isso era uma cena que fazia corar de vergonha qualquer família de classe média.

Descomposturas mil foram-me jogadas à face pelas irmãs e por meu irmão mais velho, todos profligando a minha falta de responsabilidade.

Eu ouvia tudo, sem exculpar-me, com a consciência tranqüila, porque soubera colocar os interesses da Pátria acima dos interesses pessoais...

Outra vez, quando ingressei na sede, voltando do cinema, quis sair e não pude:

— Quem entra, não sai mais. São ordens do Chefe Provincial — dizia o companheiro que servia de porteiro.

Dentro do prédio, em suas grandes salas, ia-se aglomerando um numeroso grupo de rapazes, quase todos de minha idade, ou pouco mais velhos. Mais gente entrando, e ninguém podendo sair. Havia rumores de que a sede seria atacada pelos comunistas naquela noite. Lá para as onze horas da noite, chegou o Chefe Provincial, Professor Abgar Soriano de Oliveira, da Faculdade de Direito. Dois "anauês" o saudaram. Abgar, vestindo *smoking,* gravata borboleta no colarinho duro, de pontas viradas, bem penteado, juntou os companheiros na sala maior e falou, solene:

— Consta que a nossa sede vai ser atacada hoje pelos comunistas. Nosso dever é resistir contra esses inimigos de Deus, da

Pátria e da Família. As armas para a nossa defesa chegarão daqui a pouco.

E, meio sem jeito, esclareceu que, em virtude de "compromisso inadiável", teria de ir a um baile de formatura no Clube Internacional do Recife, o mais *chic* da cidade. Mas nos garantiu a sua inteira solidariedade:

— Vou deixar o telefone do clube. Se houver bala, usem o número tal. Venho morrer com vocês na luta contra os comunistas!

E foi dançar.

Sem sono, fiquei vagando pela sede. Os rapazes amontoavam-se pelos corredores, uns já dormindo nos cantos de parede, outros conversando.

No fundo do quintal, havia uma pequena oficina tipográfica, onde se imprimiam boletins da AIB em Pernambuco. Desdobrei uma bobina de papel jornal e fiz uma cama improvisada no chão do pequeno quarto. Um operário, moço ainda, de cor preta, acompanhou-me na iniciativa, fazendo também sua cama de papel dobrado.

Lá pelas tantas da madrugada, cansados de esperar pelas balas dos comunistas e pelas munições que o chefe Abgar havia prometido, passamos a conversar. O operário parecia-me lúcido em sua argumentação:

— "Seu" Paulo, tá tudo errado! Esse Chefe Provincial não é de nada. Vai pro baile e deixa a gente no fogo.

E, com voz mais baixa, advertia-me:

— Saia daqui, "seu" Paulo! Este não é o seu lugar. O integralismo não passa de fascismo grosseiro. Você, que parece ser um rapaz direito, tá no lugar errado.

As horas escoando-se pela noite adentro e o operário falando sem parar. Criticava certos companheiros, suas atitudes, analisava o programa da AIB, destacando pontos fracos, xingava Hitler e Mussolini. Dizia cobras e lagartos de Plínio Salgado, ridicularizando-o. E argumentava, pela primeira vez para mim, a respeito da doutrina, equiparando-a ao nazismo.

Ao lhe perguntar por que não fazia o mesmo que me estava aconselhando, respondia com evasivas, apresentando mil desculpas. Nunca lhe soube o destino. Nem as intenções.

Mais do que a leitura de compêndios políticos, as palavras daquele trabalhador me calaram profundamente. E passei a ruminá-las dias seguidos, despertando para a realidade, a dura realidade do integralismo, visto por dentro.

Visitava o Recife, nesse época, uma caravana de "camisas-verdes" do Sul do país, para conferências e reuniões de massa. Eurípedes Cardoso de Meneses, que se apresentava como "pastor pro-

testante", era um deles. Foram hóspedes dos proprietários da Usina Petribu, de uma família de arraigada tradição conservadora.

Comentou-se na sede da AIB que Eurípedes comprara objetos de uso pessoal, no comércio do Recife, mandando "botar na conta" dos Petribu. Entre os objetos — um par de sapatos da melhor categoria, o mais caro da loja, coisa assim que equivalia a um mês de salário mensal de operário do Nordeste. Mais outra decepção para mim.

Depois, vim a saber que funcionava na sede uma seção de contra-espionagem, com fichário de todos os comunistas conhecidos da cidade. Indagando de um companheiro que nela trabalhava, obtive a resposta desconcertante de que "esse pessoal precisa estar sob a mira dos nossos fuzis". Fiquei aterrado.

Aumentando minhas decepções, observei a freqüência de súditos italianos nas sessões do integralismo, como observadores. De um deles me lembro bem. Chamava-se D'Agostini e fumava um cachimbo displicente.

Os livros sobre a Alemanha e a Itália se amontoavam pelas salas, junto com exemplares do jornal *A Ofensiva,* órgão central da AIB, com artigos de Plínio Salgado e outros líderes.

Num desfile de milicianos pelas ruas do Recife, fiz parte da banda marcial,. tocando tambor.

Aos poucos, fui tomando conhecimento da desfiliação de intelectuais e estudantes das fileiras do "sigma". De uma feita, saíram Álvaro Lins e Gilberto Osório de Andrade. Outros rompiam com o integralismo abertamente, pelos jornais.

Com tudo isso, comecei a pensar em desligar-me da AIB. Fui a Salatiel Costa. Ele riu, sabiamente, de minhas decepções:

— Eu tinha confiança no seu espírito crítico. Você não era o homem indicado para ser fascista.

E, ao indagar-lhe os motivos pelos quais não me advertira a tempo, quando o consultara sobre o meu ingresso no integralismo, mais uma vez Salatiel demonstrou sua maturidade de espírito:

— Naquele momento, ninguém o demoveria de filiar-se à Ação Integralista. Eu preferi esperar pelos resultados.

Mas o fato é que o fascismo caboclo estava no auge. Um desfile-monstro organizara-se no Rio, mais de cinqüenta mil milicianos marchando, militarmente, diante do Palácio do Catete, Getúlio, junto do general integralista Newton Cavalcanti, fazendo um gesto que pareceu a muitos uma saudação nazista, a mão espalmada no braço estendido. Os jornais comentaram o fato, com especulações maliciosas. Realmente, o ambiente em todo o país era de franca ascensão fascista.

Achei que o momento era aquele. E redigi um requerimento solicitando a minha desfiliação. Mostrando-o a um enfermeiro do

pronto-socorro, Luiz Matoso, que estudava comigo o curso secundário, no regime do Art. 100, surpreendi-me com seu conselho, ele que atuava abertamente nas fileiras dos movimentos de esquerda:

— A hora não é esta, "seu" Paulo! O integralismo está quase no Poder. Você vai sofrer represálias enormes, a partir da repartição, onde o secretário é "camisa-verde".

Resoluto, pedi a Matoso que fosse comigo testemunhar a entrada do documento na portaria da sede, agora localizada na Rua do Riachuelo, nos fundos da Faculdade de Direito do Recife.

Semanas após, soube que fora expulso — junto com outros da AIB, em sessão solene, numa daquelas "noites dos tambores silenciosos" — com a pecha de "comunista".

Quase quinze anos depois, na Rua do Imperador, numa roda de que fazia parte o meu colega de turma Ranilson de Sá Barreto — eu deputado estadual, ele vereador à Câmara Municipal do Recife, eu falando em nome dos comunistas, ele porta-voz do integralismo, sob o disfarce da legenda do Partido de Representação Popular —, ventilou-se a mudança radical que se operara politicamente na minha vida. Ranilson, com quem eu falava cerimoniosamente, guardando distância, pediu vênia e comentou:

— Paulo nunca foi realmente integralista. Ele era, no fundo, um observador do PC dentro da Ação Integralista Brasileira.

E fez um apelo à minha palavra de honra para confirmar sua versão.

— Essa hipótese — respondi-lhe — de que eu fora uma espécie de espião do PC dentro do integralismo seria a mais conveniente para exculpar de mim a grande mácula de ter sido fascista na vida. Mas infelizmente eu fui integralista para valer, acreditando em vocês.

Edgar da Mata-Machado, líder católico e escritor, depondo sobre sua geração perante Mário Neme, foi ao meu ver quem melhor definiu o integralismo, na fase em que o conheci, como doutrina: "O fascismo fez uma espécie de jogo de caricaturas, num baile de máscaras ou numa exibição ilusionista. Apresentava ora uma, ora outra feição. Saiu a público fantasiado de *defensor da ordem* contra o *terror bolchevista;* de *protetor do operário* contra as *opressões do dinheiro;* de *arauto do nacionalismo* contra as *pretensões imperialistas;* de *moralizador dos costumes;* de *pedagogo da mocidade*... Depois de travestir-se tão abundante e variadamente, acabou desconhecendo-se a si próprio, confundindo-se com suas próprias máscaras".

Chegado do sertão, empreguei-me no Serviço de Pronto Socorro, como datilógrafo. Entre os médicos e estudantes que ali trabalhavam, havia muitos ligados às esquerdas, como Alcedo Coutinho, Alberto Costa Campos, Estácio Souto Maior, José de Morais e outros. Alcedo Coutinho conversava comigo em pé de igualdade, eu

quase menino, "barnabé" da burocracia, ele, rapaz feito, já com renome de bom cirurgião.

Sua influência sobre minha formação política foi muito grande. Admirava-o pela conduta, pela postura de homem de bem, afável, educado, tolerante, permitindo-se a conversas comigo, embora sabendo de minhas posições integralistas.

Os anos passados no pronto-socorro coincidiram com o processo de amadurecimento de meu pensamento político, pelo menos quanto à não validade de minha filiação à AIB.

Alcedo Coutinho era um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora, frente única antifascista, cujas características têm sido desvirtuadas propositadamente pela reação — vezo de que se valem os inimigos da liberdade para confundir situações.

Descendia ele dos Morais Coutinho, de Nazaré da Mata, zona canavieira de Pernambuco. Seu irmão, Rodolfo de Morais Coutinho, formado em Direito aos dezenove anos de idade, no Recife, foi filiado à Internacional Comunista, tendo participado de muitas reuniões e convivido com alguns de seus líderes intimamente. No ano de 1924, quando do cisma Trótsky—Stálin, Rodolfo chegou a residir em Moscou, em companhia de um dirigente comunista asiático, de quem se fez amigo. Com ele, viveu mais de seis meses, sob o mesmo teto, ensinando-o, inclusive, a falar o idioma português. Esse líder asiático era nada mais nada menos do que o lendário Ho Chi-minh.

Irmão de Alcedo é também Nelson Coutinho, ex-secretário de Interior e Justiça do governo Lima Cavalcanti, ele próprio interventor federal em Pernambuco, interinamente — quando de um rápido impedimento do titular —, aos vinte e seis anos de idade, economista de renome, profundo conhecedor dos problemas da agro-indústria do açúcar.

Mais outro irmão de Alcedo: Alfredo de Morais Coutinho Filho, ex-deputado estadual em Pernambuco, humanista e psiquiatra no Rio de Janeiro, várias vezes presidente da Sociedade Brasil-União Soviética. A ele, Morais Coutinho, se deve a organização do Congresso Regionalista do Nordeste, realizado no Recife, em 1926 — resposta à Semana de Arte Moderna, de São Paulo, sob outro enfoque.

Numa roda de amigos, em casa de Odilon Nestor, professor da Faculdade de Direito do Recife, Morais Coutinho fez a leitura de um artigo sobre regionalismo, a ser publicado na revista *Ilustração Brasileira* — ponto de partida para a realização do Congresso Regionalista do Nordeste.

Na década de 20, ao lado das insurreições populares, a seu tanto desordenadas, mas, no fundo, refletindo o caldo de cultura de inconformismo, o Congresso Regionalista foi seu corolário, eivado

igualmente das mesmas deformações pequeno-burguesas que marcaram todos os movimentos sociais da época.

Joaquim Inojosa, em obra de pesquisa da maior importância histórica, provou que o Congresso Regionalista se deve às sugestões de Morais Coutinho, particularmente. Nesse sentido, o *Manifesto regionalista,* de Gilberto Freyre, tido como a bíblia do movimento modernista no Nordeste, teria sido escrito muitos anos depois do Congresso.

Em seu artigo para a revista *Ilustração Brasileira,* Morais Coutinho planteava as bases do movimento regionalista, ao defender a tese de que "a verdadeira unidade nacional será a dos interesses, sentimentos e idéias entre regiões brasileiras autônomas e convergentes" e que "essa unidade sairá do regionalismo", que "unificará o Brasil, hoje lamentavelmente desunido, graças a um federalismo sem bases históricas, nem geográficas, que, em vez de uma colaboração harmônica de entidades histórico-sociais, resultou, necessariamente, irritante fenômeno de hegemonia alternativa, em que dois Estados mais influentes (Minas Gerais e São Paulo) se revezam, de quatriênio em quatriênio, na direção do país".

Parentes de Alcedo, ainda, são Cristiano Coutinho Cordeiro, fundador do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, Lamartine Coutinho Correia de Oliveira, um dos líderes militares da insurreição de novembro 35, e Hélio Coutinho Correia de Oliveira, partidário de Agamenon Magalhães e ex-senador federal por Pernambuco.

Todos esses Coutinho sofreram, mais ou menos, a poderosa influência do velho Alfredo de Morais Coutinho, médico do povo e líder político na zona da mata sul de Pernambuco.

Estudante de Medicina no Rio, teve Alfredo de interromper seus estudos no quarto ano de curso, a fim de regressar, às pressas, a Nazaré, em virtude do falecimento de seu pai e das dificuldades por isso advindas à família.

Retomando os negócios de seu genitor, inclusive readquirindo o engenho Lagoa Danta, patrimônio do clã, Alfredo voltou a estudar, como autodidata, a sua Medicina, assinando e recebendo jornais, revistas e livros da Europa — para se atualizar na matéria. Lia francês correntemente e se punha em dia com os acontecimentos da política nacional e regional.

Como não existisse médico formado na região, passou a clinicar, exercendo o papel muito comum de "faz-tudo" do médico do interior, inclusive realizando partos e pequenas cirurgias.

Quando viajava de trem para o Recife, o maquinista já sabia que tinha de parar o comboio por mais tempo em cada estação, onde se aglomeravam os clientes do velho Alfredo, cada um expondo suas mazelas.

Político de oposição, facilmente ganhava todas as eleições de Nazaré da Mata, fossem quais fossem os obstáculos, as mulheres exigindo que seus maridos votassem nos candidatos do "Doutor" Alfredo, sob a ameaça de os expulsar de casa, tal era a gratidão das ex-parturientes a seu médico.

Em 1911, na célebre e movimentada campanha política do General Dantas Barreto, contra a oligarquia do Conselheiro Rosa e Silva, Alfredo de Morais Coutinho pôs-se ao lado dos "dantistas" contra os "marretas", tendo de enfrentar, por conseqüência, a fúria do Poder. Nessas eleições, memoráveis por suas repercussões políticas e sociais — uma das maiores agitações populares do princípio do século, em Pernambuco —, o "Doutor" Alfredo teve contra si quase todas as autoridades públicas, por sinal ligadas a Nazaré, por nascimento ou parentesco — do governador do Estado, do chefe de polícia, do presidente do Senado estadual, do prefeito do Recife ao juiz de paz da comarca. No final das apurações, Dantas Barreto, candidato de Alfredo, vencia o pleito em Nazaré por pouco mais de trinta votos, o que era uma insofismável demonstração de prestígio.

Conta-se que o "Doutor" Alfredo, coronel da Guarda Nacional — Exército de oficialidade, sem soldados — foi procurado um dia por dois capitães, moradores no distrito de Lagoa do Carro, ambos da mesma Guarda Nacional e, ambos, presos, um pelo outro, por desacato à autoridade. Para deslindar o *impasse* da prisão recíproca, procuraram o Coronel Alfredo, em Nazaré. Lá chegando, no alpendre sombreado da casa-grande do Engenho Lagoa Danta, os dois "militares" disseram a mesma coisa, ao mesmo tempo, perfilando-se e batendo continência:

— Pronto, coronel! Trago preso às ordens de V. Exa. o Capitão Fulano de Tal.

O velho Alfredo de Morais Coutinho, muito a seu modo, descontraiu os ânimos dos capitães em briga:

— Vocês são dois idiotas! Baixem as mãos, sentem-se aqui e vamos conversar.

A partir da vitória do movimento de outubro de 1930, cresceu em intensidade a agitação social no Recife. As condições internacionais e nacionais propiciavam maior alento à luta da clase operária em seus poderosos sindicatos. Os trabalhadores pernambucanos, estimulados por sua participação ativa no desfecho armado da revolução "tenentista", organizavam festas e comemorações na sede de suas entidades, enquanto reivindicavam melhores salários. Nesse tempo, duas grandes associações operárias comandavam as campanhas sindicais: o Sindicato dos Transviários, com sua já famosa "linha azul", e o Sindicato dos Estivadores, a popular "resistência" da orla marítima, englobando, em suas manifestações de luta, outras corporações profissionais do cais do porto.

Pouco a pouco, Carlos de Lima Cavalcanti perdia a imagem que conquistara durante a fase preparatória da Revolução, voltando ao normal de suas concepções de usineiro, prestigiando sua classe, bem representada no Governo.

Mais cedo do que se esperava, a polícia tornou a prender, por motivos políticos, líderes de trabalhadores, o primeiro dos quais foi Cristiano Cordeiro, exatamente aquele que, amigo e colaborador de Lima Cavalcanti, todo esforço empreendera para ligar a classe operária aos destinos do movimento de outubro, conspirando com os dirigentes da Aliança Liberal.

Havia já uma tradição de se comemorar o 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Em Pernambuco, esses festejos tiveram início em 1891, em face de um projeto de lei apresentado à Assembléia Constituinte do Estado pelo Deputado Jerônimo Teles Júnior — o célebre pintor Teles Júnior, das lindas paisagens nordestinas — instituindo a jornada de oito horas por dia. Além de parlamentar, Teles Júnior era presidente da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, de grande atuação social no Recife. Mas só a partir de 1905 é que as comemorações ganharam conotação política, de classe, com o confronto, nas mais vezes, da polícia e dos manifestantes. Nesse ano de 1905, houve solenidade no Teatro Santa Isabel, promovida pelo Centro dos Operários, falando Adélia Pereira como representante dos operários de Garanhuns. Encerrada a sessão solene, a massa popular saiu em passeata pelas ruas do Recife — conforme relato de Lauro Gois, no entusiasmo dos seus oitentas e tantos anos bem vividos.

Daí em diante, nunca se deixou de comemorar o 1.º de Maio no Recife, quase sempre com os quartéis de prontidão, a cavalaria na rua e os soldados embalados em cada esquina.

Em 1931, o Dia do Trabalho foi sangrento. O Governo de Lima Cavalcanti, descerrando sua verdadeira face, mandou dispersar pela polícia uma enorme concentração de trabalhadores no Pátio do Mercado. O ato público fora convocado pela prestigiada União e Resistência dos Trabalhadores de Pernambuco, com a "linha azul" e os operários da faixa do mar à frente.

O 1.º de Maio, no ano seguinte, desenvolveu-se de maneira idêntica, a polícia de um lado e o povo do outro, com o aparato militar espalhado pela cidade afora, desde a véspera.

Em 1933, a iniciativa dos festejos partiu dos trabalhadores em panificação, ainda no Pátio do Mercado, duas bandas de música — a da Brigada Militar e a do 21.º Batalhão de Caçadores — puxando a passeata. Houve, entrementes, grave conflito de rua, a massa pro-

curando refugiar-se no quartel das Cinco Pontas, quase ocorrendo um choque armado entre os policiais e a força do Exército ali sediada. É que a oficialidade e os soldados do 21.º BC ficaram com os trabalhadores.

Esse 21.º BC, de tantas tradições de entrosamento de luta ao lado do povo, terminou mudando de número, quebrando formalmente toda uma linha de popularidade. Nas agitações dos anos 20 e 30, o Batalhão de Caçadores aquartelado no Recife, o simpático e destemido 21.º, representou um importante papel ao lado das causas mais sentidas da massa trabalhadora e do povo em geral. A solução que os governantes encontraram para quebrar essa tradição foi mudar-lhe o número: de 21 para 29.

Num desses 1.º de Maio, a banda da música do 21.º, na cabeça de monumental desfile de rua, chegou a tocar a *Internacional,* suas estrofes cantadas por milhares de vozes — a reação tremendo de medo e raiva, explodindo em protestos.

A poderosa Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco foi quem patrocinou as manifestações do 1.º de Maio em 1934. Primeiro, uma concentração-monstro na Praça Artur Oscar, perto dos armazéns do cais do porto, seguindo-se uma passeata, nos estilos. Ficara acertado com a polícia que somente os oradores devidamente programados poderiam fazer uso da palavra. Todavia, quando o cortejo passou defronte da Matriz de Santo Antônio, na antiga Praça Saldanha Marinho, a polícia quis evitar que o jovem líder trabalhista Edgar Moury Fernandes, funcionário dos escritórios da Pernambuco Tramways e orador oficial do seu sindicato, falasse aos trabalhadores. Criou-se o *impasse.* Mas Edgar falou, vibrante. Nessa oportunidade, a polícia abriu fogo contra a massa, matando três pessoas, inclusive o doqueiro João Cavalcanti de Siqueira, e ferindo vinte e uma.

A passeata, que era abrilhantada pelas bandas de música da Polícia Militar do Estado e, já aí, pelo 29.º BC, transformou-se num campo de guerra, estandartes erguidos pelas mãos dos operários e gritos de protestos, misturados com hinos cívicos, reboando pelas ruas. Os jornais falaram em "violento conflito", indecisos, obviamente, sobre quem o teria iniciado. À interferência do General Manuel Rabelo, comandante da 7.ª Região Militar, é que se deve não terem os distúrbios alcançado proporções de morticínio. Mais uma vez, com o número 29, o espírito do velho e bravo 21.º BC salvou o povo de maiores massacres.

Novamente a Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco assumiu a incumbência de organizar as comemorações de 1935, ano de grandes agitações sociais e políticas. Dessa vez, porém, as manifestações foram pacíficas, em recinto fechado, embora vigorosas.

No Sindicato dos Ferroviários da Great Western foi orador oficial o médico Manuel Rodrigues Calheiros, conhecido por suas idéias marxistas. Na sede da Ação Integralista Brasileira, foi o chefe provincial Andrade Lima Filho.

De 1936 a 1945, os 1.º de Maio não tiveram expressão popular, sobretudo depois da implantação do "Estado Novo", em 1937. O Dia do Trabalho era festejado em recintos fechados, os sindicatos amordaçados ou alienados às conveniências do Governo. Foi o tempo das "Paradas da Produção", de Agamenon, tempos de "paz social", gordos capitalistas de mãos dadas, nas ruas do Recife, a miseráveis trabalhadores, a bandeira e o hino nacionais acobertando as palhaçadas.

CAPÍTULO V

AGITAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NA FASE POSTERIOR À REVOLTA DE SÃO PAULO. CRISTIANO CORDEIRO, "LENDA NO NORDESTE". OS COMUNISTAS COMPARECEM ÀS URNAS. CARLOS DE LIMA, GOVERNO PROMISSOR. A "CAMPANHA PRÓ-DESTRÓIER" E OUTRAS ARAPUCAS.

Em 1933, Getúlio Vargas convocou eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte. São Paulo, vencido, apressara um compromisso da Revolução de 30, que a esperteza de Vargas e suas ambições de Poder vinham protelando. Em meio a discordância na cúpula "tenentista", prevaleceu a tese da redemocratização, à moda da casa, elegendo-se presidente e os governadores pelo processo indireto de escolha, legalizando-se os partidos políticos da burguesia e dos grandes proprietários, deixando-se para trás os que podiam representar os interesses das massas trabalhadoras.

O Tribunal Eleitoral do país, que negara registro ao Partido Comunista do Brasil, permitira, contudo, a inscrição de uma legenda eleitoral sob a denominação de União Operária e Camponesa. E foi sob o amparo legal dessa legenda que os comunistas tomaram parte no pleito para a escolha dos futuros legisladores nacionais, encarregados de elaborar a primeira Constituição da República, depois da queda de Washington Luiz.

Em Pernambuco, a agitação em prol da reconstitucionalização ocorria paralelamente a grandes movimentos sociais, os sindicatos de classe assumindo posições, os "transviários", dentre os setores da massa operária, dirigindo os movimentos paredistas, com dois líderes que depois renegaram o seu papel de dirigentes de luta social: Massilon Souto e Edgar Moury Fernandes, o primeiro acomodando-se com o patronato — ele mesmo, no futuro, patrão —, o último colaborando estreitamente com o "Estado Novo" de Vargas. Na época, contudo, aí pelos idos de 31 a 35, Massilon e Edgar desempenharam importante papel na vida político-social de Pernambuco. Faziam greves como e quando queriam, conduziam o povo ao bel-prazer de suas conveniências, falavam a linguagem que a massa precisava ouvir.

Adolescente, assisti a um comício ou concentração numa dessas greves, no Pátio do Paraíso, Edgar Moury Fernandes, quase imber-

be, magrinho, eletrizando a assistência com o seu verbo inflamado, milhares de ouvintes silentes, atentos a seus gestos, prontos para o que determinasse, como palavras de ordem.

Nos bondes da Pernambuco Tramways, empresa da qual eram empregados os dois líderes, li muitas vezes, esculpidas a ponta de canivete nos bancos de madeira do veículo, palavras como "Viva Massilon!" ou "O Homem é Edgar!"

Viera do Rio para assessorar o Partido Comunista, nessa etapa de suas atividades, um "camarada" de nome Aranha, sectário, ao que se dizia. À margem dos elementos de prestígio junto às massas, como Cristiano Cordeiro, Chagas Ribeiro, Epifânio Bezerra, Anfilóquio Cavalcanti e outros, Aranha criou o seu "partidinho", com uma direção composta exclusivamente de operários. Entre as diretivas do grupo de Aranha e a palavra de um líder como Cristiano, ninguém hesitava: ficava-se com Cristiano, "lenda no Nordeste", como diria Raquel de Queiroz, depois.

Em favor da Constituinte, o grupo liderado por Cristiano Cordeiro tomou posição. Utilizou o registro partidário da União Operária e Camponesa e inscreveu candidatos a deputados federais, sob uma legenda intitulada "Trabalhador, Ocupa teu Posto".

Ao mesmo tempo, Aranha discrepava da atuação da frente legal dos comunistas, baixando, por sua conta e risco, a palavra de ordem do voto em branco.

Precedida de uma boa propaganda, realizou-se uma concentração de massa no velho Teatro Santa Isabel, na Praça da República. Nessa noite — 1.º de maio de 1933, Dia do Trabalhador — Cristiano Cordeiro leu a plataforma dos candidatos operários ou da massa operária: ele, funcionário público, Antônio Camilo das Chagas Ribeiro, gráfico, José Atanásio de Lima, operário da Great Western, e José Clodoaldo Alexandrino da Silva, operário da Pernambuco Tramways, empresa de transportes urbanos, luz, força e telefone do Recife — por isso "transviários".

A velha casa de espetáculo, que ouvira no passado a voz de Castro Alves, Tobias Barreto e Joaquim Nabuco, assistiu naquele dia a uma das maiores reuniões de sua história, todas as dependências ocupadas, o povo se aglomerando pelos corredores do teatro, no *hall* de entrada, de lado, nos oitões — gente apinhada na Praça da República, bem defronte do Palácio do Governo.

O orador principal foi Cristiano Cordeiro, que leu o manifesto eleitoral da legenda "Trabalhador, Ocupa teu Posto", subscrito por todos os candidatos da *chapa proletária,* como passou a ser chamada no Recife.

Ele, que nunca fora um orador de palavra fácil e empolgante, mas sensibilizava os auditórios pela firmeza e serenidade de sua argumentação, discorreu quase uma hora, analisando a situação econômica, política e social do Brasil, descendo, depois, a crítica sobre o quadro regional, seus velhos problemas, a seca, o latifúndio, o desemprego, a miséria urbana.

Esse discurso de Cristiano deve ser apreciado tendo em vista a realidade do seu tempo, com os olhos e os ouvidos de ontem. Pela primeira vez, no Teatro Santa Isabel, o povo tomava conhecimento de uma alocução de fundo marxista. Sua importância, por isso, é histórica.

Com sua voz habitualmente rouca, mas audível, Cristiano chamou a atenção do povo para o fato, muito coincidente, de que o Tribunal Eleitoral havia, unanimemente, dado registro aos partidos da burguesia, enquanto se negava a reconhecer a existência legal do Partido Comunista, sob a alegação de que se tratava de "uma organização estrangeira", esquecendo-se, segundo Cristiano, que o Escotismo, o Rotary Club, o movimento das Bandeirantes, a própria Igreja Católica tinham seus centros de decisão fora do país, sendo, portanto, dentro da mesma linha de raciocínio, "organizações estrangeiras".

O povo pernambucano — disse Cristiano — não devia ter ilusões com a Assembléia Nacional Constituinte. "A grande maioria do povo brasileiro nela não estará representado. Será, antes, uma Assembléia de senhores de terra, de ricaços conservadores e intolerantes, de fazendeiros e usineiros reacionários, de juristas retrógrados, padres e altas patentes militares, todos exaltados defensores do capitalismo e inimigos não menos extremados do operariado independente."

"Que papel exerceriam os representantes da classe operária nesse parlamento?", perguntava Cristiano à platéia. "Serão confundidos e derrotados pelo saber e pela eloqüência parlamentar dos representantes das classes ricas?", interrogava. E ele mesmo respondia: "Não. Os operários não irão discutir jurisprudência com os juristas da burguesia, teologia com os padres, tática de guerra com os técnicos militares. Mas irão dizer aos doutores da lei que a questão social não é uma simples questão de polícia; aos padres, que os problemas da fome e do desemprego não se resolvem com rezas; e aos militares, que as metralhadoras podem, por instantes, dissolver as massas em desespero, mas não lhes aniquilam o ânimo de lutar pelo direito à vida e à liberdade".

Em seguida, Cristiano Cordeiro analisou, ponto por ponto, o programa com que os trabalhadores se apresentavam ao eleitorado de Pernambuco, começando pela legislação social. "A lei de férias e a de acidentes de trabalho são burladas por pressão das poderosas empresas estrangeiras e pelo patronato nacional." É que "as chamadas leis de proteção ao trabalhador, em regimes burgueses, têm apenas efeito decorativo".

Sobre a legislação social em vigor, denuncia que o Ministério do Trabalho "exercia o controle quase absoluto da atividade sindical, ferindo de morte os direitos de livre reunião e livre associação".

Na questão agrária, "nossa questão básica", apontou como causa do atraso econômico-social do país "a inalterabilidade das estruturas", que dificultam o desenvolvimento "no sentido de uma evolução democrático-burguesa". Nesse sentido, "a reação feudal, por um lado, e, por outro, a ameaça à perspectiva da evolução social imprimiram um movimento de retrocesso antidemocrático de governo", dificultando a realização da democracia. "Daí o atual bloco feudal-burguês, a aliança de liberais e conservadores contra as conquistas democráticas, defendidas, hoje em dia, pelo proletariado, cujo papel histórico é o de alargar e aprofundar cada vez mais a idéia da democracia, até substituí-la pela de socialismo, que é o regime que convém a uma sociedade com privilégios de classes e castas. Em lugar de uma democracia de classe, a democracia de todo o povo."

No bom das intenções, explorou depois as contradições entre usineiros e os fornecedores de cana: "Foi um dia o lendário prestígio do senhor de engenho, que não é mais dono de suas terras nem dos seus haveres, a usina monopolizando tudo, tornando-se o usineiro o 'senhor do baraço e cutelo' ".

Voltando ao problema fundiário, defendeu "a terra para quem a trabalha", entrando em pormenores sobre o drama das populações migrantes.

Depois, enfocou o problema das minorias nacionais, particularmente a questão dos índios, "os primeiros donos da terra brasileira, há séculos violentamente rechaçados pelos despóticos colonizadores". Deu como exemplo o aldeamento, em Pernambuco, de Águas Belas, "que desaparece aos ataques de rapina dos *coronéis* do interior". O trabalhador urbano — disse Cristiano — devia dar seu inteiro apoio "ao irmão índio, hoje reduzido à triste condição de ignorado e oprimido".

Quando a burguesia acusa os trabalhadores avançados de quererem destruir a família — ajuntou — não atenta decerto para a família proletária, que ela destrói a cada dia, sem piedade. "Ao se falar na *sagrada instituição da família,* fala-se da família burguesa e não da proletária, que vive a sua vida em completo abandono." Mesmo assim, "a família burguesa está minada em suas bases pela corrupção de costumes reinante nas chamadas *classes altas*". Nesse ponto, Cristiano perguntou, respondendo, à multidão de ouvintes: "Hollywood não é bem o espelho da moral burguesa?"

Depois, defendeu o Estado leigo, a liberdade de culto, "bandeiras da burguesia, nos seus bons tempos de classe revolucionária". Fez, em seguida, a apologia do divórcio, "salvaguardados os indeclináveis

direitos dos filhos à subsistência e educação". Socialmente, longe de concorrer para o afrouxamento dos costumes, "o divórcio reforça a imoralidade pelo refinamento da hipocrisia, pela prática do amor clandestino, pelo incentivo à prostituição, pela mutilação da personalidade humana".

Uma linguagem nova, fora dos padrões da politicalha habitual, ou da abordagem ligeira dos problemas sociais, atingia aquela parcela de povo, comprimida no teatro. Cristiano, sereno, com sua postura de pregador evangélico, falava sobre velhas questões através de análises a que o público não estava acostumado nos padrões do "tenentismo", em que o mais que se podia ouvir, como reivindicação avançada, nos chavões da época, era a conquista do voto secreto e direto, a moralidade dos costumes e coisas que tais.

Mesmo depois da revolução de outubro de 1930, "os direitos políticos continuavam", no dizer de Cristiano, "como prerrogativas de minorias exploradoras".

Sobre o problema da seca, mostrou o exemplo da Rússia, onde se conseguiu debelá-la apenas em quatro anos de governo socialista, utilizando-se as águas do Volga e do Dniepr. "Em nossa pátria, o Rio São Francisco, o Nilo brasileiro, faz um eloqüente apelo, pela voz da Cachoeira de Paulo Afonso, ao proletariado nacional."

Num canto das "torrinhas" do Santa Isabel, eu perplexo, ouvi aquilo tudo. Fora ao teatro por mera curiosidade, até com o espírito prevenido de não aceitar nada do que dissessem seus oradores. Embora impregnado do ranço do integralismo, começava a sentir necessidade de ler tudo, conversar com todos sobre tudo, encarar os problemas de frente, desamarrar-me das cadeias do unilateralismo.

E Cristiano continuava, percuciente, lógico, didático, sem rebuscados de estilo. "Bancos abarrotados de dinheiro, gente morrendo de fome." Milhares de sacas de café jogadas ao mar, "é o sertanejo não tendo o que comer". Na verdade, dizia, o problema não era de subconsumo, mas da falta absoluta de poder aquisitivo para as grandes massas da população. "Contra a solução burguesa da crise, à custa dos trabalhadores, da classe pobre — a solução proletária da crise."

Finalizava Cristiano, ao pedir voto para a *chapa proletária,* apontando o perigo da guerra: "Um incidente qualquer como o de Serajevo, em 1914, pode ser o macabro sinal da matança dos homens".

Na verdade, eu sempre fora uma pessoa sensível à discussão dos problemas sociais. E meus primeiros ímpetos de menino e moço se orientaram para a adoção de fórmulas mais profundas, dos que as costumeiramente utilizadas pelos amigos da minha idade. Mas

ainda não estava acostumado àquela dialética. Tudo era absolutamente novo para mim.

Lembro-me perfeitamente que, aos onze anos, na escola primária, num dia de composição de livre escolha, eu combinara com dois colegas, Carlos e Eduardo, gêmeos, para redigirmos cartas um ao outro, fazendo uso de três nomes que os jornais da época divulgavam abundantemente: Sacco, Vanzetti e Madeiro, dois italianos e um português — eletrocutados, naqueles dias, nos Estados Unidos, os primeiros por motivos políticos, o último por crime comum. A tragédia de Sacco e Vanzetti me espicaçara atenções de adolescente, fazendo-me acompanhar a marcha dos fatos até a cena final da eletrocução, tomando conhecimento do protesto do mundo inteiro, a classe operária e os homens de consciência livre erguendo-se para condenar o frio assassinato.

Um pouco mais tarde, o nome de César Augusto Sandino, da Nicarágua, chamava-me a atenção, nas lutas de guerrilha contra o colonizador ianque. Sandino, como Prestes, foi um dos heróis do meu tempo, com outras características que não as dos meus ídolos do Politeama.

Naquela noite de 1.º de Maio, no Teatro Santa Isabel, eu começava a refletir em outras bases, para a fixação de um posicionamento político, a médio prazo — como um *intermezzo* de compasso entre o integralismo e o socialismo.

Décadas depois, Cristiano Cordeiro, a propósito dessa conferência, me contou o detalhe de que, em plena leitura do seu trabalho, recebeu da platéia um bilhete pedindo que falasse em "sovietes de soldados, camponeses e operários" no seu discurso-plataforma. Não tendo adotado a sugestão, Cristiano, contudo, deu guarida ao recado, com a ressalva de que era uma contribuição dos ouvintes. Assinava o bilhete o "camarada" Aranha, "dessas aranhas que arranham a jarra", na observação de Cristiano.

Deixei o teatro envolto em profundas dúvidas, as idéias como caraminholas na cabeça, as palavras dos "camisas-verdes" estereotipadas no meu pensamento, suas frases de efeito, seus *slogans,* esbarrando diante de uma argumentação nova, cerrada, indiscutível, logicamente indiscutível.

Realizado o pleito, no dia 3 de maio, no qual eu não votei, por insuficiência da idade mínima — estava com 18 anos incompletos —, a chapa "Trabalhador, Ocupa teu Posto" sagrou-se majoritária no Recife, Cristiano Cordeiro e João Alberto, de outra legenda, colocando-se entre os deputados mais votados, em ordem sucessiva. Na contagem dos sufrágios, Cristiano obtivera o necessário para al-

cançar o quociente eleitoral, embora os elementos mais ligados à direção obreirista do PC tivessem utilizado o voto em branco, como protesto. O prestígio de Cristiano suplantava o da própria direção do Partido Comunista.

Não foi por acaso que, num desses desencontros — entre a palavra de ordem do PC e a de Cristiano — a direção nacional do Partido despachou para Pernambuco um observador que, de regresso de sua tarefa, ao comprovar a "lenda" de Cristiano no Nordeste, fez o curioso trocadilho para o Comitê Central: "Em Pernambuco, há um fenômeno novo no Partido Comunista: o *cristianismo*".

Nas escamoteações da contagem dos votos, porém, diante de impugnações irrelevantes e nulidades sibilinas, conseguiu-se que da votação de Cristiano se abatessem uns quantos sufrágios, o estritamente necessário para impedir a sua proclamação como deputado federal.

O noticiário da imprensa dava-nos como eleito o historiador Augusto Rodrigues; o jornalista José de Sá, os velhos tribunos Oscar Brandão e João Barreto de Menezes saudando-o como o preferido do povo ou sublinhando a sua vitória — mas, de qualquer modo, reconhecendo a verdade das urnas.

Dessas eleições participaram as legendas do Partido Social-Democrático de Pernambuco, Partido Republicano Social de Pernambuco, Partido Liberal Pernambucano, Partido Economista de Pernambuco e o movimento denominado Liberdade.

No dia do pleito, "Fox", comentarista político do *Diário de Pernambuco*, tecia considerações desse tipo:

"Fox, íntimo amigo dos políticos candidatos e legítimo representante da massa eleitoral, se acha habilitado a palpitar pela vitória de alguns dos 'ursos' no páreo de hoje. Após meticuloso estudo das chapas e prévia consulta ao 'homem sobrenatural' Sr. Tahra Bey, antevê a vitória dos seguintes candidatos: Cristiano Cordeiro, João Alberto e Barreto Campelo".

Tahra Bey era um mágico que chegara ao Recife, com espetáculos de prestidigitação e ilusionismo no Teatro Santa Isabel, despertando polêmicas entre os cientistas da terra, de contestação à autenticidade de suas "tapeações" em cena.

"Fox", no fim, acertou na mosca, os mais votados candidatos do Recife foram exatamente os três apontados, sendo que o único eleito, oficialmente, foi João Alberto Lins de Barros, ex-tenente da "Coluna Invicta". Cristiano foi "depurado" na contagem dos votos e Barreto Campelo, líder católico, não chegou a alcançar o número de sufrágios necessário à sua vitória, no Estado.

Para um eleitorado pequeno como o do Recife daqueles anos, a votação de Cristiano surpreendeu: 3 032. João Alberto obtivera 1 800 sufrágios.

A 16 de outubro de 1934, houve eleições para a Assembléia Constituinte Estadual. A grande batalha travou-se entre o grupo de Carlos de Lima e o de João Alberto, que concorria com o interventor federal para o cargo de governador, por processo indireto de votação. Carlos de Lima elegeu vinte deputados, João Alberto apenas nove. Nesse pleito houve uma legenda denominada Monarquia, com Murilo de Barros Guimarães, José Gilbert de Macedo Júnior e outros, como candidatos.

Nas eleições para a Assembléia Constituinte do Estado, em 1934, as forças de esquerda se dividiram: uns, como o jornalista Luiz de Barros e o líder gráfico Calinício Silveira, formando uma legenda com o nome de "Frente Única Proletária", outros, tentando fazer ressurgir a chapa "Trabalhador, Ocupa Teu Posto". O PC, por sua direção obreirista, vetou as eleições, dispersando as forças de esquerda. Ninguém se elegeu.

No ano seguinte, realizaram-se eleições municipais. Outra vez "Trabalhador, Ocupa teu Posto" disputou o pleito, dessa feita elegendo três vereadores: Cristiano Cordeiro, Chagas Ribeiro e João Bezerra de Lima, espírita, despachante municipal, não devidamente registrado na profissão. A esse tipo de despachante dava-se o nome de "quati". João Bezerra de Lima era um desses "quatis", de grande prestígio entre a classe e os contribuintes. A legenda que abrigara os candidatos dos comunistas foi a mais votada no Recife.

Instalou-se a Câmara Municipal no dia 15 de agosto de 1936, no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, onde passou a funcionar. Afora os três vereadores da chapa proletária e o único que a legenda "Integralista" havia elegido, todos tomaram posse naquele dia: Otávio Leopoldino Cavalcanti de Morais, Luiz Ramos Leal, Geraldo de Andrade, Renato Bastos da Silveira, José Luiz Teixeira Leite, Artur Gonçalves, Hipólito Peres Braga, Jorge Veloso Leal, Agripino Carneiro de Lacerda, Zeferino Agra Lima e Gratuliano Glasner.

Por esse tempo, os três vereadores populares passaram presos vários meses, sem processo.

Em setembro, morreu o Vereador Artur Gonçalves, dando lugar à convocação do suplente, o líder comerciário Antônio Santana.

Contra a diplomação dos comunistas incluídos na legenda "Trabalhador, Ocupa teu Posto", recorreu-se para o Tribunal de Justiça, tentando invalidá-la. O curso do mandado de segurança interposto por Baltazar Mendonça, em favor de Cristiano, Chagas Ribeiro e João Bezerra de Lima, prolongou-se meses a fio, com protelações óbvias. Por seu turno, o candidato integralista mais votado tinha sido o professor e jornalista Gilberto Osório de Andrade, que, a essa altura, andava rompido com os "camisas-verdes". Não querendo assumir o mandato, renunciou alegando motivos íntimos. Os integralistas induziram os demais suplentes a fazerem o mesmo, até chegar a vez do bacharel Arnóbio Graça, o décimo primeiro na lista de votação, que tomou posse no dia 2 de setembro de "camisa-verde", o uniforme da AIB, sob protestos.

No dia em que Cristiano Cordeiro, empossado, pronunciou seu primeiro discurso, Arnóbio Graça quase o agrediu fisicamente pelo fato de Cristiano haver citado o nome de Lênin, "o que era uma afronta à sociedade do Recife e suas tradições". Otávio Leopoldino Cavalcanti de Morais, do PSDP, presidente da Câmara, defendeu o direito do vereador comunista de expressar-se como quisesse, "pois assim manda a democracia".

Dias depois, é decretada a dissolução de todos os parlamentos brasileiros, instaurando-se a ditadura do "Estado Novo".

Voltaram à prisão os vereadores da "chapa proletária".

Nessa eleição municipal, a instâncias de Alcedo Coutinho e Alberto Costa Campos, médicos do Pronto Socorro, votei na chapa "Trabalhador, Ocupa teu Posto", sufragando o nome do operário gráfico Chagas Ribeiro, que chegou a escrever um romance de fundo social, o primeiro romance proletário de Pernambuco, denominado *Mocambos*.

Lembro-me que minha seção eleitoral funcionou no Ginásio Pernambucano. Salatiel Costa e eu fomos juntos e votamos no mesmo candidato. Geraldo de Andrade, grande figura de democrata, professor da Faculdade de Medicina, candidato a vereador, na legenda "Nem Tudo Está Perdido", ou oposição, deparando-se com Salatiel, seu velho amigo, bateu-lhe no ombro:

— Já sei em quem vai votar. Você é um eleitor inabordável. Respeito suas posições.

Talvez o discurso de Cristiano tenha tido influência sobre o meu voto, quando o ouvira dois anos antes, no Santa Isabel.

Meu rompimento definitivo com a Ação Integralista não se dera ainda. Aos poucos, fui deixando de freqüentar a sede, desvinculando-me de alguns amigos mais inflexíveis em suas posições ideológicas. Entre nós já não havia a mesma intimidade de dantes. À medida em que eu discordava do integralismo, eles iam se afastando de mim.

Essas eleições municipais, as primeiras que se realizaram depois da Revolução de 30, transcorreram num ambiente de grande agitação social no Recife, com integralistas e comunistas inscritos eleitoralmente, disputando lugares para a Câmara Municipal. Foi um embate ideológico como jamais houvera na capital, às claras, voto contra voto. As esquerdas, dessa vez, marcharam unidas.

A legenda "Trabalhador, Ocupa teu Posto" tornou-se popular, demonstrando força ao eleger três vereadores, contra um, apenas, da Ação Integralista. Tão popular se tornou que deu música de Carna-

val, Nelson Ferreira compondo a marcha-canção *Coração, ocupa teu posto*, de grande sucesso nas paradas musicais da época:

"Coração, ocupa teu posto!
Elege um amor
Que dê no teu gosto!"

Em 1934, Carlos de Lima Cavalcanti é eleito pela Assembléia Legislativa governador de Pernambuco.

Quando da Revolução de 30, auto-empossando-se em palácio como "Governo Provisório", depois sacramentado como interventor federal, Lima Cavalcanti, no conjunto de suas realizações, nada pôde apresentar de concreto ao povo. Vivia-se a época do revanchismo, das demissões sumárias dos "perrepistas" e seus familiares, da agitação pela agitação. Seu secretariado, com algumas exceções, resultara de arranjos de momento, sem consulta a nenhum partido, obviamente, nem ao menos às forças sociais que o haviam apoiado na luta contra Estácio.

Os antecedentes políticos de Lima Cavalcanti não eram lá muito "católicos", à luz dos ideais revolucionários de 30: logo depois de formado, exerceu as funções de delegado de polícia em São Paulo. Ingressando nas lides políticas pelas mãos de Manuel Borba, ex-governador do Estado, passou para as hostes de Sérgio Loreto, inimigo político daquele. Como deputado estadual, apoiou Estácio Coimbra, que em 1930 viria a combater, depondo-o. Na condição de parlamentar, em 1925, ocupou a tribuna para solidarizar-se com uma moção de repulsa à rebelião encabeçada pelo Tenente Cleto Campelo, congratulando-se com o Governo "pelo malogro do movimento subversivo". Do próprio Estácio fez os maiores elogios, louvando o seu governo e sua política financeira, na guarda do erário.

Usineiro, não se desvencilhou de suas origens, trazendo para junto de si, como interventor federal, vitoriosa a Revolução, elementos comprometidos com os maiores latifundiários da cana-de-açúcar no Estado, como João Cleofas de Oliveira e Edgar Teixeira Leite. Usou o nome de Luiz Carlos Prestes enquanto pôde, a despeito de Prestes haver declarado o seu rompimento com a sedição da Aliança Liberal.

Eleito em 1934, realizou, contudo, um governo sério, afastando-se das injunções político-partidárias. Ao contrário da primeira, dessa vez, compôs um secretariado de escol, de jovens talentosos e eficientes, sem atender a nenhum critério de clientelismo eleitoral. Nelson de Morais Coutinho, de vinte e cinco anos, orador da turma de bacharéis de 1930, foi seu secretário de Interior e Justiça. Álvaro Lins, jovem ainda, seu oficial de gabinete. Paulo Berredo Carneiro, que depois alcançaria renome internacional, ocupou a Secretaria de

Agricultura. Na Secretaria da Fazenda, Lima Cavalcanti colocou um funcionário do Banco do Brasil, bastante credenciado em assuntos fiscais: Sílvio Granvile Costa. Lino Colona dos Santos, engenheiro do Sul, de grande competência profissional, foi para a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Aníbal Bruno, para o Departamento de Educação. Luiz Nunes, trazido do Rio, ocupou o Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Ernâni Braga, professor de música da Escola Normal, foi encarregado da organização do canto orfeônico no Estado. Ida Marinho Rego, grande educadora, ocupou a direção da Escola Técnico-profissional Masculina. Carolina Baltar, a da Escola Doméstica. Pereira Borges, a Prefeitura do Recife, de livre nomeação.

No setor policial-militar, Carlos de Lima valeu-se do concurso de "tenentes" de 30, Jurandir de Bizarria Mamede e Afonso de Albuquerque Lima, no comando e subcomando da Brigada Militar do Estado, e Rossine Raposo à frente da Secretaria de Segurança Pública.

Nomes como os de Aníbal Bruno, Luiz Nunes, Ernâni Braga, Nelson Coutinho, Paulo Berredo Carneiro, Sílvio Granvile Costa eram, por assim dizer, "ministeriáveis", ou seja, capazes, por seu vasto conhecimento, de ocupar cargos de elevada categoria nos escalões da República, o que era uma honra para Pernambuco tê-los no governo do Estado.

Na área da saúde pública, Lima Cavalcanti recrutou do Rio, em etapas sucessivas, sanitaristas de fama, como Décio Parreiras, Jânsen de Melo e Amílcar Barca Pellon.

No campo hospitalar, deu todo apoio a Ulisses Pernambucano e sua equipe, na fase mais brilhante e profícua da psiquiatria em Pernambuco.

O que havia de melhor no campo do ensino foi recrutado por Nelson Coutinho para dirigir setores importantes do Departamento de Educação, chefiado pelo grande pedagogo e jurista Aníbal Bruno de Oliveira Firmo. Professoras como Helena Pugot, Alda Lafaiete, Eulália Fonseca, Maria Elisa Viegas de Medeiros, Stella e Armiragy Brenkenfeld, Lábis Cordeiro Vilaça, Maria Inês e Rosilda Uchoa Cavalcanti, a quem as gerações de hoje devem um tributo inesquecível, colaboraram com o novo Governo, dando o melhor de sua dedicação.

O Serviço de Pronto Socorro, nos seus anos de mais eficiência, estava entregue ao Dr. José Camilo de Castro Silva, cirurgião de nomeada.

No quartel do Dérbi, sede da Brigada Militar, Di Cavalcanti e Noêmia Mourão foram convocados para dar sua contribuição artística, Di pintando belos murais no cassino e no cinema da oficiali-

dade, depois destruídos e danificados na fase negra do "Estado Novo", como "obras comunistas".

Luiz Nunes trouxera consigo arquitetos como Fernando Saturnino de Brito e Galdino Duprat, autores, em conjunto com Nunes, de grandes projetos do época, como a Escola Rural Alberto Torres e a Caixa D'água, de Olinda, os primeiros edifícios do conjunto que compõe hoje a Universidade Rural Federal de Pernambuco, etc.

Desse Luiz Nunes muito se fala ainda, como sendo um dos iniciadores no Brasil, se não o pioneiro, da arquitetura moderna, da escola de Le Corbusier.

Quanto à música, notabilizou-se o coral da Brigada Militar, sob a regência do maestro Zuzinha. O coral e a própria banda militar da corporação, excursionando pelo Sul do país e até pelo exterior, como foi o caso do coral, que esteve na Argentina e no Uruguai, em audições que deixaram marca nas crônicas da época.

Vivia-se, sem dúvida, um clima de euforia e trabalho, o povo entusiasmado com as novas realizações, um surto de empreendimentos, sem precedentes, estimulando os governantes pelo apoio que, em correspondência, recebiam da população.

Em tudo havia um toque popular na condução da coisa pública. Lembro-me de um colega de curso secundário, Alfredo Pessoa de Lima, de memória fora do comum, poeta que vendia seus versos populares ao folhetinista João Martins de Ataíde, para os livros de literatura de cordel das feiras e mercados públicos. Alfredo Pessoa, apelidado "Calunguinha", era cabo da Brigada Militar.

Na véspera de uma dessas efemérides — 7 de setembro ou 15 de novembro —, "Calunguinha" elaborou uma conferência e mandou entregá-la ao Coronel Mamede, comandante da corporação. Lendo-a, Mamede, em ordem do dia, convidou toda a oficialidade para comparecer ao Cassino dos Oficiais, no quartel do Dérbi, a fim de ouvir a palestra do Cabo Alfredo Pessoa de Lima, orador oficial da solenidade, ao invés de capitães, majores ou coronéis. Era um gesto, realmente, de cunho democrático daquele que, no fim de sua carreira militar, se engajaria nas piores empreitadas contra a democracia, sob o pretexto, muito gasto, de combate à subversão.

Nas retretas do Largo da Faculdade, defronte do QG da 7.ª Região Militar, a banda de música do 21.º BC alegrava o desfile das moças e rapazes da classe média da Boa Vista, tocando as músicas do momento, os *foxes* e os *blues* de mais sucesso na época.

Mamede e Afonsinho, na Brigada, renovavam os quadros dos batalhões, recrutando praças sob inspeção de saúde e provas de conhecimentos rigorosas, tentando apagar da memória do povo a imagem dos "macacos" e "meganhas" da velha e desmoralizada Força Pública de antes de 30. Fazia gosto ver na Rua Nova, nas horas de *footing*, oficiais da Brigada, como Roganciano Melo, Alípio Pereira,

Sidrack de Oliveira, Ismael de Gois Lima, envergando sua japona, culotes bem engomados, alamares caindo de um lado, perneiras reluzentes, quepe pendido de banda, a rivalizar com a "perfomance" do Capitão Paulo Pinto Pessoa, do Exército, que, além de todos aqueles ademanes, ainda portava um luzidio rebenque, batendo com ele nas perneiras de instante a instante, num gesto *chic* de militar garboso.

— Ah, tempos em que a polícia cantava *Casinha Pequenina*, em arranjos de Ernâni Braga, e fazia *footing* na Rua Nova!

Aníbal Bruno criou a Universidade Popular do Recife, transformando os grupos escolares, à noite, em escolas de aprendizado para adultos, que não estivessem cursando regularmente outros estabelecimentos, por qualquer motivo, e mesmo para aqueles que, freqüentando cursos regulares, quisessem se aperfeiçoar em matérias avulsas. Funcionaram oito cursos na cidade, cada qual com diversas matérias, totalizando mil trezentos e noventa e três alunos.

Pagava-se uma taxa de inscrição por matéria, simbolicamente, e tinham-se aulas de línguas, matemáticas, ciências da natureza, ciências sociais, saúde e higiene, belas-artes, artes domésticas, ensino técnico-profissional, moças e rapazes correndo para se matricular, de graça, em classe de excelentes professores, da rede pública do ensino médio, que se ofereciam como voluntários, nada percebendo por seu trabalho.

Criaram-se nesse tempo o Instituto de Pesquisas Agronômicas, o Instituto de Educação, a Merenda Escolar, o Ambulatório Bruno Veloso — que cumpriram uma tarefa importante na época, sobretudo o primeiro, que ainda hoje existe, apesar de tudo.

Instalou-se também o Instituto de Antropologia, a cargo de Álvaro Ferraz e Andrade Lima, dois oficiais médicos da Brigada Militar, que enfeixariam em volume seus estudos sob o título *Biotipologia do homem do Nordeste,* posteriormente.

Os mais belos jardins do Recife, como o da Casa Forte, foram projetados por Burle Marx, com enormes vitórias-régias frondosas e aconchegantes árvores copadas, grama tratada a capricho, bancos para namorados e visitantes.

Casa Forte havia sido o local das minhas festas de fim de ano, uma larga campina desprovida de edifícios — antes de Burle Marx — onde se assistiam, ao ar livre, a entretenimentos de Natal e Ano Novo, mamulengos, chegangas, pastoris, bumbas-meu-boi, carrosséis, muitas vezes em torno de mesas de ferro, sentados, a tomar cerveja Teutônia ou gasosa Fratelli Vita, de maçã e pêra, ao mesmo tempo em que se ouviam as cançonetas picantes do "velho" do pastoril, entre jornadas cantadas por mocinhas do cordão azul e do cordão encarnado, disputando preferências, a platéia gritando: "Dois mil-réis para cantar!" "Cinco mil-réis para não cantar!" ou o "velho", vestido à

moda de palhaço, calças muito maiores do que o corpo, uma bengala de cipó-pau, recurvada, entoando canções fesceninas, de duplo sentido.

Quando não, as pastorinhas de trajes coloridos, as saias um palmo acima dos joelhos, coxas roliças, remexendo os quadris e, na canícula das noites de fim de ano em Casa Forte, divertindo o pessoal com toadas picarescas:

"Oi que calor, mamãe
Na bacorinha, mamãe!
Não é na sua, mamãe,
Mas é na minha, mamãe!"

Essa campina da Casa Forte, de tão recuadas reminiscências de minha infância e mocidade, transformou-se no majestoso jardim de acácias e lagos, no belo projeto de paisagismo de Burle Marx.

Nelson Coutinho entendia que o problema da educação em Pernambuco não se reduzia somente ao aumento do número de escolas. A mera difusão do ensino tinha uma função social mais alta do que a simples alfabetização, que era a de preparar o homem para a vida, ajustando-o ao seu tempo e ao seu meio. O tipo de escola tradicional, segundo seu ponto de vista, ao invés de ser uma força de propulsão do nosso engrandecimento pela valorização do homem, tornava-se um fator de desintegração, chegando mesmo a provocar, na zona rural, o êxodo dos futuros lavradores.

Em entrevista ao *Diário da Manhã*, de 29 de junho de 1935, Nelson Coutinho defendia o ponto de vista de que educar não é "somente ensinar a ler, escrever, além das quatro operações de aritmética: educar é preparar o homem para a vida, integrando-o no seu meio físico e social e preparando-o para agir com o objetivo de melhorar as suas condições de vida, com o aproveitamento dos recursos potenciais da sua zona de atuação". Citando Raul Azevedo, Nelson Coutinho encampava a opinião segundo a qual o analfabeto adaptado ao seu tempo e ao seu meio não pode ser qualificado de ignorante. Ele é mais útil à vida, em certo sentido, do que os meramente alfabetizados, que emigram do campo para a cidade, deixando seu *habitat* em troca de um mundo que lhes oferece quase nada.

Ao procurar desprezar o ensino puramente livresco, partia para a instalação e funcionamento de escolas rurais na zona suburbana do Recife, com o aproveitamento dos egressos da terra, que vinham com a ilusão de encontrar na cidade o seu Canaã.

A Escola Rural Modelo, onde funcionara antes o Grupo Escolar Aníbal Falcão, começou a orientar-se, por influência de Nelson, no rumo profissional agrícola, transformando-se num grande centro

de ensino pré-vocacional. Em função dessa escola, começaram a atuar cerca de oitenta clubes agrícolas pelo chamado "cinturão verde" do Recife e outras cidades do interior. Instituíram-se o Dia do Plantio do Milho e o Dia da Canjica, comemorados civicamente. Almejava-se, com isso, formar uma consciência rural, enraizando o homem ao seu meio, para evitar as constantes migrações.

Imaginava Nelson criar em Serra Talhada, no sertão do Estado, uma Escola Normal Rural, compreendendo um curso fundamental e um curso normal com matérias de ensino de dupla função, social e educativa, associando-se o tradicional ao profissionalizante.

No subúrbio de Dois Irmãos, no Recife, Nelson, com o concurso de Luiz Nunes, programou a formação do ensino profissional, a nível médio, de zootecnia, de atividades hortigranjeiras, de agricultura, de pré-industrialização de produtos do campo.

Planejava-se a criação de escolas cada qual adaptada, até arquitetonicamente, ao seu meio. Luiz Nunes era um entusiasta dessa idéia.

Era desejo do governo enfrentar decisivamente, através do serviço de Merenda Escolar, o problema da alimentação das crianças que provinham dos quarenta e cinco mil mocambos existentes no Recife, proporcionando-lhes uma refeição substancial, com leite, frutas e verduras, e nas escolas profissionalizantes de dois turnos um almoço completo.

Se gasto espaço com esse governo de Lima Cavalcanti é porque ele representou algo de novo e importante para os padrões administrativos da época.

É claro que a situação dos trabalhadores continuava a mesma. E a repressão a suas lutas não esmoreceu, apesar de haver na cúpula do governo alguns elementos de tendências esquerdistas.

Quando uma caravana da Aliança Nacional Libertadora, chegada de navio no Recife, organizou uma concentração na Praça 17, no centro da cidade, a pancadaria foi grande, grupos de cavalarianos dispersando a multidão que, apesar disso, ouviu a palavra de alguns "aliancistas", como João Cabanas, Herculino Cascardo, Ivan Pedro de Martins, Lígia Besouchet e outros, falando pelo PC de Pernambuco, entre outros, o operário eletricista José Lins Cavalcanti. Rubem Braga dirigia, então, a *Folha do Povo*, jornal dos comunistas.

Ainda em 1934, quando se realizou no Rio o Primeiro Congresso Anti-guerreiro, ocasião em que o líder ferroviário comunista de Pernambuco Agostinho Dias de Oliveira foi baleado numa perna, promoveu-se no Recife uma concentração para comemorar o êxito do certame. O local escolhido foi a Praça da Independência, que o povo conhecia como a "Pracinha do Diário", onde se acha instalado, há longos anos, o *Diário de Pernambuco*. A princípio, a reunião do Recife fora convocada para o Teatro Santa Isabel. Diz Adalgisa

Cavalcanti, que participou dos acontecimentos, que um estudante, José Tavares de Miranda, levou a massa para a "Pracinha" por provocação, uma vez que a permissão da polícia era para que a sessão se efetuasse em recinto fechado, no teatro. Fosse ou não fosse, o fato é que a polícia "baixou o pau", não se sabendo, ao certo, se a atitude do estudante Tavares de Miranda teria sido realmente provocação ou decorrente de um clima de entusiasmo diante da enorme multidão que se aglomerava no centro da cidade. De qualquer modo, a polícia tomou a transferência do local como desafio às suas ordens. Hoje, Tavares de Miranda é famoso cronista do *society* em São Paulo.

Em meio à confusão, quando o Delegado Álvaro Alves da Silva se acercou de uma mulher para tomar-lhe um estandarte, com inscrições contra a guerra, houve resistência — e a mulher aproveitou o ensejo, para decepar, com os dentes, um pedaço da orelha do delegado. Para algumas testemunhas, esse gesto antropofágico partira da Professora Odete Silveira, esposa do líder do PC Demócrito Ramos da Silveira. Haveria engano. Quem mordeu a orelha de Álvaro Alves da Silva, deixando-a pela metade, foi Marieta, também professora primária. Esse é o testemunho de Adalgisa Cavalcanti, que a tudo assistiu como participante ativa da concentração da "Pracinha". Marieta era companheira de Luiz Bispo, da direção regional do PC, assassinado pela polícia civil um ano mais tarde.

Em princípio de 1935, desencadeia-se uma onda de greves no Recife, criando-se uma "Frente Única Sindical". A Federação dos Trabalhadores adere à Frente, aumentando a tensão social na cidade. Grupos de intelectuais e jornalistas solidarizam-se com o movimento paredista de várias categorias profissionais. No dia 19 de fevereiro, o Delegado Álvaro Alves da Silva, da Ordem Política e Social, manda prender os intelectuais Gilberto Freyre, que havia concedido uma entrevista ao *Diário de Pernambuco* contra a Lei de Segurança Nacional, Cícero Dias e Di Cavalcanti. Recusando-se a assinar um documento de compromisso com a polícia, Gilberto, Di e Cícero foram libertados, contudo, em face de protestos gerais.

Com a eclosão do movimento de novembro de 1935, numa época em que se encontravam fora do Recife o Governador Lima Cavalcanti, em passeio pela Europa, e o comandante da 7.ª Região, General Manoel Rabelo, a polícia prendeu três secretários de Estado, Nelson Coutinho, Paúlo Carneiro e Sílvio Granvile, tendo-os como suspeitos de ligações com os "aliancistas". Conta-me Alcedo que, embora irmão de Nelson, não o avisara do movimento, guardando para si o segredo da conspiração. E diz Nelson que Carlos de Lima, apontado por muitos como conivente com a revolta, a ponto de, sabendo-a, deixar o país para passear no Velho Mundo, nada conhecia a respeito. Tanto é assim que deixara em palácio — ponto vulnerável em todos os movimentos sediciosos do Recife — toda a sua

família e somente viajara depois de comunicar-se com as autoridades federais sobre a ordem pública, que diziam ser normal, sem perspectivas de alteração.

Ainda assim, Lima Cavalcanti foi denunciado perante o Tribunal de Segurança Nacional pelo Procurador Himalaia Virgulino, na condição de cúmplice do movimento, em face de representação do deputado federal Eurico de Souza Leão, o último chefe de polícia do governo Estácio Coimbra.

O processo contra Lima Cavalcanti despertou indignação entre o povo, organizando-se manifestações de massa em apoio de seu governo. De uma dessas, calculada em dezenas de milhares de pessoas, participei entusiasmado, como ficara a seu lado, anonimamente, quando de suas polêmicas com José Américo de Almeida, a respeito da má distribuição de verbas federais para o combate à seca de 1932, sendo José Américo ministro de Viação, e quando da refrega política entre Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães, este já de olho no governo do Estado de Pernambuco.

Mas o cerco em torno de Carlos de Lima cada vez se apertava mais, levando-o a conduzir o governo, como última tentativa de sobrevivência política, para rumos direitistas, empalmando o clima de anticomunismo que desabara, de indústria, sobre a Nação, caldo de cultura de que se alimentaria Vargas para a implantação da ditadura de 1937.

Pessoas ligadas a Carlos de Lima, jornalista de seu *Diário da Manhã,* como Eugênio Coimbra Júnior, eram presas a três por dois, numa afronta à autonomia estadual, Lima Cavalcanti, peiado, nada podendo fazer em sua defesa, a não ser escrever cartas, pouco altivas, a Getúlio, como consta dos livros de Hélio Silva sobre o "ciclo de Vargas".

De capitulação em capitulação, terminou sendo deposto com o advento do "Estado Novo", ele e Juraci Magalhães na Bahia, dois últimos representantes do "tenentismo" de 30.

Na sucessão do Estado de Sítio, do Estado de Guerra, do Plano Cohen — medidas preparatórias à implantação do "Estado Novo" —, Lima Cavalcanti não teve um gesto de resistência. E todo Pernambuco respirava um clima artificial de "ameaça comunista", as escolas públicas da rede de ensino sendo locais para a realização de atos da "Semana Anticomunista", um general atrabiliário, Azambuja Vilanova, que substituíra Manoel Rabelo no comando da Região, engendrando planos de combate ao "olho de Moscou" — e outras encenações ridículas.

Desse General Azambuja — que o povo chamava de "Haja-abuso" — ficou nas crônicas do Recife a astuciosa campanha que empreendeu para a compra de um destróier, a ser ofertado pelo povo de Pernambuco à Marinha de Guerra. A "Campanha Pró-Destróier"

colocou nos lugares mais centrais da cidade barricas e postos para a arrecadação de fundos, o promotor público Barros Lima falando em nome do comandante da Região pela imprensa.

Até hoje, ninguém sabe o montante do dinheiro recolhido ao curso da campanha, nem sua destinação, tampouco.

A histeria anticomunista servia de pasto a tamanhas espertezas, as "classes conservadoras" dando o seu aval aos "bandos precatórios" do General Azambuja.

Quem melhor se saiu dessa, ao que se diz, foi o empresário F. Pessoa de Queiroz, dono do *Jornal do Comércio,* conhecido por sua tacanhez em matéria de dinheiro. Na ocasião em que uma luzidia comissão o procurou para subscrever o *livro de ouro* da "Campanha Pró-Destróier", fez a seguinte promessa, muito dos seus hábitos, mas astuciosa:

— Quando esse navio de guerra chegar ao porto do Recife, eu darei o seu mobiliário.

CAPÍTULO VI

NOVEMBRO DE 1935 EM PERNAMBUCO. A TOMADA DO QG DA 7.ª REGIÃO MILITAR POR GREGÓRIO BEZERRA. UMA REVOLUÇÃO "DECRETADA". CARTA DE GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE SOBRE A LENDA DA MORTE DE OFICIAIS QUE DORMIAM. CLIMA DE TERROR. ASSASSINATO DE JOSÉ LOURENÇO BEZERRA E A "TURMA DE CHOQUE" DA POLÍCIA CIVIL. O *HABEAS-CORPUS* PROVIDENCIAL DO "ESTADO NOVO".

O movimento armado de novembro de 1935, a tão malsinada "intentona comunista", que não foi nem uma coisa, nem outra, testemunhei-o quando me preparava para ingressar na Faculdade de Direito do Recife. O fascismo andava à solta, o Governo Federal infiltrado de elementos integralistas, as próprias Forças Armadas minadas de oficiais que não faziam segredo de suas simpatias pelas idéias de Plínio Salgado.

A verdadeira máscara do integralismo já se fizera conhecer — papel carbono do que se passava na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini.

Entre os jovens da minha idade havia uma grande frustração pelo esvaziamento da Revolução de 30, que desapontara uma geração de brasileiros, inclusive os próprios "tenentes", uns, desiludidos de todo, arquivando-se das lutas, outros, adaptando-se ou se deixando corromper pelos padrões da politicagem tradicional, uns poucos, resolutos, buscando novas idéias e novos caminhos, num mundo conflagrado pela crise das ideologias e das disputas econômicas.

A Aliança Nacional Libertadora, fundada a 23 de março de 1935, havia sido posta na ilegalidade, passando à conspiração, agora sob a bandeira da insurreição armada. Era, no fundo, o "tenentismo" de cunho pequeno-burguês ressurreto, pregando o estabelecimento de um governo nacional-popular de trabalhadores de todas as categorias. De certo modo, a Aliança Nacional Libertadora, enquanto legal, cumprira seu papel de advertir o povo sobre o caráter fascista do integralismo, agrupando legiões de simpatizantes em torno do seu programa. Mas não era tudo. A massa operária e camponesa permanecera alheia aos acontecimentos, somente a classe média urbana deixando-se envolver, assim mesmo de maneira amadorista, nas atividades da Aliança.

Ser integralista ou ser "aliancista" — eis a questão, a polarização de forças gerando o sonho do Poder por parte dos correligionários da ANL e do seu grande aliado, o PC, confundindo-se as situações objetivas, imaturas para um movimento armado, de massa. A palavra de ordem "Todo Poder à Aliança Nacional Libertadora", sobre ser uma imitação cabocla do "Todo Poder aos Sovietes", não correspondia à realidade brasileira, o que levou muitos filiados da ANL a abandonar o campo da luta, por protestos ou por inapetência à ação direta das armas.

Que não era um movimento de caráter comunista, di-lo insuspeitamente a Embaixada norte-americana no Rio, em documento confidencial, só agora revelado, que foi remetido ao Departamento de Estado em 20 de fevereiro de 1936, trazido a público pela revista *Isto é*, n.º 62, página 41:

"É difícil supor que as doutrinas de Lênin tenham, num relativamente curto espaço de tempo, ganho a adesão de tão largas e variadas porções das populações militares e civis. Os líderes comunistas tiveram como aliados informais políticos e militares que pouco sabiam ou se importavam com o comunismo. O movimento demonstrou a existência de ambições políticas difusas e descontentamentos civis e sociais que não têm virtualmente nenhum laivo de comunismo. A rebelião de novembro, em certo sentido, foi simplesmente mais uma na deplorável série de revoltas que têm devastado e assolado o país".

Com o caudal de erros táticos e políticos que acarretou, há de passar, entretanto, à História como uma tentativa de frustrar o ascenso do fascismo no Brasil — protesto em armas contra os que, tendo-o como causa, transformaram o movimento de 1935 no pano de fundo para as maiores violações aos Direitos Humanos, no largo espaço de uma ditadura de nove anos de duração.

Não fosse o movimento armado de novembro, outro teria sido o pretexto para o assalto ao Poder pelos inimigos da democracia, como veio a ser o Plano Cohen, em 1937.

Se foi erro tático-político grosseiro a direção nacional do PC, particularmente Prestes, omitir-se de participar da Revolução de 30, que teve realmente características populares — o que poderia ensejar ao "Cavaleiro da Esperança", com o seu prestígio, encaminhá-la para outros rumos —, erro maior foi a insurreição de 1935, deflagrada antes que o programa da ANL tivesse atingido as massas, tornando-se força social. Seu epicentro, quaisquer que venham a ser as suas interpretações ou explicações, foram as casernas, os núcleos militares.

Todavia, entre julgá-la inoportuna e a seu tanto aventureira e acoimá-la de "comunista" vai um espaço abismal. Seu programa e suas metas eram reformadoras e antifascistas, longe de representar uma configuração sequer socialista.

Ainda assim, sem consulta às bases, num jogo muito habitual de decretar-se a tarefa de cima para baixo, a Aliança e o Partido Comunista decidiram a sorte da insurreição, empurrando-a a uma aventura que custaria à Nação e ao povo tremendos sacrifícios, no estilo dos velhos golpes "tenentistas" de 1922, 1924, 1931 e, até certo ponto, do próprio 1930, a revolta concentrando-se de preferência nos quartéis, a massa trabalhadora vindo por acréscimo.

O "Comando Revolucionário", em Pernambuco, estava nas mãos de Silo Meireles, oficial reformado do Exército, destemido e culto, Capitão Otacílio de Lima, tenentes Lamartine Coutinho e Alberto Bomílcar Besouchet, Sargento Gregório Lourenço Bezerra e os civis José Caetano Machado, secretário-geral do PC no Nordeste, e Pascácio de Souza Fonseca.

Desse Pascácio, dizia-se ser um homem meio estranho, que passava, diante do espelho, longos momentos a pronunciar circunspecto, sozinho:

— Eu posso! Eu posso! Eu posso! — como treino, segundo ele, para o autodomínio.

Cristiano Cordeiro, incontestavelmente o maior líder de massa do Partido Comunista no Estado, discordara frontalmente do movimento, sendo por isso posto à margem dos fatos. Sua situação pessoal, por acréscimo, ainda lhe dificultava ou tolhia as ações práticas: a esposa e uma filha moça morrendo tuberculosas, em casa.

Quando o "Comando Revolucionário", reunido, deliberou deflagrar o movimento armado na madrugada de um sábado para um domingo, Gregório Bezerra protestou: "Estamos perdidos!" E exemplificou que, naqueles dias, os quartéis se esvaziavam, todos saíam de folga, em prazeres ou afazeres domésticos. Mas a tarefa era sublevar os quartéis na data fixada, custasse o que custasse.

Na véspera, começavam a surgir as primeiras notícias da insurreição armada na ANL em Natal, Rio Grande do Norte, numa antecipação de datas incompatível com os preparos de um movimento que devia ter no elemento *surpresa* o seu maior trunfo. Os quartéis do Recife e das cidades vizinhas, no dia "D", estavam por isso de prontidão.

Mas aos poucos a cidade foi tomando conhecimento do que acontecia em Pernambuco: irrompera uma revolução na Vila Militar Floriano Peixoto, em Socorro, município de Jaboatão, a uma hora do Recife. Socorro era a maior concentração de tropas do Exército no Nordeste. Quase ao mesmo tempo, a população da capital des-

pertava para um intenso tiroteio no Largo 13 de Maio, onde tinham sede o QG da 7.ª Região Militar e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva — CPOR.

O comandante da 7.ª Região Militar, General Manoel Rabelo, encontrava-se na capital da República. Sustituía-o, interinamente, o Coronel Castro Pinto. O Governador Carlos de Lima viajava, no momento, pela Europa. E o comandante da Brigada Militar do Estado, Coronel Jurandir Mamede, achava-se em Porto Alegre, nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, representando Pernambuco.

Nessa madrugada de 23 para 24 de novembro de 1935, o Segundo-Tenente Larmartine Coutinho Correia de Oliveira, por esse tempo já transferido, em caráter oficial, do 29.º Batalhão de Caçadores, em Socorro, para o 20.º, de Maceió, em Alagoas, divertia-se na "Festa do Rubi", promovida pelos estudantes de Direito no Recife em praça pública. Recebida a tarefa de sublevar a sua antiga unidade, na Vila Militar Floriano Peixoto, Lamartine tratou de ir a Socorro, onde contava com o apoio de outros oficiais "aliancistas", como Besouchet e Otacílio, além de inúmeros sargentos.

Com as notícias do levante em Natal, transmitidas pelos rádios dos serviços de comunicações do Exército, o coronel comandante do 29.º BC, Olinto Tolentino de Freitas Marques, achou prudente mandar retirar as peças principais das metralhadoras pesadas das tropas sob sua direção, impossibilitando-as de quaquer manejo. Além disso, pôs a Vila Militar em regime de prontidão.

Ao chegar, pela madrugada, a Socorro, Lamartine aguardou o passar das horas para, exatamente às nove da manhã, com o auxílio de seus companheiros, iniciar a revolta, atendendo às ordens de Silo Meireles, chefe militar do movimento.

Dirigindo-se à Seção de Metralhadoras Pesadas, surpreendeu-se com as medidas acauteladoras tomadas, de véspera, pelo Coronel Tolentino de Freitas. Valendo-se das armas leves de que dispunha, Lamartine deslocou-se para o Pavilhão de Comando, com o objetivo de deter os oficiais que lá se encontrassem, arrebanhando-lhes as tropas. Nesse momento; prendeu o Capitão Frederico Mindelo Carneiro Monteiro, subcomandante do 29.º BC, que não ofereceu resistência.

Depois, frente a frente com o Capitão Everardo de Barros Vasconcelos, Lamartine fez-lhe apelos no sentido de aderir ao movimento. A resposta de Everardo foi atracar-se, corpo a corpo, com seu adversário, rolando os dois por uma ribanceira.

Dessa confusão, aproveitou-se Mindelo para desvencilhar-se de Lamartine, procurando abrigar-se no Pavilhão do Comando, onde concitou a oficialidade que lá se achava a resistir ao movimento.

Nesse trabalho, foi auxiliado por outros companheiros, sobretudo o Coronel Tolentino de Freitas. Do pavilhão, os oficiais usaram as instalações telefônicas do quartel, não danificadas pelos sediciosos. Isso custou aos "aliancistas" terríveis conseqüências. A Polícia Civil ficaria a par da marcha dos acontecimentos, hora a hora.

Estabeleceu-se, então, intensa fuzilaria entre os oficiais, cercados, e os militares em revolta, sendo empregados nessa luta alguns sargentos e cabos que poderiam, lá fora, ser mais úteis no adestramento de populares, que aderiam em massa ao movimento.

Acertados entre si, Silo, Lamartine e Besouchet, este ferido na coxa, deixaram o quartel, ganhando as ruas, enquanto o sítio ao Pavilhão do Comando se prolongaria por horas a fio.

Reunindo, ao todo, mais de três mil homens em armas, com a adesão entusiástica de populares residentes em Jaboatão — cidade onde se localizava um importante entroncamento ferroviário —, Silo e Besouchet seguiram o rumo do interior, tentando Lamartine, ao contrário, marchar em direção à cidade do Recife. Nesse meio-tempo, uma tropa comandada pelo Tenente Manoel Martins da Cunha, da Polícia Militar de Pernambuco, confraternizou com os insurretos, passando-se para o seu lado.

Mas as horas corriam. E tropas da Paraíba e de Alagoas se movimentavam para o Recife, trazendo inclusive uma Bateria de Canhões. O 22.º BC, da Paraíba, ao contrário dos planos estabelecidos, não se sublevara.

Lamartine Coutinho dirigiu-se a Afogados, subúrbio do Recife, onde — no Largo da Paz — alinhou seus homens em posição de combate, visto ter sido avisado de que o Major Higino Belarmino da Silva, da Brigada Militar de Pernambuco, se apressava em ultrapassar uma ponte sobre o Capibaribe, na entrada de Afogados.

A igreja matriz do Largo da Paz era o ponto ideal para ser utilizado por Lamartine, uma vez que se situava bem defronte da Rua Imperial, via de acesso às forças de Higino Belarmino da Silva. Ali, no topo da Matriz, Lamartine mandou colocar metralhadoras, que varriam todos os caminhos de entrada.

Durante muito tempo, dessa posição estratégica magnificamente escolhida, Lamartine conteve o avanço das tropas do Governo, suas armas remuniciadas por crianças de onze a quinze anos, habitantes dos mocambos de Afogados, que iam e vinham rastejando pelo chão, a conduzir os pentes das metralhadoras. O trabalho destemido desses meninos ficou nas crônicas da revolta. Josué de Castro, em seu livro *Documentários do nordeste,* escreveu um comovente capítulo sobre o episódio, reivindicando para as crianças-combatentes do Largo da Paz um monumento público, pela bravura com que se

houveram na luta. Algumas delas, crivadas de balas, morreram anonimamente.

Do sertão, descia — ninguém sabe se por coincidência — o 3.º Batalhão da Brigada Militar, sob as ordens do Major Costa Neto, comprometido com o movimento da Vila Militar e, mais tarde, preso como tal pela polícia. A essa altura, a conspiração estava visivelmente fracassada.

No encontro com as tropas de Silo e Besouchet, que rumavam ao interior, Costa Neto simulou uma resistência, aprisionando Silo e seus comandados, deixando fugir Besouchet, ferido. É de admitir-se que a ação de Costa Neto decorreu das notícias do malogro da revolução, poupando assim a vida de seus melhores aliados, que, em outras circunstâncias, poderiam ter sido chacinados, como o foram os que caíram nas mãos do Major Higino Belarmino da Silva, que os fuzilou sumariamente aos montes, conforme testemunham pessoas que, dos dois lados, participaram da luta. Um soldado músico do 29.º BC, tido como morto, contou pessoalmente ao General Manoel Rabelo, comandante da 7.ª Região Militar, as atrocidades de Higino Belarmino, oficial quase ignorante, que vivia em rodas suspeitas do Recife a tomar cachaça e tocar violão.

Do alto da matriz de Largo da Paz, os soldados de Lamartine resistiram a mais de trinta horas de fogo contínuo.

Não fosse a chegada dos batalhões de Alagoas e da Paraíba, e os "aliancistas" teriam batido as tropas de Pernambuco.

Exaustos e cercados por todos os lados, Lamartine e seus homens recuaram, tentando como último recurso ganhar o interior, sendo presos, então.

Conta-se que o Coronel Vicente de Paula Teixeira de Vasconcelos, presidente do IPM mandado instaurar no Exército para apurar as causas e as responsabilidades da insurreição, ouvindo o relato pormenorizado da luta até seu final, observou em linguagem militar:

— Isso não foi um recuo, foi uma debandada!

Esse Coronel Vasconcelos procedeu com tal isenção na condução do IPM que levou o secretário Malvino Reis a solicitar a interferência de Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho junto às autoridades federais, no sentido de substituí-lo, o que foi obtido. Veio do Rio, então, para esse fim, o Coronel Artur Silio Portela.

Na verdade, contando com mais de três mil homens armados, os chefes militares do movimento se defenderam mais do que atacaram, numa "guerra" que se caracterizou pela ausência de ações rápidas e decisivas. Não lhes faltou coragem pessoal, no entanto. Os próprios adversários reconheceram sua bravura e a maneira profundamente correta com que se conduziram na área do conflito, sob seu domínio. "As forças rebeldes", afirma o procurador militar,

no processo que se instaurou perante o Tribunal de Segurança Nacional, "não praticaram qualquer depredação." Diante do grande número de feridos, "necessitando de medicamentos, o Tenente Lamartine invadiu uma farmácia próxima, retirando dela o necessário, do que deixou uma relação com a promessa de pagamento em tempo oportuno, não tocando nas gavetas da máquina registradora, nem mesmo em quatrocentos mil-réis que estavam à vista, no balcão".

Sobre o incidente da tomada da igreja, o procurador, baseando-se em testemunhas, acentua:

"Precisando localizar metralhadoras na torre da matriz, o Tenente Lamartine solicitou permissão ao vigário e respeitou todos os objetos de culto", além "de tratar com urbanidade os camaradas que prendeu."

A despeito de tão idôneos depoimentos e pareceres acerca da conduta dos "aliancistas", em 1935, costuma-se alardear, cobrindo-os de insultos, que mataram oficiais que dormiam. As versões, destituídas de qualquer fundamento, variam de espaço, ao sabor das provocações. No Recife, fala-se que a morte de militares dormindo teria ocorrido no Rio, enquanto no Sul se alude ao episódio de tão covardes ações como tendo acontecido no Recife.

O historiador Hélio Silva, em seu livro *1935 — A Revolta Vermelha,* não gasta uma linha sequer em desmentir esses fatos, tal a falta de veracidade dos mesmos, a sua improcedência e a ausência completa de provas nesse sentido. Quem morreu, morreu lutando, de um lado e de outro lado. Ninguém morreu dormindo, como asseveram os deturpadores dos fatos, no afã de amoldá-los às suas conveniências.

A deformação da revolta de 35 está presente, inclusive, na literatura de cordel, influenciada pelo noticiário oficial:

"O movimento explodiu
De manhã inda cedinho
Tendo como seu cabeça
Um tal Tenente Coutinho
Que segundo voz corrente
Concitava sua gente
A seguir o mau caminho.

Também um Silo Meireles
Que em tempos já foi tenente
E o Capitão Costa Neto
Eram chefes dessa gente
E ainda um tal Besouchet
Por aí logo se vê
Um grupo audaz e valente.

Dos civis os jornais citam
Um coronel reformado
Conhecido aqui, pois era
Da Força Pública do Estado:
Antônio Muniz de Farias,
Que expunha suas teorias
Do modo mais desbragado.

A nossa brava Polícia
Corajosa e inteligente
Não se meteu na mazorca
Cujo intuito era evidente
Somente uns poucos soldados
Marcharam sendo enganados
Pelas lábias de um tenente.

Toda tropa da Brigada
Honrou sua tradição
Lutou brava e heroicamente
Numa bela reação
Contra o crime e anarquia
Que avançando pretendia
Tomar conta da Nação".

Na verdade, a Aliança Nacional Libertadora, responsável pela irrupção da revolta, era uma frente-única antifascista, a que se filiaram homens e personalidades de várias tendências políticas e até religiosas.

Lamartine Coutinho Correia de Oliveira, um dos chefes da insurreição em Pernambuco, reafirmou, em documento do próprio punho, perante a comissão militar que o interrogou, a sua condição de não-comunista:

"Lutei, não como um desvairado, mas sim e sobretudo como um democrata e nacionalista, que não queria ver a sua querida Pátria na submissão brutal e absorvente do jugo fascista".

Ao discorrer sobre o caráter do movimento de 35, Lamartine o caracteriza como "uma frente única, popular e nacionalista", a seu ver, com uma plataforma "em que vi muitos pontos de contato com a do movimento democrático de 1930". Segundo ele, ainda "se tratava de uma ampla agitação patriótica em que podiam caber as mais variadas tendências políticas" e nenhum ato ou documento durante a luta "comprovou que se tratasse duma agitação política de caráter diverso".

A poucas dezenas de quilômetros do centro do Recife, Gregório Lourenço Bezerra, sargento do Exército, instrutor de Tiro de

Guerra, sublevava o Quartel-General da 7.ª Região Militar e o Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, CPOR, situados, ambos, no Largo da Faculdade de Direito.

Embora tivesse discordado da "palavra de ordem" da revolta naquele fim de semana, Gregório cumpriu-a a todo custo, com sacrifícios ingentes.

O clima no QG era de tensão, as notícias de levante chegando do Rio Grande do Norte. Contudo, na hora marcada, Gregório encabeça o motim no CPOR.

Encarregado da guarda de todo o armamento do quartel, fez entrega de armas leves e metralhadoras a companheiros de farda, comprometidos com o movimento. No instante em que se entregava a esse trabalho, recebeu voz de prisão do Tenente Aguinaldo de Almeida, que se fazia acompanhar da ordenança e do sargento de nome Vieira, com quem Gregório lutou corpo a corpo, enquanto o Tenente Aguinaldo procurava atingi-lo com um revólver. Na luta, Gregório saiu baleado na coxa esquerda, com ferimento transfixiante. Ainda assim, continuou a reagir, fazendo do corpo do Sargento Vieira seu escudo. Aguinaldo insistiu em alvejá-lo, Gregório segurando o Sargento Vieira e movimentando-o numa direção e noutra, à medida em que as ameaças de agressão se multiplicavam.

Num gesto de rápida ação de defesa, Gregório jogou o sargento em cima do Tenente Aguinaldo, ao mesmo tempo que detonava o seu fuzil-metralhadora na direção da perna do oficial, ferindo-o. "Se quisesse matar naquele momento", assevera Gregório, posteriormente, "tê-lo-ia feito na hora."

O tiroteio dentro do CPOR e já no QG da 7.ª Região intensificava-se. Mesmo ferido, Gregório permaneceu combatendo, auxiliado por quatro sargentos, a essa altura contra mais de trinta adversários.

De arma em punho, depois de sair e voltar ao quartel, abriu por fim caminho entre a fuzilaria, ganhando a rua, deixando encurralados no pavimento superior da unidade os seus inimigos.

Ao deixar o QG da 7.ª Região Militar, Gregório deparou-se com dois oficiais, um de *parabelum*, querendo prendê-lo — "Renda-se, sargento, pelo amor de Deus!" —, outro, um segundo-tenente telegrafista, aconselhando-o a fugir.

Sem quépi, esbaforido, o sangue esvaindo-se-lhe das veias, Gregório fez o seu primeiro discurso em praça pública para uma pequena multidão que se aglomerava diante do QG, atraídos pela fuzilaria lá dentro. Junto ao CPOR havia umas pensões de estudantes, que deram "vivas" à Revolução, aclamando Gregório — nenhum, porém, tendo a iniciativa de se aliar à luta.

Do largo da faculdade, pela Rua do Hospício, Gregório foi até a Rua do Aragão, onde se localizava a sede do Tiro de Guerra 333, do qual era instrutor e local em que encontraria, segundo as promes-

sas do "Comando Revolucionário", mais de trezentos estivadores à sua espera.

Lá não viu ninguém, exceto o vigia. Nessa ocasião, passou pela rua um investigador conduzindo um homem preso, que "parecia um gigante", domado. Gregório não fez por menos: prendeu o policial e libertou o "gigante". Como o policial, entretanto, se dissesse "prático de enfermagem", Gregório pediu-lhe que obtivesse algum remédio para a sua ferida. O agente de polícia saiu e, voltando incontinenti, aplicou-lhe uma mexa no ferimento da coxa para evitar a continuação da hemorragia.

Na sede do 333, de propósito, à espera dos estivadores, Gregório havia armazenado duzentos e setenta e quatro fuzis e cerca de sete mil balas. Um pouco mais adiante do Tiro de Guerra, funcionava a Delegacia de Polícia do 2.º Distrito, os investigadores agrupando-se na frente do prédio para assistir às façanhas de Gregório. Temendo uma represália, Gregório foi à Delegacia e, depois de prender os agentes de polícia, retirou do edifício as armas nele existentes, deixando recibo em mãos do comissário.

Com todo um arsenal bélico à sua disposição, pensou em rumar a Socorro, com o fim de auxiliar os companheiros de revolta, valendo-se de automóveis que se achavam estacionados defronte da delegacia. Sua tarefa, no entanto — confessa em depoimento escrito —, era ali, na cidade do Recife. E ele a cumpriria à risca.

A hemorragia, no entanto, não cessava, debilitando-o. Um atirador do 333, seu aluno, vendo-o naquele estado, telefonou para o Pronto Socorro. Em pouco tempo, Gregório é levado numa ambulância, sob a condição de que não seria entregue ao Exército. No entanto, quando recebia curativos, foi preso pelo mesmo Tenente Aguinaldo, com quem lutara valentemente no QG da 7.ª Região. Gregório elogia ainda hoje a bravura desse militar.

Do Pronto Socorro foi removido para o hospital do Exército, nos fundos do CPOR. Com a cumplicidade de alguns sargentos, conseguiu comunicar-se por telefone com algumas pessoas conhecidas, quando soube do fracasso da revolta.

Por um triz, não levantou a guarnição do hospital militar, sargentos, cabos e soldados solidarizando-se com ele. A guarda passou a ser reforçada diante das suspeitas. Mesmo dessa maneira, ainda tentou fugir da prisão, utilizando uma serra que lhe fora entregue às escondidas.

Dessas aventuras de Gregório Lourenço Bezerra muito se fala ainda no Nordeste, versejadores de literatura de cordel cantando sua coragem:

"Valentes, conheci muitos
E valentões, muito mais,
Uns só Valente no nome
Uns outros só de cartaz
Uns valentes pela fome,
Outros por comer demais
Sem falar dos que são homens
Só com 'capangas' atrás.

Conheci na minha terra
Um sujeito valentão
Que topava qualquer briga
Fosse de foice ou facão
E alugava valentia
Pros 'coronéis' do sertão
Valente sem serventia
Foi esse Zé Valentão.

Conheci outro valente
Que a ninguém se alugou
Com tanta fome e miséria
Um dia se revoltou
Pegou do rifle e danado
Meia dezena matou
Sem perguntar pelo nome
Da mãe, do pai, do avô
E assim matando gente
A vida inteira passou.
Valentão inconseqüente
Foi esse Zé da Fulô.

Mas existe nesta terra
Muitos homens de valor
Que é bravo sem matar gente
Mas não teme matador
Que gosta de sua gente
E que luta a seu favor:
Como Gregório Bezerra,
Feito de ferro e de flor".

Gregório Bezerra é uma lenda nos Estados nordestinos, misturando-se com a de Antônio Silvino e Lampião, "o mito de Padre Cícero, as rezas de Frei Damião, do operário ao matuto, do jovem moço ao ancião, ninguém duvidando dele, que tem lá no coração, o amor que a gente cria por não saber dizer não, quando se vê faltar carne, na mesa de quantos são a maioria do povo, passando fome e aflição".

Conta Alcedo de Morais Coutinho, um dos líderes civis mais conhecidos da Aliança Nacional Libertadora em Pernambuco, que chegara ao Recife, nas vésperas do movimento, um judeu de nome Maurício, com tarefas estranhas, dizendo-se emissário dos "aliancistas" do Rio. Queria saber de Alcedo onde se encontravam os depósitos de munição vindos da União Soviética para a revolta.

A esse mesmo tempo, no dia que precedeu ao início da revolta, o coronel reformado Muniz de Farias, herói da Revolução de 30 e defensor do governo de Lima Cavalcanti na "mazorca" de Pedro Calado, em 1931, viera do Rio com a tarefa de adiar, a qualquer custo, a insurreição "decretada" por Caetano Machado para a madrugada do dia 24 de novembro. Diz Alcedo que Muniz de Farias não teve tempo de estabelecer contato com os integrantes do "Comando Revolucionário", já dispersos em tarefas operativas. As ordens que trazia, por conseguinte, não puderam ser conhecidas.

Quanto ao levante do Rio, há versões de que teria sido precipitado pela ação de elementos de contra-espionagem infiltrados na Aliança Nacional Libertadora e seus órgãos dirigentes.

O judeu Maurício, ao verificar que se desconfiava de suas atividades no Recife, viajou para o Rio Grande do Norte, não se sabendo que influência teria tido na conspiração de Natal e sua deflagração prematura.

Além do Recife, Jaboatão e Limoeiro, os "aliancistas" em armas tomaram algumas delegacias de polícia da capital e comissariados de subúrbio e as dos municípios de Olinda e Paulista. Em Olinda, atuaram como líderes do movimento Glauco Pinheiro, Raul Lins Barradas, Gilbert de Macedo, Temístocles Andrade, Gumercindo e seu irmão João Inácio Cabral de Vasconcelos Filho, estudantes e populares. Em Olinda, afora o Delegado de Polícia Reginaldo Toledo, todo o destacamento aderiu.

Responsáveis, pelo levante na cidade de Limoeiro foram João Marinho Falcão, Antônio de Sá, Narciso Ferreira da Silva, Genaro Buonora, José Pontual Ferreira, José Marques da Silva, Manoel Bezerra da Silva, João Lemos Muniz, Severino Matias da Silva e João Luna.

Convocado a prestar serviços urgentes no Pronto Socorro, Alcedo de Morais Coutinho assumiu seu posto, como cirurgião, e, diante de insistentes pedidos de socorros vindos da Vila Militar Floriano Peixoto, resolveu por conta própria atendê-los. De ambulância, com o auxílio do estudante Estácio Souto Maior, Alcedo realizou algumas viagens a Jaboatão, trazendo de lá alguns feridos, inclusive o tenente de nome Chicó, adversário dos "aliancistas".

Da atitude de Alcedo nasceram graves suspeitas de comprometimento com a sedição, ordenando-se a sua captura. Escondido da polícia, a cidade se encheu de boataria de que fora fuzilado no pátio

interno da Casa de Detenção, sendo seu corpo jogado nas águas do Capibaribe.

Uma semana após a eclosão do movimento, Alcedo recebeu um oferecimento do Coronel Lucena, comandante da Força Pública de Alagoas, de que o homiziaria naquele Estado. Foi quando o secretário do Interior, Deputado Arthur Moura, cunhado de Alcedo, o convenceu de que deveria apresentar-se à polícia, pois sua vida realmente corria perigo.

Recolhido à detenção, lá ficou por alguns anos, os primeiros seis meses em cela batida, absolutamente incomunicável. Condenado a oito anos de prisão, o Tribunal de Segurança Nacional reduziu-lhe a pena para dois, quando Alcedo já ultrapassava os trinta meses de reclusão.

O telegrama do Tribunal de Segurança Nacional comunicando a redução de sua sentença foi endereçado, nos estilos, ao Secretário do Interior Arthur Moura. De posse do despacho, o cunhado de Alcedo procurou cumpri-lo imediatamente, sendo advertido pelo próprio interventor federal, Agamenon Magalhães, que lhe estranhava "a pressa em soltar comunista" segundo chegou a afirmar, sarcasticamente. Em face da rudeza da observação, Arthur Moura exonerou-se do cargo, não sem antes lembrar a Agamenon que, quando convinha ao governo entender-se com os comunistas — como ele mesmo o fizera por ordens de Agamenon, nas últimas eleições municipais de Olinda — não havia por que manifestar tanto temor. Helena, irmã de Alcedo, esposa de Arthur Moura, foi incansável na luta pela libertação do líder "aliancista".

Solto, Alcedo foi deportado para o Rio, lá ficando até 1945. A anistia trouxe-o de volta a Pernambuco.

Uma figura civil pouco estudada no movimento de 1935 é Manoel Alves de Campos Gois, conhecido pelo nome de "Velho Gois", nas rodas do PC. Sertanejo de Triunfo, Pernambuco, estudou apenas seis meses em escolas primárias, mas terminou assinando artigos como colaborador de jornais do Recife sobre questões sociais.

Seu relacionamento com pessoas influentes do interior era grande. Quando Prestes empreendeu a travessia de Pernambuco, o "Velho Gois" era prefeito de Santo Antônio da Glória. O entusiasmo pela Coluna Invicta e seu parentesco com a família de Siqueira Campos, um dos integrantes da "Grande Marcha", fizeram-no "prestista", caminho que muitos partilharam, com ele, para chegar ao PC.

Era amigo de Delmiro Gouveia, o que lhe valeu o acesso a revistas e jornais do país e do estrangeiro. Delmiro vivia a par dos acontecimentos do mundo.

Na organização do movimento de 1935, Manoel Alves de Campos Gois tomou parte ativa, com a tarefa de procurar adeptos em certas cidades do sertão, sobretudo entre pequenos comerciantes e profissionais liberais, seus amigos de confiança.

No bojo das agitações desse período, preparou-se, em 1933-34, um levante militar em Pernambuco, esquecido das crônicas históricas. A conspiração tinha o Rio como centro, nela enredando-se em confabulações alguns generais do Exército, como Guedes da Fontoura, Basílio Taborda, Pantaleão Teles, Paulo de Oliveira e Sotero Menezes. O movimento "constitucionalista" de São Paulo, derrotado nas trincheiras, alimentava, como fogo em monturo, a derrubada de Vargas, agravando propositalmente as disputas dos grupos oligárquicos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O golpe em marcha era, no fundo, um pouco da seqüela da "guerra paulista" e um pouco, por antecipação, do movimento "aliancista" de 1935. Tanto isso é verdade que, no Recife, da lista de conspiradores figuravam os tenentes Américo e Lamartine Coutinho, articulados com o Tenente Otacílio de Lima e seu irmão, o médico José de Lima, quase todos envolvidos depois na "intentona" de novembro.

Até onde se sabe, houve um desentendimento entre os articuladores do golpe do Rio e de Pernambuco, uma vez que se considerava o programa de reivindicações apresentado pelos conspiradores do Recife demasiadamente esquerdizante.

O Partido Comunista, na verdade, atuou nessa conspiração através de alguns de seus líderes, como Epifânio José Bezerra, que recebia ordens de José Caetano Machado, secretário-geral do Comitê do Nordeste.

Coincidentemente ou não, algumas figuras da Maçonaria pernambucana estavam ligadas ao movimento, tais como, além de Epifânio Bezerra, o funcionário da prefeitura Agripino Queiroz e Lauro Gois, contador. A dupla filiação ao PC e às Lojas Maçônicas não era incomum, nesses tempos.

Valendo-se de ligações familiares, "Velho Gois" — também filiado ao PC — organizou uma base de apoio ao golpe nos municípios de Arcoverde, Pedra e Buíque, sob a chefia de Francisco Cavalcanti de Albuquerque Jé; em Alagoa de Baixo, com Ernesto Alves de Queiroz e Francisco Ferreira Santana; em Floresta, com o "Coronel" João Novais; em Afogados da Ingazeira, com Elpídio de Amaral Padilha; em Flores, Serra Talhada, São José do Belmonte e Bom Nome, com o "Coronel" João Lucas de Carvalho; em Triunfo, com o "Coronel" Carolino de Siqueira Campos e João Barbosa; em São José do Egito, com Pedro Pais de Lira; em Petrolândia, com Manoel Vítor, este ligado ao PC através de Caetano Machado.

Em conseqüência de manobras políticas de Vargas, o golpe não chegou a passar da fase de planejamento.

Frustrados, os elementos descontentes com os rumos da Revolução de 30 deliberaram atuar na ANL, aproveitando as bases de conspirações já estruturadas em Pernambuco.

Manoel Alves de Campos Gois recebeu do PC a tarefa de atuar no setor rural, já agora em função da Aliança Libertadora. Em razão disso, foi à localidade Serra dos Padres, da Vila de Tacaratu, hoje município, e lá desativou um depósito de dinamites mandado armazenar por Caetano Machado, que se valera do concurso de Manoel Vítor para tal empreitada.

Nas ligações da cidade com o interior, o "Velho Gois" contava com a colaboração de Manoel Vítor, um sertanejo de Tacaratu, filho de Pedro Martins da Silva, pequeno comerciante, e de Maria Lica da Silva.

Com a derrota do movimento de 35, Manoel Vítor empreendeu uma atividade subterrânea, em estreito contato com o PC, chegando a organizar guerrilhas no interior de Pernambuco. Foi então perseguido e fuzilado pelas forças do governo, sendo tratado como um cangaceiro. Morto por soldados da polícia militar, teve seu corpo arrastado na cauda de um cavalo e pendurado nas grades da cadeia de Tacaratu, onde passou dias até a decomposição. A imprensa do Recife ocupou-se do fato.

O "Velho Gois", por seu turno, não tomou parte no movimento de 35, na sua fase executiva. Nas vésperas, foi preso em Alagoa de Baixo, por denúncia de um sargento da Polícia Militar, que se infiltrara no PC.

Outra figura marcante no movimento de 35 foi o judeu Jacob Gringold, nascido na Ucrânia e que viera para o Brasil, morando primeiro em Maceió. Em Alagoas, Jacob, logo ao chegar, envolveu-se em lutas políticas, auxiliando financeiramente as passeatas de estudantes contra o governo de Washington Luiz. Diz-se que, nesses momentos, quando se cantavam hinos patrióticos, Jacob, ainda não familiarizado com o idioma português, entoava canções revolucionárias em russo mesmo. Chegou a participar da direção do PC no Nordeste.

Cristiano Cordeiro, líder do PC, discordara, em tese, do movimento. Achava que não havia condições objetivas para uma insurreição armada. Afastado das atividades conspirativas, Cristiano dava assistência à filha Olina, que morria tuberculosa nessa época, e à esposa Celina, atacada da mesma doença.

Apesar disso, Cristiano foi preso, recolhido à Casa de Detenção. "Vista-se para ir ao enterro de sua esposa", foi como recebeu a notícia da morte de sua companheira, um dia.

A ordem de levante em 1935 no Recife partira, segundo Gregório Bezerra, do secretário do PC no Nordeste, José Caetano Machado. Além de Gregório, que estranhara o desencandear-se de uma revolta em quartéis, em fins de semana, Silo Meireles — conforme depõe Gregório — chamou a atenção dos componentes do "Comando Revolucionário" para o caráter pessoal da decisão:

— Vocês são testemunhas: Caetano Machado *decretou* a revolução!

A figura de Caetano é muito controvertida. Padeiro, analfabeto, aprendeu a ler, já adulto, com Cristiano Cordeiro, entre uma reunião e outra do Partido. Segundo uns, grande líder popular, para outros, mero demagogo e auto-suficiente — de qualquer modo representante do PC em certames e conferências internacionais, o que lhe dava certo *status* de líder.

Dele diz Gregório que, após *decretar* a revolução, foi para casa dormir. Alcedo Coutinho conta que Caetano foi acometido de um surto diarréico nas horas do movimento. Sua figura não está presente a nenhum episódio bélico da revolta — eis a verdade.

Ausente do Recife, o General Manoel Rabelo, comandante da 7.ª Região Militar, chegou à capital pernambucana três dias depois. Em face dos rumores de que havia maus-tratos na Casa de Detenção, decidiu-se a visitá-la. Quando o clarim da sentinela anunciou a chegada do comandante da Região, mais de três mil presos políticos entoaram o Hino Nacional, fazendo as lágrimas apontar nos olhos do velho cabo de guerra. Foi um momento emocionante.

Em seguida à visita, a situação carcerária melhorou sensivelmente, pondo-se na rua dezenas de pessoas que quase nada tinham a ver com o movimento. Regulamentou-se a vida dos prisioneiros, amontoados no velho casarão.

Mesmo assim, as condições da prisão eram péssimas, mais de três mil pessoas numa penitenciária construída para abrigar umas poucas centenas de presidiários. Os presos comuns haviam sido transferidos para o presídio de Fernando de Noronha. Em celas para três pessoas, encarceravam-se dez ou doze. Nas horas de dormir, os detentos se revezavam, uns se deitando às sete horas da noite para despertar às duas da madrugada, outros indo dormir às duas e acordando às nove da manhã. Não havia toalhas de banho nem lençóis. A comida, além de pouca, era de má qualidade. De quando em quando, Romildo Leite e João Trindade Henrique, funcionários da Casa de Detenção e policiais, aproximavam-se das grades e gritavam, entre gargalhadas sádicas:

— É pra morrer mesmo!

Isolados do mundo, sem direito a ler jornais, as notícias chegando aos pedaços, nos momentos de raras visitas, os presos recorreram a todos os meios de comunicação. A princípio, usando pregos, fizeram buracos nas grossas paredes do presídio. Depois amestraram baratas, tornando-as portadoras de bilhetes de uma cela para outra, quando não se usavam ratos guiados por cordão, puxando-se o fio se o roedor corria para direções não programadas. Um dos meios de comunicação mais eficientes para a troca de mensagens era o "merdafone" ou "cagafone". Esgotada a água das bacias sanitárias das celas, a canalização servia de caixa de ressonância entre um xadrez e outro, contíguo. Era necessário, porém, que os presos racionassem suas *precisões* para manter limpos os canais de entendimento. Por concenso geral, a bem da higiene, desprezou-se o "merdafone".

Usou-se igualmente o alfabeto mímico dos mudos, nas conversações a distância, de uma cela a outra. Graças a tais processos, a população carcerária tomava conhecimento das coisas do mundo exterior, mantendo-se de moral elevado.

A partir de certo tempo, o "pau começou a cantar nas costas dos presos". Aliás, "cantar nas costas" — esclarece Gregório — é força de expressão: "o pau cantava por todos os lados, nas costas, na cabeça, no estômago, nos órgãos genitais, nas pernas, nos braços, sobre os rins, em todo lugar!"

A tortura tornou-se regra sem exceção.

Caetano Machado, preso, persistiu em manter-se como secretário do Nordeste do PC, enviando recados e bilhetes quando da visita de sua companheira Maria Medina, ou Mercedes, uma espanhola. À polícia não foi difícil seguir seus passos. Daí, por que, dentro em pouco, a população carcerária era "enriquecida" com a presença de outras pessoas, mais e mais, todo dia. Foi quando prenderam Braz Calmon, Costa Neto e outros oficiais da Força Pública.

De Braz Calmon, que eu conheci claudicando de uma perna, diz-se que foi obrigado a manter-se descalço numa cela, molhada de propósito com soda cáustica. Teriam sido ordens de Trindade Henrique, subdiretor do presídio.

As torturas lá fora eram contínuas. Já haviam morrido José Maria, Luiz Bispo e um popular conhecido por "Cabelo de Fogo". Paulo Mota Lima foi barbaramente espancado pelo Delegado Auxiliar Ranulfo Cunha, no "buque" da Polícia Civil.

Recolhido à enfermaria da Detenção, em conseqüência do ferimento recebido na coxa esquerda, Gregório Bezerra dela foi retirado um dia para ser apresentado ao delegado de Polícia Etelvino Lins, encarregado do inquérito mandado instaurar, na área civil, pelo governo do Estado.

De Etelvino, Gregório diz:

— Ouviu-me, não me obrigando a dizer o que eu não queria.

Da parte do Exército, Gregório afirma ainda hoje que nada sofreu. Seus espancamentos ocorreram sempre na Polícia Civil.

Por essa época, o General Manoel Rabelo era substituído no comando da 7.ª Região Militar pelo general integralista Newton Cavalcanti.

Agamenon Magalhães, no Rio, urdia uma série de medidas contra Carlos de Lima, seu adversário, já com o olho no governo de Pernambuco, cavando o seu fim.

Aí tiveram início as torturas. "Primeiro foram os comunistas; depois os aliancistas, depois os aliados ou simpatizantes, depois os delatores. Todos foram torturados", diz Gregório Bezerra.

Uma tarde, o Capitão Malvino Reis mandou buscar Gregório. Eram trinta minutos da madrugada. A cena foi indescritível: um grupo de dez policiais, à frente o próprio Malvino, passou a espancá-lo de cima a baixo, com cassetetes de madeira e ponta-pés. "Não gritei, não gemi, não pedi nada: só fiz apanhar." Algemado, a cena revestia-se de suma covardia.

A um instante, Malvino, aos berros, manda chamar outro policial:

— Chamem Wandenkolk! Chamem Wandenkolk!

Tratava-se de Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, comissário de polícia.

Puseram Gregório, então, dentro de um automóvel e rumaram para as bandas de Beberibe. "Passamos pelo Espinheiro, Encruzilhada, Arruda e, quando chegamos em Água Fria, antes do Cajueiro, num terreno baldio, pararam o carro e me tiraram já debaixo de grossa pancadaria. Batiam tanto nas costas quanto na frente. Trinquei os dentes, contraí a musculatura e fui suportando, suportanto, suportando os golpes." Quando os faróis do carro iluminaram o corpo de Gregório, um popular que ia passando gritou:

— Estão matando o homem, covardes!

Levado para o carro, Gregório foi transportado então para as matas de Beberibe, em direção ao lugar chamado Águas Compridas. No mato, recomeçaram o espancamento. "Quando recobrei os sentidos, estava deitado num banco da Delegacia de Ordem Política e Social, na Secretaria de Segurança Pública."

Nesse estado, conduziram-no perante o delegado Etelvino Lins, para depor. Segundo Gregório, Etelvino olhou para ele, viu os sinais da tortura e disse:

— Repugna-me ouvir um preso nesse estado. É melhor o fuzilamento.

E saiu dizendo que ia entender-se com o Capitão Malvino Reis Neto. Nessa tarde, Gregório voltou à Detenção, com a recomendação de "não ser medicado".

Um estudante de medicina que trabalhava na enfermaria do presídio deu-lhe contudo assistência. Um dia, esse jovem trouxe-lhe remédios receitados pelo médico Geraldo de Andrade. Gregório não defecava há mais de dez dias. Geraldo de Andrade, professor da Faculdade de Medicina, enviou-lhe, em seguida, uma peça cirúrgica — diz Gregório — "ensinando-me por escrito como deveria usar, para aliviar os intestinos". Geraldo de Andrade era tido como um simpatizante da Aliança Libertadora.

Durante vinte e dois dias, Gregório passou quase sem poder comer, alimentando-se de água e pão molhado.

"Um dia, estava tomando sol nas grades do xadrez quando senti que me haviam arremessado uma pedra, embrulhada num papel. A pedra atravessou as grades de ferro e feriu-me na cabeça. Fiquei irritado, a princípio. Depois verifiquei que o petardo era veículo de um bilhete, escrito a tinta. O papel era-me remetido por minha esposa e dizia:

" 'Sabemos do seu estado. Não perca o ânimo. Não se preocupe com seus filhos. Enquanto eles viverem, terão alimentos e educação'."

Dentro do papel, uma cédula de cinqüenta mil-réis, dobrada ao mínimo. Esse dinheiro — uma pequena fortuna na época — foi dado a um guarda que se queixara a Gregório de sua sorte, "uma filha doente e ele sem recursos".

Passados mais uns dias, voltou Gregório à presença de Malvino, dessa vez sem a de Wandenkolk. Novos espancamentos. Malvino, arrastando sua presa e apontando para o pátio interno da Secretaria de Segurança, mostrou-lhe um corpo inerte:

— Vê com teus olhos, canalha! Mandei matá-lo a cacetete. Tu vais te encontrar com ele nas profundas do inferno, seu filho da puta!

Gregório olhou em direção ao cadáver. Era Luiz Bispo, do comitê do PC em Pernambuco.

A cidade tomava conhecimento das torturas e dos assassinatos. Um clamor fez com que o governo do Estado exonerasse Malvino

Reis Neto da Secretaria de Segurança Pública, substituindo-o interinamente pelo Capitão Jurandir de Bizarria Mamede.

Silo Meireles, respeitado por sua disciplina e bravura na Casa de Detenção, solicitou uma entrevista com Jurandir, após o que a situação dos presos melhorou consideravelmente. Os espancamentos foram suspensos. E as portas das celas foram abertas para que os detentos pudessem se comunicar entre si, com direito ainda a banhos de sol no pátio do presídio.

Além das prisões em massa, o governo do Estado procedeu a um expurgo na Brigada Militar, reformando oficiais, expulsando sargentos, cabos e soldados simpatizantes do movimento. Entre os sargentos, estavam João Coutinho da Costa Pereira e Agripino Almeida.

Com a anistia de 1945, Gregório e Alcedo voltaram a Pernambuco. No ano seguinte, candidataram-se a deputado federal na legenda do Partido Comunista do Brasil. Ambos foram eleitos, Gregório atingindo, com João Cleofas, chefe das oposições reunidas, o quociente eleitoral — os únicos que o obtiveram, Gregório como líder popular, Cleofas como usineiro.

Na Câmara dos Deputados, Alcedo se destacou da bancada. Foi autor da emenda constitucional que determinava a retenção, em favor dos municípios, de uma percentagem dos tributos federais arrecadados. Além disso, proferiu um longo discurso sobre as condições sanitárias do Brasil, elogiado pela imprensa e pelas lideranças conservadoras. Horácio Laffer, depois ministro da República, requereu que esse estudo fosse impresso em livro, para conhecimento dos estudiosos.

Gregório defendeu os trabalhadores e camponeses, a extensão do direito de voto aos analfabetos e a criação de creches em fábricas de mais de quinhentos operários.

Quando da *batalha* para a cassação de mandatos dos parlamentares comunistas, Gregório assomou à tribuna da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados e, de improviso, fez um discurso contra o projeto. Juristas de nomeada ouviram-no em silêncio. O camponês de Panela de Miranda, do longínquo interior de Pernambuco, prendeu as atenções de seus pares. Munhoz da Rocha, eminente figura de jurista, ex-governador do Paraná, então constituinte como Gregório, em página de memória, louva-lhe o estilo selvático, quase bárbaro da forma, a própria voz do povo brasileiro, inculta mas destemida, ecoando pelo Palácio Tiradentes.

Da figura de Gregório e de suas lutas, muito há que falar ainda neste livro.

Quanto à insistência provocativa de que oficiais dormindo foram assassinados pelos "aliancistas", convém transcrever uma carta por

mim endereçada ao escritor Gilberto Osório de Andrade, em 19 de dezembro de 1976:

"Meu caro Gilberto Osório de Andrade. Na situação política em que me encontro, é-me arriscado a abordagem de certos assuntos. Contudo, fiel aos fatos históricos, tomo a iniciativa de retificar, a bem da verdade, um trecho do seu artigo Memórias Olindenses 3, publicado no *Diário de Pernambuco*. Relembrando acontecimentos de Olinda, você se refere à tomada da Cadeia Pública, na Ribeira, em outubro de 1930, pelo Tenente Agildo Barata, que descia com suas tropas com o fim de auxiliar os revoltosos de Pernambuco, em sua luta pela deposição do governo Estácio Coimbra. A esse respeito, diz você: 'Ele (Agildo) vinha descendo a ladeira defronte da cadeia a peito aberto, desde o Passo da Ribeira, que fica lá em cima, e quem presenciava aquela audácia esperava a todo instante que irrompesse uma fuzilaria das grades das janelas. Agildo Barata cresceu na admiração popular com aquele episódio. Mas da próxima vez em que seu nome voltou a ser pronunciado foi sob uma execração geral. Pois foi ele um dos que, em 1935, quando da intentona comunista, chacinaram companheiros de farda que dormiam'. Em nenhum tópico ou trecho do volumoso inquérito policial-militar que se instaurou no Rio para apurar o levante do 3.º Regimento de Infantaria, há a menor notícia de que, quem quer que fosse, houvesse morrido dormindo. Dessa inverdade também não dá conta o relatório do Chefe de Polícia Filinto Muller ao Presidente Getúlio Vargas, nem tampouco o relatório do comandante da 1.ª Região Militar, General Eurico Gaspar Dutra, ao ministro da Guerra, General Gois Monteiro. Os grossos e esclarecedores autos do IPM do movimento armado de 1935, compulsados, um a um, pelo historiador Hélio Silva, autor do livro *1935 — A Revolta Vermelha,* silenciam sobre tais acontecimentos, invencionice que a ditadura de Getúlio impingiu à Nação pelos seus famigerados órgãos da propaganda, como o DIP. Em seu livro de memórias *Vida de um revolucionário,* editado antes de sua morte, Agildo Barata revela que, em 1947, sendo vereador à Câmara Municipal do antigo Distrito Federal, teve um atrito, em plena sessão daquele deliberativo, com o seu colega Adauto Lúcio Cardoso, da bancada da UDN, pelo fato de haver Adauto aludido à versão difundida em todo o País pelo DIP, a propósito da morte de oficiais dormindo, em 1935. Nesse 'entrevero', teve ocasião Agildo Barata de declarar o seguinte: 'Dr. Adauto, há doze anos espero por esse nome e nem o Tribunal de Segurança Nacional, que o senhor, como advogado, sabe que foi criado para condenar a mim e meus companheiros, nem o tribunal infame conseguiu condenar-me por esse crime que a sua leviandade me imputa. Há uma diferença entre divulgar pela imprensa venal uma calúnia e levar um tribu-

nal qualquer, mesmo que seja essa coisa infame como foi o TSN, a uma sentença condenatória. Mais uma vez eu formulo ao Dr. Adauto um desafio, que é também um apelo à sua dignidade de homem público: declare perante esta Casa o nome de minha suposta vítima'. Retrucando que o faria 'na próxima sessão', o vereador Adauto Lúcio Cardoso passou dias inteiros sem tocar no assunto, o que provocou novos reptos do Vereador Agildo Barata. Foi então quando, valendo-se do Vereador Aparício Torelly, o famoso 'Barão de Itararé', Adauto Lúcio Cardoso mandou dizer a Agildo que, 'num momento de raiva', o acusara de um 'fato que verifiquei não ser verdadeiro'. Não se conformando com a retificação fora do plenário, Agildo exigiu de Adauto uma retratação pública, o que levou o parlamentar da UDN a classificar o parlamentar do PCB de 'deselegante', antes, porém, confirmando o desmentido. Nesse ponto, Agildo desabafou: 'Está bem: passei de assassino a deselegante!' Tudo isso está minuciosamente contado no livro de Agildo, publicado em vida de Adauto, sem contestação do último. Como você, Gilberto, pretende em boa hora escrever suas reminiscências — no que há de ganhar a literatura de Pernambuco — peço-lhe corrija o engano, produto de infames calúnias do 'Estado Novo', que ambos combatemos. Do seu velho amigo e leitor constante, Paulo Cavalcanti".

Datada de 26 do mesmo mês, recebi a seguinte resposta do escritor Gilberto Osório de Andrade, meu ex-colega de mandato parlamentar na Assembléia Legislativa de Pernambuco:

"Meu caro Paulo Cavalcanti. Recebi e agradeço suas informações acerca da pecha que foi atribuída ao Capitão Agildo Barata, a propósito dum artiquete meu, no *Diário*. Como você pode ver, fui também uma vítima da 'invencionice que a ditadura de Getúlio impingiu à Nação', mas de agora por diante não lhe darei mais guarida. Se algum dia voltar a escrever sobre o assunto — ou sobre assunto correlato — valer-me-ei do que me escreveu em sua carta. Aceite o velho abraço, sempre amigo, do Gilberto Osório de Andrade".

Aqui no Recife também ninguém morreu dormindo. Quem morreu, morreu lutando, de um lado e de outro — exceto os presos que foram passados pelas armas, a mando do Coronel Higino Belarmino da Silva, da PM de Pernambuco, em Jaboatão.

Das críticas que se fizeram ao movimento de novembro de 1935, a mais curiosa foi a do velho bandoleiro Antônio Silvino, recolhido à Casa de Detenção. Vendo Gregório Bezerra espancado, pôs-lhe a mão na cabeça e disse, com a sabedoria de lutador social, a seu modo:

— Vocês se avexaram muito! Deviam ter esperado mais um pouco. Essa "leis" vai tomar conta do mundo, mais cedo ou mais tarde. Mas não tão depressa assim, "seu" Sargento!

A onda de violência que se abateu sobre o Estado, quando da debelação do movimento de 1935, foi sem precedentes. Milhares de pessoas, civis e militares, ativistas ou meros simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora, foram presas ou chamadas a prestar declarações à polícia. Jornalistas, intelectuais e profissionais liberais viram-se recolhidos à Casa de Detenção, sem mais nem menos.

Etelvino Lins e o Coronel Vicente de Paula Teixeira da Fonseca Vasconcelos, o primeiro pela Polícia Civil, o último pelas Forças Armadas, foram designados para presidir a inquéritos sobre a revolta. E as prisões sucediam-se. Somente na Casa de Detenção, organizada ordinariamente para receber uma população carcerária de pouco mais de trezentas pessoas, abrigavam-se mais de três mil e quinhentos presos políticos, de soldados e operários a professores de faculdade e militares. A velha detenção fora transformada em presídio especial.

Detido em fins de novembro de 35, Glauco Pinheiro empreendeu a mais sensacional fuga da penitenciária, em princípios de 1936. Fora ele um dos cabeças da sublevação em Olinda e Paulista. Sob o pijama que comumente usava na detenção, Glauco pôs uma roupa completa, calça, paletó e camisa, não faltando sequer a gravata. Barbado de alguns meses, entrou no banheiro de sua cela, num dos famosos "raios" da penitenciária, e, fazendo uso de uma lâmina, raspou o rosto, principalmente o bigode, que o caracterizava. Assim preparado, Glauco passou pelos guardas vigilantes, atingindo o portão principal. Aí se deparou com um agente da polícia, que o conhecia. Cumprimentou-o descontraidamente e solicitou ao porteiro que lhe desse passagem. Tudo muito natural, como se se tratasse de uma visita ou de um funcionário do presídio, que se retirava do expediente.

Na secretaria da Casa de Detenção, o policial tratou de perguntar se Glauco Pinheiro havia sido libertado. Em face da negativa, estabeleceu-se a confusão. Um guarda foi ao xadrez de Glauco e voltou com a notícia de que seus companheiros de cela não acusavam sua ausência. Indócil, o policial insistiu. Foi pessoalmente fazer a revista dos detentos, no "raio". Faltava realmente um preso, que, a esse tempo, rumava para o interior do Estado, procurando fugir da cidade. Poucas semanas depois, Glauco Pinheiro estava em Assunção, no Paraguai.

Trabalhou ali em restaurantes, bares e oficinas, morando com outro fugitivo político, Sóstenes, tanto quanto ele envolvido no movimento "aliancista".

Um dia, em Assunção, quando menos esperava, foi seqüestrado pela polícia brasileira e, seis meses depois, trazido de volta à Casa de Detenção do Recife.

José Lourenço Bezerra, gazeteiro dos trens que faziam a linha Recife—Garanhuns, homem forte, musculoso, irmão de Gregório Lourenço Bezerra, mas sem militância política, foi preso e recolhido à Secretaria de Segurança Pública. Depois de severamente espancado, puseram-no em liberdade. No dia 13 de agosto de 1935, tornou a ser preso, ficando quatro dias incomunicável num xadrez do "buque" no "Brasil-Novo", a pão e água. Queriam arrancar-lhe confissões que comprometessem o irmão, ou que se confessasse ligado ao PC e ao dirigente comunista Agostinho Dias de Oliveira, ferroviário, que a polícia não conseguira prender. José Lourenço resistiu. E, do xadrez, protestava contra as arbitrariedades de que estava sendo vítima. Seus gritos eram ouvidos em toda a Secretaria de Segurança Pública, assustando as famílias da Rua da Aurora.

No dia 19, na seção "Na Polícia e nas Ruas", o *Jornal do Comércio,* sob o título "Extremista põe termo à vida na prisão", publicou a seguinte matéria:

"Por motivos de ordem pública, encontrava-se recolhido ao xadrez da Secretaria de Segurança Pública o gazeteiro José Lourenço Bezerra, desde o dia 13 do corrente. Ontem pelas 17,30 horas, pôs ele termo à existência, servindo-se dos fios da instalação elétrica. Logo que foi verificado o fato, procedeu-se ao levantamento do corpo, o que foi feito pelo Dr. Teodoro de Freitas, médico-legista da polícia. Em seguida, foi o cadáver transportado para o necrotério de Santo Amaro. José Lourenço Bezerra, que vendia jornais nos trens do Recife a Garanhuns, contava 35 anos de idade e residia à Rua Imperial n.º 1238. Era casado, deixando filhos menores".

Os outros jornais do Recife noticiaram a ocorrência com as mesmas palavras, o que demonstrava que a versão do fato se originara da mesma fonte: a polícia.

Na cidade, porém, logo se espalhou que se tratava de assassinato por espancamento. Um grupo de estudantes de direito, ligado à ANL e ao PC, espalhou pelo Recife boletins esclarecendo a morte de José Lourenço Bezerra e acusando a polícia pelo crime. A cidade ficou sabendo a verdade sobre o "suicídio" deveras curioso: a eletrocução de um homem por si próprio, fazendo uso de fios da instalação do xadrez.

As acusações que pesavam sobre José Lourenço Bezerra, entre outras, eram as de que homiziara em sua casa um judeu comunista de nome Simon, que o fazia distribuir boletins subversivos nos trens da Great Western. O irmão de Gregório, mesmo sob repetidos atos de sevícia, negava o fato, como desmentia suas ligações com o PC e o dirigente Agostinho Dias de Oliveira.

À força da opinião pública, curvaram-se, no entanto, as autoridades judiciárias. Quanto o inquérito chegou à Justiça, o segundo promotor público da capital, bacharel Arnóbio Tenório Wanderley, ao invés de opinar sobre o arquivamento, requereu novas diligências para esclarecer o fato. O juiz do feito era o Dr. Aureliano João Dias, da 2.ª Vara Criminal do Recife.

O inquérito da polícia havia sido presidido pelo bacharel Edson Moury Fernandes, delegado auxiliar, e padecia de graves irregularidades, da perícia à ouvida de testemunhas.

Partindo da tese do "suicídio", a polícia adotara a conclusão de que o gazeteiro José Lourenço fora vítima de eletroplessão, ou seja, morte ocorrida por descarga elétrica.

Ainda assim, a perícia, assinada pelo médico Teodorico de Freitas, não entrava em detalhes sobre as origens do óbito, limitando-se a superficialidades.

Ao chegar à Justiça, o Promotor Arnóbio Tenório Wanderley proferiu o seguinte parecer:

"Há rumores de que José Lourenço Bezerra não se suicidou. Fui informado há poucos dias que se espalharam pela cidade boletins, redigidos em termos violentos, sustentando ter resultado a morte de José Lourenço de violências contra ele cometidas. Certamente a Justiça não pode fundamentar suas decisões em escritos anônimos e apaixonados, mas corre-lhe a obrigação de investigar com o máximo cuidado se procedem essas acusações. O Ministério Público sente pois a necessidade de promover investigações EM JUÍZO no sentido de esclarecer qual a causa jurídica da morte de José Lourenço Bezerra. Iniciando essas investigações, requeiro que EM JUÍZO se proceda a exumação do cadáver de José Lourenço Bezerra. Os peritos esclarecerão de modo especial se o cadáver apresenta alguma fratura óssea. E, se o permitir o estado do corpo, se há algum órgão traumatizado, se as lesões produzidas pela eletricidade o foram depois da morte do examinando. Não se faz mister ressaltar a urgência com que se deve ordenar a realização dessa perícia. E a conveniência de se nomear peritos estranhos ao Instituto de Medicina Legal, a fim de evitar que um mal compreendido coleguismo com os peritos daquele instituto, que fizeram a perícia anterior, perturbe as conclusões da nova perícia. Sem querer intervir na designação de peritos, que estou absolutamente seguro V. Sa. o fará com o critério

costumado, tomo a liberdade de lembrar o nome do Professor Edgar Altino, catedrático de medicina legal na Faculdade de Direito, que pelo seu alto saber e insuspeição partidária dará, sem dúvida alguma, desempenho cabal à missão que V. Sa. houver por bem confiar-lhe. Procedida a exumação, protesto por nova vista. Recife, 11 de setembro de 1936".

Ante a perspectiva de novas providências para a elucidação do "suicídio", a reação da polícia foi cair em cima dos estudantes que distribuíam os boletins de denúncia e protesto, recolhendo-os à prisão. Suas mãos e pés — conta Gregório Bezerra, em depoimento — foram "estourados" de bolos. Cerca de dezesseis estudantes ficaram detidos na Secretaria de Segurança por vários dias. Mas nem isso conseguiu aplacar o clamor contra a morte de José Lourenço Bezerra: Ao contrário: a indignação pública aumentou.

O Juiz Aureliano João Dias, atendendo ao que requerera o Promotor Arnóbio Tenório Wanderley, designou dois peritos para proceder à exumação do cadáver, já enterrado há mais de um mês: o citado Edgar Altino, professor de medicina legal da Faculdade de Direito do Recife, e Ageu Magalhães, irmão de Agamenon, professor de anatomia e fisiologia patológicas da Faculdade de Medicina de Pernambuco.

O laudo que ambos apresentaram foi o mais completo que se podia desejar, nas circunstâncias da época, com dezoito páginas de considerações científicas.

O inquérito policial estava instruído com uma fotografia da vítima, em uma só posição, morto nas grades do xadrez, as mãos visivelmente intrumescidas e edemaciadas, a cabeça pendida para a frente, uns fios de eletricidade envoltos no corpo.

Depois de analisar os restos mortais da vítima, já apodrecidos pelo tempo, os peritos concluíram que a fotografia apensa aos autos do inquérito "mostra edema considerável em ambas as mãos do cadáver e desse edema não há referência no laudo". Que os fios, na fotografia, estavam em "flagrante contraste" com o descrito na primeira perícia. Que a perícia "não poderia ser feita, evidentemente, à hora em que se realizou o levantamento do corpo", à noite, sem iluminação suficiente para averiguar todo o estado do corpo de José Lourenço Bezerra. "Daí, talvez, não haver o perito bem verificado o aspecto das lesões e sua relação com o contacto elétrico que porventura possa ter havido." Que a descrição das lesões fora insuficiente, não explicando se houvera enforcamento ou acidente elétrico, não existindo razões, em qualquer dos casos, para a "multiplicidade das lesões encontradas".

O que deveria ter sido feito — asseveravam os novos peritos — era o exame do corpo à luz do dia e não à noite, além da batida de

fotografias em várias posições, "abrangendo não apenas parte do cadáver, mas todo ele e mais aspectos da célula — em função dos motivos correlacionados". Nesse caso, "seria preciosíssima a fotografia conseguida pelas costas do cadáver, colocada a máquina em uma ventana existente a cerca de três metros de altura da parede da célula — oposta à porta de acesso". Se assim fora, "teriam sido vistas, talvez queimadas ou chamuscadas, as vestes de José Lourenço Bezerra, no caso de eletroplessão por corrente alternada, como é a nossa".

Os peritos estranhavam, ainda, a hipótese do "suicídio por eletroplessão", meio inédito de morrer, segundo disseram no laudo. Assinalaram, além disso, a ausência absoluta de dados no primeiro exame sobre o estado de rigidez cadavérica, para demarcar o tempo em que a morte ocorrera, aproximadamente.

Se o perito tivesse agido dentro dos critérios recomendáveis — prosseguiam — fácil teria sido desmentir a versão de uma testemunha, segundo a qual o óbito ocorrera horas antes, chocando-se com outras versões de que a morte se teria verificado no dia anterior.

O auto de levantamento do corpo apresentava contradições com o da necropsia. No primeiro, falava-se na existência de fios elétricos envolvendo o corpo da vítima; no outro, não se mencionava a ocorrência, apenas fazendo-se alusão à qualidade das vestes que envolviam o cadáver, "sem a menor referência ao estado das mesmas, onde forçosamente existiriam vestígios da passagem de energia elétrica no fechamento da corrente, sobretudo, sabendo-se, como apurou o auto do levantamento referido, que os fios condutores (positivo e negativo) continuaram por longo tempo em contacto com o corpo através das roupas, não tendo havido interrupção da energia elétrica".

Nesse ponto, os peritos indagavam:

"Como conceber eletroplessão de contacto demorado, atuando através de roupas, determinando morte, sem queimaduras, dilacerações, etc. dessas mesmas roupas?"

Estava claro que as lesões que o corpo apresentava — na cabeça, no tronco e nos membros — não podiam ter resultado da eletroplessão, mas de outras causas.

Por isso, estranhavam os peritos que, "ao lado de tantas alterações anatômicas atribuíveis à morte por corrente elétrica, não privativas desse gênero de morte, não houvessem os peritos encontrado lesões mais típicas dos centros nervosos".

Quanto à suposição de suicídio por enforcamento, os professores Edgar Altino e Ageu Magalhães assinalavam que o laudo pericial primitivo, feito na polícia, referia a existência de "um sulco no pescoço da vítima, sulco que pela descrição poderia dar lugar, efetivamente, à suspeita de enforcamento e morte por asfixia conseqüente".

Contudo, se fosse o caso de suicídio por enforcamento, com a utilização de fios, "não foi encontrado nenhum laço em torno do pescoço do cadáver". E o ferimento ali existente era de "pequena profundidade". E mais: "que as partes moles do pescoço — músculos e vasos — bem como as cartilagens dessa região, como o hióide e a coluna vertebral, estão íntegras".

"E se suicídio houvera, por asfixia, como explicar" perguntavam os peritos, "a existência de numerosas lesões da cabeça, do tronco e dos membros, que não soem acontecer nos casos de enforcamento?"

Na hipótese de essas lesões — "placas avermelhadas e escaras negras" — terem sido provocadas pela própria vítima, ao eletrocutar-se, como poderia ela suportar a descarga de 220 volts por tanto tempo, estando descalça e pisando solo úmido? Era outra indagação de Edgar Altino e Ageu Magalhães.

Outro pormenor: a eletroplessão pode provocar lesões, como as descritas no laudo da polícia, mas somente quando se trata de corrente contínua, e não de corrente alternada, que era a que servia a cidade.

"Esse tipo de corrente — a contínua —, também usado em iluminação, tem um efeito eletrolítico conhecido, o pólo positivo atraindo os ácidos dos tecidos, dando lugar, no ponto de contacto com a pele, a escaras secas, negras, enquanto o pólo negativo, atraindo as bases, produz escaras moles avermelhadas. Mas não é este, certamente, o caso das lesões externas encontradas no cadáver de José Lourenço Bezerra, pois, entre nós, nesta capital, a corrente de iluminação não é do tipo contínuo, mas alternado."

O laudo dos dois professores era, como se vê, bastante elucidativo, tanto quanto possível completo em suas minúcias, afastando, uma por uma, todas as hipóteses de morte espontânea.

À vista de suas conclusões, o Promotor Arnóbio Tenório Wanderley começou a requerer o testemunho de várias pessoas, desprezando as que haviam sido ouvidas na Secretaria de Segurança Pública pelo Delegado Edson Moury Fernandes.

Apesar de agir com energia, no fundo o Promotor Arnóbio Tenório, como elemento ligado a Agamenon Magalhães, tinha o objetivo de, indiretamente, atingir Carlos de Lima. Decretado o "Estado Novo", Arnóbio foi nomeado secretário de Interior e Justiça de Agamenon, silenciando diante de crimes idênticos da ditadura de Vargas.

Uma das primeiras testemunhas a serem convocadas pela justiça foi Gregório Lourenço Bezerra, irmão da vítima, no momento recolhido à Casa de Detenção do Recife. Gregório afirmou, então, que José Lourenço não tinha a menor atividade política, sendo um

homem devotado exclusivamente ao seu trabalho. Disse, em seguida, que não acreditava na versão do suicídio, pois seu irmão era um homem forte, decidido. Adiantou mais que, pelos espancamentos que sofreu e viu os outros sofrerem, só podia concluir que José Lourenço fora morto pela polícia.

Após ser ouvida a viúva da vítima, Justina da Silva Bezerra, passou-se a tomar o depoimento de inúmeros investigadores que estavam de plantão no dia da ocorrência.

Ao juiz, a viúva de José Lourenço esclareceu que, quando da primeira prisão — dias antes da morte —, seu marido voltara para casa "muito desfigurado, tendo perdido muito de seu peso e dito à depoente que se fosse novamente preso estava certo de que não resistiria, pois muito sofreu na prisão, tendo sido levado em um automóvel para matas de Beberibe, com dois investigadores". Nessa ocasião, um dos agentes de polícia tentou arrancar de José Lourenço, em bilhete manuscrito, a confissão de que ia suicidar-se. O outro investigador, porém, declarara, dirigindo-se ao colega:

— Deixa o homem sustentar os seus filhos!

O promotor requereu a ouvida do investigador Carlos Cavalcanti da Mata, apontado como um dos mais conhecidos espancadores da Secretaria de Segurança Pública. Em seu depoimento, Carlos da Mata escusou-se de qualquer envolvimento no caso, dizendo que nada sabia a respeito. Alegou que já não pertencia à polícia.

Veio em seguida a juízo o investigador Raul Ático Lima. Seu testemunho é rico de pormenores, confirmando o espancamento do irmão de Gregório, implicando, nesse ato, o comissário Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, chefe da Seção de Investigação. Contou então Raul Ático Lima que, para espancar José Lourenço, era retirado da Seção de Investigação um estrangeiro, que estava detido para averiguações por falência fraudulenta, a pedido da polícia de São Paulo, e levado a passear pelo investigador Spinelli pela cidade, de automóvel, enquanto se fazia "o serviço" no irmão de Gregório.

Admitia Raul Ático Lima o suicídio de José Lourenço, pelo fato de haver ele recebido "grande quantidade de *bolos* nos pés e nas mãos". Teriam auxiliado Wandenkolk, nesse trabalho, segundo Ático, os investigadores Humberto Fernandes, vulgo "Manuel da Farinha", e Targino de Tal.

De acordo com o seu testemunho, "na gestão dos doutores Ranulfo Cunha e Marcelo Aroucha, na Ordem Política e Social, todos os presos políticos foram espancados, sem exceção, sendo que ele declarante assistiu a uma das surras dadas em um preso vindo do Rio de Janeiro, aliás falecido na detenção".

Ainda segundo Ático, o investigador Carlos da Mata "tomara parte nos espancamentos, mas não no de José Lourenço Bezerra".

Antônio Cardoso Diniz, também investigador, em sua fala, confirmou que ouvira da boca dos investigadores Pedro Muniz de Farias, Alcides Guerra e Antônio de Abreu a versão de que José Lourenço Bezerra havia morrido "em conseqüência de maus-tratos que lhe foram infligidos na prisão".

Já no fim de seu testemunho, a perguntas formuladas pelo Promotor Arnóbio Tenório, o investigador Antônio Cardoso Diniz declarou que "as figuras de relevo na Polícia Civil, envolvidas no caso, são o Dr. Ranulfo Cunha e Wandenkolk Wanderley, respectivamente, primeiro-delegado auxiliar e chefe da Seção de Investigações". Confirmou que o estrangeiro preso, por falência fradulenta, era realmente retirado da Seção de Investigações, a fim de que nela se praticassem torturas contra os presos políticos.

À sua vez, a testemunha Luiz Manuel dos Santos afirmou que, toda noite, José Lourenço Bezerra era retirado do xadrez para ser espancado, voltando pela madrugada, "depauperado, aos tombos, quase a cair".

Diligente, Arnóbio Tenório insistia nos requerimentos de novas inquirições, cada pessoa ouvida em juízo trazendo mais detalhes do que acontecera ao irmão de Gregório.

João Antônio da Silva depôs dizendo que ouvira de José Lourenço, durante os dias de sua prisão, que era inocente e precisava de liberdade pois tinha "mulher e cinco filhos morrendo de fome, bem como uma irmã e dois sobrinhos, a quem sustentava". Na opinião de João Antônio da Silva, "nenhum preso político escapou de ser surrado". A despeito de ser José Lourenço "um homem forte" — dizia a testemunha — pouco tempo antes de morrer "estava depauperado e desfigurado" em face dos contínuos espancamentos. João Antônio era agente de polícia, insuspeito, portanto.

Quando chegou sua vez de falar, o investigador Pedro Muniz de Farias, entre outras coisas, declarou que, nada sabendo sobre o caso de José Lourenço, se lembrava, no entanto, de um espancamento realizado pelo polícia na época: o do condutor da Pernambuco Tramways, chapa n.º 256, João Batista Cavalcanti, vulgo "Ferro", sendo responsável por tais maus-tratos o chefe da Seção de Investigações, Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, auxiliado pelos investigadores João Belarmino da Rocha e Humberto Fernandes, conhecido por "Manuel da Farinha". Pedro Muniz chegou a ver "Ferro" no gabinete do chefe da Seção de Investigações "deitado no chão, gemendo bastante, porquanto o espancamento atingiu todo o corpo".

Segundo ainda Pedro Muniz, o comissário Wandenkolk, nos atos de espancamentos, "era auxiliado por pessoas de sua confiança, como os investigadores Humberto Fernandes, João Belarmino, Carlos da Mata e os criminosos conhecidos pelo vulgo de 'Lola' e 'Alagoano', que prestavam serviços como se fossem policiais, a troco de impunidade para seus delitos".

Deveras impressionante foi o que disse perante a Justiça o investigador Alcides Gomes Pereira Guerra. Logo de início, manifestou seus temores pelo depoimento, "achando-se sem garantias de espécie alguma, recebendo ameaças de extermínio por parte do chefe da seção Wandenkolk Wanderley, que já jurou o depoente de morte, caso sofresse qualquer coisa em resultado do presente inquérito; que essas ameaças foram feitas no gabinete do Sr. Wandenkolk, estando presentes um sargento da Brigada Militar, Whastney, e o investigador Mathusalém, irmãos do Sr. Wandenkolk, além do investigador Belarmino, todos eles apoiando fortemente as ameaças".

Depois, Alcides Guerra declarou que fora até acusado de comunista, junto com o seu colega Carlos de Oliveira, chegando a ser recolhido à Casa de Detenção, pelo fato de haver sabido do que ocorrera por ocasião da morte de José Lourenço e não calar diante do crime. Disse mais; que "levou o fato ao conhecimento do Capitão Frederico Mindelo, secretário de Segurança Pública, que, ao que parece de boa-fé, se deixou entregar completamente ao Delegado Ranulfo Cunha, que se entregou, por sua vez, ao chefe da seção Wandenkolk Wanderley, cujo peso, afirma, vale em platina".

De acordo com as declarações de Alcides, o investigador Antônio Abreu assistira quando o Delegado Ranulfo telefonou para o Capitão Frederico Mindelo, comunicando-lhe que tinha feito um *serviço* em José Lourenço. Testemunhas outras — adiantava Alcides — sabiam que Wandenkolk aplicara vários pontapés em José Lourenço Bezerra. Ele próprio tinha conhecimento da morte de mais três presos políticos, dados como "desaparecidos". Há cerca de um ano, vira quando, numa noite, o Delegado Ranulfo Cunha mandou conduzir um preso para ser espancado em Beberibe, "determinando que o *serviço fosse bem feito,* sendo que, na volta, indagou o delegado se realmente o *serviço fora bem feito,* sendo que o ex-investigador Carlos da Mata foi um dos que tomaram parte nesse espancamento".

Algumas testemunhas, querendo favorecer os indiciados, alegaram na Justiça que era proibido o serviço de funcionários de outras delegacias no DOPS. O próprio delegado do DOPS, entretanto, ouvido na Justiça, reconheceu que, em casos excepcionais, essa proibição era posta à margem, podendo requisitar investigadores, inclusive da Seção de Investigações.

Vários policiais compareceram a juízo, como testemunhas. Quase todos confirmaram a versão do espancamento. Amaro Carvalho de Siqueira, por exemplo, disse que estava no gabinete do delegado do DOPS quando viu Wandenkolk e o Delegado Ranulfo

descerem, ambos, no sentido de *acalmar* um preso que se encontrava no xadrez gritando muito e pedindo para ser libertado. Esse preso era exatamente o irmão de Gregório. Assistiu Amaro quando Wandenkolk foi ao térreo "armado de um cassetete". Momentos depois Amaro começou a ouvir "fortes pancadas e vozes do próprio preso, que gritava estarem dando num homem inocente". Meia hora depois, "a voz do preso baixou, dando a impressão que lhe amarravam a boca, ouvindo-se porém com intervalos as pancadas, até que houve silêncio completo".

Amaro Carvalho de Siqueira disse ao juiz que estava presente quando o delegado do DOPS telefonou para o secretário de Segurança Pública:

— Alô! Mindelo, aquele vagabundo José Lourenço, aquele de ontem, agora mesmo estava exaltado no xadrez e eu mandei Wandenkolk aplicar-lhe um *calmante de flor de laranja.* Foi um *calmante* bom mesmo, até de pé na cara. E fique certo de que para comunista só mesmo borracha!

No outro dia, o gazeteiro José Lourenço apareceu morto, por "suicídio".

Amaro entrava em detalhe: no momento do *calmante,* Wandenkolk trajava branco e o delegado do DOPS, creme. O dia estava chuvoso.

Outro preso político, conhecido por "Cabelo de Rato" — contava Amaro —, havia "desaparecido" depois de uma surra em Beberibe. "Era um preto que tinha um sinal branco na cabeça." Esse espancamento "foi realizado sob a direção de Wandenkolk, nele tomando parte o investigador José Chaves, que tinha o número 141, e João Fernandes, *secreta* do Capitão Mindelo".

Mais um outro preso político, o de nome Luiz Bispo de França, conhecido por "Bispo" — membro do comitê do PC em Pernambuco — havia sido morto por espancamento, segundo Amaro, e enterrado em lugar incerto, às caladas da noite.

O policial do DOPS Oto Gonçalves de Siqueira, em seu depoimento, sublinhou que conhecia José Lourenço e sua família de dez anos, "estranhando que fosse acusado de comunista". A prisão de José Lourenço, segundo Oto, fora feita por Francisco de Assis Lima, investigador n.º 70, conhecido por "Chico Pinote".

Um depoimento expressivo e insuspeito é o do comissário da Ordem Política e Social, Álvaro Alves da Silva. Confirmou que vira Wandenkolk, Belarmino e Ranulfo desceram para o xadrez de José Lourenço, o primeiro armado de um cassetete. E aí ouviu pancadas e gritos, restando o silêncio por fim. Outras pessoas, ligadas à Polícia, também teriam ouvido os gritos do preso e as pancadas do cassetete: Amaro Siqueira, Ozias Ribeiro dos Anjos, Antônio Didier de Abreu

e Generino Tavares Maciel. Viu, em seguida, quando o delegado do DOPS voltou ao primeiro andar "cansado e ofegante", dizendo ao passar junto da testemunha:

— Foi uma daquelas boas, de derrubar e dar-se com o tacão do sapato — fazendo gestos como quem participara do ato.

E, ao telefone, falando com o Capitão Mindelo, usou das expressões já enunciadas pela testemunha anterior, quanto ao "calmante de flor de laranja", acrescentando:

— É pena não se poder guardar a essência em frasquinhos pequenos!

Ainda com gracejos sobre a sorte do preso, àquela altura já completamente exangue pela aplicação de tantas sevícias, ameaçou Ranulfo, no telefone, ao Capitão Mindelo:

— Caso ele novamente se exaltar, o que não acredito, mandarei Wandenkolk aplicar-lhe uma dosagem dupla do *calmante.*

Nesse longo depoimento, sério e comprometedor, o comissário de Ordem Política e Social acusou o Delegado Ranulfo Cunha de ser um dos matadores do operário do porto do Recife conhecido por "Cabelo de Rato", pelo que se fez até inquérito, "cujo resultado, porém, ninguém conhece".

A folhas tantas do seu testemunho, o comissário esclareceu ao juiz do inquérito que ouvira de Ranulfo Cunha, certa vez, na presença de outras pessoas, a confissão de que "não se sentia bem, nem dormia bem, quando não espancava um preso".

Generino Tavares Maciel, funcionário da polícia, chamado a depor, contou a verdade, não escondendo os fatos. Disse que ouviu os gritos de José Lourenço, protestando contra os espancamentos de véspera:

— Vocês pensam que eu sou aquele preso de ontem que vocês espancaram? Eu sou é homem, cabras safados, e se vocês querem ver, venham!

E viu quando desceram para o "buque" ou xadrez da Secretaria de Segurança o Delegado Ranulfo, o comissário Wandenkolk e outras pessoas, para escutar, logo após, os surdos golpes de cassetete na pessoa do preso, que gritava em sinal de protesto. O espancamento, segundo Tavares Maciel, demorou muito tempo, "só cessando quando o preso silenciou". Aliás, "os últimos gritos do preso davam a impressão de que José Lourenço estava sendo amordaçado". E referiu igualmente as expressões de Ranulfo, ao dirigir-se a Mindelo, sobre "o calmante de flor de laranja", que poderia ser aplicado em "dosagem dupla", pelo comissário Wandenkolk, se o preso não se aquietasse.

Contou Tavares Maciel que, em dada ocasião, assistiu quando o ex-investigador Carlos Cavalcanti da Mata, "alcoolizado e roto",

brandia impropérios contra seus superiores, numa dependência da polícia:

— Miseráveis! Vocês me estragaram, me fizeram um criminoso e agora querem prender-me!

Carlos Cavalcanti da Mata terminou sendo desligado da polícia, em conseqüência de suas leviandades, quando bebia.

Aludiu Tavares Maciel, ainda, o fato de haver sido, certa vez, organizada uma subscrição a fim de adquirir-se uma passagem para Carlos da Mata sair do Estado. E que Carlos da Mata recusou, afirmando que tinha certeza de que certas pessoas queriam se ver livres dele, ou até eliminá-lo, "porque ele sabia demais". Observou que na Secretaria de Segurança havia um grupo conhecido por "turma de choque", composto de Wandenkolk Wanderley, João Belarmino da Rocha, Humberto Fernandes e Manuel Marques da Silva, "sob a direção do primeiro". Denunciou que Wandenkolk participara da morte, por espancamento, de "Cabelo de Rato", em Beberibe.

Devassando os segredos do DOPS, Tavares Maciel revelou que uma noite desligaram a chave elétrica do "buque" para que se pudesse retirar, sem que ninguém o visse, o cadáver de Luiz Bispo, "morto em conseqüência de um espancamento que sofrera de Wandenkolk", levado o cadáver em um automóvel para lugar desconhecido.

Perante o juiz encarregado do inquérito, o investigador José de Albuquerque Chaves acusou também Wandenkolk pela morte de "Cabelo de Rato". Que tinha conhecimento desse fato, "sabendo que o mesmo indivíduo "Cabelo de Rato" se agarrou na garganta de Wandenkolk, após ter sofrido um primeiro espancamento, e de ter Wandenkolk dado um tiro no pé do ouvido do mesmo indivíduo". Que foi testemunha ocular de outro espancamento, realizado por Wandenkolk nas matas do lugar denominado Passarinho, em Beberibe. A vítima era um carvoeiro da firma Wilson Sons & Cia. e residia em Mustardinha, em Afogados. "Que o preso, que ficou muito inchado, voltou vivo, conduzido em uma *limousine* verde, fato ocorrido em fins de 1935."

Manuel Augusto de Siqueira, outro investigador, depôs confirmando que também ouvira, muitas vezes, o Delegado Ranulfo Cunha declarar que só se sentia bem quando espancava um preso.

No rol interminável de depoimentos incriminatórios dos baixos processos policiais, tomou-se por termo o depoimento de Jônatas Valentim de Oliveira, investigador. Suas palavras foram poucas, mas o suficiente para reafirmar o testemunho dos colegas.

Disse que, ao externar o seu pavor pelo que soubera, a respeito do espancamento de um preso político nas matas de Beberibe, "no lugar aonde se está construindo um leprosário", ouvira de um companheiro de repartição o seguinte:

— Você ainda não viu nada! Ai se você visse o que têm feito Wandenkolk e Humberto Fernandes!

O relato feito por outro investigador, Carlos de Almeida Oliveira, por seu turno, além de ratificar tudo quanto anteriormente fora dito sobre torturas e sevícias cometidas pela polícia, ainda acrescentava mais um dado novo: utilizava-se, nas "sessões" de espancamento, o choque clétrico. No setor de investigações, essa "máquina infernal" — como era chamada — funcionava sob as ordens do comissário Wandenkolk Wanderley e se usava para obter confissões de presos, em determinadas circunstâncias. Para o policial Carlos de Almeida, se o Capitão Frederico Mindelo Carneiro Monteiro era, de direito, o secretário de Segurança Pública, o comissário Wandenkolk o era de fato, dada a sua atuação e o poder de que dispunha sobre a sorte dos presos e investigadores. Na palavra de Carlos de Almeida, era o próprio comissário da Seção de Investigações, Wandenkolk, quem "acionava a manivela da máquina de dar choque elétrico".

Tornavam a vir à baila os nomes dos principais torturadores da polícia: Wandenkolk, João Belarmino, Humberto Fernandes, Manuel Marques e Carlos Cavalcanti da Mata, conhecidos como a "turma de choque".

Carlos de Almeida revelou, ainda, "que todos os presos mortos pela polícia são dados como 'foragidos', para evitar complicações", sendo seus corpos sepultados em lugares ignorados.

À vista de tão substancial acervo de provas, envolvendo inclusive a figura do secretário de Segurança Pública, os autos do processo foram enviados à Corte de Apelação, tomando o número 26 799. Por lei, somente a superior instância do aparelho judiciário podia tomar conhecimento de ações desse tipo, pois, entre os envolvidos, se achava a pessoa de um secretário de Estado.

Aberta vista dos autos ao procurador-geral, Dr. Heráclito Andrade Vaz de Oliveira, este ofereceu denúncia contra João Belarmino Rocha, investigador de polícia, Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, comissário de polícia, Ranulfo Cunha França, delegado auxiliar da capital, e Capitão Frederico Mindelo Carneiro Monteiro, secretário de Segurança Pública.

Em sua peça de acusação, de oito folhas datilografadas, o procurador-geral reconstituiu, em resumo, a versão unânime das testemunhas sobre a morte, por espancamento, de José Lourenço Bezerra, desprezando a hipótese de suicídio, "que só podia ser ideada pelos culpados".

A denúncia do procurador-geral do Estado reboou pela cidade, como um escândalo, mais que policial: político. Carlos de Lima Cavalcanti, acuado pela reação, a tudo assistiu, não movendo uma palha para coibir, desde o início, as arbitrariedades de seus auxilia-

res, mantendo-os em seus postos de mando na Secretaria de Segurança Pública.

Ante o documento do procurador, decretou-se, porque a lei processual penal o exigia, a prisão preventiva dos indiciados.

Nesse meio-tempo, os advogados Jurema Filho, Nehemias Gueiros, Pedro Cahu e Duarte Dias, constituídos pelos réus, interpuseram um pedido de *habeas-corpus* visando anular a denúncia, sob mil filigranas jurídicas, dessas que fazem o lado podre da Justiça, em sua longa história de impunidades.

A Corte de Apelação do Estado, nessa época presidida pelo Desembargador Genaro Freire, denegou, em sessão de 9 de novembro de 1937, o *habeas-corpus,* mantendo a ação penal e ratificando o mandado de prisão preventiva. A favor dos culpados, votaram os desembargadores Cunha Barreto e Pádua Walfrido, contra, denegando o *habeas-corpus,* os desembargadores Santos Pereira, Roderick Galvão, Osvaldo de Souza, Nestor Diógenes e João Aureliano.

Vinte e quatro horas depois, providencialmente, decretou-se o "Estado Novo" no Brasil, os criminosos salvando-se pelo gongo da ditadura fascista.

Recorrendo da decisão do tribunal de Pernambuco, os advogados viram lograr o êxito de suas sibilinas preliminares, o Supremo Tribunal Federal decretando a morte do processo "por falta de justa causa".

Os fatos, aqui narrados, em obediência servil ao que se contém no processo n.º 26 799, arquivado na seção competente do Tribunal de Justiça do Estado, o povo que os julgue.

As pessoas envolvidas nesse crime monstruoso, que a história da consciência humana jamais absolverá, são hoje eminentes figuras do Exército, do parlamento e da magistratura.

Eu seu livro de memórias *Depoimentos biográficos*, Gráfica Olímpica Editora Ltda., Rio, 1977, páginas 145 e seguintes, o General Frederico Mindelo Carneiro Monteiro, contando a seu modo a história da morte de José Lourenço Bezerra, ao tempo em que era secretário de Segurança Pública de Pernambuco, classifica a ação que lhe moveu a justiça de "processo ignóbil", calcado em "fantásticas provas". Narrando o fato, diz o general que "o pretexto foi o suicídio de um agente comunista que, apanhado em flagrante, distribuindo boletins subversivos, em desespero de causa, pusera fim à vida num dos xadrezes da secretaria".

Na ânsia de afastar de sua consciência o peso do remorso, Frederico Mindelo atropela a verdade em vários pontos:

a) nem José Lourenço Bezerra era comunista;

b) nem foi "apanhado em flagrante" de distribuição de boletins;

c) nem se suicidou.

Os autos da ação penal n.º 26 799 aí estão — nos arquivos do Palácio da Justiça ou em cópias xerografadas, guardadas em lugares seguros — para desmentir as alegações do galardoado militar. Deles não constam termos de confissão ou de depoimentos provando a condição de comunista do irmão de Gregório, nem auto de apreensão de qualquer documento encontrado em seu poder.

Em outra passagem desse mesmo livro autobiográfico, Frederico Mindelo Carneiro Monteiro narra, a seu talante, o rumoroso escândalo da importação, em 1959, de vinte mil toneladas de feijão podre dos Estados Unidos pela COFAP, órgão de abastecimento e fiscalização de preços no governo de Juscelino Kubitschek, de que era ele, Mindelo, presidente.

Apurados os fatos, foi o general denunciado criminalmente à vista do inquérito administrativo instaurado a respeito pelo Ministério do Trabalho.

Mais uma vez, aparece em sua vida o prestimoso advogado Nehemias Gueiros. E, mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal manda arquivar o processo "por falta de justa causa".

Ignoro, confessadamente, os pormenores da história desse escândalo, que apaixonou a opinião pública do país. Mas se Frederico Mindelo foi excluído da ação penal pela mesma "justa causa" que o beneficiou no processo da morte de José Lourenço Bezerra, ai de ti, Justiça brasileira!

CAPÍTULO VII

O "ESTADO NOVO" E MEUS TEMPOS DE FACULDADE. PRIMEIRA PRISÃO POLÍTICA A BATALHA DE STALINGRADO. O DECLÍNIO DA DITADURA DE VARGAS. A MORTE DE DEMÓCRITO DE SOUZA FILHO. PROMOTOR PÚBLICO NO SERTÃO. HISTÓRIA DE UM ANTI-HERÓI.

A ditadura de Getúlio Vargas pegou-me na Faculdade de Direito, mal entrado nela. Os temas políticos estavam, nesses tempos, riscados do meu vocabulário. Depois do insucesso maior do integralismo, prometera a mim mesmo — tantas decepções acumuladas — não mais me envolver em assuntos semelhantes. Passava por ser um acadêmico abstêmio de ação política, dando-me com os representantes de todas as correntes ideológicas na escola.

A fúria ensandecida do anticomunismo era o prato do dia, indústria de muitos bolsos. Anticomunismo irracional, furibundo, a qualquer pretexto.

Por ocasião de uma exposição industrial organizada por Agamenon, no Parque 13 de Maio, havia um "Pavilhão do Anticomunismo", vindo do Rio e patrocinado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Retratos de figuras internacionais, mapas geográficos com manchas vermelhas indicando a URSS, frases colhidas de textos religiosos, armas apreendidas em poder de "comunistas", recortes de jornais denunciando os "crimes" de Moscou — série desordenada de coisas e objetos, tudo lembrando "as misérias do comunismo ateu". Lembro-me de uma fotografia, grande — hoje chamaríamos *poster* —, um indivíduo mal-encarado, com um revólver em cada mão, quase um decalque de cena de filme de "bang-bang". A legenda, em letras vermelhas: "Um Agente Secreto da Polícia Soviética". Outra foto, um montão de caveiras pelo chão, umas sobre as outras, e os dizeres: "Vítimas inocentes da ditadura comunista". E assim, por diante. Era mais um picadeiro de comédia do que um pavilhão de tragédia. Em todo caso, assim é que se combatia o comunismo na época. Não mudamos muito.

Um colega de faculdade, tradutor de telegramas do jornal de Agamenon Magalhães, *Folha da Manhã,* contou-me que, certa noite, estando a dar forma aos despachos telegráficos que procediam do

exterior — despachos que vinham em linguagem sintética, quase em código —, foi surpreendido com o redator-chefe do matutino, o jornalista José Campelo, que lhe perguntava pelas novidades do mundo, naquela hora. O colega mostrou-lhe, então, um telegrama de Pequim: "Povo amotinado depreda comércio vg polícia dispersa multidão encolerizada alto custo vida pt".

José Campelo, sereno, passou um risco de lápis azul na palavra *Pequim,* ao lado dela escrevendo *Moscou.* E, virando-se para o meu colega, disse-lhe com desdém:

— Essas coisas só podem acontecer na Rússia. Deve haver engano do telégrafo.

No dia seguinte, a *Folha da Manhã* estampava em primeira página:

"Moscou, tanto. Numerosos grupos de populares depredaram ontem casas comerciais e *magazins* desta cidade, como protesto pelo alto custo de vida. A polícia comunista atirou contra o povo, havendo vários feridos".

Era a moda da época, no rastro da mistificação e do engodo, a imprensa calada, inerme, às vezes cúmplice dessas deformações.

O DIP estadual, com a sigla DEIP, censurava jornais, enviava matérias prontas para as redações, de elogio ao governo, exercendo o seu mister cotidiano, apologético.

Um amigo meu, de Moçambique, disse-me que, nos tempos do colonialismo salazarista, a censura vetou nas provas de um conto literário as expressões: "Numa estrada empoeirada de Lourenço Marques..." Alegação: em Lourenço Marques, capital de Moçambique, província ultramarina, não havia estradas empoeiradas. Tudo era avenida. E muito bem asfaltada...

Assim ocorria em Pernambuco, no auge da ditadura, Agamenon dizendo que *quem não podia viver que morresse* — se não disse literalmente, fazia por onde entender; que a democracia era um "pau seco", que os favelados dos mocambos, da área urbana do Recife, fossem viver de "Macacos pra lá", alusão às matas de Beberibe, mais longe do centro da cidade; que "voto não enche barriga" — etc. etc.

Em cada edição diária do seu jornal, Agamenon publicava um artigo. Seu estilo era simples, meio colegial, com frases curtas. Um deles, quando do incêndio do parque de inflamáveis do Brum, no Recife, em 1939, trazia o título: "Os bombeiros", de puro sabor escolar.

Noutro, cujo recorte ainda guardo nos meus arquivos, doutrinava, do alto dos seus tamancos, sob o título "A verdade", contra a democracia:

"O sufrágio universal é uma anemia, uma doença que foi enfraquecendo lentamente os povos. As nações que esperam ainda que o sapateiro saia de sua tenda para escolher os seus dirigentes, ou que o operário deixe sua oficina para os comícios eleitorais, estão irremediavelmente perdidas. O que as nações precisam hoje é de chefes, que encarnem as necessidades e os minutos da hora que passam".

Organizando "paradas da produção" — passeatas "espontâneas" de operários e patrões pelas ruas da cidade, em cada 1.º de Maio — o "Estado Novo" encenava a farsa da "paz social", da ausência de luta de classes, sob o manto da "legislação social mais avançada do mundo". Era de ver-se, nesses desfiles, os Britos, da fábrica de doce de Pesqueira, marca Peixe, de mãos dadas com esquálidas trabalhadoras, os Bezerra de Melo ombro a ombro com seus pobres operários têxteis da Macacheira, todos em estados de unção, empertigados, quando a banda de música da Polícia Militar tocava os hinos patrióticos. Assim se comemoravam os Primeiros de Maio, bem como a passagem do aniversário do golpe de 10 de novembro.

Enquanto isso, prendiam-se jornalistas, deportavam-se intelectuais — Osório Borba, Nelson Coutinho, Joaquim Cardoso —, encarceravam-se cientistas, como Ulisses Pernambucano e Fernando Simões Barbosa. Até Gilberto Freire sofreu as agruras desses vexames, recolhido que foi por Etelvino Lins à Secretaria de Segurança Pública.

A Igreja Católica, dócil, submetia-se ao jogo do Poder, abençoando as obras do "Estado Novo", participando com seus "congregados marianos" da cúpula governamental — secretários de Estado que, antes de ir às suas repartições, passavam pelo Colégio Nóbrega para receber as ordens do Padre Fernandes, um goano de nascimento, nédio e intolerante, dirigindo, por controle remoto, as atividade do Estado, qual Rasputin sem barba, amedrontador em suas indigitações. Eram os tristes tempos do "quem não crê, brasileiro não é", a Igreja dócil aos poderosos do dia.

Um Conselho Administrativo, de cinco membros, escolhido a dedo por Agamenon, fazia as vezes da Assembléia Legislativa, "legislando" sem nenhuma representatividade.

O combate aos mocambos era feito em termos demagógicos para livrar a cidade da feiúra da miséria, casebres içados de uma

hora para outra, pelos homens do Serviço Social contra o Mocambo, e puxados como bois para o curral por caminhões possantes, "limpando" a paisagem urbana de suas imundas moradias. Milton de Pontes, uma figura inexpressiva, elevada às culminâncias de líder, engrenando os seus serviços assistenciais às manifestações de rua do governo, ou desfigurando as datas históricas para aproveitá-las em favor do "Estado Novo", com pregações e discursos contra a democracia, o "pau seco", nas festas encomendadas dos centros sociais.

Um fanático religioso, Arnóbio Tenório Wanderley, secretário do Interior, assinava artigo na *Folha da Manhã,* em 1939, a propósito da possível falta de carne à população, quando da realização no Recife do III Congresso Eucarístico Nacional, pela grande afluência de visitantes, acautelando todo mundo sob o beato argumento de que, ainda que isso ocorresse, o povo, em compensação, se alimentaria "da carne e do sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo", durante o conclave.

E a rolha drástica do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, o DEIP, impedindo que a imprensa publicasse notícias da União Soviética e dos países democráticos, a palavra *Moscou* banida dos jornais anos a fio, a não ser para dar corpo a provocações como as de José Campelo, as lutas da classe operária no mundo sendo omitidas, jornalistas, como Aníbal Fernandes, presos por telefone, ou agredidos fisicamente, obras de fachada iludindo o povo, malbaratados os seus recursos e os recursos do erário, os edifícios dos ministérios da República, opulentos, no Rio, boquiabrindo até Nelson Rockefeller, banqueiro americano, numa hora em que se lhe pedia um empréstimo.

Além da censura, de prisões indiscriminadas, de perseguições por motivos políticos — as difamações, espalhadas em cadeia pela cidade. Um "Sindicato de Pederastas" descoberto em Boa Viagem, a polícia divulgando, às escâncaras, a calúnia, envolvendo o nome de conhecidos poetas, antropólogos, sociólogos, psiquiatras, escritores, jornalistas — tudo produto do cérebro doentio dos maquinadores da ditadura, para desacreditar perante o público aqueles que se opunham aos desmandos do "Estado Novo".

No centro do despotismo, porém, a figura pessoal do interventor, um homem de classe média, cioso do dinheiro "do Tesouro", como ele mesmo chamava as finanças públicas. Um homem que conhecia a fundo as necessidades materiais de cada cidade, de cada distrito, de cada lugarejo do interior, interpelando os prefeitos — quase todos oficiais da polícia, reformados —, perguntando pela estrada tal, pela safra de algodão, pelas perspectivas de bom inverno, pela produção da fibra de caroá, pela continuação das obras da es-

cola, conhecendo cada auxiliar pelo nome de batismo, sem esquecer sua história e até suas crônicas — mas homem ríspido, tratando Secretários de Estado com linguagem azeda, acreditando no que fazia — ele, somente ele, encarnando o Poder, não o dividindo com ninguém — desacreditando de sapateiros e trabalhadores.

Uma tarde, na Praça da Independência, vi uma pobre mulher, mal vestida, subir num banco do jardim e, resoluta, desfraldar uma bandeira vermelha, com a foice e o martelo. Disse algumas frases em voz alta e foi presa imediatamente, sendo conduzida para dentro de um "camburão", aos sopapos. Estarreci-me diante de tanta bravura pessoal. Lembrei-me da data: era o 7 de novembro, dia da Revolução Socialista na União Soviética.

Em outra ocasião, fui à Praça Maciel Pinheiro para cortar o cabelo com o velho Roderick que, de tão mouco, nunca aprendera meu nome, chamando-me Pedro anos após anos, e eu deixando, para não encompridar conversa com surdo. Antes de entrar na barbearia, depositara uma carta para a redação de *Dom Casmurro,* de Brício de Abreu e Álvaro Moreyra, contendo um artigo sobre literatura. Mas o jornal era suspeito aos olhos da ditadura por suas posições antifascistas e pelos que o dirigiam.

Quando estava sentado na cadeira do barbeiro, um homem de cara bexiguenta, chapéu de feltro na cabeça, aba do paletó saliente, mal disfarçando o porte do revólver, "convidou-me" para ir "conversar" com o delegado da Ordem Política e Social. Trazia na mão, inexplicavelmente, o envelope que, há pouco, eu colocara na caixa dos Correios.

Sem entender nada do que se passava, pedi-lhe que esperasse até que Roderick, nervoso, concluísse o seu trabalho. Foi o cabelo mais mal cortado que tive em minha vida.

Na Secretaria de Segurança, puseram-me numa cadeira à espera do delegado, espera essa que demorou até a boca da noite. Ao invés do delegado, veio-me um investigador, que me conduziu ao Gabinete de Identificação, onde fui fotografado de frente e de perfil, sendo em seguida conduzido a uma sala onde me tiraram as impressões digitais. Voltando à cadeira, esperei mais alguns momentos. O mesmo investigador, de nome Magalhães, acompanhado de outro "tira", ordenou que os conduzisse à minha residência. Queriam vistoriá-la. Eram ordens.

Ainda solteiro, morava em casa de meus pais, na Rua do Príncipe, juntamente com mais dez irmãos. Dormia num sótão, com outros, mais moços.

Combinei com o investigador Magalhães que, para evitar pânico, eu o apresentaria como um colega da faculdade, o outro ficando no portão de casa, por segurança. Assim se fez. Lá no sótão, o

"tira" mexeu e remexeu nos meus livros, separando alguns: *Casa-grande & senzala, Suor, Espírito e fisionomia do bolchevismo, As forças secretas da revolução,* etc. Nesse tempo, já nesse tempo, aliás, Jorge Amado era "subversivo", não ficando por baixo Gilberto Freyre, perseguido pela polícia do "agamenonismo", como ele próprio classificava o "Estado Novo" em Pernambuco.

Por minha iniciativa, juntei mais outros livros aos apreendidos pelo policial: a Bíblia, *O que é o integralismo* e o *ABC do integralismo* — numa confusão bibliográfica e ideológica que deixou o "tira" atarantado:

— Estou vendo, "seu" Paulo, que o senhor não é mesmo comunista. Nada encontrei de perigoso em sua casa. Essa história de livros, todo estudante os possui.

E, deixando-me em liberdade, prometeu dizer ao delegado que nada havia encontrado em minha residência.

No outro dia, ainda cheio de revolta, com os brios postos em exaltação, voltei à Secretaria de Segurança Pública para pedir explicações — ingenuamente — à autoridade que me submetera àqueles constrangimentos. Apresentei meu cartão de visita e fiquei esperando, sentado na mesma cadeira do dia anterior. Como na véspera, demorei horas inteiras, a tarde toda, até que me foi dito que não insistisse mais em voltar à secretaria, senão "a coisa pioraria". Era delegado de Ordem Política e Social, nesse tempo, Edson Moury Fernandes, depois meu colega de representação na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Foi o meu batismo de fogo, como "preso político". Prisão suave, sem "paus-de-arara" nem choques elétricos.

A história de muitos de meus livros de conteúdo marxista, alguns que ainda conservo em meu poder, depois da *razzia* de 1964, é curiosa. Quem me os fez chegar às mãos foi a própria polícia política. A ela devo, portanto, a minha iniciação no socialismo e na ciência marxista. É que, na Rua dos Prazeres, morava um rapaz, amigo meu, que exercia as funções de "araque" da Secretaria de Segurança Pública, uma espécie de investigador *ad hoc,* sem fazer parte dos quadros do funcionalismo. Esse moço, por prestígio de sua família, conquistara o emprego, sendo lotado no DOPS. Conversando comigo, contara-me que no seu departamento havia salas inteiras cheias de livros apreendidos em casas de estudantes e intelectuais. Ele se oferecia para vendermos às escondidas, os pequenos a dois mil-réis, os maiores, às vezes em dois volumes, a cinco. Fechado o negócio, comecei a ler os livros da polícia. Muitos não eram "comunistas", tinham apenas a capa vermelha. E fui lendo,

e fui lendo — até que o amigo se transferiu de uma delegacia para outra. Assim é que adquiri o livro *Que fazer?,* de Lênin, em espanhol, *As bases fundamentais do marxismo,* de Plekhanov, em português, além de muitos outros, para citar os que mais me impressionaram.

Se se pode detectar uma influência pelo nome — eis aí uma na minha vida: esse livro de Plekhanov. Reli-o inúmeras vezes, da primeira, com espírito de contestação, das últimas, submetido a suas argumentações, irrefutáveis.

Ainda hoje Plekhanov é dos meus "fantasmas de cabeceira".

Na faculdade, aos poucos fui-me deixando envolver pelas lutas estudantis. Numa eleição do Diretório Acadêmico, o DOPS prendeu, de véspera, quase todos os integrantes da chapa de oposição ao governo. Pela situação, Wandick Londres da Nóbrega, um rapazinho alto, extremamente magro, pálido, com ares de menino de internato de padre, encabeçava a chapa. Era protegido do diretor da escola, o Professor oJaquim Amazonas, amigo dileto de Agamenon Magalhães.

Entre os estudantes presos, o "Poeta Bernardo", que pagava o preço de ser amigo dos oposicionistas, inclusive de Arquimedes de Melo Neto, candidato das esquerdas à presidência do diretório. A rigor, o Poeta não pertencia a nenhum grupo ideológico, recitando seus poemas e tomando suas coalhadas na Rua do Imperador, acima do bem e do mal.

Mesmo preso, Bernardo não perdeu a esportiva. Quando um "tira" lhe perguntou o que precisava, o Poeta saiu-se com esta:

— Eu preciso do oxigênio da Liberdade!

E ao lhe indagarem por que fazia oposição ao "Estado Novo", o Poeta não se deu por achado:

— Eu, inimigo do "Estado Novo"? Ora, "seu" Delegado, eu sou tão amigo do "Estado Novo" que até estou com pena porque ele está ficando velho!

Nessas eleições, votei na chapa de esquerda — pela primeira vez na minha vida. Começava aí a minha "via-crucis"...

Apesar das pressões, alguns representantes da oposição foram eleitos para o diretório, inclusive Arquimedes, moço inteligente e inquieto, filho de português, grande vocação de escritor e sociólogo.

Numa das primeiras reuniões do Diretório Acadêmico, a propósito de uma rasura na ata, que Wandick atribuíra a Arquimedes, houve sério tumulto. Foi o senhor, não foi, foi o senhor. Essas coisas. Wandick, além de profundamente pálido, era, na mesma intensidade, beato. Em meio à discussão sobre a suposta rasura da

ata de instalação, Arquimedes, para ofender o espírito de religiosidade de seu opositor, trepou-se numa banca da sala do diretório e largou este baldão, quase fazendo Wandick morrer de tanta blasfêmia:

— Eu juro pelos pentelhos da Virgem como não adulterei a ata!

Por essa época, chegou ao Recife o discutível escritor espanhol Álvaro de Las Casas, conhecido por seus ademanes. A imprensa de Agamenon embandeirou-se em arcos para assinalar a presença no Recife do adepto de Francisco Franco. José Campelo, redator-chefe da *Folha da Manhã,* que levara, um dia, a bordo de um navio italiano, um ramalhete de flores à filha de Mussolini, a Condessa Ciano, estava nos seus grandes momentos de entusiasmos.

Antônio Franca, pernambucano, mas que estudava direito no Rio, andava pelo Recife, não sei a trato de quê. Sua ficha na polícia era de "agitador comunista". Eu me dava muito bem com ele.

À notícia de que Las Casas faria uma conferência sobre a Espanha no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, Antônio Franca arquitetou um plano para sabotá-la. Chamou-me e perguntou se eu "toparia a parada". Aquiesci, consciente. Redigimos, então, um ofício, em papel timbrado da direção da Faculdade, a Álvaro de Las Casas, com a advertência de "urgente", cancelando "por motivo de força maior" a realização da conferência daquela noite. E fizemo-lo chegar às mãos do escritor, que estava hospedado no Grande Hotel, o de mais luxo na cidade.

Ficamos na calçada da Escola Normal, defronte do Largo da Faculdade de Direito, à espera do que pudesse acontecer, à hora oficialmente marcada.

Vimos entrar muita gente, os nossos velhos integralistas, com suas famílias, e algumas autoridades do "Estado Novo". De Las Casas, nada. E as horas foram-se passando. A faculdade iluminada, todas as portas abertas, o portão principal escancarado. E nada de chegar o malemolente escritor espanhol.

No outro dia, soubemos que a conferência não se realizara à falta de quem a pronunciasse. Mas os jornais de Agamenon não passaram recibo: noticiaram o fato, com riquezas de detalhes, inclusive repetindo frases do conferencista...

A tarefa me entusiasmou. Vencêramos o franquismo espanhol, em batalha campal...

A II Grande Guerra ganhava proporções. Até a invasão da União Soviética e sua conseqüente resistência, os jornais do Recife

eram proibidos de tocar em certos nomes — Moscou, Rússia, Stálin, Molotov, etc.

Na surdina, o povo acompanhava a marcha do conflito, *torcendo* contra a Alemanha e a Itália.

Eu, aos poucos, ia-me familiarizando com os problemas políticos, conversando com amigos que me pareciam esclarecidos: Alcedo Coutinho e Cláudio Tavares, jornalista.

Como um dos redatores do Boletim Cultural da Casa do Estudante de Pernambuco, dirigido por Pinto Ferreira, encarregaram-me de preparar um número, eu, nas oficinas, vigiando as composições, e Permínio Asfora recolhendo matérias entre os intelectuais. A turma de esquerda da faculdade pediu-me para encaixar na edição uma notícia sobre a denúncia do ex-Presidente Artur Bernardes a respeito das pretensões da Itabira Iron quanto ao minério de ferro brasileiro, cobiçado pelos trustes. Achei que o assunto era de interesse público, mal sabendo que o DOPS, a quem eram levadas as provas de páginas do Boletim Cultural, censuraria totalmente a matéria, classificando-a de "subversiva".

Em meio a tantos acontecimentos, mais um, de importância pessoal: casei-me com uma prima, Ofélia, seis meses antes de minha formatura. E, formado, continuei a trabalhar, dessa vez no Hospital do Centenário, levado pelas mãos do Professor João Alfredo.

De lá, Agamenon me nomeou para Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, como promotor público interino — terra de Etelvino Lins, chefe de polícia. Minha filha Moema já era nascida.

Costa Porto, meu colega de turma, diretor do Departamento Geral das Cooperativas, aconselhou-me que, antes de assumir o cargo, me apresentasse a Etelvino Lins, uma vez que a nomeação de promotor ocorrera à sua revelia — o que poderia, no futuro, trazer-me complicações. Não hesitei. Fui à Secretaria de Segurança à tarde. Em vão. Voltei à noite, avisado por Mário Meira, oficial de gabinete do secretário, de que, àquela hora, Etelvino estaria normalmente trabalhando. Quando cheguei, o secretário estava ocupado, ficando eu numa sala contígua, de onde se ouvia tudo que se falava na outra. O diálogo que testemunhei era terrível. Uma voz de mulher fazia súplicas, chorando, para que não mais se batesse nela:

— Tenha pena de mim, doutor! Veja minhas mãos como estão! Eu não agüento mais! Pelo amor de seus filhos, mande me bater nos pés, porque minhas mãos não suportam mais tantos "bolos"!

Uma voz de homem a interpelava sobre um boletim que teria sido encontrado em sua casa. A mulher jurava que não tinha conhecimento de nada. Jurava também que não sabia onde estava o

marido. E repetia as súplicas, com a voz sufocada em lágrimas. Era um choro profundo, de dor, lancinante.

De repente, as portas do gabinete se abriram. Nenhum deles esperava encontrar-me na ante-sala àquela hora da noite. Vi sair, além da mulher, com as mãos inchadas, o rosto macerado, Etelvino Lins, Fábio Correia e Renato Medeiros, respectivamente secretário de Segurança, delegado do DOPS e chefe da Polícia Marítima.

Ali estava o retrato vivo do "Estado Novo", por trás da demagogia das "paradas de produção" e da "legislação social mais avançada do mundo".

As mãos daquela mulher eram argumentos mais fortes para mim.

Voltava eu para o sertão, dessa vez como promotor público da comarca de Alagoa de Baixo, a mais de trezentos quilômetros do Recife "ponta de linha" dos trens da Great Western, às margens do rio Moxotó — rio seco, que só pegava água nos melhores invernos.

Como representante do Ministério Público, não passaria de uma peça no aparelho judiciário de um Estado que assentava suas bases em estruturas sociais ultrapassadas — o crime nascendo das desigualdades econômicas entre os homens.

Alagoa de Baixo situava-se na área mais atingida pelas estiagens, região pobre, sobrevivendo de culturas agrícolas que utilizavam processos primitivos de aproveitamento.

Naquela época, vivia-se a fase do caroá, a fibra nordestina que ainda não conquistou mercado pela interferência dos trustes internacionais. Planta nativa, era encontrada em grandes proporções em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, e municípios vizinhos. As desfibradoras de caroá se multiplicavam por todos os recantos, dando um certo alento à economia local.

Deve-se a Agamenon o estímulo ao aproveitamento dessa fibra, ele mesmo, como interventor, incentivando o uso de roupas feitas de caroá, com fios tratados pelas máquinas fabricadas no próprio sertão e trazidos para os teares das indústrias têxteis da capital.

Em plena guerra, minha ida para o interior ocorreu num clima de entusiasmo pela vitória contra o nazi-fascismo, eu acompanhando a marcha do conflito pelo rádio, nas horas em que a corrente elétrica da cidade permitia o seu funcionamento, além das dez da noite, quando a maioria da população começava a se recolher aos lençóis.

E assim vivi e sofri os novecentos dias do cerco de Leningrado, a grande batalha de Stalingrado, as primeiras tentativas do assédio

sobre Moscou, os russos recuando diante de poderosas ofensivas alemãs, deixando para trás as cidades e as fábricas incendiadas, dentro da tática da "terra arrasada", para que nada pudesse ser aproveitado pelo inimigo.

Acompanhei a batalha de Stalingrado como quem acompanha a marcha de uma grave doença num ente querido. Passava o dia inteiro à procura de notícias, a cidade sem rádios pela ausência de energia elétrica, que só aparecia, e quando aparecia, pela boca da noite — indo até as vinte e quatro horas, dando três sinais de aviso quando faltavam alguns minutos para a meia-noite, anunciando o seu término.

Os jornais do Recife, trazidos pelo trem da Great Western, eram arrebatados dos gazeteiros na própria estação ferroviária, cada um de nós querendo saber dos últimos telegramas do *front*.

Semanas após semanas, Leningrado e Stalingrado resistiam ao avanço das Divisões Panzers do Reich, a população de Moscou participando da defesa da cidade, o mundo de olho na União Soviética, como última esperança de contenção da fúria nazi-fascista.

Ao abrir o jornal, corria os olhos sobre os despachos que provinham da Rússia. Leningrado, Stalingrado e Moscou continuavam a lutar heroicamente.

O drama que mais me angustiava, no entanto, era o que envolvia a sorte de Stalingrado, o peso das tropas de Hitler sobre a cidade-fortaleza dos soviéticos, a cada hora aumentando de proporção.

E os dias se passavam compridos, Stalingrado resistindo às sucessivas levas dos exércitos germânicos.

Eu acordava de manhã sem notícia. Só as da véspera. Mas a guerra era dinâmica, modificando o quadro de operações a cada momento. Ficava o dia em expectativa, à espera do trem, que às vezes chegava com grande atraso, levantando poeira das margens da estrada. Corria à estação. Pegava os jornais: Stalingrado resistia.

Uma noite, quando a corrente elétrica permitiu que os rádios tivessem força para funcionar, ouvi uma notícia incompleta da Rádio Central de Moscou, a voz feminina pronunciando um português sonoro e agradável:

— Fala Moscou, camaradas!

O resto do noticiário dava conta do início da contra ofensiva dos exércitos da URSS sobre os alemães em Stalingrado. Era a virada nas crônicas da guerra.

O trem, nesse dia, chegou mais cedo. As manchetes vibravam como nervos humanos:

"Os Russos Contra-Atacam na Frente Sul!"

Era irritante passar o dia inteiro à espera de jornais, a cidade sem luz, a distância dos quilômetros multiplicando a ansiedade.

Entre um noticiário e outro das emissoras da URSS, da Inglaterra e da França — eu ouvia a rádio de Berlim. A ofensiva contra a Rússia visava aos centros mais ricos do país, suas minas, suas reservas naturais. "Primeiramente", dizia Hitler, aos brados, "temos como objetivo ocupar as grandes regiões produtoras de cereais do inimigo, tomar-lhe toda a hulha transformável em coque, avançar sobre as jazidas de petróleo, ocupá-las ou, pelo menos, obstruí-las; em seguida, continuar a ofensiva para interceptar seu último grande curso de água, na ocorrência, o Volga."

Valendo-se da não-existência de uma segunda frente de luta na Europa, Hitler despejou todo o seu esforço bélico sobre a União Soviética, certo de que contaria, se não com a cumplicidade, pelo menos com a indiferença de Churchill e das forças conservadoras da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

A ânsia de dominar o território da URSS mal se disfarçava. O celeiro que a Rússia representava para Hitler, como presa de guerra, estimulava a ganância de domínio do resto do mundo. Goebbels, ministro da Alemanha, era cínico em suas afirmativas:

"Esta guerra não é movida em prol de um trono ou de um altar. É uma guerra pelo trigo e pelo pão, por uma mesa bem guarnecida, por almoços e jantares lautos... uma guerra pelas matérias-primas, pela borracha, ferro e minerais".

Aí estava o caráter de rapina da ofensiva sobre a pátria do socialismo.

O comando alemão objetivava, tomando Stalingrado, abrir caminho para as importantes regiões cerealíferas e industriais do Sul da URSS, bloqueando as passagens do Volga e criando condições para o desfecho de uma marcha que, no fim, atingiria o Cáucaso.

A contra-ofensiva soviética deitou por terra, no entanto, os planos diabólicos da cúpula hitleriana, mudando os rumos da II Grande Guerra e abrindo perspectivas à vitória dos ideais democráticos no mundo.

Nas longas horas em que a luz elétrica de Sertânia caía de intensidade, somente algumas estações transmissoras mais próximas podiam ser ouvidas no receptor. Assim acontecia com a França Livre, instalada fora do território pátrio, de algum lugar da África ou da Europa mesmo. A *Marselhesa,* no início da programação, causava na gente arrepios de "suspense" e entusiasmo, o hino francês como um toque de reunir pela Liberdade. A mesma sensação de esperança e alívio me dominava quando ouvia a *Internacional,* antes da frase célebre, repetida mil vezes pelos locutores soviéticos:

— Proletários de todos os países, uni-vos!

Trazidas do Recife pelos caixeiros viajantes de firmas comerciais — vale a pena escrever-se, um dia, sobre o papel que esse tipo de comerciário representou como veículo de comunicação da cidade com o mundo rural do Nordeste, antes da difusão do rádio e da televisão —, recebíamos no sertão as notícias mais frescas do declínio do "Estado Novo", transmitidas de viva voz, ou por meio de jornais e boletins clandestinos.

Nos dias nervosos da batalha de Stalingrado, como matéria altamente "subversiva", recebi o poema de Carlos Drummond de Andrade sobre a "cidade heróica" — versos de amor à Liberdade, vibrantes. Para o DOPS de Pernambuco, o poema de Drummond era "comunista" e quem fosse pego lendo-o passaria pelo vexame de comparecer à polícia. "A poesia fugiu dos livros", dizia Drummond, "agora está nos jornais. Os telegramas de Moscou repetem Homero."

Enfim, cedeu Hitler à bravura do soldado soviético: a ofensiva sobre Stalingrado reduzira-se ao mais completo fracasso militar, transformando os planos da Alemanha. Com a vitória das tropas russas, a II Grande Guerra Mundial ganhava outro sentido. Vinte divisões alemãs e duas romenas, num total de trezentos e trinta mil homens, foram cercadas e aprisionadas, juntamente com dezenas de generais e um marechal-de-campo, Von Paulus. O campo de batalha era, no fim, um montão de escombros, fábricas e residências em ruínas, destroços de canhões e tanques sobre um solo reverberado de calor e chamas, corpos humanos mutilados — a gente do lado de cá, chorando de emoção por tanta tragédia, no mesmo passo em que externava alegria pela vitória.

O "Estado Novo" prosseguia em sua faina reacionária, acuando os democratas e os homens e mulheres de esquerda, enquanto dava guarida ao rebotalho do fascismo caboclo, o integralismo.

Agindo na mais absoluta clandestinidade, o PC se reorganizava da terrível experiência do movimento de novembro de 35, forjando novas direções.

Li nos jornais, certa vez, a "queda" de uma direção regional em Pernambuco, com os retratos dos dirigentes em primeiro plano: Antônio Franca, José Albino de Miranda, Lauro Alves de Campos Gois, filho do "Velho Gois", Walter Weissberg, judeu, e o operário Antônio Oliveira. Todos foram presos e condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

No dia seguinte ao de sua prisão, Lauro Gois recebeu a notícia da morte repetina de seu pai, já libertado por haver participado dos preparativos da sublevação de novembro. Escoltado por seis

investigadores, Lauro levou à sepultura o "Velho Gois", figura brava de sertanejo e lutador social.

Como promotor público, o primeiro processo que me chegou às mãos tratava de um caso de furto. Um rapaz, de pouco menos de vinte anos, era acusado de haver roubado alguns alimentos de uma padaria, levando-os para casa. Estribei-me na argüição do "estado de necessidade" e inaugurei minha nova profissão pedindo fosse o réu absolvido.

Semanas depois, o mesmo rapaz viria a ser novamente preso, dessa vez por arrombamento. Eu havia estreado mal. Salvavam-se, porém, as boas intenções. De minha parte, já se vê...

Um mês depois, convocou o Juiz Ângelo Jordão de Vasconcelos, filho, o Tribunal do Júri. Eu iria funcionar na acusação num processo de homicídio, com meia dúzia de co-autores, pai, esposa e filhos. Carlos Rios, um excelente humanista, banido do Recife pelo "Estado Novo", residente em Arcoverde, perto de Sertânia, ex-deputado classista pró-Lima Cavalcanti, ótimo jornalista, grande tribuno e adorável figura humana, funcionaria na defesa.

O crime de que se tratava era horrível: uma família inteira assassinara, sangrando-lhe o pescoço, um desafeto, por questões de terra. O pai usou o punhal, a mãe pegou na bacia para aparar o sangue, dois filhos penduraram o corpo da vítima nos caibros da palhoça e um terceiro fizera a cova para sepultar o cadáver.

Ao dar início à minha acusação, no dia do julgamento — uma festa para as cidades do interior, quase um espetáculo igual ao cinema ou ao circo —, louvei a democracia, na instituição do tribunal popular de júri. Demorei-me na louvação, de propósito, como crítica indireta ao "Estado Novo". Carlos Rios vibrou de entusiasmo, glosando as minhas palavras no começo de sua peça de defesa. E assim fomos até o fim do julgamento, numa atuação de equilíbrio, eu acusando os denunciados, ele os defendendo. No término, a condenação de todos, exceto o que cavara a sepultara, um jovem rapaz, para quem eu havia, da tribuna, pedido a absolvição.

Nos fins de 1943, a Marinha brasileira estava desfalcada de vários navios mercantes, com um saldo de vítima de mais de oitocentas pessoas — em conseqüência do torpedeamento de navios, empreendido pelos corsários do "eixo". De fevereiro a outubro, foram postos a pique, sucessivamente, o *Brasilóide,* o *Afonso Pena,* o *Tutóia,* o *Pelotaslóide,* o *Bagé* — o maior do Lloyd Brasileiro, com oito mil e duzentas e trinta e cinco toneladas —, o *Itapagé,* o *Cisne Branco* e o *Campos.* As costas do Nordeste, particularmente as da Bahia e Alagoas, encheram-se de cadáveres e sobreviventes, despertando um grito geral de ódio contra os alemães. Os navios de guerra do "eixo", rondando o Atlântico, ceifaram a vida de quase um milhar de brasileiros, muitos residentes no Recife, em virtude do trabalho de espiões da terra, os "quinta-colunas" que agiam soltos pelo país afora, graças à indulgência do "Estado Novo", quando não à sua proteção.

No momento em que o Recife tomou conhecimento da morte de seus filhos, houve um levante da população contra o fascismo. Durante todo um dia, grupos numerosos de populares depredaram casas comerciais de alemães, italianos e japoneses, nada poupando em seus transbordamentos. Na Rua da Imperatriz, na Rua Nova, na Rua do Imperador, no bairro portuário da capital, onde se localizavam as avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda, sobretudo, subiram a dezenas as casas de comércio invadidas pela massa enfurecida, a polícia a princípio querendo reagir, mas, no fim, quedando-se impassível diante da avalancha humana em desatino. Perfumarias, sorveterias, casas de representação comercial, lojas de instrumentos agrícolas, de máquinas e tratores, de material elétrico, de tintas, escritórios de empresas de propriedade de súditos do "eixo" — tudo, tudo foi esmigalhado, o povo correndo por todos os cantos, protestando contra o nazi-fascismo, erguendo brados e urros de vingança. Em cada esquina de rua, levantava-se um orador anônimo, clamando por *revanche.*

A fim de tratar de assuntos particulares, eu me achava no centro da cidade quando começaram os protestos. Assisti a tudo, aplaudindo os oradores improvisados e me solidarizando com a massa.

A partir desse dia, o "Estado Novo" não mais pôde conter a luta contra o "eixo", que até então se fazia na clandestinidade, quando não sujeita aos rigores da censura policial.

Em Maceió, cujas praias foram testemunhas dos naufrágios, nenhum jornal teve permissão de condenar o ato de agressão dos alemães, a não ser utilizando certos artifícios de linguagem, como o fez o advogado comunista André Papini Gois, depois deputado estadual, num artigo intitulado "Por quem os sinos dobram?", de indireta alusão às vítimas do fascismo. O artigo de Papini teve repercussão até no Recife.

A ditadura de Vargas, porém, sob pressão do povo brasileiro e do governo dos Estados Unidos, passou, aos poucos, a formar ao lado das "Nações Unidas".

A 25 de agosto de 1944, quando os "aliados" retomaram Paris, encabeçamos, eu e Ângelo Jordão de Vasconcelos, uma passeata em Alagoa de Baixo, reunindo mais de mil pessoas. Fiz, então, um dos meus primeiros discursos públicos, de condenação ao fascismo e de protesto contra a guerra desencadeada pelo "eixo" contra os

povos livres do mundo. O prefeito municipal, Reginaldo Martins, e o delegado de Polícia, Tenente Olímpio de Souza Ferraz, figuravam entre os manifestantes, à margem só o pároco da cidade, Monsenhor Urbano de Carvalho, declaradamente pró Alemanha.

Corri para o Recife e tive ensejo de tomar parte nas comemorações da libertação de Paris — na grande passeata que se organizou então. Era de ver-se um espetáculo quase cômico: toda a polícia de Agamenon Magalhães à frente da passeata, delegados e comissários ombro a ombro com o povo "festejando" a retomada da capital francesa.

Como já existira, até então, a indústria do anticomunismo, a polícia arrecadando dinheiro para "salvar a civilização cristã e ocidental", surgia agora outra indústria, a do combate à "quinta-coluna", comerciantes súditos do "eixo" sendo chamados repetidamente às delegacias para serem libertados, dias depois, em face de custosos *habeas-corpus,* de que se locupletavam policiais e advogados, mancomunadamente.

Já aí os jornais falavam abertamente na União Soviética, deixando de tratá-la de Rússia ou Rússia Soviética, como era vezo da reação anticomunista. A admiração pelos soldados soviéticos contaminava os espíritos. A cortina que envolvera em silêncio, durante muitos anos, a pátria do socialismo, descerrava-se abruptamente, todos vendo e tomando conhecimento do que se passava na URSS, a Editora Calvino abarrotando o mercado de livros sobre marxismo e comunismo, edições de obras clássicas de Marx e Engels, de Lênin e Stálin sendo publicadas toda semana.

Um amigo meu, do Rio Grande do Norte, Hiran de Lima Pereira, contou-me que, nessa fase, havendo em Natal uma exposição ou parque de diversões públicas, fez-se um concurso para verificar qual a bandeira nacional mais querida do povo — os pavilhões das "Nações Unidas" nos mastros da entrada principal, um a um. Venceu, por grande maioria de votos, a bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que, por sinal, não estava hasteada...

Associada à luta contra o fascismo, enfrentava o "Estado Novo" a batalha pela anistia aos presos políticos. Os jornais então começavam a falar sobre Luiz Carlos Prestes, sem tachá-lo de "traidor" e "bandido".

Nas agitações políticas que se processavam no país, houve o episódio de 3 de março de 1945 — o assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho, no Recife. Vivia-se a campanha da redemocratização no Brasil, com a exigência da abolição da ditadura.

A despeito da participação do Brasil na Guerra Mundial, ao lado das forças democráticas, a polícia política continuava a ver comunismo em tudo, prendendo operários e líderes estudantis, artistas e intelectuais, a qualquer pretexto. Escolas superiores eram invadidas pelo DOPS, como aconteceu no Recife, quebrando-se as instalações do Diretório Acadêmico de Direito.

Quando se pensou em comemorar, na capital pernambucana, os cinqüenta anos do jornalista Aníbal Fernandes, fervoroso adversário de Agamenon e adepto entusiasta da luta contra o fascismo, os restaurantes da cidade não quiseram aceitar nenhum contrato, sob pressão do DOPS, como revela em seu livro sobre a morte de Demócrito o criminalista Antônio de Brito Alves.

Na tomada de Roma pelos "aliados", os universitários organizaram uma sessão solene no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife. Dela também participei, vindo de Sertânia. Foi realmente a primeira manifestação pública, de massa, contra o "Estado Novo" em Pernambuco. Vigorosa manifestação, aliás. Os oradores faziam referência direta à situação interna do país, clamando pela volta ao Estado de Direito e pela anistia aos presos políticos. Desterrado no Recife, por combater a ditadura, achava-se o Coronel Juracy Magalhães, ex-interventor na Bahia, derrubado juntamente com Carlos de Lima. Juracy compareceu à faculdade, mas não falou.

Sem comando de tropa, encontrava-se também no Recife Magalhães Barata, outro militar escorraçado pelo "Estado Novo". O Recife era um centro de conspiração contra a ditadura, sendo o seu QG a mansão da Rua Amélia n.º 304, residência do advogado Antiógenes Chaves.

Para a tarde do dia 3 de março de 1945, os estudantes anunciaram a realização de um comício na praça da Faculdade de Direito, já aí a favor da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Houvera a anistia e os partidos políticos se reorganizavam. No Parque 13 de Maio, os comunistas festejaram a libertação de Prestes, retransmitindo o seu primeiro discurso em praça pública, do estádio do Vasco da Gama. Precedendo a retransmissão, falaram vários oradores sobre a figura de Luiz Carlos Prestes, sendo Gilberto Freire um deles e o jornalista Cláudio Tavares, outro.

Mas o *meeting* dos estudantes defronte da Faculdade de Direito, no dia 3 de março, foi uma das maiores manifestações públicas contra o "Estado Novo". Agamenon Magalhães deixara há pouco a Interventoria Federal para assumir o Ministério da Justiça, ficando Etelvino Lins de Albuquerque, ex-secretário de Segurança Pública, como interventor interno. Numa de suas últimas viagens do Rio, na véspera de Getúlio Vargas convocar a Assembléia Nacional Constituinte para proceder à volta ao Estado de Direito, Agamenon

viera do Rio com outras idéias. Num artigo para a *Folha da Manhã*, anunciou, sem rebuços, em estilo quase telegráfico a seu modo:

— O regime vai mudar. E eu também.

A polícia de Etelvino permitiu a realização do comício, "contanto que se processasse em ordem".

Após os discursos, levantou-se a idéia de uma passeata até a Praça da Independência, onde funciona o edifício do *Diário de Pernambuco*. Pelos testemunhos mais insuspeitos, a polícia teria concordado também com a passeata.

E tudo se processou como estava programado pelos estudantes. Da sacada da faculdade, falaram os professores Soriano Neto e Luiz Guedes Alcoforado, o médico Miguel Vieira, o tribuno popular João Barreto de Menezes, filho de Tobias, Demócrito de Souza Filho, pelos estudantes, e o Juiz de Direito João Tavares, da comarca da capital.

Rumando pela Rua do Hospício, a passeata, terminados os discursos, passou pela Rua da Imperatriz, conduzindo faixas e cartazes contra a ditadura. Aí começaram a surgir boatos de que a polícia não permitiria a continuação do desfile, enquanto alguns anunciavam que se preparava, na Pracinha do Diário, a dissolução da passeata, à força. O médico Geraldo de Andrade chegou a prevenir o povo contra essas ameaças, falando da marquise da Livraria Cruzeiro, no começo da Rua Nova. Cantando o Hino Nacional, a massa penetrou na Pracinha. Quando usava da palavra o estudante Odilon Ribeiro Coutinho, surgiram os primeiros disparos de armas de fogo. No meio do conflito, o escritor Gilberto Freire, corajosamente, trepou num banco da praça e, empunhando o pavilhão da Faculdade de Direito do Recife, que alguém deixara cair ao solo, concitou o povo a manter-se firme, permanecendo diante do *Diário de Pernambuco*. Foi quando se resolveu que a passeata se transformasse noutro comício, os oradores dirigindo-se ao povo da fachada principal do *Diário*. Assim, os discursos recomeçaram. Houve novas cargas de revólveres. O estudante Demócrito de Souza Filho foi, então, atingido no frontal por uma bala, caindo para trás da sacada, dentro da redação do jornal. Depois do disparo em Demócrito, os policiais carregaram de novo contra o povo, apertando o gatilho de suas armas. Um comerciário, Manuel Elias dos Santos, também foi morto pela polícia, no tiroteio, saindo outras pessoas feridas.

No dia seguinte, o *Diário de Pernambuco* foi impedido de circular, publicando o governo uma "Nota Oficial" em que, a par da notícia do incidente, denunciava que o jornal estava fazendo agitação, difundindo, perigosamente, "idéias da Revolução Francesa"....

Somente no dia 9 de abril, por força de um mandado de segurança, concedido pelo Juiz de Direito Luiz Marinho, é que o velho órgão da imprensa voltou às bancas, carregando nas cores, ao noticiar os fatos.

Encontrando-me no Recife, nesse fim de semana, compareci ao enterro de Demócrito de Souza Filho, no cemitério de Santo Amaro. Pessoas ligadas a Etelvino mandaram dizer para Sertânia, em telegramas, que eu estivera envolvido nos distúrbios contra o "Estado Novo". Passei, então, a ser visto em Sertânia como elemento ligado às hostes do Brigadeiro Eduardo Gomes. Na verdade, eu só comparecera ao sepultamento de Demócrito, porque já não acreditava que os homens e forças sociais que estavam à frente daquele tipo de oposição a Vargas merecessem o meu apoio. A vida me daria razão, no futuro. Basta o exemplo de Nehemias Gueiros, fogoso adversário de Agamenon, advogado das "Oposições Unidas" em várias oportunidades, mas que, no regime militar que se instaurou no Brasil, a partir de 1964, se orgulhava de ser o autor intelectual do Ato Institucional n.º 2, a ponto de, em qualquer conversa, sobre qualquer pretexto, atalhar o assunto para dizer, vaidosamente, que era sua a paternalidade do AI-2, fosse a discussão sobre política, futebol ou religião. Tanto era assim, que Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta) num artigo sob o título "O ato e o chato" glosou o assunto.

De uma feita, recebi um telegrama de Nelson Chaves, professor da Faculdade de Medicina, para vir ao Recife, estando eu na comarca de Sertânia. Tratava-se de um convite que me era formulado por Antiógenes Chaves, seu irmão, no sentido de eu ser nomeado advogado trabalhista da Usina Catende, por parte dos empregadores. Fui com Antiógenes à cidade de Catende estudar as condições da oferta, a seu pedido. Na verdade, o dono da usina de açúcar, o famoso "Tenente da Usina Catende", passava por industrial progressista, sensível à situação de seus operários e muito ligado à população da cidade. Essa, a imagem que se vendia do "Tenente".

Vi, contudo, que as condições da usina eram iguais às das outras, na exploração do trabalho semifeudal, dentro do mesmo quadro de privilégio de classe, o patrão de um lado, representando o "barão feudal", e a massa trabalhadora do outro, como "servos da gleba".

Um dos fenômenos mais característicos, nos vastos campos das usinas e engenhos de açúcar no Nordeste, é a "capangagem" — verdadeiras milícias armadas, como tropa de choque dos "coronéis" do interior, para garantir a ampliação dos seus domínios, ora defendendo-se da ação de outros grandes proprietários ou latifundiários,

ora a serviço dos seus métodos de exploração sobre a massa de trabalhadores rurais. Esses pequenos exércitos de "cabras", cujo recrutamento se processa entre a "fina flor" do banditismo sertanejo ou da delinqüência rural, são uma constante na vida da zona canavieira. Os "feitores" de engenho, os "cabos de eito", os "administradores" e "vigias" de usina são, quase sempre, com pequenas variações, modalidades de milícias particulares das que existiam na Idade Média, nos castelos feudais.

A maldade do sistema é que produz a crueldade da situação ou do relacionamento entre os homens, ficando em plano secundário, por irrelevantes, as qualidades pessoais de cada proprietário ou "coronel".

Talvez fosse o caso do "Tenente da Usina Catende", Antônio da Costa Azevedo.

Todos esses fatores pesaram na hora em que tive de decidir se aceitava ou não o emprego de advogado da usina, ganhando três vezes mais do que eu percebia de vencimentos como promotor público, além de fruir gratuitamente de moradia e luz elétrica em Catende.

Em conversa com o juiz de direito da comarca, Dr. José Feliciano da Silva Porto, expus minhas dúvidas com as funções de advogado de usineiro. Dr. Porto sorriu, balançando a cabeça em sentido negativo. Resolvi, então, agradecer o convite de Antiógenes, escrevendo-lhe uma carta que ainda hoje existe, em mãos de uma sua irmã, Carmen.

Nas vésperas do assassinato de Demócrito de Souza Filho, Etelvino Lins me convidou para ser delegado de polícia do 1.º Distrito da capital, adiantando, de logo, que se tratava de "um cargo técnico", que "não interferiria nas minhas idéias políticas". A essa altura, todos em Sertânia, inclusive seu pai e seus irmãos, sabiam que eu me considerava um esquerdista, mantendo na parede da sala de visita de minha casa um retrato de Luiz Carlos Prestes.

Embora promotor interino, sujeito a perder o cargo de um momento para outro, não aceitei o convite. Disse-lhe que preferia o Ministério Público, onde eu me encontrava muito à vontade.

Uma semana depois, o incidente do 3 de março viria ocorrer na jurisdição do 1.º Distrito Policial.

Em Sertânia passei quase três anos, identificando-me com o povo de lá. Deixei ao longo desse tempo bons amigos, dos quais me lembro ainda hoje em instantes de alegria: João Dudu, funcionário publico, José das Neves, carroceiro, Diomedes Gomes Lopes, advogado, Jaime Cunha, inspetor de veículos, Epaminondas e Jonas

Morais, comerciantes, Tinoco, Feliciano Morais, Manoel Olimpio, gerente da Anderson Clayton, Maninho Veras, gerente da Sanbra — alguns já falecidos, todos, porém, vivos em minhas reminiscências.

Quando Etelvino Lins foi nomeado, em caráter efetivo, interventor federal de Pernambuco, renovou-me outro convite: o de exercer o cargo, em comissão, de procurador dos Feitos da Fazenda, aspiração de muitos promotores públicos e advogados. Nesse tempo, a minha opção política estava mais ou menos decidida. Consultei, no entanto, um grande amigo meu, o jornalista Cláudio Tavares, que todos diziam ligado ao PC. E, fundado em suas ponderações, criei mais força para recusar o novo convite de Etelvino, sob a escrita alegação de que "não era do meu interesse colaborar com o 'Estado Novo', exercendo cargos de confiança do interventor". Essa carta deve existir em poder do seu destinatário.

A verdade, porém, é que sendo considerado homem de esquerda ou mesmo comunista exerci a minha interinidade de membro do Ministério Público sem a menor coação ou pressão, quer da parte do governo, quer da parte da família de Etelvino, em Sertânia. E foi por isso que, ao submeter-me a concurso para a carreira de promotor, sendo nomeado, logo em seguida, para a comarca de Bom Jardim, com exercício na de Goiana, passei um telegrama a Etelvino Lins de Albuquerque, agradecendo-lhe as atenções.

Guardo da velha Alagoa de Baixo, até hoje, as melhores saudades, acompanhando sua vida e a de seus habitantes, perguntando por uns e outros aos que de lá vêm ou por lá passam, na presença absorvente de um afetuoso sentimento de amizade.

No correr do ano de 1945, antes do período joanino, a população de Sertânia passou a inquietar-se diante do grande número de arrombamento de casas comerciais — o que não era comum na cidade. Os métodos usados na prática desses atos criminosos denunciavam a presença de elemento estranho, possivelmente ladrão experimentado, vindo da capital. Rara era a semana em que uma loja ou armazém não sofria a ação do meliante, pondo em pânico os habitantes da velha Alagoa de Baixo.

A polícia de Petrolina, no alto sertão pernambucano, mandara avisar à de Sertânia que estaria residindo ali um perigoso arrombador, agente de muitos crimes inclusive na própria Petrolina. O tipo do delinqüente e seus traços fisionômicos foram fornecidos ao Capitão Manoel de Souza Neto, da Força Policial do Estado e delegado de Polícia da 8.ª Zona, sediada na minha comarca. Manoel Neto era um experiente oficial, solteirão, falando manso, mas de uma coragem inaudita. Como chefe de forças volantes, já entrara em

lutas com os bandos de Lampião, trazendo no corpo, encravados, vários estilhaços de bala de suas lutas com o famoso "Rei do Cangaço". Dizia-se que Lampião o temia como a um dos seus mais corajosos perseguidores.

Com seu faro de policial, acostumado às lides da caatinga, Manoel Neto começou a suspeitar de um indivíduo, recém-chegado à cidade, com hábitos diferentes dos da maioria de seus habitantes. Nos estilos, resolveu prendê-lo. E, como ele não se explicasse muito, resolveu, também nos estilos, espancá-lo. No ato da prisão, o indivíduo, que se dizia chamar João Tibúrcio, portava um revólver na cintura, trazendo consigo uma capa de gabardine já surrada.

Com capa e tudo, João Tibúrcio, o corpo moído de cacete, foi trancafiado na Cadeia Pública da cidade. Ainda assim, nada confessou — dizendo-se inocente. O interesse do Capitão Manoel Neto era saber em que lugar o ladrão havia escondido o dinheiro que trouxera de Petrolina.

No dia 6 de junho, o capitão, por volta das catorze horas, compareceu ao xadrez de João Tibúrcio, chamando o preso à grade de entrada. Com sua voz mansa, mas amedrontadora, o delegado insistia pela localização da importância roubada, insinuando que o meliante poderia ser novamente espancado, se não confessasse o crime.

Dentro da capa de gabardine, ao ser preso, João Tibúrcio ocultava o revólver T.A.C., calibre 32, n.º 201 736. Satisfeita com a apreensão de outra arma, um Smith-Wesson, que o malandro trazia à cintura, a polícia não procurara revistar mais nada, permitindo que o ladrão entrasse no xadrez com o T.A.C. às ocultas.

Era ponto pacífico para João Tibúrcio vingar-se do espancamento que lhe havia sido infligido pelo capitão. E a hora da forra chegara — Manoel Neto ali, diante dele, ao alcance de seu revólver. Enquanto o delegado insistia em inquiri-lo sobre o crime de Petrolina, João Tibúrcio tratava de aprontar a arma sob a gabardine. No momento, porém, em que puxou o gatilho, para uma ação inesperada, o cão do T.A.C. embaraçou-se nas velhas dobras da capa, impedindo a detonação. Calmo, absolutamente tranqüilo de seu, João Tibúrcio simulou que estava com sede, pedindo ao capitão que por favor lhe trouxesse uma caneca dágua. Enquanto Manoel Neto ia e vinha da despensa, perto do xadrez, João Tibúrcio preparou de novo o revólver, mantendo-o às escondidas sob a capa. Outra tentativa — e novamente a arma enganchou no forro da gabardine.

Enquanto isso, a conversa se mantinha no mesmo nível — o delegado perguntando coisas e o preso respondendo com evasivas. Pela segunda vez, os dois se separaram, João Tibúrcio pedindo

licença para ir ao interior da cela, no sanitário — com a promessa de que, na volta, contaria novidades ao capitão.

No WC do cubículo, desvencilhou-se definitivamente das dobras internas da capa, rasgando-as. E, de pronto, voltou às grades, já aí com o revólver engatilhado — para evitar novos imprevistos. Era só acionar o gatilho.

O primeiro estampido surpreendeu Manoel Neto, que, ligeiro, procurou mesmo ferido fugir do alcance de outras balas de seu agressor, esgueirando-se pelo corredor da cadeia. João Tibúrcio então colocou o braço direito para fora da grade e acionou pela segunda vez o revólver, no momento em que o delegado dobrava a esquina do corredor. A primeira bala alojou-se nos intestinos, produzindo-lhe mais de dez perfurações. A segunda alcançou-o no ombro, superficialmente.

A cidade ficou em pânico: "Mataram o capitão!" Aos poucos uma enorme massa humana se postava diante da cadeia. João Tibúrcio lá dentro, como fera acuada, gritando que descarregaria o resto da sua munição em quem se afoitasse em chegar à sua frente.

Descansando do almoço, fui avisado do ocorrido. E me desloquei imediatamente para os fins da Rua Direita, perto da Anderson Clayton, onde se situava a Cadeia Pública. Rompi a multidão e cheguei ao local em que Manoel Neto se achava, cercado de populares, o médico Raul Lafaiete já o atendendo. Da breve conversa que mantive com Raul, ficou de logo entendido que o caso era de natureza grave, exigindo tratamento cirúrgico. Sertânia não tinha hospital. O mais próximo era o de Pesqueira, a algumas horas de automóvel dali. Não perdemos tempo: chamamos José de Bastos, proprietário do único automóvel de aluguel da cidade, e o incumbimos de transportar o delegado a Pesqueira, sem perda de tempo. Junto com o motorista, viajaram outras pessoas.

Entrementes, a Cadeia Pública não tinha mais espaço vazio, o povo, irado, ameaçando pegar o agressor a unha. Os soldados do destacamento, armados de fuzil, atiravam em direção ao xadrez do ladrão, perdendo suas balas nas curvas do corredor.

Depois que o carro saiu da cidade, voltei à cadeia e me pus a poucos metros da cela de João Tibúrcio, tentando falar com ele. Aos gritos, de longe, dialoguei com o criminoso. Assegurando-lhe garantias de vida, pedi que se entregasse. Em vão:

— Vocês querem me matar! Quem vier aqui, morre! Eu não me rendo, não!

Alegando que não podia confiar em mim porque não sabia quem era eu, João Tibúrcio pediu a interferência de uma das pessoas que conhecia em Sertânia: "Seu" Maninho, Emanuel Veras, gerente da "americana" — como o povo chamava a Anderson Clayton.

Mandei buscar Maninho. E, com sua ajuda, recomecei o diálogo com João Tibúrcio. Com o endosso de Maninho, o criminoso passava de certo modo a confiar em mim. Reiterei a minha promessa de que, se ele me entregasse o revólver, sua vida seria respeitada. Dei-lhe minha palavra de honra.

— Tá combinado. Mas o senhor deve vir até o meu xadrez desacompanhado. Só confio no senhor, doutor! Venha à minha presença sozinho, que lhe darei o revólver.

As pessoas que estavam ao meu redor desaconselharam-me a aceitar a proposta do preso. Eu, contudo, confiei nela. E pedi a João Tibúrcio que se aproximasse da grade o mais possível. Seu braço estava por fora do xadrez, empunhando o revólver em direção ao solo. Aproximei-me, passos tranqüilos e seguros, e, num lance, pulei em cima do braço de João Tibúrcio, tomando-lhe a arma. Ele não reagiu, jurando que seu propósito era o de receber-me segundo o prometido.

Enfiando a arma na cintura, vi quando a massa humana invadiu o corredor, à frente o Sargento Dudu, com seus cento e vinte quilos de banha, a barriga tomando todos os espaços do dólman. Junto ao sargento, o Soldado Manoel Cavalcanti, compadre e amigo de Manoel Neto. De posse de um punhal de mais de quinze centímetros de lâmina, já fora da bainha, Manoel Cavalcanti gritava que iria sangrar "aquele bandido que matou meu capitão e meu compadre!"

Vendo-o exaltado, disse-lhe que o preso estava sob minhas ordens de promotor público. O soldado não se deu por achado:

— Não, doutor: Esse cabra vai ser sangrado agora mesmo. Não há quem me impeça!

O carcereiro da Cadeia Pública já havia, sob temor, entregue a chave da cela de João Tibúrcio a Manoel Cavalcanti.

Ao tentar demovê-lo da ameaça de matar o agressor, fui ligeiramente empurrado pelo soldado, que trincava os dentes e se babava de ódio. Ordenei ao Sargento Dudu que o prendesse, o gordo militar hesitando em atender às minhas determinações. Gritei que se o Sargento Dudu não prendesse naquele instante o soldado, ele, sargento, é quem seria preso por mim. No meio da confusão, com a ajuda de Maninho Veras, Antônio Olinto, João Dudu e outras pessoas, consegui que Manoel Cavalcanti voltasse atrás, entregando-me o punhal.

João Tibúrcio, perplexo, a tudo assistia, de dentro do xadrez.

Ao sair do recinto da cadeia, reafirmei que a vida do criminoso estava garantida em nome da Justiça, não admitindo nenhum ato de represália por parte dos soldados do destacamento.

O juiz de Direito da comarca, Ângelo Jordão de Vasconcelos, filho, estava ausente, em sua fazenda de gado no município de Afogados da Ingazeira. A única autoridade era mesmo eu, o promotor público, posto que o delegado de polícia Manoel Neto era a vítima da ocorrência. Abaixo de minha autoridade, o comissário de polícia João Dudu, inspetor de veículos, homem excelente, grande figura de sertanejo, mas inteiramente jejuno em matéria de processo.

No outro dia, interroguei João Tibúrcio no *forum* da cidade — uma dependência térrea do edifício da Prefeitura Municipal. Diante das marcas de sevícia que apresentava, requisitei um exame pericial, que o médico Raul Lafaiete realizou na mesma ocasião.

Tratando-o com urbanidade, pedi ao criminoso que me contasse toda a sua história, repetindo-lhe as garantias de vida que oferecera desde os primeiros momentos. Aí o agressor me disse que seu nome verdadeiro era João Pedro da Silva, usando os nomes de João Tibúrcio, Faustino e João Soares da Silva "para se livrar de dificuldades". Observei logo que estava diante de um criminoso já conhecido da polícia.

Depois das primeiras declarações e efetuado o exame pericial, João Tibúrcio ou João Pedro da Silva ou João Soares da Silva ou Faustino voltou à cadeia.

Pela manhã do dia seguinte, ouvi sua companheira — uma antiga prostituta de Sertânia, que passara a morar com o delinqüente há pouco tempo. Contou-me que estranhava sempre a vida do amásio, que se "levantava de mansinho pela madrugada", saía de casa e só voltava no outro dia pela manhã. Não trabalhava e lhe dizia que fugira de um lugar onde havia muita água. Essa, a história que sabia do companheiro. Nada mais.

Nesse meio-tempo, a cidade se dividia entre apoiar-me nas ações e recriminar minha "proteção" ao criminoso.

Fortemente escoltado, João Tibúrcio voltou à minha presença no meu gabinete do *forum*. Sabia-o analfabeto, posto que deixara de assinar seu nome no termo de interrogatório, de véspera. Então simulei que havia recebido um ofício da Secretaria de Segurança Pública, contando-me todo o seu pasado. João Tibúrcio demonstrou espanto, fumando nervosamente — com os cigarros que eu próprio fornecia, para ganhar-lhe a confiança no trato ameno. Em gesto previamente estudado, passei às mãos do criminoso um papel qualquer, com um timbre de repartição pública, ao mesmo tempo que pedia que o lesse.

— Isso aí é o ofício que eu recebi hoje da polícia do Recife. Toda sua vida está contada nesse papel. Pode lê-lo.

Eu já sabia que João Tibúrcio ia dizer que era analfabeto, por isso é que preparara a cena. Reafirmando que todo o seu passado constava daquele documento e exigindo reciprocidade às minhas atitudes de respeito à sua pessoa, inclusive garantindo-lhe a vida, adiantei ao criminoso que ia lhe fazer uma pergunta, só uma pergunta, naquele dia. Para essa pergunta — enfatizava — queria a maior e mais sincera resposta de sua parte. E formulei a indagação, de chofre:

— Quando foi que você fugiu do presídio de Itamaracá?

João Tibúrcio, sem perder um segundo na sua resposta, foi taxativo:

— Em novembro do ano passado, pelo mar.

As notícias que vinham de Pesqueira davam conta de que o Capitão Manoel Neto havia sido operado pelo Dr. Valdemir Lopes, passando razoavelmente bem, estando fora de perigo.

Por esse tempo, a Secretaria de Segurança Pública, de posse de minhas primeiras informações, mandava-me dizer que João Tibúrcio era um célebre assassino, acostumado a fugir das cadeias do Estado, além de perigoso arrombador — fugitivo da Justiça de Alagoas.

Os interrogatórios proseguiam, eu ouvindo diariamente o agressor do capitão, e o comissário de polícia, João Dudu, apondo sua assinatura nos termos do inquérito.

Dias depois, chegaram a Sertânia o investigador Rátis e o comissário Soares, da Secretaria de Segurança Pública. Vinham apurar o já devidamente apurado. Depois de ler os autos do inquérito policial, os dois agentes de segurança, alegando que precisavam voltar prestigiados, pediram que eu lhes permitisse aparecer na imprensa da capital e na secretaria como os homens que haviam conseguido as confissões de João Tibúrcio. Não me fiz de rogado. No fim de contas, iria contribuir para prestigiar dois antigos servidores públicos, aumentando e enriquecendo-lhes o "cartaz" na repartição.

Quinze dias depois do atentado, Manoel Neto voltou a Sertânia, o povo proporcionando-lhe festival recepção na estação da Great Western. O bravo perseguidor de Lampião era realmente forte, um tipo físico seco, mas resistente.

Mal teve tempo de andar — e eis que o delegado voltou às suas funções. A essa altura, João Tibúrcio estava com a prisão preventiva decretada pelo juiz de Direito.

Novamente, foi Manoel Neto à porta do xadrez do seu agressor:

— Como é, seu cabra, você diz ou não diz onde escondeu o dinheiro de Petrolina?

Aparentando arrependimento, João Tibúrcio respondeu que o faria, se fosse levado ao local — e indicou um terreno da cidade, próximo à estrada de ferro.

Mais que depressa, Manoel Neto mandou abrir a cela e saiu com o preso — sob a escolta de dois soldados, um pesadão, pachorrento, outro mal restabelecido de uma crise de maleita. Chegados à margem de uma cerca de aveloz, João Tibúrcio apontou para o outro lado. Ali estaria, enterrado, o pacote de dinheiro que trouxera de Petrolina. Manoel Neto, precavido, mandou que um soldado pulasse a cerca em primeiro lugar e ficasse esperando, do outro lado, o criminoso — com o fuzil na mão, pronto para qualquer eventualidade —, o outro soldado montando guarda ao arrombador, do lado contrário, também armado de fuzil.

Quando João Tibúrcio galgou a cerca — o primeiro gesto que fez foi empurrar com a perna o corpanzil do "meganha", deixando-o cair, esborrachado, no solo, disparando em correria pelas caatingas.

A cidade explodiu de estupefação, muitos censurando o procedimento do delegado, que retirara da cadeia um homem que estava à disposição da Justiça, com prisão preventiva decretada.

Novamente, encabecei as diligências — o juiz fora da comarca e o delegado desmoralizado.

Como percebera que João Tibúrcio estava apaixonado por sua amásia, adverti o comissário João Dudu da possibilidade de o fugitivo tornar à casa. As estradas de Sertânia estavam sob controle, eu requisitando as viaturas do Departamento de Estradas de Rodagem e o pessoal disponível das repartições públicas — a cidade toda pondo-se à procura do fugitivo.

Pela madrugada, burlando a vigilância de seus perseguidores, João Tibúrcio bateu na porta traseira de seu mocambo, chamando pelo nome da mulher — a essa altura instruída para dar aviso à polícia, que se colocara desde cedo próximo à residência.

Nu em pêlo, João Tibúrcio quis fugir, sendo alvejado por José Alves da Silva, conhecido por "Zé Queimada", um dos populares que se haviam oferecido para sua captura. A bala transfixou-lhe o fígado. Era noite de véspera de São João, a sede do América Futebol Clube de Sertânia abrindo seus salões para uma grande festa junina. A custo, conseguiu convencer que o médico do Posto de Saúde do município atendesse o ferido. Havia na cidade um generalizado sentimento de repulsa ao arrombador, pela tentativa de morte contra o Capitão Manoel Neto. Levamos, então, o criminoso para o consultório do médico, onde se prestaram os socorros de urgência, após o que providenciamos a volta do fugitivo à Cadeia Pública. Durante o atendimento eu, na cabeceira da mesa de curativos, instei João Tibúrcio a contar mais outros casos

de sua vida. Talvez pensando que fosse morrer ou, quem sabe, sensível aos repetidos gestos de humanidade de minha parte, declarou que estava condenado à pena de quinze anos e seis meses de prisão na comarca de Correntes, por tentativa de morte e outros delitos, bem como em Garanhuns — cidades de Pernambuco. E assim foi encadeando todos os fatos de sua história, eu anotando o que interessava à Justiça.

Uma noite, os soldados do destacamento, de guarda na cadeia, ouviram fortes gemidos de João Tibúrcio, deitado na cama da cela:

— Ai, meu Deus! Que dor! Não agüento mais! Sei que não amanheço!

Pela manhã do dia seguinte, o carcereiro notou que o preso não acordara à hora do costume. Olhou a cama e viu um lençol branco cobrindo um corpo humano, de pernas cruzadas para cima, a cabeça encoberta. Admitindo que o detento tivesse morrido pela madrugada, o carcereiro alarmou os soldados e resolveu abrir o cadeado da cela. A cena era cômica: em lugar de João Tibúrcio, o que havia na cama era um tripé de madeira, imitando um corpo humano de pernas cruzadas, o lençol ardilosamente colocado em cima. Bem que o arrombador dissera, em seus gemidos, que não amanheceria. Não amanheceria na cadeia, já se vê.

O foragido havia perfurado o estuque do xadrez com um ferro pontiagudo, retirado da caixa de descarga da cela. E, com ele, passara a noite trabalhando. Para evitar que os soldados ouvissem o barulho, João Tibúrcio, astuciosamente, abriu a torneira do banheiro, deixando a água correr a noite toda dentro de um balde.

Meses depois, soubemos que voltou a ser preso em Alagoas. Por segurança, ficou ele dessa vez na Casa de Detenção do Recife, enquanto o processo criminal corria na comarca de Sertânia.

Em 1949, integrando uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado, fui à Casa de Detenção com outros deputados. Um detento, na visita, bateu no meu ombro, rindo:

— O senhor não se lembra de mim, não? Eu sou aquele homem que atirou no Capitão Manoel Neto em Sértânia.

João Tibúrcio, fisicamente, era o mesmo: boa aparência, seco, falastrão. Depois de relembrar alguns aspectos de sua vida, advertiu, entre zombarias:

— Não vou demorar muito aqui, não, doutor! Vou fugir de novo. O senhor vai ver.

Ao tempo em que a energia elétrica do Recife era fornecida pela Pernambuco Tramways, já no fim desse período, a cidade, de quando em quando, ficava às escuras — um tipo de *black-out* estabelecido para racionalizar o consumo. A Casa de Detenção não

fugia à regra. Só que, mal interrompido o fornecimento de energia, o presídio fazia funcionar geradores próprios, que alimentavam os fios fortemente estendidos em seus muros externos, como proteção contra fugas de detentos.

Observador, João Tibúrcio ficou à espera, certa noite, do momento de interrupção da corrente elétrica. E, entre o *black-out* da Tramways e o instante de ligação dos geradores do presídio — coisa de poucos segundos —, o agressor do Capitão Manoel Neto pulou os arames eletrificados e, valendo-se das tiras de um lençol velho, desceu dos altos muros da Casa de Detenção para os lados da Estação Ferroviária — fugindo mais uma vez do seu cativeiro.

Como de hábito, tornou a ser capturado, nessa ocasião em Minas Gerais, voltando para o Recife.

Mas, certo dia, em conseqüência de briga com outro preso, foi morto por um longo espeto de assar carne, que lhe varou o corpo, da virilha ao coração, quando subia uma escada do presídio.

Aqui termina, pois, a história desse anti-herói popular, típica figura realmente do "Amarelinho" nordestino, bravo à sua maneira, nas disputas contra "os homens da lei".

Se muitas linhas gastei para reconstituir esses fatos, é porque estão eles contados, com incorreções, no livro *Serrote preto — Lampião e seus sequazes*, de Rodrigues de Carvalho, já em 2.ª edição.

Dos meus tempos de promotor público, o episódio de João Tibúrcio, João Pedro da Silva, João Soares da Silva ou simplesmente Faustino, com seus momentos de "suspense", valeria um bom filme de cinema, com Alain Delon no papel principal.

CAPÍTULO VIII

ATUAÇÃO EM GOIANA COMO PROMOTOR.
FACE A FACE COM OS LATIFUNDIÁRIOS.
ELEIÇÕES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
PRIMEIRAS ATIVIDADES COMO DEPUTADO.
PRIMEIRAS VITÓRIAS PARLAMENTARES.
O INCÊNDIO DO 15.º REGIMENTO DE INFANTARIA,
EM JOÃO PESSOA.
OUTRAS HISTÓRIAS DE GREGÓRIO BEZERRA.

De Alagoa de Baixo, como promotor, fui nomeado para Bom Jardim, com exercício interino na comarca de Goiana, velha cidade de Pernambuco, situada a uma hora de automóvel do Recife.

Economicamente dominada por duas usinas de açúcar, inúmeros latifúndios e uma fábrica de tecidos, Goiana ostentava uma história de lutas e tradições liberais, tanto no Império como na República. Até fins do século XIX, fora a mais próspera cidade da Província, com seus engenhos de açúcar, seu comércio a varejo monopolizado pelos portugueses, suas nove igrejas católicas e uma população urbana, de tendências liberais, participante da vida social e política.

A monocultura da cana-de-açúcar, porém, reduzira a cidade a um espectro do passado, mantendo antiquados seus padrões de desenvolvimento. Goiana agora vivia à sombra da Usina Santa Teresa e da Usina Nossa Senhora das Maravilhas, além da fábrica de tecidos expandindo-se por suas ruas.

Ao contrário dos "senhores de engenho", que moravam na cidade com suas famílias, comparecendo às festas nos seus cavalos ajaezados, fazendo-se acompanhar de vistosos pajens, os usineiros, residindo na capital, não mantinham o menor vínculo de relacionamento com o povo, conhecendo, por interesses óbvios, somente o juiz de Direito, o promotor público, o prefeito, o coletor e, naturalmente, o delegado de polícia, quase sempre um pobre e desvalido sargento da Força Pública, sem voz nem autoridade em seus feudos.

Periodicamente, os ricos proprietários das usinas iam à cidade, tomavam conhecimento da marcha de seus negócios, davam as ordens a seus administradores, discutiam as relações da empresa com o fisco e polícia — e lá se iam de volta à capital, sem saudades. De um deles, Diniz Perilo, costumava-se dizer que, ao passar pelas ruas da cidade rumo à casa-grande de sua usina, tapava as narinas com um lenço e levantava os vidros do seu carro, tal a ojeriza que tinha pelo povo de Goiana.

Ali me plantei para trabalhar, terra de minha mãe e de meus avós maternos.

Ninguém cumpria as leis sociais, sequer a lei de inquilinato, que determinava o congelamento dos aluguéis, na época. Na zona rural, velhos e antigos moradores de engenho eram despejados de suas posses sem indenização, o gado do latifundiário comendo seu roçado ou os vigias da usina destelhando seu casebre — para apressar a saída da propriedade. As questões de senhorio e locatário, na cidade, resolviam-se na delegacia de polícia, com prazos estabelecidos para a desocupação da moradia. Os crimes cometidos nas usinas e engenhos quase sempre ficavam impunes, porque envolviam "capangas" ou vigias das grandes propriedades.

Fiz o que pude no sentido de coibir tais abusos, passando a contar com o apoio da população. Sempre que me chegavam informações de violência, oficiava ao sargento delegado de polícia exigindo a abertura de inquérito. Era uma luta desigual, eu contra todos, contra um juiz corrupto, que até a sua roupa suja levava a lavar pelas empregadas domésticas da fábrica de tecidos, contra uma polícia de pobres "meganhas", que atuava segundo as conveniências dos latifundiários e dos usineiros.

Certa tarde, Aluísio Jordão de Vasconcelos, tabelião da comarca, confidenciou-me que o cadáver de um operário da Usina Santa Teresa fora sepultado no cemitério público da cidade com marcas evidentes de sevícias pelo corpo inteiro. A *causa mortis* descrita no atestado — enfermidade do fígado — não correspondia à realidade.

Goiana, zona palustre, era sujeita a doenças endêmicas permanentes, a malária encabeçando a lista da mortalidade e da morbidez. Os cadáveres vinham dos engenhos ou das usinas com bilhete pespegado ao corpo: "Morreu do baço" ou "Morreu do fígado". Preenchidas simples formalidades médicas, enterravam-se muitas vezes pobres vítimas das arbitrariedades patronais. Os "capangas" ou vigias dos latifundiários apareciam sempre como os autores desses crimes desalmados. E ninguém podia pegá-los pela gola, beneficiários que eram da proteção policial.

Como promotor de Igarassu, processei, certa ocasião, um desses vigias de usina. Chamava-se Lindolfo Aleixo de Barros. Nos estilos, requeri a juntada aos autos da folha de antecedentes do Arquivo Criminal. Semanas depois, chegou-me a cópia do prontuário n.º 17 105, capeado pelo ofício n.º 47/874, de 07-01-1962, da Secretaria de Segurança Pública. Lindolfo Aleixo de Barros, que permanecia em liberdade, trabalhando como chefe dos vigias dos Lundgren, das Casas Pernambucanas, naquela comarca, apresentava os seguintes antecedentes:

Campanha eleitoral de Osório Borba. Em comício realizado no Parque 13 de Maio, em 19 de outubro de 1952, no Recife, Paulo Cavalcanti, representando os comunistas, fala para uma multidão estimada em aproximadamente quarenta mil pessoas.

Fotografia tirada em Moscou em 1924, quando de uma reunião do Komintern. Vê-se no primeiro plano, à direita, Ho Chi-minh. No segundo plano, à esquerda, de braços cruzados, o pernambucano Rodolfo de Morais Coutinho, que morou com o líder sul-vietnamita no mesmo quarto, em Moscou, durante meses.

DIARIO DE PERNAMBUCO

JOÃO GOULART INICIA SONDAGENS PARA FORMAR O NOVO MINISTÉRIO

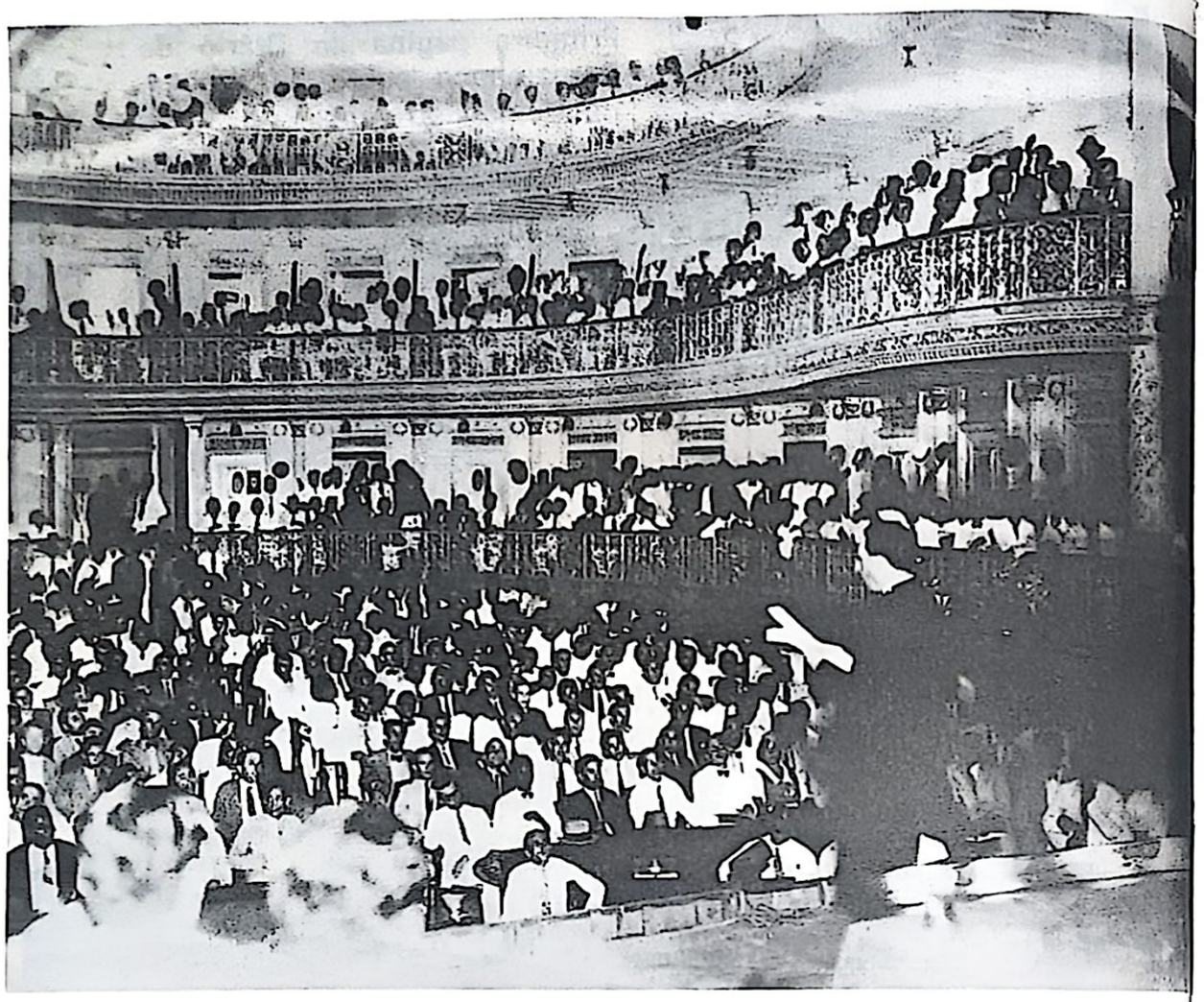
Hoje, No Recife, O Deputado Jair Calmon

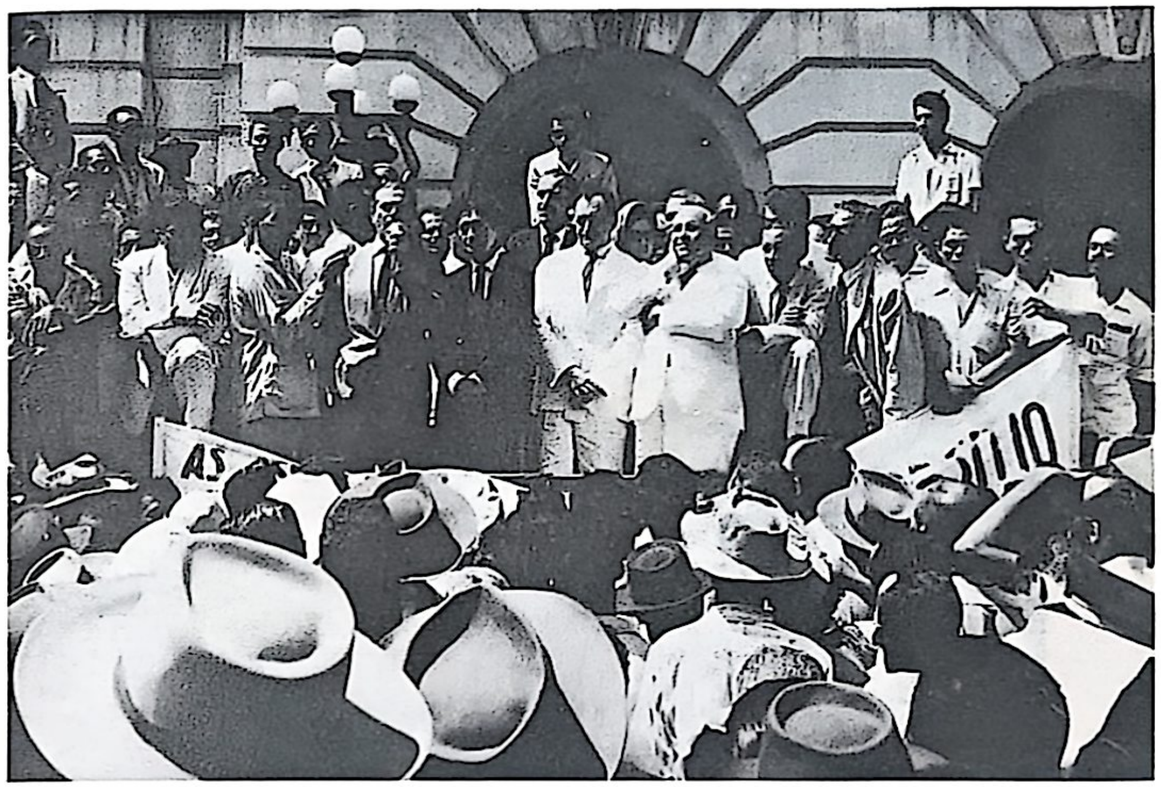
Apuração Amplia A Diferença Do "Não"

UDN Contra A Volta Imediata Do Poder Ao Presidente Jango

Primeira página do **Diário de Pernambuco** sobre a chachina da Usina Estreliana.

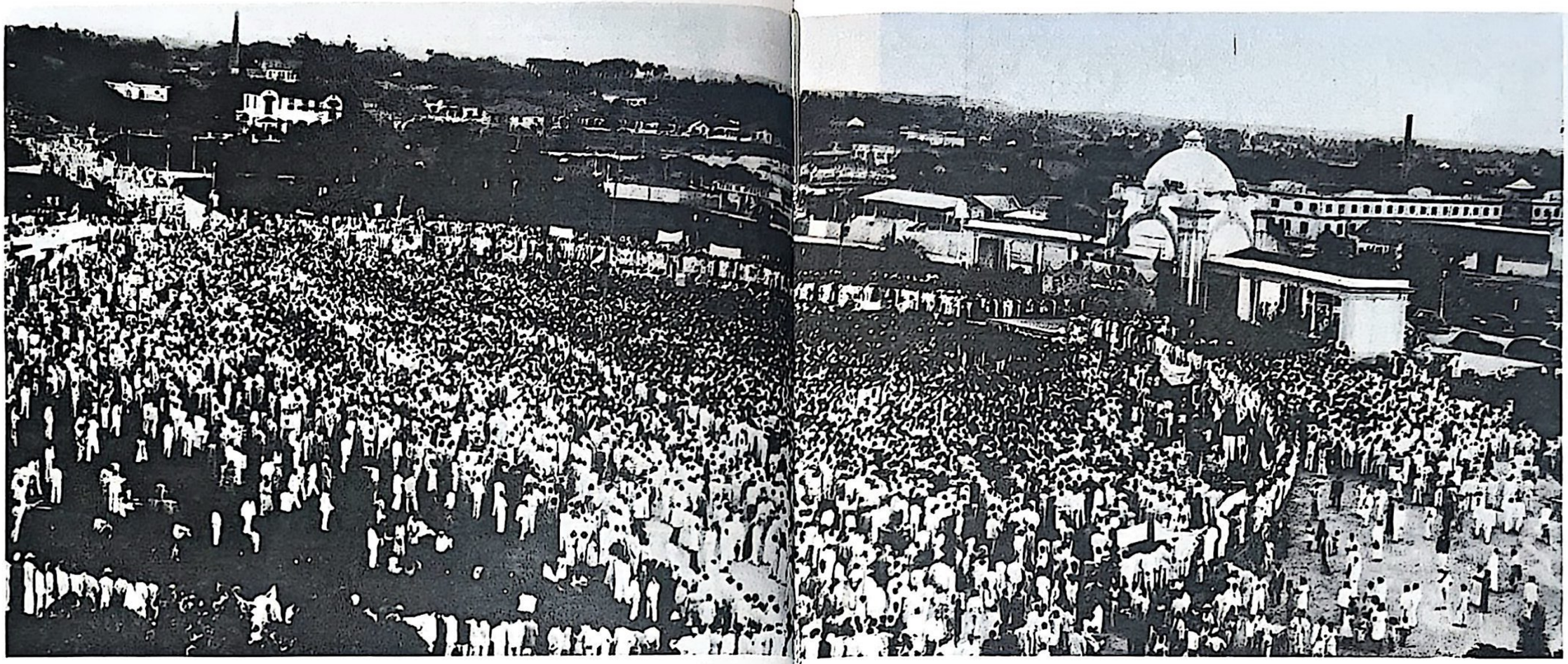
Chacina de trabalhadores rurais no pátio da Usina Estreliana, município de Ribeirão, de propriedade do industrial José Lopes de Siqueira Santos, no dia 7 de janeiro de 1963, uma semana antes da posse de Miguel Arraes no Governo do Estado. Os trabalhadores, mortos pelas costas, reivindicavam o pagamento do 13.° salário. As facas na bainha e a posição em que se encontram os chapéus demonstram que não houve luta por parte das vítimas.

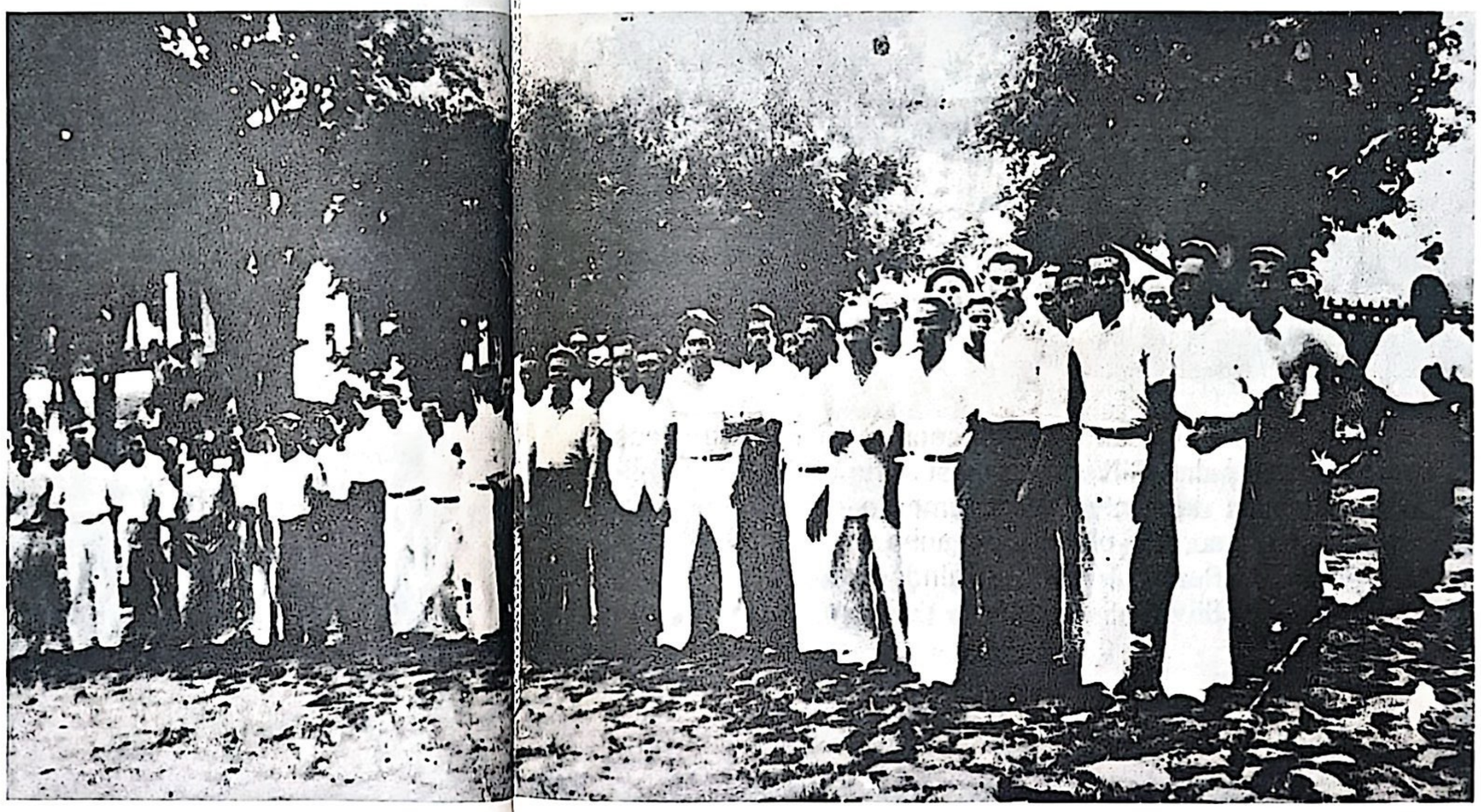




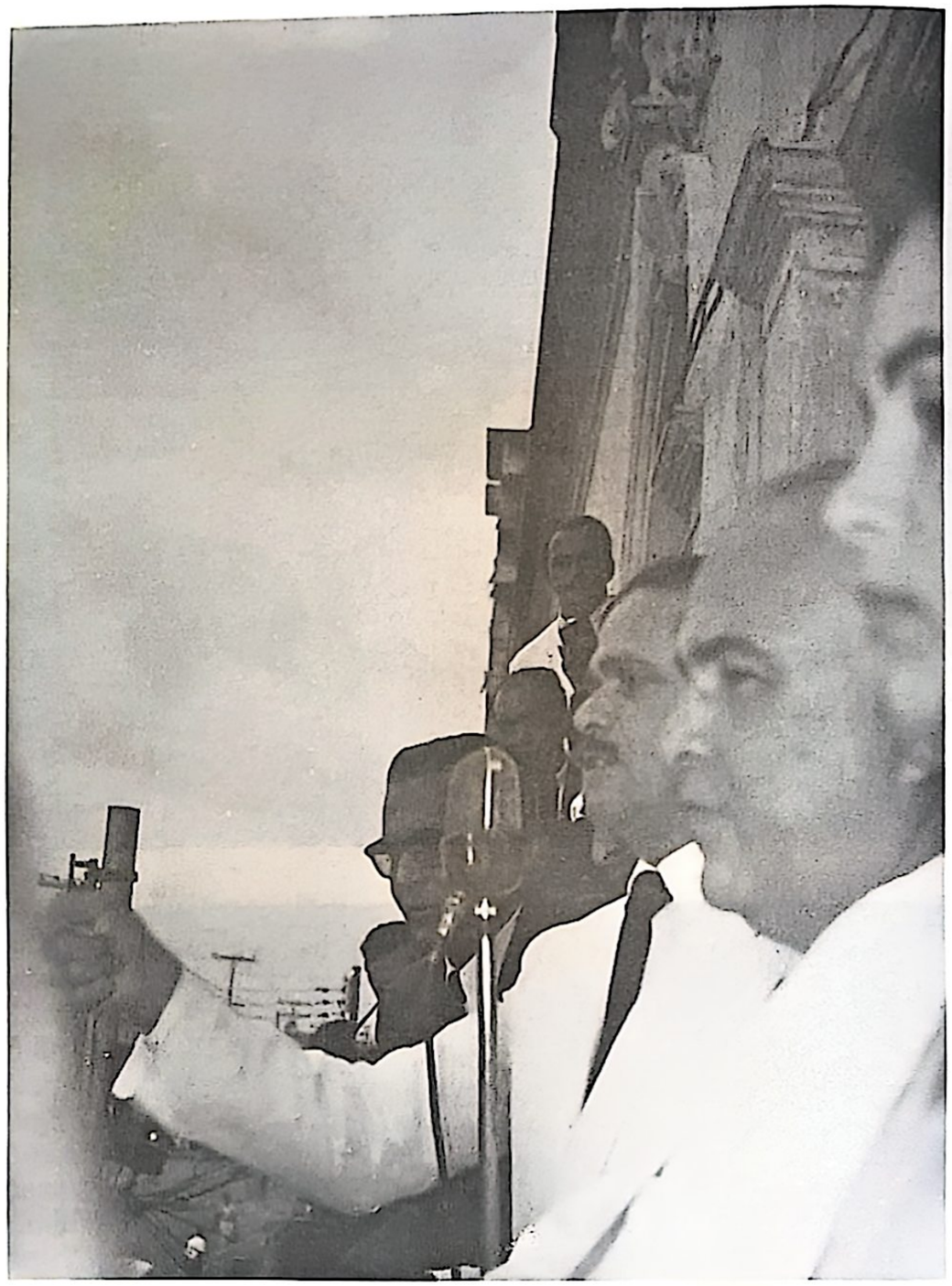
Cristiano Cordeiro, em uma conferência no Teatro Santa Isabel, em campanha pela Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, lançando a chapa "Trabalhador, ocupa teu posto".

À direita, acima, comício contra o estabelecimento do "Estado de Sítio" promovido pela "Frente do Recife", defronte ao Palácio do Governo, em 1963. Paulo Cavalcanti fala em nome da União Brasileira de Escritores vendo-se ainda no palanque Miguel Arraes, Pelópidas Silveira e Francisco Julião. Embaixo, ato público no Teatro Marrocos, em 1949, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, com a presença do General Honório Hermeto Cavalcanti e o Coronel Salvador Correia de Sá e Benevides; no primeiro plano, em cima do caixão, restos da bomba de efeito moral que a polícia jogou no recinto do teatro. Vêem-se ainda Pelópidas Silveira, Carlos Duarte e esposa, Edmundo Celso, Romeu Negromonte e José Guimarães Sobrinho.





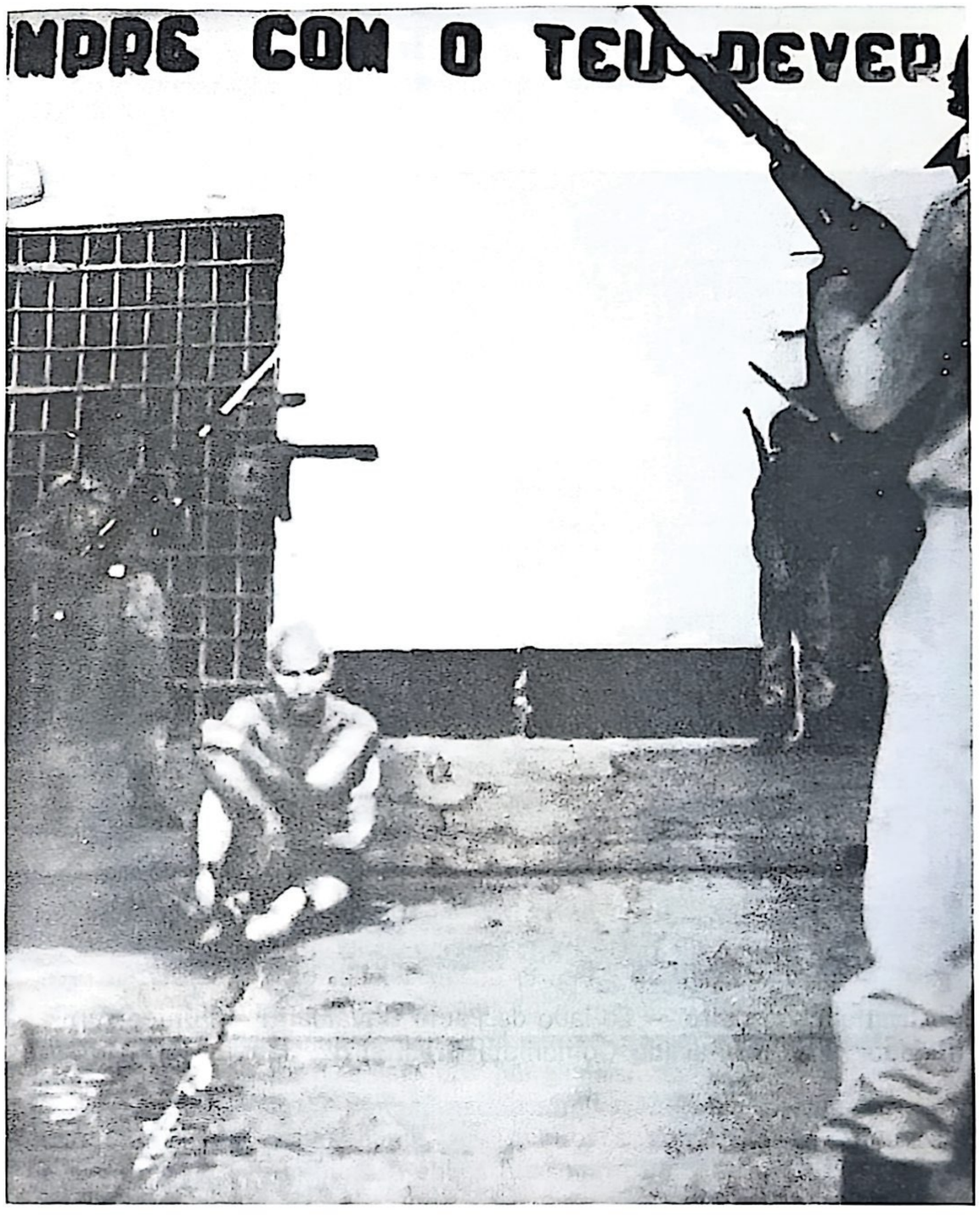
Acima, comício do "Primeiro de Maio com Luiz Carlos Prestes", em 1947, no Recife, no Parque 13 de Maio, com o aproveitamento das instalações do III Congresso Eucarístico Nacional, de 1939. Calcula-se em 60 mil pessoas o comparecimento a essa manifestação. À direita, "aliancistas" no presídio da ilha de Fernando de Noronha em 1938. Vêem-se entre outros, Gregório Bezerra, Carlos Marighela, Agildo Barata, Otacílio Lima, Paulo Moto Lima, Demócrito Silveira, Carlos Cavalcanti, Epifânio Bezerra, Clóvis de Oliveira Neto, Walter Weisberg, Ivan Ribeiro e Noé Gertel.



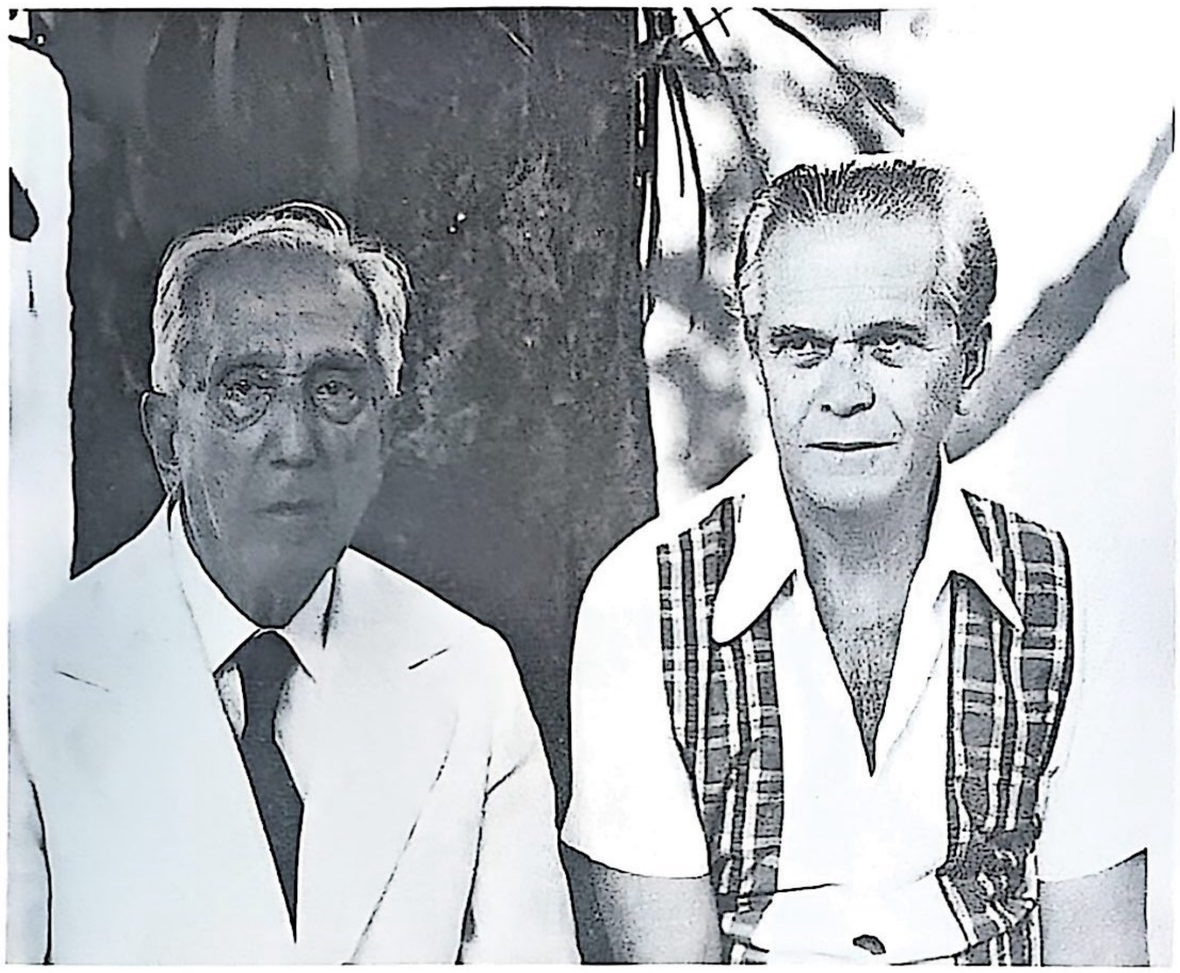
Recife, 1959. Paulo Cavalcanti, como secretário das Finanças do governo de Pelópidas Silveira, fala aos funcionários públicos municipais, após determinar o pagamento da diferença de vencimentos em atraso, em plena campanha de Miguel Arraes para a prefeitura do Recife. Vêem-se ainda Pelópidas Silveira e ao fundo Geraldo Silveira, secretário do Bem-Estar Público.

Cadáver de José Lourenço Bezerra no xadrez da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Sua morte, tida a princípio por suicídio, foi atribuída a torturas recebidas no dia 18 de agosto de 1936. Suas mãos edemaciadas caracterizam claramente os espancamentos recebidos durante a sua prisão.

Gregório Bezerra, na Auditoria da 7.ª Região Militar, em fevereiro de 1947, ao ouvir a sentença que o condenou a 19 anos.



Gregório Bezerra no pátio externo do quartel da Companhia de Motomecanização, em Casa Forte, Recife, em abril de 1964. No corpo equimoses devidas a incontáveis espancamentos.



Cristiano Cordeiro — ao lado de Paulo Cavalcanti —, único fundador vivo do Partido Comunista Brasileiro. Janeiro de 1978.

"Em Garanhuns, processado por crime de ferimento em várias pessoas no dia 5 de fevereiro de 1929; na mesma cidade, por crime de ferimento cometido contra Justina Maria da Conceição, a 9 de fevereiro de 1932; em Bom Conselho, por crime de latrocínio, cometido a 20 de setembro de 1935, sendo vítimas Antônio Marques de Melo *e outros* (sic); em Garanhuns, por crime de morte cometido a 28 de dezembro de 1935, sendo vítima Caetano Araújo, vulgo "Cotó"; ainda em Garanhuns, por crime de latrocínio cometido a 21 de julho de 1937, sendo vítimas Alcides e Joaquim Pereira; em Bom Conselho por crime de morte cometido a 3 de outubro de 1937, sendo vítima José Francisco da Silva; em São Bento do Una, por crime de latrocínio, cometido a 3 de junho de 1938, sendo vítima Pedro Francisco Alves da Costa; em São Bento do Una, novamente por crime de morte e ferimento, cometido a 2 de julho de 1938, sendo vítimas Joaquim Ferreira da Silva e outros; em Goiana, por crime de morte, cometido a 25 de junho de 1961, sendo vítima Dionísio Marcelino da Silva; e, finalmente, no mesmo município, por contravenções de porte ilegal de arma e embriaguês, cometidas em 14 de dezembro de 1961".

Esse monstro, portador de todo um quadro de hediondez, era chefe dos vigias dos latifundiários da cidade. Com tais antecedentes, não consegui que a polícia o prendesse. No mesmo dia em que formulei o pedido de prisão preventiva, Lindolfo foi avisado em tempo, foragindo-se. Se viver, ainda estará em regime de liberdade — ou impunidade. Possivelmente, trabalhando de vigia.

No caso do operário da Usina Santa Teresa, em Goiana, o episódio se repetia, semelhante a tantos outros por esse Nordeste afora. Fora ele vítima de cruel espancamento por um vigia do usineiro João Santos, seu corpo levado à cidade com um bilhete enfiado nas mãos inertes: "Morreu do fígado".

Processado, o assassino teve sua prisão decretada. Apesar disso, continuava solto, a fazer feira no povoado de Pontas de Pedra, distrito de Goiana, a polícia recebendo propinas da usina para deixá-lo em paz. A muito custo, obtive que fosse preso. Duas semanas depois, a cadeia de Goiana amanheceu arrombada: o criminoso fugira. Era evidente a cumplicidade dos "meganhas".

De minha parte, porém, não desanimava. Mandei imprimir, certa feita, por minha conta, uns avulsos à população da cidade avisando que a Promotoria Pública funcionava no edifício do Forum, de tantas a tantas horas, e quem se sentisse perseguido ou prejudicado em seus direitos procurasse entender-se com o seu titular.

As queixas contra despejos forçados, vindos da zona rural da comarca, se sucediam. Em face disso, requeria inquéritos sobre inquéritos, a polícia expedindo intimações a latifundiários e "senhores

de engenho". Na história de Goiana, pela primeira vez, muitos "coronéis" vieram explicar-se na delegacia, sob a ameaça de procedimento criminal. Isso irritava os poderosos da terra e fazia convergir sobre mim sua odiosidade.

O industrial José Albino Pimentel, dono da fábrica de tecidos, era apontado como sendo o maior corruptor das autoridades de Goiana. Ele mesmo me oferecera, para moradia, imóvel de graça, quando cheguei à comarca. Fui residir, ao contrário, numa casa modesta, de porta e janela, na Rua do Amparo, no vidro da janela da frente minha esposa colocando a placa: "Cobrem-se botões".

Vivíamos uma vida de classe média, eu me sustentando, com a família, à custa dos minguados vencimentos de promotor público.

Goiana era para mim um constante desafio. E isso me estimulava. Moço, cheio de esperanças, desempenhava meu cargo sem dar satisfações a ninguém.

Aos poucos, foi-se difundindo na cidade que eu professava idéias de esquerda, Pedrinho Leite, escrivão do cartório, me chamando de "camarada". Pedro Leite Filho era um tipo curioso: magro, gago, meio louro, fumando charuto, gostava de trajar linho HJ em plena guerra, as roupas de tecido importado custando-lhe uma fortuna. Num dedo indicador, um anelão de brilhante, faiscando. Dirigente do núcleo do Partido Comunista, dizia-se, por pilhéria, que Pedrinho Leite costumava abrir as reuniões de operários e pescadores de Goiana com a seguinte exortação: "Meus companheiros de sofrimento!" No fundo, era um sujeito bom, sensível ao sofrimento dos outros, gastando seu dinheiro em ajuda aos necessitados.

O vigário de Goiana, Padre Fernandes, um tipo eciano, sacerdote como aquele personagem de *O crime do Padre Amaro,* o Cônego Dias — o ventre bem nutrido, enchendo-lhe a batina, a cabeleira grisalha, o beiço grosso, lascivo e glutão —, vivia dos "óbolos" que lhe davam os poderosos da terra, a título de "auxílio para as obras da casa paroquial".

Quando um filho de "senhor de engenho" deflorava uma mocinha, corria o padre velho a arrumar-lhe casamento, de "papéis passados", com algum operário da fábrica ou trabalhador de usina, evitando com isso os percalços da Justiça aos seus protegidos. Com isso, o velho cura pensava salvar as instituições da família e da sociedade. O resultado é que as "obras paroquiais" ganhavam mais alento, ao término de cada enlace.

Por esse tempo, assumiu a Interventoria Federal do Estado o antigo advogado José Domingues da Silva. Na composição do seu secretariado, entraram alguns nomes que se tornariam, mais adiante, queridos do povo pernambucano: o prefeito do Recife Pelópidas Silveira e os secretários Ageu Magalhães, de Saúde, e Murilo Coutinho, de Viação e Obras Públicas.

Quando da formação do governo, meu nome chegou a ser cogitado para ocupar a Secretaria de Segurança Pública, por sugestão de amigos e colaboradores do interventor. Só não fui nomeado porque, à última hora, grupos mais conservadores se inclinaram para o nome do oficial do Exército Heleno Castelar.

Em seguida a José Domingues, veio o governo do General Dermeval Peixoto, na fase pré-constitucional, já com a queda de Getúlio. Os adversários de Agamenon ganharam bafejo oficial nesse período. Por sua influência é que fui afastado de Goiana. Assumi, então, a Procuradoria Pública de Bom Jardim.

A cessação de minha interinidade em Goiana repercutiu intensamente no seio do povo. Recebi inúmeras manifestações de solidariedade, principalmente dos frades do Convento do Carmo, que me ofereceram um jantar de despedida no claustro.

No desempenho de minhas funções na comarca, mereci sempre o apoio desses admiráveis sacerdotes — Frei Antônio Maria Gonçalves, Frei Inácio, Frei Bertoldo, Frei Alberto, todos muito jovens. A pecha de comunista, jogada em cima de mim, não os assustava, embora soubessem de minhas convicções materialistas.

O equilíbrio dos frades, no julgamento das coisas essenciais da vida, sensibilizava-me. E sua amizade eu a cultivo até hoje, para honra minha.

O povo da cidade, porém, vingar-se-ia do governo. Seis meses depois de meu abrupto afastamento, sem prévia comunicação, tornei a Goiana como candidato a deputado estadual, sendo o mais votado do município, no final do pleito.

Deixei ali grandes amigos, alguns ilustres como Lauro Raposo, Benigno Araújo, José Pinto de Abreu, João Malta de Moura, outros quase anônimos — humildes homens do povo, de alguns dos quais me ficaram exemplos de grande dignidade.

Em Bom Jardim, zona agreste do Estado, de atividades agrícolas, limitando-se, ao norte, com a Paraíba, encontrei um ambiente de grande agitação política, o prefeito do município, tenente reformado do Exército Toscano de Brito, a cometer desatino contra os correligionários do PSD — o grupo de Osvaldo Lima, o velho.

A cidade propriamente dita quase não tinha vida social, sua população ocupando-se, direta ou indiretamente, da agricultura, sem indústria, ainda que a mais rudimentar. Ficava-se a pensar, às vezes, de que se sustentava economicamente aquela gente, que somente saía de casa para as festas de igreja e nos dias de eleição ou quando das reuniões do Tribunal do Júri, espécie de espetáculo circense, com certa dose de tragédia. As disputas políticas concentravam, no resto, suas atenções, dois grupos digladiando-se.

Mal instalado na comarca, recebi um ofício do tenente solicitando que, como procurador da Fazenda Municipal (os promotores, na época, acumulavam, gratuitamente, essas funções), oferecesse queixa à Justiça contra o advogado Otávio Correia de Araújo, por motivo de haver este concedido uma entrevista ao jornal de Agamenon, *Folha da Manhã,* do Recife, denunciando o clima de arbitrariedades em Bom Jardim, criado pelo prefeito e pelo delegado de polícia.

Após esclarecer, em resposta, que, entre as atribuições do procurador da Fazenda, não figurava a de representar o município nas ações criminais, afirmei por escrito ao Tenente Toscano de Brito que "secundava, em todos os seus termos, sem a menor reserva, as reclamações e os protestos do advogado Otávio Correia", uma vez que, eu mesmo, como promotor público da comarca, era testemunha dos fatos.

A fim de aguardar o revide, pus-me de espreita. Passamos, então, o juiz da cidade, por outros motivos, e eu a sofrer as hostilidades da Delegacia de polícia e da Prefeitura. Quanto ao juiz, Cláudio de Morais Vasconcelos, quase foi agredido a arma de fogo pelo Delegado Severino Inácio de Albuquerque, frustrando-se o atentado graças à firme resistência do magistrado.

Aproximavam-se as eleições para a Assembléia Constituinte do Estado, toda a força do governo Dermeval Peixoto despejada contra o PSD de Agamenon.

O delegado de polícia não me conhecia pessoalmente. Na fase de apuração do pleito, encontrei-o, no Recife, conversando com o Tenente José Queiroz, antigo delegado policial de Bom Jardim. Fazendo-me de íntimo, abracei Queiroz e perguntei pelas novidades. As novidades, dizia-me Queiroz, são as eleições em Bom Jardim. E me apresentava ao Tenente Inácio, sem dizer, contudo, que eu era o promotor da comarca. Nesse ponto da conversa, Severino Inácio de Albuquerque desabafou:

— Fiz o diabo em Bom Jardim, "Seu" Queiroz! Mandei meus cabras "emprenhar" urnas, falsificar assinaturas de eleitores, votar duas vezes. Coagi "cabos eleitorais". Prendi gente. Fiz o diabo, "Seu" Queiroz! Dessa vez, o "Marechal" Osvaldo Lima perde eleição em Bom Jardim.

De volta à comarca, oficiei ao juiz, relatando pormenorizadamente os fatos. A apuração do pleito no município estava suspensa, em virtude do impedimento do juiz, que tinha um cunhado candidato, passando a incumbência ao magistrado da comarca mais próxima, Limoeiro, Dr. Morais e Silva.

À vista de minhas revelações, os fiscais e delegados de partido do grupo de Osvaldo de Lima preveniram-se, salvando quase todas

as urnas das impugnações premeditadas. No fim de tudo, o PSD de Agamenon deu uma "lavagem" na UDN.

Paralelamente a essas atividades funcionais, eu agilizava a Associação do Ministério Público em Pernambuco, órgão de defesa dos interesses dos promotores públicos, fundada por mim, Solon Araújo e Fernando Mendonça, em 1946.

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte realizaram-se a 2 de dezembro de 1945. Vargas cedia à pressão interna e externa. O golpe contra ele, na última hora, não impedira a marcha da redemocratização.

Em Pernambuco, o povo jejuno de eleições desde 1936, quando se realizaram as últimas, municipais, participava ativamente da campanha. Pela primeira vez, com sua própria legenda, o Partido Comunista do Brasil iria disputar mandatos, aferindo sua força.

Dois anos antes da queda da ditadura de Vargas, o secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins de Albuquerque, em relatório oficial, alardeava que o "comunismo está sob controle das autoridades policiais" e que, "fichados na Delegacia de Ordem Política e Social", havia somente onze indivíduos.

Nesse relatório, Etelvino Lins, aos moldes de hoje, dizia que o perigo bolchevista ameaçava porém a sociedade, vendo-se comunismo em tudo, até "no nudismo das praias", como ressaltava o secretário, textualmente.

Com as eleições para a Assembléia Constituinte, pois, iria medir-se esse trabalho profilático da polícia de Agamenon no "Estado Novo".

O resultado do pleito foi decepcionante para a polícia. o PCB surgia como um dos partidos mais votados na capital e cidades principais de Pernambuco, elegendo três deputados federais com extraordinárias votações, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra e Agostinho Dias de Oliveira. Gregório atingira, inclusive, o quociente eleitoral. Prestes, por ter sido eleito, simultaneamente, senador e deputado federal por vários Estados, conforme a lei eleitoral permitia na época, renunciou ao seu mandato em Pernambuco, dando lugar à convocação do primeiro suplente, Alcedo de Morais Coutinho.

Os líderes do PCB, em caravanas pelo interior, fizeram-se ouvir por centenas de milhares de pessoas. Em Triunfo, o vigário local mandou dobrar em finados os sinos da matriz, quase provocando a chacina dos manifestantes, que se reuniam num comício. Em Catende, terra de usina de açúcar, uma procissão, tendo à frente uma boiada, dividiu com intuitos provocativos o comício eleitoral do PCB na praça principal. No momento da confusão, para evitar um choque direto com os beatos e com os bois, Gregório Bezerra pegou o microfone e gritou para a multidão enraivecida:

— Tenham calma, companheiros! Abram alas e deixem passar a Idade Média.

Em 1946, realizou-se o pleito para a composição da Assembléia Constituinte do Estado, o Partido Comunista do Brasil elegendo nove deputados para um parlamento de cinqüenta e cinco: David Capistrano da Costa, Leivas Otero, José Leite Filho, Rui Antunes, Amaro Oliveira, Eleazar Machado, Waldu Cardoso, Etelvino Pinto e Adalgisa Cavalcanti — ex-militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, advogado, médico, sindicalistas e dona de casa.

Mais uma vez, a política "saneadora" do "Estado Novo" provava a sua inoperância. Os onze militantes do PCB, que viviam "sob o controle" de Etelvino Lins, multiplicavam-se geometricamente.

Pouco depois, nas eleições municipais de 1947, os comunistas foram largamente majoritários no Recife e em outras cidades importantes do Estado. De uma Câmara Municipal de vinte e cinco membros, os comunistas no Recife conseguiram eleger onze, utilizando a legenda do Partido Social Progressista: José Coutinho de Lira, Júlia Santiago, Demóstenes Silveira, Pedro Renaux, Aguinaldo Correia, Carlos Duarte, Otávio José do Nascimento, José Albino de Miranda, Ramiro Justino, Heitor Pereira, Andrônico de Barros e Claudino Lourenço, "Marinheirinho", numa composição social variada.

Os comunistas, no Recife, obtiveram 12 960 votos contra 9 371 do PSD, 8 698 da UDN, 4 946 do PL, 4 026 do PDC, 1 630 do PRD, 1 516 do PTB e 1 429 do PSB. Por este partido, o socialista, elegeu-se Antônio Bezerra Baltar, engenheiro e professor universitário. Não houve eleições para o cargo de prefeito. O Recife não havia reconquistado a sua autonomia. Como forma de protesto, os comunistas lançaram o nome do advogado John Kirchoffer Cabral como candidato a prefeito. Seus votos foram anulados pela Justiça Eleitoral.

Nas cidades de Olinda, Jaboatão, São Lourenço, Paulista, Carpina, Moreno, Cabo, Paudalho, etc., de maior concentração operária e eleitoral, os comunistas fizeram vereadores, sendo que em Olinda e em Jaboatão chegaram a organizar bancadas de três membros, em câmaras municipais de nove. O Professor Salvador Nigro, catedrático da Escola Superior de Agricultura e ex-redator-chefe do *Diário de Pernambuco*, foi um dos vereadores olindenses mais votados. O velho militante do PC Bernardino de Souza e Silva, o Dino, comandava a campanha.

Por um acordo entre o PC e o PSD, formou-se no município de Jaboatão, entroncamento ferroviário de grande concentração operária, uma chapa eleitoral para disputar a prefeitura do município, encabeçada pelo médico Manoel Rodrigues Calheiros, das fileiras dos comunistas, e pelo advogado Aníbal Varejão, baluarte do pessedismo na cidade. A chapa foi vitoriosa nas eleições, tornando-se Rodrigues Calheiros, assim, o primeiro prefeito notoriamente comunista eleito

no Brasil, possivelmente na América do Sul. Valendo-se de uma ausência de Calheiros, o Vice-Prefeito Varejão tomou-lhe a prefeitura, sob a alegação de que o titular havia se afastado do cargo sem licença da Câmara Municipal. Tornando de Maceió, onde fora a trato de negócios particulares, Calheiros arrombou a porta da prefeitura, com a ajuda do povo, e entrou no seu gabinete de trabalho. A lei permitia-lhe um afastamento do cargo até dez dias, sem licença.

Constantemente ameaçado pela polícia, com seus funcionários de confiança vez por outra presos pelo DOPS, Rodrigues Calheiros cumpriu seu mandato, deixando um nome honrado como administrador.

Jaboatão era apelidado de "Moscouzinho", pelo fato de ter um prefeito comunista.

Com o propósito de defender, junto à Assembléia Constituinte, as reivindicações do Ministério Público, de cujo órgão de defesa da classe eu fazia parte, como fundador, passei a freqüentar os corredores do Poder Legislativo e as ante-salas da sede do PC, elaborando emendas e as entregando aos deputados comunistas. Muitas dessas proposições transformaram-se em textos constitucionais, com o apoio da bancada da "Coligação Pernambucana", o PSD de Agamenon votando contra para preservar as regalias do poder. Entre as conquistas obtidas com a colaboração imediata dos comunistas, figurava o artigo da Carta segundo o qual o cargo de procurador-geral do Estado — chefe dos promotores públicos — somente podia ser preenchido "dentre os membros efetivos do Ministério Público". A inamovibilidade relativa dos promotores, que só por representação motivada do procurador-geral, com direito a ampla defesa, podiam ser removidos de sua comarca, ainda assim para outra "de idêntica entrância e igual importância", foi mais uma vitória da classe, de sua associação, através da bancada do PCB.

Aos poucos, ia-me tornando íntimo das rodas dos deputados, sendo ouvido pela bancada comunista em assuntos ligados a direito constitucional e administrativo.

Quando se promulgou a Constituição de Pernambuco, dela constou um dispositvo elevando para sessenta e cinco o número de seus integrantes, para ajustar a composição do Poder Legislativo ao último censo populacional, como mandava a lei. Haveria, então, eleições suplementares para o preenchimento de dez vagas. Esse pleito coincidiu com as eleições municipais de 1946.

A direção do PCB em Pernambuco organizou as listas de candidatos a deputados estaduais e a vereadores, meu nome sendo incluído, com surpresa minha, na chapa para a Assembléia Legislativa. Na ocasião de sabê-lo, ponderei a certos líderes do PC que, na mocidade, havia sido da Ação Integralista Brasileira e que talvez isso pudesse servir de provocação na campanha, prejudicando eleitoral-

mente o partido. Além do mais, na minha opinião, outros nomes havia, inclusive na chapa de vereadores, com mais tradição de luta do que eu e com maiores conhecimentos de assuntos políticos. José Leite poderá confirmar essa história. O outro dirigente a quem falei foi Leivas Otero. Debalde. A decisão sobre candidatos resultara de uma reunião especial do Comitê Estadual em que todos aqueles aspectos do problema haviam sido considerados. Não era mais tempo de reexaminá-los, alegavam.

Assim cheguei à campanha eleitoral, ao lado de Nelson Higino da Luz Monteiro e Cassimiro Pereira da Silva, este bandeado para as fileiras da polícia, pouco tempo depois.

Licenciado do Ministério Público, percorri o interior do Estado, ora em companhia de deputados estaduais do PC, ora de deputados federais, como Gregório Bezerra e Alcedo Coutinho.

Fui o candidato mais votado em Olinda e Goiana, minha antiga comarca.

Na apuração final dos sufrágios, fiquei porém na primeira suplência, elegendo-se somente Nelson Higino, com pouco mais votos do que eu, vindo os seus de todos os municípios em que os comunistas estavam organizados. Nelson Higino fora o candidato preferencial do PC, na legenda do PSD.

O Partido Socialista Brasileiro, diretório de Pernambuco, fez-me seu candidato, trazendo-me um apoio inestimável no seio da intelectualidade. Um manifesto subscrito por dezenas de professores da Faculdade de Medicina e de Direito recomendava ao eleitorado o meu nome.

Em Goiana, onde obtive expressiva votação, fui apoiado pelo PSD de Agamenon, em troca de votos dados ou a serem dados pelos comunistas locais ao candidato pessedista à prefeitura.

A campanha teve seus momentos pitorescos e inesquecíveis. No dia do pleito, no subúrbio de Santo Amaro, os jornais noticiaram que cédulas eleitorais foram vendidas a cinco cruzeiros, com o meu nome. O eleitor não acreditava na permissibilidade de ele próprio datilografar a sua chapa, à falta da imprensa.

Num comício de Goiana, a massa que me ouvia cotizou-se e me fez entrega, no final do *meeting*, de oitocentos cruzeiros, como forma de ajuda. Isso se repetiu em outros locais.

Em Nazaré da Mata, terra de Alcedo Coutinho, cheguei com ele para uma solenidade eleitoral. Os dirigentes do PC nos receberam com foguetório na "rodagem", à entrada da cidade. Conversa vai, conversa vem, e Alcedo perguntou que tal era politicamente o candidato à prefeitura municipal, cujo nome os comunistas deviam apoiar. O líder local foi pessimista:

— É um reacionário fervoroso, companheiro!

Alcedo estranhou, posto que conhecia o candidato. E então indagou das razões de tão severo julgamento.

Nos padrões da época, a resposta foi simplória:

— Porque nós já fizemos tudo para ele entrar no Partido Comunista e ele não quer.

Entre os novos deputados eleitos, constava o advogado Barros Barreto, amigo de Barbosa Lima Sobrinho. Na formação de seu governo, Barbosa o havia convidado para ocupar a Secretaria de Agricultura. Barros Barreto descendia de família tradicional, ligada historicamente à lavoura da cana-de-açúcar.

Como primeiro suplente, fui convocado para exercer o mandato exatamente nos momentos em que a polícia política prendia o deputado eleito Nelson Higino da Luz Monteiro, acusando-o de ter participado de uma "reunião comunista" na residência de Demócrito Silveira e outros, o subúrbio da Várzea.

Com esse golpe, pretendia-se (primeiro) evitar a posse de um parlamentar comunista logo depois da cassação geral dos mandatos; e (segundo) tentar o impedimento, se não o afastamento definitivo, do presidente da Câmara Municipal do Recife, Demócrito Silveira.

Sozinho, numa Assembléia numerosa, iria confrontar-me com sessenta e três deputados, em sua maioria, com pequenas exceções, "coronéis" ou representantes dos interesses dos "coronéis" do interior, quando não de grupos de políticos oligárquicos, velhos usufrutuários do poder, ao longo dos anos.

A tarefa que me impus, de logo, foi lutar pela libertação de Nelson Higino.

Preso em flagrante, urdira-se no ato uma apreensão de "farto material subversivo", constante de alguns livros entre os quais *Contos de Natal*, de Dickens, afora jornais de circulação diária. Além disso, apreenderam — prova suprema de subversão! — uma foice e um martelo. A foice, no estábulo da granja de Demócrito, no quintal de casa; o martelo, na gaveta de um armário da cozinha... Guardo, como recordação desse ato de insanidade, uma certidão da Auditoria Militar na qual se falam dos dois instrumentos de trabalho, perigosamente encontrados, embora em lugares diversos, na casa do vereador.

Exibiu-se pela imprensa, por acréscimo, outro material encontrado na casa do presidente da Câmara Municipal do Recife: o mapa de um quartel do Exército, com todas as suas dependências desenhadas. Tratava-se, pois, de um plano de assalto a uma unidade militar!

Na verdade, descontados o susto e a provocação, o tal mapa não passava de um croqui do cemitério da Várzea, cujos estudos de

ampliação do número de covas e sepulturas se achavam em mãos de Demócrito para emitir paracer, como vereador.

Da tribuna da Assembléia desmascarei a farsa, sensibilizando o plenário. Ao mesmo tempo, providenciava a diplomação de Nelson Higino por procuração, eu mesmo indo buscá-la, com um escrivão de tabelionato, no presídio.

Feito isso, propus em requerimento que o Poder Legislativo impetrasse oficialmente um *habeas-corpus* em favor de Nelson, a fim de garantir suas imunidades.

Conseguir que a proposição fosse aprovada pela Casa, constituiu para mim um grande desafio. Prudentemente, fui colher a assinatura, em segundo lugar, do deputado mais anticomunista da Assembléia, Constâncio Maranhão, monopolista da carne verde no Recife e líder de um pequeno grupo de parlamentares, conhecido como "a bancada do filé". Ficara célebre nos anais das crônicas políticas a chistosa advertência de Constâncio, segundo a qual "devemos almoçar os comunistas, antes que eles nos jantem". Com tato e argumentação, obtive a assinatura do "rei da carne verde" no meu requerimento. O resto foi fácil, todos acompanhando Constâncio no apoio à iniciativa do *habeas-corpus*.

Divulgada a aprovação do requerimento por unanimidade, Nelson Higino, Demócrito e outros foram soltos, arquivando-se o inquérito. Vingara o argumento de Constâncio Maranhão: é melhor combater os comunistas democraticamente, às claras, do que ter de enfrentá-los na clandestinidade.

Com Nelson Higino sentado ao meu lado, na Assembléia, iniciei outra luta pelo respeito aos direitos humanos. Dessa vez o alvo de minha atuação parlamentar era a figura de Gregório Lourenço Bezerra, preso em João Pessoa sob a acusação de haver incendiado o quartel do 15.º Regimento de Infantaria, localizado no lugar Cruz das Almas, da capital paraibana. Estávamos diante de nova e irritante farsa tramada contra os comunistas, naquele *marche-marche* em busca dos tempos perdidos do "Estado Novo".

Durante meus dois mandatos de deputado estadual, a defesa das liberdades individuais representou o centro de minha atuação, raro era o dia em que não denunciava uma violência policial, um espancamento, uma prisão ilegal, um seqüestro, um atentado à livre manifestação do pensamento.

O caso do 15.º RI foi, deles, talvez o mais rumoroso, posto que o mais vergonhosamente engendrado contra os comunistas.

A 7 de maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral, por três votos a dois, cancelou o registro do PCB. No dia 11 de janeiro de 1948, depois de prolongada discussão política em todo o Brasil, a Câmara de Deputados declarou extintos os mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda.

Nesse dia 11, em que o *Diário do Congresso Nacional* publicava a resolução cassatória, Gregório Bezerra compareceu ao Palácio Tiradentes, entrando no plenário. Outros parlamentares comunistas o fizeram, para demonstrar que, até a última hora, os comunistas haviam honrado o seu mandato. Era tarefa do PC.

Nos primeiros minutos da sessão, o presidente da Câmara, Samuel Duarte, ouviu um "Peço a palavra!" Era Gregório Bezerra que, de pé, solicitava permissão para apresentar seu último projeto de lei. Houve um *suspense* no plenário. Todas as atenções se voltaram para Samuel Duarte. Tranqüilo, com voz segura, o presidente da Câmara anunciou:

— Tem a palavra o nobre Deputado Gregório Bezerra.

Ninguém se ergueu para protestar. Num consenso mudo, a Câmara de Deputados homenageava um adversário político que se revelara um bravo combatente por suas idéias nas memoráveis sessões da Constituinte, um lídimo representante do povo, ele mesmo um antigo camponês da zona rural do Nordeste, ex-sargento do Exército, revolucionário, destemido e franco. Ali estavam, no plenário, seus mais ferozes inimigos de classe e de ideologia, todos, porém, silenciosos diante da figura imponente do velho lutador, agora expulso do convívio dos parlamentares.

O gesto educado e compreensível de Samuel Duarte foi entendido pelos demais. E Gregório falou — pela última vez, naquela legislatura. Defendeu a necessidade da criação de creches e berçários nas fábricas de mais de quinhentos operários. Dissertou comovidamente sobre o problema do menor abandonado, ressalvando que não o fazia como médico, fisiologista, higienista ou especialista em matéria de alimentação. "Não sou nada disso, senhor presidente. Vossa Excelência e a Casa sabem muito bem que não tenho capacidade intelectual, já que minha infância foi também daqueles miseráveis abandonados pela sociedade, por esta sociedade que fala muito em patriotismo, em sentimento cristão, mas que em realidade nada disto possui, como demonstram os seus representantes neste parlamento."

O plenário manteve-se calado, não por temor, evidentemente, mas em respeito à sinceridade de um homem que permanecia fiel a suas origens sociais e a suas idéias políticas.

Na seqüência da oração, abordou Gregório a questão da mãe solteira, que a sociedade burguesa teimava em ignorar, por preconceito. Quando o tempo do discurso estava a esgotar-se, Alcedo Coutinho requereu sua prorrogação. O primeiro deputado a levantar-se, votando a favor, foi o Padre Arruda Câmara, da representação pernambucana, velho adversário de Gregório, com quem mantivera discussões acaloradas no plenário, entre irritações e gestos agressivos, Gregório chamando-o, para delícia dos circunstantes, de "Seu" Vigário.

Agora, estava ali o velho lutador comunista, revestido de uma nova imunidade: a que provinha de sua bravura, da extrema fidelidade a seus ideais, da autenticidade de sua palavra de homem do povo. Era o seu derradeiro instante, na batalha perdida pela manutenção dos mandatos parlamentares. E o plenário, a respeito de tudo, foi digno desse momento.

"Gregório pronunciou
A oração derradeira
Apresentando um projeto
Em favor da mãe solteira.
Projeto feito com amor
À mãe pobre brasileira
A essa mulher do povo
Que só conhece canseira.
Projeto que mostra a alma
Alma pura e verdadeira
Desse homem contra quem
Já se inventou tanta asneira."

Cassado seu mandato, a direção do PC achou mais seguro que Gregório fosse morar com a família de Prestes, na ausência deste, que caíra imediatamente na ilegalidade. Em companhia, pois, de Anita, filha de Prestes, Lígia, Clotilde e Luiza, irmãs do "Cavaleiro da Esperança", Gregório foi residir na Rua Gago Coutinho, no Rio.

No dia 15, estando em casa, ouviu o *Repórter Esso* anunciando que um incêndio destruíra o quartel do 15.º RI, em João Pessoa, adiantando o locutor que o ato de terrorismo partira dos comunistas, em *revanche* contra a cassação dos mandatos. "Eu estava longe de supor", confessa Gregório, em depoimento, "que aquela provocação anticomunista viesse cair em cima de mim". E foi exatamente o que aconteceu.

Na Cinelândia, defronte do Senado Federal, no dia 16 de janeiro de 1948, — cinco dias após seu último discurso no plenário da Câmara de Deputados —, Gregório Bezerra foi preso pela polícia, quando, em companhia do Deputado Pedro Pomar, esperava condução para o almoço. Pomar, como Diógenes Arruda, eleito pelo Partido Social Progressista, num acordo com Ademar de Barros, em São Paulo, livrara-se da cassação, uma vez que a medida alcançava somente os parlamentares da legenda do PCB.

O máximo que Pedro Pomar conseguiu, em meio a protestos seus contra a arbitrariedade da prisão sem mandato judicial, foi a permissão de conduzir Gregório em seu próprio automóvel até o DOPS. Ao chegar à sede da famigerada polícia política carioca, foi Gregório brutalmente retirado do carro aos safanões e jogado num

xadrez hermeticamente fechado, "quase um cofre de aço", medindo quatro palmos de comprimento por quatro de largura, entrando ar por um pequeno orifício de cinco centímetros, no máximo.

Sentindo-se mal por deficiência de respiração, Gregório pôs-se a protestar com violência, batendo nas grades repetidamente. Uma hora depois, o Delegado Fredigal mandou abrir o xadrez, retirando Gregório para uma sala maior. Antes, o delegado conversara reservadamente com Cécil Borer, do DOPS, conhecido por suas violências contra presos políticos.

No dia 17, às quatro da manhã, Gregório foi escoltado até o Aeroporto Santos Dumont, área militar, e levado à capital da Bahia, como escala para João Pessoa. Em Salvador, no bar do aeroporto, os dois "tiras" que o conduziam quiseram fazer refeições, enquanto mantinham junto a si Gregório, algemado. Pediram, de início, uma laranjada. O garçom, dizendo que não tinha, virou-se para o preso perguntando-lhe o que ele queria. Se não tem laranjada — disse Gregório — uma garrafa de água mineral serve. Foi então quando o garçom, atrevido, redargüiu:

— Para o senhor tem laranjada. Para eles, não.

Depois de altercarem com o empregado do bar, os investigadores foram servir-se no restaurante da Aeronáutica, privativo dos militares.

De novo no avião, Gregório viu nas primeiras páginas do *Correio da Manhã,* comprado por um dos "tiras" em Salvador, a notícia, em destaque, de sua prisão. A atitude do garçom e o fato de sua prisão haver merecido tratamento jornalístico especial fizeram-no tranqüilizar-se. Era o começo de uma cadeia de solidariedade que o acompanharia durante todo o decurso dessa nova etapa de sua vida, áspera e incômoda como as demais.

Um grande aparato bélico o esperava em João Pessoa — caminhões carregados de militares, jipes armados com metralhadoras, viaturas da Polícia Civil. Fortemente escoltado, foi conduzido ao próprio quartel do 15.º RI, que o noticiário de rádio e imprensa havia dado como "completamente destruído". Na verdade, somente a parte de intendência e almoxarifado da unidade havia sido atingida pelas chamas — estranhamente, aliás.

Posto numa cela onde só cabia uma cama, Gregório teve de levantar-se algumas horas depois para receber a visita de uma autoridade. Pela farda, viu que se tratava de um general do Exército. A porta do xadrez gemeu nos trincos e Gregório foi solicitado a sair para a frente da cela. O militar, batendo ligeiramente com os calcanhares e fazendo uma breve saudação, apresentou-se, com um severo timbre de voz:

— General Adriano Mazza!

Perfilando-se, respeitoso, o preso respondeu, no mesmo tom:

— Gregório Bezerra, deputado comunista eleito pelo povo de Pernambuco!

À observação de que seu mandato parlamentar havia sido cassado, Gregório completou:

— Mas não pelo povo.

Alguns momentos decorridos — e é levado a uma sala onde se achavam oficiais de patente superior e alguns civis. Ali estava a comissão designada pelo comandante da 7.ª Região Militar para proceder ao Inquérito Policial-Militar a respeito do incêndio do quartel. Gregório nunca os vira antes. Entre os civis, soube depois que se encontrava o promotor público da Auditoria de Guerra da 7.ª Região, o bacharel Eraldo Gueiros Leite.

A audiência era informal — de apresentações e fixação de datas para os interrogatórios.

Por esse tempo, fora encontrado morto, num banheiro do 15.º RI, um soldado de nome Ernande. A versão de suicídio correu pela cidade, muitos estranhando a forma como foi noticiado o fato — sem fazer referência ao levantamento do corpo e ao laudo pericial.

Vinte e dois dias após, Gregório foi ouvido pelos encarregados do IPM. Solene, o General Mazza, presidente da comissão, advertiu-o de que iria ser interrogado sobre o "pavoroso incêndio do 15.º RI", esse "hediondo crime terrorista" cometido pelos "agentes de Moscou". Gregório ouviu tudo calado. A ele foi dito que muitas pessoas o incriminavam pela prática do incêndio. As provas, desse modo, eram concludentes, dizia o general.

— Esse ato criminoso — respondeu Gregório — não foi praticado pelos comunistas. Ao contrário, é contra os comunistas. Isso é uma farsa, general!

E continuou, com voz candente, olhando para os membros da comissão:

— Se um incêndio resolvesse os graves problemas do povo brasileiro, eu incendiaria não um velho quartel como este, feito quase todo de madeira, mas o Palácio do Catete!

Concluído o termo de interrogatório, puseram-no diante dos outros presos, cerca de onze, todos acusados de conivência no incêndio. Entre os detidos, a figura admirável do advogado João Santa Cruz e o médico José Vandregésilo de Araújo, pai de Geraldo Vandré, criança naquela época. Somente um deles disse que reconhecia Gregório como autor do crime, tendo com ele tramado a execução do incêndio. Seu nome era Clóvis Reis de Oliveira, peça-chave do processo, homem tido inicialmente pela comissão de inquérito como "sério e honesto", que confessara tudo "espontaneamente".

Dois meses depois, Eraldo Gueiros formalizou a denúncia contra os supostos criminosos, Gregório Bezerra encabeçando a lista como autor intelectual do incêndio e Clóvis como mandatário.

Repetia-se o famoso caso do Reichstag, na Alemanha de Hitler, em proporções bem menores. Tendo mandado incendiar em 1933 o parlamento germânico, o nazismo transferiu a culpa do delito para o "comunismo internacional", apontando como principal acusado George Dimitrof, dirigente do PC búlgaro, que morava clandestinamente na Alemanha.

Lá, a peça-chave do processo do Reichstag foi Marinus van der Lubbe, um imigrante holandês, utilizado como instrumento por Hitler. Lubbe vivia ali foragido.

Tal como Clóvis Reis de Oliveira, Van der Lubbe era um doente mental, presa fácil nas mãos de seus mentores.

Quando os fascistas atearam fogo à sede do parlamento, a Gestapo correu a detê-los, a Lubbe e a Dimitrof, incriminando-os pela trama criminosa. A partir daí, teve começo o rumoroso processo, que passaria à História como a página mais hedionda da sordidez nazista, nos preparativos para a implantação da ditadura do III Reich.

Utilizado como provocação contra os comunistas, que apareciam aos olhos do público como tendo incendiado o Reichstag para dar início a uma vasta revolução bolchevista na Alemanha, o feitiço virou contra os feiticeiros — com o reconhecimento, pelo próprio tribunal nazista, da inocência de Dimitrof. Para tanto, foi preciso não somente a atuação de grandes e renomados advogados estrangeiros, que funcionaram na defesa dos acusados, mas o deflagrar de uma campanha internacional de solidariedade, que desnudou ao mundo os desvãos do processo.

Também como na Alemanha, o incêndio do 15.º RI estava intimamente ligado à ilegalização do Partido Comunista, como pretexto. E lá como aqui se forjaram todas as peças para incompatibilizar os seus adeptos com a massa do povo.

A despeito de tantos exemplos históricos, ainda hoje se tenta, sem muita imaginação, repetir os processos de ontem. O caso do *Para-Sar,* denunciado insuspeitamente pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, é um deles. Que se pretendia? Nada mais, nada menos do que jogar bombas de *napalm* no centro do Rio de Janeiro, metralhar os estudantes no restaurante Calabouço e seqüestrar líderes políticos contrários ao atual sistema, jogando-os para morrer nas águas da baía da Guanabara, do alto de aviões da Força Aérea Brasileira, atribuindo-se tudo isso aos comunistas. Não fosse a coragem do Capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, que protestou contra esses planos, sendo, em conseqüência, reformado arbitrariamente pelo Ato Institucional n.º 5, e hoje não se ficaria sabendo que nossa FAB, de tantas tradições de luta nos campos da II Guerra Mundial, poderia estar transformada num setor odiento dos "Esquadrões da Morte".

Ao mesmo tempo que se prendia Gregório no Rio, o secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Alarico Bezerra Cavalcanti,

mandava recolher ao "buque" do DOPS quase toda a bancada comunista da Assembléia Legislativa, vinte e quatro horas depois da declaração de extinção de seus mandatos.

Estando no Recife, fui a palácio e conversei com Otávio Correia de Araújo, governador interino. De posse de determinações suas, compareci à polícia e visitei os presos, até então incomunicáveis. Horas depois, foram eles soltos.

No xadrez do 15.º RI, Gregório aguardava o desfecho do processo. Pelos próprios guardas, foi avisado de que havia um plano no sentido de envenená-lo, misturando-se vidro em pó com as refeições. Em face das denúncias feitas ao presidente do IPM, as ameaças não se consumaram.

Em abril, foi Gregório transferido para o Recife, a fim de facilitar os trabalhos da Justiça Militar, que tinha sua sede na capital pernambucana. Aí, na 2.ª Companhia de Guarda, na Rua Visconde de Suassuna, bem no centro da cidade, visitei várias vezes o velho amigo, companheiro de muitas jornadas eleitorais.

O PC, avisado da transferência, programara uma recepção a Gregório. Pelas cinco da manhã do dia seguinte ao de sua chegada ao Recife, de todos os recantos da cidade subiram ao ar girândolas e foguetões. E isso aconteceu, dentro de planos que somente o pessoal do PC sabia organizar. A polícia tentou, na última hora, impedir o foguetório, chegando a prender alguns líderes mais conhecidos dos bairros. Tudo, porém, se fez em pura perda. Os céus do Recife amanheceram cinzentos pelo espocar de bombas.

Quebrada a incomunicabilidade, Gregório começou a receber visitas. O quartel da Companhia de Guardas não tinha mais sossego. A toda hora, comissões de solidariedade, jornalistas, médicos, advogados, escritores, estudantes visitavam o preso, levando-lhe presentes e comida. O povo tomara conhecimento da farsa do 15.º RI, inclusive através da literatura de cordel:

"Usurpado no mandato
Que o povo lhe confiara
A reação novo bote
Contra ele já armara:
Um quartel que pegou fogo
Na Paraíba, inventaram
Que Gregório incendiara
E o meteram na cadeia
Sem que a culpa se provara".

Aproximava-se o 1.º de Maio. Perspectivas de graves fatos políticos, os anticomunistas assoalhando mil e uma provocações. No Rio, o depósito de munições de Deodoro, do Exército, explodiu.

"Obra dos comunistas", diziam, de logo, as autoridades policiais. E prisões se multiplicaram. Em nome das cem pessoas mortas na explosão, as violências não tinham paradeiro. Ao final, à comissão de inquérito, nomeada para apurar as causas do sinistro, o fato parecera casual, meramente fortuito. Mas as provocações continuavam. A fábrica de pólvora de Pontezinha, perto do Recife, pegou fogo. Novas prisões. Já aí o intento era a condenação de Gregório, alimentada a fúria do anticomunismo. Mais outros pares de dias — o incêndio da Sanbra, Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro Ltda., na capital pernambucana, despertando renovadas perseguições aos "inimigos da pátria". Mais outras semanas — e as caldeiras da Usina Catende, no interior, iam pelos ares, resultado de uma luta de competição com a Usina Central de Barreiros, por aumento de produção de açúcar, os fornos funcionando a todo vapor. Os culpados, no entanto, eram os comunistas, "os suspeitos de sempre", como na última cena do filme *Casablanca*.

No mesmo período, o avião em que viajava o General Gil Castelo Branco, comandante da 7.ª Região Militar, para uma visita de inspeção ao território de Fernando de Noronha, sofreu pane. "Os comunistas haviam misturado à gasolina açúcar."

Vivia-se um clima de excitação anticomunista, de propósito, enquanto o governo de Dutra enviava ao Congresso o projeto do Estatuto do Petróleo, abrindo as portas aos trustes para a exploração de nossas riquezas naturais. Urgia, pois, imobilizar os comunistas, fervorosos defensores do monopólio estatal.

Assumiram a defesa de Gregório no processo do 15.º RI os advogados Carlos José Duarte, do Recife, e Aristides Saldanha, do Rio, que passou a residir, por isso, na capital pernambucana. O trabalho de ambos foi eficiente e corajoso. Na história da defesa dos direitos humanos, o episódio desse processo há de ser, um dia, devidamente avaliado pela coragem e eficiência com que se houveram os advogados, desmontando uma por uma, sem piedade, todas as peças da chantagem. Foi realmente uma obra profícua de meses a fio de luta forense, com os percalços naturais a processos dessa natureza. A parte política da farsa foi posta em primeiro plano, sem prejuízo da produção das provas — abundantes até. O processo contra Gregório era um processo de cunho político, não somente visando à sua pessoa como à dos comunistas em geral. Sua defesa teria de ser também política.

No Rio, os jornais *Correio da Manhã* e *Debate*, além da chamada "imprensa popular", noticiavam todos os lances, publicando, além disso, entrevistas e artigos assinados. Edmar Morel, Osório Borba, Nilo da Silveira Werneck, Joel Silveira, Nair Batista, Alcedo

Coutinho e outros foram os mais destacados integrantes dessa monumental cadeia de solidariedade em torno de Gregório.

"Já levaram à treva o primeiro amigo,
Saberemos logo quantos seguirão.
O primeiro amigo era um gigante bom,
Tinha as mãos enormes de campônio simples
Tinha o gesto rude e uma eloqüência nova
Feita da coragem de quem crê na aurora.
...
O primeiro amigo mergulhou na treva,
Mil e mil amigos o libertarão."

Os versos de Bárbara Beatriz traduziam os reais sentimentos da opinião pública em face do processo iníquo. Gregório, "justamente Gregório, a quem o povo pernambucano elegeu, custeando as despesas, Gregório, a quem o povo pernambucano vestiu, comprando roupa e calçado, Gregório, para quem o povo consciente do Recife se cotizou e pagou a passagem, mandando-o assim ao Parlamento Nacional", como dizia Nair Batista, Gregório era o alvo de uma das maiores demonstrações de solidariedade, em certo momento da história das perseguições políticas em nossa terra.

A *Folha da Manhã* e a *Folha do Povo,* em Pernambuco, acompanharam a marcha dos autos, tudo divulgando em suas colunas — particularmente a *Folha do Povo*. O jornalista Clóvis Melo, que assinou para o jornal dos comunistas uma série de importantes reportagens sobre os fatos do processo, chegou a ser ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional pela Auditoria Militar, por "desrespeito às autoridades". A atuação da Associação da Imprensa de Pernambuco e dos seus confrades recifenses fez abortar a ameaça.

Alcedo Coutinho, Antônio Rollemberg, Mascarenhas Sampaio e Nair Batista, no Rio, dirigiram os ingentes trabalhos da comissão central de solidariedade, programando palestras, conferências e obtendo fundos para assistir a defesa de Gregório. O trabalho profissional dos advogados Carlos José Duarte e Aristides Saldanha foi gratuito — numa homenagem à pessoa de Gregório, réu inocente de uma medonha maquinação.

Os comunistas, no Recife, pichavam os muros da cidade com *slogans* "Liberdade para Gregório Bezerra" e "Abaixo a farsa do 15.º RI". A cada fim de semana, eu era chamado, como deputado, a proferir palestras, pondo o povo a par dos acontecimentos.

Quando as visitas a Gregório se tornaram mais numerosas, foi ele transferido para o quartel do 7.º Regimento de Obuses, na estrada

que liga Olinda a Paulista — com a finalidade de dificultar o acesso do povo à sua presença.

Em virtude do resultado do exame psiquiátrico de Clóvis Reis de Oliveira, subscrito pelos médicos Galdino Loreto e Ozanam de Oliveira, designados pela Auditoria, caiu por terra a peça principal da acusação. Clóvis era, comprovadamente, um mitomaníaco, passando adiante, como versões decoradas, tudo aquilo que espicaçasse sua imaginação. Em plena audiência, certa vez, ele chorou, pedindo desculpas a Gregório por tê-lo incriminado.

Insegura, a acusação passou a protelar a marcha dos autos. Até o Superior Tribunal Militar se pronunciou por um pronto desfecho, à vista de apelos e reclamações.

No meado do ano de 1949, procedeu-se ao julgamento. Iniciado às oito da manhã, prolongou-se até as três da madrugada do dia seguinte. O velho pardieiro da Justiça Militar, na Avenida Conde da Boa Vista, onde se reuniu o Conselho Permanente de Justiça, tremia em suas bases: uma multidão enorme, dentro e fora do edifício, aguardava o resultado. Funcionou no processo, como auditor, o Juiz Valdemar Torres, sendo Eraldo Gueiros o promotor de acusação.

Tão evidentes eram as provas dos autos — que Eraldo Gueiros concluiu por pedir a absolvição dos réus.

Todavia, os advogados de Gregório se empenharam em provar que o incêndio fora obra proposital, para encobrir deslizes praticados contra o patrimônio do Exército. Fizeram prova de que, à época do incêndio, a intendência do 15.º RI teria de prestar contas de suas atividades. Com o fogo, todos os documentos desapareceram, as chamas atingindo principalmente a parte do quartel onde funcionavam o depósito de material e a contabilidade.

O Conselho Permanente de Justiça, porém, dada a gravidade das denúncias dos patronos de Gregório, resolveu absolver os acusados, reconhecendo simplesmente a sua inocência, sem entrar em outros aspectos da questão.

Como corresse o boato de que Gregório seria novamente preso, dessa vez pela Polícia Civil, sob as ordens do Delegado Eudes Costa, logo encerrada a audiência de julgamento, os seus advogados organizaram um plano, em contrapartida, no sentido de protegê-lo. Um bom número de automóveis de amigos foi mobilizado para a tarefa. E tudo se executou a capricho. Primeiro, foi requerido que a libertação de Gregório se desse, não na Auditoria, mas no quartel do Regimento de Obuses, onde estava recolhido nos últimos meses.

Ante o deferimento do pedido da defesa, os advogados colocaram Gregório em seu automóvel e, disparados, rumaram em direção ao 7.º RO. No Varadouro, à entrada de Olinda, aproveitando o

escuro da madrugada, Gregório saltou de um carro para outro — a polícia perdida na perseguição a uns dez automóveis, ao mesmo tempo, cada qual correndo na estrada mais do que o outro. Aturdidos, os policiais do DOPS terminaram seguindo o carro em que eu me encontrava, sozinho.

Já era manhã, os primeiros raios de sol banhando a cidade, quando Gregório Bezerra deixou terras do Recife, a libertação vindo tarde, mas inquestionável.

CAPÍTULO IX

"O PETRÓLEO É NOSSO" E OUTRAS CAMPANHAS. A QUE SE DEVE A INSTALAÇÃO DA SUDENE. OS PERCALÇOS DE UM MANDATO DE DEPUTADO POPULAR.

Nas crônicas da República, a campanha do "Petróleo é Nosso" há de ficar como tendo sido um dos momentos mais altos da luta do povo brasileiro em defesa dos interesses nacionais.

Levada a efeito por civis e militares, a nível de massa, representou a mais expressiva "frente popular" de quantas se tem notícia nas últimas décadas — a única talvez a atingir plenamente seus objetivos.

Milhões de pessoas viram-se atingidas por seus *slogans* de propaganda, outros milhões comparecendo a atos públicos — de simples reuniões, em favelas e mocambos de subúrbio, até a majestosos congressos, de repercussão no exterior.

A vibração cívica que esteve presente à campanha — dos pronunciamentos iniciais do General Horta Barbosa contra o Estatuto do Petróleo, de cunho "entreguista", ao primeiro jorro de óleo arrancado das terras brasileiras pela Petrobrás — terminou por criar uma consciência nacionalista no seio de todo o povo. Esse o seu maior mérito, a grande lição de unir uma Nação inteira contra as ameaças dos trustes estrangeiros, acima de reivindicações imediatas, num exemplo de unidade. Não se visava a objetivos de grupos ou de classes, de pronta realização. Visava-se o futuro. Futuro a médio prazo, quase longínquo.

Por suas características, a campanha do "Petróleo é Nosso" pode igualar-se, pela ampla difusão de seus temas, transformando-se em força social, à luta pela abolição da escravatura, esta mais longa no tempo e mais dolorosa em sua trajetória. No sentido do alcance social, da penetração de suas idéias no seio do povo — elas se equiparam. Foi a partir da campanha do "Petróleo é Nosso" que se começou a distinguir os "nacionalistas" dos "entreguistas", questionando-se a participação das empresas estrangeiras na economia nacional.

Militante de suas fileiras desde os primeiros minutos, sou testemunha do entusiasmo que despertou na população, não obstante

ter contra si a chamada "grande imprensa" e outros meios de comunicação da época. Foi uma cruzada nitidamente popular, empreendida e ganha pelas massas.

Em Pernambuco, formou-se o primeiro grupo dirigente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo nos idos de 1949. Pelópidas Silveira, Murilo Coutinho, Antônio Bezerra Baltar, Carlos Luiz de Andrade, Carmita Jungman, Gilbert de Macedo, Ademar Benóvolo, Eurico Chaves Filho, os deputados Osvaldo Lima Filho, Edson Moury Fernandes, Paulo Germano de Magalhães, os vereadores José Guimarães Sobrinho e Dias da Silva participaram de sua diretoria. Professores como Ageu Magalhães, Salvador Nigro, Arnaldo Marques e Duarte Pontual apoiaram-na, assinando manifestos.

Raro o domingo ou feriado em que não se realizava um ato público pela propagação do movimento. No âmbito do Estado, o certame de maior significação foi o 1.º Congresso do Norte e Nordeste em Defesa do Petróleo, realizado no Teatro Santa Isabel. Numerosas delegações vieram de outros Estados, juntando-se às de vários municípios de Pernambuco. O advogado Romeu Negromonte foi um dos eficientes organizadores desse encontro nacionalista, cujas sessões superlotavam, por muitas noites, o velho teatro da Praça da República.

Meses antes, o Recife ouvira a palavra do General Artur Carnaúba, no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, em conferência sobre o monopólio estatal. Os diretórios acadêmicos das escolas superiores, sobretudo de direito e engenharia, efetuaram solenidades semelhantes, abrindo suas salas à massa popular.

O 1.º Congresso do Norte e Nordeste em Defesa do Petróleo encerrou seus trabalhos em praça pública, numa gigantesca manifestação defronte da Faculdade de Direito — a polícia rondando a multidão, com o fim de intimidá-la. O Centro Nacional, com sede no Rio, fez-se presente através de uma delegação de militares de alta patente, além de parlamentares, escritores e jornalistas.

Nas cidades do interior, a campanha revestiu-se de igual movimentação. Em Palmares, o Prefeito Luiz Portela de Carvalho aderiu à cruzada do "Petróleo é Nosso" com entusiasmo, recepcionando caravanas do Recife.

O melhor exemplo, porém, de decisão na luta quem o deu foi a população de Casa Amarela, na capital, na variedade de atos públicos. Na ocasião em que Dona Alice Tibiriçá, vinda do Rio, fez ali um comício, os trabalhadores de Casa Amarela inauguraram uma torre simbólica de petróleo, de madeira.

A polícia a derrubou. Fizeram outra, mais forte. A polícia veio e derrubou de novo. Passada uma semana, os populares construíram nova torre, dessa vez com a utilização de grossos e resistentes caibros de madeira, parafusados. Media uns quatro metros de altura e se situava no meio da rua, no lugar de maior movimento. A polícia

não pôde derrubá-la. E lá ficou por muito tempo a torre simbólica do petróleo, encarnando a resistência do povo contra seus adversários, motivo de orgulho para o pessoal de Casa Amarela.

Aos congressos que se realizaram no Rio, os pernambucanos compareceram com numerosas delegações. Participei, como deputado, de quase todos, ao lado de outros companheiros.

Da tribuna da Assembléia Legislativa, pronunciei seguidos discursos, obtendo que o plenário aprovasse, certa vez, uma moção de apoio à tese do monopólio estatal.

Em outras frentes de luta, empreguei a força de minha mocidade na campanha contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, pelo monopólio e estatização na produção da energia elétrica, pela paz no mundo, contra o uso de armas atômicas, contra o envolvimento do Brasil na Guerra da Coréia, etc.

Lembro-me de incidente digno de registro. Fazíamos a campanha contra o Acordo Militar. O Major Salvador Correia de Sá e Benevides, oficial reformado da Aeronáutica, realizava uma conferência no Teatro Almare, edificação de madeira armada, em caráter de emergência, no Parque 13 de Maio. Em meio à solenidade, a polícia fez deflagrar uma bomba de gás lacrimogêneo, dentro da platéia, onde mais de mil pessoas se encontravam.

Depois do primeiro momento de pânico, a massa se conservou tranqüila em seus lugares, lenço ao nariz, assistindo à continuidade da sessão, a cápsula vazia da bomba em cima de uma cadeira, no palco. Ninguém arredou os pés do teatro. E a solenidade foi até o fim, cumprindo-se, à risca, todo o programa.

A todos os atos públicos, a polícia comparecia. Às escondidas, esvaziavam os pneus dos carros estacionados, outras vezes prendiam manifestantes. Numa dessas, detiveram o estudante Antônio Guilherme, em Casa Amarela. Os diretórios acadêmicos ameaçaram entrar em greve — rapidamente evitada pelo recuo da polícia, libertando o preso.

Na campanha contra a guerra, fui delegado ao 1.º Congresso Brasileiro de Defesa da Paz, realizado na sede da União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo, em 1949. Da delegação de Pernambuco, participavam, entre outros, Alexina Crespo de Paula, Rui Antunes e o jornalista Cláudio Tavares. À última hora, já a UNE repleta de delegações de fora, seu auditório pequeno para tanta gente, veio a notícia de que o presidente da entidade, o estudante Genival Barbosa, estava preso no gabinete do ministro da Educação, Clemente Mariani. As autoridades federais queriam forçá-lo a mandar evacuar a sede da organização, desautorizando a reunião dos partidários da paz. Como não o conseguissem, deram ordens à polícia política para dissolver a manifestação. Eu estava na mesa diretora dos trabalhos, mal iniciada a sessão de abertura, quando o grande

salão da UNE foi invadido pelo Delegado Cécil Borer e seus policiais. Reconhecido pelos cariocas, Borer sacou do revólver e dirigiu-se à presidência dos trabalhos, então entregue ao médico Mário Fabião. Nesse momento, a massa começou a vaiar Borer e seus agentes. Soaram os primeiros tiros, a multidão comprimindo-se entre as cadeiras, procurando sair do alcance das balas. Fui dos últimos a deixar o auditório, sob a pancadaria dos "tiras" do DOPS. Nesse momento, fui espancado a cassetete de aço — uma peça semelhante a uma antena de rádio para automóvel, as partes se adentrando uma na outra. À primeira vista, o instrumento parecia de pequeno tamanho. Na medida, porém, que era utilizado, as peças se desencaixavam rapidamente com o impulso e uma bola de aço aparecia na extremidade. Um golpe com essa arma alcançava qualquer pessoa, numa distância de uns dois metros, aproximadamente. Recebi vários golpes na cabeça. O sangue empapava-me a roupa branca, do colarinho até as meias. Ao mesmo tempo que era espancado, protestava. Era pior. Os golpes se sucediam pelo corpo todo. Em certo instante, encostei-me num canto do salão, tentando esgueirar-me em direção à porta de saída. Um "tira" musculoso, de cor preta, que eu depois vim a saber chamar-se "Bolinha", de apelido, levantou nos braços uma cadeira e a jogou na minha direção. Baixei-me de repente — e a cadeira se espatifou de encontro à parede. A muito custo, cheguei ao andar térreo do edifício. Daí em companhia de outras pessoas, pulei o muro que separava a UNE de um velho pardieiro de três andares, nos quais funcionava uma pensão. Fiquei das quatro da tarde às oito da noite, sangrando, quando resolvi sair pelos fundos do prédio, com um pano em cima do ferimento maior da cabeça, na tentativa de obter socorro médico. Tomei um táxi e rumei a Copacabana. Na véspera, havia estado no apartamento do escritor Orígenes Lessa, velho amigo e confrade. Dessa vez, porém, ele não me reconheceu: eu de mangas de camisa, o rosto manchado de sangue, a calça amarrotada.

Por acaso, a esposa de Orígenes, adoentada, estava sendo assistida por um médico. Orígenes o chamou à sala para socorrer-me. O médico porém era ginecologista. Mesmo assim, perguntou-me se arriscava ter as feridas suturadas a cru, sem anestesia. Disse-lhe que sim. Contudo, ele mesmo recuou, ao ver a extensão das lesões.

Resolveu-se, por consenso, que eu iria para o Hospital São Sebastião, onde viria a ser medicado por Mário Fabião, o mesmo que presidia o Congresso da Paz, na hora do conflito. Recebi cerca de vinte pontos de sutura a *catgut*, saindo da sala de curativos com parte do couro cabeludo raspada.

Depois de dois dias no hospital, transferiram-me para a residência do Dr. Gaspar Saldanha, pai do advogado Aristides Saldanha, patrono de Gregório Bezerra no processo do incêndio do 15.º RI na

Paraíba. Fiquei uma semana em tratamento. E foi lá, uma noite, que conheci o velho caudilho Flores da Cunha, amigo do Dr. Gaspar.

Voltando ao Recife, compareci à Assembléia Legislativa com uma boina azul na cabeça — "uma reluzente boina basca", como diria o jornalista Aníbal Fernandes, comentando o incidente da UNE, ponto-se do lado da polícia — e requeri, depois de historiar os fatos, que fosse examinado por uma comissão de médicos parlamentares, uma vez que a imprensa do Rio divulgara o meu nome entre os que, na UNE, "haviam agredido a polícia".

O laudo pericial, subscrito pelos deputados médicos Severino de Sá, pessedista, Vieira de Menezes, udenista, e Lídio Paraíba, integralista, constatava, além de várias escoriações pelo corpo, um ferimento, por instrumento contundente, medindo quinze centímetros, em forma de L, com exposição do occipital.

Entre os feridos graves, figuravam Luiza Ramos, filha do romancista Graciliano Ramos, e João Saldanha, hoje comentarista famoso de futebol, com bala encravada na coluna dorsal, de um tiro desfechado à queima-roupa.

Assim ocorreu o meu batismo de fogo, na expressão da palavra.

Quando cheguei a Pernambuco, como forma de protesto, pedi ingresso no Partido Comunista.

Entre as organizações de massa, de fundo democrático e patriótico, que funcionavam nesse tempo em Pernambuco, uma das mais atuantes, na prática, foi a Liga de Emancipação Nacional, depois do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. A liga, com sede nacional no Rio, congregou novos aliados em Pernambuco, destacando-se Miguel Arraes, seu presidente, Francisco Julião, líder socialista, Gláucio Veiga, professor da Faculdade de Direito, Lindalvo Farias, professor da Escola de Agronomia de Areias, na Paraíba, e outras personalidades.

O ponto mais alto das iniciativas da Liga de Emancipação Nacional foi a realização no Recife, entre 20 e 27 de agosto de 1955, do Congresso de Salvação do Nordeste. Sua Comissão Organizadora e Executiva era composta de Souza Barros, economista, Carlos Daniel Magalhães, deputado estadual, Luiz Beltrão, presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco, Arnaldo Maciel, líder da UDN na Assembléia Legislativa, Bartolomeu Nery da Fonseca, industrial, Miguel Arraes, deputado estadual, Guimarães Sobrinho, vereador, Dias da Silva, vereador, Clodomir Morais, deputado estadual, Inácio Mariano Valadares Filho, deputado estadual, Maria Elisa Viegas de Medeiros, deputada estadual e professora, Sebastião Simões, químico, representando o Sindicato dos Químicos, Gláucio

Veiga, professor da Faculdade de Direito, Júlio Amaral, presidente do Sindicato dos Comerciários do Recife, Homero Salgado, presidente do Sindicato dos Ferroviários de Pernambuco, Césio Regueira Costa, secretário executivo do congresso, e eu, na condição de diretor do Departamento Cultural da Associação de Imprensa de Pernambuco.

Não há precedentes em Pernambuco de certame de tão variada composição social. A cidade do Recife cobriu-se de faixas e cartazes. Muitas indústrias de Pernambuco ofertaram brindes aos participantes do certame. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística imprimiu uma monografia especial para o congresso.

As sessões do Congresso de Salvação do Nordeste realizaram-se no Clube Português, um dos mais afamados do Recife, espaçoso e simpático. De todos os Estados do Nordeste vieram delegações. Permanentemente, nos salões do Clube Português, a qualquer hora, no período de 20 a 27 de agosto, encontravam-se centenas de pessoas — em mesas-redondas, reuniões de comissões técnicas e conferências. Foi realmente um grande sucesso, devendo-se a Clodomir Morais, principalmente, a Souza Barros e a Césio Regueira Costa o êxito do conclave.

Na presidência das comissões especializadas — de energia elétrica, sobre as secas, sobre a terra, de indústria e comércio, de agricultura, sobre minérios, sobre transporte, de saúde, educação e cultura, de trabalho na cidade e no campo — viam-se eminentes estudiosos, como Jesus Soares Pereira, Paulo Duarte, Carlos Belo de Albuquerque, Murilo Coutinho, Nissin Castiel, Padre Leopoldo Brentano, da Ação Católica Operária, Edgar Buxbaum, general reformado do Exército, Rodolfo Aureliano, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Acácio Ferreira, professor universitário na Bahia, Gabriel Cavalcanti, juiz de Direito no Recife, Franco Freire, professor em Sergipe, e outros, nos debates acalorados de problemas de interesse do momento.

Se enumero tantos pormenores do congresso é porque sua realização exerceu enorme papel no enfoque das questões nordestinas, despertando consciências e levando o Governo Federal a movimentar-se no sentido de encará-las de maneira séria. O próprio Juscelino saudou a realização do congresso em mensagem especial.

Logo depois do Congresso de Salvação do Nordeste, os bispos da Igreja Católica se reuniram em Campina Grande, em certame semelhante, reivindicando tratamento especial para a sofrida região brasileira.

Foi quando Juscelino Kubitschek, presidente da República, criou a OPENO — Operação Nordeste — e, em seguida, a CODENO, Comissão de Desenvolvimento do Nordeste.

De tudo isso resultou, tendo como ponto de partida o Congresso de Salvação do Nordeste, a criação definitiva da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — a SUDENE —, o primeiro grande empreendimento oficial de supervisão e estudos dos problemas seculares da região nordestina, dentro de uma filosofia moderna de desenvolvimento englobado.

A "Carta de Salvação do Nordeste", que resultou do Congresso de Pernambuco, foi amplamente difundida pela imprensa, resumindo as conclusões do grande encontro. Souza Barros e eu fomos os redatores dessa carta.

Pela Liga de Emancipação Nacional, núcleo do Rio, compareceu o Professor Henrique Miranda, que muito nos ajudou na efetivação das metas programadas.

A sessão de encerramento, no salão principal do Clube Português, revestiu-se de um brilhantismo a que não estava acostumado o afamado clube social luso-brasileiro: industriais, homens de governo, trabalhadores, cientistas, líderes sindicais, estudantes — no mesmo local, saudando com palmas a leitura das conclusões do conclave e aplaudindo seus oradores.

O Congresso de Salvação do Nordeste alcançou seus objetivos, transformando-se numa reunião de todo o povo nordestino, através dos seus melhores representantes. As forças de esquerda do Recife deram-lhe todo o apoio. Foram, na verdade, seu maior sustentáculo, seu núcleo dirigente.

Como intelectual, engajei-me na luta pela preservação da cultura nacional contra as influências alienígenas. A bem da verdade, foram os comunistas que desfecharam, na época, a maior campanha para assegurar as características nacionais e populares da cultura brasileira, abrindo colunas em sua imprensa à colaboração nesse sentido. Com todas as deformações ideológicas daquela fase, o trabalho dos comunistas resultou sério e fecundo. Nas principais capitais do país, circularam revistas literárias e artísticas sob a direção do pessoal de esquerda. Astrojildo Pereira, Jorge Amado, Afonso Schmidt, James Amado, Eneida, Artur Neves, Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto, Nilo da Silveira Werneck, Miécio Táti, Aidano do Couto Ferraz, o Barão de Itararé, Barboza Mello, Nair Batista, Aluísio Medeiros, Carlos Scliar, Vasco Prado, Abelardo da Hora, Portinari, Paulo Werneck, Dalcídio Jurandir, Alina Paim, Jacinta Passos, Moacir Werneck de Castro, Sosígenes Costa, José Geraldo Vieira, Alberto Passos Guimarães, Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré, Lila Ripoll, Edson Carneiro, Otávio Dias Leite, Solano Trindade, Egídio Squeff, Walter da Silveira — dentre eles, algumas das figuras mais importantes da inteligência brasileira participaram desse combate em defesa da nossa cultura, quase todos ligados ao

Partido Comunista. Esse trabalho dos anos 50 constituiu um esforço profundo no sentido da busca às origens da criação artística, dentro de um contexto popular e nacional. O sectarismo de então não teve força para invalidar a grande valia dessas iniciativas, graças às quais muito se fez em favor do patrimônio cultural do nosso povo, contra "o cosmopolitismo informe e degradante, essa espécie de alienação da própria personalidade cultural", como afirmava Astrogildo Pereira.

No Recife, dentro desse esquema de luta, fundamos a revista *Orientação,* mobilizando a juventude de esquerda, que não tinha vez nos suplementos literários da chamada "imprensa sadia".

Participei dos inúmeros congressos de escritores, organizados pelo PC e abertos à colaboração de intelectuais de várias correntes de pensamento. O de Salvador e, sobretudo, o de Goiânia cumpriram seu papel de estimulador da reação do que havia de melhor no país às influências perniciosas da literatura importada e seu papel colonialista. O de Goiânia foi talvez o mais importante, depois do de São Paulo, no caso do "Estado Novo".

Na Assembléia Legislativa, continuava meus esforços na discussão de problemas nacionais e regionais. Não é demasiado afirmar que não se passava uma sessão em que eu não pedisse a palavra para debater um tema econômico, social ou político. Fiz oposição cerrada ao governo Barbosa Lima Sobrinho, cuja polícia, entregue aos velhos esbirros de Agamenon — a famosa "Sorbone" da Rua da Aurora, como a denominava o jornalista Aníbal Fernandes —, cometia violência sobre violência, não somente contra as esquerdas, mas contra os elementos da União Democrática Nacional e outros partidos da oposição.

Discutia-se em dado momento, um projeto de lei oriundo do Executivo, aumentando os vencimentos do funcionalismo público. A bancada da UDN arregimentou-se para excetuar dos benefícios os servidores da Polícia Civil. Era um ato de represália ao clima de opressão vivido pelos udenistas. O meu voto e o do Deputado Nelson Higino eram decisivos — a Assembléia dividida, metade a metade, entre o PSD e a chamada "Coligação Pernambucana", de oposição.

Fui à tribuna e defendi o projeto em sua originalidade, incluindo o funcionalismo da polícia. Meu argumento era o de que, por um grupo de facínoras, não devia pagar a maioria dos policiais cumpridores dos seus deveres. E o aumento, ficou, como se queria, extensivo a todos os funcionários do Estado.

Quando se discutia, certa feita, um projeto governamental que autorizava a abertura de crédito suplementar para a Rádio-Patrulha, fiz a denúncia de que o motor de um dos seus veículos havia sido

dado, de mãos beijadas, a um deputado do PSD, em troca de um motor velho. Uma viatura da Rádio-Patrulha abalroara um poste, danificando sua carroceria. O motor, no entanto, ficara intacto. Como se vivia numa fase de absoluta dificuldade de importação de automóveis, um carro novo custando os olhos da cara, verificou-se, então, a criminosa permuta, em benefício de um parlamentar do PSD, em detrimento do erário.

Fiz a denúncia e o plenário não reagiu. Dias depois, o líder da bancada governista, pinçando uma frase do meu discurso, veio alegar que eu ferira o decoro da Assembléia, acusando, sem provas, um colega. E apresentou, em seguida, uma resolução dando-me um prazo para provar o que eu havia alegado, sob pena de ter o meu mandato cassado. Subscreviam a resolução quase todos os líderes da Assembléia Legislativa, inclusive alguns de oposição.

Por informações sigilosas, eu ficaria sabendo que a idéia partira do próprio Agamenon, governador do Estado, com o fim de fazer calar a minha voz no plenário.

Esse projeto foi votado em sessão secreta, no outro dia o *Diário do Poder Legislativo* publicando a ata da sessão, com todos os seus detalhes...

Da sessão secreta não participei, de propósito. Mas quando a ata foi divulgada, ocupei a tribuna da Assembléia, no mesmo dia, para declarar que formalizaria a acusação, com algumas exigências. A primeira era a de que a Mesa da Assembléia, em dia previamente marcado, reservasse toda a ordem do dia de uma sessão plenária para mim, vedando a inscrição de outros oradores. Segundo, que fizesse publicar na imprensa diária um convite ao povo para que viesse assistir aos debates, na tarde em que eu tivesse de abordar o rumoroso caso.

Acuada, a maioria da Assembléia votou favoravelmente ao meu requerimento, sem emendas.

Criou-se, então, uma enorme expectativa em torno do meu discurso, os jornais convidando o público para ocupar as galerias do Palácio Joaquim Nabuco.

No dia marcado, compareci com a maior tranqüilidade à tribuna, com quinze ou vinte laudas de papel datilografadas. Na tal sessão secreta, eu fora classificado de "indecoroso" por alguns deputados governistas — Nestor de Souza e Adalberto Guerra.

As galerias da Assembléia estavam repletas na tarde da minha denúncia. Presidia a sessão o deputado do PSD Torres Galvão, figura simpática de pessedista incondicional, elemento de Agamenon na cidade de Paulista, feudo dos Lundgren, das Casas Pernambucanas.

Sob o mais completo silêncio, discorri sobre a situação política internacional e nacional — para mostrar que a idéia de cassação do meu mandato vinha em conseqüência de uma histeria anticomunista, dentro do clima da guerra fria contra o socialismo. E fui por aí. Depois, referi-me às acusações de que fora alvo na tal sessão secreta, cuja ata havia sido anedoticamente publicada nos jornais. Nesse ponto, relacionei uma série de negociatas e escândalos ocorridos na Assembléia, envolvendo parlamentares de todas as bancadas. Eu seria indecoroso — dizia, sem citar nomes — se fizesse um projeto nessas condições; seria indecoroso se apresentasse uma proposição dessa natureza, gerando benefício a tais e quais pessoas ou classes, em detrimento dos interesses do erário; seria indecoroso se recebesse propinas para oferecer emendas desse tipo a tal matéria em discussão, com inconfessáveis propósitos. E fui assim alinhando, caso por caso, todas as mazelas que vinham ocorrendo nos últimos tempos no Poder Legislativo.

Aos dois deputados que me haviam classificado de indecoroso, revidei, citando-lhes os nomes. Um deles havia sido expulso do Sindicato dos Alfaiates, como advogado, pelo fato de lesar os cofres sociais. E li a ata da assembléia sindical, textualmente. O outro estava sendo processado criminalmente na comarca de Petrolina por infração ao Código Penal. O promotor, na denúncia, carregando nas cores, chamara-o de "tipo acabado de criminoso lombrosiano" — o que era um exagero, sem dúvida. Mas li o teor da denúncia, com toda ênfase, para esperneio do deputado.

Ambos fizeram menção de me agredir na tribuna, um deles chegando a puxar um revólver em minha direção, sendo obstado por interferência do Deputado Constâncio Maranhão, exímio em desapartar brigas na Assembléia, fazendo valer o seu corpanzil e as suas tradições de "brabeza". Quanto ao deputado que estava sendo processado no interior de Pernambuco, limitou-se a gritar-me impropérios, prometendo que ocuparia a tribuna logo que comprovasse a sua inocência na comarca. Vale dizer que terminou o seu mandato sem mais fazer uso da palavra.

No meio do incidente, quando fui ameaçado de morrer a tiros de revólver, o Presidente Torres Galvão levantou-se da mesa dos trabalhos, abandonando a sessão. Aliás, quase todos correram do plenário, deixando-nos quase sozinhos, a mim e a meus agressores.

Quando a calma se restabeleceu, permaneci na tribuna, à espera de oportunidade para encerrar o discurso. As galerias quase invadiram o plenário, no momento do tumulto. Eu é que, em pé, na tribuna, fiz apelos aos assistentes a fim de que continuassem em seus lugares, estendendo-o ao Deputado Torres Galvão, para que reassumisse a presidência. Era uma inversão de iniciativa.

No final da oração, como desfecho, declarei que estava disposto a declinar o nome dos responsáveis pelo desaparecimento do motor da Rádio-Patrulha, sob a condição de ver aprovado um requerimento, de minha autoria, em que se solicitava a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, de que eu fizesse parte, obrigatoriamente, com poderes para vasculhar os arquivos da Polícia Civil, inquirir investigadores, acarear secretários de Segurança, manusear documentos de contabilidade, o diabo a sete!

Se minha proposição fosse aprovada nesses termos, comprometia-me a declarar o nome dos culpados.

Antes, chamara a atenção da casa para a duplicidade de atitude da bancada do governo diante de minha denúncia e das graves acusações do Deputado Osvaldo Lima Filho, da oposição, que classificara, em discurso recente, a maioria situacionista do plenário de "bando de emasculados". Essa grave ofensa aos parlamentares governistas foi ouvida — dizia eu — sem que o líder da maioria, Deputado Nilo Pereira, corresse a requerer comissão de peritos para averiguar a procedência ou não da aterradora revelação. Fazendo quase morrer de rir as galerias e parte do plenário, eu me punha na condição de acusador mais benigno, ao denunciar somente que havia desaparecido um simples motor da Rádio-Patrulha, sem levar em conta os defeitos físicos dos outros colegas.

Para apreciar o meu requerimento, o Presidente Torres Galvão suspendeu a sessão por quinze minutos.

Nesse ínterim, fui tomar um cafezinho no bar da Assembléia, os manifestantes das galerias me aplaudindo à passagem.

Alguns minutos depois, o Deputado Torres Galvão reabriu a sessão, dando a palavra ao líder do governo, que, em ligeiro discurso, prometeu o apoio de sua bancada à aprovação da matéria, não sem antes declarar que, atrás do requerimento, eu queria desvendar, como comunista, os segredos da Secretaria de Segurança, "violando seus arquivos e fichários". Mas, o jeito era aprová-lo, contanto que eu declinasse o nome do responsável pelo desvio do motor.

Retomando a palavra, fiz novas acusações à política do Governador Agamenon Magalhães, acusando-o de ter medo de uma voz de oposição autêntica na Assembléia.

Por fim, com a aceitação unânime da constituição de uma CPI para investigar o caso do motor do automóvel da RP, pronunciei o nome do responsável — um ex-secretário de Segurança Pública e, naquele tempo, no desempenho de um mandato parlamentar federal. Como titular da secretaria, era ele o maior culpado pela irregularidade, conquanto houvesse outros implicados, de menor importância funcional.

Essa comissão de inquérito durou mais de um ano, reunindo-se somente para eleger seu presidente e tomar conhecimento de providências solicitadas por mim a respeito do momentoso caso.

Por falta de *quorum,* a CPI terminou caducando, salvando-se assim a pele dos indiciados e, o que era mais importante, o meu mandato de deputado.

Por curioso que pudesse ser, os meus maiores admiradores na Assembléia eram os "coronéis" do interior ou seus representantes. Muitos deles faziam parte de "sindicatos da morte", em suas zonas de influência política. Quando a polícia rondava a minha casa ou ameaçava envolver-me em alguma cilada, lá vinham os "coronéis", pressurosos, a oferecer homízio em suas fazendas e feudos. É que, sob certo aspecto, nós ambos — comunistas e elementos dos "sindicatos" — éramos vítimas das mesmas perseguições policiais, na condição de "fora da lei". Essa atitude dos donos dos "currais eleitorais" do sertão pernambucano me divertia, eu agradecendo o prestimoso auxílio de sua capangagem.

Em certa fase do governo de Barbosa Lima Sobrinho, os comandantes das Forças Armadas de Pernambuco — Exército, Marinha e Aeronáutica — passaram a hostilizá-lo abertamente. Num 27 de novembro, data em que se costuma reacender a chama sagrada do anticomunismo, a pretexto de comemorar a "intentona" de 1935, os chefes militares organizaram uma solenidade no cemitério de Santo Amaro. Para ela convidaram Barbosa Lima Sobrinho e seu secretariado, ao mesmo tempo que designavam para orador oficial do ato o mais azedo dos adversários políticos do governo, o então Vereador Wandenkolk Wanderley.

No seu discurso, à beira da sepultura dos mortos da "intentona comunista", Wandenkolk, dedo em riste em direção a Barbosa Lima, acusava o governo do Estado de ser cúmplice dos comunistas, a "caterva vermelha". Em seguida a Wandenkolk, falou o comandante da Base Aérea, com a mesma candente acusação ao governo do Estado. Barbosa Lima Sobrinho ouviu tudo, impassível. Quando porém o locutor de rádio começou a anunciar que a homenagem às vitimas da "intentona" estava chegando ao fim, Barbosa Lima Sobrinho tomou-lhe o microfone, resoluto:

— Agora quem vai falar é o governador do Estado.

E pronunciou um dos mais valentes discursos de sua vida política, rebatendo uma por uma todas as insinuações dos oradores oficiais. O ambiente tornou-se tenso, os militares calados, enquanto Barbosa Lima Sobrinho discorria sobre a autonomia do Estado, seus princípios e as lutas tradicionais do povo pernambucano em preservá-la, desde os tempos do Governador Manuel Borba que, pre-

mido pelo Governo Federal, proclamara a frase histórica: "Pernambuco não se deixará humilhar!"

Terminado o discurso, Barbosa Lima Sobrinho saiu do cemitério, com o seu secretariado, sem se despedir de ninguém.

A atitude do governador teve grande repercussão no Estado, a Assembléia Legislativa, a imprensa e o povo aplaudindo-a.

Aproveitando o momento, redigi um requerimento em que solicitava se dirigisse o Poder Legislativo de Pernambuco aos ministros militares, ao ministro da Justiça, aos presidentes da Câmara de Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal manifestando estranheza em face da interferência dos comandos militares em assuntos da economia interna do Estado. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Com isso, expus-me a óbvias represálias.

Um fim de tarde, quando a sessão na Assembléia já se escoava para o término, um contínuo me deu o recado de que uma pessoa queria falar comigo na ante-sala. Fui ao seu encontro. Sem identificar-se, um homem, ainda moço, bem vestido, cabelo cortado rente à cabeça, com sotaque carioca, me avisou:

— Não queira saber quem eu sou. Mas tome cuidado que hoje, à porta de sua casa, o senhor vai ser agredido por um grupo armado. Até o carro que conduzirá esse grupo já foi devidamente preparado, arrancando-se-lhe a placa oficial.

Agradecendo o aviso, voltei ao plenário e, depois de conferenciar com os deputados Gilberto Osório de Andrade, líder da oposição, e Luiz Magalhães Melo, líder do governo, revelei a denúncia que acabara de receber. Toda a Assembléia ficou ao meu lado. Designou a Mesa, então, uma comissão de deputados para ir às autoridades federais, imediatamente, solicitando garantias de vida para mim, enquanto o líder governista se comunicava com o próprio Barbosa Lima Sobrinho, por telefone direto. Nesse meio-tempo, a Assembléia ficou reunida em sessão permanente.

Otávio Correia de Araújo, presidente da Assembléia, quis que eu pernoitasse no Palácio Joaquim Nabuco, minha família sendo vigiada por elementos da Polícia Civil, por garantia. Resisti ao convite e fui para casa sozinho, no carro da presidência. Lá chegando, de fato encontrei um grupo armado, à frente um comissário de polícia — por determinação do Governador Barbosa Lima Sobrinho. Dispensei os investigadores e, após o jantar, fui dormir. Lá pelas tantas da madrugada, ouvi ruídos de passos e vozes humanas em redor da casa. Logo imaginei que se tratasse do tal grupo de agressores. Acordei minha esposa e ficamos esperando o pior, eu armado de um Smith & Wesson, cano curto, com uma carga de

balas no bolso do pijama, de sobressalente. E assim, tensos, permanecemos até o raiar do dia, sem que nada de anormal acontecesse. Quando abri as portas, pela manhã, não havia ninguém.

Soube à tarde na Assembléia que, por ordem do governador, os "tiras" voltaram à minha casa, para defender-me de qualquer agressão, mesmo contra a minha vontade. Pela primeira vez na vida, fui protegido pela polícia.

Exatamente nesse período é que houve a cassação de mandatos de todos os vereadores comunistas, eleitos sob a legenda do Partido Social Progressista, de Ademar de Barros. Somente no Recife havia doze, numa Câmara de vinte e cinco vereadores. A começar da capital, por pressão direta das autoridades federais, à frente o General Brasiliano Americano Freire, comandante da 7.ª Região Militar, foram todos cassados, a Mesa dos legislativos declarando extintos os seus mandatos. No dia seguinte a cada lote de cassação, o presidente da Câmara Municipal respectiva recebia um telegrama de congratulações do general. E assim ocorreu em vários municípios. No fim, restou o meu mandato de deputado estadual, o único comunista a ter voz numa casa de representantes do povo, em Pernambuco.

A cada ato de cassação, eu respondia com um discurso, denunciando que o Estado estava sendo dominado por um "Triunvirato de Bota e Espora", referindo-me aos responsáveis pelo clima cassacionista.

O cerco em torno do meu mandato, todavia, se apertava. Um dia, o Padre Wanderley Simões, da bancada do PSD e 2.º secretário da Assembléia Legislativa, foi chamado ao QG da 7.ª Região Militar. Abordaram-no sobre seu apoio, na Mesa, à minha cassação. O sacerdote reagiu com blandícia, a seu modo — mas rechaçando a idéia sugerida. Foi a vez, em seguida, de Otávio Correia, presidente do Poder Legislativo. A mesma reação, com mais blandícia ainda. Chamaram o 1.º secretário, Deputado Nilo Coelho. Em vão. Todos defendiam a preservação do meu mandato, embora reconhecendo que eu realmente falava em nome dos comunistas. Mas meu procedimento na Assembléia não tinha nada de subversivo, na opinião insuspeita deles.

E foi por isso que cheguei ao termo da legislatura.

Mas, antes, as forças que se opunham às de Barbosa Lima Sobrinho lavraram um tento, forçando o governo a exonerar da Secretaria de Agricultura o Deputado Barros Barreto, de quem eu era suplente. Com isso, praticamente, eu estaria fora do Poder Legislativo.

Ao assumir sua cadeira no Palácio Joaquim Nabuco, Barros Barreto pronunciou um discurso violento contra o que chamou de

planos reacionários aos propósitos democráticos de Barbosa Lima Sobrinho. Enumerou fatos e citou nomes, incluindo o do comandante da 7.ª Região Militar.

Por esse tempo, o General Brasiliano Americano Freire andara publicando no *Diário de Pernambuco* uns sonetos de sua autoria. O jornal, muito de propósito, ao invés de paginar a pífia colaboração do general no seu suplemento literário dos domingos, fazia-o em dia da semana, na seção de notícias locais, com o aviso malicioso de que recebera os poemas em ofício da 7.ª Região Militar — como se se tratasse de matéria oficial.

Em seu discurso, ao assumir o mandato, Barros Barreto declamou, com voz tremida, um desses sonetos, denominado "O Pirilampo", de rimas ricas em *ão,* pontilhado cada verso de exclamações finais, dizendo Barros Barreto que o fazia com certa dificuldade, uma vez que estava de dentadura nova, pelo que pedia desculpas ao plenário. O soneto do General Brasiliano era feito em louvor a uma senhora, no seu aniversário natalício, e tinha, embaixo do título, a seguinte dedicatória: "Nos anos da Sra. Fulano de Tal".

Nas vésperas de Barros Barreto assumir sua cadeira no Legislativo, eu condenara a cassação dos mandatos dos vereadores das cidades do interior, detendo-me na do vereador de Paulista, feudo dos Lundgren.

No mesmo dia, à tarde, dirigindo-me ao Edifício Seguradora, onde tinha escritório de advocacia, fui repentinamente agredido por cinco capangas dos Lundgren, que desceram de um automóvel, deixando-o em funcionamento. O Edifício Seguradora situa-se no centro da cidade, na Avenida Guararapes, e, à hora da agressão, perto das seis da noite, centenas de pessoas aguardavam, em longas filas, transporte para os subúrbios.

Subjugado por quatro capangas, o outro rasgava meu cinto com revólver e tudo, enquanto meus braços eram torcidos para trás com violência. Vendo-me assim, dominado por vários indivíduos, um homem que estava à espera de transporte entrou na luta em minha defesa, não sei se me reconhecendo ou se solidário comigo diante da covarde agressão. Forte, o desconhecido atraiu para si a fúria dos capangas, enquanto me dava tempo de entrar no edifício e procurar um médico conhecido, que me prestou os primeiros socorros.

Na sessão do dia subseqüente, compareci à Assembléia com um braço na tipóia, marcado de escoriações o resto do corpo. Nunca soube a identidade daquele que veio em meu auxílio, enfrentando com energia os cinco meliantes.

Com a posse de Barros Barreto — o governo de Barbosa Lima Sobrinho cedendo à pressão de grupos reacionários — tive de deixar a Assembléia. Incontinenti, porém, os comunistas deram tarefa ao

seu militante Nelson Higino da Luz Monteiro no sentido de que solicitasse licença para tratar de assuntos particulares. Assim é que, mais cedo do que se esperava, voltei à tribuna do Poder Legislativo — períodos de licença se sucedendo a outros períodos —, até que Nelson Higino renunciou definitivamente ao mandato, eu o assumindo plenamente, como 1.º suplente.

Os planos que visavam fazer-me calar ruíam por terra. E da tribuna do parlamento eu prosseguiria na luta em favor dos humildes e desprotegidos, agora somente uma voz, entre os sessenta e cinco deputados, defendendo o socialismo. Minha responsabilidade na Assembléia era enorme — substituindo uma bancada aguerrida, de nove membros, alguns dos quais brilhantes. Eu sozinho teria de suprir o vazio deixado por experientes líderes políticos, entre os quais um homem como David Capistrano da Costa, combatente da guerra espanhola, ex-prisioneiro de campo de concentração da Alemanha de Hitler, orador incisivo e contundente; ou um Rui Antunes, jovem bacharel, culto e de substanciais conhecimentos da realidade nacional; ou ainda um Waldu Cardoso, linotipista, modesto, mas coerente em suas lutas sindicais; ou uma Adalgisa Cavalcanti, líder feminina, padrão de dignidade e bravura revolucionária.

Fiz por onde honrar o meu mandato, mobilizando todas as forças da minha inteligência, suprindo, com esforço redobrado, as deficiências de minha formação ideológica. Fui, sobretudo, como parlamentar um defensor dos direitos humanos. Mas nunca me deixei levar por denúncias fáceis, de simples ou suspeitosas incriminações. Sempre que ocupava a tribuna para condenar o arbítrio, fazia-o com provas, o plenário acreditando no que eu dizia. Sempre contei, nas questões ligadas à liberdade e ao nacionalismo, com parlamentares do porte de Andrade Lima Filho, Osvaldo Lima Filho, Santa Cruz Valadares e Fernando Lacerda — governistas e oposicionistas.

A polícia, certa vez, empastelou a *Folha do Povo,* depois de prender e espancar seus gráficos e jornalistas. Na luta por sua sobrevivência, como jornal popular, a *Folha do Povo* tem uma história de sangue e sacrifício, nos anais do periodismo pernambucano. Como das outras vezes, fora, naquela ocasião, alvo de atrocidades policiais, suas máquinas quebradas, seus arquivos arrombados. A versão da Secretaria de Segurança Pública era a de que os comunistas haviam recebido a bala os agentes de segurança. A polícia fizera somente defender-se.

Toda a chamada "imprensa sadia", pela manhã, estampava em primeira página o noticiário, adotando a versão do DOPS.

À tarde, na Assembléia, fui à tribuna e relatei a verdade dos fatos, sem carregar nas cores. E encerrei minha denúncia apresentando um requerimento de protesto contra a ação da Secretaria de Segurança Pública. Nesses momentos, o plenário se dividia meio a meio — os pessedistas de Agamenon de um lado, a "Coligação Democrática" de outro, numericamente em proporções bastante equilibradas. Pelos meus cálculos, a sorte do requerimento dependia de um voto. E de um voto pessedista, ou seja, de elemento do governo. Eis quando se levanta o Deputado Edmar Moury Fernandes. Confessa-se em dúvida — de um lado a versão da polícia, do governo a que ele servia, do outro a palavra do deputado comunista Paulo Cavalcanti, que ele respeitava pela maneira veraz com que costumava relatar suas denúncias. Nesse dilema, Edmar Moury Fernandes decidia-se pela minha versão, "para ficar ao lado da verdade", embora criando problemas internos com sua bancada. E o requerimetno foi aprovado por maioria de votos.

Quase no fim do mandato de Barbosa Lima Sobrinho, a polícia cercou minha residência — Rádio-Patrulha, cavalaria, caminhões de transporte, jipes, um verdadeiro aparato bélico assustando as redondezas do pacato subúrbio em que resido. Programara-se a saída, num domingo, de um "comando de assinaturas" contra o uso da bomba atômica para fins guerreiros, partindo lá de casa. A *Folha do Povo* divulgara a notícia. Pela manhã, logo cedinho, minha residência foi cercada. Muitas pessoas que, saltando dos ônibus, se dirigiam ao portão principal, eram presas pela polícia. Outras, às pressas, conseguiram entrar, livrando-se das garras dos elementos do DOPS. Do terraço da casa, eu e minha família vimos muitos populares serem barbaramente espancados a cassetetes e metidos no camburão da polícia, aos empurrões.

Comunicando-me com o Deputado Nilo Coelho, 1.º secretário da Assembléia Legislativa, por telefone, relatei-lhe o que se estava passando, obtendo dele o compromisso de que iria falar imediatamente com Barbosa Lima Sobrinho.

Cerca de uma hora depois, o cerco de minha casa foi levantado. Mas as pessoas presas continuaram detidas. Depois soubemos que as moças recolhidas pelos "tiras" do DOPS, quando se dirigiam para o meu endereço, haviam sido libertadas após terem tido os seus cabelos tosquiados a faca "peixeira" pelos investigadores, além de sofrerem outros maus-tratos físicos.

O fato mereceu ampla repercussão nacional e até no exterior.

A Assembléia Legislativa, a requerimento meu, dirigiu-se, unanimemente, ao governador do Estado solicitando a abertura de inquérito, com a designação de uma comissão judiciária.

No curso das diligências, o Juiz de Direito José Pessoa de Oliveira Cavalcanti pediu o afastamento de suas funções do secretário de Segurança Pública, Coronel Osvaldo Passos Viriato de Medeiros,

e do delegado do DOPS Aluísio Pais. Barbosa Lima não hesitou um momento: dispensou-os de seus cargos.

Nas eleições estaduais posteriores, fui candidato novamente, dessa vez pela legenda do Partido Social Trabalhista, em virtude de acordo do PC com os correligionários de João Cleofas de Oliveira, candidato a governador, concorrendo com Agamenon Magalhães.

Minha candidatura, como a dos demais inscritos para deputados estadual e federal, apoiados pelos comunistas, foi impugnada pelo Partido de Representação Popular, apelido eleitoral da Ação Integralista Brasileira.

Um pouco de propósito, o Tribunal Regional Eleitoral "cozinhou" a apreciação do pedido, deixando os dias escorrerem, a data das eleições aproximando-se. Enquanto isso, a polícia impedia-me de falar em público, alegando que eu ainda não era oficialmente inscrito como candidato.

Num comício do Vasco da Gama, em Casa Amarela, o Comissário Edésio de Holanda aproximou-se de mim, com seus colegas, no momento em que eu ia fazer uso da palavra do terraço de uma residência, o público na rua ouvindo tudo pelos alto-falantes. A ordem — dizia — era proibir o *meeting*. Disse-lhe, então, que iria comunicar à massa a resolução da polícia. E usei o microfone para um discurso de quinze minutos, falando de minha candidatura e do apoio que dávamos à de João Cleofas para o governo do Estado. De minuto a minuto, o Comissário Holanda puxava a aba do meu paletó para dizer que o comício estava proibido — e eu lhe respondia que, mais um momento, e a reunião estaria acabada. E assim fomos ao fim, o povo recebendo a minha mensagem como candidato.

No Largo da Convenção, em Beberibe, a *Folha do Povo* noticiara a realização de um comício-monstro, em que eu e o líder bancário José Raimundo falaríamos como candidatos — sempre na campanha de apoio a João Cleofas. À hora marcada, oito da noite, a praça de Beberibe estava literalmente cheia, a multidão descendo dos morros para tomar parte na concentração. Eu iria discursar do estrado de um velho caminhão, cedido por seu proprietário. Em dado momento, chegou a polícia, à frente o Comissário Matusalém Wanderley. O grupo de "tiras" era bastante numeroso, todos à moda da casa — mal encarados, de chapéu pendido para um lado, o cano do revólver apontando do lado de fora do paletó. A ordem era proibir o comício. Em redor de mim e do Comissário Matusalém — a massa ouviu o diálogo. Ríspido, tentei argumentar que, como deputado, não podia ser impedido de falar ao povo em praça pública, não importando se minha candidatura à reeleição estaria ou não formalizada. Mas o comissário insistiu: o comício estava proibido. Sem mais argumentos que o convencesse, disse-lhe que iria falar, de

qualquer maneira, responsabilizando-o pessoalmente pelo que viesse a acontecer.

O grupo de policiais se arredou, postando-se na calçada de uma padaria. Os organizadores da manifestação, temendo o pior, não concordaram em que eu subisse ao estrado do veículo —, ficando no alvo fácil de qualquer atentado a distância. Resolveu-se que eu falaria do estribo do caminhão, num ponto um pouco mais elevado do que o nível em que se encontrava a assistência. E, com o microfone à mão, apontei para os "tiras", dizendo ao povo que eles responderiam por qualquer ato de violência naquela noite, se perturbassem a minha oração. E falei, menos do que o desejado, dado o estado tenso do ambiente. Recomendei, contudo, a candidatura de João Cleofas e pedi os votos dos manifestantes.

Nas vésperas do pleito, em cima do prazo estabelecido por lei para o término da propaganda eleitoral, o tribunal rejeitou a impugnação, mandando registrar as nossas candidaturas. Já aí não havia tempo para nada. Não vigorava ainda a cédula oficial de votação, cada eleitor precisando, na época, de se munir de sua chapa preferida. Resolveu-se, então, que sairíamos de porta em porta, nos subúrbios, fazendo a nossa propaganda e pedindo o sufrágio dos eleitores.

Um desses "comandos eleitorais", em Jaboatão, foi dissolvido por soldados do Exército. Ao nosso lado, distribuindo chapas, estava o prefeito do município, o médico Manoel Rodrigues Calheiros, comunista. Aliás, o primeiro prefeito comunista eleito no Brasil e devidamente empossado.

À frente dos soldados do Exército — o delegado de polícia da cidade, o Capitão Belarmino de Souza Neto, depois reformado em 1964 por ter-se conservado ao lado do Governador Miguel Arraes, solidário com os oficiais da Polícia Militar, sob o comando do Major Hangho Trench, também punido pelos atos institucionais.

Do nosso grupo faziam parte, além do Prefeito Calheiros, o advogado Carlos Duarte, candidato a deputado federal, Vicente Barbosa, comerciante, e alguns populares de Jaboatão. A ação dos soldados, dissolvendo o nosso "comando", ocorria numa zona suburbana da cidade, erma e deserta àquela hora da noite. Podíamos ter sido massacrados ali — sem testemunha.

Impedidos de continuar a tarefa de distribuição de chapas aos eleitores em Jaboatão, fomos presos e recolhidos à cadeia pública local, o Prefeito Calheiros protestando energicamente. Da cadeia, pela madrugada, fomos conduzidos por um transporte de tropas do Exército pela estrada de Socorro, onde se situa a Vila Militar Floriano Peixoto, centro da revolta "aliancista" de 1935. No meio do caminho, o comandante do grupo de soldados nos disse que íamos ser fuzilados no quartel. Refiz, de mim para mim, os fatos do dia

e concluí que não havia motivos para susto. Tudo não passaria de "guerra de nervos".

Transpusemos a Vila Militar e seguimos para o Recife, onde fomos entregues à Secretaria de Segurança Pública. Por essa altura, os rádios da cidade anunciavam os fatos — prisão de um deputado, de um prefeito, de um candidato a deputado federal, exatamente na fase em que, por lei, nem simples eleitores poderiam ser detidos — setenta e duas horas antes do pleito.

Barbosa Lima Sobrinho, governador, não se deu por achado: demitiu sumariamente o delegado de polícia de Jaboatão.

Apuradas as urnas, Carlos Duarte obtinha quase vinte mil votos, não se elegendo pelo fato de estar inscrito numa legenda eleitoral de fracas possibilidades; eu — o mais votado candidato a deputado estadual em todo o Recife.

Era a resposta do povo ao arbítrio.

Novamente na Assembléia Legislativa, recomecei o meu trabalho diuturno de militante político — de dia na redação da *Folha do Povo,* como um dos seus diretores, à tarde na tribuna do Legislativo, à noite nos comícios e concentrações em defesa da paz, da emancipação nacional — ou pedindo votos ao povo nos pleitos eleitorais.

No dia da instalação solene da legislatura, havia caras novas no plenário. Uma delas era o famoso e lendário "Coronel" José Abílio, conhecido por "Zé Abílio de Papacaça", do município de Bom Conselho, velho latifundiário — desses que, segundo se dizia, mandavam matar e, no outro dia, iam ao enterro da vítima levando flores para a viúva. "Coiteiro" e amigo de Lampião.

Sentado na bancada do PSD, junto de mim; Zé Abílio olhava o plenário, através dos vidros *rayban* de seus indefectíveis óculos. Parecia procurar algum cangaceiro, logo ele que conhecia as fisionomias dos bandoleiros a distância. De repente, sem me identificar, voltou-se para mim e perguntou:

— Quem é aqui o deputado comunista Paulo Cavalcanti?

Quando me apresentei — vestido a meu modo, roupa limpa, cabelos penteados, bigode feito a esquadro, de tão reto em suas linhas — o velho "cacique" de Bom Conselho descontraiu-se:

— Se fosse uma cobra, teria me mordido! — E completou o espanto dizendo que me imaginava um sujeito carrancudo, com uma "peixeira" atravessada nos dentes, com vontade de beber sangue.

E ficamos camaradas durante todo o mandato, naquele nivelamento de posições que iguala os "fora da lei" — os membros dos "sindicatos da morte" e os marxistas, no Brasil.

A minha atuação parlamentar, ao longo de dois mandatos, não a vou contar aqui. Os anais da Assembléia Legislativa são o depositório dessas atividades. Tenho consciência de que nunca transigi com os interesses do povo. Nunca ninguém me peitou para obter a aprovação de leis ou requerimentos bastardos. Minhas atitudes eram francas demais para dissuadir qualquer insinuação nesse sentido.

Votava-se uma vez um requerimento na Assembléia. Como os debates tivessem alcançado um certo nível de divisor de águas, uns contra, outros a favor, todos, porém, acalorados na sustentação de seus pontos de vista — o assunto dominou o plenário, solicitando-se da Mesa votação nominal para demarcar posições nas bancadas. Quase ao chegar a vez de me pronunciar, fui solicitado a atender um telefonema. Quando voltei, o 1.º secretário da Assembléia, Deputado Antônio Heráclio do Rego, estava a chamar os parlamentares das últimas letras do alfabeto. Pelo regimento da casa, quem não respondesse à chamada nominal teria descontada dos subsídios a gratificação por sessão, o chamado "jeton". Fui ao Deputado Antônio Heráclio e pedi-lhe que anotasse meu voto. Fiquei surpreso quando ele me informou que já o fizera. Com a explicação de que, na verdade, eu me encontrava fora do plenário no instante em que o meu nome fora chamado pela Mesa, insisti para que consignasse o meu sufrágio. Sua resposta final deu-me o consolo de um reconhecimento público à minha atuação parlamentar:

— Coloquei "não" ao lado do seu nome. Sei que você não votaria a favor de uma safadeza como esta!

Da terceira vez em que fui candidato, novamente o Partido de Representação Popular impugnou minha inscrição. Por três votos contra dois, o Tribunal Regional Eleitoral acolheu o pedido.

Como experiência humana valeram a pena os anos que passei no Palácio Joaquim Nabuco.

Se a ele voltasse um dia, tornaria a fazer tudo outra vez — com mais dedicação e vivência das coisas, mas com o mesmo entusiasmo, dando tudo de mim em favor dos deserdados da vida, do sofrido povo nordestino.

CAPÍTULO X

PELÓPIDAS SILVEIRA, LÍDER POPULAR.
COMÍCIO DE PRESTES NO RECIFE.
AGAMENON *VERSUS* CLEOFAS.
OSÓRIO BORBA *VERSUS* ETELVINO LINS.
GREVE GERAL CONTRA CORDEIRO DE FARIAS.
USINEIROS E COMUNISTAS NA MESMA FRENTE DE LUTA.
"QUANDO O POVO *DECIDE* CAIR NA *FREVANÇA*."

Apenas um semestre durou o primeiro governo de Pelópidas Silveira na prefeitura municipal do Recife, em 1946. Nomeado em fevereiro pelo Interventor José Domingues da Silva, já em agosto deixava o cargo. Em tão curto período, revolucionou porém os velhos hábitos de administração, arregaçando as mangas e impulsionando os planos urbanísticos de uma cidade que precisava modernizar-se. Velhos pardieiros foram então demolidos para o alargamento de ruas e praças, projetando-se a expansão do Recife dentro de normas preestabelecidas.

Um fato, incidente, deu enorme prestígio a Pelópidas: o tabelamento do pescado na Semana Santa daquele ano. A população acostumara-se às especulações da época, o peixe sendo vendido a níveis escorchantes, só os ricos e as camadas mais afortunadas podendo comprá-lo. Ao povo, restava o bacalhau de barrica, ou o bredo — para quebrar o jejum. Sem tabelamento nem fiscalização, o comércio de pescado nas semanas santas oscilava ao sabor das conveniências dos donos dos grandes viveiros localizados nas zonas alagadas do Recife, quando não das colônias de pescadores das praias do litoral.

Com a ajuda de Murilo Coutinho, secretário de Viação e Obras Públicas, e Ageu Magalhães, secretário de Saúde, Pelópidas Silveira resolveu tabelar o preço do pescado. Para tanto, mobilizou os fiscais e guardas da prefeitura no sentido de fazer aplicar suas determinações.

Foi a primeira vez que o povo do Recife viveu os dias de Quaresma sem exploração, o peixe vendido ao alcance de todas as bolsas. Isso valeu a Pelópidas um grande crédito de confiança, gerando uma enorme simpatia pelo seu governo. Era realmente um fato inédito o interesse público ser defendido com tanto ardor pelas autoridades, que se tornavam sensíveis aos problemas da subsistência do povo, num Recife que inchava, mais do que crescia, como concen-

tração urbana, com seus milhares de mocambos, seus baixos índices de saúde, sua alarmante taxa de mortalidade infantil, retrato da própria região nordestina, sofrida e abandonada pelos poderes públicos.

Num semestre, processou-se a popularidade de um jovem engenheiro civil, filho de renomado professor de humanidades, sem a menor tradição de vida política, sem filiação partidária, apenas voltado para a solução dos problemas urbanos.

Outra medida de Pelópidas o consagrou, nos seis meses de prefeitura: a instituição do regime da "semana inglesa" para os comerciários, velha aspiração da classe. Foi, assim, o Recife a primeira capital brasileira a adotar a "semana inglesa", o comércio fechando suas portas ao meio-dia dos sábados e tornando a abri-las na segunda feira de manhã.

Por pressão dos grupos oligárquicos da velha política de Pernambuco, com o reforço de comerciantes e industriais, foi o Interventor José Domingues afastado do seu cargo, sendo nomeado para substituí-lo o General-de-Exército Dermeval Peixoto.

Com Pelópidas, mesmo fora da prefeitura, começava a surgir no Recife uma liderança de novo tipo. Seu nome mereceu do público homenagens significativas, ao deixar a prefeitura. E a imaginação do povo passou a exagerar seus atos, muitos fantasiosamente o vendo — e juravam a pés juntos que o viram — de "macacão", picareta em punho, ajudando nas obras de abertura de avenidas e praças, quando não, bem cedinho, inspecionando os serviços da prefeitura. Os desejos da população confundiam-se com a realidade, dando-lhe contornos simpáticos, no mundo mágico que se cria em torno das lideranças populares.

De si mesmo comunicativo, dotado de excelente memória, lastreada de boa cultura humanista, Pelópidas sentia-se à vontade em qualquer meio social, sabendo conversar com o homem da rua, fosse qual fosse seu nível.

Em 1947, houve eleições para governador do Estado, as primeiras a se realizarem após a queda da ditadura de Vargas. Três candidatos foram lançados ao pleito, representando as forças políticas tradicionais da região: Barbosa Lima Sobrinho, pelo Partido Social Democrático, Neto Campelo Júnior, pela União Democrática Nacional, e Eurico de Souza Leão, ex-chefe de polícia de Estácio Coimbra, em 1930, pelo Partido Republicano.

Diante desse quadro, o Partido Comunista e o Partido Socialista se uniram e lançaram o nome de Pelópidas ao governo. As velhas tendências de esquerda do Recife ressurgiam das cinzas do "Estado Novo", com outras roupagens, mas com o mesmo sentido popular.

Utilizando o peso de sua força nos grandes centros urbanos, o PC, então legal, organizou uma programação de comícios e atos públicos, cidade por cidade, bairro por bairro, para divulgar a campanha sucessória. No Grande Recife, havia uma média de três comícios por dia, com a participação de líderes do PC e do PSB, além de intelectuais e estudantes. Luiz Carlos Prestes veio à capital do Estado para uma concentração pública no centro da cidade.

Não era essa, porém, a primeira vez em que o "Cavaleiro da Esperança" visitava Pernambuco. Em novembro de 1946, já Prestes estivera no Recife. Quando da interventoria de José Domingues, o PC trouxera seu maior líder para um ato público, denominado "1.º de Maio com Luiz Carlos Prestes", a se efetuar no Parque 13 de Maio, defronte da Faculdade de Direito. Os preparativos para a concentração incluíam a vinda de delegações das cidades do interior, representações de associações de classe e de comitês populares. Sem exagero, na tarde do comício concentravam-se no Parque 13 de Maio mais de cinqüenta mil pessoas, a maior demonstração de massa já havida na cidade em toda a sua história.

À última hora, o Ministério da Justiça expediu telegrama ao governo do Estado proibindo a manifestação. Tornava-se extremamente difícil e, além do mais, perigoso à Interventoria Federal dar cumprimento ao despacho do ministro, quando a praça escolhida para o ato já se encontrava literalmente lotada de manifestantes. Pesando todas as conseqüências, o governo do Estado manteve a realização do comício. A chefia do Executivo estava, interinamente, nas mãos de Cândido Marinho, secretário de Interior e Justiça, na ausência de José Domingues, que se achava no Rio.

E foi curioso e inédito o espetáculo de abertura da concentração, o próprio delegado do DOPS, Fernando Cascão, fazendo uso do microfone, ao lado de Prestes, para comunicar que o governo havia acedido à vontade do povo, esperando que a ordem pública fosse preservada.

Voltemos às eleições. Encerrada a campanha, Pelópidas venceu no Recife e nas cidades da área metropolitana, além de obter vitória em outros municípios, isoladamente. Assim é que, de cidades importantes, Pelópidas logrou eleger-se no Recife, Paulista, Jaboatão, São Lourenço da Mata, Cabo e Olinda.

Na capital, o candidato da frente esquerdista obteve trinta e oito mil votos, contra dezesseis mil de Neto Campelo, nove mil de Barbosa Lima Sobrinho e pouco mais de mil conferidos a Eurico de Souza Leão. No geral do Estado, Barbosa Lima Sobrinho foi eleito governador.

Em 1955, voltou Pelópidas Silveira a disputar outro pleito eleitoral, agora para prefeito do Recife. A essa altura, o Partido Co-

munista estava com seu registro cassado, conquanto funcionasse de fato, com jornal diário e direções atuando quase abertamente.

Formou-se então uma frente popular, de comunistas, socialistas e trabalhistas, para apoio ao nome de Pelópidas.

Deferido o pedido de inscrição de sua candidatura pelo juiz eleitoral da comarca da capital, apressou-se o advogado Wandenkolk Wanderley em impugná-la, sob a alegação de que Pelópidas Silveira era comunista. Como "prova", juntou Wandenkolk um bilhete subscrito pelo candidato e dirigido ao Deputado Clodomir Morais, apontado também por Wandenkolk como comunista. O bilhete, que continha realmente a assinatura de Pelópidas Silveira, apurou-se depois que teria sido fraudulentamente aproveitado de algum ofício da época em que o candidato exercera o cargo de prefeito, com espaço em branco entre o teor do documento e assinatura de Pelópidas. Seus dizeres, datilografados, eram lacônicos.

"Clodomir. Continuo firme no ponto de vista ideológico. Conveniente incriminar Ivan. Pelópidas Silveira".

A farsa não enganava ninguém, servindo apenas para dar corpo, embora ridiculamente, a outras provocações das velhas camarilhas políticas e policiais de Pernambuco, ante o crescimento da "Frente do Recife". Ninguém subscreveria um bilhete tão curto e redigido em termos tão íntimos e pessoais, apondo em seguida seu nome completo. A expressão "continuo firme no ponto de vista ideológico" nada queria dizer, por sua vagueza. Sobre ser grosseira, a chantagem não tinha valor jurídico, como prova de filiação e nenhum partido, muito menos ao Partido Comunista. Ademais, o tal Ivan não existia. Do princípio ao fim, o bilhete, ainda que como provocação, não honrava ninguém, intelectualmente — era pobre e inócuo.

De qualquer modo, o tribunal teria de apreciar o recurso. A imprensa fizera escândalo em torno da impugnação, crescendo as expectativas. No dia do julgamento, a cidade ficou com os ouvidos pregados nos rádios, que transmitiam a sessão do tribunal, lance por lance. Grande multidão se postava diante do Palácio da Justiça, aguardando o resultado.

Pelópidas e eu encontrávamos-nos em casa de seus pais, atentos à aguardada decisão do Tribunal Eleitoral, acompanhando a marcha da votação pelo rádio. Ao telefone, Pelágio, irmão de Pelópidas, punha-nos a par do julgamento, detalhe por detalhe. Quando o rádio e o telefone anunciaram: "Negado o recurso, por unanimidade!" — saímos de automóvel para o centro da cidade, já aí o povo nas ruas cumprimentando Pelópidas. Toda a cidade explodia de contentamento. Lenços brancos, do alto dos edifícios, saudavam Pelópidas, quando fazíamos a pé o transcurso das ruas principais. Naquela hora, ganhávamos as eleições para a prefeitura do Recife.

Na sede do Partido Socialista, na Avenida Dantas Barreto, a multidão vinda do Palácio da Justiça encontrou-se com Pelópidas. Foguetões subiam ao ar, o povo delirando com o resultado do julgamento. Ali se improvisou então um comício, fazendo uso da palavra os vereadores Carlos Duarte e Antônio Bezerra Baltar, o deputado do PSD Edson Moury Fernandes, eu e, por fim, Pelópidas. Era uma manhã de dia de semana, a massa na rua dando impressão de festa popular na cidade.

Como se esperava, a vitória da "Frente do Recife" foi consagradora: oitenta e um mil votos para Pelópidas Silveira e quarenta mil para os outros três candidatos juntos: Antônio Pereira, ex-prefeito do Recife, Paulo Germano de Magalhães, filho de Agamenon, e Alcides Teixeira, deputado estadual e radialista, conhecido por "Vovozinha", em face de um programa radiofônico muito ouvido pelo povo, no qual se explorava sentimentalmente a situação das senhoras de idade avançada.

A Liga Eleitoral Católica, constituída de líderes religiosos ultraconservadores, negara apoio à candidatura de Pelópidas.

Havia no Recife um tipo popular que se dizia astrólogo. Todo fim de ano, saía-se ele com entrevistas à imprensa prevendo os acontecimentos do ano seguinte: terremotos, desastre de avião, morte de chefes de Estado, etc. Na sede central da campanha de Pelópidas, o velho astrólogo procurou Newton Cardoso, dirigente socialista, para negociar uma "profecia" em que apontava como vitorioso o candidato da "Frente do Recife". Newton Cardoso subestimou o professor, descartando-se da despesa. No outro dia, a *Folha da Manhã* publicou a "profecia", dando como candidato preferido do povo e fadado à vitória o filho de Agamenon. Newton não se deu por achado: procurou o "profeta" e dobrou a parada — seus vinte mais vinte. Mais que depressa, o astrólogo deu nova entrevista, dessa vez ao *Diário da Noite,* para dizer que, consultando melhor seus velhos alfarrábios e depois de calcular as distâncias siderais, chegara à conclusão de que suas previsões anteriores estavam passíveis de engano. Na junção de Marte com Vênus, houvera um equívoco de apreciação: o candidato vitorioso no pleito municipal seria Pelópidas Silveira.

Para vice-prefeito, as forças de esquerda e populares se dividiram: os comunistas apoiaram o deputado do PTB Vieira de Menezes, os socialistas lançaram o nome do jornalista Sócrates Times de Carvalho. Venceu o candidato apoiado pelos comunistas.

Como realizações mais importantes do segundo governo de Pelópidas, destacam-se: a implantação do serviço de ônibus elétrico, ideada no governo José do Rego Maciel, com a aquisição de todo o material de infra-estrutura, a colocação da rede aérea e a chegada das primeiras encomendas de veículos; a entrega ao pú-

blico da larga Avenida Conde da Boa Vista, ligando o centro da cidade aos subúrbios mais populosos; a construção da moderna Avenida Norte, toda em concreto, até a Vila dos Comerciários, em Casa Amarela; a aquisição do Sítio Trindade, logradouro histórico da época da ocupação holandesa, que corria o risco iminente de ser loteado para a venda a particulares; a construção dos jardins das praças de Dois Irmãos, Jaqueira e Salgado Filho, este no aeroporto; a aquisição do Teatro do Parque, transformado em cinema por seus antigos proprietários, incorporado agora ao patrimônio artístico da cidade; a modernização da frota coletora de lixo; a multiplicação de pequenas praças e jardins em todos os subúrbios construídos do dia para a noite, com árvores adultas, ornamentais, transplantadas por guindastes, bancos de cimento pré-fabricados — obras de grande interesse público que Geraldo Silveira, irmão de Pelópidas, levava a efeito com entusiasmo juvenil; o melhor funcionamento das feiras livres, com barracas padronizadas; a higienização dos mercados e matadouros públicos; a melhoria das bibliotecas ambulantes, graças ao dinamismo de Césio Regueira Costa, etc.

Pela primeira vez no Recife e, talvez no país, focalizou-se o problema do abastecimento da cidade sob novos prismas, visando a transformá-lo numa obrigação do poder público. O fornecimento de frutas e hortaliças à população provinha de pequenos lavradores do interior, de sítios e roçados enquistados à margem dos latifúndios, quando não permitidos pelos grandes proprietários em troca do trabalho humano, em regime de "meia", "terça", "condição", etc. Inexistia qualquer atividade planificada, nesse sentido. E a figura do intermediário, entre o produtor e o consumidor, encarecia o preço das mercadorias.

Um técnico trazido da Escola de Agronomia de Areias, na Paraíba, Lindalvo Farias, encetou a grande tarefa de pôr ordem no sistema de abastecimento, projetando a criação de entrepostos no Recife, ou centrais de abastecimento, diminuindo o custo da intermediação. Deve-se a Lindalvo Farias a idéia das centrais ou entrepostos hoje conhecidos em todo o país com o nome de CEASA — plano pioneiro no governo de Pelópidas Silveira, embora a seu tanto desfigurado agora pela interferência da filosofia do lucro pelo lucro, não se atendendo prioritariamente aos interesses dos consumidores.

Graças também à ação desse técnico, a prefeitura realizou a "batalha" do fornecimento de peixe à população do Recife, na Semana Santa de 1956, importando de avião trinta toneladas de pescado de Fernando de Noronha para oferecê-las, a preços módicos, ao povo da cidade. Mobilizadas, as forças políticas da "Frente do Recife" participaram dos encargos de venda do pescado ao público, passando por cima da burocracia da prefeitura. Ressalte-se o prestimoso concurso do Exército nessa tarefa popular, de servir ao Recife grandes partidas de peixe fresco, em ótimas condições de oferta. O Coronel Abelardo Mafra, governador do Território de Fernando de Noronha, desempenhou importante missão nesse empreendimento de interesse público, colaborando com o governo de Pelópidas e tornando simpática a imagem das Forças Armadas.

Em tudo, Pelópidas Silveira deixava a sua marca: o trabalho bem executado, em tempo *record*. Toda a sua obra, na verdade, foi realizada com os recursos próprios da prefeitura, sem a menor ajuda externa, ao mesmo passo em que se concediam aumentos de vencimentos apreciáveis ao funcionalismo público, um deles beirando os cem por cento.

A eleição de Pelópidas tirara da modorra os velhos hábitos municipais, o povo perdendo a memória dos tempos em que votava para eleger o seu prefeito. Fazia sessenta anos que a cidade do Recife perdera a sua autonomia.

"Agora é o povo quem bota
O prefeito no poder.
Quando este não servir
O povo torna a escolher
Outro homem competente
Que cumpra bem seu dever."

A campanha da "Frente do Recife" foi custeada pelo povo, bandos de moças e rapazes percorrendo o comércio e a indústria para angariar ajuda financeira. Grupos de engenheiros, advogados, médicos, arquitetos, etc. formaram-se para a obtenção de fundos.

"Pelópidas conseguiu
Vencer três adversários
Sem usar demagogia
Nem recursos mercenários
Porque conhece de perto
O drama dos operários."

Não teria tido êxito o governo da "Frente do Recife" se não tivesse contado com o apoio das associações de bairros, de forma organizada. A idéia partira do próprio Pelópidas, inspirado nas comissões de bairros ou de moradores de São Paulo.

A contribuição das associações de bairros foi decisiva, o trabalho da prefeitura realizado sem marginalizar as lideranças comunitárias ou nelas se apoiando para ganhar dimensões sociais. Em cada encontro de moradores e autoridades, estava presente o vereador do bairro, fosse qual fosse o seu partido, o médico, o padre, a professora, o pastor evangélico — num clima geral de concurso de

vontades para atacar as obras prioritárias. As discussões eram vívidas, às vezes apaixonadas, mas sempre dentro do recomendável em reuniões coletivas, ninguém se sentindo estimulado para reivindicar medidas pessoais ou favores isolados. O interesse público predominava, o povo sentindo que participava do presente e do futuro de sua cidade. Muitas obras de subúrbio se realizaram em regime de mutirão, a prefeitura entrando com instrumentos de trabalho e veículos, o povo, por seu turno, fornecendo mão-de-obra, nas tarefas emergentes de canalizar águas de chuva, drenar córregos, abrir valetas, aterrar alagados, construir pequenos muros de arrimo para evitar deslizamento de morros.

Nunca o povo do Recife fora chamado a cooperar diretamente com os poderes públicos, como então. Muito planos de urbanismo e engenharia foram enriquecidos com sugestões adequadas, nessas reuniões de técnicos e leigos. Auscultava-se a voz de quantos tivessem o que oferecer ao governo.

Nas associações de bairros, hoje inteiramente desaparecidas — transformadas em "casos" de polícia pelo atual Sistema —, não se cuidava somente de assuntos materiais. Procurava-se criar um estado de conscientização quanto aos problemas sociais, despertando no povo novas experiências de vida política.

Além das associações de bairros, Pelópidas realizava audiências coletivas no Teatro Santa Isabel, a cada quinzena, auscultando queixas e reclamações, ele próprio anotando os casos, ou encaminhando-os a cada secretaria. Ali mesmo muitos problemas eram resolvidos, com a audiência no setor correspondente. A essas reuniões compareciam os secretários e diretores de departamento, além dos engenheiros-chefes de cada distrito suburbano.

Criou-se no povo a consciência de sua força, que se tornava mais viva à medida que tomava conhecimento dos problemas do governo, das possibilidades administrativas ou de suas dificuldades.

Dentro dos velhos padrões do "clientelismo" político, do empreguismo e de outros vícios da administração brasileira, o governo da "Frente do Recife" representava algo novo, a despertar interesse na coletividade, que se confundia com os seus governantes. Quando não se podia resolver um problema, por transcender à esfera da prefeitura ou por tornar-se maior do que as suas disponibilidades, explicavam-se as causas do *impasse*. E, com isso, ia-se ganhando a confiança do povo, que passava a compreender as contradições do sistema social e as limitações econômicas de um centro urbano, ainda que próspero, situado numa faixa de subdesenvolvimento.

Reestruturando as velhas posturas municipais, substituindo-as por novos códigos elaborados por grupos de técnicos, Pelópidas renovava também os quadros funcionais da prefeitura, abrindo concursos públicos para o preenchimento de cargos, ao mesmo tempo

que servidores encontrados em falta, por improbidade, eram demitidos a bem do serviço, mediante inquérito administrativo.

Na sua campanha, Pelópidas não prometera nada além do possível, com a consciência que tinha da exigüidade dos recursos municipais:

"Não prometeu dar o céu
Nem ruas de requeijão
Nem chafarizes de leite
Mas sim botava em ação
Sua tarrafa de aço
Pra conter a exploração".

Chamado, como professor universitário, a participar de uma banca examinadora na Faculdade de Arquitetura de São Paulo, Pelópidas passou o exercício do cargo de prefeito ao Deputado Vieira de Menezes, seu vice.

Movido por ambições políticas e atiçado por um grupo de vereadores que hostilizava Pelópidas, Vieira deixou-se zumbir pela "mosca azul" do poder. Valendo-se de um pequeno incidente burocrático, demitiu o jornalista Carlos Luiz de Andrade da Secretaria de Administração, o que provocou a exoneração em massa de todos os secretários de Pelópidas. Em seguida, apelando para o anticomunismo, deixou entrever que não devolveria o cargo ao prefeito eleito da cidade, alegando motivos de segurança nacional.

Com esse plano de golpear Pelópidas, Vieira de Menezes procurou envolver as forças do Exército, sob o comando do General Zeno Estillac Leal, que negou qualquer ingerência de sua tropa em assuntos da competência civil.

Em cinco dias de investidura no cargo, Vieira de Menezes nomeou dezenas de pessoas para polpudos cargos na prefeitura, inclusive alguns vereadores, promovendo outros, em atos que eram batidos a máquina pelos próprios interessados, na sede do governo.

À véspera da chegada de Pelópidas Silveira, a cidade viveu horas de expectativa, não se sabendo o que faria o prefeito ao chegar ao Recife. Mobilizadas, as correntes políticas que compunham a frente popular marcaram um grande comício na Avenida Dantas Barreto, pela manhã, à chegada do prefeito. Mais de vinte mil pessoas concentraram-se, com faixas e cartazes, contra aquilo que o povo batizou de "vieirada". Eram sete horas, quando o avião em que viajava o prefeito desceu no aeroporto dos Guararapes. Um cortejo numeroso de automóveis o trouxe até a cidade. Depois de falar ao público no palanque que foi armado na Avenida Dantas Barreto, Pelópidas rumou à sede da prefeitura. Mandou abrir as portas e, do gabinete, telefonou para a residência de Vieira de Menezes. Em

pouco tempo, o vice-prefeito, sem outra alternativa, transmitia o cargo ao seu verdadeiro ocupante, encerrando o incidente.

Da sacada do prédio da prefeitura, perante uma multidão ansiosa por saber o desfecho do caso, Pelópidas começou seu breve discurso com estas palavras:

"Está restaurada a dignidade da administração municipal".

No último ano do seu mandato, Pelópidas foi eleito vice-governador do Estado, continuando, porém, à frente da prefeitura. Os adeptos de Vieira de Menezes voltaram à tona, tentando forçar o prefeito a renunciar ao seu cargo. O assunto, por controvertido, teve de ser solucionado na Justiça. Enquanto não vinha a decisão do caso, Pelópidas permaneceu à frente da municipalidade, cumprindo finalmente seu período de governo.

Nesse meio-tempo, foi criada a Secretaria de Assuntos Jurídicos, sendo eu nomeado para prover o cargo. Meses depois, fui designado para substituir, interinamente, o secretário de Finanças, Mário Lira, que se desincompatibilizara para disputar uma deputação estadual.

Noticiada pela imprensa a minha nomeação, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, que os próprios católicos apelidavam de "Toinho Coca-Cola", falou aos jornais para censurar o governo, lamentando que o dinheiro dos contribuintes do Recife estivesse sob a guarda de "um agente de Moscou". Pelópidas revidou o insulto através de nota oficial, justificando seu ato e apresentando em abono da nomeação os votos de aplausos aprovados na Câmara Municipal do Recife, na Assembléia Legislativa e na Associação de Imprensa de Pernambuco, por minha investidura no cargo.

Não se tendo elegido deputado, Mário Lira foi nomeado para outras funções, ficando eu, em caráter efetivo, na Secretaria de Finanças. Aí, iniciei uma "limpeza" nas chefias de serviço, afastando velhos funcionários comprometidos com os antigos padrões de administração da prefeitura, muitos deles ostensivamente adversários da "Frente do Recife". Os cargos eram de confiança. E, por sê-los, aproveitei o concurso de outros servidores da prefeitura, mais identificados com o estilo novo de governo.

Com a colaboração do engenheiro Abdias de Carvalho, secretário de Viação e Obras, remodelei materialmente as instalações da Fazenda Municipal, em ritmo acelerado. Passou a ser rotina o funcionário sair ao meio-dia do sábado da repartição e, ao voltar ao serviço, na segunda-feira às onze horas, deparar-se com sua seção ou setor completamente reformado, piso novo, novos fichários, paredes pintadas, mesas de trabalho substituídas por outras.

Prestigiei antigos servidores, esquecidos pelas administrações que antecederam à de Pelópidas, colocando-os em cargos de chefia — sem indagar de suas preferências políticas, ou até sabendo de suas posições contrárias às nossas. O que interessava era o aproveitamento dos mais capazes, para dinamizar a burocracia. Submeti a votação o preenchimento de vagas em departamentos importantes da secretaria, fazendo com que os próprios funcionários elegessem os seus diretores. Propus a promoção de outros, sem atender a ideologia ou "pistolões" de vereadores ou políticos. Introduzi métodos de atendimento ao público, evitando a ação do favoritismo. Combati o tráfico de influência, a prática da usura feita às escâncaras nos corredores da prefeitura, por servidores que emprestavam dinheiro a colegas, cobrando juros extorsivos. Abri inquéritos para demitir os defraudadores dos cofres públicos ou peculatários. Puni servidores que boicotavam a celeridade da marcha dos serviços, forçando a que os contribuintes os retribuíssem com gratificações ou gorjetas. Fiz uso do carro oficial estritamente em horas de serviço, dispensando-o nas outras ocasiões. Enfrentei a *mafia* poderosa dos sonegadores de impostos. Deixei de atender a pedidos de amigos e correligionários, quando verificava o caráter injusto dos pleitos. Recrutei para chefia de seções funcionários que "marcavam passo" em sua carreira, por não serem servis aos poderosos do dia.

Nessas horas, lembrava-me de meu pai. E o desejo de fazer justiça tornava-se em mim quase obsessivo.

Eu sabia que numa prefeitura qualquer, mesmo a de uma cidade como o Recife, os problemas fundamentais do povo continuariam insolúveis, por melhor que fossem administradas. Nossa missão era diminuir o impacto desses problemas. E, no que dependesse exclusivamente de nós, realizar uma obra de justiça social, reagindo aos velhos métodos da "clientela eleitoral" ou do apadrinhamento.

Um dos episódios marcantes desse fim de governo de Pelópidas foi o *lock-out* dos proprietários de transportes coletivos. A pretexto de obtenção de novas tarifas, paralisaram toda a cidade, recolhendo os ônibus a suas garagens. Valendo-se de guardas e motoristas da prefeitura, Pelópidas determinou que os veículos fossem retirados à força e colocados em funcionamento no tráfego. A "greve" durou alguns dias, terminando por aceitar-se, de ambos os lados, a designação de uma comissão de representantes da Prefeitura, dos empresários, dos estudantes e das associações de bairros, a fim de estudar o assunto. Meses depois, a Prefeitura decretava um pequeno aumento de cinqüenta centavos nas passagens urbanas.

Na Secretaria de Finanças existia, nominalmente, um Setor de Pesos e Medidas. Fi-lo funcionar, modernizando suas instalações. E realizei pessoalmente "comandos" nas feiras livres da cidade, corrigindo as distorções ou fraudes nos pesos usados pelos comerciantes. Sem multar, autuar ou molestar ninguém, determinei que as

medidas encontradas com *deficit* fossem ali mesmo completadas e aferidas, à vista do público. A iniciativa despertou desusado inteteresse, o consumidor vendo com os próprios olhos a prefeitura acrescer, nos pesos, maior quantidade de feijão, farinha e arroz em seus provimentos. Cheguei a constatar diferença de duzentos gramas num quilograma de peso.

Em poucas semanas de "comando", o Setor de Pesos e Medidas havia retificado mais de duas mil medidas decimais.

No momento, porém, em que ordenei a aferição nos grandes armazéns de secos e molhados do comércio de estivas do Recife, em mãos de conhecidos "tubarões", o céu só faltou cair em cima de minha cabeça. A Associação Comercial publicou nota protestando contra a Secretaria da Fazenda Municipal, insinuando que o seu titular, a serviço de interesses subversivos, estava querendo desmoralizar "a honrada classe dos comerciantes do Recife".

Prosseguindo nos trabalhos de aferição, declarei à imprensa que somente ficaria à frente da secretaria enquanto tivesse condições de tratar igualmente pequenos e grandes comerciantes. A fúria dos "tubarões" desencadeou-se pelo fato de os jornais noticiarem que, entre os armazéns de estiva, as fraudes encontradas pela prefeitura eram maiores do que as das feiras livres da cidade.

Quando a grande burguesia comercial do Recife caiu sobre mim com suas objurgatórias e imprecações, eu lia e relia, deliciado, os versos do meu amigo Carlos Pena Filho, no seu grande poema "Guia plástico da cidade do Recife":

"Ainda existe muita coisa
De bom e de ruim pra contar,
Mas como sou conhecido
Por discreto no falar,
Irei, agora, evitar.
Mas não sem antes passar
Pelos armazéns de estiva,
Mar dos nossos tubarões,
De brasileiros sabidos,
Portugueses sabidões
Que na vida leram menos
Que o olho cego de Camões,
Mas que em patacas possuem
Muito mais que Ali Babá
E os seus quarenta ladrões".

A "Frente do Recife", que, num período de quinze anos, venceu dezesseis pleitos majoritários na capital pernambucana, para presidente da República, governador do Estado, senador e prefeito da

cidade, perdendo somente para Jânio Quadros, tem suas origens, a rigor, nas agitações dos anos 30. Ainda que informalmente, data dos tempos da legenda "Trabalhador, ocupa teu posto", quando das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933. As forças de esquerda e inúmeros democratas se juntaram, então, para sufragar o nome de Cristiano Cordeiro a deputado federal, dando-lhe votos que, sozinho, o Partido Comunista não teria condições de obter em seus próprios redutos.

Nos pleitos estaduais e municipais de 1934 e 1936, o fenômeno repetiu-se, o que dá uma idéia da existência, como pressuposto, de uma "frente única" de esquerda, em potencial, num época em que o PC, quase exclusivamente, representava o pensamento marxista.

De campanhas meramente eleitorais, essa "Frente do Recife" tomou corpo durante a jornada memorável do "Petróleo é Nosso" e do combate ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, passando pela cruzada pela paz, contra a bomba atômica e os agitados momentos da luta cívica pela emancipação nacional contra o processo de desnacionalização de nossa economia. Em todos esses movimentos de massa, os comunistas do Recife contaram com o apoio de outras forças sociais, englobando setores patrióticos e democráticos, funcionando como intérpretes das aspirações populares, quer nas lutas econômicas, quer nas lutas políticas.

O primeiro passo, o impulso decisivo para a formação definitiva da "Frente do Recife", ocorreu quando do lançamento da candidatura de Pelópidas Silveira ao governo do Estado, em 1946. Já a partir desse instante, tomou-se consciência das possibilidades de corporificação na cidade de um núcleo de forças políticas afins, com vistas a grandes cometimentos.

Antes da formação do Partido Socialista, muitas figuras de médicos, advogados, engenheiros, intelectuais, etc., de prestígio em Pernambuco, dizendo-se de esquerda, participaram de ações comuns com o PC, sem se ligarem, contudo, aos seus quadros de militantes.

Razão tinha, pois, Agamenon Magalhães quando classificava o Recife de "cidade cruel", infensa ao predomínio dos velhos grupos oligárquicos, cidade libertária, "noiva da revolução", como dizia ainda Carlos Pena Filho; ou o Recife — como nos versos de Tobias Barreto:

"A cidade valente
Brio da altiva Nação
Soberba, ilustre, candente
Como uma imensa explosão
De pedra, ferro e bravura
De aurora, de formosura
De glória, fogo e loucura...
Quem é que lhe põe a mão?"

Foi essa "Frente do Recife", já ao final formada de comunistas, socialistas, trabalhistas e de grande número de pessoas sem partido, que deu a vitória, na cidade, a Yedo Fiúza, Juscelino, João Goulart, João Cleofas, Osório Borba, Cid Sampaio, Pelópidas, Alcedo Coutinho, Miguel Arraes, Barros Carvalho, em pleitos majoritários — de presidente a senador —, muitos deles merecendo seus votos em quatro oportunidades, como Pelópidas — candidato a governador, duas vezes a prefeito e uma a vice-governador. Em muito poucas vezes dessas campanhas unitárias os socialistas formaram em separado. De qualquer forma, representaram sempre um grande esteio da "Frente do Recife", pela participação de figuras como Newton Cardoso, Antônio Bezerra Baltar, Carlos Luiz de Andrade, Francisco Julião e Gilbert Macedo e, logo depois, com o seu maior líder popular, Pelópidas Silveira.

Além das pugnas eleitorais, que marcaram a fundo a integração do povo do Recife no processo democrático, dois outros acontecimentos reuniram as forças sociais e políticas mais à esquerda, na história da cidade, nesse período: o Congresso Norte e Nordeste em Defesa do Petróleo, realizado com brilhantismo no Teatro Santa Isabel, e o Congresso de Salvação do Nordeste, no Clube Português, de grande significado na vida da região.

Depois da queda da ditadura de Getúlio Vargas, os eleitores de esquerda do Recife consagraram nas urnas o nome de Pelópidas Silveira para governador do Estado, contra Neto Campelo, Barbosa Lima Sobrinho e Eurico de Souza Leão.

Quando Agamenon se apresentou para substituir Barbosa Lima, os comunistas votaram em branco, deixando de apoiar a candidatura de Cleofas. Aliás, o voto em branco foi a palavra de ordem do PC nas eleições majoritárias de então, participando somente do pleito para a escolha de deputados federais e estaduais.

Dos poucos encontros que tive com Agamenon, um é digno de registro, o que se realizou em casa da viúva de Ageu, seu irmão, na Rua Flor de Santana, em Apipucos, ao tempo de sua candidatura a governador constitucional.

Antes que eu começasse a falar, o ex-interventor federal de Pernambuco no "Estado Novo" irrompeu, bem informado:

— Já li o manifesto do Comitê Central. Os comunistas vão votar em branco. Se assim acontecer, eu derrotarei João Cleofas.

A argúcia do "China-Gordo" era incomum.

Da residência de Dona Henriqueta Magalhães saí com a promessa de que não faltaria legenda para a minha candidatura ao segundo mandato de deputado estadual, sem compromisso. Bastava-lhe a palavra de ordem do CC do PC.

O fato é que Agamenon derrotou mesmo Cleofas, sem o nosso apoio — contra todas as expectativas. Contudo, o Recife, "a cidade cruel", mais uma vez lhe foi adversa: João Cleofas venceu na capital.

Num comício da campanha, no subúrbio de Santo Amaro, Agamenon dissera:

— Quando eu soube, povo do Recife, que o usineiro João Cleofas era candidato a governador de Pernambuco, tremi por vós!

"Se Agamenon deu erros
O que não acho impossível
O leitor deve saber
O ser humano é falível
Mas eu digo: pelo povo
Ele fez sempre o possível.

Dizem que alguns mocambos
Foram mal indenizados
E ainda existe queixa
Dos tais ovos carimbados
Mas isto tudo acontece
Em problema do Estado.

Se o povo deu a ele
Vitória tão excelente
É porque o operário
Já confia certamente
Que Dr. Agamenon
Faz um governo decente."

Empossado, Agamenon morreu na primeira metade do seu mandato, a 24 de agosto de 1952. Logo em seguida, depois de um pequeno interregno, em que Torres Galvão, presidente da Assembléia Legislativa, ocupou provisoriamente a chefia do Executivo, processaram-se eleições para a complementação da outra metade do mandato governamental.

Velhos adversários, de fogo e sangue, pessedistas e udenistas se congregaram para sufragar o nome de Etelvino Lins. Outros grupos menores, instituídos em legendas eleitorais, acompanharam-nos: o Partido Democrata Cristão, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Libertador, o Partido de Representação Popular, o Partido Social Progressista, o Partido Social Trabalhista, o Partido Trabalhista Nacional, o Partido Republicano — ao todo onze partidos. Fora da "união sagrada" em torno de Etelvino, só o Partido Socialista Brasileiro — a rigor da verdade, naqueles tempos, uma legenda sem partido — e o Partido Comunista, ilegal, ou seja, um partido sem legenda.

Os dias corriam e as esquerdas se viam a braços com a dificuldade de apresentar um nome ao Governo do Estado. Pelópidas Silveira já se oferecera uma vez para participar desse ato de sacrifício, em 1946. Não pretendia repeti-lo.

Quinze dias antes das eleições, no Instituto Tecnológico de Pernambuco, onde Pelópidas trabalhava como engenheiro, conversávamos nós dois sobre o problema. De repente, a uma voz, lembramo-nos de um nome, depois de analisar um verdadeiro alfabeto de candidatos: Osório Borba, jornalista, deputado federal, pernambucano, perseguido do "Estado Novo", no momento jornalista do *Diário de Notícias,* do Rio. Osório era uma figura curiosa: bravo, ríspido, meio ranzinza em seus julgamentos, mas o tipo do candidato de que se precisava no momento, por seu passado de luta contra a ditadura.

Fixados em Osório, procuramos no mesmo dia os líderes do Partido Socialista, de cuja agremiação ele fazia parte.

Newton Cardoso escandalizou-se com a nossa idéia, assegurando que Osório Borba não aceitaria o convite. Em todo caso, ficou combinado que se telefonaria para Osório naquela noite. Para surpresa de todos — quebradas algumas resistências — Osório se convenceu de que devia dar a sua quota de sacrifício contra o "agamenonismo", já agora recheado de "cleofismo".

Marcou-se o dia para a chegada do candidato das esquerdas. No aeroporto, dezenas de automóveis o esperavam. E fez-se um cortejo de carros até o Hotel Central, de cuja sacada, aí pelo fim da tarde, Osório Borba pronunciou o seu primeiro discurso de campanha. Mais de quinhentas pessoas o aplaudiram defronte do hotel, em comício improvisado, a ele e a Domingos Velasco, um dos grandes líderes nacionais do PSB.

À noite, no Largo da Paz, realizou-se a primeira concentração oficial de propaganda da candidatura. Comunistas e socialistas haviam celebrado um pacto comum de atuação em torno da luta pelas liberdades democráticas e contra a guerra. Esse foi o programa mínimo da memorável campanha.

Mas restavam, na prática, oito dias para as eleições. Nesse pleito, os títulos eleitorais seriam recolhidos para renovação, por força de lei. A indústria da compra de títulos foi a mais produtiva, os onze partidos munindo-se dessa arma ignóbil de aviltamento do processo democrático. Ora se compravam títulos para usá-los fraudulentamente, ora para retirá-los de circulação, forçando a abstenção na cidade do Recife, cujo eleitorado era decisivamente contra a candidatura de Etelvino. Os títulos de então vinham desprovidos de fotografia. A esperteza de utilizá-los tornava-se fácil.

A tônica da defesa das liberdades democráticas, com a rememoração das violências do "Estado Novo" em Pernambuco, de que o

candidato de "união sagrada" fora chefe de polícia, contagiou as grandes massas.

Osório, feio, de cara fechada, cumpria o seu papel, tentando ocultar as suas idiossincrasias quando via o povo pular e gritar em sua frente: "Já ganhou! Já ganhou!" Nos nossos ouvidos, desabafava:

— Eu não suporto esse tal do "Já ganhou!" Isso me lembra o "Estado Novo".

O resultado do pleito, cuja campanha foi encerrada pelas forças anti-etelvinistas no Parque 13 de Maio, num dos maiores comícios de sua história, irradiado para todo o Nordeste, confirmou as tradições de rebeldia do povo pernambucano. Etelvino ganhou no Estado, mas perdeu no Recife.

O peso de onze partidos políticos, aglutinados em torno de Etelvino, não assustou o bravo povo recifense.

"De acordo ao PSD
E toda a Coligação
E outros que conheciam
De Etelvino a posição
Prontamente se assinaram
Com toda satisfação."

Os prognósticos de vitória na capital frustraram-se completamente, apesar dos meios policialescos e dos métodos espúrios empregados na campanha.

Os versos de cordel refletiam o falso otimismo dos "etelvinistas":

"Na capital eu garanto
Uma vitória gentil
Pois operários é meu
Que não é povo imbecil
Penso que vou dar de frente
Oitenta ou noventa mil".

Enganaram-se, porém, os calculistas da coligação udeno-pessedista.

Por ter vencido, a despeito de tudo, na capital e em Olinda, os dois grandes centros mais politicamente conscientes do Estado, passou-se a chamar Osório Borba de "Governador de Olinda e Recife", como se costuma denominar o arcebispo.

As esquerdas faziam nova demonstração de força, num embate com a polícia e a corrupção.

Um "cabo eleitoral" disse a um repórter do *Diário da Noite,* numa reportagem sobre o pleito, que havia votado pela "ônzima vez"

no candidato da coligação PSD-UDN, utilizando dolosamente títulos de outrem.

No fim do governo, Etelvino lançou para sucedê-lo o nome do comandante da 7.ª Região Militar, General Cordeiro de Farias. A UDN, grande força eleitoral, depois do PSD, secundou o nome do general, a princípio. Manobrando nos bastidores, todavia, João Cleofas conseguiu dobrar os convencionais do seu partido — e terminou saindo candidato, voltando atrás no apoio a Cordeiro de Farias.

Eu era deputado estadual, pela segunda vez, nessa época. Em nome dos comunistas, fui incumbido de parlamentar com João Cleofas, Pio Guerra e outros líderes de oposição ao PSD. A tendência do povo, no Recife e em outras cidades de mais conscientização política, era derrotar o comandante da 7.ª Região, figura completamente alheia aos meios políticos e sociais de Pernambuco.

Na residência de Pio Guerra, deputado estadual, na Avenida Conde da Boa Vista, esquina com a Praça Osvaldo Cruz, onde já morara Neto Campelo, uma mansão enorme mas antipática, conversei uma noite demoradamente com João Cleofas. De olhos lacrimejantes, mais piedoso do que altivo, ele exclamou, numa rogativa:

— Me ajudem, por favor! Eu preciso derrotar o PSD.

Formalizado o acordo com a UDN, o PC sufragou o nome do velho usineiro, na ânsia de derrotar as forças retrógradas do "pessedismo". No comício-monstro de encerramento da campanha, na Avenida Dantas Barreto, os "cleofistas" esvaziaram o palanque quando o Vereador Carlos Duarte, representando os comunistas, fez uso da palavra. De público, davam uma de anticomunista.

Novamente a "cidade cruel" sorriu aos adversários do partido de Agamenon Magalhães: Cleofas venceu no Recife, mesmo com a pecha de latifundiário e explorador de camponeses. Mas os "currais eleitorais" o derrotaram no interior.

Nesse pleito, a "Frente do Recife" compareceu meio dividida, entre o voto a Cleofas, a abstenção e o voto em branco.

Dois dias antes, o trecho da Rua Imperial, na Praça Sérgio Loreto, em que se localizavam a redação e as oficinas da *Folha do Povo,* órgão dos comunistas pernambucanos, ficou às escuras. Não surtiam efeito as reclamações ao serviço competente da Pernambuco Tramways, truste norte-americano que fornecia força e luz à cidade. Dizia-se que um "defeito técnico" não-identificado era o causador do *black-out.* O fornecimento de eletricidade só recomeçou no dia seguinte ao das eleições.

Entre a véspera e o domingo do pleito, falsificou-se uma edição da *Folha do Povo,* numa réplica absolutamente semelhante à original, com título e clichês *habituais.* Na manchete da edição liam-se em letras garrafais: "OS COMUNISTAS DEVEM VOTAR EM BRANCO".

E seguia-se um suposto manifesto de Prestes, recomendando que não se votasse no "usineiro João Cleofas".

Todos os bairros da cidade se viram praticamente cobertos pela distribuição dessa edição falsificada do jornal. Carros da polícia encarregavam-se da entrega de exemplares nas portas das seções eleitorais, centenas de investigadores mobilizados para o serviço.

Sem imprensa, sem direito a difundir desmentidos pelo rádio, nas setenta e duas horas em que se proibia pronunciamento político por quaisquer meios de comunicação, os comunistas saíram em campo para desfazer a grosseira chantagem. Era impossível, praticamente, levar a verdadeira palavra de ordem às dezenas de milhares de eleitores das zonas suburbanas do Recife, assim, na última hora.

Os mais conhecidos líderes de esquerda, fizemos cobrir nossos automóveis ou carros de aluguel com faixas em que se dizia que os comunistas deviam votar em Cleofas.

Utilizando baixos expedientes de policialismo, não obstante, o General Cordeiro de Farias perdeu as eleições na capital, a "cidade cruel" aparecendo de novo em seus momentos de invencibilidade.

Um linotipista que trabalhava nas oficinas da firma Inácio Nery da Fonseca comunicou ao PC que a edição falsa da *Folha do Povo* havia sido impressa naquela empresa gráfica, depois do horário normal do expediente. João Roma e Inácio Nery da Fonseca Filho, o primeiro, ex-secretário da Segurança Pública, o último, também policial, filho do dono da tipografia, teriam sido os principais autores da empreitada. Nunca se chegou a apurar essa denúncia.

Cordeiro de Farias tomou posse em janeiro de 1954. Em março, meu segundo mandato de deputado estadual chegaria ao fim. O Tribunal Regional Eleitoral impedira o registro de minha candidatura para uma terceira reeleição, por três votos a dois, atendendo a impugnação dos integralistas.

No governo do General Cordeiro de Farias, a polícia política desfechou forte ofensiva contra os comunistas, desbaratando muitas de suas organizações, a partir do Comitê Estadual. Quem não foi preso, fugiu ou se ilegalizou. Alguns líderes do PC foram processados e condenados, entre eles Fragmon Carlos Borges, cujo nome de guerra era Hugo Ferreira.

Refeito de seus membros ausentes, o Comitê Estadual tornou a cair, havendo novas prisões. Começou-se a suspeitar, então, da infiltração da polícia no seio do partido, a nível de direção. Pouco a pouco, foi-se identificando o dirigente Cassimiro Pereira da Silva como espião do DOPS, o que se confirmou posteriormente, passando

ele a freqüentar os corredores da Secretaria de Segurança Pública, às claras.

O único setor do PC que resultara imune à ação policial foi a *Folha do Povo*, por ordem expressa do General Cordeiro de Farias. Tanto quanto possível, respeitou-se a liberdade de imprensa no seu governo.

Uma gráfica da direção do PC havia sido pilhada pelo DOPS. Suas máquinas, recolhidas aos depósitos da polícia, faziam falta à atividade de rotina — reprodução de manifestos e outros materiais do Comitê Central.

A apreensão das máquinas ocorreu por coincidência com os preparativos para as eleições da Mesa da Assembléia Legislativa. As esquerdas ligadas ao PC haviam obtido a eleição do jornalista Clodomir Morais para a deputação estadual, na legenda do PTB. O PSD tinha interesse em que José Francisco fosse eleito presidente da Assembléia. O voto de Clodomir era disputadíssimo pelos dois maiores grupos em que se dividia o Poder Legislativo — governo e oposição. Instado para votar em José Francisco, condicionou seu sufrágio à liberação da gráfica dos comunistas. E foi assim que o Comitê Estadual do PC recebeu de volta suas máquinas, um caminhão da polícia encarregando-se do transporte. Era delegado de Ordem Política e Social, nesse tempo, o bacharel Álvaro da Costa Lima.

Entrementes, o General Cordeiro de Farias encarregara seu secretário da Fazenda, Clélio Lemos, de elaborar o projeto do novo Código Tributário. Durante a discussão da matéria na Assembléia Legislativa, desencadeou-se contra o governo forte campanha de críticas. A Associação Comercial de Pernambuco, dominada por elementos da União Democrática Nacional, cerrava fileira ao lado das chamadas "Oposições Unidas", na luta contra o projeto.

A resposta do governo foi classificar a ação dos comerciantes do Estado de "subversiva", acoimando os membros da diretoria da Associação Comercial de "aliados dos comunistas".

A essa altura, o DOPS investia contra o PC em todas as suas frentes de luta. No interior, os camponeses estruturados em suas ligas sofriam os vexames de perseguições odiosas.

Em novembro de 1955, houve no município de Goiana, perto do Recife, um choque entre um vigia de campo e um foreiro do Engenho Sambaíba. O fato, corriqueiro na zona rural, deu motivo a que a Secretaria de Segurança Pública despachasse para lá um forte contingente de tropa embalada, com ordem de trazer preso o camponês João Tomás, semiparalítico das pernas. De seu pobre casebre de palha, João Tomás reagiu ao cerco da polícia, trocando tiros com os militares da Força Pública. Por mais incrível que pareça,

João Tomás, sozinho, bambo das pernas, matou um soldado e fez correr os demais, utilizando para isso um velho rifle. Antes que chegasse reforço, fugiu — até hoje. Seu feito heróico foi destacado em artigo de jornal pelo ex-Deputado Amauri Pedrosa.

A controvérsia em torno do Código Tributário criou um fosso entre o governo e os comerciantes e industriais. No bojo da luta, a UDN tirava vantagens políticas, assestando suas baterias contra o PSD de Etelvino Lins. Esgotaram-se todos os meios suasórios para contornar a crise, aproveitada de um lado e de outro para fins político-eleitorais. O governo Cordeiro de Farias estava chegando ao fim de seu mandato. O Projeto de Lei n.º 349, que modificava a legislação fiscal do Estado, foi o estopim do rompimento das chamadas classes produtoras com o General Cordeiro de Farias e seu grupo político.

As forças oposicionistas na Assembléia Legislativa passaram a entender-se com a Associação Comercial, estabelecendo-se uma frente única contra o governo. Um dos comandantes da campanha, na área do Legislativo, foi o Deputado Miguel Arraes de Alencar, líder da bancada oposicionista, que a 9 de outubro daquele ano pronunciou importante discurso, selando a unidade dos parlamentares com a burguesia, para derrotar o Projeto 349. Outro deputado de marcante atuação no Poder Legislativo do Estado, nesse "entrevero", foi Clodomir Morais, da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, eleito com a ajuda dos votos do PC.

A 9 de novembro, com a aprovação do Projeto 349, todas as atividades comerciais e industriais do Recife amanheceram paralisadas, numa das mais amplas manifestações de resistência à política fiscal de Cordeiro de Farias. O *lock-out* atingiu até bancas de vender jornais e fiteiros de cigarros. À reunião, nesse dia, da Associação Comercial, compareceram mais de mil empresários, grandes, médios e pequenos — numa pujante manifestação de força.

Na crista da agitação patronal, despontou uma liderança nova, a do usineiro Cid Sampaio, presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco e homem de temperamento combativo.

A aprovação do Projeto 349 ateara fogo no Estado, com reflexos na classe operária, que acompanhava com simpatia a rebelião dos patrões.

Um manifesto assinado por quase todos os sindicatos de trabalhadores, com sede no Recife, hipotecando "irrestrita solidariedade à greve do comércio deflagrada no dia 9 do corrente, com apoio da indústria e à luta que vêm empreendendo contra o regime do escorcho fiscal que se pretende implantar no Estado de Pernambuco", formalizou a aliança de centro-esquerda patrão-operário, inédita nas crônicas políticas do Estado.

No campo, a Associação dos Plantadores Foreiros de Pernambuco, congregando os trabalhadores rurais, também se manifestou a favor da luta contra o governo.

A polícia do General Cordeiro de Farias desandou-se em violência no município de Vitória de Santo Antão, chegando a prender o Deputado Francisco Julião e alguns líderes camponeses, ao mesmo passo em que o governador insinuava que as classes produtoras estavam aliando-se aos comunistas, com "intuitos subversivos".

No dia 13 de março, por proposta do Centro das Indústrias de Pernambuco, decretou-se nova greve, dessa vez mais completa do que a primeira. A paralisação foi geral. A cidade parecia morta. Não se tinha como adquirir sequer um maço de cigarro. Tudo fechou, da grande indústria ao compartimento do mercado público. O mesmo se verificava no interior.

A "Frente do Recife", que elegera Pelópidas Silveira prefeito, participou, compactamente, da luta dos empresários e trabalhadores, opoiando-a.

Com a chegada a Pernambuco, naquelas horas, de Barros Carvalho, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, diretório estadual, de João Cleofas, presidente da seção pernambucana da União Democrática Nacional, e de Barbosa Lima Sobrinho, deputado federal, do Partido Socialista Brasileiro, programou-se um comício na Avenida Dantas Barreto.

Pela primeira vez na história política do Estado, fizeram uso da palavra, no mesmo palanque e em nível de "frente única" contra o arrocho fiscal e as violências policiais representantes da burguesia e da classe operária, além das lideranças populares do Recife. Em nome dos comunistas, pronunciei um discurso, ouvido em silêncio pelos "grevistas" da Associação Comercial e sob aplausos da multidão que ali se comprimia. Falou também o ex-Governador Barbosa Lima Sobrinho, velho adversário da UDN.

A partir desse momento, a luta era de todos, começando a assumir conotações eleitorais. Formalizava-se, então, a unidade de forças centristas com forças progressistas.

Em revide, o DOPS mandou prender os líderes sindicais João Barbosa de Vasconcelos, do Sindicato dos Comerciários, Gilberto Azevedo, do Sindicato dos Bancários, Wilson Carvalho, do Sindicato dos Gráficos, e Manuel Vicente, do Sindicato dos Garçons. Os empresários, em nota oficial divulgada pela imprensa, protestaram contra o ato da polícia, defendendo a libertação dos detidos. A "frente única" de patrões e operários ganhava corpo.

Tentou o governo forjar uma greve geral de operários e camponeses por reivindicações salariais, na esperança de jogar, àquela altura, os trabalhadores contra os patrões. Em vão, o "pelego"

Wilson de Barros Leal, dirigente dos trabalhadores têxteis, manobrou nesse sentido. Wilson era o presidente, na hora, do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco, Consintra.

De 10 a 13 de maio, reuniu-se no Recife o Primeiro Congresso Operário em Pernambuco, congregando mais de seis mil representantes. Francisco Julião era o seu líder.

À margem da grande agitação social, que se iniciara com a luta em torno do Código Tributário, o problema da sucessão governamental ia sendo enfocado, tornando-se o centro das conversações entre empresários e partidos políticos. Reuniões se amiudavam, com a participação de dirigentes comunistas, trabalhistas, socialistas e da prefeitura municipal, de um lado — do outro, o patronato, na defesa de seus interesses.

Começou a ganhar força o nome do industrial Cid Sampaio para suceder o General Cordeiro de Farias. Até se alcançar unanimidade em torno de sua pessoa, muitos outros nomes foram lembrados, como do velho "Marechal" Osvaldo Lima, vetado pelos socialistas e pelo grupo de Francisco Julião, a do jovem Osvaldo Lima Filho, proposto pelos comunistas e não aceito pelos trabalhistas de Barros Carvalho, etc.

Nos debates internos do PC, David Capistrano da Costa, seu dirigente máximo, defendia a tese de que se devia sair imediatamente com o nome do industrial Cid Sampaio, deixando os trabalhistas e socialistas para trás. O que importava — dizia — era a aliança com a burguesia. Eu e Hiram Pereira, nas reuniões que se realizavam com os comunistas na redação da *Folha do Povo,* ao contrário, reivindicávamos, primeiro, a consolidação da frente popular e de esquerda, antes de marchar-se para a candidatura de Cid — tese, aliás, vitoriosa no comitê estadual do PC.

Com o nome de "Oposições Unidas de Pernambuco", formou-se o bloco da resistência ao governo. Seu primeiro "Manifesto ao Povo" foi redigido na casa do médico Antônio Figueira, no Dérbi, por mim, Carlos Luiz de Andrade, Cid Sampaio, Barros Carvalho e Josué de Castro, deputado federal pelo PTB.

Mas a candidatura de Cid, propriamente dita, somente veio a ser formalizada numa ampla reunião em casa de João Cleofas, em Boa Viagem. O candidato preferencial de Cid era Lael, seu irmão, parlamentar da UDN no Estado.

Em seguida, na casa do próprio Cid, em Apipucos, completou-se a chapa das "Oposições Unidas", com o nome do Prefeito Pelópidas Silveira na vice-governança e Barros Carvalho e Antônio Baltar como candidatos a senador e suplente. A esses encontros decisivos comparecemos eu, David Capistrano, Hiram Pereira, Newton Cardoso, Carlos Luiz de Andrade, Francisco Julião, Barros Car-

valho, Josué de Castro, João Cleofas, Antônio Figueira, Lael Sampaio, Dias Lins, Pio Guerra, Professor Monteiro de Moraes, Miguel Arraes, Miguel Vita, Rui Pires, além de Pelópidas Silveira e do general da reserva Viriato Passos de Medeiros.

Nessas ocasiões, avisado não sei por quem, aparecia um parente de Cid, Zito Souza Leão, para nos dizer que o melhor candidato a governador seria Osvaldo Lima Filho.

A 2 de junho, no largo da feira, em Casa Amarela, bairro eminentemente popular do Recife, grande reduto eleitoral da "Frente do Recife", iniciou-se a campanha de Cid-Pelópidas. Nesse comício, falou o ex-Deputado Gregório Bezerra, que, a partir daí, seria um dos oradores mais assíduos e mais aplaudidos de todos nas concentrações das "Oposições Unidas".

Contra a candidatura Cid-Pelópidas, o Partido Social Democrático lançou a chapa Jarbas Maranhão-José do Rego Maciel.

Em meio à campanha, o Partido Socialista sofreu uma defecção: o jornalista Sócrates Times de Carvalho passou-se para a chapa do situacionismo, sob a alegação de que Cid era "um agente do imperialismo norte-americano". Ao lado de Sócrates, ficaram Glauco Pinheiro, que tomara parte no movimento "aliancista" de 1935, e os professores secundários Lobo de Miranda e Jázer Menezes.

Realizou-se nesse tempo um festival de teatro no Recife. Durante a representação da peça *Medéia,* no Teatro Santa Isabel, a direção do festival entendeu, num intervalo, de apresentar ao público o candidato Jarbas Maranhão, a pretexto de qualquer coisa. O teatro quase veio abaixo — de vaias. Batiam-se com os pés, puxavam-se cadeiras nas frisas e camarotes, assobiava-se, tossia-se alto, uivava-se — num tumulto ensurdecedor. Nesse instante, selava-se no Recife, pelo menos, a vitória de Cid Sampaio.

No sertão pernambucano, realizou-se em fins de julho e princípios de agosto o "Encontro de Salgueiro", na cidade do mesmo nome, como uma das resoluções do Congresso de Salvação do Nordeste. Seu idealizador principal foi o Deputado Clodomir Morais, que levantara a idéia entre as esquerdas do Recife. À frente do Encontro estava o Deputado Barreto Guimarães, do PSD. Como deputado, Clodomir obteve o apoio da Assembléia Legislativa, através da Comissão do Polígono das Secas, de que era membro.

Quase todos os prefeitos da área sertaneja, bem como vereadores, participaram do Encontro. Cid Sampaio compareceu e formalizou, à margem das reuniões, vários acordos políticos com os "coronéis" do interior, a começar de Chico Romão, chefe incontestável de Serrita e adjacências, antes fiel escudeiro de Etelvino Lins.

Sentindo-se abalado em seus fortes redutos eleitorais, o governo saiu-se com o fantasma do anticomunismo, tentando afugentar

os aliados tímidos da oposição. Pelas colunas do *Jornal do Comércio,* na época o maior órgão da imprensa de Pernambuco, por suas tiragens, escrevi uma "Carta Aberta ao Senador Jarbas Maranhão", relembrando os acordos que os comunistas haviam feito com o PSD de Etelvino. Essa carta foi fartamente divulgada pelo Estado.

Em setembro, a um mês das eleições, Luiz Carlos Prestes veio ao Recife. Naquele momento, as pesquisas de opinião pública, mandadas realizar pelo *expert* Roberto Albano, contratado por Cid para comandar o escritório da campanha, acusavam a existência de trinta por cento de eleitores indecisos. Na opinião de Albano, esses eleitores se situavam, em grande parte, na faixa da classe média, que resistia em votar num candidato usineiro. Com a presença de Prestes na campanha — raciocinava acertadamente Albano — a tendência era haver uma redução desses trinta por cento de eleitores, com a alegação de que, se os comunistas votavam num usineiro, por que a classe média não devia fazê-lo?

Após o comício de Prestes em Casa Amarela, ao lado de Cid Sampaio, a percentagem de indecisos, pelas novas pesquisas, caía para dez por cento. Albano tinha razão.

Mas a vinda de Luiz Carlos Prestes não foi pacífica. O próprio Cid desaconselhara a visita do "Cavaleiro da Esperança", contando para isso com os sussurros em contrário do usineiro José Lopes de Siqueira Santos, deputado federal, inimigo sem trégua dos comunistas, a quem combatia de armas nas mãos, nos seus feudos no interior.

Quando David Capistrano da Costa, líder do PC, procurou Cid para anunciar a chegada de Prestes, o candidato das "Oposições Unidas" formalizou a sua desaprovação. Mas David foi incisivo:

— Dr. Cid, nós estamos lhe comunicando, por mera cortesia, a chegada do nosso líder a Pernambuco. O problema sobre se ele deve ou não falar ao povo é nosso.

Em seguida a Prestes, veio ao Recife o Vice-Presidente da República João Goulart, que fez uso da palavra num grande comício da Avenida Dantas Barreto.

Novas ameaças de José Lopes de Siqueira Santos. No fim de tudo, porém, o conhecido e ferrenho latifundiário ficou com Cid e se regozijou por sua vitória, apoiada pelos comunistas. Suas restrições tinham por finalidade manter as aparências de inimigo dos "vermelhos", da boca para fora.

Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, arcebispo de Olinda e Recife, o célebre "Toinho Coca-Cola" das anedotas recifenses, apoiou Jarbas Maranhão, isolando-se de seu rebanho. Os toques de sino da igreja que mandara repicar durante o comício-monstro de

Prestes, em Casa Amarela, não chegaram aos ouvidos do bravo eleitorado católico da cidade.

Um pormenor interessante: o avião que trazia Prestes ao Recife, "por motivos técnicos", atrasou a viagem, chegando ao aeroporto dos Guararapes às duas horas da madrugada, esperado que estava para as vinte e três horas. Ainda assim, mais de duas mil pessoas se mantiveram firmes à espera do líder comunista. "Quando o avião em que viajou Luiz Prestes desceu no aeroporto — precisamente às duas e cinco da madrugada —, a multidão que tinha ido esperá-lo invadiu a pista de aterrissagem. Houve ruidosa aclamação durante todo o tempo em que Prestes permaneceu no Guararapes." O registro é do insuspeito *Jornal do Comércio*, edição de 25 de setembro.

Pode-se dizer, sem contestação, que a campanha eleitoral de Cid Sampaio foi uma das maiores já havidas na história republicana em Pernambuco, comparada, em certos aspectos, à de Dantas Barreto, em 1911, contra a oligarquia de Rosa e Silva. Por mais que se quisesse manter como centro dos debates o problema do Código Tributário, o tema que mais apaixonou as massas populares foi o do desenvolvimento econômico do Nordeste e seus entraves.

Havia um desgaste profundo do PSD no seio das populações da cidade e do interior. O contínuo desfrute do poder tinha-o desacreditado irremediavelmente.

No início, temeroso de sua vitória, querendo transferir sua candidatura para outrem, alegando razões pessoais e de compromisso partidário, Cid, que começara tímido em suas aparições, do meio para o fim da campanha liderou o movimento, tornando-se sem favor aquele que mais empolgava as multidões, com seu estilo de oratória cortante e vigoroso.

"O Doutor Cid Sampaio
Não queria entrar no pleito
Mas as massas populares
Infundiram a tal respeito
Até que enfrentou a barra
Ganhando de eito a eito.

"O Doutor Cid Sampaio
Nobre irmão pernambucano
Enfrentou uma campanha
A mais tremenda no ano
Mas chegou ao seu triunfo
Com ares de soberano."

A propaganda do PSD explorava a seu talante a união de um usineiro com os comunistas. Tudo se fez para dividir a "frente única", com a intenção de criar, em pura perda, fronteiras entre a burguesia e as esquerdas. Pelópidas, nas provocações contra a campanha, aparecia como o símbolo do "espúrio acordo" entre usineiros e operários.

"Pelópidas de outra vez
Venceu Alcides Teixeira,
Doutor Paulo Germano
E o bravo Antônio Pereira
Botou tudo pra correr
Jamais iria temer
Uma chapa usineira."

A 3 de outubro, dia das eleições, antes mesmo que começasse o inquietante abrir das urnas, ninguém duvidava mais da vitória de Cid Sampaio. À porta das seções eleitorais, o entusiasmo em torno do candidato das "Oposições Unidas" era indissimulável, os próprios componentes das mesas receptoras mal disfarçando suas preferências.

Cid venceu de ponta a ponta, não perdendo em nenhuma urna do Recife. No interior, sua votação elevou-se a níveis inesperados. Para um corpo de eleitores relativamente pequeno, como o de Pernambuco, comparado com os grandes colégios eleitorais de Minas, São Paulo, Rio, etc., a diferença de Cid sobre Jarbas Maranhão foi vultosíssima — além dos duzentos mil votos —, fato absolutamente inédito em Pernambuco, em qualquer pleito governamental.

O povo sepultara por longo tempo o PSD de Agamenon e Etelvino Lins, com seu caudal de truculência e desrespeito aos direitos humanos.

O "Carnaval da Vitória" que o núcleo dirigente da campanha das "Oposições Unidas" organizou para comemorar o triunfo nas urnas, no dia da proclamação oficial de Cid como governador, foi realmente uma festa impressionante, um verdadeiro Carnaval. Como nos dias de Momo, os clubes e troças saíram às ruas com seus estandartes e suas vibrantes orquestras, animando o grande desfile. A massa enchia literalmente as ruas do Recife.

Nelson Ferreira, intérprete dos sentimentos populares na música pernambucana, deu a nota do sucesso, fazendo suar a camisa do povo no ritmo alucinante do "passo", compondo um dos seus melhores frevos-canção, hoje clássico:

"O Bloco da Vitória está na rua
Desde que o dia raiou.
Venha minha gente pro nosso cordão
Que a hora da virada chegou (ô, ô, ô, ô!).

Quando o povo *decide*
Cair na *frevança*, não há quem dê jeito.
Agüenta o rojão, fica sem comer
Mas no fim, ei!
Está tudo OK.
Neste carnaval, quá, quá, quá, quá,
O prazer é gargalhar
E com 'bate-bate' de maracujá
A nossa vitória vamos festejar!"

CAPÍTULO XI

ARRAES, PREFEITO DO RECIFE.
O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR.
ROMPIMENTO DA "FRENTE DO RECIFE" COM CID SAMPAIO.
O IBAD E A CAMPANHA DE ARRAES PARA
O GOVERNO DO ESTADO.
"JOÃO TRÊS QUEDAS".

Entre os que mais se destacaram na ativação da campanha de Cid Sampaio ao governo de Pernambuco, estava o Deputado Estadual Miguel Arraes de Alencar. Tão grande fora o seu interesse pela vitória das "Oposições Unidas", que se descuidara de sua própria reeleição, sendo derrotado. Quase não viajara ao interior, deixando à sanha de outros concorrentes, na última hora, seus pequenos redutos eleitorais. O trabalho de Arraes, no comando da luta no Recife, foi inestimável, dando tudo de si para a vitória nas urnas.

Na formação de seu governo, Cid o nomeou secretário da Fazenda, cargo que Arraes já havia ocupado com Barbosa Lima Sobrinho, em 1948.

A "Frente do Recife", aos poucos, foi-se desvinculando da aliança com a burguesia. Sua força mais consciente estava na união popular e esquerdista. A coligação com as classes conservadoras não passara de um incidente eleitoral, logo esvaziado pelos acontecimentos que se sucederam.

Um pouco pela continuidade das posições retrógradas dos integrantes da Associação Comercial, ávidos do desfrute do poder, sequiosos de favoritismo, um pouco pelo sectarismo dos comunistas, ou da maioria do seu Comitê Estadual, o certo é que se criou uma divisão entre Cid e as esquerdas, mais cedo do que deveria acontecer, na minha opinião.

Ainda assim, chegou-se ao pleito municipal, com eleições para indicar o sucessor de Pelópidas Silveira.

De dentro da prefeitura, como secretário de Finanças, eu tomava conhecimento das manobras dos socialistas em torno de um nome de suas fileiras para colocar no lugar de Pelópidas. Esse nome era o do engenheiro Antônio Bezerra Baltar, vereador à Câmara Municipal, homem de cultura, extremamente católico. Nesse tempo, os católicos assumiam posições assanhadamente anticomunistas, estabelecendo combate ao PC como se se tratasse do seu pior inimigo.

Por sua vez, os comunistas não dissimulavam o seu ranço anticlerical, vendo na Igreja um dos esteios do capitalismo. Contraditoriamente, ambos estavam errados e certos, ao mesmo passo. As condições da época não podiam levar a um enfoque diferente. Enquanto os padres apareciam como acólitos da exploração do povo, benzendo as maquinarias das usinas nos dias de "botadas" ou início de moagem, participando dos rega-bofes da burguesia nos centros urbanos, sacramentando uma ordem social desumana, os comunistas, ao perder as perspectivas do que era essencial em sua luta, hostilizavam a Igreja, *et pour cause,* predicando um anticlericalismo sem conseqüências.

Por todos esses motivos, o nome de Baltar não era bem visto nos meios do PC, sem que houvesse, em conseqüência, a menor restrição à sua dignidade.

Antevendo a cisão da "Frente do Recife", pus-me em campo para escolher um nome que unisse comunistas e socialistas.

Havia um acordo com Barros Carvalho, da parte do PC, para não se tratar de candidaturas sem conversas recíprocas. Na verdade, Barros Carvalho, líder do PTB, sonhava com a prefeitura do Recife para um dos seus irmãos, o desportista Eládio de Barros Carvalho.

À margem dos compromissos partidários, iniciei uma discreta campanha em favor da candidatura Miguel Arraes, ele próprio dizendo, espantado:

— Em matéria de eleição, eu já desencarnei, "Seu" Paulo. Quem teve quinhentos votos no Recife, não pode cogitar de ser o seu prefeito.

As simpatias de Pelópidas Silveira convergiram para Antônio Bezerra Baltar, seu colega da Escola de Engenharia.

Meu primeiro trabalho em fazer Arraes candidato foi obter dos componentes da "bancada da imprensa" da Assembléia Legislativa de Pernambuco, de que eu fazia parte, como redator político da *Folha do Povo,* que o elegêssemos "Deputado do Ano". A princípio, houve resistência, o jornalista Paulo do Couto Malta, do *Diário de Pernambuco*, ensaiando um movimento de rebeldia. Ninguém punha em dúvida, no geral, os méritos de Arraes como parlamentar; faziam-se restrições ao seu temperamento arredio:

— A gente vota nesse "cara" e, quando acabar, ele não paga nem um uísque pra "bancada da imprensa".

Não era só não pagar uísque. Meu receio maior era o de que Arraes, eleito, chegasse ao local da imprensa e, num gesto muito seu, coçando um lado do rosto com a mão espalmada, externasse em som gutural um "muito obrigado", sem efusividade. Os jornalistas queriam festa, muita bebida e muita comida, em retumbantes almoços de confraternização entre parlamentares e homens de jornal.

O título de "Deputado do Ano" foi-lhe concedido por unanimidade, eu e o jornalista Ernani Régis comandando a cabala de votos. Deu-se, no fim, o esperado: não houve uísque.

O fato, porém, é que, com bebidas ou sem elas, Arraes fazia jus ao galardão. Naquele ano agitado, em que as "Oposições Unidas" bateram nas urnas os redutos até então inexpugnáveis do velho PSD, sua participação se havia firmado como uma das mais decisivas, no *front* da Assembléia Legislativa. Sacrificara sua reeleição por trabalhar demasiado para a vitória da chapa Cid-Pelópidas, dando assistência aos debates do Legislativo e às articulações políticas no Recife.

Com o título de "Deputado do Ano" conquistado, tratei de redigir um "Manifesto" de jornalistas, o mais amplo possível, em que os signatários indicavam o nome de Miguel Arraes à "Frente do Recife", como ideal para a prefeitura, obtendo a assinatura de jornalistas insuspeitos de ligações com as esquerdas, a começar de Ernani Régis e Fernando Luiz da Câmara Cascudo. O que havia de mais expressivo no jornalismo moderno assinou o "Manifesto", ficando de lado os "cartolas".

Ficara combinado, entretanto, no seio da direção do PC, ainda descrente das possibilidades de Arraes como candidato, que eu, embora redator do "Manifesto", não o assinasse — para evitar entraves aos compromissos dos comunistas com Barros Carvalho. Alguns confrades da *Folha do Povo,* todavia, o fariam, com menos repercussão política.

O documento alcançou muito boa acolhida na cidade, seguindo-se a ele, também redigido por mim, a seu pedido, um "Manifesto" dos locatários de compartimentos dos mercados públicos.

Meu relacionamento com Antônio Bezerra Baltar era excelente. Em nenhum momento escondi dele os meus planos de que a "Frente do Recife" adotasse a candidatura Arraes.

Aos poucos, o nome de Arraes ganhou vulto. Dentro de um espaço de tempo razoavelmente curto, sua candidatura estava na rua, bem respaldada em certos círculos da imprensa e dos meios políticos. Na prefeitura, duas grandes adesões ocorreriam para encaminhá-la ao desfecho final: a de Pelópidas e seu irmão Pelágio Silveira, grande articulador de bastidores.

O nome de Baltar começou estranhamente a merecer simpatias de setores das classes produtoras, o que levou o próprio Baltar a desconfiar da "espontaneidade" desse apoio. Na verdade, o que se queria, no fundo, era afastar Arraes do páreo, por ser considerado um candidato mais à esquerda.

De volta de uma viagem ao Rio, o Governador Cid Sampaio chamou Arraes e pediu-lhe que fizesse uma declaração à imprensa dizendo não ser candidato à prefeitura. Segundo Cid, isso permi-

tiria um remanejamento melhor de forças, desde que Barros Carvalho, no Senado, impugnava, em princípio, o nome do secretário da Fazenda do Estado. A manobra, ainda segundo Cid, não se dirigia contra Arraes. Visava ganhar tempo, voltando tudo à estaca zero, quando então os partidos das "Oposições Unidas" dariam corpo às *démarches* oficiais.

Era um domingo, perto da hora do almoço. Arraes procurou-me, transmitindo-me a sugestão de Cid. Reagi imediatamente, advertindo-o de que uma declaração sua, àquela hora, formulada naqueles termos, seria inoportuna, desestimulando as correntes que o apoiavam.

Barros Barreto, dirigente local do Partido Social Trabalhista, agremiação que só existia como legenda eleitoral, tornara-se, desde o princípio, um dos mais entusiastas defensores da candidatura de Arraes, oferecendo-se para formalizá-la.

De minha casa, no domingo, saímos eu e Miguel Arraes com a finalidade de convocar uma reunião de emergência da "Frente do Recife", com a participação de Cid Sampaio.

À noite, na residência de Dourado de Azevedo, cunhado de João Cleofas, estávamos reunidos: Cid, Pelópidas, Newton Cardoso, Carlos Luiz de Andrade, João Cleofas e eu — menos Miguel Arraes, que do seu automóvel, num jardim de Boa Viagem, me aguardava para saber do resultado das conversações. Era a primeira vez que Cid, como governador do Estado, se reunia com as lideranças de esquerda do Recife.

Depois de relatar aspectos da situação nacional, Cid Sampaio admitiu, dizendo-se bem informado, que o nome de Arraes não seria aceito nem por Goulart, vice-presidente da República, nem pelo General Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra de Jusceiino Kubitschek. João Goulart porque, "trabalhista", desejava uma candidatura tirada do seu partido, Lott por considerar Arraes subversivo. Em qualquer dos casos, o nome de Arraes os assustava, afugentando aliados e colocando mal o governo do Estado. Dificilmente Jango apoiaria Míguel Arraes. E Lott, por seu turno, jamais o faria. Esse o raciocínio de Cid, na base do medo ao comunismo, menos dele — dizia — do que "dos nossos amigos do Rio".

Contra-argumentando, fiz ver aos presentes que os informes de Cid não traduziam perfeitamente a realidade. Na minha opinião, o governador não estava a par de outros aspectos do problema nacional. Assim é que fiz alusão a notícias de repetidos encontros de João Goulart com Luiz Carlos Prestes, conforme se sabia dentro do PC, e das possibilidades de o próprio ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, com todo o seu apregoado anticomunismo, vir a ser candidato a presidente da República, apoiado pelo PC. Por

conseguinte, os propalados arrepios anticomunistas das duas personalidades políticas não tinham maiores conseqüências.

Descendo a analisar o quadro político de Pernambuco, discorri sobre o ambiente de popularidade que se criara em torno de Arraes, jornalistas, escritores, pequenos comerciantes, partidos políticos, deputados estaduais, etc., reivindicando sua candidatura.

Por último, argumentei que, se a reação maior à candidatura partia de Barros Carvalho, senador por Pernambuco, então que lhe telegrafassem os líderes da "Frente do Recife" chamando-o com urgência ao Estado, a fim de participar das *démarches*. Enquanto isso, a minha opinião era a de que o nome de Miguel Arraes fosse mantido à sucessão de Pelópidas, até segunda ordem.

Pelópidas e Newton Cardoso ficaram com meus argumentos. E a candidatura de Arraes permaneceu.

Nos dias posteriores à divulgação de que algo havia contra o nome de Arraes, a onda de solidariedade aumentou. Daí para o registro de sua candidatura foi um passo.

Sem outra opção, Cid Sampaio, por sugestão de Pelópidas, reuniu em palácio cerca de quinhentos comerciantes e industriais para comunicar-lhes que apoiava Arraes. Esse reforço das "classes produtoras", que queriam preservar o prestígio do governador, foi muito influente na vitória do candidato da "Frente do Recife".

Algum tempo depois, já Miguel Arraes eleito prefeito do Recife, exonerei-me do cargo de secretário de Administração, em virtude de visíveis desentendimentos com pessoas e grupos que o cercavam. Escrevi-lhe longa carta dizendo das razões que me levavam a deixar a prefeitura. Entre outras coisas, Arraes me respondeu com estas palavras:

"Desconhecer que você foi o primeiro a sugerir meu nome, que defendeu minha candidatura em horas difíceis, que tem dado provas de amizade, seria negar os fatos, faltar à verdade e não poder encarar um amigo que eu considero e estimo".

Tendo reagido ao convite para compor seu secretariado, já prevendo desencontros de opinião com alguns dos seus amigos, sofri pressões contínuas para aceitá-lo. Entre os que me assediavam constantemente para permanecer à frente da Secretaria de Finanças, no novo governo municipal, estava o próprio Arraes. Eu, de mim, preferia sair, deixando o governo, que se iniciava, com carta branca para escolher seus auxiliares. Além do mais, muito consciente disso, eu sabia que certas pessoas ligadas a Arraes não perderiam tempo em criar dificuldades entre mim e ele. E essas pessoas, coincidentemente, gozavam de sua intimidade.

Contudo, a instâncias suas, de sua esposa Célia, de Pelópidas, dos comunistas e de mais uma série de amigos, decidi por atendê-lo. E fui nomeado inicialmente para a Secretaria de Finanças, enquanto

Arraes providenciava a requisição ao Banco do Nordeste do funcionário João Guerra. O convite inicial de Arraes, feito à minha pessoa, foi no sentido de permanecer na Fazenda municipal. Mas as classes conservadoras, que o haviam ajudado nas eleições, com Cid à frente, exigiam a minha cabeça, com a recompensa de saldar todos os compromissos financeiros da campanha. Eu próprio auxiliei Arraes a contornar a dificuldade, passando para o cargo de secretário de Administração, embora a contragosto, por considerar descabida a pressão das "produtoras".

Meus métodos de ação, na vida pública, chocavam-se, porém, com a média do praticado no novo governo. Arraes transigia mais do que Pelópidas. E, visando a outros postos, na sua carreira política, talvez precisasse fazê-lo. Eu, não.

De desencontro em desencontro, que não vem a pêlo enumerar, terminei exonerando-me da Secretaria de Administração, não sem antes escrever uma carta à direção do PC alertando os comunistas para certos problemas que se criavam na área municipal, sobretudo a fomentação de rivalidades entre Arraes e Pelópidas, o que poderia pôr em risco a unidade da "Frente do Recife".

Tido como intransigente no trato da coisa pública, inábil no relacionamento com os vereadores, severo demais com os servidores inescrupulosos, com pruridos pequeno-burgueses de honestidade e outros clichês — recolhi-me à Promotoria Pública de Igarassu, cautelosamente. E lá quedei-me durante todo o restante do governo de Miguel Arraes. Os próprios comunistas, por seus dirigentes principais, faziam restrições à minha conduta, como administrador, embora dois deles tenham sempre ficado a meu lado, invariavelmente: Gregório Bezerra e Hiram Pereira.

Do próprio Arraes, eu não tinha queixas. As incompreensões e hostilidades partiam de amigos seus, prestigiados no seu governo.

Para não me perder em questiúnculas, contarei um fato elucidativo de minhas confrontações com a política posta em vigor na prefeitura:

O chefe do Departamento de Equipamento e Oficinas comunicou-me um dia que recebera ordens superiores no sentido de mandar confeccionar duas dezenas de bancas e cadeiras escolares para um núcleo eleitoral do Vereador Wandenkolk Wanderley, que dava apoio a Arraes na Câmara Municipal. O material escolar seria feito de graça, com mão-de-obra dos servidores do departamento. Fiquei surpreso com a notícia. Não existia precedentes na prefeitura, naquele sentido. Admitindo que houvesse um mal-entendido na transmissão da ordem, mandei sustar o serviço.

Para desencanto meu, tudo era verdade, alegando-se que o material seria utilizado numa campanha de alfabetização. Eu estava acostumado com as "escolas" e as instituições de "beneficência" dos

vereadores. Como secretário de Finanças, chegara ao extremo de rasgar uma petição em que se requeria o pagamento de quotas de subvenções para uma discutível "Associação dos Amigos da Criança Abandonada", que eu soubera tratar-se de arapuca eleitoral. Por conseguinte, a tal "escola" do Vereador Wandenkolk não me sensibilizava. E dei uma contra-ordem: as bancas e cadeiras não seriam confeccionadas no departamento, enquanto eu fosse o secretário de Administração. Ou elas — ou eu. Em assuntos dessa natureza, não costumava ceder.

Quando o próprio prefeito me falou no caso, dizendo que eu estava criando problemas com os vereadores da bancada situacionista, fui taxativo:

— Olha, Arraes, se você me mandasse confeccionar material escolar de graça para as "escolas" do Vereador Miguel Batista, em quem votei com muita honra, eu não o faria, quanto mais para Wandenkolk Wanderley!

Fatos dessa natureza se sucederam, as ordens surgindo em nome do prefeito, os vereadores, no intuito de me desmoralizar, penetrando nas seções e serviços da minha secretaria para dizer, intrigando, que quem mandava ali era o prefeito e não eu, etc.

Tomei férias e, de volta, pedi exoneração, dando lugar à carta a que me referi neste capítulo.

Apesar de discordar de certos métodos usados por alguns auxiliares do prefeito, estou convencido de que o governo de Arraes, no seu conjunto, foi o que melhor serviu ao Recife. Aplainado o caminho por Pelópidas, posta a casa em ordem, feita a "limpeza da área", como dizem os militares, a Arraes coube, com o seu agudo senso prático, realizar uma obra que força nenhuma apagará da história da cidade.

Se Pelópidas era o administrador de visão das grandes obras públicas, voltado para um planejamento englobado da cidade, Arraes era o homem sensível ao cotidiano, lhano no trato com os humildes, aberto à discussão dos problemas sociais, sabendo lidar com o povo, auscultando-lhe as queixas e reclamos, pacientemente.

O ponto mais alto da administração de Miguel Arraes foi o Movimento de Cultura Popular. O MCP era basicamente uma idéia do próprio Arraes, posteriormente ampliada por seus assessores. A princípio, o MCP consistia na criação de escolas para o povo, aproveitando salas de associações de bairros, de entidades esportivas, de templos religiosos — e aí instalando móveis simples, toscos, fabricados nas oficinas da prefeitura.

No começo, era só um plano de alfabetização de adultos, completando o vazio deixado pela rede de ensino escolar mantida pelo Estado e por particulares.

Chamados a colaborar com a prefeitura, intelectuais e artistas ampliaram os planos iniciais, elastecendo os horizontes do movimento. Tratou-se, em primeiro lugar, de fundar uma entidade jurídica, com estatutos, sede, diretores e corpo de colaboradores. Na própria discussão dos estatutos do MCP, as idéias cresceram, dilatando o campo da iniciativa, antes definindo-a conceptualmente. Era o ano de 1960, fértil em cometimentos dessa natureza em todo o território nacional. Visava o MCP, agora, além da alfabetização, elevar o nível cultural das massas, conscientizando-as paralelamente. Ao ensinar-se a ler a um adulto, não se recorreria mais ao jogo simbólico de palavras e sílabas, abstratamente situados em seu universo social, do "ovo" e da "uva", do "menino corre atrás da bola", da "ave" e da "ema".

Pretendia-se alcançar uma meta mais ligada à vida, o homem reencontrando na escola as suas raízes telúricas e culturais adormecidas, dentro de um mundo social alienante, aprendendo a ler realisticamente, a educação como fulcro para elevar e projetá-lo no seu meio.

Até então a escola fora utilizada para divorciar o homem da vida, na adoção de conhecimentos que lhe não serviam socialmente à existência. Que adiantava, por exemplo, à criança do interior decorar o nome das ilhas do arquipélago das Filipinas, a distância entre a Lua e a Terra, a engrenagem do sistema solar, se não lhe era ensinada a dura realidade do seu mundo agrário? Que utilidade havia, para o adulto dos centros urbanos, saber na "ponta da língua" o nome dos ex-presidentes da República, de Deodoro a Getúlio, se lhe ocultavam as explicações necessárias ao exercício democrático do direito de voto?

O primitivo plano de alfabetização imaginado por Miguel Arraes tornou-se mais abrangente quando o professor universitário Germano Coelho foi chamado a colaborar na iniciativa. Germano defendia a alfabetização como uma iniciação à cultura, no vasto sentido da expressão. A partir desse enfoque, o MCP passou a diversificar-se, atuando através de várias formas — o teatro, a valorização dos folguedos tradicionais, a organização de praças de cultura, a instalação de galerias de arte, de parques de recreação, de atelier para artes plásticas e artesanais, do cinema, dos teleclubes, das "mesas-redondas" sobre cultura popular —, despertando a comunidade para os seus problemas, englobadamente.

"Escolas radiofônicas
De modelagem e gravura
E um centro de artes plásticas
Tapeçarias e pinturas
Desenho, estamparias
Fantoches e arquitetura."

Daí partia-se para alcançar a análise e a crítica da sociedade, desprezando-se os padrões conservadores da educação tradicional.

A imensa riqueza cultural do povo nordestino, o folclore, as tradições artísticas, o enorme potencial criativo, o MCP valorizou, com seu dezenove mil alunos em duzentas e uma escolas, suas cinco praças de cultura, tentando anular a influência alienante de padrões e matrizes de outras culturas.

No setor da reativação das festas tradicionais — o Carnaval, o São João, o São Pedro, o Natal, o Ano Novo —, realizou-se um esforço extraordinário de incentivo, com a organização dos folguedos de Momo, a revivescência das "rodas de coco" e de "emboladas", a celebração de "missas de galo", a queima de lapinhas, o espocar de fogos de artifício, os torneios de repentistas e cantadores, o desfilar de bandas de pífanos e de conjuntos de pau e corda, de "bacamarteiros", a formação de corais, o plano de estímulo às bandas de música do interior — toda uma variada gama de diversificação cultural, posta em questão.

Conforme fosse a época do ano, as praças de cultura exibiam manifestações de bumba-meu-boi, de fandangos, maracatus, "chegan-ças", pastoris, "caboclinhos", mamulengos e frevo, revivificando o esforço contínuo do povo na preservação de suas heranças culturais, em difíceis condições de sobrevivência.

Abelardo da Hora, escultor e pintor, um dos que primeiro se juntaram ao MCP, na sua fundação, planejou decorações de Carnaval fugindo à rotina de colocar figuras alienígenas de Colombinas, Arlequins e Pierrots nos postes de iluminação pública. Foi buscar no folclore carnavalesco a motivação adequada, cocares e florais enfeitando o ambiente.

Anita Pais Barreto, renomada pedagoga, idealizadora das praças de cultura, foi outra grande figura do movimento, no campo da educação, ao lado de Norma Coelho e Josina Godoi. No mesmo nível de compreensão, atuava um jovem obsessivamente dedicado ao trabalho, consciente do seu esforço: Aluísio Falcão, auxiliar de Arraes na prefeitura.

Como resultado de pesquisas de campo e da própria experiência cotidiana do MCP, Norma e Josina escreveram uma *Cartilha de alfabetização para adultos* — modelar em seus propósitos.

Paralelamente, Paulo Freire, professor universitário, participante do MCP, desde sua fundação, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, elaboravam outros métodos de alfabetização de adultos sob enfoques diferentes, mas não antagônicos. A CNBB criou o Movimento de Educação de Base, em 1961, caracterizando-o também como um movimento de cultura popular, no desenvolvimento de uma metodologia própria, de fundo humanista e cristão. "Salvar

homens, no Brasil", dizia o MEB na justificação de seus propósitos, "implica que se lhes dêem condições de serem Homens."

O método de Paulo Freire partia de uma concepção cristã do mundo. A sociedade tradicional brasileira entrara em processo de transformação, ou seja, chegara o momento de sua passagem de uma sociedade fechada dentro de si para uma sociedade democrática, aberta. O instrumento desse processo, para Paulo Freire, era o povo.

Utilizando o Sítio Trindade, que Pelópidas adquirira, por desapropriação, o MCP fez de seus amplos espaços o laboratório das mais ricas experimentações no campo da cultura popular. A qualquer hora em que ali se chegasse, dezenas de professores, estudantes e ativistas do movimento estavam reunidos, cada qual em seu setor, a discutir planos e realizações, a par de aulas de dança clássica, de balé de frevo de rua.

Na prática, as despesas da prefeitura eram poucas, em relação ao montante dos empreendimentos. Pagava-se um salário simbólico às professoras do movimento: dez cruzeiros mensais, o que levou o célebre Coronel Ibiapina, no Recife, em 1964, a declarar que o verdadeiro salário dos servidores do MCP era pago por debaixo do pano, com "o ouro de Moscou". Realmente, a ninguém convenceria, salvo os dotados de boa fé, que dez cruzeiros recompensassem tanto esforço e tão inestimável abnegação.

Nas festas públicas, o comércio e a indústria custeavam o material a ser utilizado nas decorações, a troco de discretos anúncios. Em regime de colaboração, ornamentavam-se os logradouros públicos, a municipalidade entrando com a mão-de-obra.

Convidados pelo MCP, poetas, escritores e artistas participavam de seus empreendimentos. Augusto Boal, Graça Melo e Nelson Xavier ensaiaram peças teatrais e debateram problemas correlatos, formando equipes de discípulos e colaboradores.

Houve um momento em que as teses defendidas por Germano Coelho e seu grupo confrontaram-se com as de outros grupos de esquerda, principalmente o liderado por Aluísio Falcão. Enquanto o pessoal de esquerda dava preferência à criação de escolas de alfabetização, Germano via mais longe, querendo que o MCP descesse a fundo na pesquisa da cultura popular, associando o trabalho de alfabetização ao de conscientização, palavra muito em voga na época. No campo do ensino, propriamente dito, Germano decidia-se por apoiar as pesquisas então embrionárias do Professor Paulo Freire, que elaborava um método audiovisual de educação de adultos. Na verdade, as escolas do "bê-a-bá" não fascinavam Germano, nem os intelectuais que começavam a se aproximar do MCP.

O grupo mais empolgado com a multiplicação de núcleos de alfabetização, à frente Aluísio, começou a atritar-se com Germano. Não havia, a rigor, como alguns pensavam e difundiam, posições partidárias em jogo. Germano Coelho, aliás, era um dos que, ressentidos, injustamente raciocinavam dessa maneira. Por trás do conflito entre os radicais da "praxis" e os radicais da pesquisa, havia um lastro de entendimentos — todos querendo atingir o mesmo fim, para uns imediato, para outros a médio prazo.

A facção que defendia a programação de escolas considerava que a conscientização viria no processo de arregimentação das massas, nos comícios políticos ou na própria vivência das lutas sociais. Não seria através de um método "politizado" que o povo iria adquirir consciência dos seus problemas. Ademais, impunha-se o cumprimento de uma meta do governo, para que a massa não se desiludisse de seus propósitos, em véspera de outra eleição política.

Do entrechoque dessas tendências, porém, enriqueceu-se o Movimento de Cultura Popular, ele mesmo polêmico em questionar os problemas culturais brasileiros.

À margem disso, a prefeitura tocava para diante os planos de urbanização da cidade, com a conclusão da Avenida Norte, ligando-a até a BR-111; alargava a Rua da Aurora, com a intenção de ajardinar a parte conquistada à margem do Rio Capibaribe — parte essa que, depois de 1964, foi entregue às multinacionais de petróleo para a construção de três enormes postos de gasolina; pavimentava a concreto a Avenida Sul, parte das avenidas Boa Viagem e da Imbiribeira, de acesso ao aeroporto, instalando chafarizes nos subúrbios, pavimentando a asfalto esquecidos logradouros de bairros pobres, etc. Outra grande ponte, ligando dois bairros da cidade, o do Recife, propriamente dito, ao de Santo Amaro, a ponte de Limoeiro, foi projetada e mandada construir por Arraes.

À política de assistência aos córregos e ruas dos subúrbios, que Pelópidas empreendera com afinco, Arraes deu toda atenção, melhorando as condições de vida da população pobre dos mocambos.

Criou-se o Plano de Urbanização de Boa Viagem, em regime de cooperação entre proprietários de imóveis e a prefeitura, os primeiros adiantando parcelas do imposto predial ou pagando-as pontualmente para atender ao encargo, quando não, custeando, em parte, diretamente os serviços. Graças a esse plano, o bairro aristocrático de Boa Viagem teve suas principais ruas asfaltadas, com o serviço de galerias renovado, se não originalmente implantado.

Inaugurou-se o transporte de ônibus elétrico, cuja estrutura, com a colocação das linhas de extensão e a aquisição dos primeiros carros, fora assentada ao tempo de Pelópidas. Os planos iniciais vinham do governo do Prefeito José do Rego Maciel.

Quanto ao funcionalismo, além de proceder à reclassificação tanto tempo almejada pela classe, concederam-se apreciáveis aumentos de vencimentos, bem como a instituição indiscriminada do décimo terceiro salário, vigente até hoje.

Eu me pergunto a mim mesmo como estaria hoje o Recife se o Movimento de Cultura Popular tivesse prosseguido em suas realizações. Que destino teriam os duzentos mil meninos e adolescentes, que o juiz de menores diz viverem completamente abandonados na cidade, vadios, sem escolas, esmolando, "morcegando" as traseiras dos ônibus, assaltando, furtando, correndo de um lado para outro — à procura de onde e como gastar suas energias desaproveitadas? Como seriam hoje, nos subúrbios, as praças de cultura, com o aproveitamento desse imenso material humano nas atividades artesanais, no teatro, na música, no canto orfeônico, na pintura, nas atividades profissionalizantes, nos jogos esportivos?

Leio nos jornais, no momento em que escrevo estas linhas, as terríveis declarações de um jovem, preso no Recife em flagrante de crime de arrombamento:

— Quando sair da prisão, continuarei a praticar os mesmos crimes. Só sei fazer isso. A sociedade não me ensinou outra coisa.

O governo de Cid esvaziava-se, pouco a pouco, o carisma do candidato reduzindo-se de proporções. A despeito de contar com figuras conceituadas no seio do secretariado, o prestígio de Cid declinava, no ocaso das lideranças construídas por força das circunstâncias. Num comício de apoio à SUDENE, foi vaiado pelos manifestantes, estrondosamente.

Numa das vezes em que passou o exercício do cargo a Pelópidas, ocorreu o incidente do navio *Santa Maria,* apresado em águas do Atlântico por um grupo anti-salazarista, sob o comando do Capitão Henrique Galvão. A façanha contra o governo português não parecia ter profundidade, circunscrevendo-se a um ato isolado de pirataria política, com suas tintas de aventura quixotesca. Mas, à primeira vista, dava a impressão de que era o toque de alerta à queda do regime de Oliveira Salazar.

O Recife viveu horas emocionantes, na expectativa da derrubada do fascismo em Portugal.

Vindo do Rio, o General Humberto Delgado, exilado no Brasil, desembarcou no aeroporto do Recife, sob aplausos.

Optando por aportar no Recife, o *Santa Maria* foi recebido por enorme massa de populares. Pelópidas, como governador do Estado, compareceu a bordo e cumprimentou os novos tripulantes, os "guerrilheiros" do Capitão Galvão e Souto Maior, garantindo-lhes asilo condigno, depois de comunicar-se com o governo federal.

Por segurança, ficaram os seqüestradores do transatlântico como hóspedes do quartel do Dérbi, da Polícia Militar de Pernambuco, em alojamento de oficiais, com absoluta liberdade de locomoção. Do quartel saíam para conferências e debates públicos, explicando ao povo a causa e os motivos do apresamento do navio.

O consulado português do Recife não disfarçava sua irritação. Mas Pelópidas continuou firme no propósito de assegurar boa acolhida aos "guerrilheiros", enquanto aguardava as determinações do Itamaraty.

Por motivo de sua eleição para a Academia Pernambucana de Letras, numa dessas noites, o jornalista Cleofas de Oliveira recepcionava os amigos em sua residência na Rua da Concórdia. Eu lá estava, como convidado. Entre comes-e-bebes, o assunto não podia deixar de ser o seqüestro do vapor *Santa Maria.* O ambiente na casa do novo imortal era predominantemente pró Salazar, velhos panegiristas do colonialismo recordando suas andanças por terras da Lusitânia.

De um deles, dos mais entusiastas admiradores do fascismo português, ouvi a seguinte frase, pronunciada naquelas horas de incerteza do regime salazarista:

— Eu bem que dizia que esse governo de Salazar estava demorando muito. Realmente, é hora de mudar. O povo está cansado de fascismo.

Atitudes como essa davam-me a dimensão da natureza humana, em seus momentos de fragilidade.

À frente da Polícia Civil do governo do Estado, como secretário de Segurança Pública, encontrava-se o oficial do Exército José Costa Cavalcanti, aparentado de Cid, natural do Ceará. Em sua primeira fala à imprensa, Costa Cavalcanti, ao assumir o cargo, proclamara que vinha para Pernambuco para combater a prostituição, os criminosos comuns e os comunistas.

A campanha da sucessão governamental já se desenhava nos horizontes da política, o próprio Cid arregimentando-se para fazer o novo governador.

Foi nessa época que o IBAD começou a atuar em Pernambuco. Era a CIA norte-americana, camuflada sob a sigla de um *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* — como está provado hoje pela verificação dos arquivos secretos dos órgãos de espionagem ianque.

Tanto mais se corporificava a possibilidade de Miguel Arraes vir a disputar a governança, em substituição a Cid Sampaio, tanto mais se adentrava o IBAD nos meios sociais e políticos do Estado, na obra da corrupção. De eleições estudantis a pleitos sindicais, de programas de auditório de rádio e televisão a editoriais de imprensa — em tudo lá estava o IBAD, onipresente, com seus inesgotáveis recursos.

O rompimento dos comunistas com o governo estadual consumara-se. É claro que um governo como o de Cid, amparado na política das classes chamadas "produtoras" — que a ironia do banqueiro e industrial Luiz Inácio, meu velho amigo, batizava de "classes reprodutoras" —, não podia, por muito tempo, merecer o apoio das esquerdas. Se não em toda linha, pelo menos no que diz respeito às liberdades públicas, incluindo as sindicais, o governo de Cid deveria ter merecido, todavia, mais compreensão. Fui dos que discordaram do antecipado rompimento com as "Oposições Unidas". Na ânsia de apoiar o nome de Arraes para a sucessão, certos elementos da "Frente do Recife" faziam uma "limpeza de área" às avessas, quase sempre irritando os seus melhores aliados, muitos dos quais existiam dentro do governo do Estado, a partir do Vice-Governador Pelópidas Silveira. Na minha opinião, o trabalho que se deveria ter feito era o de ganhar esses elementos para Arraes, sem hostilizá-los.

Em perspectiva, o nome de Arraes reunia melhores condições, tanto na "Frente do Recife", como em alguns setores das "Oposições Unidas de Pernambuco". Todavia, para chegar-se até lá seria necessário um esforço de envolvimento mais inteligente, menos agressivo, menos pessoal, mais hábil.

Um dia, passando na redação da *Folha do Povo,* tomei conhecimento de uma "Carta Aberta", de rompimento, que os comunistas iriam dirigir ao governador, redigida em termos mais ou menos candentes. Ofereci-me para formular outra, menos pessoal, o que foi aceito.

Talvez por infiltração da polícia na redação ou nas oficinas da *Folha do Povo,* o fato é que, no dia da composição da "Carta Aberta ao Governador Cid Sampaio", na forma em que a concebi, aceita pelos comunistas, as oficinas do jornal foram invadidas pela polícia e todo o seu material empastelado. Mesmo assim, a carta obteve boa divulgação, por diferentes meios.

Outros acontecimentos tinham como palco o Recife. Um deles foi a chegada de Leonel Brizola, deputado federal, para receber o título de "Cidadão do Recife", outorgado pela Câmara de Vereadores, por votação quase unânime. Além de um comício-monstro na Avenida Dantas Barreto, Brizola compareceu ao Teatro Santa Isabel para o ato solene de entrega da comenda.

Nos bastidores da prefeitura, Barreto Guimarães, prefeito de Olinda, procurava convencer Arraes de que devia, elé Barreto, fazer chegar às mãos de Brizola, na sessão do Santa Isabel, outro título de cidadão, concedido por sua cidade. Desejava falar no ato programado pelos recifenses. Foi um custo convencer Barreto de que a festa do Teatro Santa Isabel era eminentemente do Recife, cabendo-lhe promover outra, se o quisesse, na cidade de Olinda.

A campanha eleitoral para a presidência da República dividiu a frente das "Operações Unidas de Pernambuco", Cid e a UDN ficando com Jânio Quadros, o PSD, o PTB, os socialistas e os comunistas cerrando fileiras em torno do General Henrique Teixeira Lott.

Daí em diante, o relacionamento de Cid com Pelópidas e com a "Frente do Recife" amornou, cada qual se filiando a forças políticas diferentes, se não opostas.

Em junho de 1961, Jânio já empossado, houve uma greve estudantil no Recife, abrangendo a Universidade Federal e a Universidade Rural. A Faculdade de Direito, centro da agitação estudantil, foi cercada por tropas militares. Criou-se um confronto entre os estudantes, com Antonio Carneiro Leão e Marco Antônio Maciel à frente, e, do outro lado, o diretor da escola, Professor Soriano Neto. Pelópidas, por acaso, estava no exercício do cargo de governador, durante uma ausência eventual de Cid. Marco Antônio Maciel era o presidente do Diretório Central dos Estudantes e Antônio Carneiro Leão, do Diretório Acadêmico de Direito. Lideravam a greve estudantil.

O movimento ganhou vulto em toda a cidade, a Congregação da escola, irredutível, apoiando Soriano Neto, os diretórios acadêmicos solidarizando-se com os colegas. Dentro da Faculdade de Direito funcionava o comando geral da greve, que, aos poucos, se alastrou pelas três universidades do Recife.

Em certo momento, Pelópidas Silveira foi consultado pelo Coronel Costa Cavalcanti, secretário de Segurança Pública, sobre se daria autorização para a Polícia Civil invadir a faculdade, negando-se a fazê-lo. E o *impasse* no movimento permanecia. Ao lado de Pelópidas, Arraes, como prefeito, intercedia por uma solução que não comprometesse os estudantes.

Comandava o IV Exército o General Osvaldo de Araújo Mota, cercado de um grupo de oficiais de tendências direitistas, quase todos aquartelados no Nordeste como castigo.

As organizações sindicais da cidade, em peso, hipotecaram apoio à greve, que girava em torno de desmandos administrativos. Alguns jornalistas da *Folha do Povo* e uns quantos líderes trabalhistas foram presos pelo Exército, que os removeu de avião, encapuzados, para o presídio da ilha de Fernando de Noronha.

Nessa ocasião, eu era presidente da União Brasileira dos Escritores, seção de Pernambuco, eleito em chapa única, numa composição que visava acabar, de vez, a divisão dos intelectuais que se agrupavam ora na Associação Brasileira de Escritores, ABDE, de predominância esquerdistã, ora na Sociedade Brasileira de Escritores, de tendências mais ao centro.

Em reunião de diretoria, realizada na sede da Associação de Imprensa de Pernambuco, AIP, o escritor César Leal propôs que a UBE expedisse nota oficial solidarizando-se com os estudantes em greve. Ponderei que, do corpo de associados da nossa instituição, faziam parte tanto professores como alunos da Universidade Federal de Pernambuco, além de o movimento paredista não ter sido deflagrado em função de problemas culturais, que exigissem uma definição da UBE. Sugeri uma intermediação. Minhas ponderações foram aceitas por grande maioria, na reunião, o que levou César Leal a desligar-se da UBE.

Em face de ordens expressas de Jânio Quadros, o recinto da Faculdade de Direito terminou sendo invadido por tropas do Exército, baldados os esforços que o ministro da Educação, Brígido Tinoco, desenvolvera, pessoalmente, para obter uma conciliação das partes em conflito. A invasão da escola revestiu-se de um verdadeiro ato de guerra, tropas adestradas, munidas de armas sofisticadas, arrastando-se pelo chão, no Jardim 13 de Maio, com se fossem atacar um poderoso inimigo. A cena era de um ridículo incrível. O mesmo se deu na Escola de Engenharia, com igual espetaculosidade. Até carros de assalto foram usados contra a mocidade universitária.

Em meio à crise, Cid, voltando do Rio, reassumiu o governo. O ambiente continuava tenso. As forças do IV Exército assumiram uma posição flagrantemente violadora da autonomia do Estado, fazendo as vezes de polícia. O grupo político que já se formara contra Cid — pessedistas, comunistas, socialistas, trabalhistas, etc. — fez divulgar nota pela imprensa protestando contra as "violências consentidas" à autonomia de Pernambuco, numa subjacente alusão à conduta do governo do Estado. Entre outros, assinou o documento de repulsa à ação das tropas militares o Deputado Augusto Lucena. Era evidente que tais manobras das forças federais já se constituíam em ensaio para a tomada do poder, o que não pôde ser feito naquelas horas mas veio a consumar-se na gestão de João Goulart. A mobilização militar na greve estudantil excedia, de muito, o normal de tropas que quisessem apenas manter-se nos limites do convencional, na preservação da ordem pública.

Pouco tempo depois há a renúncia de Jânio Quadros, com prisões no Recife, inclusive de oficiais que se batiam pela posse de

João Goulart. Líderes sindicais foram presos e mandados para Fernando de Noronha. Mas a reação pela posse de Jango foi enorme e generalizada.

Com a nova situação criada na esfera federal, após a renúncia de Jânio, a candidatura de Miguel Arraes ao governo do Estado começou a ganhar corpo. Restava, agora, conquistar o apoio de João Goulart, novo presidente da República, e, por via de conseqüência, o do Partido Trabalhista Brasileiro.

Indo ao Rio repetidamente, Arraes entrosou-se com a "Frente Parlamentar Nacionalista", trazendo mais elementos de reforço à sua campanha.

Na verdade, Cid Sampaio não se fixara ainda em candidatos. Seu relacionamento com Cleofas, da própria UDN, era precário. O problema sucessório estava assim sujeito a modificações sucessivas, o Governo atento à marcha dos acontecimentos.

Outras greves agitaram o ambiente social, definindo situações.

No interior, as Ligas Camponesas, de Francisco Julião, desenvolviam uma atividade progressiva.

Usando processos condenáveis, os proprietários de terra, no interior, assustados pela crescente conscientização da massa de trabalhadores rurais, agrupados nas ligas e sindicatos, afogavam em sangue as reivindicações salariais. Só de uma feita, um latifundiário assassinou cinco camponeses, que reclamavam o pagamento do 13.º salário em atraso, na porta do seu escritório.

Nos anos 60, a luta assumiu aspectos nunca dantes alcançados. O trabalho do PC, até então, pelo menos no Nordeste, caracterizava-se por um enfoque tão-somente formal da pretendida aliança operário-camponesa, as células ou bases do partido no interior sobrevivendo à custa de débeis contactos com as lideranças urbanas. Para se ter uma idéia da fraqueza do movimento campesino, basta lembrar que, no ano de 1935, em condições objetivas favoráveis, para seiscentos sindicatos urbanos no país, não existia mais do que um de trabalhadores agrícolas.

A influência da Revolução cubana exerceu-se de maneira abrangente no Brasil, não somente entre camadas da população das cidades, como entre trabalhadores rurais. Mesmo durante a curta vida legal do PCB, as lutas sindicais no interior do país não passavam de episódios sem importância, a grande força dos comunistas fazendo-se presente nos centros urbanos de maior relevo.

Além de débil, o sindicalismo rural fora, até então, manipulado por líderes traquejados nos embates sociais da cidade, revestidos de tarefas específicas de assistir o trabalho de campo.

Em 1954, chegou a funcionar no município de Barreiros, em Pernambuco, um sindicato de trabalhadores agrícolas, como já existira, em 1946-47, na pequena faixa rural-urbana do Recife, na Iputinga, uma liga camponesa, organizada pelo PC, para plantio de verduras, dentro do plano que visava à criação de um "cinturão verde" em torno da capital. Seus dirigentes eram um antigo militante do PC, José Aires dos Prazeres, e seu irmão Amaro.

A legislação trabalhista não previa, tampouco regulamentava, a existência do sindicalismo rural. Nada obstante, no período compreendido entre 1945 e 1947, criaram-se núcleos de trabalhadores interioranos, sem grande magnitude, todavia. O jornal *Terra Livre*, que o PC editou como órgão de massa, nesse período, expressava a projeção de palavras de ordem formuladas nas cidades, pelas organizações sindicais ou partidárias, sem o respaldo da experiência das lutas dos camponeses. Tanto é assim que, no auge do pós-guerra, com o crescimento da agitação social em todos os níveis, o Brasil não contou com nenhum líder camponês de renome, afora os ativistas que, nascidos no campo, se politizavam ao calor das refregas urbanas, tornando-se, a partir daí, uns *experts* em assuntos agrários.

Recordo-me de que, por volta de 1950, o assistente do PC no Recife para o trabalho de campo era um "camarada" de nome Tiné, pernambucano criado em São Paulo, que viajava para o interior do Estado com grossas roupas de lã, das que havia trazido do Sul, na tarefa de dar assistência a bases partidárias. Se o contraste fosse somente no guarda-roupa, ainda assim se salvariam as intenções. O pior é que o assistente do trabalho de campo, falando um sotaque paulista, levava para o interior teses obreiristas da cidade, "cagando regras" incompreensíveis à média do trabalhador rural. A culpa não era sua, sujeito inteligente e maneiroso, aliás: resultava de toda uma orientação partidária deformada.

Na curta fase de sua linha insurrecional das frentes de libertação, quando se apregoava a formação de exércitos populares e revolucionários, à sombra do famoso Manifesto de Agosto, o PC chegou a deflagrar guerrilhas, como a de Porecatu, ao longo do Rio Paranapanema, entre São Paulo e Paraná, de trágica memória.

De positivo, realmente, nesse largo período, foi a realização na cidade de Limoeiro, Pernambuco, do 1.º Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, em 1954, mesmo assim mandado executar por tarefa da direção urbana do PC, com temário feito na cidade e exportado para o interior, nos estilos.

Ainda na década de 40, haviam fenecido, mais do que florescido, em Goiana e Paudalho, municípios de Pernambuco, ligas camponesas.

Mas foi em 1955, por influência de fatores externos e internos, que se criou a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, precursora das Ligas Camponesas de Francisco Julião.

A iniciativa partira dos camponeses do Engenho Galiléia, na cidade de Vitória de Santo Antão. O próprio latifundiário local, Oscar Beltrão, foi seu presidente de honra. Com o tempo, advertido do "perigo" de permitir em suas terras uma organização de foreiros, ainda que mais não fosse, para discutir assuntos anódinos, Beltrão desligou-se da entidade. E ameaçou as cento e quarenta famílias do Engenho Galiléia de despejo. Foi nesse momento que apareceu a figura de Julião, deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, integrante da "Frente do Recife". Por sua iniciativa é que se criou o Conselho Regional das Ligas Camponesas, com estatutos e programas devidamente registrados em cartório. As ligas de Julião procuravam atingir posseiros, foreiros e pequenos proprietários, deixando os trabalhadores industriais ou assalariados agrícolas à margem.

Arregimentando estudantes e jovens da cidade, Francisco Julião partiu para disseminar seus núcleos de organização em vários municípios do Estado, realizando um tipo de assistência meio paternalista, a princípio.

De volta de uma viagem a Cuba, Julião transformou-se no líder máximo das Ligas Camponesas, pregando uma reforma agrária "na lei ou na marra". Misturando Marx, Lênin, Chaplin e Jesus Cristo; Julião ganhou enorme popularidade na massa rural, com reflexos nas camadas médias da intelectualidade.

Na "idade de ouro" do sectarismo da Revolução cubana o "guevarismo" instituído em dogma, as Ligas Camponesas lograram representar um papel saliente na vida política de Pernambuco, aprofundando a luta social e acentuando a divisão entre os que pregavam a reforma agrária e os que a ela se opunham com incrível ferocidade.

Em 1959, o deputado socialista Carlos Luiz de Andrade apresentou um projeto na Assembléia Legislativa autorizando o Executivo a desapropiar, por utilidade pública e interesse social, o Engenho Galiléia, distribuindo suas terras entre as cento e quarenta famílias ali existentes. Com o tempo, sem que se completasse a obra do governo com outras medidas, o exemplo de Galiléia veio água abaixo, pela desunião de seus proprietários, sob o estímulo desagregador das autoridades do governo mandadas para lá, a título de ajuda e orientação.

À margem das ligas, Julião criou comissões de solidariedade ao povo cubano, tendo vindo ao Recife, nessa missão, a Sra. Clélia Guevara, mãe de "Che". Apareciam como dirigentes do órgão central de solidariedade a Cuba o vereador José Guimarães Sobrinho, da

Câmara Municipal do Recife, e o psiquiatra José Otávio de Freitas Júnior, sob cuja orientação se realizaram muitos atos públicos no Recife.

Com o episódio da Baía dos Porcos, quando forças cubanas do exílio, de mistura com agentes da CIA, tentaram invadir a pequenina ilha do Caribe, as ligas assumiram uma posição de luta aberta, de tipo insurrecional, contra o governo brasileiro, pregando a revolução armada. Núcleos de treinamento de guerrilhas foram instalados no interior do país, recrutando-se militantes sobretudo entre as camadas da classe média urbana, estudantes de preferência.

Nessa época, refutando as teses de luta armada das ligas, polemizei com Francisco Julião, eu escrevendo pelas páginas da *Folha do Povo*, órgão dos comunistas do Recife, sustentando ponto de vista moderado na condução do processo da Revolução Brasileira — ele, defendendo a tese da insurreição, pelas colunas do diário ultraconservador *Jornal do Comércio*. O episódio era formalmente divertido. A polêmica cingiu-se à discussão de temas e posicionamento teórico, mesmo porque entre mim e Julião havia, como há, uma velha amizade de longos anos, que eu preservo com carinho.

O Partido Trabalhista Brasileiro não aceitava, de princípio, o nome de Miguel Arraes para governador. Reunindo-se em convenção no Teatro Santa Isabel, todas as lotações ocupadas, a massa, contudo, vivou o nome de Arraes a noite inteira, perturbando o curso da reunião, que era presidida por Santiago Dantas. Em face disso, os dirigentes viram-se forçados a voltar atrás nos planos de apresentar candidato próprio às eleições.

Sem condições de formar com Cid Sampaio, o PSD cindiu-se, uma ala, a de Etelvino Lins, pondo-se à margem da sucessão, outra liderada pelo Deputado Federal Paulo Guerra, apoiando Miguel Arraes.

Um dos elementos do PSD mais dispostos ao apoio a Arraes era o Deputado Aderbal Jurema, do grupo de Paulo Guerra.

Houve um momento em que a UDN lançou João Cleofas para disputar a governança. Cid manobrou, então, tentando criar condições para a candidatura de Paulo Maciel, professor universitário. No *impasse*, surgiu a candidatura do advogado José Neves, presidente da seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil. A candidatura Neves não durou quinze dias, no entanto. Sob pressão dos velhos correligionários da UDN, Cid voltou atrás e, constrangido, teve de apoiar Cleofas, já derrotado por Agamenon Magalhães e Cordeiro de Farias em pleitos anteriores para o governo do Estado.

"O Dr. Cid Sampaio
Não é homem demagogo
Conhece o baralho político
Manobra bem com o jogo
Quebrou o corpo pro lado
Botou Cleofas no fogo."

Delimitados os campos, Arraes de um lado, Cleofas de outro — iniciou-se a campanha sucessória, o povo mobilizando-se em função das candidaturas.

Sem a menor contestação, pode-se afirmar hoje que, na história política de Pernambuco, não houve corrupção eleitoral que se equiparasse à que se consumou nesse período. Através do IBAD, o dinheiro americano jorrou no Recife, de todas as fontes — dos ditos "programas de ajuda", tipo *Aliança para o Progresso* e *Alimentos para a Paz*, às contribuições de empresas ianques sediadas no Nordeste.

Depois das revelações de Philip Siekman, no seu trabalho "Quando os homens de empresa viraram revolucionários", publicado na revista *Fortune*, de Nova York, em setembro de 1954, de Berilo Dantas, em "Conspirações contra as Américas", publicado no *Mundo Ilustrado*, Rio, em 1962, de Philip Agee, no impressionante livro *Diário da CIA*, e de Moniz Bandeira, no seu lançamento de sucesso — *O governo João Goulart — As lutas sociais no Brasil — 1961/1964* — todo o "mistério" da ajuda norte-americana à campanha contra a candidatura Miguel Arraes veio à baila, desnudando-se. Segundo Moniz Bandeira, em Pernambuco o manipulador dos recursos do IBAD foi o usineiro Cid Sampaio.

Tão grande era o interesse dos Estados Unidos na sucessão pernambucana, que o Governador Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte, ao visitar na Casa Branca o Presidente Kennedy, ouviu do líder americano a seguinte pergunta, à queima-roupa:

— O senhor acha que Arraes vai vencer as eleições em Pernambuco?

Essa preocupação dos Estados Unidos, que a imprensa da época reproduziu, fez concentrar as atenções dos grupos internacionais mais reacionários em Pernambuco.

O dado mais impressionante do interesse do imperialismo norte-americano na área do Estado traduzia-se na presença absurda de CATORZE VICE-CÔNSULES dos Estados Unidos, ao mesmo tempo, no consulado do Recife — um corpo diplomático gigantesco, para uma província de pouca expressão econômica. Hoje se sabe, por inúmeras revelações dos arquivos secretos da CIA e do Departamento de Estado, que o próprio cônsul, Douglas McLean, era elemento da Agência Federal de Investigações, CIA, com incumbência de espionar

o que se passava no Estado, supervisionando os planos do IBAD e coordenando as fontes de recursos da campanha.

De onze Estados da Federação, nos quais se realizavam eleições para governador, em oito o IBAD interveio às claras, tanto para o pleito governamental, como para o de senador.

Lincoln Gordon, ex-embaixador norte-americano, confessando a interferência dos Estados Unidos no processo eleitoral, calcula que foram despejados nesse período mais de cinco milhões de dólares para "ajudar" os candidatos a postos eletivos, com a condição de que defendessem a participação do capital estrangeiro na economia brasileira e combatessem a reforma agrária. Mais sincero e com mais autoridade, porque atuava dentro da CIA, como agente privilegiado, Philip Agee estima em vinte milhões de dólares os gastos nesse tipo de "assistência".

Quando a Câmara de Deputados, em Brasília, formou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as origens e a ingerência do IBAD na vida política nacional, Miguel Arraes denunciou, com documentos à mão, que na sua campanha sofrera a pressão econômica e financeira de multinacionais, enumerando-as uma a uma: Texaco, Shell, Ciba, Cross, Schering, Bayer, General Eletric, IBM, Coca-Cola, Standard Brands, Souza Cruz, Remington Rand, Belgo-Mineira, AEG e Coty.

O manancial de recursos em dólares que o IBAD e os trustes norte-americanos mobilizaram para derrotar o candidato da "Frente do Recife" excede a qualquer estimativa. A esses recursos se associou, em escala menor, a ajuda do grande comércio e da grande indústria de Pernambuco, todos carreando dinheiro para a campanha de Cleofas.

O secretário de Segurança Pública de Cid Sampaio, Coronel Costa Cavalcanti, foi um dos que tiveram o cinismo de declarar, abertamente, que receberam adjutório do IBAD, na sua eleição, para deputado federal. Além dessa espúria ajuda econômica, o Coronel Costa Cavalcanti expediu, em sua campanha, carteiras de "araque" a rodo entre seus "cabos eleitorais", fazendo-os agentes de polícia formalmente — para terem ingresso gratuito em cinemas e transportes coletivos. Como reforço eleitoral, Costa Cavalcanti ensaiou uma perseguição ao chamado "baixo meretrício", proibindo o *trottoir* de prostitutas no bairro portuário do Recife, depois das dez horas da noite. Às vésperas do pleito, a ordem foi relaxada, as meretrizes saudando, com alegria, a liberalidade do chefe de polícia.

Todas as armas foram utilizadas contra Arraes, que respondia aos seus adversários falando uma linguagem direta com o povo, na discussão de seus problemas. Na "guerra santa" contra o "comunismo ateu e dissolvente", a aristocracia de Pernambuco, ferida em seus brios pelas origens modestas do candidato da "Frente do Recife",

passou a chamá-lo de "Zé Ninguém", em contraposição à figura aristocrática de João Cleofas, representante das tradições do "baronato" da cana-de-açúcar. "Limoeiro", um poeta e compositor popular, escreveu uma música, que se tornou o hino da campanha de Arraes, com este refrão:

"Sou eu, o Zé Ninguém!
Sou eu, o Zé Ninguém!
Quem me condena
Razão não tem".

As massas deliravam, ao ouvir a canção de "Limoeiro", cantada pelos rádios e televisão, nos comícios e passeatas.

O pleito dividia opiniões, provocando debates em todos os lugares. As noites eram reservadas aos grandes comícios populares, a área do Recife e do Grande Recife literalmente tomada de atos públicos e reuniões de comissões eleitorais.

No centro da cidade, os adeptos de Cleofas mandaram construir um enorme muro de madeira, com dizeres alusivos ao "muro de Berlim", tentando ligar o problema alemão, explorado pelo imperialismo, às eleições no Recife. O povo tocou fogo no muro.

O IBAD era incansável em seus desígnios. Comprava inclusive programas de televisão, de grande popularidade na época, infiltrando subliminarmente propaganda contra Arraes.

Sem se pronunciar oficialmente por um ou outro candidato, o grosso do pessoal que compunha o Movimento de Cultura Popular engajou-se na campanha, organizando *shows* de teatro, pequenas encenações de peças populares e outras manifestações do gênero nos palanques armados nos subúrbios, precedendo os oradores.

Contra os inesgotáveis recursos do IBAD, coletaram-se fundos financeiros onde quer que fosse possível — através de "rifas", vendas de obras de arte, sorteios, bandos precatórios durante os comícios e concentrações.

Atuando em faixa própria, lançou-se como terceiro candidato o engenheiro Armando Monteiro Filho, ex-deputado, ex-ministro da Agricultura, talvez com o plano de merecer o apoio do eleitorado flutuante que não se decidira entre Cleofas e Arraes. Sua votação foi inexpressiva, alguns setores de direita o apontando como causador da vitória dos "comunistas" em Pernambuco. Armando Monteiro fez uma campanha elevada, abordando problemas do Nordeste. Como Cleofas representasse a velha UDN e Arraes a "Frente do Recife", Armando aparecia aos olhos dos velhos pessedistas na condição de herdeiro das tradições de Agamenon, ele próprio casado com a filha do ex-interventor federal do "Estado Novo". Todos os seus cálculos,

nesse sentido, falharam, enquanto o grosso dos eleitores se dividia entre os principais candidatos.

Como Armando e Cleofas fossem usineiros e a fama dos empresários da indústria da cana-de-açúcar no Nordeste se misturava à dos latifundiários, com seus excessos e truculências, o povo não teve dúvidas — contra os dois candidatos opôs o nome de Arraes, candidato de classe média.

"Passe fome, frio e sede
Vá a pé pra Juazeiro
Falte sal dentro de casa
Falte gás no candeeiro
Arengue com a esposa
Vá dormir no galinheiro
Depois de ensaboado
Falte água no banheiro
Com medo de um boi brabo
Se suba até um facheiro
Passe seis noites de sono
No bolso nenhum dinheiro
Faça tudo neste mundo
Mas não vote em usineiro."

Paulo Guerra, na chapa de Arraes, como vice, atraiu a votação de alguns "coronéis" do interior, como Chico Heráclio e Audálio Tenório.

O fato de Cleofas haver perdido já duas eleições para governador do Estado fê-lo merecer chistosas referências do povo, glosadas pelos folhetinistas de cordel:

"Pernambuco está sorrindo
Porque Cleofas de Oliveira
Nas eleições de 50
Deu uma queda primeira
Depois a queda segunda
Essa agora é a terceira".

E a gozação prosseguia:

"Primeiro com Agamenon
Recebeu golpes mortais
A segunda com Cordeiro
A terceira com Arraes
E dessa terceira queda
Não se levanta jamais".

As "quedas" de Cleofas dominaram o pitoresco da campanha, tanto na capital como no interior. "João Três Quedas" foi realmente o apelido que o perseguiu até o dia do pleito:

"Das três quedas de Cleofas
Foi esta a que doeu mais
Nas duas caiu pra frente
Mas nessa caiu pra trás
E além de cair de costas
Caiu nos pés de Arraes".

De todas as campanhas políticas do meu tempo, a de Miguel Arraes, para governador do Estado, foi a que mais despertou um consciente posicionamento do povo em face das causas de seu atraso econômico e social, somando-se a todo um quadro de salutar agitação no plano nacional.

Nos idos de 1930, com a Aliança Liberal, a luta se travara ao alvoroço da oratória, a palavra pomposa apaixonando os espíritos, a frase de efeito como açoite, a sonoridade da forma prevalecendo sobre o conteúdo das idéias.

Já com Osório Borba, na arrancada dos oito dias de propaganda de sua candidatura, a "Frente do Recife", débil ainda, porfiando contra onze partidos organizados, o centro da campanha havia sido o problema da liberdade, Etelvino Lins aparecendo como símbolo dos ominosos tempos do "Estado Novo". A campanha de Cid, em 1957-58, fora o grande debate pelo desenvolvimento econômico.

Agora, não. As eleições de 1962 converteram Pernambuco num palco de especulações doutrinárias, as discussões ampliando-se sobre as origens internas e externas do subdesenvolvimento, os fatores do colonialismo apontados como entraves à expansão da economia e da cultura nacional, a reforma agrária reivindicada, os trabalhadores surgindo como fôrça atuante, enfim, a Revolução Brasileira posta em questão.

Talvez tenha sido a jornada mais importante de quantas testemunhei no curso de minha vida, como debate de idéias, num pleito eleitoral.

CAPÍTULO XII

MIGUEL ARRAES, O POVO NO GOVERNO. ENTRE DOIS SECTARISMOS. A BURGUESIA ACUADA. HESITAÇÕES DA CLASSE MÉDIA. UM MANDATO HONRADO ATÉ O FIM. PELÓPIDAS SILVEIRA NOVAMENTE PREFEITO DO RECIFE.

Pela primeira vez, um homem de classe média, desprovido de fortuna, não comprometido com os tradicionais grupos políticos e econômicos de Pernambuco, assumia o governo do Estado, deixando atrás de si, fumegantes, os destroços de uma campanha eleitoral que se caracterizara pela mais desabrida interferência de forças conservadoras, internas e externas, com o propósito de invalidar a vontade soberana das urnas.

A vitória de Arraes resultara de um fenômeno, a nível nacional, de participação do povo, como categoria histórica, no processo político da sociedade brasileira do pós-guerra, a que correspondia um salutar revigoramento das lutas reivindicatórias na cidade e no campo. Era, ademais disso, um passo à esquerda na marcha do "populismo", em relação a Vargas, Ademar de Barros, Jânio e Jango, frutos ou beneficiários de uma política de massas que tinha como centro os problemas do desenvolvimento econômico, olvidando as questões ideológicas.

O ciclo das agitações "tenentistas" das décadas de 20 e 30 encerrara-se, dando lugar ao surgimento de novas forças sociais, comprometidas com as contradições resultantes das crises do sistema colonial capitalista.

No quadro político nacional, a eleição de Arraes inseria-se no contexto das revoluções brancas, pela via do sufrágio direto e secreto, com objetivos reformadores, redefinindo as relações com a sociedade tradicional do Nordeste, fincada em estruturas semifeudais, e buscando situar-se em posição antagônica aos interesses da burguesia industrial aliada ao processo de desnacionalização da nossa economia.

Em todos os sentidos, Arraes encarnava um progresso de conteúdo na "Frente do Recife", balizando dois tempos: o primeiro, com Pelópidas, tendo como parâmetros o nacionalismo e as liberdades democráticas; agora, uma "Frente do Recife" preocupada com

questões mais profundas, de teor ideológico, posicionando-se no confronto de classes sociais em descompasso, o povo emergindo do seu anonimato.

Um certo industrial em Pernambuco, constante eleitor de Pelópidas nos pleitos municipais, ao ser abordado para votar em Miguel Arraes, tivera uma reação bem característica:

— Um esquerdista na prefeitura, vá lá. Mas, dois, um na prefeitura, outro no governo do Estado, é o perigo da "cubanização" de Pernambuco!

Dizia Josué de Castro que o traço mais marcante da fisionomia do Nordeste é o sofrimento. "E não apenas o sofrimento do homem, mas também o sofrimento da terra." Uma e outro martirizados há séculos por um *complot* de forças adversas: as forças naturais e as forças sociais.

Ninguém melhor do que Arraes teria condições de governar Pernambuco naquela fase, conhecedor que era dos problemas econômicos do Nordeste, com plena consciência dos obstáculos que teria de enfrentar. O acervo de experiências que acumulara na prefeitura do Recife e como economista do Instituto do Açúcar e do Álcool iria proporcionar-lhe um enfoque mais realístico dos problemas da região. Sem dúvida nenhuma, da "Frente do Recife" era o nome mais indicado para a grande tarefa de gerir a coisa pública, numa área geográfica e política agravada pelo acúmulo secular de tantos problemas.

A agroindústria de Pernambuco revelava uma situação crítica, fruto da inépcia de governos anteriores, altamente comprometidos com a oligarquia da cana-de-açúcar na zona da mata e a do complexo pecuário-algodoeiro no agreste e no sertão. A expansão da lavoura da cana, em forma extensiva, deixando à margem e até hostilizando a criação de uma área para cultura de subsistência; o desabastecimento de gêneros alimentícios nas próprias zonas de usina, forçando-as a adquiri-los de outras fontes de produção; o agudo conflito entre trabalhadores rurais e latifundiários ou entre "moradores" e proprietários de terra; a crescente diferença negativa de produtividade em relação ao custo de produção entre Pernambuco e às áreas canavieiras do centro-sul do país, aparecendo o Estado como produtor marginal de açúcar; a crise na economia pecuária-algodoeira do agreste e do sertão, que perdia celeremente sua capacidade de absorver a demanda de mão-de-obra economicamente ativa na região, forçando o subemprego, o desemprego e/ou aviltamento salarial; a existência, nas relações de produção no campo, de formas pré-capitalistas; o predomínio social e político dos "coronéis" e senhores de terra, num "baronato feudal" que vinha dos tempos das sesmarias e capitanias hereditárias; a competição desigual, na economia, entre empresários nacionais e estrangeiros, com o paulatino

processo de desnacionalização; a insuficiência de abastecimento de alimentos nas grandes cidades e a especulação desenfreada nos meses de entressafra, com a elevação de preços; o aprofundamento das crises sociais ou das contradições entre trabalhadores urbanos e patrões; os parcos recursos orçamentários — eram, enfim, os desafiadores problemas do Estado, a acicatar a inteligência do novo governante.

Como se tudo fosse pouco — o rescaldo dessas questões quase trágicas da realidade nordestina nas faces de Pernambuco: as endemias rurais, a fome crônica, a verminose, os baixos índices de saúde; a mortalidade infantil; a poluição dos rios; o problema do mocambo e da moradia popular; os fenômenos adversos da Natureza, a seca no sertão e as cheias na capital e cidades vizinhas — num painel amedrontador, a exigir ao mesmo tempo medidas de solução imediata ou a médio e longo prazos.

O discurso de posse de Arraes na Assembléia Legislativa foi uma confissão de sinceridade, testemunho de discernimento acerca dos problemas regionais. "Se aqui me apresento, investido dessa honra e dessa responsabilidade, é porque fatos novos, e altamente significativos, estão ocorrendo em nossa vida política." Segundo Arraes, "esses fatos novos marcavam um tempo brasileiro, nem de pessimismo nem de otimismo, nem de desencanto nem de ilusão, mas da vontade de fazer e de trabalhar, da determinação de descobrir, de estudar, de planejar, de construir, num processo de mudança de que somos autores e atores, ao mesmo tempo". Urgia fazer do homem brasileiro — "o que morre de fome nas secas do Nordeste e o que vive subnutrido e doente nas grandes concentrações urbanas, o que é vítima das endemias que matam lentamente e o que se desespera por não poder dar aos filhos água e pão" — o centro de todas as preocupações, a fim de ajudá-lo a sobreviver e ascender à condição de consumidor e criador de riquezas.

Pregando dentro do processo da Revolução Brasileira "um humanismo autenticamente brasileiro, humanismo que não decorra da assimilação de posições transplantadas, porém que nasça do sofrimento de ver, de sentir, de viver intensamente o drama de querer ser e de ser brasileiro neste tempo", Miguel Arraes, ao assumir o Governo de Pernambuco, concitava "cristão ou ateu, socialista ou capitalista a ser um militante desse humanismo".

E, no fim da sua oração, tornava a solicitar o concurso de todos os pernambucanos, indistintamente: "Por tudo isso é que aqui me apresento para pedir ao povo que se dedique ao trabalho e que me ajude a trabalhar. Acredito ter tudo o que um homem precisa para o trabalho, que outra coisa não é senão aquilo que foi dito pelo poeta:

"Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo".

Formado seu secretariado, dentro da composição das formas eleitorais que o elegeram — pessedistas, trabalhistas, técnicos sem partido e correntes de esquerda —, Miguel Arraes transmitiu a seus auxiliares a intenção de atacar os problemas do Estado em duas frentes: uma buscando a urgente necessidade de amenizar o sofrimento do povo, através de medidas de emergência, outra planificando para o futuro, na base de estudos e projeções.

Estado fundamentalmente agrário, vivendo secularmente do açúcar e do algodão, Pernambuco apresentava um quadro contristador de realidade social, agora posto a nu pela ação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. Ao governo não se poderia negar-lhe o direito de tomar parte nessa luta, na tentativa de encaminhá-la para o debate pacífico, através de entendimentos diretos entre patrões e trabalhadores.

As esquerdas situavam-se em face desses problemas, o deputado socialista Francisco Julião organizando as ligas entre os arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas, incluindo o "rendeiro", o "foreiro", o "parceiro", o "meeiro", etc., os comunistas tratando de agrupar os trabalhadores rurais, que viviam de salário, em sindicatos. Entre uma força e outra, atuavam os radicais de "faixa própria", uns realmente imbuídos de boa fé, outros desavergonhadamente a serviço da reação, ateando fogo aos canaviais, invadindo propriedades, afrontando a Força Pública, responsável pela manutenção da ordem no interior.

Nas cidades da zona da mata, onde a luta social assumia graves aspectos de contestação, procurou o governo aumentar o poder de negociação dos trabalhadores com os empresários, através das organizações de classe, visando à solução das pendências num clima de entendimento direto.

Graças à interferência do governo é que se chegou a celebrar um convênio entre plantadores e trabalhadores rurais, na zona do açúcar, com o fim de uniformizar a nomenclatura das tarefas de trabalho herdadas dos tempos coloniais — a "limpa", a "baita de foice", a "conta", o "partido", etc. Aí residia todo o poder de barganha dos senhores de engenho e plantadores de cana, quando tinham de cumprir leis de majoração do salário mínimo. Sempre que o Governo Federal decretava um aumento de salário, os empresários modificavam os padrões ou medidas das tarefas agrícolas, anulando na prática o benefício conquistado na legislação.

O estabelecimento de um código disciplinador das tarefas no campo foi uma das maiores conquistas dos trabalhadores, no tempo de Arraes.

É claro que não resultou de nenhuma concessão espontânea dos empresários, mas adveio da pressão e dos reclamos dos trabalhadores rurais, acolhidos pelo governo do Estado.

Em junho de 1963, entrara em vigor no país o Estatuto do Trabalhador Rural, nascido do acirramento das lutas no campo. Na sua aplicação, a resistência dos proprietários de terra em cumpri-lo aumentou a intensidade dessas lutas.

A duras penas, obteve-se que os empresários reconhecessem aos trabalhadores do campo o direito a férias e ao pagamento do 13.º salário, conforme a lei.

Paralelamente, Arraes conseguia, através de contínuas reuniões em palácio entre patrões e trabalhadores, a manutenção para os operários do setor industrial de um salário profissional acima do mínimo previsto em lei.

A mesmo tempo, o governo diligenciava junto às autoridades federais uma majoração no preço do açúcar para o consumo interno e externo, num nível de elevação que satisfazia plenamente aos reclamos dos produtores. Falando ao *Diário de Pernambuco*, edição de 23 de julho de 1963, o usineiro Álvaro Azevedo declarou, por exemplo, que "o preço do açúcar, recentemente decretado pelo Presidente João Goulart, é justo e razoável".

Com o aumento da remuneração de seu trabalho, ora pelo estabelecimento de tabelas fixas de medição de tarefas no campo, ora pela obtenção de um salário profissional acima do mínimo da região, houve uma animada movimentação de dinheiro na zona rural, nos últimos meses do governo de Arraes.

As cidades da área canavieira em Pernambuco vivem das flutuações dos negócios do açúcar. Tudo — comércio, feira livre, atividades sociais, diversões públicas —, tudo se condiciona aos sobe-e-desces do preço do produto. Tendo como centro a terra, meio fundamental de produção do trabalho, as relações econômicas geram nas cidades do açúcar uma vida social marcada por sujeições às vezes desumanas: nos engenhos, as formas pré-capitalistas da "terça", da "meia", do "cambão", da "condição" ou o regime da retenção de salários por supostas dívidas contraídas nos "barracões" ou a pretexto de "crise econômica", além do despejo forçado do "morador", o voto de "cabresto", os "currais eleitorais", as sevícias, o cárcere privado, as perseguições, o trabalho de sol a sol nos eitos dos canaviais, a ausência de escolas e hospitais, o "rezador" ou "benzedeiro" fazendo o papel de médico; nas usinas, a falta absoluta de vida sindical, a burla às leis do trabalho e da previdência, a dispensa sem indenizações, a capangagem amedrontando o operário e, por cima de tudo, o paternalismo do usineiro ou "coronel" coroando uma sociedade que os séculos já sepultaram nas regiões mais desenvolvidas do mundo.

O monopólio da terra cria um poder extra-econômico que impregna de deformação todo um relacionamento social. O título de usineiro no Nordeste dá *status* de nobreza, conferindo poderes excepcionais aos latifundiários, que casam e batizam em seus feudos, fazendo as vezes de juiz de Direito, de promotor, de delegado de polícia e até de sacerdote, nos conselhos e ajustes em desavenças conjugais.

Os sindicatos e as Ligas Camponesas, frutos de incipiente processo de conscientização, despertaram no campo uma postura digna, como jamais houvera.

Pela Secretaria Assistente, Arraes armou uma equipe de advogados para proporcionar auxílio jurídico aos trabalhadores que se organizavam, ajudando-os na formação de seus órgãos de classe ou nos seus pleitos reivindicatórios.

As atividades sindicais na capital desenvolviam-se livremente, o Conselho Sindical dos Trabalhadores fazendo as vezes de central sindical, prestigiada tanto pelo governo como pela Delegacia Regional do Trabalho.

No interior, a polícia deixava de exercer, pela primeira vez, o papel de acólito dos proprietários de terra, cúmplice de seus crimes contra o povo. Ninguém mais recorreria à sua força para destelhar casas de "moradores" ou obrigar posseiros a abandonar suas roças.

Uma das medidas iniciais para criar condições de entendimento entre partes em litígio, em pé de igualdade, foi mandar delegados de polícia ao interior, com a missão de desarmar os proprietários de terra e usineiros, deixando-os somente com instrumentos de defesa pessoal. O Coronel Humberto Freire de Andrade, secretário de Segurança, incumbiu-se dessa missão.

Em muitos engenhos e usinas de açúcar sempre fora hábito permitir-se a formação de pequenos arsenais bélicos: fuzis, revólveres de grossos calibres e até metralhadoras — armas privativas do Exército —, para "garantir a propriedade privada". O General Frederico Mindelo Carneiro Monteiro, em livro de memórias recente, já citado, confessa que forneceu armas desse tipo ao usineiro José Lopes de Siqueira Santos para combater o governo de Arraes. Por seu turno, em Caruaru, Pernambuco, o líder político Drayton Nejain, processado por espancamento de sua esposa, e pelo uso indevido dessas armas, baseou sua defesa, em juízo, fazendo prova de que as possuía "legalmente", de "ordens superiores" — com o mesmo fim de combater o governo do Estado. Raro o proprietário que não dispunha de tais armas, na "casa-grande".

Enquanto pôde, Miguel Arraes reduziu o poder de fogo desses exploradores do povo, diminuindo-lhes a prepotência.

Fui testemunha de um fato inédito na minha vida política, uma vez indo ao Palácio do Governo, a trato de assuntos ligados ao porto

do Recife, onde exercia as funções de diretor do Departamento Administrativo. A mesa grande de reuniões solenes, numa das belas salas do palácio, estava literalmente ocupada: de um lado, camponeses e trabalhadores rurais, com suas roupas modestas, mãos calosas, fisionomia compenetrada da seriedade do encontro; do outro, senhores de engenho e proprietários de terra, bem vestidos, falando uma linguagem moderada; na cabeça da mesa, Miguel Arraes, mediando os entendimentos. Discutiam-se relações de trabalho e pagamento de salários em atraso, em termos de mútuo respeito.

Com uma longa experiência de lutador social, o quadro daquela reunião era-me incomum: patrões e empregados conversando em torno de questões de trabalho, respeitosos, um tratando o outro de "Vossa Excelência". Decididamente, estava diante de um fato novo na vida social de Pernambuco. O que para mim era realmente invulgar era a circunstância de os trabalhadores rurais estarem ali em palácio sem a interferência de líderes políticos, eles sozinhos e com seus argumentos discutindo com os proprietários, na busca de soluções amistosas para conflitos de terra.

Comecei a refletir sobre o fenômeno que se operava no Nordeste, a massa campesina caminhando com seus próprios pés, usando sua própria cabeça, na constatação de que, quando as condições sociais, objetivas, propiciam o surgimento de lideranças autênticas, o trabalho de encontrá-las é de pouca duração: *dentro da lógica das relações sociais e do seu dinamismo*, elas aparecem nítidas, donas de si, criadas pelas mudanças do processo histórico.

Um grande número de sindicatos rurais surgiu com as Ligas Camponesas, na vigência do Estatuto do Trabalhador Rural. Através de boletins, prospectos, versos de literatura de cordel, Francisco Julião estimulara a criação das novas entidades, aproveitando as condições de cada área e valendo-se da experiência do que ocorrera no Engenho Galiléia, enquanto grupos de trabalhadores começavam a diversificar a atuação das Ligas dos Sindicatos, reunindo nestes os assalariados ou operários industriais do campo.

No avanço do processo de organização da massa do interior, o governo de Arraes, paralelamente e de modo progressivo, ia montando uma estrutura de apoio aos trabalhadores, por intermédio da Companhia de Revenda e Colonização, com planos a médio e longo prazo de extinguir velhos hábitos da vida rural, como o "barracão", o "vale" como forma de remuneração salarial, etc.

O problema do "barracão" vinha de séculos. Dele se abastecia o trabalhador rural, pagando suas despesas com os "vales" recebidos em cada fim de semana, numa conta-de-chegar que não terminava nunca — entre o gasto com a manutenção ou subsistência diária e o produto do seu ganho. As folhas de pagamento eram, de ordinário, remetidas para o "barracão" e aí serviam à verificação do

"deve" e "haver" do trabalhador rural, nunca havendo saldo positivo a seu favor. Desse jogo, beneficiava-se o usineiro ou plantador de cana, como forma de prender o trabalhador à propriedade, impedindo-o de procurar melhores compensações pecuniárias. Enquanto devedor do "barracão", ficava ele a depender do empresário — até o fim da vida.

Cheguei a possuir uma coleção de moedas de cobre cunhadas em certas usinas de Pernambuco, em substituição ao dinheiro corrente. Os salários e as tarefas agrícolas eram pagos com essas moedas, resquício mais do que evidente do velho feudalismo.

Usineiros mais astutos processavam o pagamento semanal aos trabalhadores através de "vales" de papel de seda, nas épocas de inverno, com o plano diabólico, preestabelecido, de fazer desaparecer o frágil testemunho da remuneração.

Ao tempo de Arraes, esses procedimentos não eram generalizados, embora em alguns locais da zona canavieira ainda sobreexistissem — como lembrança de odiosos processos de exploração.

O que, na verdade, incomodava o trabalhador rural, diminuindo-lhe o salário real, já de si carente, era o "barracão", vendendo sua carne deteriorada, seu feijão podre, sua farinha mofada, a preços muitas vezes superiores aos da cidade.

A melhoria das condições de vida do homem do campo, em face dos reajustes salariais e da padronização da nomenclatura das tarefas agrícolas, permitiu-lhe fugir à ação dos "barracões", passando então a freqüentar "a rua" — como ele denomina o centro urbano de seus lugarejos — em busca de alimentos de melhor qualidade, utilizando jipes de aluguel, cujas despesas eram divididas entre três ou quatro ocupantes.

Ainda hoje se fala, com saudade, do clima de expansão social e comercial que se operou na zona da cana-de-açúcar no governo de Miguel Arraes, as casas ou lojas da cidade afreguesadas, os estoques de gêneros alimentícios esgotando-se, o consumidor especulando sobre preço e qualidade do produto, a venda de rádios e outros aparelhos eletrodomésticos alcançando níveis desusados.

No município de Palmares, onde se localizava o maior sindicato rural do Nordeste, com seus vinte e cinco mil associados, esse ambiente de expansão econômica, produto de uma humanizada distribuição de renda, atingiu todos os setores da população. A "praça" de carros de aluguel, que dispunha anteriormente de dois ou três jipes, agora contava com uma frota de dezesseis a vinte, novos, aptos às contingências das viagens nas estradas de engenho, empapadas de lama no inverno, esburacadas nas épocas de estio.

Pela primeira vez na vida, o trabalhador rural voltava a casa, após a feira na cidade, trazendo sua carne verde, abatida no dia, sua farinha de boa qualidade, seu feijão-mulatinho sem bichos. Afora os gêneros de subsistência, ainda sobrava dinheiro para o presente de aniversário da esposa ou da noiva.

Em Goiana, ao norte do Estado, também sede de grandes usinas de açúcar, uma cooperativa de crédito popular, fazendo as vezes de estabelecimento bancário, abria singularmente, pela primeira vez, contas-correntes a trabalhadores do campo, que emitiam seus cheques com impressões digitais, por serem analfabetos. Num engenho de Nazaré da Mata, perto de Goiana, um lavrador foi visto com dois relógios de pulso, um no punho direito, outro no esquerdo, um marcando a hora "do governo", ou seja a hora de verão, o outro assinalando a hora "verdadeira". Contou-me Zilde Maranhão, senhor de engenho naquelas bandas, que assistiu a um trabalhador seu, na véspera de Natal, comer brutas fatias de queijo do reino, como se degustasse uma talhada de melancia. Era o natural exagero de séculos de provação e sofrimento, quando o salário passava a representar, na longa existência do trabalhador, algo mais do que uma compensação piedosa pelo suor vertido.

Entre o material fornecido pela Companhia de Revenda e Colonização aos sindicatos e Ligas Camponesas, figurava um tipo de "macacão", que os técnicos da Secretaria de Agricultura haviam estudado como roupa ideal para o trabalho de campo.

O golpe de 1.º de abril de 1964 surpreendeu os armazéns da CRC com enormes estoques dessa mercadoria, logo transformada em "fardamento dos exércitos guerrilheiros" de Arraes... As próprias iniciais da Companhia de Revenda e Colonização, CRC, impressas em cada "macacão", foram exibidas ao público, pela TV, como sendo "engenhoso disfarce" da foice e do martelo, símbolos do comunismo. E, como não tivessem os golpistas encontrado armas guardadas clandestinamente por Miguel Arraes para desfechar a "revolução bolchevista" em Pernambuco — afora o que existia legalmente, nos quartéis da Polícia Militar —, publicaram-se na imprensa do sul do país fotos de bacamarteiros de Caruaru, grupo folclórico que se exibe com suas garruchas e mosquetões nas festas do ano, como sendo "soldados do exército de libertação", a serviço do governo.

Como de hábito, tratores e perfuradoras de poços artesianos, do governo, antes de Arraes, achavam-se em serviço nas propriedades dos "coronéis" e dos correligionários da situação. Arraes mandou buscá-los e os entregou aos sindicatos rurais e às Ligas Camponesas, quando não a repartições do Estado na zona da seca, para utilização imediata. Coube à Secretaria de Viação a tarefa de abrir poços profundos nas áreas suburbanas do Recife, com a finalidade de enfrentar, como medida de urgência, a tradicional falta de água nos morros e córregos da capital, construindo-se, ao lado dos poços, lavandarias, bebedouros, banheiros e sanitários públicos, de serventia gratuita.

Desse modo, os custosos tratores e perfuradoras, adquiridos com o dinheiro do povo para beneficiar as fazendas dos grandes proprietários, eram utilizados de maneira correta, mitigando o sofrimento coletivo.

Organismos de âmbito regional, como a SUDENE, ajudaram o governo de Arraes nesses empreendimentos. O acervo aerofotogramétrico da SUDENE, devidamente interpretado, contribuiu para reduzir as perdas dos trabalhos de perfuração de poços para dois por cento, quando anteriormente se situava na casa dos quarenta por cento.

O Banco de Desenvolvimento do Estado, BANDEPE, abriu uma linha de créditos a pequenos e médios lavradores, processando os empréstimos em unidades móveis, de jipes e camionetas, que se deslocavam periodicamente pelo interior, indo ao encontro do cliente necessitado.

Os armazéns e silos da Companhia de Armazéns Gerais de Pernambuco, CAGEPE, repartição estatal usualmente a serviço dos grandes fazendeiros, passaram a dar suporte às operações de crédito ao pequeno agricultor, emitindo *warrants* que garantiam o financiamento da produção e sua comercialização em tempo oportuno.

Um grande técnico, egresso da SUDENE, onde ocupava cargo de relevância, ajudou Miguel Arraes na planificação das atividades do governo no campo: Jáder de Andrade, seu secretário de Agricultura.

Em setores especializados, a Secretaria de Saúde e a de Educação movimentavam-se em ritmo renovador, deixando de lado o bolor da burocracia e partindo para novas empreitadas.

À margem do trabalho eficiente que se desenvolvia na área da saúde pública, dentro de normas modernas de atuação, criou-se o Serviço de Assistência Itinerante, destinado a levar soluções de emergência a velhos problemas sanitários. Enquanto o médico João Ferreira Lima, secretário de Saúde, se preocupava com as grandes tarefas de sua pasta, servindo-se de sua larga experiência de administrador, prefeito que fora de um dos mais importantes municípios do Estado, Timbaúba, a equipe do SAI, com Bianor Teodósio, Miguel Newton, Vital Lira, Liedo Maranhão e outros, levava às cidades do interior, com senso prático, a ação do governo.

Trazendo do Movimento de Cultura Popular o entusiasmo das tarefas alegremente exercitadas, os integrantes do SAI reproduziram, em escala maior, o que haviam realizado no governo municipal de Arraes no Recife.

A realidade sanitária de Pernambuco apresentava-se assustadora. Dos cento e vinte municípios, apenas setenta contavam com médico e dentista. Os índices de saúde pública, de um modo geral, eram alarmantes.

Tomando essa realidade social como um desafio de consciência, a equipe do SAI procurou levar ao povo uma educação sanitária a nível das massas, usando inclusive o concurso de poetas e versejadores populares, da tradicional literatura de cordel, o meio de comunicação mais difundido no Nordeste brasileiro, verdadeiro jornal do povo, por ele lido intensamente. Assim, lições de profilaxia, de proteção ao trabalho, de prevenção contra doenças, de nutrição, de práticas de atendimento urgente — tudo foi versificado, espalhando-se os folhetins pelos amplos recantos da zona rural, como veículo de educação.

"Para evitar o tracoma
Todos devem procurar
Um bom sistema higiênico
Para do mal se livrar
E para quem já for doente
Ouça bem eu explicar.

Os sintomas do tracoma
Começam a aparecer
Com dor, coceira nos olhos
Que faz lágrima descer
E as pestanas pregadas
Vêem se no amanhecer.

Os olhos ficam vermelhos
Doridos e ramelados
Parecem cheios de espinho
Que dentro estejam pregados
Os que sentem esses sintomas
De fato estão atacados."

Quando não eram lições sobre como diagnosticar doenças, lá vinham os preceitos de higiene, a nível de compreensão do povo:

"Procure lavar as mãos
Diversas vezes por dia
E pra seu maior cuidado
Não lave o rosto em bacia
Só lave em água corrente,
Em regato, tina ou pia.

Se for no interior
Que não haja água encanada
E também falte um regato
Faça uma tina inventada
Que contenha uma torneira
E água mas bem filtrada".

Em pouco tempo, organizou-se um mapa nosológico do Estado, com o levantamento das endemias e doenças próprias a cada zona geográfica. Nas cidades por onde andava, o SAI promovia reuniões de líderes da comunidade — o padre, o prefeito, o juiz de Direito, o promotor público, a professora, o médico, o dentista —, elaborando planos de saúde pública, na base de sugestões, tendo em vista cada realidade. Atrás dessas lideranças, chegava-se ao povo, sem cuja colaboração pouco se tinha a realizar, dada a inexistência quase absoluta de órgãos e repartições especializados.

Partindo do conhecimento de que o número de profissionais era deficitário no interior, ora porque o Estado pagava insuficientemente o trabalho de médicos, dentistas e enfermeiros, ora porque ninguém queria atrever-se aos percalços da vida rural, o SAI utilizou o trabalho prático de parteiras, as famosas "curiosas" nordestinas, de curandeiros, de enfermeiros não-diplomados, de farmacêuticos, valorizando sua experiência como produtores de saúde, a seu modo. Curso intensivos de prática da medicina foram ministrados a esses profissionais do cotidiano, tanto na capital como no interior. Reprimidos por uma legislação irrealística, viam-se eles, agora, a freqüentar hospitais e maternidades, percebendo remuneração que lhes permitia afastar-se, por um momento, de suas ocupações habituais, para adquirir ensinamentos que enriqueciam o acervo que a vida lhes conferira, ao longo dos anos.

Em duas ou três semanas, por exemplo, uma "curiosa" assistia dezenas de partos naturais ou cirúrgicos, de abortos ou pequenas cirurgias de mulheres, que só seria possível testemunhar num demorado período de exercício de sua clientela.

Para o governo de Arraes, a saúde era um bem da vida, inalienável, que não se ganha nem com remédios nem com hospitais. A saúde conquista-se, sendo importante convocar o povo para esse trabalho de preservação das condições sanitárias da sociedade, no saudável labor das tarefas dignificantes.

Em muitas cidades do interior, cada caso de doença grave era entregue a determinada pessoa, que ficava incumbida do restabelecimento do enfermo. A cura do tuberculoso, do verminótico em alto grau, do chagoso, passava a representar uma missão de profundo amor

ao próximo, as comunidades despertando para os problemas dos seus habitantes, cada qual se convencendo de que a sua saúde dependia da dos demais.

Esse trabalho do governo de Miguel Arraes insere-se, sem dúvida, nas crônicas melhores de um dinâmico serviço de salvação pública, quase em ritmo de pronto socorro.

Não se podia pretender que um Estado com índices de pauperismo e abandono tão gritantes fosse esperar mais tempo por um plano de saúde. Somente no Recife, para se ter uma idéia do quadro nosológico de Pernambuco, morriam, e continuam a morrer, duzentas e vinte a duzentas e quarenta crianças por mil nascidas vivas, em média. E a maior enfermidade, a fome crônica, alargava seu lastro de morticínio, dizimando populações inteiras.

Uma das maiores calamidades do interior do Estado, herança de muitos séculos de uso imoderado e criminoso das forças produtivas, é a poluição dos cursos d'água, numa área geográfica em que os rios permanentes representam um fator de equlíbrio do meio ecológico. As usinas de açúcar, seguindo a tradição dos velhos engenhos de moer cana, fazem o despejo de suas caldas nos cursos d'água, impunemente, degradando a natureza, infectando as populações, dificultando a piscicultura. Debalde se tentara conter o ronceiro hábito do despejo das caldas, quer pela inoperância de governos cúmplices de grupos econômicos, quer pela ausência de medidas eficazes de proteção à saúde do povo. Os "rios do açúcar", assim degradados, tornavam-se sobretudo focos de infestação da esquistossomose, afetando gravemente as populações ribeirinhas. Os planos do governo eram o de salvar o meio ambiente, recuperando a pureza dos cursos d'água.

Dois cientistas pernambucanos, Aluísio Bezerra Coutinho e Osvaldo Gonçalves de Lima, cada qual em seu setor, vinham encarando com seriedade o problema, sem que nenhuma ajuda operativa de qualquer governo fosse ao seu encontro.

Em poucos meses, Miguel Arraes, valendo-se dessas contribuições, planificou a solução para o despejo das caldas das usinas. O Instituto de Antibióticos da Universidade Federal de Pernambuco estudava a possibilidade do aproveitamento das caldas, ora como fator de alimentação para o gado, ora como adubo para os canaviais. Adicionando-se-lhes tórula, bactéria que se desenvolve com facilidade nas caldas de usinas, os resíduos da fabricação do açúcar, já agora enriquecidos de proteína, poderiam ser administrados à dieta do gado, ou utilizados, em processos de aspersão sobre as "partidas" de cana, como fertilizante.

Redefinido o problema, com soluções que interessavam tanto ao povo como aos industriais, o governo deu o prazo de cento e oitenta dias, findo o qual seriam impostas multas progressivas pela poluição dos "rios do açúcar".

O ato de Arraes despertou geral indignação entre os usineiros, que alegavam não dispor de meios financeiros suficientes para levar a cabo as providências saneadoras propostas. A eles, realmente, não interessava a saúde pública, nem a sorte das cidades. A limpeza dos rios e o bem-estar das coletividades não entravam em suas cogitações de empresários. O que os movia era o lucro de suas usinas, a qualquer título, fácil, imediato, sem condições, embora advindo de processos predatórios da natureza.

Só essa medida de Arraes provocou a irritação contra seu governo de setores ponderáveis das chamadas "classes produtoras".

Hoje, esses outrora saudáveis rios da zona do açúcar, contados inclusive na literatura nordestina, se reduziram a caudais de infestações endêmicas, enfestando a paisagem triste dos canaviais pernambucanos.

Agamenon Magalhães, quando interventor federal do "Estado Novo", desencadeara uma campanha de "combate" ao mocambo no Recife. Inicialmente estimado em quarenta mil, no fim do governo de Agamenon o número de mocambos elevou-se a cem mil, o que provava a inocuidade das medidas de "guerra" à choupana usada pelo povo, em suas precárias condições de existência.

As "vilas populares" mandadas construir por Agamenon, a das lavadeiras, a dos motoristas, a dos contínuos, a dos serventes, transformaram-se, com o tempo, em redutos residenciais da classe média pela impossibilidade de seus primitivos adquirentes cumprirem obrigações contratuais quando à amortização do preço do imóvel.

Quando se deu, em 1963, a invasão dos Montes Guararapes, local histórico, tombado pelo Serviço do Patrimônio da União, por famílias desabrigadas, Miguel Arraes encaminhou-as a Cajueiro Seco, distrito de Prazeres, em Jaboatão, onde havia terras de propriedade do Estado. Em regime de mutirão, o Serviço Social contra o Mocambo, já existente, levantou uma série de casas populares, o Estado contribuindo com plantas, orçamento, assistência técnica e obras de infra-estrutura, como água encanada, rede de luz elétrica, galerias de águas pluviais, os particulares empregando seu próprio esforço físico, como mão-de-obra.

No curso da construção, o Serviço Social instituía prêmios para quem melhor edificasse sua residência, como estímulo.

A experiência de Cajueiro Seco foi, assim, o plano piloto do governo de Miguel Arraes no setor da moradia popular, em condições acessíveis às camadas da população mais empobrecidas. Quase mil casas foram edificadas, nesse esforço comum.

Uma das mais importantes metas do governo foi a implantação do Laboratório do Estado, destinado a produzir, utilizando matéria-prima nacional ou importada, os remédios de maior consumo popular, como antibióticos e vacinas.

Hostilizado pelos grandes consórcios farmacêuticos das multinacionais, o Laboratório do Estado não passou, até hoje, de sua primeira fase, interrompendo o papel que iria desempenhar na preservação da saúde pública e na economia nacional.

Todos os movimentos grevistas que eclodiram durante o único ano do governo foram considerados legais pela Justiça do Trabalho, sendo, em número, inferiores aos que se efetuaram em São Paulo, com Ademar de Barros, e no Estado da Guanabara, com Carlos Lacerda.

Muitas reivindicações salariais tiveram solução pacífica, a Secretaria Assistente do Governo atuando como intermediária entre patrões e operários. Antônio Fausto do Nascimento e Fernando Mendonça Filho encaminharam esses entendimentos, como secretários de Estado.

Quando usineiros e plantadores de cana, para dificultar a vida do povo e indispô-lo com o governo, fizeram desaparecer o açúcar do consumo, Arraes decretou a desapropriação de quarenta mil sacos do produto, retirando-o à força dos armazéns onde se encontravam estocados e vendendo-os diretamente ao consumidor, frustrando o ato de sabotagem.

Pela Secretaria de Interior e Justiça, mandou Miguel Arraes custear gratuitamente o registro de nascimento das pessoas comprovadamente necessitadas, facilitando a regularização de sua vida civil. A medida tinha um alcance social fora do comum, sabido que os cartórios de registro público exploram as partes que os procuram, cobrando emolumentos e custas muito acima das tabelas oficiais.

Sensível a esse problema do cotidiano, o Estado passou a custear as despesas com a normalização da situação jurídica das pessoas pobres.

Nessa mesma secretaria, entregue sucessivamente a dois homens de reputação notória, Fernando Jungmann e Souto Dourado, o governo preencheu, por concurso, quarenta vagas de promotor público, cada titular escolhendo livremente sua comarca sem a proverbial interferência dos chefetes políticos do interior.

Milhares de súditos norte-americanos, inclusive soldados e marinheiros, disfarçados de "voluntários da paz" ou de funcionários do programa Aliança para o Progresso, habitavam o Recife, cujo consulado ianque, como se sabe, dispunha de catorze vice-cônsules.

Quase semanalmente chegavam ao porto do Recife, onde eu trabalhava como diretor, encomendas provenientes dos Estados Unidos para essa enorme legião de norte-americanos — eletrodomésticos, automóveis, objetos de uso pessoal e familiar, móveis, roupas, jóias —, com a ressalva de isenção de taxas portuárias, de conformidade com o estabelecido no ponto IV do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Ao mesmo destinatário consignavam-se dois ou três automóveis de luxo, num ano, fato que me fez chegar à conclusão de que, beneficiados pela isenção de tarifas, esses veículos eram vendidos na cidade a terceiros, com lucros fabulosos.

De outras encomendas trazidas para os norte-americanos, não se sabia a natureza. O manto da isenção e da impunidade cobria-as de mistério. Eram verdadeiros "contrabandos legais".

De quando em quando, a cidade se enchia de custosos cartazes de propaganda do Rearmamento Moral ou da Cruzada do Rosário em Família, com o suspeito Padre Peyton atraindo milhares de fiéis às suas prédicas alienantes, de fundo anticomunista. Procurava-se inculcar no povo, valendo-se de seus sentimentos religiosos, um posicionamento político contrário ao governo, sub-repticiamente. Os rádios e as televisões ajudavam nessa romaria de novos cruzados à procura de libertar novos sepulcros. Objetivara-se a desconscientização do povo, afastando-o da realidade, como se está repetindo em nossos dias, com o aparecimento de novas religiões alienantes — uma vez que a Igreja Católica assume uma posição progressista.

No dia 24 de julho de 1963, o navio *Mormacdowe* desembarcava um grande carregamento de armas e munições dos Estados Unidos para o IV Exército, sediado em Pernambuco. No porto do Recife esses desembarques era freqüentes, constando um deles, certa vez, de enorme carregamento de caixas de algemas e cassetetes.

O jornal *Última Hora,* do Recife, publicou, na ocasião, uma reportagem sobre o assunto, com fotografias dos carregamentos de armas.

A 29 de julho, o Presidente João Goulart chegou ao Recife. As "classes produtoras" o homenagearam com um banquete de oitocentos talheres no Clube Internacional. A cidade o acolheu num dos seus maiores comícios de rua: cem mil pessoas na Avenida

Dantas Barreto, lotando-a de ponta a ponta, aclamando e exigindo as reformas de base.

Semanas antes de sua deposição Miguel Arraes realizou o "Encontro de Palmares", como parte do seu programa de discutir os problemas do povo com o próprio povo e seus mandatários, nas diversas regiões geo-econômicas do Estado. O primeiro encontro tivera lugar no alto sertão, meses antes, no município de Salgueiro.

Tal como havia sido feito anteriormente, equipes técnicas encarregaram-se do levantamento prévio das necessidades básicas das populações vizinhas, abrangendo dezessete municípios canavieiros da zona da mata sul de Pernambuco.

No decorrer do "Encontro de Palmares", foram debatidos os problemas da região, do modo a possibilitar sua reformulação. Esse processo vinha transformar os planos governamentais em instrumentos efetivos de participação do povo na administração da coisa pública.

No discurso de abertura do "Encontro de Palmares", Arraes reiterou que nenhum problema fundamental do Estado poderia ser atacado sem a participação do povo. "Aqui, como em qualquer Estado pobre, é necessário planejar a necessidade, que é o que temos em abundância."

Nos dezessete municípios abrangidos pelo Encontro concentravam-se dez por cento da população de Pernambuco, numa área que ocupava 5,4 por cento do território do Estado. Zona canavieira, nela predominavam a monocultura e o latifúndio, com exceção de pequenas áreas destinadas à cultura de cereais e frutas.

Os dados referentes à utilização da terra, na região do Encontro, revelavam a presença da grande propriedade. Era significativo que os estabelecimentos com mais de trezentos hectares correspondiam a 16,5 por cento do total e ocupassem setenta e seis por cento da área. Quanto à parte cultivada, quinhentos e sessenta e quatro estabelecimentos dispunham de dois terços da área, reservando-se para dois mil, oitocentos e cinqüenta e três estabelecimentos apenas um terço.

A concentração de renda em mãos de pequena minoria caracterizava a realidade sócio-econômica, com reflexos na pobreza quase indigente das cidades.

No instante em que escrevo estas linhas, catorze anos depois da deposição de Arraes, a imprensa do Recife noticia que Palmares está sob a ameaça de invasão de pessoas famintas, vindas dos canaviais. Segundo o delegado-geral do hoje inexpressivo Sindicato Rural do município, Floriano Alves — que diz: "Todo mundo está com medo

de falar, mas eu não tenho papas na língua" —, os trabalhadores estão morrendo de fome nos engenhos São João da Prata, Capricho, Serra Azul, Coiceiro e Poço, alguns se alimentando até de ratos, enquanto a maioria trabalha pela comida do dia.

Em 1968, no governo do General Costa e Silva, encenou-se a pantomima de transferir-se para o Recife a sede do governo da República. Da capital pernambucana, a briosa caravana de ministros e autoridades da União deslocou-se à cidade de Palmares para "resolver seus problemas, de uma vez para sempre". Pelo que se passa hoje naquela área da agroindústria do açúcar, esses problemas só se fizeram agravar. E, de concreto, da ridícula mudança provisória da capital da República para a cidade do Recife, o que ficou foram os rumores de grandes "pileques" e bacanais de certos ministros, em reuniões com usineiros e industriais nordestinos, durante as quais o uísque regou os fáceis caminhos das negociatas, enquanto pedidos de empréstimos e liberações de financiamento eram despachados à beira de piscinas. Diz-se até que o Serviço Nacional de Informações preparou secreto *dossier* sobre o escândalo, logo desfeito ou abafado pelas proporções da boêmia.

O "Encontro de Palmares", realizado em 1964, ocorria no crepúsculo do governo de Miguel Arraes. Ninguém se dava conta de que, pela sucessividade de iniciativas como aquela, é que o governo de Pernambuco estava cavando sua ruína. O "Encontro de Palmares" tinha lugar numa região paupérrima, secularmente castigada pela monocultura e pela presença de relações semifeudais entre trabalhadores e empresários. Não por coincidência é que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era o mais importante do país, pelo número de associados, além de vinte e cinco mil, como pela eficiência de seus serviços administrativos e assistenciais.

Ao retirar da polícia a função tradicional de instrumento de garantia de privilégios fruídos apenas por uma minoria, o governo do Estado criava condições para o livre exercício das franquias democráticas, fruto de uma nova concepção de ordem e liberdade, aumentando em conseqüência o poder de barganha dos trabalhadores no encaminhamento de seus pleitos reivindicatórios.

A um governo que se devotava em assegurar a todos o direito de livre manifestação, correspondia um processo de conscientização e organização das massas trabalhadoras, ascendente. "Foi necessária uma pressão de baixo para cima, gerada pela ampla camada de trabalhadores rurais que não mais suportava as condições em que vivia", argumentava Arraes, "para que se achasse à tardia descoberta de que a cana-de-açúcar tem custo de produção. E isso ocorreu porque uma parcela expressiva que compunha aquele custo

e que tinha, até então, se mantido invisível explicitou sua existência de maneira clara e decidida."

No "Encontro de Palmares", os velhos problemas da área foram equacionados, equipes de técnicos de todos os níveis concentrando-se para a fixação de planos, no debate dos quais se consumiam dias e noites de reunião.

Logo de início, foi lançada a Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, a cargo do Movimento de Cultura Popular, da Secretaria de Educação e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, à frente três grandes mestres no assunto, Germano Coelho, Anita Paes Barreto e Paulo Freire. A campanha deveria propagar-se pelo Estado afora, com a meta de alcançar um milhão de pessoas nos próximos três anos.

A par da liberação de verbas para estradas de rodagem e abertura de poços artesianos em lugarejos distantes dos centros urbanos, o governo comprometia-se a organizar cooperativas de consumo entre os trabalhadores do campo, cooperativas de produção entre lavradores pequenos e médios, a estimular o cultivo de alimentos nos pequenos sítios da região, a fomentar a criação de bovinos, com o aproveitamento em suas rações das caldas das usinas enriquecidas de teor protéico, a implantar núcleos de assistência agropecuária na região, a promover soluções pacíficas para os litígios sociais.

O plano de eletrificação previa a chegada de energia elétrica às fazendas, usinas e campos de cultivo, não apenas para oferecer conforto às populações rurais, como para melhorar as condições de exploração da terra, pela irrigação de vastas áreas agrícolas, indo ao encontro das necessidades tanto do grande plantador de cana, como do produtor de cereais e lavoura de subsistência, dentro das previsões de uma política de diversificação da agricultura.

O Encontro, um dos pontos mais altos da administração de Arraes, foi coordenado pela CODEPE, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.

No fim de uma semana de reuniões realizou-se um grande ato público na praça principal da cidade, no meio da qual se erguia, imponente, a estátua de um trabalhador do campo, obra do escultor Corbiniano Lins — primeira homenagem desse porte à figura do homem anônimo dos canaviais, com seu chapéu de palha, sua enxada, seu olhar confiante no futuro.

Nos desatinos do golpe de 1964, mãos criminosas quebraram, a marretadas, o belo monumento, jogando seus destroços nas águas do Rio Una — vingança dos latifundiários contra uns tempos de lutas e liberdade.

A alegada agitação social havida durante o governo de Miguel Arraes foi mais uma exploração dos meios de comunicação, de jornais, rádios e televisão alugados às forças obscurantistas, do que mesmo resultante de conflitos de interesses de classe.

Em termos absolutos, houve mais greves operárias em São Paulo e no Estado da Guanabara, com Ademar de Barros e Carlos Lacerda, do que em Pernambuco, com um governo de frente popular.

Os movimentos paredistas dos bancários, dos comerciários, dos têxteis, dos trabalhadores em empresas distribuidoras de petróleo, além de serem reconhecidos como legais pelo Tribunal Regional do Trabalho, processaram-se em clima de respeito à ordem pública, sem que houvesse o menor incidente, fato inédito em Pernambuco, em ocasiões semelhantes.

Contra os abusos de certas lideranças no interior do Estado, reagiu Arraes com mão forte, chegando a mandar prender e processar vários agitadores. Hoje, alguns desses "revolucionários" de fôlego curto estão "recuperados" pelo regime militar vigente, trocando o bacamarte de "guerrilheiro" pela beca de advogado ou de professor universitário, depois de haverem assinado pela imprensa notas de repúdio ao "comunismo ateu e dissolvente". Cito apenas dois desses "Guevaras" de opereta: Joel Câmara e João Alfredo dos Anjos.

Muitos "incêndios" de canaviais ou "invasões" de propriedades foram produzidos nas próprias redações de jornais, ou forjados nos gabinetes das sucursais da imprensa do sul do país, ao sabor de interesses pecuniários, a tanto por linha de provocação.

Hélio Mariano, secretário de governo, na época de Arraes, um dos seus mais eficientes colaboradores, conta que, ao ler as manchetes dos matutinos do Recife, ao acordar, teve algumas vezes de correr ao interior, a fim de tomar conhecimento de "invasões" de engenhos ou de usinas. Lá chegando, acompanhado de reforço policial para garantir o direito de propriedade, era recebido normalmente, patrões e trabalhadores empenhados na liça da produção, calmos e tranqüilos.

Um fato que ecoou pelo Brasil inteiro, em desabono do clima da paz que havia em Pernambuco, precisa hoje ser devidamente esclarecido. Refiro-me ao incidente havido quando da substituição de Gilvan Pio Hamsi, delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, pelo advogado Nicanor Leite, do Partido Trabalhista Brasileiro. As categorias profissionais do Estado, seguradas do IAPI, reagiram contra a demissão de Gilvan, que se entendia muito bem tanto com os trabalhadores como com o governo do Estado. Houve ameaça de greve geral, os sindicatos enviando

telegramas ao Presidente João Goulart pedindo a permanência do delegado do IAPI.

No dia da posse de Nicanor Leite, o edifício do instituto, na Avenida Dantas Barreto, amanheceu ocupado por grupos de camponeses, armados de foice, trazidos de caminhões do interior. A disposição dos camponeses era impedir a entrada no prédio de qualquer pessoa. Acontece que o Conselho Deliberativo da SUDENE, composto de governadores de Estado, ministros da República, diretores e presidentes de autarquias federais, teria de reunir-se nessa data. E a SUDENE funcionava no mesmo edifício, denominado pelo povo de "JK", por ter sido construído e inaugurado por Juscelino Kubitschek. O fato provocou o maior escândalo pela imprensa, como sinal da *anarquia reinante em Pernambuco.*

O Deputado Francisco Julião, os dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, os líderes sindicais e das Ligas Camponesas, todos, sem exceção, asseguraram, reiteradas vezes, que não tiveram a iniciativa de bloquear, com trabalhadores armados, o prédio do IAPI naquela época. Fui testemunha, na prisão, em 1964, de acesos debates em torno do incidente, com a negativa de cada partido ou corrente ideológica em assumir a paternidade da provocação.

Há, desse modo, fortes suspeitas de que o cerco do Edifício JK partiu das forças comprometidas com o golpe de Estado, as mesmas que estipendiaram os excessos "revolucionários" do famoso Cabo Anselmo, desmascarado hoje como agente da CIA.

E foi assim que se urdiu, peça por peça, a desestabilização do governo de Arraes e o divórcio que se operou entre ele e a classe média, atemorizada diante do extremo radicalismo de certas forças de esquerda.

É irrefutável que as Ligas Camponesas criaram tropeços ao governo de Pernambuco, notadamente depois da tentativa de invasão pela CIA da ilha de Cuba, quando Fidel Castro, na fase infantil do comunismo antilhano, aceitou a tese da exportação da revolução. A começar de seus mais destacados dirigentes, Francisco Julião e Clodomir Morais, as ligas viveram a "idade de ouro" da aventura guerrilheira, escudando-se em intelectuais e universitários que aceitavam a luta armada como única alternativa válida para a conquista de reformas sociais, "na lei ou na marra".

Sem grande experiência de organização popular, as ligas abrigaram pessoas de todos os tipos, de românticos enamorados da Revolução Brasileira ao mais cínico provocador a serviço da reação, sem exigir-lhes identidade ideológica.

Aos poucos, a agitação das ligas estava caindo no vazio em face do aparecimento de certos fatores de amadurecimento da consciência social: a independência das massas trabalhadoras, através

de sua própria organização, a melhoria de nível dos sindicatos da cidade e a força crescente do prestígio de Arraes no seio da massa.

Quando as ligas, por exemplo, ordenaram a invasão do Engenho Serra, de Alarico Bezerra, em Vitória de Santo Antão, em desrespeito a um mandado judicial de desocupação, Arraes jogou na mesa o peso de sua influência, ficando ao lado da Justiça, sem deixar de criticar-lhe a decisão. Entre a palavra-de-ordem das ligas, de ocupação forçada da propriedade pelos camponeses, e o apelo do governador, de obediência a um mandado da Justiça, optou-se pelo acatamento a Arraes. E o foco de provocação se esvaziou como por encanto. O objetivo de Alarico Bezerra, espoleta dos golpistas militares, de longa tradição, era o de atiçar as ligas e os trabalhadores do campo contra Arraes e vice-versa.

Quanto ao clima de insegurança pessoal em que viveriam os proprietários de terra, "ameaçados de morte" por seus empregados, a realidade era outra. No governo de Miguel Arraes, nenhuma figura do "baronato feudal" foi vítima de agressão física. Ao contrário: no campo, quem morreu assassinado foram os trabalhadores rurais e seus líderes.

Certa vez, o *Diário de Pernambuco* publicou uma fotografia de primeira página que apareciam, mortos a tiros, cinco lavradores, na esplanada da Usina Estreliana, em Ribeirão, pelo fato de reivindicarem o direito à percepção do 13.º salário. O incidente ocorreu no dia 7 de janeiro de 1963, uma semana antes da posse de Arraes. Morreram na hora, metralhados pelo industrial José Lopes de Siqueira Santos e seus capangas, os trabalhadores Ernesto Batista do Nascimento e seu filho João, os irmãos Israel e Zacarias Batista do Nascimento, todos da mesma família, e mais o camponês Antônio Soares de Farias. Atingidos pelas costas, caíram ao chão inermes, alguns com o chapéu na cabeça. As armas que portavam eram as "peixeiras", instrumentos de trabalho na zona rural. Na base de inquérito feito pelo célebre Delegado Romildo Leite, a Justiça absolveu por fim os covardes e frios matadores de Ribeirão.

No mês de agosto de 1963, em També, no Engenho Oriente, do distrito de Ferreiros, os trabalhadores estavam sem receber o 13.º salário há tempos. O líder das Ligas Camponesas local, Paulo Roberto Pinto, conhecido por Jeremias, pôs-se à frente de um movimento reivindicatório para exigir o recebimento do atrasado. Um dia, foram todos avisados de que, indo ao engenho, o 13.º lhes seria pago. Mas o que os esperava, no entanto, era uma emboscada dos proprietários José Borba e Pompeu Veloso Borba e seus "cabras". Do cerrado tiroteio, resultaram feridos quinze lavradores e morto o seu líder Jeremias, com um tiro no coração. Seu crânio foi, depois, esmigalhado a coronhada de rifle.

Apurados os fatos por ordem de Arraes, os criminosos viram-se submetidos a processo, sendo denunciados pelo Promotor Público Murilo Barbosa da Silva.

Com o advento da "revolução redentora", o processo foi mandado às favas, com a cumplicidade da Justiça, passando-se, em represália, a enquadrar o promotor numa ação penal, por denunciação caluniosa. Ainda por cima, demitiram-no do cargo pelo Ato Institucional, como "subversivo".

"Morre um e surgem muitos
Para a mesma liderança
Quem mata perde a virtude
Quem morre no pó descansa
Jeremias, inesquecível,
Teu nome pede vingança."

Na Usina Caxangá, de propriedade do Sr. Júlio Maranhão, uma comissão de trabalhadores rurais, que iria dialogar sobre questões de salário, foi recebida a bala pelos "cabras" do industrial, caindo morto o delegado sindical da usina e saindo feridos dois camponeses. O Sr. Júlio Maranhão mandou sepultar o cadáver do delegado sindical em caixão funerário de terceira classe, nas terras de sua propriedade.

O Sindicato Rural, por decisão de assembléia de seus associados, exumou os restos mortais do companheiro, sepultando-o em ataúde condigno no cemitério da cidade, com enorme acompanhamento. O outro caixão de defunto, desenterrado, foi colocado na porta do escritório da Usina Caxangá, sob forte guarda de trabalhadores, até a missa de sétimo dia. Noite e dia montou-se guarda aos destroços do esquife, apodrecido pelos resquícios das vísceras do assassinado e pela intensa chuva do inverno. Realizada a cerimônia do sétimo dia, os trabalhadores abandonaram o ataúde no local da usina e foram juntar-se aos demais companheiros para uma sessão solene na sede do sindicato, em sua memória.

Para os lados de Bom Jardim, terra de Francisco Julião, seu primo Antônio Cícero, por participar das atividades das Ligas Camponesas, foi emboscado e morto por capangas de latifundiários.

"Foi depois das oito horas
De uma noite sem estrelas
Que tombaste, meu irmão.
Trinta caroços de chumbo

E uma bala se enterraram
No peito de quem viveu
Lutando contra a injustiça
A miséria e a escravidão."

Quase no fim do governo de Arraes, em outubro de 1963, as "classes produtoras" decretaram um *lock-out* como represália à deflagração de uma greve de trezentos mil trabalhadores do campo. O processo de hostilidades que se iniciara na campanha eleitoral de Arraes, com o financiamento pelo IBAD das piores invectivas contra o candidato da "Frente do Recife", alcançava, agora, o seu clímax. Antevia-se o advento de grave crise institucional em todo o país. As hesitações de João Goulart, ora combatendo os golpistas, ora cercando o Governo de Pernambuco de um cordão militar de isolamento, viriam acelerar os preparativos para o colapso do regime democrático.

Dizia-se à boca pequena que a vinda do General Justino Alves Bastos para o comando do IV Exército obedeceria a um plano de Jango no sentido de manter sob vigilância militar o governador de Pernambuco. Ao lado do General Justino havia um numeroso grupo de coronéis, todos eles envolvidos na trama golpista, em perspectiva. Por essa época, a 4 de março de 1964, ocorreu a grande "greve" patronal. O *lock-out* contava obviamente com a solidariedade e o "apoio logístico" dos chefes militares aquartelados no Estado, sem o que não ousariam os industriais e comerciantes — à frente os latifundiários, plantadores de cana — desafiar o movimento de massa de que dispunha Arraes.

O pretexto do *lock-out* era responder à greve de trezentos mil trabalhadores rurais, em protesto pela falta de cumprimento das leis de previdência no campo, a primeira greve desse gênero havida na história social de Pernambuco.

No auge do *lock-out,* houve uma reunião no Clube Internacional do Recife, durante a qual se tratou, inclusive, da possibilidade de Arraes ser liquidado fisicamente. A exaltação da alta burguesia não tinha limites.

No dia em que Arraes fez uso de uma cadeia de rádio e televisão para desafiar o movimento patronal, dizendo que não se faria com ele o que as "classes produtoras" haviam feito com o General Cordeiro de Farias — nesse dia e nessa hora o *lock-out* foi vencido. Debelada a ameaça patronal, Arraes conseguiu que os trezentos mil trabalhadores voltassem ordeiramente à sua faina, encerrando a greve rural. O grande pretexto da reação para incendiar Pernambuco perdia o seu objetivo.

Mas já era tarde. O golpe militar estava à vista, no plano nacional.

Assim foram os tempos de Arraes. Nas crises do seu governo, entre o radicalismo inconseqüente de certos grupos de esquerda, na multiplicidade de siglas e de palavras de ordem, e a exacerbação de minorias sociais que viam fugir das mãos os velhos privilégios de classe, pouco lhe restou como campo de manobra. A médio prazo, teria vencido a batalha do bom senso.

Todavia, enquanto pôde, teve forças para honrar seu mandato, conquistado a ferro e fogo, num pleito memorável.

Não se conhece nas crônicas políticas de Pernambuco outro governante que se tenha empenhado tanto em conciliar, no melhor sentido, os conflitos sociais, pacificamente. Contra todas as deformações, ao longo de tantos anos, a imagem que a História há de guardar desse homem, que tinha "apenas duas mãos e o sentimento do mundo", é a daquele que foi até o sacrifício de sua carreira política, quase de sua vida, para assegurar a seu povo e ao Nordeste a libertação econômica e política tanto desejada, num clima de liberdade.

Em agosto de 1963, quando se realizaram eleições municipais em Pernambuco, Miguel Arraes tinha apenas seis meses de governo. Seus mais importantes planos administrativos estavam apenas esboçados. O clima de liberdade que se respirava no Estado não era conquista que pudesse sensibilizar, de imediato, as grandes massas populares diante de uma crise geral que diminuía, a cada momento, seu poder aquisitivo. Vivia-se a fase de descenso econômico do governo João Goulart, a carestia de vida arrasando as poupanças do povo, desnivelando os salários, irritando as camadas médias da sociedade.

Conquanto se empenhasse Arraes em encaminhar soluções para os graves problemas de Pernambuco, um semestre de atuação governamental representava muito pouco no balanço das necessidades. A burocracia do aparelho do Estado, anquilosada, continuava a impedir a celeridade de certas medidas, ainda que as mais comezinhas, no setor de cada secretaria ou departamento do governo.

O que havia realmente de positivo era o avanço da consciência dos trabalhadores, ainda assim tênue, em seus primeiros passos.

A par do surgimento de novas lideranças no campo, os operários e trabalhadores da cidade começavam a ter seus próprios porta-vozes nas esferas do governo, como na Assembléia Legislativa, onde os mais poderosos sindicatos da área metropolitana, dos ban-

cários, dos ferroviários e da orla marítima, haviam elegido combativos deputados estaduais: Gilberto Azevedo, Cláudio Braga e Cícero Targino Dantas — dos mais atuantes no corpo legislativo.

A imprensa, o rádio e a televisão, de um modo geral, ajudavam a criar um clima de indisposição contra o governo, abrindo *manchetes* a notícias alarmantes, muitas delas produtos do jogo da desestabilização econômica e social, tramada pelas classes dominantes, cujos privilégios estavam realmente em perigo.

Até certo ponto, os interesses da classe média e dos trabalhadores manuais não eram necessariamente os mesmos, gerando uma certa prevenção de parte da sociedade contra os últimos. Agravando a idiossincrasia dos estratos médios urbanos ante o avanço da luta social, o radicalismo de esquerda punha lenha na fogueira desse estado de espírito, acirrando os conflitos de terra. Os "guerrilheiros" das Ligas Camponesas, ou em nome delas, acionavam movimentos reivindicatórios extremados, sem o menor respaldo da opinião pública, enquanto na cidade as cúpulas sindicais, impando de arrogância e sectarismo, queriam ditar normas ao governo.

No entrechoque de classes em luta aberta por seus direitos ou por suas regalias, situavam-se as camadas médias da população, atônitas, sem perspectivas, caldo de cultura das maquinações antidemocráticas, nas contingências do seu habitual procedimento. Era de imaginar com que pavor esses segmentos da sociedade viam desfilar no Recife, nas passeatas organizadas por Francisco Julião, milhares de camponeses com suas foices, em ruidosas manifestações de rua, ou tomavam conhecimento da paralisação quase completa de todos os meios de transporte, com a greve dos trabalhadores de distribuição de petróleo.

Habilmente explorados pelos golpistas, os setores médios urbanos não hesitaram em se colocar contra a "baderna" ou o "caos social", desgarrando-se para o lado dos que pregavam a necessidade de um "governo forte" a fim de conter o "perigo comunista".

Nesse clima é que se realizaram as eleições municipais de 2 de agosto.

Sensível ao momento político, de difícil conjuntura para um embate eleitoral, Arraes comandou pessoalmente a sucessão. As preferências dos comunistas voltavam-se para o secretário assistente do governo do Estado, Antônio Carlos Cintra do Amaral, esquerdista sem partido, mas um democrata, aliás. Admitia a cúpula do PC que, com as associações de bairros e os sindicatos, pudesse eleger o prefeito do Recife, subestimando o grosso da classe média, que compunha majoritariamente o eleitorado da capital.

Uma derrota política de Arraes, no Recife, representaria um golpe de morte em seu prestígio. A situação nos municípios do interior não era boa, em face da influência dos "coronéis" e dos chefes

de clãs tradicionais, cujo domínio não tinha sido possível abolir àquela altura. Somente a partir do segundo semestre do governo é que algumas mudanças se operaram no campo.

O cerco em torno de Arraes estreitava-se, com a omissão do Governo Federal, se não com sua tácita anuência. Quando Jango pensou em enviar ao Congresso o pedido de estado de sítio, não visava exclusivamente, como parecia à primeira vista, ao foco golpista comandado por Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara. Com uma cajadada só, João Goulart arquitetava derrubar também o governo de Miguel Arraes em Pernambuco. Era o que se comentava, intramuros.

Por conhecer essas intenções é que se organizaram grandes manifestações no Recife contra a medida de exceção.

Nessa hora, eu ocupava o Departamento de Administração do Porto do Recife, de onde, juntamente com Enildo Galvão, trouxemos para o comício que se efetuou defronte do Palácio do Governo mais de dois mil portuários, estivadores, marítimos, funcionários do cais, portando faixas e cartazes em defesa do mandato do governador de Pernambuco, contra a ameaça do estado de sítio.

Durante o percurso entre o porto do Recife e o Campo das Princesas, onde se realizou o grandioso ato público, os trabalhadores da orla marítima efetuaram breves paradas para ouvir a palavra de líderes sindicais. À frente do cortejo, a diretoria da Associação dos Portuários do Brasil, seção de Pernambuco, abria o desfile conduzindo duas bandeiras nacionais, afora os estandartes dos sindicatos das corporações marítimas.

No trajeto da passeata, fui procurado por um emissário do secretário de Segurança, Coronel Humberto Freire de Andrade, que trazia a recomendação de que fossem imediatamente recolhidos os pavilhões nacionais, de ordem das autoridades do IV Exército. Advertia-se que o uso da bandeira brasileira, em circunstâncias como aquelas, seria ilegal. Acatei, em parte, a ponderação, com a ressalva de que as bandeiras seriam recolhidas aos sindicatos depois de encerrado o nosso desfile, até o Palácio do Governo. Retirá-las naquela hora, em meio às manifestações, me parecia um recuo sem nome. E assim fomos com elas até o Campo das Princesas, onde Arraes, personalidades políticas e grande massa popular já se encontravam.

Poucas semanas depois, o IV Exército permitiria, sob suas vistas, que uma manifestação de mulheres, pedindo a deposição de Arraes, com o nome de "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", estipendiada, como se sabe hoje, com dinheiro das *sucursais* da CIA, conduzisse impunemente inúmeras bandeiras nacionais, em desfile que terminou diante do QG da 7.ª Região Militar, sem maiores conseqüências.

Tomando o pulso da situação política do Estado naquele momento, é que Arraes terminou por anunciar que o candidato da "Frente do Recife" à prefeitura seria Pelópidas Silveira, seu secretário de Viação e Obras Públicas. Formou-se, então, a chapa Pelópidas-Antônio Carlos Cintra do Amaral, congregando as correntes populares e de esquerda, contra a chapa Lael Sampaio-Augusto Lucena, apoiada pela UDN e outras forças conservadoras. O PSD lançou, suicidamente, Barreto Guimarães para vice. Antes, Aderbal Jurema, do PSD, tudo fizera para ser o companheiro de chapa de Pelópidas.

Engajei-me na campanha eleitoral a fundo, falando em vários comícios por dia, sucessivamente. Ficaram notórios os comícios da esquina da Sertã, o café mais freqüentado pela classe média, no centro da cidade. A esquina da Sertã, ponto de encontros e de boataria política, passou a ser chamada a "Esquina da Liberdade", pois ali, toda noite, ao encerrar do expediente dos consultórios médicos e de advogados, dos escritórios, das casas comerciais e repartições públicas, se juntavam dezenas de milhares de pessoas para ouvir, em dias alternados, comícios da "Frente do Recife" e das correntes de oposição a Miguel Arraes, sendo grande a freqüência quando iam à tribuna, improvisada num lastro de caminhão, os oradores das forças que apoiavam a chapa Pelópidas-Antônio Carlos.

Das vezes em que Pelópidas Silveira foi candidato a prefeito do Recife, foi essa a primeira em que venceu por estreita margem de sufrágios, pouco mais de cinco mil, num comparecimento eleitoral de cento e oitenta e nove mil votantes. Ainda assim, perdemos o pleito para vice-prefeito, elegendo-se Augusto Lucena.

Os gastos da campanha adversária, ainda no rescaldo da dinheirama derramada pelo IBAD, com o reforço de recursos das "classes conservadoras", foram avultados.

"Pra onde a gente pendia
Só via carros 'Lael'
Fretados a peso de ouro
Porém o povo fiel
Dizia: 'carro é besteira!'
Quem voga é X no papel."

Como, no ato de votação, o eleitor teria de assinalar com um *x* o nome do seu candidato preferido, as forças contrárias ao governo utilizaram panfletos e boletins pedindo ao povo que invocasse a Cruz de Cristo ao pensar no nome de Pelópidas "candidato dos comunistas".

"A corrente adversária
Dizia muito ufanista:
Cruz pra Pelópidas Silveira,
Candidato comunista.
Vote no nobre usineiro
Este sim é verdadeiro
Líder nacionalista.

A 'poeira' ouvindo isto
Disse: Essa gente feliz
Sabe aonde tem as ventas
Conhece bem o que diz.
E na hora verdadeira
Largaram cruz em Silveira
Mas sendo em forma de *x*."

Transferido para Pelópidas o ônus da indisposição do empresariado e da classe média, insatisfeitos com a política social de Arraes, o pleito se travou urna a urna, Lael vencendo nas zonas da burguesia e do "calçamento", Pelópidas trazendo a votação das camadas populares dos bairros, a chamada "poeira" das crônicas eleitorais, tantas vezes hostis aos candidatos reacionários.

O Recife continuava a ser a "cidade cruel" de sempre.

No porto do Recife, minha atuação foi de curta passagem. Antes mesmo da deposição de Arraes, eu fora nomeado secretário de Administração do novo governo de Pelópidas Silveira. A despeito disso, desdobrei-me em esforços no sentido de desenferrujar velhos departamentos da autarquia, sendo ajudado por excelentes funcionários que lá encontrei. Nosso trabalho maior era combater a corrupção que lavrava no cais, à sombra de vícios e influências políticas poderosas. De um balanço que mandei proceder, chegamos à conclusão de que bilhões de cruzeiros, em material considerado "imprestável para o serviço", haviam sido dados, quase de mãos beijadas, a empresas particulares, sem concorrência. Por outro lado, inúmeros servidores da Administração do Porto do Recife encontravam-se à disposição de outros órgãos, inclusive prefeituras do interior, com ônus ou não para a autarquia. Fi-los voltar a seus cargos de origem, em prazo curto, não sem enfrentar resistências e pressões. Abri inquéritos para demitir, a bem do serviço público, vários funcionários envolvidos em atos ilícitos. Indispus-me com a "máfia" dos contrabandistas. Mandei que se devolvessem ao porto máquinas, empilhadeiras e veículos cedidos a repartições e a particulares.

Há um episódio especial a registrar. Quando determinei que voltassem ao porto os servidores que se achavam à disposição de

outras entidades públicas, recebi um expediente da Companhia Estatal de Borracha Sintética, dirigido ao governador, solicitando a permanência ali de um funcionário do porto do Recife, de nome Barbosa, velho policial, conhecido como "secreta" do DOPS para "dedurar" as lideranças operárias. Muitos trabalhadores da orla marítima já haviam sido presos, em épocas anteriores, por sua culpa. A petição da Companhia de Borracha Sintética já vinha com despacho de Arraes: "Deferido. Faça-se o expediente".

Decididamente, tratava-se de um caso irregular, o governador despachando um requerimento cuja decisão devia ser da competência do superintendente da Administração do Porto do Recife, já que se tratava de uma autarquia. Além de irregular, deixava-me em situação difícil, no momento em que empreendia esforços a fim de moralizar e normalizar o serviço de pessoal da repartição, acabando com o mau vezo das "requisições".

Como o portador do expediente era o próprio Barbosa, de riso aberto na cara, antevendo o meu embaraço em não atender a um despacho do governador, fi-lo voltar com o papelório à Companhia Estatal de Borracha Sintética, alegando que o pedido devia ser encaminhado à Administração do Porto do Recife, diretamente.

No outro dia, chegou ao meu gabinete Jorge Carneiro da Cunha, chefe da Casa Civil do Governo do Estado e um dos melhores auxiliares de Arraes. Ao entrar, foi logo dizendo, entre sério e brincalhão:

— Está criando problemas para o governador, "Seu" Paulo!

Ao que respondi, em cima da bucha:

— O governador é quem está criando problemas para a Administração do Porto do Recife.

Colocado o problema como incontornável, afirmando Jorge Carneiro da Cunha que o coronel presidente da Companhia de Borracha Sintética "fechava questão" em torno do assunto, pus meu cargo à disposição do governo, como forma de solucionar o caso, desde que, de minha parte, não isentaria nenhum funcionário das normas de serviço postas em prática.

Quando os sindicatos da orla marítima souberam do fato, ameaçaram entrar em greve, solidarizando-se comigo.

Antes que o incidente tomasse feições de crise, Arraes conseguiu que o presidente da Companhia de Borracha Sintética voltasse atrás, desistindo do pleito.

Durante nossa gestão na Administração do Porto do Recife, concedemos vários aumentos de vencimentos ao funcionalismo, que incluía uma massa enorme de trabalhadores de oficinas, de guindastes, de armazéns e de transportes. De uma feita, obtivemos que o governo permitisse um aumento de mais de cem por cento, no espaço de um semestre. Melhoramos substancialmente os refeitórios

da autarquia, tanto em instalações como em qualidade de alimentos. Ainda hoje se fala, no porto, dos tempos de Enildo Galvão e de sua equipe de diretores.

Encontrando-se em período de férias, para participação num congresso de jornalistas, compareci um dia à repartição e soube que, na seção de pessoal, as máquinas IBM estavam trabalhando na confecção de cheques de pagamento, incluindo em cada um deles, proporcionalmente ao montante dos vencimentos, uma parcela de dinheiro para a aquisição de uma camioneta Rural Willys a ser presenteada ao superintendente, à sua revelia, como prova de gratidão dos servidores pelas últimas majorações salariais. Chamei o encarregado da seção, de nome Arnaud, se não me engano, e fui áspero:

— Mande rasgar todos os cheques e confeccione outros, sem nenhum desconto. Se o pagamento dos vencimentos sair este mês com o presente do carro para o superintendente, eu reassumo o cargo, antes do término das férias, abro inquérito administrativo e demito você a bem do serviço público.

Embora arcando com horas de trabalho extraordinário da seção de pessoal, contanto que o pagamento dos vencimentos não se atrasasse, tudo foi refeito.

Mas no governo de Eraldo Gueiros, depois da "revolução redentora", consumou-se fato análogo com o Vice-Governador Barreto Guimarães, que recebeu uma casa de presente na praia de Olinda, com eletrodomésticos e outros haveres, no dia do seu aniversário. O próprio governador organizou as listas de "contribuintes", que outros não eram senão clientes e fornecedores do Estado, quando não pessoas dependentes das benesses oficiais.

Empossado na prefeitura, a 15 de dezembro de 1964, Pelópidas Silveira me nomeou secretário de Administração. Mal tive tempo de implantar de novo meu estilo de trabalho. O golpe de Estado de 1.º de abril estava na ante-sala.

CAPÍTULO XIII

O GOLPE DE 1964 EM PERNAMBUCO.
DEPOSIÇÃO DE ARRAES E PELÓPIDAS.
MESES DE PRISÃO EM QUARTÉIS FEDERAIS.
O "GINETE" DA COMPANHIA DE GUARDA.
NOVO E BÁRBARO ESPANCAMENTO DE GREGÓRIO BEZERRA.
AS LÁBIAS DE UM "FOGUETEIRO".
COMO SE TIRA PROVEITO DA HONESTIDADE.

Pela madrugada do dia 1.º de abril, o jornalista Ronildo Maia Leite, do corpo redacional de *Última Hora,* do Recife, telefonou-me para dizer que havia rebentado um movimento militar em Minas Gerais. Imediatamente liguei o rádio e pude ouvir estações do interior de Minas dando conta de operações de guerra, em linguagem francamente hostil ao Governo Federal.

Logo cedo, comuniquei-me com Pelópidas Silveira e marcamos ir a Palácio saber das últimas notícias. Pelópidas havia passado a noite com Arraes e alguns dos seus auxiliares, tomando pé na situação. O Deputado Federal Aderbal Jurema, do PSD, ficara em palácio até às três horas da manhã, dizendo-se pronto para resistir ao golpe.

Numa camioneta Rural da prefeitura, dirigimo-nos ao Campo das Princesas, juntamente com Aldo e Mauro Lins e Silva, onde se localiza a sede do governo do Estado. O edifício encontrava-se repleto de pessoas, com o governador conferenciando com a direção do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco, CONSINTRA, no segundo pavimento do edifício.

A confusão era generalizada, com a escassez de melhores e mais precisas informações. Especulava-se sobre a conduta do General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, de quem Pelópidas Silveira, recebera, dias antes, solene afirmação de respeito às instituições e de apoio ao Governo Federal.

Por volta das dez horas, as rádios da cidade começaram a transmitir um comunicado oficial subscrito pelo General Justino, em nome do IV Exército, e pelo Almirante Augusto Roque Dias Fernandes, do III Distrito Naval, aderindo ao golpe militar. Na véspera, o Almirante Dias Fernandes havia oferecido o seu quartel-general, no bairro portuário do Recife, a Arraes, se este quisesse resistir a qualquer tentativa de deposição.

Quem primeiro teve acesso à 2.ª Seção do IV Exército, para receber das mãos do Coronel Antônio Bandeira a notícia da adesão

dos comandados militares do Recife ao movimento golpista, foi Vladimir Maia Calheiros, editor-geral do *Jornal do Comércio,* elemento de inteira confiança dos militares envolvidos na conspiração.

Em reportagem sobre os fatos, publicada no seu jornal, edição de 31 de março de 1968, Vladimir conta que, muito cedo, no dia 1.º de abril, recebeu um telefonema do Sargento Dominogni, "velho amigo da 2.ª Seção do IV Exército", nestes termos:

— Velho, vem aqui depressa que o Coronel Bandeira tem um "furo" para você.

Estranhamente, a nota oficial de adesão ao golpe não trazia a assinatura do Brigadeiro Homero Souto de Oliveira, comandante da 2.ª Zona Aérea, sediada no Recife. Dizia-se que, às pressas, viajara à Bahia para não colocar-se ao lado dos conspiradores. Logo depois da "revolução", foi posto na reserva, o mesmo acontecendo com o Almirante Dias Fernandes, que chegou a responder a IPM sobre as propaladas propostas de transferência da sede do governo de Arraes para o seu QG.

Na realidade, desde muito tempo a área militar de Pernambuco estava minada de oficiais golpistas, quase todos comandando tropas — para não falar nos que se encontravam em Alagoas e na Paraíba.

À medida em que, no Rio e em Minas Gerais, o movimento ganhava proporções, contaminando as guarnições de Brasília e São Paulo, os comandantes do Nordeste saíam às ruas com suas tropas, em atitude de rebeldia.

O Vice-Governador Paulo Guerra já vinha de longas e estreitas relações com os chefes militares em oposição a Jango e Miguel Arraes, na preparação conspirativa. O General Justino Alves Bastos confessa, em depoimento prestado ao historiador Hélio Silva, que, no caso do impedimento à força de Arraes, "nossa escolha já se definira pelo Vice-Governador Paulo Guerra, em ligação conosco desde antes da Revolução".

Quando do lançamento do manifesto dos dois comandantes do Exército e da Marinha, do apoio ao golpe, o Tenente-Coronel João José Cavalcanti de Albuquerque fora a palácio prender o Major Hangho Trench, comandante da Polícia Militar do Estado, comissionado no posto de coronel. Arraes aconselhou Trench a acompanhar o coronel até a sede do IV Exército, desde que se invocavam ordens do General Justino para justificar a sua detenção. No QG do IV Exército, o Major Hangho Trench foi chamado de "comandante" pelo General Justino, que o mandou de volta à Polícia Militar, com a recomendação de que mantivesse a ordem na cidade.

Pelas onze horas, a praça do Campo das Princesas estava literalmente tomada de soldados do Exército, dispostos em linha, armados de fuzis, baionetas caladas e metralhadoras. Eram forças do 14.º RI, sob a chefia do Coronel João Dutra de Castilho, e do 7.º Regimento de Obuses, comandadas pelo Tenente-Coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira.

Chegando à conclusão de que não mais era possível continuar em palácio, muitos de nós saímos, em grupos de dois, ou individualmente, passando por entre soldados armados de fuzis e metralhadoras, que rastejavam pelo chão, como em tempos de guerra.

Da sede da prefeitura, avistei uma passeata de estudantes que se deslocava da Escola de Engenharia para o centro da cidade, aos gritos de "Abaixo o golpe" e "Viva Miguel Arraes". Minutos depois, ouvimos o matraquear das armas do Exército, ruídos de tiros de fuzis automáticos ressoando pelos lados da Praça da Independência, onde está situado o *Diário de Pernambuco.*

Testemunhas de vista dos fatos afirmam que os soldados se haviam negado a atirar contra os estudantes em passeata, perto da Rua Ubaldo Gomes de Matos, por trás do edifício do IAPI e da SUDENE. Um certo Major Hugo, do Exército, tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois jovens estudantes, um nas costas, outro no rosto, estraçalhando-os. Esse mesmo oficial, elemento de confiança do General Justino Alves Bastos, acompanhou o comandante do IV Exército quando de sua transferência para o III Exército, no Rio Grande do Sul, e teria sido responsável pelas torturas impostas ao Coronel Jefferson Cardim, organizador de um movimento guerrilheiro fracassado, vindo das fronteiras do Uruguai, segundo a imprensa.

Do tiroteio, resultaram mortos os estudantes Jonas de Albuquerque Barros, de dezessete anos, e Ivan Rocha Aguiar, de vinte e três, estudantes secundários. No pronto socorro, quando um militar tentou incriminar a mãe do estudante Ivan pela responsabilidade moral da morte do filho, teria ela respondido:

— Vocês é que o mataram. Tenho mais sete filhos para continuar a luta desta criança.

Ao deixar o Palácio do Governo, vi quando lá chegaram, empertigados em seus uniformes de combate, os coronéis João Dutra de Castilho, Rui Vidal de Araújo e Ivan Rui, além do Almirante Dias Fernandes, do III Distrito Naval. Arraes e Pelópidas trancaram-se com eles numa sala, à qual deu entrada depois, a convite do governador, o economista Celso Furtado, superintendente da SUDENE.

Conta Pelópidas Silveira que, na véspera do golpe, recebera, pelas onze horas da noite, um telefonema de que estaria havendo uma revolta em guarnições do sul contra o Governo Federal. Indo a palácio, Pelópidas não obteve nenhuma confirmação dos acontecimentos, embora se soubesse de notícias desencontradas a respeito

de um possível levante das tropas do Exército em Minas Gerais, que estariam descendo para o Estado da Guanabara, sob o comando do General Mourão Filho.

As ligações telefônicas com Rio e Brasília eram difíceis, no momento. O próprio Arraes ignorava o sentido dos fatos, quanto à sua importância e repercussão.

Por volta de uma hora e meia da madrugada, Pelópidas Silveira resolveu telefonar para o General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, em sua residência, perguntando-lhe o que estaria havendo, ao mesmo tempo que se desculpava por incomodá-lo àquela hora da noite.

A resposta do General Justino foi de tranqüilidade, textualmente:

— Dr. Pelópidas, realmente rebentou uma revolução em Minas Gerais, mas eu estou firme ao lado do Presidente João Goulart, pela manutenção da legalidade.

Nesse momento, Pelópidas solicitou do comandante do IV Exército falasse com o Coronel Hangho Trench, que a tudo assistia. Ao comandante da Polícia Militar do governo de Arraes, o General Justino repetiu as informações dadas ao prefeito do Recife, reafirmando sua solidariedade ao Governo Federal e à legalidade.

Fechados no gabinete do governador, o diálogo dos coronéis e do Almirante Dias Fernandes com Miguel Arraes foi testemunhado por Pelópidas Silveira e Celso Furtado.

Em nome dos militares, falou o Almirante Dias Fernandes, para comunicar ao governador de Pernambuco que as Forças Armadas, unidas, haviam deliberado desfechar uma *revolução* contra o Governo Federal, para pôr fim à "baderna reinante no país". E que, com essas forças, estava solidário o III Distrito Naval, por ele, Dias Fernandes, comandado.

Em seguida às poucas palavras de explicação do golpe em marcha, o almirante deixou claro que era intenção das Forças Armadas respeitar as prerrogativas de Arraes, como governador do Estado, sugerindo-lhe que viajasse ao Rio imediatamente para parlamentar com João Goulart, a essa altura ainda presidente da República. Enquanto isso — acrescentou o almirante — "a Polícia Militar ficaria sob o controle do IV Exército".

A tudo Arraes ouviu calado, com uma postura digna, sem interromper, em nenhum instante, a exposição do comandante do III Distrito Naval.

Quando, porém, chegou sua vez de falar, fê-lo pausadamente, como quem ditasse uma proclamação, ciente do momento histórico que estava vivendo:

— Senhor almirante. Talvez neste momento eu já seja um prisioneiro do IV Exército. Talvez eu já atravesse a porta deste gabi-

nete preso. Mas nunca os senhores conseguirão que o atual governador de Pernambuco saia desta sala desmoralizado. Eu tenho um mandato que me foi conferido não pelos senhores, mas pelo povo, e que termina numa data certa. Os senhores não me podem tomar essa representação que o povo me conferiu. Poderão, no entanto, impedir-me de exercê-lo, pela força.

E acrescentou, solene, com o sobrecenho carregado de emoção:

— Enquanto eu for governador de Pernambuco, não aceitarei a menor limitação às minhas prerrogativas constitucionais.

Nesse momento, o ambiente era de respeitoso silêncio, todos atentos às palavras do governador, naqueles derradeiros minutos do seu mandato.

E então Miguel Arraes arrematou, a voz segura, sem inflexões:

— Além disso, eu tenho nove filhos, que precisarão saber no futuro como foi que o pai se comportou nesta hora.

À sua vez, Pelópidas Silveira, quando lhe deram ensejo de falar, reafirmou as posições de Arraes:

— Eu acho que o governador de Pernambuco está coberto de razão, não podendo aceitar a menor limitação de sua competência. Contudo, estamos diante de uma situação de fato. E essa situação de fato é que, pelo menos aqui em Pernambuco, os senhores são os vencedores e nós os vencidos. E, até hoje, os vencidos nunca tiveram meios de ditar condições aos vencedores. Apenas sugiro que, para evitar derramamento de sangue, em conseqüência do que já está consumado, se estabeleça um *modus vivendi* entre o governo do Estado e as Forças Armadas: que não se hostilizem, até que a situação se defina no âmbito federal.

Falando de novo pelos militares, o almirante declarou que aceitava a proposta de Pelópidas, com a ressalva, porém, de que a submeteria ao General Justino Alves Bastos, que a decidiria em última instância.

Era quase meio-dia.

Depois de expor, a pedido de Arraes, toda a situação aos secretários do Governo, Pelópidas rumou à prefeitura, ficando o governador do Estado em palácio, com alguns membros de sua família.

Às duas horas da tarde, voltaram a palácio os coronéis Dutra de Castilho e Ivan Rui, para comunicar que João Goulart não era mais presidente da República, tendo sido deposto pelas Forças Armadas. E — adiantavam os militares — dentro dessa decisão se incluía o afastamento do governador de Pernambuco do seu cargo.

Já pelas quatro da tarde, foi Arraes preso e conduzido para o 14.º Regimento de Infantaria, de onde o removeram, logo em seguida, para a ilha de Fernando de Noronha.

A deposição de Pelópidas ocorreu no dia 2 de abril, depois do almoço. Dois majores, Acióli e Lobo, incumbiram-se de levá-lo, preso, ao QG do IV Exército. Usando o automóvel do seu irmão Pelágio, Pelópidas Silveira e os dois majores chegaram ao QG minutos após, enquanto o edifício da prefeitura era cercado por tropas embaladas. Ao invés do General Justino, quem o recebeu foi o General Isaac Nahon, do Estado-Maior do IV Exército. O General Justino constrangeu-se talvez em ser o carcereiro de um homem que, dias antes, almoçara em sua casa, convidado que fora, Pelópidas e sua esposa Marilu, num cartão com o timbre do Exército, com estes dizeres:

"Ilustre e digno amigo Dr. Pelópidas. Eu, minha senhora e minha filha ficaremos muito honrados se o senhor nos der a satisfação de vir com sua esposa almoçar em nossa casa".

Com a prisão de Miguel Arraes e Pelópidas Silveira, trataram os golpistas de encontrar uma fórmula "jurídica" para justificar seu ato de força.

"Primeiro no IV Exército e depois na residência do advogado José Neves Filho, políticos, juristas e outras pessoas reuniram-se para formular a solução que afastaria o Sr. Arraes", escreveu o jornalista Vladimir Maia Calheiros, em reportagem no *Diário de Pernambuco,* edição de 3 de abril de 1978, rememorando os fatos. "Em meio a sanduíches e refrigerantes trazidos para compensar a ausência do almoço, quando as propostas eram as mais numerosas possíveis, o Sr. José Neves alterou a voz e disse:

"— Nós não estamos aqui discutindo o sexo dos anjos. Existe uma situação de fato. Para que tantos rodeios?"

Os "rodeios" — diz-me hoje o próprio José Neves — eram as fórmulas jurídicas, rebuscadas, sugeridas pelo Professor Lourival Vilanova, da Faculdade de Direito do Recife, e pelo Professor Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público do Estado.

Estavam presentes às discussões, além de José Neves, o ex-Governador Cid Sampaio e alguns jornalistas.

Foi quando o advogado, de uma penada, solucionou a questão com o seguinte esboço de projeto a ser votado pela Assembléia Legislativa, depois de alguns "consideranda":

"Art. 1.º — Fica impedido o Governador Miguel Arraes.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário".

O projeto foi aprovado por quarenta e cinco votos contra dezessete. Os deputados Sílvio Pessoa e Airon Rios, da bancada de oposição a Arraes, tiveram coragem de enfrentar a "gorilada", negando apoio à aprovação da medida, por considerá-la inconstitucional.

No âmbito da Câmara Municipal, num plenário composto de vinte e um vereadores, o impedimento de Pelópidas, requerido pelo Vereador Luiz Gonzaga de Vasconcelos, foi aprovado por vinte votos contra um, do Vereador Jarbas de Holanda, depois preso e processado. Na véspera do golpe, dos vinte e cinco vereadores com assento na Câmara, a bancada de Pelópidas compunha-se de vinte.

Ao proclamar o resultado da votação, o presidente Liberato Costa Júnior teve receio de que pudesse acontecer algo ao seu colega Jarbas de Holanda e tergiversou, anunciando os sufrágios:

— Vinte votos pelo impedimento e um em branco.

Ao que o Vereador Jarbas de Holanda, levantando-se de sua bancada, retificou, em altas vozes, corajosamente:

— Em branco, não, senhor presidente. O voto é meu e é "não" ao impedimento!

A Pelágio Silveira, o Vereador Clóvis Correia, da bancada que apoiava o governo municipal, mandara dizer ao prefeito, às primeiras notícias do golpe:

— Avise a Pelópidas que a Câmara Municipal é um bloco monolítico em torno dele.

No quartel do 7.º Regimento de Obuses, à noite, quando, preso, assistia a um programa de televisão, na sala dos oficiais, sobre a posse do seu substituto na prefeitura, Pelópidas Silveira fez a seguinte observação para um militar:

— Veja, coronel. Essa mesma Câmara que votou o meu impedimento, hoje, por vinte a um, era quase toda composta de governistas, de vereadores que viviam no meu gabinete pedindo favores.

Ao que o coronel sublinhou:

— Como é a natureza humana, hein, Dr. Pelópidas!

— A natureza humana sob baionetas, hein, coronel! — completou Pelópidas.

Uma semana depois, por proposta do Vereador Clóvis Correia e aprovada por unanimidade, a Câmara Municipal do Recife conferiu ao General Justino Alves Bastos o título de "Cidadão do Recife", por ter salvo a "civilização cristã da ameaça do comunismo ateu e dissolvente". A essa atitude do deliberativo recifense seguiu-se uma enxurrada de atos semelhantes, em todos os municípios do Estado, o General Justino indo de cidade a cidade, empavonado em seus galões, para receber homenagens de "cidadão" daqui e dali, o peito se enchendo de comendas e medalhas por seu "heroísmo".

Ao deixar Pernambuco, transferido para o Rio Grande do Sul, onde foi assumir o comando do III Exército, o General Justino,

além das condecorações e dos títulos, lotou um avião de carga de outras homenagens — régios presentes ofertados pelas chamadas "classes produtoras".

De "cima do muro" das hesitações, o *bravo* e *impoluto* militar, homem símbolo da "revolução" no Nordeste, desceu ao rés-do-chão do oportunismo, entrando, não na história, mas no anedotário pernambucano.

O folhetinista José Soares, que cantara as vitórias de Arraes e as grandes iniciativas do seu governo, agora emendava a mão, justificando-se diante da nova realidade:

"Eu acompanhei a tese
Que diz a autoridade
Que o Sr. Miguel Arraes
Tinha popularidade
Mas não tinha condições
De manter a tranqüilidade.

Eu como não compreendo
Qualquer coisa de política
Não vou de encontro a tese
Também não vou fazer crítica
Escrevi satisfazendo
A minha veia sumítica...

A santa Revolução
Acabou tudo de vez
Os Pilatos poderosos
Foram parar no xadrez
Acabou-se o poderio
Da mente do camponês".

O cubículo em que me encontrava preso, na 2.ª Companhia de Guarda, do Exército, bem no centro da cidade, media aproximadamente quatro metros por três, ficava no pavimento térreo do quartel e dispunha de uma grade de ferro, em forma de porta, de uns cinqüenta centímetros de abertura. Chamavam-no simplesmente X-1, para distinguir do outro, contíguo, X-2, um pouco maior, servindo de banheiro. Era o primeiro no longo corredor que ligava o corpo da guarda à enfermaria, uma pequena sala com quatro camas, dispostas duas a duas de cada lado. A iluminação do X-1 era deficiente, o sol entrando por uma fresta de basculante, protegido de grossos canos de ferro.

Numa reentrância da cela, no ângulo esquerdo de quem entrava, havia um aparelho sanitário, sem tampa, a caixa de descarga sem

funcionar. As condições de higiene eram precaríssimas, não se tendo água para lavar as mãos, quando se fazia qualquer necessidade.

O xadrez de cimento, frio, abrigava, quando lá dei entrada, oito presos políticos, quase todos meus velhos conhecidos, como os advogados Ubiraci Barbosa e Gibraldo Moura Coelho, os deputados Assis Lemos, da Assembléia Legislativa da Paraíba, e Cícero Targino Dantas, da de Pernambuco, além do dentista Evandro Luna e uns poucos camponeses e operários, com quem travei amizade.

Era o dia 8 de abril. A partir do dia 2, quando Pelópidas Silveira foi deposto e preso, com alguns dos seus auxiliares, eu passara a dormir fora de casa, pernoitando num ou noutro lugar, valendo-me da solidariedade de amigos. Durante o dia, procurava exercer minhas atividades habituais, indo ao Palácio da Justiça tratar dos processos em andamento nos cartórios e à sede da Associação da Imprensa de Pernambuco, de que eu era primeiro secretário.

Em seguida ao golpe, logo no dia 3, reassumira o cargo de promotor público de Igarassu, distante do Recife meia hora de automóvel, entrando em gozo de férias, de imediato.

Eu não tinha a menor dúvida sobre a iminência de minha prisão. O que eu queria evitar era o cerco de minha residência, de madrugada, com os riscos comuns a diligências desse tipo, sem mandado judicial, sem ordem formalizada.

Vivia-se um clima de pavor, com cerca de duas mil pessoas recolhidas aos xadrezes das delegacias de polícia, dos comissariados, dos quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pessoas de todas as condições sociais, de camponeses a juízes de Direito, sofrendo vexames em sua liberdade, quando não maltratados fisicamente — em todo o Estado.

Os jornais do Recife davam conta da existência de cadáveres de líderes camponeses ou de trabalhadores rurais, encontrados nas matas ou nos campos de cultivo de cana, já em estado de putrefação, roídos de urubus, dizendo a imprensa que se tratava de "suicídio".

Na véspera de minha prisão, as estações de TV focaram a imagem de Gregório Bezerra, detido num quartel federal, seminu, com o corpo visivelmente marcado de torturas, jogado ao chão como um traste, entre sentinelas fortemente armadas de fuzil e baioneta. O fato comovera a população do Recife, despertando uma onda de indignação.

Jipes, "trojões" e carros de assalto cortavam a cidade por todos os lados, conduzindo "corruptos e subversivos" caçados indistintamente, uns arrancados de seu trabalho, outros retirados de sua cama, muitos fugindo à ação dos órgãos de segurança, atravessando as fronteiras do Estado, numa diáspora que somente as forças nazistas

souberam provocar melhor, na ocupação inopinada de países, durante a guerra mundial.

Ônibus da Companhia de Transportes Urbanos, CTU, retirados do tráfego normal, viajavam ao interior, trazendo de volta, aos magotes, algemados ou simplesmente amarrados com corda, trabalhadores do campo, apontados pelos usineiros e latifundiários às Forças Armadas como "comunistas" — cada qual procurando, naquelas horas, descontar velhas inimizades, quando não desavenças de caráter político. Quem tivesse sido membro de diretoria de sindicato ou de liga camponesa, constava do índex dos perseguidores.

Na zona açucareira, as diligências eram quase sempre comandadas pessoalmente por usineiros ou proprietários agrícolas, na prática assessorados por oficiais do Exército, em geral jovens tenentes ou capitães. "Vamos, tenente, vamos que não é hora de comer: é hora de trabalhar!", teria dito um usineiro a um desses jovens oficiais, que queria interromper o serviço para almoçar.

Das casas de residência, bibliotecas inteiras eram retiradas por soldados analfabetos, livros de poesia ou romances de ficção misturados com tratados ou compêndios de economia política ou filosofia. O mesmo se verificava nas livrarias da cidade, grotescos investigadores de polícia apreendendo "material subversivo", recolhendo das montras obras de autores estrangeiros, quase todas de nomes arrevezados, ou volumes de títulos suspeitos, como *Estudos sobre o cubismo,* que os "tiras" confundiam com assuntos ligados à pátria de Fidel Castro.

Das vitrines da Livraria Editora Nacional, por exemplo, levaram-se romances ingênuos — um deles denominado *A canção russa* —, deixando-se, no entanto, nas estantes livros de Lênin acerca do materialismo e empírio-criticismo; sob o disparate de que se tratava de literatura "espírita", como o disse o "chefão" a um "tira" que o interpelara sobre a natureza da obra.

Os auxiliares imediatos de Miguel Arraes e Pelópidas Silveira, inclusive os integrantes da "Frente do Recife", com poucas exceções, foram recolhidos a prisões ou passaram a ser procurados intensamente pela polícia. A *razzia* incluía ainda os presidentes de associações de bairros e de entidades de classe, de cunho popular.

Abrindo colunas, os jornais anunciavam a captura de "elementos cubanos" ou de "espiões chineses" no interior do Estado, além do apresamento de "depósitos" e "arsenais" bélicos, que jamais foram trazidos a público, nem constaram dos inúmeros IPMs instaurados depois da "revolução".

No dia 8, na hora do almoço, encontrava-me como de costume na sede da Associação de Imprensa de Pernambuco, quando um grupo de indivíduos invadiu suas instalações, dando-me voz de prisão. À frente do grupo, um sujeito alto e forte, de cor amorenada, que depois eu soube tratar-se do "pelego" Reginaldo Medeiros, nomeado pela "revolução" para interventor do Sindicato dos Comerciários do Recife e, hoje, juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Levado numa Rural à 2.ª Seção da 7.ª Região Militar, no QG do IV Exército, fui apresentado ao Coronel Antônio Bandeira, que determinou o meu recolhimento à Companhia de Guarda, "de ordem do General Justino Alves Bastos".

Lá chegando, no corpo da guarda, tive meu nome escrito numa folha de papel pautado, com minha qualificação: data do nascimento, filiação, naturalidade, profissão, estado civil, etc. Em seguida, fizeram-me entregar os objetos de uso pessoal, deixando em meu poder um recibo de quanto haviam encontrado em minha carteira de dinheiro. Até o cinturão e a gravata tive de deixar sob custódia.

O xadrez não dispunha de nenhum móvel, os presos tendo de dormir sobre uma rala manta de algodão, de cor verde, fazendo dos sapatos travesseiro. O regime carcerário era de incomunicabilidade com o exterior, na primeira semana. Ficamos durante dias sem saber o que ocorria no país. Essa expectativa nos levava às mais abstratas elucubrações, espicaçando-nos a ânsia de colher, das breves conversas com soldados, cabos, sargentos ou oficiais, uma frase que fosse, uma palavra isolada, através das quais pudéssemos construir todo um encadeamento de fatos, como o paleontologista que, de posse de um fêmur ou de uma calota craniana, recompõe a estrutura de um fóssil de espécimen desaparecida nas noites do tempo.

Ao cabo desses esforços, quedávamo-nos cansados, a cabeça pegando fogo, aturdidos ao léu da imaginação. Disso para os atritos pessoais, o estado de indisposição recíproco, era um passo, os nervos à flor da pele.

Nos hábitos da vida carcerária, em se tratando de prisão política, propus que se organizasse um *coletivo* para disciplinar, quando menos diversionar, as horas de reclusão, o que foi aceito unanimemente, com a ressalva de que não se devia tratar de problemas partidários, desde que do xadrez participava um companheiro que se dizia apolítico — sócio de uma firma de material elétrico e de comunicações a distância, ganhadora de uma concorrência pública para a instalação de uma rede radiotelegráfica que cobriria o território do Estado, ligando cada cidade à Secretaria da Fazenda e à Segurança Pública, mas que o Coronel Hélio Ibiapina de Lima teimava em dizer que se tratava de uma "poderosa estação transmissora e receptora para Arraes falar com Fidel Castro".

Como houvesse dois deputados na cela, esse mesmo Coronel Ibiapina, que dava expediente completo no quartel da Companhia de Guarda, chamava, por deboche, o X-1 de "Assembléia Legisla-

tiva". Uma vez ou outra, aproximava-se das grades e, desdenhosamente, gritava para Assis Lemos e Cícero Targino:

— Vamos, deputados! Façam um discurso contra os "gorilas" e o imperialismo americano!

Sua insistência em pilheriar com os presos era constante. Assis Lemos, valente defensor dos camponeses da Paraíba, era o alvo preferido desses remoques.

Poucos meses antes do golpe de 1.º de abril, Assis Lemos fora vítima de brutal espancamento por parte dos capangas dos latifundiários paraibanos. O Coronel Ibiapina, que conhecia o incidente, punha-se a fazer guerra de nervos com o deputado, ameaçando-o de transferência para João Pessoa:

— Vá-se preparando para viajar, Assis Lemos. Os Velosos Borges querem conversar com você.

Quando do espancamento do deputado, a família Veloso Borges havia sido apontada como mandante. A ameaça, pois, de entregá-lo aos conhecidos latifundiários da Paraíba sobressaltava-o.

Fazendo crer que tudo não passava de provocações do Coronel Ibiapina, eu acalmava Assis Lemos, sustentando a opinião de que dificilmente ele seria entregue a seus algozes. O fato de encontrar-se preso num quartel do Exército, respondendo a Inquérito Policial-Militar, impediria a consumação das ameaças do nosso carcereiro.

Enganara-me, em parte. Dias depois, Assis Lemos foi retirado do X-1 e levado para João Pessoa, onde passou duas semanas. Na volta para a Companhia de Guarda, contou-nos que, durante a viagem a Paraíba, fora torturado na estrada, no meio do mato, em presença do próprio Ibiapina. Puseram-no no "pau-de-arara" e, entre outros maus-tratos, enfiaram-lhe no ânus uma mecha de jornal, em forma de canudo, ateando-lhe fogo em seguida. Com voz tranqüila, pausada e mansa, Assis Lemos referia-se ao covarde episódio, como se relatasse fatos passados com outrem. E conformado porque não lhe acontecera o pior, recordava-me:

— Bem que você dizia que eu não seria entregue aos Veloso Borges.

A limpeza e a higiene do X-1 era feita por nós, voluntariamente, fixado o critério de rodízio, cada qual se esmerando em executar pelo melhor as tarefas do *coletivo*.

Por esse tempo, chegou preso o comerciante Alfredo Ferreira Filho, que passara a noite anterior na "solitária" da Companhia de Guarda, uma cela pequeníssima, de quatro palmos de largura por oito de comprimento, do tamanho exato de um colchão de solteiro, com as paredes propositalmente revestidas de cimento áspero, pontiagudo, sem iluminação natural, a ponto de escurecer completamente à tarde, não se podendo enxergar nem o fundo do cubículo.

A despeito da provação, Alfredo vinha bem humorado, contribuindo para manter alto o moral do X-1.

O maior problema da prisão, naquelas condições, era o mau cheiro do sanitário, sem água corrente, entrando-nos pelo nariz dia e noite. No fim do expediente do quartel, conseguíamos às vezes uns baldes dágua para fazer escoar os detritos acumulados.

À noite, dada a exigüidade de espaço, revezávamo-nos ao dormir no chão, cada um, à sua vez, deitando-se com a cabeça próxima à latrina.

Como não havia banheiro no X-1, fazíamos fila indiana, depois do jantar, para tomar banho no X-2, com a advertência de que não deveríamos conversar com os presos políticos que ali se encontravam.

Entre os companheiros de cárcere, havia um camponês residente num engenho do município de Água Preta, terra de usina, gordo e lerdo. Chamava-se Antônio e devia pesar uns cem quilos. Fora trazido para o Recife, preso, por mera perseguição do administrador do "barracão" da usina. Nas vésperas do golpe, um bode, de propriedade do barraqueiro, havia sido atropelado na "rodagem". Encontrando-o aos pedaços na estrada, Antônio levou-o para casa, dele fazendo repasto para si e sua família. Ao saber do ocorrido, o barraqueiro exigiu de Antônio indenização pela carne consumida. Como não obtivesse êxito nesses reclamos, denunciara o camponês como "comunista" às tropas do Exército que andavam pelos engenhos à procura de "subversivos". O papel desempenhado pelos barraqueiros, em geral capangas do usineiro ou do senhor de engenho, durante os primeiros dias do golpe militar, foi execrável, como "dedos-duros" de pobres lavradores, cujo crime era o de ser filiado à liga ou ao sindicato.

Ainda hoje, com carteiras de agentes do SNI ou da 2.ª Seção do Exército, esses administradores de "barracão" exercem a função de alcagüetes na zona rural.

Metido no xadrez, entre gente desconhecida, Antônio viu-se acometido de crise nervosa, a princípio chorando pelo canto das paredes, depois tornando-se agressivo. Em tom de pilhéria, eu lhe dizia:

— Você, que não pagou o bode, agora está "pagando o pato", Antônio. — E procurava confortá-lo, admitindo sua breve libertação.

Quando o estado de saúde do camponês se tornou mais sério, houve ordens no sentido de que se preparasse para voltar ao interior. Tratamos imediatamente de mandar buscar algum dinheiro no depósito do corpo de guarda, entregando-o a Antônio para custear as despesas de transporte e os imprevistos da viagem. De todos nós, o único que se negou a contribuir para a ajuda ao camponês foi o

comerciante Ivan, sócio da empresa de telecomunicações, sob a desculpa de que, não sendo político, qualquer atitude sua dessa ordem poder-lhe-ia prejudicar a libertação.

Antes de deixar o quartel, Antônio foi levado à presença de Ibiapina. Quando o coronel soube que o camponês já dispunha de recursos para regressar a Água Preta, explodiu, colérico:

— Isso é obra do Partido Comunista, que está de novo se organizando aqui dentro do quartel!

E desceu com Antônio para averiguar quem, no X-1, se encarregara de coletar dinheiro para a viagem.

Diante do militar, o camponês foi energicamente solicitado a apontar o "chefe" do movimento de solidariedade à sua pessoa, todos nós de pé, tensos, aguardando a *veredictum* de Antônio. Intimamente, eu admitia que havia chegado a minha hora. A ira de Ibiapina era visível. Foi quando o pobre comedor do bode do barraqueiro, nervoso, estirou o braço para um de nós, apontando um dedo trêmulo e inexorável:

— O "chefe" dos comunistas é aquele ali!

Ibiapina acompanhou a direção do gesto acusador: era Ivan, o único que negara auxílio ao gordo camponês.

O quartel dispunha de três "solitárias", uma das quais, por ter grades para o lado da Rua Visconde de Suassuna, fora transformada em depósito de alimentos. Dentro dos rigores carcerários do Coronel Ibiapina, não se podia compreender uma "solitária" arejada, com abertura para o exterior. Por isso, funcionavam somente as duas outras, úmidas, escuras — reservadas, ao que se dizia no quartel, a soldados, em tempos normais. Nunca me passara pela mente que o Exército brasileiro usasse tais calabouços em suas unidades — para humildes milicianos.

Dos quase trinta presos políticos, os mais assíduos às "solitárias" eram Ubiraci Barbosa, advogado, e Cícero Targino, deputado.

No feriado de 1.º de maio, tivemos o primeiro banho de sol nesse período de prisão, por sinal um dia chuvoso de inverno. Mesmo assim, optamos pela saída para o pátio do quartel: uma quadra de voleibol cimentada. Embora chovesse, o fato de estarmos ao ar livre representava algo de confortador, quase uma libertação pela metade.

De uma janela do primeiro andar, o Coronel Ibiapina, sádico, nos olhava demoradamente, um a um — como num espetáculo de circo romano.

No bate-bola que se improvisou no momento, sofri uma luxação no polegar da mão direita. Em poucos minutos, a mão inchou, um enorme edema tomando-me todos os dedos. Como o enfermeiro da companhia se confessasse incapaz de atender-me, alegando

que o caso parecia ser um pouco grave, fui levado de jipe ao Hospital de Pronto Socorro, uma escolta de um sargento e dois soldados me acompanhando, armados de metralhadoras portáteis.

Eu trabalhara anos atrás no Pronto Socorro, conhecendo muitos médicos e enfermeiros. Minha presença, a mão edemaciada, a barba por fazer, os cabelos revoltos, a roupa amarrotada, infundia um quadro de pavor e apreensões. A impressão geral era a de que eu havia sido torturado pelo Exército — a cidade toda tomando ciência de violências, diariamente.

Ao sair da Companhia de Guarda, recebera ordens de não me comunicar com ninguém no hospital, para não quebrar a incomunicabilidade. Antes, porém, o espanto dos presentes, fiz ver ao sargento comandante da escolta que seria melhor eu explicar a causa que me levara ao Pronto Socorro para evitar explorações. E então falei aos médicos dizendo-lhes que se tratava de mero acidente. "Mesmo porque se fosse obra de tortura, eu aproveitaria o momento para denunciá-la de público."

No dia 5 de maio, o braço direito imobilizado por ataduras de gase, fui chamado à presença do oficial-de-dia, no Corpo da Guarda, para receber a notícia de que, naquela hora, eu iria ser transferido para a "solitária". A ordem era proceder a rodízio entre os presos — o que achei "democrático", desde que aliviaríamos os companheiros Cícero Targino e Ubiraci Barbosa.

E, com ataduras e tudo, fui metido no pequeno calabouço do quartel, Ubiraci, dado o meu estado de saúde, oferecendo-se ao oficial-de-dia para ir em meu lugar, fraternalmente.

Havia entre nós um tipo curioso e divertido: o fotógrafo Ferreira, do Sindicato Rural de Palmares, cujo "nefando" delito de subversão era o de preparar os retratos dos associados da entidade para a carteira social. Sempre alegre, costumava acompanhar suas risadas de repetidas batidas de mão nas paredes do X-1, ritmicamente. Quando ele soube que usávamos chamar a "solitária" de cela, observou que cela, no interior, era o nome do arreio acolchoado que se colocava nos cavalos para montaria — confundindo cela com sela. Se a "solitária" era tão má quanto se pintava — dizia, irônico — então não é cela: era "ginete", outra espécie de assento que os sertanejos do Nordeste usam para cavalgar seus animais — uma forquilha de madeira, dura e desconfortável.

A partir daí, incorporamos o neologismo ao nosso vocabulário, os próprios oficiais da companhia nos imitando, por gracejo:

— Hoje é dia de Ubiraci ir para o "ginete"!

Pois estava eu agora no "ginete", com braço na tipóia, de cueca, com um caneco de lata para beber água e outro para depositar

urina, ambos do lado de fora da grade de entrada, que media aproximadamente três palmos. A tarefa mais difícil para mim, naquelas condições, era urinar, usando somente um braço para segurar o pênis e para levantar a lata, ao mesmo tempo, por entre os ferros da grade. Um verdadeiro trabalho de acrobacia.

Ubiraci Barbosa, velho freqüentador do "ginete", ensinara-nos a coexistir com os incômodos da "solitária", sobretudo com os ratos que, à noite, passavam em direção à despensa do quartel. Descobrira que, colocando-se dois biscoitos tipo Maria na entrada da cela, os roedores levariam a noite toda sem nos incomodar, enquanto se entregavam à faina de consumi-los. Outro recurso de coexistência com o "ginete" era fumar soprando a fumaça para fora das grades, a fim de evitar a contaminação do ambiente.

Dentro do programa do Coronel Ibiapina, cada um de nós tinha, necessariamente, de passar quarenta e oito horas na "solitária", alternadamente. Já no fim do meu prazo de isolamento, o oficial-de-dia me avisou que eu seria substituído por Ivan. Fiz ver-lhe que o companheiro de prisão nos assegurara que se fosse ali encarcerado se enforcaria. Seu estado realmente provocava apreensões no xadrez: insone, andando de um canto para outro, no pequeno espaço do X-1, batendo com as duas mãos espalmadas na parede de cada lado num repetir de gestos que nos punha, a todos, excitados.

E fui peremptório, pedindo vênia ao oficial:

— Se Ivan vier para aqui e se suicidar, eu tornarei públicas estas advertências, responsabilizando o comandante da companhia.

Mais tarde, fui informado de que Ivan não iria para o "ginete". Mas que eu ficaria em seu lugar, multiplicando as minhas quarenta e oito horas por dois.

Numa madrugada, quando o Tenente Mousinho fez ranger a lingüeta da fechadura das grades, pus-me de pé: mais duas pessoas vinham "povoar" o nosso xadrez, dois camponeses de aparência humilde. Não era trabalho muito fácil acomodá-los no X-1, já ocupado em todos os espaços disponíveis. O Tenente Mousinho, vendo o meu embaraço em procurar um lugar em que os dois novos presos pudessem dormir, observou, mordaz:

— Dá um jeitinho, que cabe.

Ao que respondi, meio zangado:

— Pode caber "politicamente", mas fisicamente não cabe.

No outro dia, pela manhã, na hora da revista, quando o Tenente Lima nos deu ciência de que iríamos passar para o X-2, deslocando-se o pessoal daquela cela, em menor número, para a nossa, o Tenente Mousinho, atrás dele, piscou o olho para mim, dando a entender que a solução teria partido de gestões suas.

Nesse dia, o ex-prefeito de Palmares e suplente de deputado federal Luiz Portela de Carvalho havia sido trancafiado no "ginete". Portela vinha dos tempos do "Petróleo é Nosso" e das lutas de emancipação nacional. De religião, era protestante. Pertencia aos quadros do PSD.

Quebrada a incomunicabilidade, estávamos recebendo jornais e revistas, trazidos pelos familiares. Num desses jornais saíra a notícia da suspensão dos direitos políticos de Portela.

Embrulhando-as na parte do jornal em que a notícia vinha publicada, pedi a um sargento que levasse até a "solitária" umas frutas para o antigo prefeito de Palmares. E foi assim que ele tomou conhecimento do ato do governo a seu respeito.

Outro preso a chegar por esses dias foi o líder camponês do Engenho Galiléia, conhecido por Zezé da Galiléia, de grande renome nos movimentos das ligas de Francisco Julião. O estado de Zezé da Galiléia era dos piores, acabrunhado, chorando de vez em quando. Conversamos longamente com ele, chamando-lhe a atenção para a necessidade de um bom comportamento político na prisão. Sua fama de líder assim o exigia. Por fim, Zezé, com a nossa ajuda, adaptou-se ao clima do X-2, suportando calado as indiretas de Ibiapina, já aí sem chorar.

No dia 8 de maio, fui levado numa Rural à Secretaria de Segurança Pública para ser formalmente interrogado. Lá cheguei por volta das duas horas da tarde e somente fui ouvido às duas da madrugada. O prédio da secretaria estava apinhado de gente. É que, nesse dia, o delegado de Ordem Política e Social, Álvaro da Costa Lima, havia intimado todos os filiados da Associação Brasil-URSS, seção de Pernambuco, a comparecer à polícia, na mesma hora, sob pena de prisão. A associação, naquele festival de imbecilidade, fora tida como célula do Partido Comunista.

Posto no gabinete do delegado do DOPS, incomunicável, pedi para ir ao sanitário. Dois investigadores acompanharam-me. No meio do caminho, um deles perguntou-me se eu havia sido espancado no Exército — vendo meu braço direito enrolado de gase, na tipóia. Neguei, mas pedi que os dois "tiras" deixassem correr a impressão de que eu fora torturado — evitando novos possíveis maus-tratos na Secretaria de Segurança Pública.

O encarregado de ouvir-me foi o dentista Armando Samico, tido como *expert* em matéria de interrogatórios e elemento de absoluta confiança dos golpistas do IV Exército. Como escrivão, funcionou o comissário Edésio Holanda. Na mesa de interrogatório, via-se um grosso volume de papéis referentes à minha pessoa, incluindo recortes de jornais e discursos pronunciados na Assem-

bléia Legislativa, fornecidos em papel timbrado pelo Poder Legislativo.

Confirmei, em resumo, minhas posições ideológicas, reiterando a condição de marxista, à qual o interrogador acrescentou "leninista", com minha aquiescência. Fiz a defesa do governo de Arraes, isentando-o da pecha de "subversivo".

Ao voltar quase pela manhã à Companhia de Guarda, deparei-me com o engenheiro Marco Botler, que havia chegado preso naquela noite. Como os demais companheiros, Marcos portou-se com dignidade. E como estava vindo de um curso de higiene do trabalho, foi encarregado de fazer a limpeza da latrina...

Soube, então, que estavam no "ginete" Assis Lemos e Agassiz de Almeida, também deputado pela Paraíba. Era realmente absurdo colocarem-se duas pessoas ao mesmo tempo numa "solitária" de quatro palmos por oito de comprimento. Mas ordens do Coronel Ibiapina não se discutiam.

Um velho militante comunista de uma cidade do interior de Pernambuco, nosso companheiro de prisão, foi chamado ao primeiro andar da companhia para ser interrogado. Ao regressar, vinha com a sua libertação decidida. Como eu o conhecia de longa data, sabendo-o dirigente do PC em sua cidade, concluí que estaria havendo alguma abertura do Sistema, com possíveis solturas de outros elementos. A história, contudo, era bem diferente. Não ocorria abertura nenhuma. Perguntado por sua profissão, o dirigente comunista declarou ao Coronel Ibiapina que era fogueteiro, sendo constantemente preso pela polícia desde quando, por encomenda, fabricara umas girândolas para comemorar, num dia 3 de janeiro, o aniversário de um tal de "Seu" Luiz. A partir daí, o delegado de polícia da cidade o mandava prender sempre, injustificadamente. Não era político, era somente fogueteiro. E tanto fabricava bombas e foguetões para comemorar o aniversário de "Seu" Luiz, como o faria para qualquer outro.

O Coronel Ibiapina sabia que o tal de "Seu" Luiz, que aniversariava no dia 3 de janeiro, era, nada mais nada menos, do que Luiz Carlos Prestes. Mas deixou-se envolver pelas lábias do fogueteiro. E mandou soltá-lo. Eu, porém, que o conhecia velho militante do PC, indaguei-lhe sobre se o coronel o inquirira a respeito de assuntos políticos. O "comuna" olhou para um lado, olhou para o outro, e verificando que nenhum dos presos o observava, segredou-me, a meia voz:

— Companheiro Paulo, não está vendo que eu não ia gastar minha dialética com esses "gorilas"!

E saiu do X-2, com uma saudação larga e calorosa aos seus colegas de tantos dias de infortúnio, ganhando as ruas.

Cícero Targino criou embaraços ao quartel, quando houve ordens de sermos visitados por familiares. Duas ou três mulheres se apresentaram no Corpo da Guarda, dizendo-se "esposa" do deputado portuário. Ele mesmo ria a valer com a situação, beneficiando-se do *embroglio* pela variedade de comidas e presentes que recebia de cada uma. As toalhas de banho de Cícero eram coloridas e alegres, dizendo-lhe eu que pareciam bandeiras de clube carnavalesco — o estandarte oficial do Cachorro do Homem do Miúdo, cordão momesco muito popular no Recife.

Quando, um dia, nós chamávamos a atenção de Cícero para o fato de estarmos sendo substituídos, em nossos postos, lá fora, pelo que havia de pior na sociedade — corruptos, malbaratadores de dinheiro público, fascistas, etc. —, o deputado presidente do Sindicato dos Portuários do Recife saiu-se com esta, sabiamente, dissipando as nossas críticas:

— Tá ótimo! Ai de nós se esta merda endireita com a gente na prisão.

Houve um momento em que, preso, o vereador do Recife Jarbas de Holanda, líder do governo de Pelópidas, esteve na Companhia de Guarda, no primeiro pavimento do quartel. De uma Câmara Municipal composta de vinte e um membros, Jarbas era, sem dúvida, um dos melhores representantes do povo, por sua bravura, inteligência e dignidade. Contou-nos um oficial da 2.ª Companhia que ouvira do Coronel Ibiapina, numa conversa sobre a situação moral da Câmara de Vereadores, o seguinte e expressivo depoimento:

— Na minha opinião, o vereador mais honesto da Câmara Municipal do Recife é esse comunista safado que está preso aí junto!

No dia 10 de maio, o Major Jovino, espécie de sombra do Coronel Ibiapina, acompanhando-o servilmente a todos os lugares, chegou-se à porta do xadrez e disse para eu ouvir:

— Paulo Cavalvanti vai ser solto hoje. — E repetiu a frase duas ou três vezes.

À tarde, eu e Alfredo Ferreira Filho saímos da Companhia de Guarda — mas para outra prisão: no 14.º Regimento de Infantaria, na Vila Militar Floriano Peixoto, em Jaboatão, onde, em 1935, ocorrera a revolta "aliancista". Fomos colocados num caminhão de transporte de tropas — num banco duplo, em sentido longitudinal — de mistura com soldados do Exército, embalados.

De quartel em quartel, assistindo à troca de prisioneiros de uma unidade para outra, chegamos quase à noite ao 14.º RI. Como já era fim de expediente, fomos trancafiados num xadrez do Corpo da Guarda, onde pela manhã do dia seguinte recebemos a visita do Tenente-Coronel Hélio Vidal de Araújo, comandante do regimento. De rebenque à mão, o Coronel Vidal nos cumprimentou, pedindo-nos

desculpas pelo fato de havermos passado a noite, segundo ele, em lugar impróprio, desde que tínhamos direito à prisão especial, eu por ser advogado, Alfredo por ser oficial de reserva do CPOR, também formado em direito.

No 14.º RI demorei-me longo tempo, de maio a novembro de 1964.

A princípio ficamos, os dois, no cassino dos cabos e soldados, que estava sem funcionar: um amplo salão servido de mesas de pingue-pongue, tabuleiros de dama e xadrez, televisão, com duas camas de solteiro razoáveis. A alimentação era a mesma dos oficiais da unidade. Quase toda manhã, ao início do expediente, o Comandante Vidal vinha nos visitar, tomando conhecimento de nossas reivindicações, quase sempre atendidas por ele. Tratava-se de um oficial educado, sem compromisso ideológico com o regime instaurado. Dizia-se que havia votado em Arraes para governador de Pernambuco. Era espírita convicto.

No pavilhão principal do 14.º RI, estavam presos três oficiais do Exército: o Major Hangho Trench, comandante da Polícia Militar no governo de Arraes, o Coronel Eugênio Melo, da guarnição do próprio 14.º RI, e o Capitão Mauro Mota de Oliveira, detido por questões de disciplina.

Passados alguns meses, fomos transferidos para o mesmo pavilhão onde se encontravam aqueles militares, eu e Alfredo num quarto, Trench e Eugênio noutro, enquanto o Capitão Mauro era levado para o quartel do Estabelecimento de Material de Intendência.

Em julho, a mãe de Alfredo faleceu, tendo tido ele permissão para comparecer ao sepultamento. Em agosto, foi libertado. Pela mesma época, o Coronel Eugênio foi solto. Ficamos eu e o Major Hangho Trench sozinhos, num quarto. Pouco depois, foi transferido da ilha de Fernando de Noronha para o 14.º RI o prefeito deposto na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, Djalma Maranhão, um tipo excelente, folgazão, que suportava a vida carcerária com uma saudável disposição de espírito. "Eu tenho corda para agüentar vinte anos essa 'joça'", costumava dizer. E tinha mesmo. Gostava de anedotas e passava o tempo a contar alegremente seu bom relacionamento com o povo do Rio Grande do Norte, relembrando as festas populares, o "reisado", o bambelô, o coco e as emboladas.

Quando tive oportunidade de rever Djalma Maranhão, nó exílio, em fevereiro de 1968, no Uruguai frio e diferente das coisas de sua terra, pressenti que ele não resistiria ao distanciamento da pátria. O calor humano do povo brasileiro lhe fazia falta. Morreu dormindo, sozinho no apartamento, os braços cruzados sob a cabeça, olhando para o teto do quarto — como quem olhasse um painel de reminiscências, a saudade funda destroçando-lhe o coração.

O longo convívio com o Major Hangho Trench quebrou em mim certos preconceitos contra os militares em geral. Estava diante de um homem culto, de larga visão das coisas do mundo, sem bitolas ou freios mentais, aberto à especulação e ao debate. Por ter-se mantido fiel ao regime constitucional a que servia, foi demitido do Exército, depois de vinte e oito anos de serviço, num processo sumaríssimo, em que não teve direito a defesa.

Os meses passados em sua companhia foram-me bastante úteis. Curtimos juntos uma longa provação da liberdade, sem perder a perspectiva do futuro.

Infeliz de uma corporação que se priva do concurso de elementos tão honrados e capazes, como o Major Trench, por mera perseguição política.

A notícia do golpe militar surpreendeu Gregório Bezerra em Palmares. Seus contatos com elementos dirigentes e a massa do Sindicato Rural eram constantes. Já no dia 30 de março, Gregório testemunhara a presença de tropas do exército na divisa fronteiriça entre Pernambuco e Alagoas. Compreendendo que havia uma conspiração em marcha contra o governo, Gregório pôs-se em campo, percorrendo várias localidades e advertindo os trabalhadores rurais para a iminência de lutas. De início, procurou a direção do sindicato, que viajara para o Recife. Foi a Água Preta, de lá voltando a Palmares. Sempre de jipe, passou por Xexéu, Joaquim Nabuco, Mameleira, Maraial, Ribeirão e Catende — o povo pedindo-lhe armas para resistir.

No dia 1.º de abril, ansioso por notícias mais completas, resolveu Gregório Bezerra rumar ao Recife. Às sete da manhã esteve na redação da *Folha do Povo* para falar com a direção do PC. Não encontrou ninguém. Seguiu Gregório então para o Sindicato dos Bancários, a essa altura já ocupado por tropas do Exército.

Em face do que estava ocorrendo no Recife, deliberou, por conta própria, voltar ao interior do Estado, percorrendo novamente Ribeirão, Joaquim Nabuco, Gameleira — concitando os trabalhadores a entrar em greve geral, uma vez que não lhes era possível fornecer armas.

O Comitê Municipal de Palmares do PC adotara a resolução de dissolver-se, cada um procurando evadir-se da cidade. Gregório protestou contra a decisão, preferindo a luta aberta. Mas as tropas federais, vindas de Alagoas, já haviam tomado de assalto a prefeitura, o Sindicato Rural e a delegacia de polícia, as estradas, em seus pontos estratégicos, guarnecidas de soldados.

Depois de encher de gasolina o tanque de seu jipe, Gregório saiu, em companhia de um camponês chamado "Índio", para Joa-

quim Nabuco e Gameleira, entrando logo em seguida na cidade de Ribeirão perto da meia-noite. Estava sem dormir há três dias, visitando os engenhos, correndo de um canto para outro, desordenadamente, com a última palavra de ordem do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco, CONSINTRA, de paralisação geral do campo e da cidade, com vistas a enfrentar o golpe.

Ao chegar à Usina Pedrosa, em Ribeirão, Gregório Bezerra foi preso pelo Capitão Álvaro do Rego Barros, da Polícia Militar do Estado, que se fazia acompanhar de três investigadores. O encontro de Gregório e "Índio" com o capitão deu-se a quatrocentos metros da usina, na estrada de rodagem. De maneira educada, mostrando seus documentos, uma vez que estava à paisana, o Capitão Rego Barros disse-lhe que cumpria ordens do novo secretário de Segurança Pública, Coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira, a quem o iria apresentar no Recife.

Meia hora depois, o capitão, com Gregório já detido, encontrou-se na estrada com um destacamento do 20.º Batalhão de Caçadores, de Alagoas. De mistura com os soldados do Exército, estava um bando de pistoleiros de José Lopes Siqueira Santos, proprietário da Usina Estreliana, que há dias procurava Gregório para matar.

Aos gritos de "Pára! Pára!", o destacamento do 20.º BC rodeou o grupo do Capitão Rego Barros, exigindo a entrega do preso. A confusão foi enorme, os soldados e capangas, em voz alta, querendo liquidar Gregório ali mesmo.

Enérgico, o Capitão Álvaro Rego Barros repetiu mil vezes que prendera Gregório de ordem do secretário de Segurança Pública e só ao secretário o entregaria:

— Vocês podem matar o homem, mas eu protesto! Tenho ordens do Coronel Ivan Rui de levá-lo preso para o Recife.

A tudo o usineiro José Lopes de Siqueira Campos assistia, impassível, sem conter seus "cabras". Por fim, resolveram conduzir Gregório a Ribeirão, onde o grosso do 20.º BC se encontrava aquartelado no edifício do Serviço Social da Indústria, SESI.

Reunidos, a oficialidade do Exército e o usineiro José Lopes passaram a discutir a sorte do prisioneiro, o último optando pelo fuzilamento sumário, ali mesmo.

Prevaleceu, contudo, o ponto de vista de um oficial, segundo quem se devia respeitar a autoridade do capitão da Polícia Militar de Pernambuco, a cujas ordens se achava Gregório.

Decidida a questão, amarraram Gregório e o camponês com cordas e os jogaram dentro de um caminhão de tropas, conduzindo-os ao Recife, onde foram entregues ao QG do IV Exército.

"Gregório então foi detido
No interior do Estado

Mas só se entregou depois
De ter identificado
O capitão que o prendia.
Tivera esse cuidado
Pois sabia que um bando
De fascínoras mandado
Pelo usineiro Zé Lopes
Buscava-o naqueles lados.

Pouco adiante, no entanto
No cruzamento da estrada
Surge um destacamento
Era uma tropa embalada
Do 20.º RI
E à sua frente postada
A figura de Zé Lopes
Com toda sua capangada.

Foram chegando e dizendo
Que o preso lhe entregassem
Para que naquele instante
Com sua vida acabassem.
O capitão no entanto
Pediu-lhes que se acalmassem,
Pois as ordens do Recife
Não era pra que o matassem
Queriam ouvir Gregório
E depois o fuzilassem.

Zé Lopes e seus capangas
Não queriam obedecer
Gritavam que comunista
Não tem direito a viver
Mas o capitão foi firme
Não se deixou abater.
A coisa foi então deixada
Pro comando resolver
Rumaram pra Ribeirão
Onde ao comando foi ter.

Zé Lopes chegando lá
Insistiu com o comandante
Que lhe entregasse Gregório
Pra 'julgar' a seu talante
Não conseguiu e Gregório

Foi de maneira ultrajante
Amarrado como um bicho
Jogado num basculante
Que o levou pro Recife
Às ordens do comandante."

Na presença do General Justino Alves Bastos, do IV Exército, de outros generais e coronéis, Ibiapina apresentou Gregório Bezerra:

— Esse é o famoso Gregório Bezerra, general. Meu instrutor de educação física, o melhor instrutor do Colégio Militar do Ceará, no meu tempo. Homem admirado e querido dos alunos do colégio.

E, virando-se para Gregório, completou, com desdém:

— Mas hoje, Gregório, eu tenho nojo de você!

— E eu do senhor, coronel! — respondeu Gregório, no mesmo tom de voz.

Mostrando ao General Justino seus pulsos sangrando, pediu-lhe que mandasse retirar-lhe as cordas. No instante em que o atendia, o General Justino formulou-lhe a pergunta:

— Onde estão os depósitos de armas dos guerrilheiros de Arraes, Gregório?

— Se os tivesse, general, não estaria aqui em vossa presença, sendo humilhado e caluniado dessa forma. Se houvesse armas, eu estaria lá fora, lutando contra os senhores, de peito aberto.

Na ocasião em que o General Justino Alves indagou o que Gregório estava fazendo na zona rural, quando foi preso, recebeu a resposta de que "estava cumprindo um dever de patriota, ao defender um governo constituído" — o que levou o Coronel Ibiapina quase ao histerismo, aos gritos de que "comunista não tem pátria" e que não podia ouvir calado tamanha "injúria ao Brasil".

Gregório Bezerra, sereno, aguardava seu destino, o corpo exangue, os pulsos em carne viva.

"Levado então à presença
Do General Alves Bastos
Gregório, os pulsos sangrando,
Nem assim se pôs de rastros
Quando este lhe perguntou
Onde as armas escondera.
Respondeu: 'Se armas tivesse,
Não era desta maneira
Que eu estaria agora
Mas com as armas na mão
Junto com o povo lá fora'."

Do QG do IV Exército, Gregório foi escoltado para a Fortaleza das Cinco Pontas, sendo, logo depois, transferido para a Companhia de Motomecanização da 7.ª Região Militar, comandado pelo Tenente-Coronel Darcy Villocq Viana. Ainda bem a camioneta não havia parado — e o Coronel Villocq corria em direção a Gregório, com um cano de ferro na mão, berrando, apoplético:

— Gregório Bezerra, incendiário do meu sagrado 15.º RI! Vais pagar caro, bandido! — E começou a golpear Gregório com o cano, repetidamente.

O sangue corria pelo corpo do prisioneiro, tapando-lhe a visão, enquanto um grupo de soldados o espancavam a coice de fuzil e ponta-pés. "Recebi pesadas na barriga, no estômago, nos testículos, nos rins, nas pernas, o sangue ensopando-me de cima a baixo."

Darcy Villocq Viana — guarde a História este nome! — babava-se, endemoniado, proferindo palavrões e pulando como um louco desvalido. "Houve um momento em que cansou, a face de Villocq, além de trêmula, arroxeada. Tive a impressão exata, nesse momento, que estava na presença, não de um oficial do Exército, mas de um cão hidrófobo."

Entre os presos recolhidos ao quartel da Companhia de Motomecanização, encontrava-se o secretário de Saúde do governo de Pelópidas Silveira, o médico Fernando Luiz Coimbra de Castro, filho de um general do Exército. Villocq mandou tirá-lo do xadrez e, apontando para Gregório, ordenou-lhe vociferando:

— Vai, corno safado! Comunista sem vergonha. Enxuga o sangue do teu macho!

Fernando de Castro vacilou. Não havia como atender a Gregório, naquela situação, sem material para curativos, sem nada. O coronel deu-lhe um soco na cara e esbravejou:

— Vai, filho da puta, limpa o sangue de teu chefe, bandido!

Tirando sua própria camisa, o médico limpou delicadamente o corpo ensangüentado de Gregório. Villocq espumou:

— Olha esse safado como sabe fazer curativo no parceiro dele! — E largou outro soco na cara do médico.

Enquanto Fernando de Castro procurava estancar a hemorragia dos ferimentos do prisioneiro, o coronel tentou introduzir no ânus de Gregório um cano de ferro. Despido, somente de cueca, Gregório foi novamente atacado por coices de fuzil e pontapés dos soldados, a mando do comandante da companhia. Trocada a cueca por um calção, conduziram-no para o lado de fora do quartel.

A essa altura, pequena multidão se postava diante da Companhia de Motomecanização, no bairro de Casa Forte, testemunhando o bárbaro espetáculo. A cena era indescritível, de tanta selvageria,

alguns militares retraídos, escusando-se de participar de ato tão covarde.

Já na rua, Villocq mandou amarrar umas cordas no pescoço de Gregório. Quando o fazia, gritou para o preso, diante do numeroso grupo de curiosos que se aglomerava no local:

— Grite, seu sacana: Eu sou um traidor da Pátria! — E ele próprio, Villocq, fez reboar a expressão: Eu sou um traidor da Pátria!

Com a força de que podia dispor naquelas condições, Gregório Bezerra encheu a rua de outro forte brado, em revide:

— E eu sou um patriota!

Não se dando conta do ridículo, o coronel insistiu:

— Grite, seu puto: O Brasil foi salvo dos comunistas!

Gregório inflou o peito, reuniu todas as energias e desabafou:

— O Brasil será salvo pelos comunistas!

Na seqüência desses atos tresloucados, Villocq rinchou como um animal possesso:

— Diga, comunista safado: Eu sou um filho da puta!

Então, Gregório pô-se de pé, limpou o sangue dos olhos e, fitando cara a cara o militar, baixou a voz, compenetrado:

— Respeite minha mãe, coronel! Ela foi uma camponesa honesta e honrada, não tem nada com minhas idéias.

Inacreditavelmente, contra todas as expectativas, Darcy Villocq Viana parou no ar o golpe iminente de cano de ferro e sussurrou, com voz cava:

— É, eu também tenho mãe.

Amarraram Gregório e, quase em passeata, uma multidão atrás, levaram-no em direção à Praça da Casa Forte, um pouco adiante do quartel. Aos ônibus e automóveis que passavam, Villocq anunciava:

— Venha ver o enforcamento do comunista Gregório Bezerra!

Três cordas saíam do pescoço do prisioneiro, puxadas nas extremidades, uma para a direita, outra para a esquerda e a última para trás, por soldados. Gregório mal podia se pôr em pé. Caminhava aos tombos. Quando caía, os coices de fuzil faziam-no erguer-se, num mecanismo de defesa. O macabro desfile passou diante da residência de Villocq, sua esposa a tudo assistindo, perplexa. Em seguida, começou a chorar convulsamente.

À medida que conduzia o preso pela rua, o coronel concitava o povo a linchá-lo. Ninguém, todavia, o atendeu. Qual uma procissão, o povo caminhava calado atrás do cortejo militar, acompanhando os lances daquele ato de insânia e extrema covardia, inédito numa cidade civilizada.

Depois de circular a grande Praça da Casa Forte, a passeata estancou. Parecia tratar-se da cena final.

Da janela de um colégio de meninas, ao lado da matriz da Casa Forte, a madre superiora telefonara para o Bispo Dom Lamartine, que respondia pela Arquidiocese de Olinda e Recife, enquanto Dom Hélder Câmara, recém-nomeado, se preparava, no Rio, para assumir o seu posto. Do Palácio dos Manguinhos, sede do Arcebispado, Dom Lamartine se comunicou com o QG do IV Exército. Pedia clemência ao General Justino Alves Bastos. A superiora do colégio informava que as crianças estavam presas de crises nervosas diante de tantas cenas de violência. Não era possível que a cidade assistisse, passivamente, ao enforcamento de um preso político em plena praça pública.

Atendendo a determinações do General Justino, o Coronel Ibiapina transportou-se imediatamente a Casa Forte, impedindo, no instante derradeiro, o trucidamento de Gregório. "Confesso que, nesta hora, minha vida foi salva por esse cruel espancador."

Levado de novo à Fortaleza das Cinco Pontas, deixaram-no sem assistência médica, as feridas curando-se por si mesmas.

À noite, a televisão do *Jornal do Comércio,* Canal 2, transmitiu cenas vivas daquele ato de barbárie, traumatizando o Recife. Milhares de pessoas testemunharam o crime de Villocq, impune. Os jornais, no dia seguinte, publicaram as fotos de Gregório — no chão, sangrando, quase nu, soldados de baionetas caladas à sua volta. E, lá no fundo, na fachada do quartel, em letras bem pintadas, a expressão irônica — dúbia e inexorável: "Cumpre o teu dever!"

"Pro Forte das Cinco Pontas
Foi conduzido então
E de lá para o quartel
De Motomecanização
Onde começa a mais negra
Cena da 'revolução'
Que tanta vergonha e crime
Derramou sobre a Nação
Darcy Villocq Viana:
Eis o nome do vilão.

Esse coronel do Exército
Mal viu Gregório chegar
Partiu para cima dele
E começou a espancar
Bateu com um cano de ferro
Na cabeça até sangrar
Chamou outros subalternos

Para o preso massacrar
Gritando — 'Bate na fera!
Bate, bate, até matar!'
Dava pulos e babava
Como se fosse endoidar.

Depois despiram Gregório
E já dentro do xadrez
Com a mesma fúria voltaram
A espancá-lo outra vez
Com sessenta anos de idade
E outros tantos de altivez
Nenhum gesto de clemência
Ao seu algoz ele fez
O sangue agora o cobria
Da cabeça até os pés.

* * *

A freira que desmaiara
O arcebispo procurou
E este ao General Justino
Nervosamente apelou
Para impedir o homicídio
Que quase se perpetrou
A solidariedade humana
Como uma flor despertou
No Largo da Casa Forte
Onde o cortejo parou."

O prefeito do Recife, Augusto Lucena, depois de 1964, condecorou o Coronel Villocq com a "Ordem do Mérito do Recife", burgomestre e torturador, um digno do outro.

Em agosto de 1964, ouvi pelo rádio a notícia de minha aposentadoria compulsória do cargo de promotor público da comarca de Igarassu, com fundamento no Ato Institucional n.º 1. Correra, antes, um processo sumário perante a Comissão Geral de Investigações do Estado, integrada pelo Coronel Trindade, do Exército, pelo Juiz de Direito José Ferraz e o procurador-geral do Estado, Guerra Barreto. Incomunicável, recebendo visitas somente de um pequeno círculo de familiares, fui citado para defender-me, no prazo de quarenta e oito horas. O poeta Carlos Moreira, presidente da Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco, ofereceu-se para servir-me de advogado. O que pude mandar reunir, naquele exíguo prazo, bastou para documentar minha atuação como membro do Ministério

Público. O processo era administrativo, visando apurar os meus atos de "subversão" na Promotoria Pública. O colega Pedro Ivo Bedor Sampaio, que funcionara no IPM, também promotor público, depois de um extenso relambório, misto de elogios e acusações, opinara por meu afastamento da promotoria, a fim de ser processado. O coronel teimava porém, em demitir-me, invocando ordens superiores. O desembargador e o procurador tomaram posição contrária à medida, optando pela aposentadoria. Em meio ao processo sumário, houve a substituição do Juiz José Ferraz por seu primo, desembargador aposentado, Euclides Ferraz, e do Procurador Guerra Barreto pelo Promotor Evandro de Paiva Onofre. Contudo, a maioria da comissão insistia por uma medida mais branda, que não fosse a demissão. As provas pareciam-lhe frágeis. Contava a meu favor o testemunho da Justiça sobre a lisura de minhas funções, em todas as comarcas por onde andara — a despeito da notoriedade da minha confissão política e ideológica.

Outro processo se abriu contra mim, eu já em liberdade, dessa vez uma ação penal proposta pela Procuradoria de Justiça do Estado perante o Tribunal de Justiça. Como promotor público, tinha direito a julgamento em foro especial, pela Constituição, nos casos de crimes comuns.

Algumas vezes, vim escoltado do 14.º RI para a Secretaria de Segurança Pública e, de lá, para o Palácio da Justiça, a fim de acompanhar os atos do processo. O desembargador sumariante era o líder católico Rodolfo Aureliano, que me conhecia e respeitava. Em meio ao processo, Rodolfo faleceu, sendo sorteado o Desembargador Luiz Nóbrega, que votara contra a minha inscrição de candidato, no Tribunal Regional Eleitoral, da terceira vez em que pleiteara a reeleição para a Assembléia Legislativa.

Arrastando-se por meses a fio, a ação penal chegou ao fim, em fevereiro de 1968. Julgado pelas Câmaras Criminais reunidas, fui absolvido por unanimidade, ante numerosa assistência. Era o primeiro julgamento, por delito político, depois do golpe.

Oito dias depois, no sábado de Carnaval daquele ano, estando em casa com meus familiares, fui preso pela Polícia Civil e levado para o quartel da Polícia Militar. Sentia que se tratava de uma atitude de represália à decisão do Tribunal de Justiça, mais do que contra mim, pessoalmente. A unanimidade de minha absolvição irritara os meios militares.

No Quartel do Dérbi, meteram-me, sozinho, num pequeno quarto sem higiene, as paredes emporcalhadas de palavrões e retratos de mulheres nuas, ou seminuas, com pornográficas expressões ao lado. No meio delas, o recorte de uma página social do *Diário de Per-*

nambuco em que aparecia a esposa de um secretário de Estado — decote acentuado, charmosa e, junto, as palavras fesceninas: "Esta é boa de cama!"

À boca da noite, puseram no cubículo um jovem bem vestido, alto, que eu vim conhecer naquelas circunstâncias, pessoalmente: Evaldo Lopes Gonçalves da Silva, presidente da Loteria do Estado no governo de Arraes. Mais tarde um pouco, chegou a vez do meu velho amigo Ubiraci Barbosa, advogado, sempre alegre, dando de ombro aos incômodos das repetidas prisões, exceto ao ser torturado por Ibiapina, quando se encontrava recolhido ao quartel de Artilharia, em Olinda.

Como o xadrez não dispunha de camas suficientes, fomos transferidos para o primeiro pavimento do quartel, onde já se encontrava o tenente da Polícia Militar Edvaldo da Cunha Cavalcanti, reformado pelo AI-1 por ter-se colocado ao lado da legalidade, no dia 1.º de abril. Passamos os dias de Carnaval falando sobre literatura, o Tenente Edvaldo a declamar poemas de Castro Alves.

Na quarta-feira de cinzas, fomos libertados, o Delegado Álvaro da Costa Lima dando entrevistas à imprensa para dizer que havíamos sido detidos porque estávamos com o plano de fazer um grande movimento de subversão durante as festas de Momo...

Se minha mulher não me tivesse visto sair em companhia de investigadores no sábado "gordo", para voltar da prisão na quarta-feira de cinzas, seria difícil convencê-la de que se tratava realmente de "cana", no duro, e não de folia carnavalesca...

Foi-me proveitosa a estada forçada no Dérbi, porque fiquei conhecendo, em seus pormenores, as torturas de que havia sido vítima Evaldo Lopes Gonçalves da Silva, quando de sua prisão em maio de 1964.

Repito aqui essa história, com suas próprias palavras, num documento enviado à Auditoria de Justiça da 7.ª Região Militar, quando do seu julgamento:

"Na condição de um dos denunciados por prática de subversão em Pernambuco, a serem julgados pelo atual Conselho Permanente de Justiça, sinto-me no dever de manifestar estranheza e o meu protesto ante o fato da presença entre os meus julgadores, ou seja, os membros do referido conselho, do senhor Tenente-Coronel João Batista Baère de Araújo, pelos motivos que passo a expor.

Preso no dia 21/5/64, às 22 horas, na residência de um irmão, tendo em vista o clima de terror que se seguira ao dia 1.º de abril, fui levado para o xadrez do Hospital do Exército e apresentado, logo depois, na 2.ª Seção do QG do IV Exército ao então Major Baère.

Ali me foram dirigidas perguntas tais como: a que organização do PC emprestava minha atividade; que 'tarefas' desempenhava; quem procedera ao meu 'recrutamento' para aquele partido ilegal e clandestino, etc.

A referida autoridade já manifestara a sua inconformação com a resposta negativa à primeira questão, o que tornava as demais prejudicadas, através da observação de que 'O senhor está se recusando a colaborar'.

Com a minha recusa em 'decifrar' uma mensagem encontrada em meu poder, fundada no meu desconhecimento da 'chave' que fora utilizada na combinação entre mim e meu companheiro, — mensagem de perseguidos políticos, que nada tinha com as atividades do PC —, o então Major Baère, que tivera o cuidado de evitar sua identificação, mantendo virada para trás a plaqueta do uniforme com o seu nome, interrompeu abruptamente o interrogatório, convocando um auxiliar que atendia pelo código de 'Número 1', e que mais tarde identifiquei como sendo o Sr. Inácio Nery da Fonseca Filho.

O Major Baère dirigiu-se ao seu auxiliar assim: 'Número 1, este elemento não quer dar o serviço'. E, entregando-lhe papel e lápis: 'Leve-o para o *tratamento*, que ele há de falar, e traga-me a mensagem decifrada'.

Da sala fui então retirado pelo Sr. Nery da Fonseca, que, na ante-sala, transmitiu aos outros três agentes que ali nos esperavam a determinação do Major Baère. No pátio do QG me transmitiram a ordem de retirar a camisa que vestia, o que fiz, sendo com ela improvisada uma venda. De olhos vendados, fui introduzido em um jipe, que em velocidade abandonou o QG, fazendo sucessivas voltas, a fim de desorientar-me. Próximo ao lugar de destino, os meus custodiadores, que conversavam entre si inadvertidamente, informaram que chegávamos a Olinda — embora eu escutasse o pregão de 'Macaxeira', nome do subúrbio do Recife, emitido pelo cobrador do ônibus.

Chegados ao local do destino, com o cano de uma pistola encostado na minha nuca, fizeram a substituição da improvisada venda por outra mais eficaz: com um rolo de fita adesiva, envolveram-me a cabeça por diversas vezes, à altura dos olhos. Após imobilizar-me as mãos com um par de algemas, começaram a espancar-me brutalmente, na altura dos rins e do estômago, parando apenas quando se evidenciava em seus últimos limites a minha capacidade de resistência física. Arrastaram-me em seguida a um banco, onde o 'Número 1' repetia as perguntas já feitas alhures pelo Major Baère, ao mesmo tempo que era eu queimado com pontas de cigarro e obrigado a manter pedaços de gelo na axila, preso pelos braços e recebendo pancadas na nuca. Não satisfeitos com os resultados, os agentes do Exército, depois de me ameaçarem com o 'bafo da onça'

e rodar para mim uma gravação em que se ouviam terríficos ruídos e gritos de dor, resolveram despir-me de toda a roupa e sapatos e introduzir-me numa câmara frigorífica, fechando-me por dentro, à temperatura de 15 graus abaixo de zero, de onde me retiraram muito depois para a repetição das perguntas, dos espancamentos, das queimaduras a cigarro, do gelo nas axilas e novamente, e por três vezes, colocando-me na câmara frigorífica. Ao clarear o dia, levaram-me novamente ao xadrez do hospital, onde devo ter permanecido uma meia hora, a tiritar de frio, sob os cobertores que me foram cedidos por outros presos, com os pés inchados e despelando, em virtude do demorado e repetido contacto com o gelo. Dali fui retirado, já sem venda nos olhos, para o quartel das Cinco Pontas, sob a ameaça de repetição do *tratamento* dentro de 24 horas, onde me encontrei com os presos Gregório Bezerra e Joel Câmara, dos quais permaneci isolado. Como as dores nos rins me incomodavam demasiadamente, imobilizando-me na cama e dificultando-me qualquer movimento, solicitei ao oficial-de-dia a presença de um médico. Às 18 ou 19 horas do dia 22, visitou-me um médico do Hospital do Exército, que transmitiu ao oficial-de-dia, em minha presença, instruções no sentido de me serem aplicadas duas injeções de 'Cedorga', se não me engano, e, permanentemente, bolsa de gelo sobre a região dos rins, recomendando-me a ingestão de líquidos, água sobretudo. Solicitei a esse médico que fornecesse à 2.ª Seção um atestado ou outro documento, dando-me como fisicamente impossibilitado de sofrer novos espancamentos ou torturas, pelo menos nos próximos dias. Essa pretensão foi por ele denegada sob a alegação de que, como médico, atendia aos enfermos, fugindo às suas atribuições as decisões militares...

Dois dias depois era eu transferido para uma das celas da Companhia de Guarda, exatamente a que seria algum tempo depois ocupada pelo Deputado Francisco Julião, e que foi por ele descrita no seu livro *Até quarta, Isabela.*

Desde a prisão das 'Cinco Pontas' que, em todas as oportunidades que se me oferecera, denunciava, a praças e oficiais, as torturas de que fora vítima. Na Companhia de Guarda, um oficial expressara reação diversa da dos demais, que foi de repúdio e incredulidade às minhas palavras: o Tenente-Coronel Ibiapina, que se riu bastante e comentou: 'Então, te vendaram os olhos, hein? Deste azar'.

Cerca de um mês depois da prisão, transferiram-me da cela da Companhia de Guarda para uma sala taqueada, razoavelmente confortável, com janela para a rua, onde pernoitei, sem contudo poder dormir, uma vez que praças em serviço de ronda ali se revezavam a conversar comigo.

Às dez horas do dia subseqüente, conduziram-me ao pavimento superior do edifício da Companhia de Guarda, onde na ampla sala, em presença do Tenente-Coronel Ilisiário Paiva, do Major Baère e de um capitão, cujo nome não me ocorre no momento, este, instrutor do CPOR, e professor da Escola de Educação Física do Estado, um oficial da reserva e estudante de economia, estagiando no Regimento de Obuses, em Olinda, em trajes civis, tentou hipnotizar-me.

No momento em que se revelou malograda a tentativa, o Major Baère, então inadvertidamente com a plaqueta reveladora do seu nome para o lado de fora, fez o seguinte comentário: 'Esse *cara* só vai no pau!', retirando-se a seguir. Os outros dois oficiais permaneceram na sala e reencetaram o interrogatório, sem fazer ameaças, todavia.

As torturas a que fui submetido no IV Exército, por ordens do Major Baère, foram objeto de ampla denúncia da imprensa do sul do país, sobretudo do *Correio da Manhã* e *Última Hora,* através de artigos e reportagens.

O Major Baère, evidentemente, não é o único responsável pelos bárbaros atentados cometidos àquela época e possivelmente não é o mais elevado em patente militar. O fato de haver sido, na melhor das hipóteses, nada mais que instrumento de determinações emanadas de outros escalões não o exime, em absoluto, de responsabilidade.

Se se pretender dar alguma aparência de julgamento ao que se vai realizar no dia 14 próximo; se se pretende observar, ao menos formalmente, as limitações impostas pela legislação do país, impõe-se o afastamento, por comprovada suspeição, e, evidentemente, não por motivos pessoais, mas pelo seu claro comprometimento, do hoje Tenente-Coronel Baère do Conselho Permanente de Justiça dessa Auditoria, aliás na função agravante de presidente.

Solicito, em vista do exposto, sejam tomadas por quem de direito as providências necessárias.

Recife, 10 de fevereiro de 1977.

Evaldo Lopes Gonçalves da Silva."

Firma reconhecida pelo Cartório José Maria Neves Sobrinho, do Recife.

Solto em meados de novembro de 1964, absolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado unanimemente, fiquei respondendo a outros processos, dois administrativos, um na prefeitura do Recife, outro na Administração do Porto, e um penal, na Auditoria de Justiça da 7.ª Região, juntamente com Miguel Arraes, Pelópidas Silveira, Francisco Julião, Gregório Bezerra, os secretários de Arraes e Pelópidas

e a direção estadual do PC, processo esse vulgarmente chamado na Justiça Militar de "IPM da cúpula comunista".

Na época, o promotor da Justiça Militar era o bacharel Francisco de Assis Acióli Filho, que havia integrado o Departamento Jurídico, composto de mais de cem advogados, da campanha eleitoral de Miguel Arraes — num esforço gigantesco para evitar a consumação de fraudes no interior. Quando Arraes era prefeito do Recife, Acióli funcionou como representante da municipalidade nas obras de urbanização de Boa Viagem. A "revolução" o surpreendeu como promotor, numa época em que as auditorias atuavam somente em casos concernentes a militares.

Mas Acióli empolgou-se com suas novas funções, denunciando todo mundo como "subversivo", a serviço de "potência estrangeira".

No meu caso particular, a denúncia do procurador Acióli revestia-se de certa amenidade, exagerando quer nas incriminações, quer nas referências pessoais, a seu tanto elogiosas:

"Elemento combativo, bem versado na ideologia vermelha, homem inteligente, culto, de trato ameno e acolhedor, sempre representou o PC em congressos, encontros e reuniões da cúpula do Partido Comunista Brasileiro. Todas as (*sic*) conclaves dessa gente que se disfarçava sob Convenção Nacional de Defesa do Petróleo e quejandos, este Estado era participante através deste denunciado. Bem integrado no sistema subversivo, sendo homem honesto no administrar o erário, quer na prefeitura quer na Administração do Porto do Recife, impunha-se e tirava proveito dessa qualidade, para angariar prosélitos, aliciando pessoas para o comunismo. Nos célebres comícios da Sertã, ao falar, dizia que os postes do Recife seriam poucos para pendurarem os reacionários. Como deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco, eleito na legenda do PSD, mas conquistando a cadeira pelo auxílio do PCB, logo nas suas primeiras manifestações se declarou integrante deste partido político. Nesta condição, escritor seguro e bom estilista, o denunciado é portador de constante mensagem no sentido de preparo psicológico do povo para a subversão, a qual estava integrado, no sistema montado em Pernambuco".

É difícil, na vida forense, encontrar-se uma peça acusatória mais desconexa, atípica ou inepta como a que proferiu o representante do Ministério Público Militar, perdendo-se na fraseologia oca, sem caracterizar, concretamente, nenhum ilícito penal, a par de subscrever conceitos contraditórios: o réu tirava proveito de sua honestidade para fazer proselitismo.

Até então, eu ouvira dizer que se tirava proveito, na vida, mas de atos desonestos. Nunca ninguém se locupletou da honestidade como fator de benefícios pessoais.

Os tais congressos e encontros, a que se referia o procurador Acióli e dos quais eu fizera parte, não passavam de congressos e encontros de jornalistas e de escritores nos quais eu representava a Associação de Imprensa de Pernambuco ou a União Brasileira de Escritores, cujas diretorias integrava.

Instruindo esse IPM, que deu lugar ao processo da Justiça Militar, constava o meu interrogatório prestado na 2.ª Companhia de Guarda, em agosto de 1964, na presença do Coronel Ibiapina, do Major Jovino, do Capitão Noaldo e de um sargento, que servia de datilógrafo. A inquisição durou das quatro horas da tarde às três da madrugada, um formulário escrito, contendo as perguntas mais cretinas do mundo: o que eu achava da China, da União Soviética, da Albânia, de Cuba; se eu não fosse brasileiro, qual a nacionalidade que preferiria ter; se eu achava que Arraes, Pelópidas, Brizola, Djalma Maranhão e outros líderes voltariam a exercer atividades políticas no Brasil; quais eram os meus amigos mais íntimos; se eu era escritor e quantos livros havia publicado; se meus pais e avós eram políticos, etc. etc.

Do formulário constava uma pergunta sobre se eu "assinara os manifestos que circulavam no Recife, antes da revolução".

Embaraçado, perguntei ao sargento datilógrafo que manifestos eram esses — contra ou a favor de quem? O sargento não soube responder. E ficamos parados um instante — a máquina e eu. Ibiapina, Jovino e Noaldo, um pouco mais afastados, não me haviam feito, até então, nenhuma pergunta. O que queriam me indagar figurava no listão que o sargento me apresentara para responder, item por item. Notando que o interrogatório não continuava, o Major Jovino chegou-se perto do sargento e tomou conhecimento da situação. Virou-se para mim, de cara fechada, falando duro:

— Os manifestos pró-Cuba, contra a guerra, pró-Arraes, pró o diabo que os carregue, Paulo!

Com serenidade, sem alterar a voz, virei-me para o datilógrafo e pedi que escrevesse o seguinte: que o interrogado não somente assinara como redigira alguns dos manifestos em favor da paz, pela autodeterminação dos povos, de solidariedade ao governo de Miguel Arraes e pelas liberdades públicas.

Às folhas tantas, já muito tarde da noite, o sargento parou, olhou para os dedos e disse que estava exausto de tanto bater nos teclados. Na véspera — informou — passara quase o dia todo

escrevendo na máquina o interrogatório de outro preso. Fora um trabalho estafante, dizia. À minha pergunta sobre quem teria sido o prisioneiro, sondou o ambiente e, vendo que nenhum militar o escutava, segredou, com um furtivo sorriso:

— Foi Gregório Bezerra! Trabalhei muito, doutor, mas aprendi muita coisa.

CAPÍTULO XIV

PRISÕES A TRÊS-POR-DOIS.
DE RÉU A ADVOGADO DE PRESOS POLÍTICOS.
O JULGAMENTO DE GREGÓRIO BEZERRA.
TORTURAS E MORTES EM PERNAMBUCO.
ÚLTIMA PRISÃO?
ONDE SE LEMBRA UM POEMA TURCO.

O processo administrativo do porto do Recife, concluído, foi enviado à Secretaria de Segurança Pública para as providências cabíveis. Fui novamente preso pelo DOPS, a fim de ser interrogado. Alegava o novo administrador do porto do Recife, Coronel João José Cavalcanti de Albuquerque, que eu e o engenheiro Enildo Galvão havíamos praticado atos criminosos com o dinheiro público, desviando verbas para fins escusos. No frigir dos ovos, o caso era o seguinte: o Governo Federal criara, em 1963, uma sobretaxa nas tarifas portuárias com a finalidade de complementar os salários dos servidores do porto, em face do aumento oficial do salário mínimo. Como o produto da cobrança da sobretaxa, no fim do exercício financeiro, excedera à sua destinação, recolhendo-se mais dinheiro do que o necessário para o pagamento do pessoal, a Administração do Porto do Recife decidira redistribuir o saldo sob nova forma de aumento salarial. Foi quando os portuários tiveram o aumento de cem por cento no seu ganho, num breve espaço de seis meses. Uma comissão de peritos, composta de Diamantino Costa e Luci de Andrade Campos, não configurara nenhum dolo na aplicação dos saldos.

Para o Coronel Cavalcanti, no entanto, isso era um "roubo". A Agência Nacional, no Recife, distribuiu nota à imprensa sobre "casos de peculato" no porto do Recife, envolvendo "subversivos" citando meu nome.

Na base desse noticiário, Wandenkolk Wanderley e outros policiais, inclusive o jornalista José Roberto Júnior, filiados à Associação de Imprensa de Pernambuco, dirigiram um requerimento à diretoria da entidade solicitando a convocação de uma assembléia geral para decidir a minha expulsão de seus quadros sociais, como ladrão.

Nessa hora, estava eu recolhido ao 14.º RI, juntamente com o comerciante Alfredo Ferreira.

Durante semanas, a imprensa foi farta em noticiário acerca da assembléia geral. Gilberto Freyre escreveu um artigo no *Diário de Pernambuco,* sob o título "Limpeza urgente", opinando pela expulsão dos "subversivos" dos órgãos de classe, dando mais uma de "dedo-duro".

Nas vésperas da anunciada reunião, eu tinha como favas contadas a minha exclusão da AIP. A provocação coincidia com as exacerbações da vitória do golpe, aí por volta de maio de 1964. O clima geral era de pavor — ninguém se atrevendo, em minha opinião, a votar contra o requerimento de José Roberto e Wandenkolk Wanderley, acolitados por outros elementos do mesmo quilate, como Adige Maranhão e Ubiratan de Castro, no fervor do fácil entusiasmo pelo triunfo do golpe. A cúpula golpista do Exército esforçava-se em ver aprovado o requerimento. A polícia também.

A assembléia geral da AIP prolongou-se até depois da meia-noite, a sessão entrecortada de incidentes, o auditório da Associação de Imprensa lotado de jornalistas, com alguns elementos da polícia política na platéia, ostensivamente.

No xadrez do 14.º confortava-me a lembrança do muito que houvera feito em favor da Casa dos Jornalistas, um belo edifício de treze andares, numa das avenidas principais da cidade, obra de um punhado de associados decididos, aos quais eu dera o melhor dos esforços na comissão pró-construção da sede própria, Mário Melo, presidente da comissão, eu, relator.

Pela manhã subseqüente, ao ouvir as primeiras notícias do dia, num radiozinho de pilha, Alfredo Ferreira Filho pulou da cama e gritou:

— Vencemos na assembléia da AIP!

Ao recebermos os jornais, lá estava o fato, em pormenor: cento e cinqüenta votos a favor da minha permanência nos quadros sociais, seis votos pela minha expulsão! E, por cima, a aprovação de uma moção de confiança à diretoria presidida pelo jornalista Reinaldo Câmara, da qual eu era primeiro secretário.

Foi, historicamente, a primeira derrota da reação golpista, em Pernambuco, pouco mais de um mês do evento militar de 1.º de abril.

Uma semana depois, recebi novo "convite" para comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social. Tratava-se de explicar por que eu havia dado sessenta e sete cruzeiros a um "agitador comunista", dos cofres da Administração do Porto do Recife, para uma viagem ao Rio de Janeiro. Tentava-se forjar novo processo de "peculato".

O caso era simples: em seguida a um substancial aumento de salário dos portuários, o órgão de classe respectivo reivindicava outra majoração, sob a alegação de que a Administração do Porto do Rio de Janeiro o fizera. As condições evidentemente não eram as mesmas. Contudo, o presidente da Associação dos Portuários do Brasil, seção de Pernambuco, Salvador Farias, liderava um movimento nesse sentido, não sendo possível atender ao pleito em face da situação financeira da autarquia. Como, nas reuniões da diretoria do porto e dos dirigentes sindicais, se falasse muito num convênio firmado no Rio, a propósito do assunto em debate, resolvemos, Enildo Galvão e eu, mandar buscar uma cópia do tal documento para estudá-lo. Era um meio, inclusive, de delongar as conversações, retendo um pouco a insistência um tanto inoportuna dos portuários. Ficara, então, estabelecido que um emissário da associação iria ao sul do país, a entidade pagando metade da passagem de avião e a APR a outra metade. Como diretor do Departamento de Administração, cabia-me somente fazer cumprir o despacho do superintendente, liberando o dinheiro. E assim o fiz.

A polícia via nisso um "peculato": sessenta e sete cruzeiros dados por quem sob cuja guarda passaram, num semestre, dez bilhões de cruzeiros das rendas da repartição, tudo rigidamente contabilizado, réis por réis. A coisa em si era de um ridículo atroz. Mas a obsessão dos golpistas, de provar a corrupção dos "subversivos", não tinha limites. A realidade, porém, os desacreditava aos olhos do povo.

Ouvido pelo DOPS, depois de passar um dia inteiro sentado na ante-sala, num banco de madeira, desconfortável, confirmei o combinado entre a APR e a APB, chamando a mim a responsabilidade pela entrega da importância que correspondia à metade de uma passagem de avião. Declarei que estava de perfeito acordo com o superintendente, quando mandara atender ao pedido da associação — pois se tratava de assunto de interesse do porto do Recife. E, se se repetisse o fato, em iguais circunstâncias, teria a mesma atitude.

Decorrida uma semana, dois investigadores, já conhecidos — um deles, Valdemar, com intimidade, me chamando "Dr. Paulinho" —, vieram buscar-me novamente, sempre "a convite" do delegado do DOPS. Demorei-me da manhã à noite na Secretaria de Segurança. O pretexto era o de que eu havia esquecido de rubricar as folhas do interrogatório anterior.

Quando, à porta de minha residência, apareciam uns indivíduos mal encarados, de paletó folgado, eu já sabia, era a polícia. E assim, de vez em vez, lá ia eu "a convite" do Delegado Álvaro da Costa Lima. Compreendia o plano da polícia. Como era um dos poucos "perigosos subversivos" que haviam ficado no Recife, as repetidas prisões tinham o alcance de forçar a minha saída do Estado.

Uma ocasião, o comissário do DOPS, Vinicius, chegou a dizer-me que "tinha pena" de mim, tantas vezes recolhido à prisão, mas que eu era o culpado por insistir em manter-me em Pernambuco e, ademais, em andar por todo canto, conversando com uns e com outros, participando de eleições na Associação de Imprensa e na seção regional da Ordem dos Advogados, discutindo política pelas esquinas, etc.

— Quando o senhor quiser falar com seus amigos e companheiros, mate uma galinha gorda e os convide para almoçar em sua casa. É mais seguro, doutor.

Nessa época, a imprensa havia noticiado que o editor Ênio Silveira fora envolvido num IPM por oferecer a Miguel Arraes, recém-libertado, uma feijoada, de que participaram, entre outros, os escritores Barbosa Lima Sobrinho e Álvaro Lins. Por gracejo, o tal inquérito ficou conhecido nas crônicas cariocas com o nome de "IPM da feijoada".

Pensando nisso é que ponderei ao comissário Vinicius que, de uma reunião em minha casa, com pessoas incluídas no *index* policial, com galinha gorda ao almoço, eu corria o risco de me ver indiciado num "IPM da galinha ao molho pardo", ou à cabidela, como se diz no Nordeste — no mínimo.

A crise institucional, de que resultou a outorga do Ato n.º 2, em 1966, cassando novos mandatos, transformando eleições diretas em indiretas, e transferindo para área da Justiça Militar o processo e julgamento de civis, por infração a delitos previstos na Lei de Segurança Nacional, repercutiu no Recife de maneira contundente. Era o chamado "golpe dentro do golpe", na seqüência de outros que viriam a acontecer na cronologia da ditadura.

O Governador Paulo Guerra, eleito vice com Arraes, no pleito anterior à "revolução", estava à frente do governo. De tanto conspirar dentro dos quartéis do IV Exército, terminou por credenciar-se junto aos articuladores do 1.º de abril, merecendo-lhes a confiança de ascender ao posto de chefe do Executivo. No poder, tornou-se um inexpressivo executor de ordens dos comandos militares, obediente e bem comportado. Seus velhos contatos com a cúpula do PC, a campanha eleitoral que empreendera integrado na "Frente do Recife", a ajuda financeira — cinqüenta milhões de cruzeiros — que recebera do industrial José Ermírio de Morais para fazer face às despesas do pleito no interior — tudo isso era, agora, uma página virada na sua história política. E passava a tocar segundo a nova música — dos baiões e emboladas dos tempos de "Zé Ninguém" aos dobrados marciais dos tempos dos coronéis e majores Ibiapina, Jovino, Bandeira, Baère, Villocq, Amarildo, Bismarck e tantos outros,

que faziam fama em Pernambuco, na fase punitiva e inquisitorial da quartelada de 1964.

Minha irmã Nair morria do coração. Pelo muito que lhe devia, de estímulo na vida e de solidariedade nos meses de prisão no 14.º RI, acompanhei-lhe os últimos momentos.

Ao voltar do seu enterro, pelos rádios que ouvia no trajeto entre o cemitério e minha casa, concluí que acontecia algo de importante — a conhecida voz do locutor da Agência Nacional anunciando uma "Nota Oficial" do Governo, em edição extraordinária. Era o AI-2.

Escarmentado com tantas prisões, pressenti que seria novamente "visitado" pelos conhecidos agentes do DOPS.

O Governador Paulo Guerra encontrava-se no Rio. O cargo de secretário de Segurança Pública estava ocupado, interinamente, pelo truculento Delegado Álvaro da Costa Lima.

Por segurança, fui dormir em casa de minha mãe, de onde, horas antes, havia saído o esquife de minha irmã.

Um grupo de policiais, pela madrugada, foi à minha residência, procurando-me. De revólveres em punho, vasculharam todas as dependências, em vão, deixando por fim o recado no sentido de que comparecesse ao DOPS, sem perda de tempo.

Pelos jornais, tomei conhecimento das prisões efetuadas: "os suspeitos de sempre", acrescidos de quase todos os advogados que funcionavam em processos políticos, ex-secretários de Arraes, estudantes, o historiador Amaro Quintas, o pintor Adão Pinheiro, o escultor Abelardo da Hora, o engenheiro Antônio Lucena, o contabilista Lauro Gois, o líder do funcionalismo Jason Barros, o ex-prefeito do Recife Carlos Duarte, e seu filho Luiz Carlos, o médico Meira Lins, os genros do dirigente comunista Hiram Pereira, o Professor Gláucio Veiga.

Como tivesse concluído que não havia realmente nada além de simples prisão, e sempre disposto a não fugir do Recife, voltei a casa. Pela hora do almoço, as "visitas" chegaram, como sempre, uns indivíduos mal-amanhados, paletó folgado, mal ocultando o revólver nos quartos. Tinham ordens, dessa vez, de conduzir presa minha esposa — que exultou de alegria. Era o seu "batismo de fogo", desde que todos os membros da família já haviam passado, a partir de 1964, pelos corredores da Secretaria de Segurança Pública, exceto a filha mais velha, que guarda essa frustração até hoje.

Despojado de roupa, apenas de cueca, meteram-me no "buque" da Polícia Civil, a velha "Sorbonne da Rua da Aurora", como a chamava o jornalista Aníbal Fernandes, inimigo de Agamenon e do "Estado Novo".

Em dois grandes xadrezes, já estavam umas quarenta pessoas, de todos os níveis sociais: de professor universitário a camponeses.

O "buque", antiga "geladeira" ou "Brasil-Novo", destinava-se a delinqüentes comuns e havia sido desocupado pelos meliantes para nos abrigar, transferidos os presos que lá estavam para outro local. Um grupo de ladrões e arrombadores ficara na ala direita do "buque", separada de nós por uma saleta.

O ambiente da prisão era o de sempre: sujo, sem água corrente, o cimento frio servindo de cama. As paredes, emporcalhadas, manchadas de fezes — forma de que se utilizavam os criminosos para a limpeza das mãos, após as dejeções.

O "fiscal" dos dois xadrezes em que nos encontrávamos era um conhecido arrombador da cidade, de alcunha "Corredor", baixo, bem-humorado, falante, gritando a todo momento para dentro dos cubículos:

— Calem a boca, comunistas de merda! Se fizerem barulho, o pau canta!

A polícia usava esses indivíduos como auxiliares nos trabalhos de "disciplina", inclusive nas horas de espancamento dos presos.

Ao saber que eu era advogado, "Corredor" mudou de tom, passando a nos tratar melhor.

— O senhor é mesmo advogado?

— Lá fora, quando estou vestido, sou. Agora, nu, estou igual a você. Somos companheiros.

"Corredor" crivou-me de perguntas: onde eu morava, quanto ganhava por mês, por que estava preso, etc.

Ao saber dos meus vencimentos de promotor público aposentado, espantou-se:

— *Virge* Nossa Senhora! O que o senhor ganha por mês, eu gasto numa noite, de cerveja, quando realizo um arrombamento.

Depois, perguntou-me o que era comunismo. Teve compaixão de mim, "um homem branco, doutor por derradeiro, sendo trancafiado num xadrez daquele". E, refletindo sobre minhas palavras a respeito da minha luta em favor do povo, filosofou:

— É, doutor. Essa polícia não compreende a gente.

De fato, comunistas e arrombadores éramos, no fundo, produtos de uma sociedade deformada pela luta de classes, forjando, de um lado, ativistas de movimentos revolucionários, de outro, criminosos comuns, menos por culpa sua.

Contou-nos "Corredor", mostrando a ausência de um dedo do pé direito, que iniciara a sua vida furtando alimentos nas feiras livres da cidade. Da primeira vez que fora preso, um investigador, por mera "diversão", lhe amputara, a golpe de faca "peixeira", o dedo. Agora, com sua ficha de ladrão definida nos arquivos da secretaria, agia conscientemente. Vangloriava-se de seus crimes, relatando fatos pitorescos. Em certas ocasiões, dividia o produto de seus roubos com policiais, inclusive delegados.

Aos poucos, fomos sendo libertados. Fui dos últimos, eu, o pintor Adão Pinheiro, cujo "crime" havia sido o de servir ao prefeito cassado de Olinda, Eufrásio Barbosa, organizando galerias de arte na Ribeira, parte velha daquela cidade, e os genros de Hiram Pereira, Ardigan e Natanias.

Nesse ano de 1966, eu completava minhas bodas de prata de casamento, a 26 de julho.

No dia 25, ocorreu a explosão da bomba no aeroporto dos Guararapes, morrendo o jornalista Edson Régis, meu amigo, secretário do governo de Paulo Guerra, o almirante reformado Nelson Fernandes, e, feridas, outras pessoas. Na hora da explosão, encontrava-me na rua, providenciando a aquisição de comida e bebida para a pequena reunião com que assinalaríamos a passagem do aniversário — da qual eram convidados o próprio Edson Régis e sua esposa Isabel, nossos velhos conhecidos.

Soube do acontecimento ao chegar em casa, tratando imediatamente de desfazer os convites para a festa de bodas.

À tarde, o *Diário da Noite,* publicando fotos do atentado, noticiava que, segundo fontes da polícia, o terrorista responsável pela colocação da bomba no aeroporto era um porto-riquenho "conhecido do ex-deputado comunista Paulo Cavalcanti", adiantando que eu é quem o teria apresentado a uma dona de pensão na Rua Nova, para residir provisoriamente.

À minha grande dor pela perda de um dos meus melhores amigos juntava-se a revolta ante a impiedosa provocação da polícia atribuindo-me relação de cumplicidade com o ato de terror.

Afigurava-se-me bem nítida e delineada a intenção dos grupelhos reacionários: forçar minha fuga, pelo temor, com a admissão tácita de minha culpabilidade no monstruoso crime.

Fiquei em casa, esperando os acontecimentos. Depois de muito refletir, telefonei para o secretário de Segurança Pública, General Viriato Passos de Medeiros, com que trabalhara na prefeitura nos tempos de Arraes, oferecendo-me para qualquer investigação ou mesmo acareação com quem quer que fosse, no caso da bomba do aeroporto. Sua resposta tranqüilizou-me:

— Conheço o senhor, Dr. Paulo. Sei-o incapaz de um ato covarde como esse. Divirjo de suas idéias, mas o respeito. Pode ficar tranqüilo que o senhor não será incomodado.

No dia seguinte, os jornais trouxeram um desmentido da versão que me atribuíra contatos com o terrorista.

Iniciaram-se as diligências para apontar os culpados. Quando a Polícia Civil já estava na pista certa, inclusive com um retrato falado do autor da bomba do aeroporto, a Aeronáutica avocou o in-

quérito, alegando que os fatos seriam apurados na área de sua competência.

Não fui, obviamente, ao sepultamento de Edson, nem à missa de sétimo dia. Minha maior preocupação era saber o que Isabel, sua esposa, estaria pensando a meu respeito. Num encontro fortuito, numa solenidade religiosa na Matriz de Santo Antônio, em memória de outro amigo comum, ela veio a mim, abraçou-me e foi peremptória:

— Eu sei quem matou meu marido.

É significativo o fato de Isabel negar-se sistematicamente a participar de qualquer homenagem oficial à memória de Edson, carpindo suas dores com os filhos, na intimidade de sua vida.

Por ocasião da prisão do estudante Francisco de Assis Barreto da Rocha, lançaram-lhe a acusação de haver sido o autor da explosão da bomba do aeroporto. Levado à Aeronáutica, no Recife, foi barbaramente torturado, terminando, exangue, a inculpar-se a si mesmo do crime. Mudado o comando da Força Aérea na cidade, voltou Chico de Assis a ser chamado a depor, esclarecendo-se, então, que não era ele o autor do atentado. Tudo, antes, fora obtido à força. Mesmo assim, foi Chico de Assis condenado por "auto-acusação falsa", na Auditoria da 7.ª Região Militar...

Precisava-se, contudo, de um "bode expiatório" para encobrir os verdadeiros autores da explosão. Na primeira oportunidade, condenaram o engenheiro Edinaldo Miranda a dois anos de prisão pelo delito do aeroporto. Edinaldo nem estava no Recife quando da morte do jornalista Edson Régis e do Almirante Nelson Fernandes.

A outras pequenas prisões fui submetido em 1968 e 1969. Umas de pouca duração, de horas, outras mais prolongadas, de dias, como a que se seguiu à edição do Ato Institucional n.º 5, em dezembro de 1968.

Outras tantas vezes voltei a ser preso, entre 1968 e 1969, algumas por horas apenas, umas por dias e semanas, nunca se formalizando processo por essas detenções.

Minha disposição de continuar morando no Recife irritava os círculos reacionários. O ambiente geral, contudo, confortava-me — ninguém alargando, por sua conta, as restrições que me eram impostas. Quando completamos vinte e cinco anos de formados, fui aclamado orador oficial do almoço de confraternização que realizamos no Clube Internacional do Recife, presente, inclusive, Wandenkolk Wanderley, nosso colega de turma de bacharelado. A sociedade, o povo, os amigos não passavam recibo das discriminações, a que o regime me submetia. Não havia por que eu me mudar de Pernambuco.

De abril para maio de 1973, fui preso durante vinte e um dias, no DOPS. A polícia "estourara" um "aparelho" do PC, ao que dizia,

prendendo alguns elementos. E, na esteira das diligências, achou de envolver-me na trama conspirativa, dada a minha nunca negada condição de marxista — modesto, embora.

Na primeira noite, fiquei encarcerado numa cela infernal, que os policiais diziam ser reservada para "terroristas".

Quando cheguei ao DOPS, já era noite. Fora trazido do meu escritório de advocacia, já no fim do expediente. Sob a desculpa — que eu soube, depois, inverídica — de que o Delegado Acióli não estava na repartição, trancaram-me numa imunda cela, duas camas em forma de beliche, os colchões manchados de sangue humano e de percevejo.

Dormi no chão, fazendo de meu paletó lençol. Pela manhã, o Delegado Acióli me chamou ao seu gabinete e disse que tudo resultara de equívoco.

O "tira" que me levara, na primeira noite, ao estreito cubículo — um jovem de vinte e poucos anos, moreno, bem-apessoado —, ao fechar-me no xadrez dos "terroristas", demonstrou perplexidade. Ouvira que se tratava de advogado. Eu, por sinal, vestido de paletó e gravata, a roupa melhor de que dispunha no momento. O desapontamento do jovem policial era indissimulável.

— Você sabe por que estou preso? — perguntei-lhe.

Com sua negativa, expressa num balançar de cabeça, expliquei-lhe:

— Estou preso por defender um mundo melhor para você e sua família. Um mundo em que pessoas de sua cor possam ser bem recebidas na sociedade, possam estudar e formar-se, como eu. Estou preso por querer um mundo sem ódio e sem discriminações de cor ou de classe, um mundo de alegria e de paz para todos, entende?

O policial olhou-me, calado, deu a última volta na chave do cadeado do xadrez, andou alguns passos, tornou a mim e disse, em voz mansa:

— Vou trazer um jantarzinho para o senhor.

A meio da semana, era época de jogar-se na loteria esportiva. Na Secretaria de Segurança, os "tiras" faziam suas apostas. Um deles veio a mim e perguntou se eu e meu companheiro de prisão, o advogado Janiro Pontes, aceitaríamos compartilhar de um jogo duplo ou triplo — sei lá — da loteria. Concordamos em participar da aposta.

Na segunda-feira, o policial voltou desapontado, os gestos nervosos, anunciando que havíamos feito doze pontos na loteria esportiva, quase ganhando um dos maiores prêmios.

Teria sido divertido, no caso de acertarmos os treze pontos desejados, a imprensa abrir coluna para anunciar:

"O maior prêmio da loteca, esta semana, foi ganho por policiais e 'subversivos' de Pernambuco!"

Durante os longos dias de prisão, na parte da secretaria destinada a presos comuns, embora eu me encontrasse, com Janiro, numa sala reservada, em forma de "prisão especial", convivemos com delinqüentes de toda espécie — de assassinos a "descuidistas".

Nesse convívio de "companheiros de copo e de cruz", ganhei muita experiência de vida, da vida do outro lado, do anverso da vida. Moura, conhecido nas rodas policiais como "Bode Mouco", era um tipo curiosíssimo. "Descuidista", orgulhava-se de não roubar ninguém dormindo, entrando-lhe pela casa adentro. Dizia que "isso é coisa de covarde, penetrando nos lares sem consentimento das pessoas". Furtava às claras, nos ônibus ou nos supermercados, todo mundo vendo.

Alto e branco, vivia com uma mulher bem carregada na cor, "moreninha chocolate", como dizia. "Quando eu lhe digo", comentava, "que é uma honra para ela ser casada com um branco, sua resposta me encabulava":

— "Sou preta, mas sou honesta. Você é branco, mas é ladrão".

Com esse jeitão nosso de querer consertar as coisas do mundo, aconselhei-o o mudar de vida. Enfim, ele era um motorista profissional, tinha carteira regularizada, era moço, não se embaraçaria em lugar nenhum. Moura ouvia calado, mas seduzido pela sociedade de consumo, observava:

— Eu tenho vontade de mudar de vida, doutor. Mas preciso dar um "golpe" de uns cinqüenta mil cruzeiros. Daí por diante, eu me regenero.

E dizia dos seus planos, com os cinqüenta "pacotes" de mil no bolso: tomar um "jatão" da Sadia, hospedar-se no Hotel Glória, no Rio, beber uísque Chivas Regal e comer do bom e do melhor. Quando tivesse gasto uns quarenta mil, iria para São Paulo trabalhar de *chauffeur* de caminhão. No meio dos devaneios, indagava-me, pondo-me em dificuldades:

— O senhor acha que com uma "pelega" de quinhentos "mangos" eu como o rabo de uma aeromoça de "jatão"?

Um dia, confidenciou-me que repartia o produto de seus crimes com mais de quinze policiais. "Na semana em que não 'trabalho', eles me apertam por dinheiro", dizia.

Entre um furto e outro, de maior importância, "Bode Mouco" — eu fazia questão de chamá-lo Moura — ia a um supermercado, de lá trazendo, sob o blusão, uns maços de cigarros da melhor qualidade, vendendo-os aos amigos pela metade do preço.

— Quem é mais ladrão: sou eu, fodido da vida, que "afano" uns macinhos de cigarro, ou é o Dr. Batista da Silva, dono de uma cadeia de supermercados, que compra bacalhau por um preço e nos vende por dez vezes mais?

A pergunta realmente me embaraçava.

Outro preso que me chamava a atenção era Paulo, um jovem de pouco mais de vinte anos — sempre irritado dentro das grades, andando de um lado para outro, como fera enjaulada. Era "bandeira 2", assaltantes que atacam de preferência motoristas de táxis, à noite, tomando-lhes o apurado do dia.

— O filho da puta que eu matei, doutor, só tinha trinta e seis cruzeiros no bolso. Vou pegar uma "cana" danada por uma besteira.

Passara alguns anos no Juizado de Menores do Recife, onde — dizia — aprendera a roubar. Velho conhecido da polícia, dessa vez seu crime era de homicídio. Lembrou-me que, noutra oportunidade, para fugir da "solitária", untou-se todo de fezes, dos pés à cabeça, criando um estado de verdadeira calamidade na Secretaria de Segurança Pública — ninguém agüentando o mau cheiro. Foi tirado da cela e transferido para um comissariado, o que para ele era melhor.

Doutra feita, disparou a válvula de descarga do sanitário até não poder mais, tendo tido, antes, o cuidado de vedar com uma bucha de pano o fundo da bacia do aparelho por onde a água teria de escoar. Com isso, Paulo inundou as seções administrativas do DOPS, sendo preciso chamar o Corpo de Bombeiros. Obteve o que queria: a remoção para um comissariado de subúrbio.

João era um homem calado, de poucos movimentos, sentando de cócoras no fundo do xadrez, fumando seu cigarro. Matara a mulher com várias "peixaradas" na sexta-feira da Paixão, por uma simples querela. Suas pernas fediam, de tantas feridas mal tratadas, o pus correndo até as alpercatas. Quando minha filha Magnólia me visitou uma tarde, pedi que me trouxesse, da próxima vez, água oxigenada, gaze, algodão, pomada e mercurocromo. Eu mesmo, com o consentimento do Delegado Acióli, entrava na cela de João e limpava-lhe as feridas, envolvendo suas pernas de gaze, levemente. Com pouco tempo, seu estado de saúde melhorou.

A acusação que pesava sobre mim era de ser, por dedução do DOPS, o dirigente do PC em Pernambuco, uma vez que a suposta direção apanhada pela polícia se compunha de operários. "Deve haver um cérebro por trás de tudo isso", dizia-me o delegado do DOPS. "E esse 'cérebro' deve ser eletrônico — porque eu não sou", respondia-lhe.

Até que se apurasse que eu realmente não era o tal "cérebro", passei vinte e um dias nas grades. Desde o primeiro momento, a Ordem dos Advogados do Brasil emprestou-me solidariedade, visitando-me por seus conselheiros quase diariamente. Fui visitado ainda pelas diretorias da Associação de Imprensa de Pernambuco, do Sindicato de Jornalistas Profissionais, da Associação do Ministério Público e da União Brasileira de Escritores, além de de-

legações interpartidárias da Câmara Municipal do Recife e da Assembléia Legislativa de Pernambuco. O próprio líder do governo do Estado, Deputado Antônio Corrêa de Oliveira, meu velho amigo de parlamento, foi ver-me no DOPS, o mesmo acontecendo com escritores, juízes de Direito e promotores públicos.

Ao sair da prisão, dirigi à Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, na pessoa do seu presidente, Joaquim Correia de Carvalho Júnior, o seguinte relatório:

"Venho agradecer, muito penhorado, o apoio que recebi do prezado colega, na condição de presidente da OAB, seção de Pernambuco, durante os vinte e um dias em que estive recolhido à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado, como preso político, para averiguações. Proclamo, sem reservas, o papel desempenhado pelo atual conselho da OAB, em Pernambuco, na defesa dos interesses da classe e das liberdades constitucionais, precisamente quando um dos seus mais humildes associados se encontrava detido por questões de ideologia política.

Desde as primeiras horas de minha prisão, o ilustrado colega presidente passou a movimentar-se, visitando-me pela manhã do dia seguinte ao da detenção, juntamente com o meu advogado Bóris Trindade e colocando à minha disposição toda a ajuda moral e material do OAB deste Estado.

Por um dever irrecusável de consciência, quero deixar claro, na oportunidade em que me dirijo ao conselho da OAB regional, que não sofri nenhuma coação física na polícia, a não ser os incômodos decorrentes das péssimas condições materiais da prisão em si mesma, apesar das quais, com o testemunho do caro colega presidente, me conduzi com dignidade, reafirmando, a cada instante, as minhas convicções ideológicas, isentas, contudo, de quaisquer atos que tipificassem o chamado 'delito de subversão'.

Sem elogiar a polícia, mas reiterando o respeito que mereci do delegado e comissário do DOPS e demais funcionários, desejo, contudo, deixar consignado aqui o meu protesto pelo fato de haver sido trancafiado, na primeira noite de minha detenção, num verdadeiro 'calabouço medieval', como simples criminoso comum ou marginal da sociedade, a despeito de ter declinado, desde os primeiros instantes, a minha condição de advogado e de a própria polícia haver apreendido a minha carteira de filiado à OAB.

Na cela a que estive recolhido durante toda uma noite, lá estiveram também, antes e depois de mim, assassinos, 'descuidistas', maconheiros, falsários, arrombadores, assaltantes — toda uma gama de infratores da lei —, sendo de ressaltar, por importante, que, em seguida à minha passagem pelo mencionado calabouço, onde dois ou três colchões, manchados de suor e às vezes até de sangue,

denotavam as mais rebaixadas condições de encarceramento, foi nela metido um jovem, de família muito relacionada social e artisticamente no Recife, toxicômano e, além disso, portador de lepra — conforme ficou comprovado pela própria polícia.

Do relato se conclui que a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco não dispõe de condições materiais para prisão especial a que têm direito, por lei, os profissionais de nível universitário, na fase processual, por maiores esforços que possam despender os funcionários da polícia, nesse sentido.

Tornando a proclamar a minha gratidão e o meu reconhecimento pela conduta do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Pernambuco, peço ao prezado colega e amigo que transmita aos conselheiros Rodolfo Araújo, Urbano Vitalino dos Santos Filho, Carlos Moreira e Jáder Heráclio do Rego, que me sensibilizaram com suas visitas e sua solidariedade, os meus protestos de agradecimento.

Pondo-me à disposição desse conselho para outros esclarecimentos, reafirmo a minha gratidão.

Recife, 8 de maio de 1973".

Em fins de 1974, a campanha eleitoral para senador empolgou o povo pernambucano, jejuno de eleições majoritárias, já que não podia exercer o direito de voto para presidente da República, para governador do Estado e para prefeito do Recife — "conquista" da "revolução redentora", que se propusera, em 1964, a restaurar as franquias democráticas no país.

Integrado nas forças políticas e sociais que se organizaram em torno do candidato Marcos Freire, do Movimento Democrático Brasileiro, fiz o que estava ao alcance de minha capacidade para contribuir à sua eleição.

Paralelamente, tomava-se conhecimento de graves irregularidades no Banco de Desenvolvimento de Pernambuco, BANDEPE, com vultosos empréstimos a clientes eleitorais do governo — a cidade se enchendo de notícias escabrosas, de gravações de fitas cassetes contendo conversas de políticos e industriais, envolvidos no escândalo.

A cúpula que dominava o setor do DOPS fazia parte de um dos grupos comprometidos com as falcatruas. Tornava-se, pois, necessário desviar as atenções do público para outros fatos, mantendo à margem as negociatas do BANDEPE, assunto de cada esquina.

Sem quê nem para quê, o DOPS mandou aprisionar inúmeras pessoas, algumas bem relacionadas na cidade, dando a impressão de que se tratava de movimento "subversivo" de larga repercussão social. Eu fui na "lingada", de novo.

Como de hábito, enderecei ao advogado Joaquim Correia de Carvalho Júnior, presidente da OAB em Pernambuco, o relatório que se segue:

"Venho comunicar ao prezado colega e, por seu intermédio, aos ilustrados membros do Conselho Regional da OAB em Pernambuco, os fatos que adiante se lêem, ocorridos no dia 11 do mês corrente:

Por volta de oito e meia da manhã, estando em minha residência, na Avenida Beberibe, 3122, nesta cidade, fui procurado por dois agentes de segurança que, dizendo-se portadores de um 'convite' do delegado de Ordem Política e Social, bacharel Moacir Sales, me conduziram, preso, àquela especializada. À saída de minha residência, observei que uma camioneta Veraneio, no interior da qual se encontravam uns quatro ou cinco outros indivíduos, seguiu, durante todo o cortejo, o carro em que eu era conduzido ao DOPS.

Em poucos minutos, chegamos à nova sede da Delegacia de Ordem Política e Social, que funciona na Avenida João de Barros, no prédio contíguo ao em que se acha instalado, há muitos anos, o Colégio Leão XIII.

Apresentado ao comissário de serviço, fui solicitado a deixar em seu poder documentos, relógio e outros objetos que conduzia, sendo imediatamente levado ao primeiro andar do edifício, onde fui posto, sob vigilância, numa sala inteiramente vazia de móveis, embora servida de aparelho de ar-condicionado. Como houvesse passado a noite anterior em claro, acompanhando doença de minha esposa, resolvi, sem outra alternativa, deitar-me no chão da sala, a despeito de o soalho se encontrar bastante sujo, o que, de resto, ocorria com todas as dependências do DOPS, atualmente em fase de adaptação às suas instalações no citado imóvel.

Cerca de uma hora depois de minha chegada, recebi a visita do Sr. Moacir Sales e de alguns outros altos funcionários da delegacia. Fui cientificado pelo próprio Dr. Moacir Sales de que minha presença no DOPS se prendia à necessidade da prestação de alguns esclarecimentos, o que seria formalizado no decorrer do dia, assegurando-me que nenhum vexame eu sofreria e oferecendo-se, inclusive, para providenciar médico, caso o meu estado de saúde reclamasse, sabendo ele, por informações de terceiro, de que eu realmente me achava sob os cuidados de um cardiologista. Disse-lhe, em contrapartida, que não precisava de nenhuma assistência médica, encontrando-me, no momento, em bom estado de saúde.

Passadas algumas horas, fui chamado a descer ao andar térreo do DOPS, onde me tomaram as impressões digitais, em papéis timbrados que se sucediam em proporções absurdas, após o que passei a ser fotografado em várias posições — de frente, de perfil e em pé.

Nessa ocasião, tomei conhecimento de que outras pessoas, algumas das minhas relações de parentesco e amizade, se encontravam presas, entre elas mais três advogados e um médico, além de um ex-deputado estadual do Partido Social-Democrático.

À hora do almoço, tive a opção de escolher o prato que quisesse, o que, segundo me constou, foi facultado aos demais presos, em número aproximado de vinte.

Já noite, desci para ser interrogado. Na verdade, não se tratava de mero interrogatório, mas de respostas a perguntas cretinas, padronizadas, constantes de papel impresso. A meu ver, estava diante de um verdadeiro *vade-mecum* de delação, em que as perguntas se caracterizavam ora pelo ridículo, ora pela pouca inteligência de suas formulações. Assim é que fui perguntado pelo nome próprio, pelo meu 'codinome' (*sic*) na organização clandestina a que eu estaria filiado: sobre minha vida escolar; sobre a conduta política de minha esposa e quais os 'aparelhos' (*sic*) em que costumávamos, eu e ela, atuar clandestinamente; sobre quais os 'elementos' de esquerda que eu conhecia, relatando nome a nome; sobre os meus bens pessoais, etc., etc. Entre uma e outra pergunta, um jovem, que se dizia bacharel, de nome Cruz, me inquiria a respeito das coisas mais díspares: o que eu achava do marxismo, por que 'tinha tanto prestígio no Recife', se eu considerava esquerdistas certos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro nas últimas eleições, se eu 'acreditava em reabertura política', se achava que em algum país do mundo se aplicava o marxismo, qual a solução que considerava 'justa' para resolver o que o delegado classificava de 'graves problemas nacionais', se eu me considerava um 'perseguido pela polícia', quais as razões de ser preso pelos órgãos de segurança constantemente, etc.

Afora as perguntas que implicavam pura e simplesmente delação, ou que se referiam a assuntos absolutamente reservados à minha vida pessoal, respondia a algumas delas. Sobre minha filiação partidária, declarei que não pertencia a nenhuma organização política subversiva, embora me considerasse um marxista, do ponto de vista ideológico. À interpelação do jovem bacharel sobre se eu era um 'marxista convicto', respondi que sim, acrescentando, todavia, que me considerava um marxista convicto, vírgula, 'embora modesto', o que ficou constante do interrogatório. Diante da estranheza do delegado, expliquei-me: sendo eu um escritor de província, de limitados conhecimentos filosóficos, não podia me classificar a mim mesmo de marxista, a não ser com a ressalva de 'modesto'.

Quanto à pergunta sobre quais os 'esquerdistas' que eu conhecia, atualmente, fiz questão de que constasse do termo de interrogatório a seguinte observação: 'O interrogado nega-se a responder à presente pergunta'. Expliquei, em seguida, que, do meu ponto de vista, não considerava nenhum crime o ser-se esquerdista ou marxista.

Mas como, do ângulo da polícia, essas qualidades políticas ou ideológicas são costumeiramente tidas como sinônimo de delinqüência, eu me negava, terminantemente, a delatar quem quer que fosse, ainda que tivesse de passar dez anos naquela prisão.

Sobre as perguntas atinentes aos 'aparelhos' freqüentados por mim e minha esposa, não dei a menor resposta, assinalando que as indagações estavam prejudicadas pelas respostas anteriores. O mesmo sucedeu quanto às questões internas do MDB, que eu não as conhecia, embora deixasse consignada a afirmativa de que votara nos seus candidatos nas últimas eleições, à falta da existência de um partido de linha esquerdista, que seria o de minha preferência.

Por volta das vinte e três horas e trinta minutos, fui solto, tendo declarado ao Delegado Moacir Sales que, apesar de haver sido tratado com o máximo de cortesia por ele e por seus auxiliares, não abdicaria do dever de protestar contra a ilegalidade de minha prisão perante a Ordem dos Advogados, na primeira oportunidade.

É o que faço neste momento, setenta e duas horas depois do ocorrido, não sem sublinhar que essa arbitrariedade se registrou exatamente no momento em que os países civilizados e democráticos assinalavam o transcurso de mais um aniversário da proclamação da Declaração dos Direitos do Homem, subscrita pelo Brasil na ONU.

Pela inocuidade da prisão, por sua irrelevância, pela gratuidade da violência aos direitos individuais garantidos pela Constituição Federal, creio que nenhum homem de bom senso, dentro ou fora do governo, aprovará a conduta do DOPS, no episódio que acabo de relatar.

Não descarto a hipótese, pelo menos quanto às perguntas que me foram feitas, de que a ação do DOPS está ligada à derrota do partido governista, a ARENA, no último pleito eleitoral, bem como ao plano de diversionar a opinião pública, desviando-a dos escândalos que estão a ocorrer no Banco de Desenvolvimento de Pernambuco, BANDEPE, envolvendo pessoas do governo. Estes, caro colega presidente do Conselho Regional da OAB, os fatos que, de qualquer forma, maculam a imagem do Brasil, tanto interna, como externamente. Trata-se, em resumo, das tais 'violências desnecessárias' ou 'escusadas', a que, recentemente, aludiram S. Exa. o General Ernesto Geisel, chefe do governo, e seu ministro da Justiça, Armando Falcão.

Quanto a mim, que não aceito as violências nem desnecessárias nem necessárias, resta-me, correndo os riscos de sempre, bater à porta da entidade de classe a que pertenço, como advogado militante, para protestar contra tamanha ilegalidade.

Reitero, sem favor, que, afora a arbitrariedade da prisão, em condições materiais, como sempre, inadequadas, o tratamento recebido dos policiais, a começar do delegado do DOPS, foi respeitoso e urbano.

Aproveito o momento para agradecer as gestões desenvolvidas por essa presidência durante as longas horas de minha prisão e a dos demais colegas. Cordialmente.

Recife, 13 de dezembro de 1974".

Desse relatório, o Movimento Democrático Brasileiro mandou xerografar centenas de exemplares, distribuindo-os pela cidade. A OAB, por sua vez, acolheu-o, consignando em ata de diretoria o seu protesto e o encaminhando ao governador do Estado, Eraldo Gueiros Leite.

De tantas e tão repetidas prisões, a décima até aqui, depois do advento do golpe militar de 1964, minhas condições de saúde não eram satisfatórias, havendo suspeitas de que eu estivesse acometido de um processo de insuficiência coronariana.

Em março de 1976, ocorreria a minha última prisão — última no tempo, não a derradeira, suponho.

Fui despertado no dia 5 daquele mês por fortes batidas na porta principal da minha residência. Dormia com minha esposa na parte posterior da casa, um tanto distante da entrada de frente. Em face disso, custei a ouvi-las, embora as batidas fizessem um ruído enorme.

Ao abrir a porta, o espetáculo de rotina: os "tiras" de chapéu de feltro, revólveres na cintura, mas dessa vez com dois mandados: um de prisão e outro de busca e apreensão.

Não costumo discutir com pobres e ignorantes policiais as causas de minhas prisões. Recebo-os normalmente, até com certo espírito de bonomia, oferecendo-lhes um cafezinho e pedindo-lhes que fiquem à vontade, enquanto me apronto. Parto do princípio de que esses policiais, salvo exceções, vivem do seu ganha-pão, não sabendo ao certo o que fazem. São homens do povo, explorados como classe. Claro que há os espancadores profissionais. Todavia, desses, os que encontrei na vida e os de que tive conhecimento não eram modestos funcionários públicos, mas bacharéis e militantes de alta patente, como Villocq e Ibiapina, como Cécil Borer e Álvaro da Costa Lima.

Certa feita, ao ser interrogado no DOPS, numa dessas prisões, ao oferecer cigarro ao datilógrafo que batia na máquina o meu interrogatório, ouvi dele a seguinte observação:

— Agora, doutor, estou distinguindo um comunista de um "terrorista". Enquanto o senhor me oferece cigarro, tratando-me como gente, eu fui cuspido na cara por um desses "barra-pesada" do terror, que ainda por cima disse que eu era um "agente do imperialismo americano". Veja lá, doutor: um "lascado" como eu, ganhando

oitocentos cruzeiros nesta merda desta polícia, considerado ainda por cima como agente do imperialismo americano!

A morte, nos tempos de hoje, de pequenos funcionários de penitenciárias italianas por elementos das Brigadas Vermelhas parece-me um fato denunciador de inconsciência política, mais do que de sectarismo. Ainda que esses auxiliares dos aparelhos de repressão encarnassem o tipo do torturador vulgar, atrás deles se escondem os verdadeiros fatores da violência de classe, a grande burguesia italiana, os latifundiários e os agentes da CIA norte-americana.

Comparo esses atentados impiedosos, contra humildes e despersonalizados agentes de segurança, à atitude de grande alcance de dirigentes marxistas da Índia, em Calcutá, há alguns anos atrás.

Tratava-se da direção do PC naquela região do país. Recolhidos a uma prisão infecta, seus componentes encetaram uma greve de fome coletiva. Objetivo da greve: aumento de remuneração para os carcereiros, que percebiam miseráveis salários.

Agora mesmo, um dos pré-requisitos do PC italiano para apoiar o governo da Democracia Cristã no parlamento é o de se permitir que o Sindicato dos Agentes de Polícia de Roma faça parte da Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT.

Os "tiras" da Polícia Federal que foram à minha casa no dia 5 de março de 1976 puseram-se à vontade, sem constrangimento. Ofereci-lhes água e café. Expliquei-lhes que não abrira a porta às primeiras batidas pelo fato de o meu dormitório se situar na parte dos fundos da casa.

À vista do mandado de busca e apreensão, encaminhei-os ao meu gabinete de trabalho, mostrando-lhes as estantes e os armários de aço, onde costumo guardar documentos de mais valia.

Cordial com os "tiras", faço força, contudo, para manter-me numa postura inflexível diante dos interrogadores principais, reiterando minhas posições ideológicas, sem perder princípios. Quando falo, em resposta às perguntas formuladas, procuro convencer-me de que estou diante de um grande auditório, com o povo na minha frente. E me compenetro de que falo para o futuro, para os meus netos e bisnetos, aos quais não quero deixar a imagem de pusilânime.

Quando entrei na Veraneio, o chefe do grupo de policiais, em tom grave, me disse:

— Doutor, as ordens eram para levar o senhor encapuzado e algemado. Mas estou vendo que se trata de um homem educado. O senhor vai assim mesmo, à vontade.

E me conduziu ao quartel do 4.º Batalhão de Polícia do Exército, em Olinda. Lá fui metido num xadrez do Corpo da Guarda,

na fachada principal do edifício, aberturas de combogós servindo de entrada de ar e luz ao cubículo.

Dessa prisão, fiz o relatório de costume à seção regional da Ordem dos Advogados, cujo resumo os jornais de São Paulo e do Rio publicaram. Ei-lo:

"Caro colega Moacir Baracho. Na condição de advogado militante, inscrito nessa instituição sob o n.º 767, venho relatar acontecimentos que se passaram com minha pessoa, para ciência e deliberação dos ilustrados colegas do conselho.

No último dia 5 do corrente, entre seis e seis e meia da manhã, fui preso pela Polícia Federal, em minha residência, à Avenida Beberibe, 3122 — a décima primeira vez em que sou privado da liberdade, depois de 1964.

Três agentes federais, exibindo identidade e mandados de prisão e de busca e apreensão, assinados pelo major do Exército Hiram Gomes Cavalcanti, levaram-me em sua companhia, numa Veraneio, ao quartel do 4.º Batalhão de Polícia do Exército, sediado na estrada de Rio Doce, em Olinda.

Aí chegando, trancafiaram-me num xadrez do Corpo da Guarda, à entrada do referido quartel. Pouco menos de uma hora depois, conduziram-me numa viatura à parte posterior daquela unidade militar e me introduziram numa sala onde já se encontravam dois cidadãos à paisana. Então, passei a ser interrogado das oito da manhã às seis da noite, com pequenas interrupções, inclusive para ligeira refeição dos inquiridores. Quanto a mim, fiquei sem alimentar-me durante todo o dia, sendo-me servido, depois de todo o interrogatório, já no fim da tarde, em forma de alimentação, um copo de leite com algumas bolachas Cream Cracker. Em seguida, fui fotografado nu, de corpo inteiro, em três posições: de frente, de costas e de lado.

No outro dia, pela manhã, chamaram-me novamente à presença dos mesmos senhores, dessa vez para ouvir trechos e mais trechos de fitas magnetofônicas em que vozes, por mim não identificadas, citavam meu nome como envolvido em ligações com o Partido Comunista e pessoas ou dirigentes regionais do Movimento Democrático Brasileiro. Nessas gravações, nomes de pessoas eram amiudadamente aludidos, em circunstâncias de tempo e lugar diferentes, algumas delas estruturadas notoriamente no MDB, em Pernambuco. No dia seguinte, fui novamente conduzido à mesma sala, dessa vez para explicar a origem de livros e impressos apreendidos pelos agentes da Polícia Federal em minha residência. Todos esses interrogatórios eram gravados, inclusive todos os diálogos mantidos entre mim e os meus inquiridores. As explicações sobre a origem de certos livros

e papéis encontrados em minha casa tiveram, por exemplo, de ser repetidas três vezes, porquanto o gravador apresentava defeitos. No segundo dia do meu interrogatório, minha alimentação se resumiu em café com pão e manteiga, pela manhã, e banana e arroz ao meio-dia, voltando a comer arroz ao jantar. E que, em fase de rígido regime dietético, eu não podia comer nem o ovo que me fora oferecido ao desjejum, nem a carne de charque servida nas refeições principais.

Ao longo dos dois dias do interrogatório, por evidente estado de esgotamento físico, sem me alimentar devidamente, fui acometido de algumas crises cárdio-vasculares, uma delas na própria sala do interrogatório, ao fim das quase intermináveis inquirições, felizmente fora da vista dos meus inquisidores, o que poder-lhes-ia parecer temor de minha parte, caso me sentisse mal em sua presença.

Ontem, à tarde, conduziram-me à presença do Major Hiram Gomes Cavalcanti, encarregado do inquérito, o qual, de maneira cortês, perguntou por minha saúde, ao mesmo tempo que dava ciência de que eu seria solto imediatamente, depois de formalizar, por escrito, em resumo, tudo quanto fora gravado nos interrogatórios. Dizia o Major Hiram que a minha libertação havia sido resolvida em vista do meu estado físico, levando-se em conta, também, que eu tinha residência certa e que, se fosse o caso, seria chamado à sua presença para novos esclarecimentos.

Reduzido a termo o interrogatório, fui conduzido à sala de comando do batalhão, onde se achavam outros oficiais, inclusive o tenente-coronel comandante da unidade. Por todos fui então tratado com urbanidade, sendo-me servido um copo de água de coco, gelada, enquanto aguardávamos a presença do nosso colega Jáder Heráclio do Rego, digno conselheiro da OAB. Era determinação do encarregado do inquérito que o ato de minha libertação fosse assistido, ou por meu médico particular, ou por meu advogado, ou pelo presidente do conselho da OAB em Pernambuco.

À falta dos primeiros, que não puderam comparecer àquela hora por não terem sido encontrados, optou o Major Hiram pela presença de um representante desse conselho. No carro particular do caro colega Jáder Heráclio, fui levado à minha residência, em companhia de familiares.

Aí estão os fatos. Vamos agora aos comentários.

Inicialmente, devo declarar, para ser veraz, que não sofri a menor coação física por parte das autoridades federais ou militares. Os próprios inquiridores, que não se identificaram, trataram-me com respeito e urbanidade. Os três agentes da Polícia Federal que foram à minha casa para prender-me tiveram igual conduta, conduzindo-me até o quartel do Batalhão da Polícia do Exército sem capuz e sem

algemas, o que parece não ter ocorrido com os demais presos, notadamente com minha filha Magnólia, também advogada, que, chegando presa ao batalhão, nele foi introduzida encapuzada e com os braços em algemas. Violência grosseira e desnecessária, como se vê.

Quanto ao interrogatório principal, prestado no quartel durante os primeiros dias, adianto que o produzi com calma e equilíbrio, respondendo a todas as perguntas e explicando todos os atos públicos de minha vida. Comecei por reiterar, como de todas vezes em que sou preso, a minha notória condição de marxista, de homem de esquerda, sem filiação partidária ou orgânica. Neguei, todavia, qualquer envolvimento com a vida interna do Movimento Democrático Brasileiro, como desmenti veementemente qualquer tipo de ligação com grupos ou partidos ilegais.

As vozes que me incriminavam, nas gravações, e que, segundo os interrogadores, eram dos 'elementos do CC do PCB' — em depoimentos prestados no sul do país — eu não as identifiquei como minhas conhecidas. Pela exuberância de dados fornecidos, pela desenvoltura das declarações, tais depoimentos, segundo minha opinião pessoal, seriam ou de meros provocadores, ou de elementos da polícia infiltrados no PCB, ou de agentes mesmos do PCB, induzidos, pela mais cruel violência ou ameaça, a dizer o que era do interesse de quem os interrogava.

É curiosa a circunstância de que, ainda que me acusando, esses indivíduos ressaltavam a minha condição de 'livre-atirador' (*sic*), de 'não ligado à organização do PCB (*sic*), de esquerdista que 'atuava em faixa própria' (*sic*), ou coisa semelhante. Como se vê e conforme eu próprio declarei no interrogatório gravado, eram peças mais de minha defesa, do que de minha acusação.

À pergunta do Major Hiram, no interrogatório escrito, sobre qual era a minha opinião a respeito das eleições passadas e sobre se as esquerdas haviam votado no MDB, respondi que acreditava que as esquerdas poderiam ter votado no Movimento Democrático Brasileiro como única opção eleitoral, no círculo de ferro do bipartidarismo dominante no país. E também pelo fato de, do programa do MDB, constarem quesitos ou itens que atendiam ao mínimo aspirado pelas forças de esquerda, atualmente proscritas do cenário político nacional, tais como a decretação da anistia, a revogação das leis de exceção e a volta ao regime democrático e constitucional.

Perguntado nos interrogatórios gravados e no escrito sobre a origem ou as causas de minha prisão, como eu, pessoalmente, as entendia, respondi que, ressalvada a boa fé admissível dos encarregados do inquérito em Pernambuco, tratava-se de um plano político visando à cassação de mandatos dos mais legítimos representantes da linha oposicionista no Brasil.

Nos quatro dias de minha permanência no 4.º Batalhão da PE, em Olinda, fui atendido por médicos, desde a primeira hora até a última, que me dispensaram um tratamento atencioso. Devo ressaltar, por um dever ético, que o comandante da unidade esteve comigo umas três ou quatro vezes, parecendo-me tratar-se de um militar educado. A ele e aos médicos devo a mudança da alimentação, no último dia.

As condições da prisão foram, de resto, as mais precárias possíveis. Estive recolhido a um xadrez de soldado, no Corpo da Guarda do Batalhão, num quarto medindo aproximadamente três metros de comprimento por dois e meio de largura. O banheiro interno do xadrez esteve entupido até o penúltimo dia da minha prisão, o que me forçava a dele servir-me com os pés atolados num charco de águas pútridas, mesmo quando tinha de banhar-me, porque aparelho sanitário e banheiro se situavam no mesmo boxe. Só com a providência pessoal do comandante do quartel, a situação foi remediada. Devo também declarar que, na oportunidade em que o comandante me disse que iria providenciar a minha remoção para outro local do batalhão, pedi-lhe para permanecer onde me encontrava, isso no último dia de minha prisão, em vista de o cubículo, pelo menos, ser arejado, porque voltado de frente para o mar.

No que toca aos livros e papéis apreendidos em minha residência, posso adiantar que, entre os milhares de livros que possuo em minha biblioteca, nem ao menos dez foram levados pela Polícia Federal. Entre eles, um exemplar da Constituição da China, um pequeno livro de Gabriel García Márquez sobre o sentido do golpe militar do Chile, dois livros de ou sobre Che Guevara, um em português, outro em espanhol, três *posters* de Guevara e Fidel Castro, encontrados no fundo de minhas estantes, sem uso evidente, alguns até corroídos pela traça, além de 2 (dois) prospectos: sobre a posição do PCB com relação ao AI-5 e 'Por que os comunistas votam em Lott e Jango?'. O mais novo, no tempo, desses papéis datava de 1968. Até folhetos de literatura de cordel apreenderam em minha casa, versando sobre temas agrários e um, delicioso, sobre um desafio entre um latifundiário e um camponês. Das centenas de folhetos, levaram apenas três, o que parece ridículo. Para um estudioso dos problemas sociais e políticos, o acervo da apreensão é inexpressivo. Ao lado do exemplar da Constituição da China, na minha biblioteca, coincidentemente, havia um exemplar da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte. Mas este os policiais o conservaram em seu lugar. Como havia outras constituições, de vários países do mundo.

'Caros colegas: agradeço, finalmente, a boa gestão do Conselho Regional na solução do meu caso e a cada um dos conselheiros,

individualmente. Aos colegas Bóris Trindade, meu amigo e advogado, por mandato meu e da própria Ordem, e Jáder Heráclio, que me trouxe até em casa, num gesto da melhor cortesia — a minha gratidão. Ao Presidente Baracho, minhas homenagens.

Volto ao convívio de minha família, dos amigos, clientes e colegas no melhor estado de espírito, como sempre, não sem protestar, com a maior veemência, contra o arbítrio e os vexames a que fui submetido, juntamente com minha filha, também filiada à OAB. Volto à vida normal certo de que o povo e a sociedade pernambucana ficaram ao meu lado. Cordialmente".

Terá sido essa minha última prisão, a undécima, a partir de 1964?

Mesmo antes de desvencilhar-me da ação penal instaurada contra mim na Auditoria da 7.ª Região, da qual me livrei pelo reconhecimento da "coisa julgada", em *habeas-corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal Militar, deferido por unanimidade, comecei a atuar, em 1966, como advogado de presos políticos.

Dos processos administrativos me livrara, sem que nada se apurasse contra meus atos na vida pública. Restava-me a ação em andamento na Justiça Militar, no "IPM da cúpula comunista" — numa denúncia que repetia, quase literalmente, os mesmos pretensos crimes já analisados e julgados pelo Tribunal de Pernambuco, que me absolvera por quinze votos a zero.

Os cárceres ainda se achavam abarrotados de presos políticos. E eram poucos os profissionais que ousavam defendê-los. Alguns, quando procurados, cobravam "rios de dinheiro" por um *habeas-corpus*. Outros, no entanto, se esforçavam no desempenho de sua missão, democraticamente, percebendo o que os clientes podiam pagar. Uns e outros, porém, corriam riscos enormes.

Eu me propus a mim mesmo defendê-los de graça, porquanto se tratava de pessoas pobres, na forma da lei, ou demitidos de seus empregos, arbitrariamente. E nisso cumpria os juramentos da profissão.

Como não devia assinar petições enquanto respondia a processo na Auditoria, vali-me do concurso de uma pessoa, recém-formada, de pouca experiência de vida forense. E, assim, trabalhamos juntos, eu redigindo os arrazoados e as alegações, ela assinando e fazendo o que se chama "a cozinha" do processo, na inquirição de testemunhas e nas audiências de interrogatório, com presteza.

Logo que o Superior Tribunal Militar, aceitando a tese da "coisa julgada", determinou o trancamento da ação movida contra mim, passei também a assinar os documentos, abertamente. Mais ainda: aceitei funcionar no mesmo processo no qual estivera envol-

vido como co-réu, o "IPM da cúpula comunista", defendendo Hiram Pereira, Jarbas de Holanda, Antônio Fausto do Nascimento e José Leite Filho, ao mesmo tempo que elaborava as razões finais em favor de Gregório Bezerra.

Entrementes, patrocinava a causa de estudantes universitários — processados pelo Decreto 477 — da Escola de Química, de Medicina, de Ciências Médicas, de Engenharia, de Ciências Sociais, de Veterinária, de Agronomia, da Faculdade de Direito, etc.

Em todos esses casos, obtivemos a absolvição dos indiciados, posteriormente expulsos, alguns deles, extraprocessos, por ato discricionário do ministro de Educação.

Dos procedimentos judiciais, o mais importante, em nosso escritório, era o de Gregório Bezerra, recolhido à Casa de Detenção do Recife. Arraes havia sido julgado em processo separado, sendo condenado a dezenove anos de reclusão, à revelia. Pelópidas Silveira fora excluído da denúncia. Restavam os líderes do PC, os dirigentes das Ligas Camponesas, dos sindicatos rurais, das associações de bairro, além de militantes das lutas democráticas e estudantes, agora transformados em "corruptos e subversivos".

Vale dizer que, em catorze anos de regime militar, com centenas de IPMs instaurados, ninguém foi condenado em Pernambuco por corrupção. Nada se apurou, nesse sentido, nem no governo de Miguel Arraes, nem na prefeitura de Pelópidas Silveira. Todos os inquéritos caíram por terra, quer na Justiça Militar, quer na civil.

Mais de dois anos e meio preso, Gregório teve direito de falar pela primeira vez na Auditoria a 14 de outubro de 1966, quando do seu interrogatório. Pela lei da época, o interrogatório do acusado era um dos últimos atos da ação penal — daí seguindo-se o julgamento, com os arrazoados das partes.

A expectativa em torno da fala de Gregório preocupava os meios castrenses. Habitualmente, os denunciados transferiam aos seus patronos, nesses momentos, a sustentação da defesa, limitando-se a responder às perguntas de praxe sobre filiação, naturalidade, onde estavam na época do crime, se verdadeiras as imputações que lhes eram feitas, se conheciam as testemunhas, se tinham alguma coisa a alegar contra as mesmas, etc.

No instante em que o juiz auditor perguntou a Gregório se ele tinha algo a declarar, ou se preferia deixar a critério dos seus advogados o ônus da defesa, o velho militante de lutas revolucionárias, solene, formulou a indagação sobre se as leis lhe permitiam falar naquela hora. Com o assentimento do auditor, Gregório iniciou suas palavras, anotadas na máquina, pausadamente, pelo escrivão:

— Senhor presidente, aproveito a oportunidade que a lei me permite para denunciar, como réu nesse processo iníquo em que me encontro envolvido, as torturas medievais a que fui submetido no quartel do Parque de Motomecanização, pelo Tenente-Coronel Darcy Villocq Viana, seu comandante, oficial do Exército indigno de vestir a farda que eu, como sargento, soube honrar na minha vida de soldado.

Os membros do Conselho Permanente de Justiça, oficiais sorteados trimestralmente para compor o órgão de julgamento da Auditoria, sentados em suas poltronas, olhavam para o réu com certa displicência. Nenhum deles conhecia Gregório pessoalmente e talvez ignorassem sua verdadeira história. A convocação para o Conselho Permanente surpreendia os militares em suas fainas de serviço nos quartéis. De uma hora para outra, transformavam-se em aplicadores da Lei de Segurança Nacional, assunto árido e complicado às suas especialidades ou à rotina de suas funções.

Quando estive sob processo na Auditoria, o presidente do Conselho de Justiça, num trimestre, foi um capitão veterinário, por sinal um homem cordato. Que se poderia exigir de um veterinário, de um farmacêutico, de um oficial de Cavalaria no manuseio de leis e de códigos?

Sabe-se de um capitão que se julgou ofendido, quando o patrono de um acusado sustentou a tese da "incompetência" do conselho.

Gregório Bezerra, agora, dois anos e meio a fio sem poder falar no processo, aguardando impacientemente a vez de fazê-lo, desabafava:

— Corrupto não sou, senhor presidente. E se ser subversivo é defender os interesses do meu país, então eu o sou, com muita honra.

Caracterizando o movimento de 1.º de abril como um "golpe fascista", contra um governo legalmente constituído, eleito pelo povo, defendeu Miguel Arraes, afirmando que "o ódio dos usineiros começou quando o governo do Estado, pela primeira vez na história, obrigou os patrões a pagar o salário mínimo dos camponeses e organizou os sindicatos rurais para que estes órgãos representassem os direitos do trabalhador na Justiça". Denunciou os crimes praticados pelos usineiros do interior, chamando José Lopes de Siqueira Santos e Júlio Maranhão de "assassinos vulgares".

Fez então o interrogado o relato, com minúcias, das torturas no Parque de Motomecanização, mostrando, dois anos e meio depois, a marca das sevícias. Nesse momento, exclamou:

— Esse oficial, que assim procedeu, não respeitou nem a presença de sua digníssima mulher.

Fosse outro — e a vítima de tantas atrocidades não teria a elegância nem a serenidade de separar a covardia de um marido, das qualidades morais da esposa. Mas Gregório era "feito de ferro e de flor", como dizia o poeta de cordel, exemplo de bravura sertaneja, lutador de causas elevadas, sem ódios pessoais que turbassem a sua consciência política.

À proporção em que se entusiasmava nas críticas aos golpistas, Gregório convergia as atenções do pequeno plenário. Já agora, não eram somente os oficiais integrantes do Conselho Permanente de Justiça que se postavam em posição de interesse, sentados, mais atentos, na ponta de suas poltronas para ouvir o libelo arrasador do acusador. As seções administrativas da Auditoria pararam — os funcionários lotando a sala de audiência.

Gregório Bezerra, de pé, andando de um lado para outro da sala, apontando para os seus julgadores, quase que invertendo a ordem das coisas, perorava:

— Não sou corrupto, nem subversivo. Quem faz subversão é quem depõe pela força um governo legalmente constituído. Quem faz subversão é quem assalta o poder pelas armas, nas costas do povo. Quem faz subversão é quem desrespeita as conquistas sociais dos trabalhadores. Eu, senhor presidente e senhores membros do Conselho, sou um democrata e sou um patriota. A história julgará meus atos.

Os olhos agateados de Gregório brilhavam mais do que de costume. O desabafo de anos de silêncio o transfigurava. Suas faces, rosadas, revelavam um estado interior de satisfação. Demorara anos a falar, mas estava dizendo o que desejava. Era a mágoa acumulada de um homem sofrido fisicamente, mas leve de coração e de alma.

Nessa lide histórica, eu funcionava como defensor de alguns réus. As audiências prolongaram-se por quase uma semana, uns quinze advogados atuando na questão, com mais de trinta clientes, no julgamento.

Quando me chegou a vez de falar, pedi permissão ao presidente do Conselho para saudar os meus antigos companheiros de processo, na pessoa de Gregório Bezerra, ali presente. Até poucas semanas atrás, meu nome figurara na relação dos indiciados. À Auditoria voltava eu agora na condição de advogado, trocando o banco dos réus pela tribuna da defesa. O Promotor Francisco Acióli advertira-me, um tanto receoso, antes do início da audiência:

— Não faça isso. O Exército pode entender sua atitude como um desafio. É mau para você.

Tendo em vista as ponderações de Acióli é que me dirigi aos membros da Auditoria Militar apelando no sentido de que procedessem com relação aos acusados, como haviam procedido comigo: fazendo justiça. Ali estava confiando nessa justiça e não no desempenho de um ato de *revanchismo*. Minha atitude era mais de respeito às leis do que de confrontação.

Raul Lins e Silva, Cândido de Oliveira Neto, Vivaldo Ramos de Vasconcelos, Rui Antunes, João Fonseca, Airton Cerqueira, Bóris Trindade, os irmãos Brito Alves, Nilzardo Carneiro Leão, Carlos Moreira, Mércia Albuquerque, entre outros profissionais, funcionaram na questão.

Na hora em que o presidente do Conselho Permanente de Justiça anunciou, no final da audiência, a condenação de alguns indiciados e a absolvição de outros, Gregório Bezerra recebeu a pena maior: dezenove anos de reclusão.

De pé, quase em atitude marcial, o velho revolucionário estava imperturbável. Dois soldados da Rádio-Patrulha o ladeavam.

Ao terminar a sessão, comentou, entre os filhos e netos, que se emocionavam:

— Não chorem, não. Esse é o prêmio de minha fidelidade ao povo e à classe operária. Se eu tivesse cometido erros na vida, teria sido absolvido. — E completou:

"Eu sei por que estou sendo condenado. Mas esses jovens oficiais que me sentenciaram não têm consciência por que o fizeram!"

"Mas nada disso arrefece
O valor desse homem bravo
Que luta para que o povo
Deixe enfim de ser escravo
E a cada nova tortura
A cada cruel agravo
Mais força tem pra lutar
Esse homem sincero e bravo."

Quase dois séculos somaram as penas dos implicados no "IPM da cúpula comunista", nesse julgamento. O Conselho de Justiça era constituído do Tenente-Coronel Baère, do auditor Amílcar Cardoso de Menezes Filho, dos capitães Leonardo Cavalcanti Gameleira Vaz e Raimundo Soares Bulcão e do Tenente Carlos Alberto Figueiredo Uchoa de Moura. Apesar das acusações de Evaldo Lopes Gonçalves da Silva o Tenente-Coronel Baère não se deu por impedido de funcionar no processo.

Elaborando dezenas de petições de *habeas-corpus* requeridos ao Superior Tribunal Militar, o meu escritório de advocacia conseguiu pôr em liberdade, ou trancar ações penais de mais de duzentas pessoas incluídas em IPMs, na área do IV Exército — Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. As denúncias, de regra, eram juridicamente mal formuladas, posto que os supostos fatos delituosos não existiam — levando a Promotoria Militar a posições ri-

díçulas, elaborando peças acusatórias facilmente inquinadas de vícios e nulidades.

Um a um, os processos da Auditoria iam sendo destruídos em seus frágeis fundamentos — as decisões do STM tomadas por unanimidade. Alcides Carneiro, ministro do Superior Tribunal Militar, apreciando um *habeas-corpus* de minha autoria, declarou em plenário que inepta não era a denúncia, "inepto é esse promotor, que não sabe redigir suas peças acusatórias".

A ação penal de maior importância, afora a encabeçada por Gregório Bezerra, Arraes e Pelópidas Silveira, decorrera do chamado "IPM do campo", envolvendo quase todos os presidentes de ligas camponesas, de sindicatos rurais, além de personalidades ligadas às lutas pela reforma agrária, como Francisco Julião, Clodomir Morais, Célia Osório, Sérgio Murilo Santa Cruz, José Jófili e um numeroso grupo de camponeses, líderes de sua classe. Julião, Sérgio, José Jófili, Clodomir e outros eram ou tinham sido deputados, uns estaduais, outros federais.

Impetrei o *habeas-corpus* em favor de Cleto Campelo Neto, um dos réus no processo. Julgando o pedido, de que foi relator o Ministro Alcides Carneiro, o tribunal concedeu a ordem unanimemente, estendendo os benefícios aos demais sessenta e três indiciados na ação penal — livrando-os a todos. Talvez tenha sido essa a decisão mais importante, na área do IV Exército, por sua repercussão, quanto ao número de denunciados.

Os IPMs da SUDENE, do IAPI, da Universidade Federal, do Serviço Social contra o Mocambo, do IAPB, nos quais funcionei como advogado, ruíram por terra, deixando o promotor militar de cara para cima, tão insubsistentes haviam sido suas denúncias.

De um processo, tido na Auditoria como o "IPM do Grupo dos 11", de inspiração na campanha do ex-Governador Leonel Brizola, implicando trinta e cinco réus, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, obtive sua total anulação, na instância superior, sob o chistoso argumento — glosado pelo Tribunal Militar — de que trinta e cinco não era múltiplo de onze. Estaria, pois, faltando ou sobrando alguém na denúncia do promotor...

Outra peça incriminatória que fez rir o Superior Tribunal Militar foi a referente ao funcionário do Instituto de Aposentadoria dos Industriários, IAPI, Antônio Ramos Bezerra. Seu *crime,* segundo o promotor da 7.ª Região, era o de freqüentar o "Clube dos Inapiários", até altas horas da noite, "dançando e fazendo subversão". Ganhei esse *habeas-corpus* também por unanimidade.

Não menos burlesca foi a denúncia contra Evaldo Lopes Gonçalves da Silva, que teria fugido do Recife, nos primeiros dias da "revolução", sob o disfarce de mendigo, levando consigo uma sacola. Para o promotor, a sacola "não continha somente os óbolos de pes-

soas caridosas, mas todo o acervo da subversão a serviço de Moscou"... Condenado, na primeira instância, a dezenove anos de reclusão, consegui absolvê-lo no Superior Tribunal Militar.

No "festival de besteiras que assolava o país", o FEBEAPÁ, do saudoso Stanislaw Ponte Preta, os IPMs e processos criminais contra os "corruptos e subversivos", instaurados no Nordeste, são páginas integrantes das mais características desse espetáculo circense.

Há, porém o outro lado da história: a tragédia, a dor lancinante, o irremediável, o drama da angústia e da desconsolação. Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre. Os traumatizados crônicos. Há as viúvas, os órfãos, as mães que não se cansam de procurar os seus mortos sem sepultura. Não fosse isso, o 1.º de abril de 1964 passaria à História como mais uma página de humor.

O jornal *Últíma Hora,* do Rio, noticiou, sem contestação, que o inspetor da polícia Osvaldo Rabelo, hoje proeminente deputado estadual da ARENA, trucidou líderes camponeses paraibanos em terras de Pernambuco, jogando seus cadáveres no mato.

Amaro Luiz de Carvalho, conhecido por "Palmeira" ou "Capivara", preso no interior do Estado, condenado a dois anos de prisão, foi assassinado na Casa de Detenção do Recife poucos meses antes do término do cumprimento da pena, quando já se preparava para a liberdade. Seu falecimento, a 28 de agosto de 1971, revestiu-se de mistério. Foi envenenado e morto a pauladas — num presídio repleto de testemunhas, ninguém identificando quem o liquidou, até hoje. Apenas se sabe — porque os jornais noticiaram — que o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury se encontrava no Recife, nesse dia.

A 8 de março de 1972, morreram "acidentados", perto da cidade de Caruaru, Miriam Lopes Verbena ou Miriam Verbena Maciel e seu companheiro Luiz Alberto de Sá e Benevides, quando eram perseguidos na estrada pela Polícia Federal. O Volkswagen em que viajavam rolou num despenhadeiro, inexplicavelmente. Essas mortes "por acidente" passaram a ser comuns no Brasil, constituindo uma das "operações" das muitas que constam dos "códigos secretos" do Serviço Nacional de Informações. O estudante de agronomia Ezequias Rocha, que havia emprestado o "Volks" ao casal, foi depois encontrado, em estado de putrefação, nas matas da cidade do Cabo, no interior de Pernambuco.

Em janeiro de 1973, os órgãos de segurança de Pernambuco anunciaram que haviam "estourado um aparelho subversivo", da Vanguarda Popular Revolucionária, VAR-PAL, no loteamento São Bento, em terras do município de Paulista, perto do Recife, sendo mortos no tiroteio cinco "subversivos": Eudaldo Gomes da Silva, Pauline Reichstne, tchecoslovaca, Soledad Barreti Viedma, paraguaia,

José Manuel da Silva e Jarbas Pereira Marques. Nenhum policial saiu ferido.

O noticiário distribuído pelas autoridades de segurança não correspondia à verdade. Pelo menos duas dessas pessoas, Soledad e Pauline, foram presas numa butique do bairro de Boa Viagem, de propriedade de uma moça chamada Vera, sendo aí mesmo brutalmente seviciadas. Usando cassetetes e coronhadas de revólveres, os agentes da Polícia Federal retiraram as jovens da butique quase sem vida, jogando-as no lastro de uma camioneta Veraneio, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Contam as testemunhas oculares do fato que Pauline e Soledad, de tanto espancadas, foram levadas da butique já com os olhos fora de órbita, as vestes profusamente ensangüentadas, as roupas internas sujas de dejetos e urina, tal a bestialidade das torturas. Por conseguinte, a versão do tiroteio era uma farsa.

Os moradores do loteamento São Bento informavam, por seu turno, que não ouviram nenhum ruído de tiro no dia indicado pela Polícia Federal, nas cercanias. Conclui-se de tudo que os cinco "subversivos" foram assassinados friamente, forjando-se a notícia da troca de tiros no "aparelho dos terroristas" — para despistar a opinião pública; os jornais impedidos de contar a verdade.

Os cadáveres de todos esses perseguidos políticos eram sepultados, como indigentes, no cemitério da Várzea, contando os coveiros que os corpos chegavam em caminhões, aos montes.

Uma das acusações dos órgãos de segurança aos cinco jovens era a de que faziam parte de uma "organização terrorista": a "Anistia Internacional", com sede em Londres.

Nesse período, no Bairro Novo, em Olinda, perto do quartel da Polícia do Exército, agentes federais "estouraram" outro esconderijo de "comunistas", num edifício de apartamentos. Ali morava um casal, a moça grávida de alguns meses. Cercado o prédio, a jovem gestante fez sinal da janela do seu apartamento, com um lenço branco, de que desejava entregar-se. Ao chegar ao térreo, porém, foi surrada impiedosamente pelos "tiras", a ponto de vomitar bílis e cair exangue no solo. Era uma segunda-feira de verão. A cena passava-se em plena rua, assistida por todos quantos, naquele começo de tarde, tornavam ao Recife, depois dos banhos de mar do domingo ensolarado.

O companheiro da jovem, no momento, achava-se na praia, de calção de banho. Vendo-se perseguido, jogou-se ao mar. Do litoral, os agentes de segurança, ao invés de esperá-lo de volta para prendê-lo, porquanto não lhe seria possível demorar-se por muito tempo nadando sem rumo, decidiram usar suas metralhadoras — até matá-lo. Centenas de pessoas, nas praias do Bairro Novo, acompanharam todos os lances dessa terrível caçada humana, aterradora,

desnecessária. No dia seguinte, o cadáver do jovem foi encontrado perto do Restaurante Caiçara, nas pedras que defendem o litoral de Olinda das ressacas marinhas.

Nunca se soube, ao certo, a identidade dos mortos.

No município sertanejo de Petrolina, às margens do São Francisco, na divisa com a Bahia, foi preso, num dia de feira, Rui Soares Frazão, estudante de engenharia, meu cliente num processo político. Seu nome consta da relação dos "mortos sem sepultura", que os jornais do mundo inteiro divulgam.

O mais revoltante de todos esses crimes ocorreu no Recife, dentro da própria Secretaria de Segurança Pública. No dia 30 de janeiro de 1971, o DOPS prendeu, para averiguações, Odijas Carvalho de Souza, estudante da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que fora também meu cliente num processo de expulsão da escola pelo Decreto 477.

A prisão de Odijas e de Lilian Guedes, ou Lília da Silva Guedes, verificara-se na praia de Maria Farinha, município de Paulista, pelos investigadores Edmundo Brito de Lima, Fausto Venâncio da Silva Filho, Ivaldo Nicodemus Vieira e Severino Pereira da Silva, que serviam no DOPS, cujo diretor era o bacharel José Silvestre.

A partir do mesmo dia, Odijas foi submetido a espancamento nas próprias salas do DOPS, antes de ser, sequer, interrogado pelos policiais. Seus gritos de dor foram ouvidos pelos presos Alberto Vinicius de Melo, conhecido por "Xanha", Maria Ivone de Souza Loureiro, sua mulher, e outros presos: Lilian Guedes, Carlos Alberto Soares, Cláudio Marques Gurgel e Rosa Maria Barros dos Santos, estudantes universitários, sendo que "Xanha" e Lília foram testemunhas visuais dos espancamentos.

As manchas de sangue de Odijas espalharam-se pelos cantos da sala e ali ficaram muitos dias.

Tomaram parte direta nas torturas de Odijas, com golpes de pontapés e cassetetes, os delegados Carlos de Brito, da Delegacia de Roubos e Furtos, e Aquino de Farias Reis, da Delegacia de Acidentes, além dos investigadores Rocha, que respondia a processo criminal por espancamento de presos na comarca de Escada, Cesário, Edmundo Brito de Lima e Luiz Miranda.

Tranportado, quase morto, para o Hospital da Polícia Militar, os médicos de plantão recusaram-se, depois do desenlace, a assinar o respectivo atestado de óbito, o que foi feito espontaneamente, pelo Tenente-Médico Ednaldo Pais de Vasconcellos, o mesmo que teria constatado a não-existência de marcas de espancamento no súdito norte-americano Frederick Morris, preso pelo DOPS, no Recife, pouco tempo depois, e de cujos depoimentos, denunciadores dos horríveis maus-tratos por que passara em Pernambuco, a imprensa mundial tomou ciência.

Odijas morreu de ruturas dos órgãos internos, rins, baço e fígado, além de fraturas de costelas, produzidas por pontapés de seus carcereiros. O único delegado de polícia que o atendeu, no momento em que, vomitando sangue, pedira para ser socorrido por um médico, foi Ortolito Azevedo, que providenciou sua remoção para o Hospital da Polícia Militar, mesmo em face da relutância do secretário de Segurança Pública, o dentista Armando Samico. No hospital, Odijas chegou a receber transfusão de sangue. Mas era tarde.

A casa funerária que providenciou o sepultamento pertencia ao investigador de polícia Edmundo Brito de Lima, um dos seus torturadores. A família de Odijas não teve direito a receber seus restos mortais.

Não houve perícia cadavérica, constando do atestado de óbito que Odijas morrera de "embolia pulmonar".

O relato desse monstruoso crime, aqui descrito, consta de um documento, com firma reconhecida, encaminhado pelo Deputado Federal Pedroso Horta, líder do Movimento Democrático Brasileiro, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que o mandou arquivar, por "falta de provas", contra o voto do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, José Neves Filho.

José Carlos Novais Mata Machado, filho do ex-deputado e líder católico Aires da Mata Machado, foi morto também no Recife, num "tiroteio" simulado na Avenida Caxangá. Enterrado como indigente, de "identidade desconhecida", seu corpo foi, depois, reivindicado pela família e conduzido para Minas Gerais, em caixão mortuário hermeticamente fechado pelos órgãos de segurança.

Em 1970, Nancy Mangabeira, neta de Otávio Mangabeira, ex-governador da Bahia, sofreu ferimento a bala, que transfixou seu fígado e decepou-lhe um dedo da mão. Sua casa fora tida como "aparelho".

Dos ex-clientes meus, Cândido Pinto de Melo, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, acadêmico de engenharia dos mais brilhantes, e Manuel Lisboa de Moura, vocação de cientista, aluno da Universidade de Alagoas, padeceram desse clima abominável de sevícias. O primeiro, vítima de um atentado a tiros, perto do Museu do Estado, no Recife, vive hoje em cadeira de rodas, por ter sofrido lesão irreparável da medula espinhal; o último não mais existe, assassinado a 4 de setembro de 1973, em circunstâncias misteriosas, no Recife e levado para São Paulo. Moura era um dos melhores alunos da Universidade de Alagoas.

A ação penal contra os que tentaram matar o estudante Cândido Pinto de Melo arrasta-se pelo foro do Recife, sendo apontado como autor material do crime um oficial da Polícia Militar, José Ferreira dos Anjos, promovido depois por merecimento, em face

de cursos realizados inclusive nos Estados Unidos. Os mesmos autores das lesões sofridas por Cândido são indigitados como matadores do Padre Henrique, encontrado morto, em 1969, perto na Cidade Universitária do Recife, por estrangulamento. O crime do Padre Henrique é também um dos que se alongam pelos cartórios do Palácio da Justiça, à espera de um desfecho, que só poderá haver num regime de liberdade e de democracia. Seu enterro mobilizou dezenas de milhares de pessoas no Recife, que percorreram a pé vários quilômetros, entoando canções religiosas e músicas de protesto. Muitos elementos da Polícia Civil estão envolvidos no bárbaro trucidamento do Padre Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara.

Dos casos mais dignos de registro, destaca-se o de Ivo Carneiro Valença, que tendo conseguido fugir do Recife nas primeiras horas do golpe, foi preso no dia 19 de abril em Maceió, por um grupo armado composto do usineiro José Lopes Siqueira Campos, do "tira" Luiz Miranda e outros. No quartel do 7.º RO, em Olinda, foi submetido à tortura do choque elétrico e do "pau-de-arara" durante sete horas, sendo mergulhado de cabeça para baixo num tanque d'água, de intervalo a intervalo, para "confessar seus crimes". Outro que recebeu choques elétricos foi o engenheiro Enildo Galvão, superintendente do porto do Recife, acusando-se o Major Amarildo, do Exército, por esses atos, junto com policiais civis, na Secretaria de Segurança Pública.

Além de "atropelamentos" e outras excusas para justificar a morte de presos políticos, havia os "suicídios", ou as "tentativas de suicídio", como a de Luiz Medeiros, bacharel, que se teria jogado do primeiro andar do prédio da Secretaria de Segurança Pública para os lados da Rua da União, num dia de movimento, e, ao cair, já trazia as unhas dos dedos das mãos brutalmente arrancadas e o corpo coberto de esquimoses — o que foi testemunhado pelas pessoas que acorreram ao local. Ou a morte, por suicídio, de uma jovem estudante, cujo nome nunca pude saber, que ateou fogo às vestes num banheiro do primeiro andar do DOPS da Rua da União, deixando-se morrer sem um grito de dor, para livrar-se de novos espancamentos durante os sucessivos interrogatórios a que estava sendo submetida. Antes de atear fogo às vestes, a jovem tentara enforcar-se com o cinto do vestido — o que prova os incríveis sofrimentos por que passava nos momentos de prisão. Quando lá estive, no DOPS, detido, em abril de 1973, utilizei esse mesmo banheiro — as paredes ainda tostadas de chamas, a porta de madeira substituída por outra, nova.

Aqui estão, de passagem e em linguagem sucinta, entre outros, alguns dos mais tenebrosos casos de tortura e morte na pior fase das atrocidades policiais contra perseguidos políticos, a fase do "milagre brasileiro" do ex-Presidente Garrastazu Médici.

Enquanto Miguel Arraes era transferido para a Ilha de Fernando de Noronha, a trezentas milhas do Recife, Pelópidas Silveira ficou, por muito tempo, no quartel do 7.º Regimento de Obuses, sendo depois removido para um xadrez comum da 2.ª Companhia de Guarda, o meu velho conhecido X-2, daí passando, por fim, para o Hospital Militar, onde, em novembro de 1964, recebeu a notícia de sua libertação.

Só muitos meses depois é que Arraes foi solto, por *habeas-corpus,* conhecendo também o X-2 e algumas prisões do Rio de Janeiro — asilando-se, afinal, na embaixada da Argélia.

Quando da sua estada no 7.º Regimento de Obuses, houve com Pelópidas um fato curioso, digno de registro histórico.

Por livre iniciativa, o Coronel Hélio Ibiapina de Lima, encarregado da maioria dos famosos IPMs instaurados na área da 7.ª Região Militar, oficiou ao comandante do 7.º RO autorizando a saída do ex-prefeito no dia 13 de agosto, aniversário de seu pai, o venerando Professor Sizenando Silveira. Por sua espontaneidade, o gesto do militar parecia traduzir uma ação humanitária, embora vasqueira no cotidiano de suas truculências.

No dia seguinte ao do natalício do Professor Sizenando, li, estarrecido, na minha prisão em Socorro, um comunicado do famígero coronel revelando que Pelópidas, descumprindo compromissos assumidos com seus carcereiros, ao invés de, em liberdade, ir comemorar a passagem de mais um ano da vida de seu pai, desviara-se de seu itinerário, indo ajuntar-se com "elementos subversivos", para "acertar planos conspirativos contra a revolução", em outro local diferente do combinado com os militares.

De imediato, rejeitei a hipótese da "conspiração", conhecendo Pelópidas como eu o conhecia, incapaz de uma leviandade daquela, numa hora tão imprópria. Contudo, acreditei que tivesse saído da prisão, dando lugar à nota provocativa do encarregado dos IPMs. No fundo, pecara pela ingenuidade de acreditar na palavra do Coronel Ibiapina.

Tudo, porém, se passara de modo completamente diverso. Advertido de que sua presença, solto, no dia do aniversário do Professor Sizenando, poderia causar a este profundas emoções, já que não via o filho desde sua prisão, Pelópidas, na última hora, desistiu de sair do quartel. Na suposição de que o tivesse feito, o Coronel Ibiapina engendrara a farsa do ajuntamento com "subversivos", em local diferente do combinado com o Exército, para comprometer a situação do ex-prefeito do Recife.

A tão desvalada mentira, tiveram os jornais da cidade, apesar da censura, compulsória ou espontânea, de publicar uma carta de Marilu Silveira, na qual se invocava o testemunho do comandante do 7.º RO sobre a verdadeira versão dos acontecimentos, ou seja,

de que seu marido não saíra do quartel no dia do aniversário do Professor Sizenando.

Vendo-se embaraçados, os autores da grosseira mistificação procuraram o Coronel Ivan Rui, comandante do RO, para confirmar, em declaração pública, a notícia da saída do preso, naquele dia.

Segundo me contou o irmão do falecido Coronel Ivan Rui, o advogado Nelson Andrade de Oliveira Filho, a resposta deste militar teria sido a seguinte, negando-se a participar da chantagem:

— Sou "linha dura", mas não sou safado!

Em setembro de 1969, poucos anos antes, verificou-se o momentoso seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burk Elbrick. A libertação do diplomata somente seria decidida — era exigência dos seqüestradores — se fossem resgatados quinze presos políticos, de várias correntes de esquerda, inclusive Gregório Bezerra, que se achava cumprindo pena na Casa de Detenção do Recife.

O velho militante comunista, por princípio, discordava da ação dos seqüestradores, achando-a inócua, do ponto de vista revolucionário. A muito custo, inclusive por insistência dos seus advogados, aquiesceu em aceitar a libertação, naquelas circunstâncias. E, do próprio punho, redigiu a seguinte "Declaração ao Povo Brasileiro", que a censura da época impediu fosse divulgada pela imprensa do país. Ei-la, na íntegra, como documento histórico:

"DECLARAÇÃO AO POVO BRASILEIRO — Soube da inclusão do meu nome no rol dos presos políticos que devem ser libertados em troca da entrega, vivo, do embaixador norte-americano, pelo rádio. Estou preso há mais de cinco anos, sem contato com ninguém, a não ser com meus familiares.

Por uma questão de princípio, devo declarar que, embora aceitando a libertação, nessas circunstâncias, discordo das ações isoladas, que nada adiantarão ao desenvolvimento do processo revolucionário e que somente servirão de pretexto para agravar, ainda mais, a vida do povo brasileiro e de motivação para maiores crimes contra todos os patriotas.

Respeito o ponto de vista daqueles que impuseram à ditadura a forma de libertar inúmeros revolucionários, que sofrem nos cárceres do atual regime militarista. Mas me mantenho firme na convicção de que somente a união de todas as classes e camadas sociais, não comprometidas com a ditadura entreguista, é que decidirá a instauração no Brasil de um regime de plena liberdade, de livre desenvolvimento econômico, de paz e nacionalismo. Só o proletariado, o campesinato, as forças organizadas da classe média urbana, os estudantes,

os intelectuais, o clero progressista, as camadas da burguesia nacional espoliadas pelos trustes internacionais e setores esclarecidos das Forças Armadas que se opõem à atual ditadura serão capazes, unidos, de implantar no Brasil um regime verdadeiramente democrático.

Aceitando a minha libertação, faço questão de declarar que não abdicarei jamais dos princípios marxista-leninistas, que orientam a luta dos povos contra as forças do imperialismo e da reação. Mesmo longe do Brasil, farei tudo para participar da luta do nosso povo por sua final libertação.

Não quero que minha atitude, nesta hora, ponha em risco a vida dos demais presos políticos, a serem libertados. Nem desejo, como humanista que sou, o sacrifício desnecessário de qualquer indivíduo, ainda que seja o embaixador da maior potência imperialista da história.

Luto por princípios, contra sistemas de forças. Não luto contra pessoas, individualmente. Só acredito na violência da massa, contra a violência da reação.

Esta é a declaração que julgo dever fazer, no momento em que me preparo para deixar a minha Pátria.

Viva o Povo Brasileiro!

Recife, 6 de setembro de 1969.

Gregório Bezerra".

As três pontes-safena que o cirurgião Adib Domingos Jatene implantou em meu coração, a 11 de julho de 1976, substituindo coronárias enfermas, podem ter decorrido de males orgânicos, somáticos — num homem que, estranhamente, nunca se excedeu nos prazeres fáceis do cotidiano, fumando, comendo e bebendo moderadamente.

Os fatos narrados neste livro, num lapso de tempo que engloba meio século de minha vida — de 1926 a 1976 —, devem ter combalido, mais do que a esclerose, os meus vasos sanguíneos, Hoje, recuperado física e espiritualmente, volto às pelejas de sempre com a mesma disposição de ânimo, para enfrentar de novo as dores do mundo, a abater-nos o corpo, vulnerável mais que a consciência.

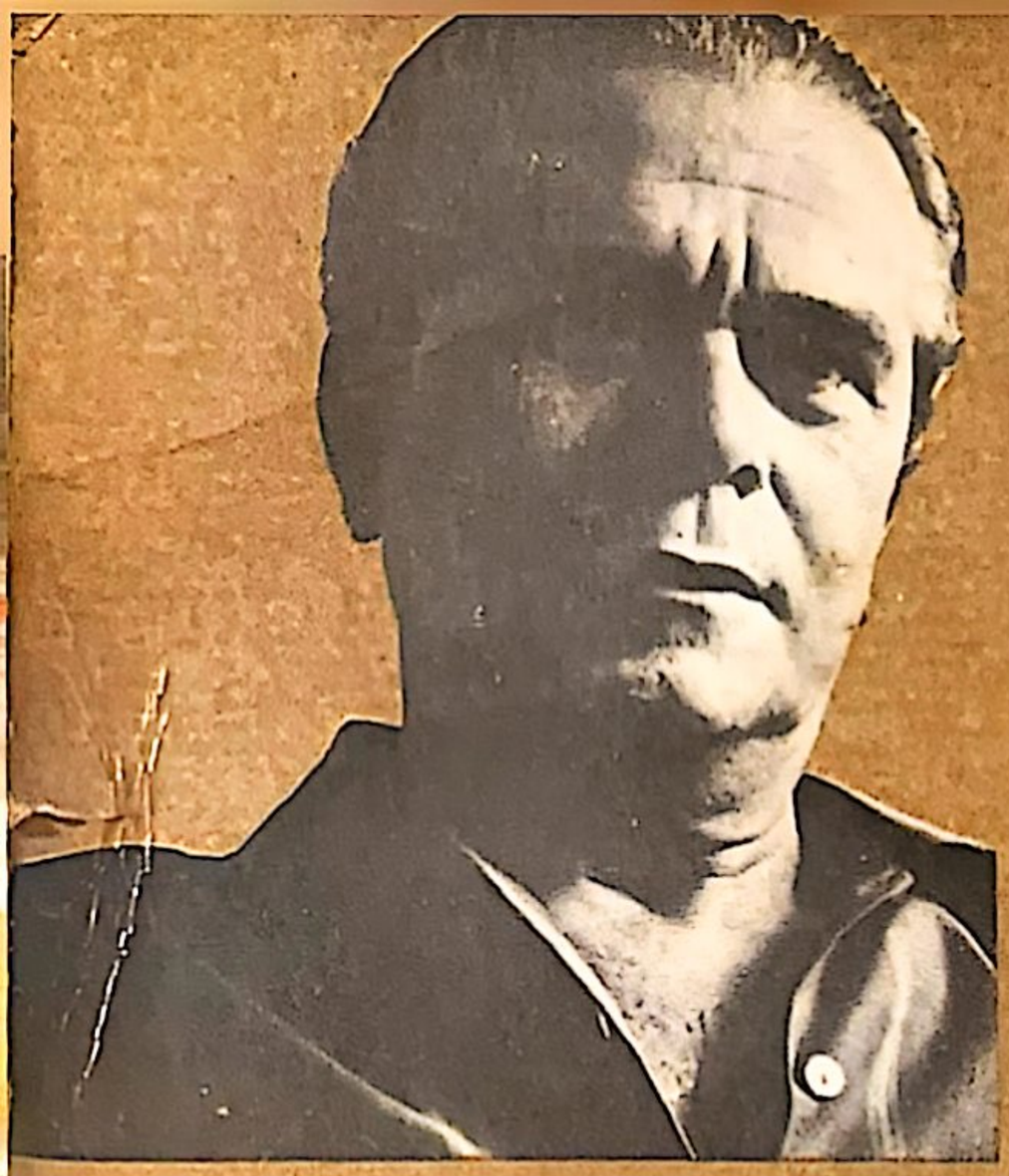
Os admiráveis versos de Nazim Hikmet, poeta turco, dirigente político do seu povo nas lutas de emancipação, calam em mim, profundamente:

"Nada tenho nas mãos
Para oferecer a meu pobre povo
Nada mais do que uma maçã,
Uma rubra maçã: meu coração.

É por causa disso tudo, doutor,
E não por causa da arteriosclerose,
Da nicotina ou da prisão,
Que tenho esta angina do peito.
Contemplo a noite através das grades
E apesar de todos estes muros
Que pesam sobre meu peito
Meu coração bate com a estrela mais distante".

Composição: Irmãos Milesi Ltda.

impresso na
planimpress gráfica e editora
rua anhaia, 247 - s.p.



O CASO EU CONTO COMO O CASO FOI

DA COLUNA PRESTES À QUEDA DE ARRAES

PAULO CAVALCANTI

As agitações de cada época, as "revoluções tenentistas" dos anos 20 e 30, a campanha da Aliança Liberal, a morte de João Pessoa, os movimentos grevistas e operários, a "intentona" de 1935, o "Estado Novo", a queda da ditadura, a morte de Demócrito de Souza Filho, a ascensão das esquerdas em Pernambuco, a "Frente do Recife", o incêndio do 15.º Regimento de Infantaria, as jornadas de "O Petróleo é nosso", os governos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, o golpe militar de 1964, os acontecimentos que se seguiram no Brasil até 1976, ano da última das onze prisões do autor.

Esses são os acontecimentos narrados com objetividade, na busca da verdade histórica, nestas memórias do advogado e escritor Paulo Cavalcanti, pernambucano, ex-deputado, ex-promotor público, ex-assessor de Miguel Arraes e "marxista convicto". Testemunha ocular de quase todos os acontecimentos que relata, Paulo Cavalcanti quer fazer em seu **O caso eu conto, como o caso foi — Da Coluna Prestes à queda de Arraes** o "retrato entusiástico, embora aferrado à realidade, das lutas e dos combates do povo, numa quadra da vida de Pernambuco". Por isso, toma o testemunho da cultura popular: quando, no século passado, um jornal queria fixar sua independência e o caráter rigidamente imparcial e objetivo de seu trabalho informativo, estampava em seu cabeçalho: "O caso eu conto,/ como o caso foi;/ o ladrão é ladrão,/ o boi é boi".

AUTOR NACIONAL CULTURA BRASILEIRA